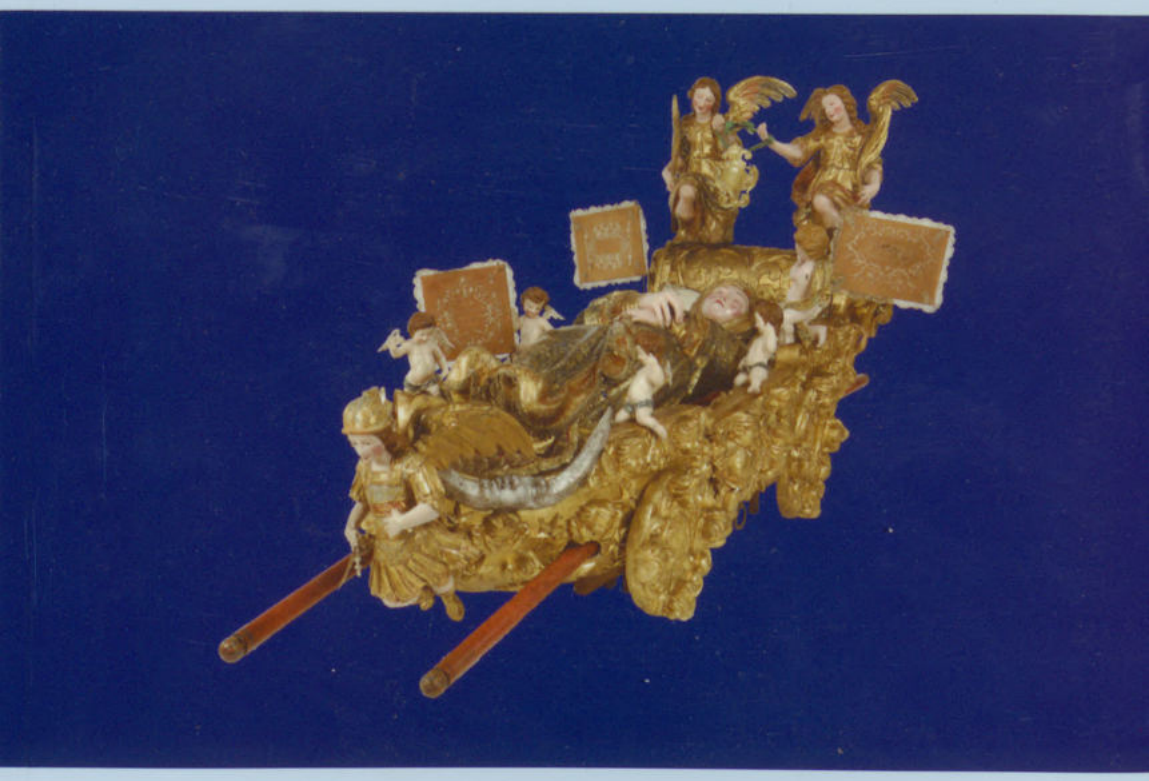
Callipole

Revista de Cultura n.º 20 - 2012



Câmara Municipal de Vila Viçosa

Nossa Senhora da Boa Morte de Vila Viçosa
© Arquivo Técnico do Laboratório José de Figueiredo,
da DMCC – DGPC

Callipole

Revista de Cultura

Callipole

Revista de Cultura

N.º 20 – 2012

Município
VILA VIÇOSA

Câmara Municipal
Vila Viçosa

Callipole – Revista de Cultura – n.º 20 – 2012

Propriedade
Câmara Municipal de Vila Viçosa

Director
Luís Caldeirinha Roma

Director Adjunto
Licínio Lampreia

Conselho de Redacção
António Rosa
Carlos Aurélio
Francisco Segurado
João Ruas
João Tavares
Joaquim Torrinha
Licínio Lampreia
Luís Caldeirinha Roma
Manuel Lapão
Margarida Borrega
Mário Tavares de Oliveira
Tiago Salgueiro

Colaboradores deste número
António Candeias
António José Barradas Barroso
António Rei
António Rosa
Carlos Aurélio
Carlos Filipe
Conceição Ribeiro
C. Valério
C. Varela
Fátima Farrica
Filomena Rodrigues
Francisco Couto
João Mário Palla Lizardo
João Miguel Simões
João Ruas
Joaquim Miguel Palla Lizardo
Joaquim Saial
Joaquim Torrinha
Jorge Fonseca
José Alberto Parraça
Licínio Lampreia
L. Lopes
Luís Caldeirinha Roma
Manuel Talhinhas
Maria João Ferreira
Maria Fernanda Matias
Maria Marta Lobo de Araújo
Mário Henriques Z. Cabeças
Mário Tavares de Oliveira
M. Valério
Nazaré Escobar
Nuno Sanches de Baena Ennes
R. Martins
Tiago Salgueiro

Capa
Nossa Senhora da Boa Morte de Vila Viçosa

Foto Capa
© Arquivo Técnico do Laboratório José de Figueiredo da. DMCC-DGPC

Administração
Câmara Municipal de Vila Viçosa
Praça da República
7160-207 Vila Viçosa
Telefone: 268 889 310 – Paços do Concelho

Redacção
Telefone: 268 889 314 – Unidade Municipal de Educação, Património e Cultura

Endereço electrónico de Callipole
callipole@cm-vilavicosa.pt

Execução gráfica
Colibri – Artes Gráficas

Periodicidade anual (20.º ano)

Tiragem: 1000 exemplares

ISSN 0872 5225

Depósito Legal n.º 121 787/98

Os artigos são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA
Luís Caldeirinha Roma 9

ESTUDOS HISTÓRICOS

O FORAL MANUELINO DE VILA VIÇOSA
João Ruas 15

O MUNICIPIO DE ARRAIOLOS E A CASA DE BRAGANÇA NO SÉCULO XVI
Jorge Fonseca 31

A POBREZA E OS MEANDROS DA ASSISTÊNCIA: A MISERICÓRDIA DE VILA VIÇOSA (SÉCULOS XVI-XVIII)
Maria Marta Lobo de Araújo 43

COMUNICAÇÃO POLÍTICA DA CÂMARA DE VILA VIÇOSA (1640-1668)
Fátima Farrica 65

A LIBERTAÇÃO DO SANGUE
Carlos Aurélio 91

O PENSAMENTO POLÍTICO DO PADRE ESPANCA
Joaquim F. S. Torrinha 105

JOÃO ANASTÁCIO DA ROSA – GRANDE FIGURA DO TEATRO PORTUGUÊS
António Rei 145

O MARQUESADO DE VILA VIÇOSA
Nuno Sanches de Baena Ennes 165

AS HERDADES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BORBA EM OLIVENÇA
João Miguel Simões 191

MULHERES E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: O DISTRITO DE ÉVORA NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 1976 A 2009
Maria João Ferreira 207

ESTUDOS DO PATRIMÓNIO

"NOSSA SENHORA DA BOA MORTE" DO REAL CONVENTO DAS CHAGAS DE VILA VIÇOSA – ESTUDO TÉCNICO
Filomena Rodrigues, Conceição Ribeiro, Nazaré Escobar e António Candeias 223

ASSUNÇÃO DE NOSSA SENHORA – Notas para a compreensão da história do dogma e da antropologia cristã
Mário Tavares de Oliveira 247

A SENHORA DA BOA-MORTE DE VILA VIÇOSA – DA DEVOÇÃO À ARTE
Carlos Filipe e Mário Henriques Z. Cabeças 263

UM OLHAR SOBRE A LITURGIA DO 15 DE AGOSTO
Francisco Couto 283

1953-1962, UMA DÉCADA DE VILA VIÇOSA (1.ª parte: 1953-1955)
Joaquim Saial 289

O PATRIMÓNIO HISTÓRICO DE ORIGEM PORTUGUESA NO MUNDO E A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Maria Fernanda Matias 327

O MUSEU-BIBLIOTECA DA CASA DE BRAGANÇA E O PROJECTO "DE TODAS AS PARTES DO MUNDO – O INVENTÁRIO DO DUQUE D. TEODÓSIO I"
Tiago Salgueiro 343

AFINAL O NAVEGADOR CABRILHO TAMBÉM PARTIU DE VILA VIÇOSA!
Martins, R.; Varela, C.; Lopes, L.; Valério, C.; Valério, M 353

O DIÁLOGO ENTRE A GESTÃO PATRIMONIAL E A MUSEOLÓGICA: SIGNIFICADO, PERCEPÇÃO E UMA VISÃO DE FUTURO PARA O MUSEU DO MÁRMORE DE VILA VIÇOSA
Licínio Lampreia 367

A PAIXÃO PELA CAÇA A PROPÓSITO DA SINGULAR REPRESENTAÇÃO DE UM GRIFO (*GYPS FULVUS*), NUM ORNAMENTO MEDIEVAL
João Mário Palla Lizardo e Joaquim Miguel Palla Lizardo 381

CRIAÇÃO LITERÁRIA

SONHOS
António José Barradas Barroso 395

RECENSÕES

SALGUEIRO, Tiago Passão, *Do Japão para o Alentejo – A Embaixada Japonesa Tenshö em Vila Viçosa no ano de 1584*, Chiado Editora, 2012
António Rosa 403

JARDIM, Pedro, *Crónicas do Avô Chico – Nostalgia da minha Infância no Alentejo,* Chiado Editora, 2011
José Alberto Parraça 411

NOTÍCIAS CULTURAIS

JOÃO PAULO II EM VILA VIÇOSA – 14 de Maio de 1982.
DIÁRIO DE TRÊS DIAS, TRINTA ANOS DEPOIS
Carlos Aurélio 417

FLORBELA ESPANCA – A VIVÊNCIA DE UM COLÓQUIO
Manuel Talhinhas 423

NOTA DE ABERTURA

Na apresentação de mais uma edição da Revista *Callipole*, a vigésima, permitam-me enfatizar para realçar o êxito de um projeto editorial com vinte anos de vida, estreando-se com uma periodicidade regular, a um ritmo anual, que ainda hoje mantém.

Por isso, é importante e útil poder refletir mais aprofundadamente sobre como surgiu, se desenvolveu e se consolidou a revista de cultura *Callipole*. Na verdade, não se pode compreender o que se passou até 2012, sem nos determos no que a geração dos fundadores, que lançaram e sustentaram a revista, foi capaz de pensar e de agir.

A sessão de apresentação pública da Revista teve lugar em 1993. Dirigida inicialmente por Manuel Inácio Pestana e Joaquim Torrinha, que quase sozinhos fizeram o trabalho de uma equipa, nasce como instrumento de uma geração que quis rasgar um certo isolamento e servir a memória cultural de Vila Viçosa, com um extenso pendor alentejano. *Callipole* visa "*preencher um espaço cultural irradiante de uma terra que foi, e continua sendo, inspiradora de pensadores, escritores e artistas*", escreve Manuel Inácio Pestana na primeira página do número inaugural da Revista, sendo o prenúncio claro de que se preparava uma mudança radical e uma renovação substancial no panorama nacional das Revistas de Cultura. Já então se adivinhava bem o espírito que enformava semelhante projeto editorial.

Fiel ao projeto original continuou a ser uma Revista especificamente cultural – no sentido mais lato do termo – embora aberta ao diálogo com outras áreas da criação, atenta à inovação exigida pelo decorrer dos anos, aberta aos valores do nosso tempo e portadora de análises serenamente reflexivas no campo da edição local, nacional e lusófona.

A vontade testamentária intelectual dos seus fundadores cumpriu-se, na medida em que vinte anos depois a Revista continua a fazer caminho, sendo hoje uma publicação de alta divulgação científica e cultural, plural e poliédrica.

Qualquer que seja o volume que se abra encontram-se sempre páginas que guardam uma fonte preciosa de informações respeitantes a acontecimentos culturais e patrimoniais e um excelente compêndio de história. Certamente que todo o leitor que leia de princípio o muito que *Callipole* tem para nos dizer, terá tirado a prova decisiva quanto aos testemunhos sólidos de uma fecundidade intelectual e científica invulgar no campo da história, das artes, da criação literária e do património, felizmente guardados para sempre nesta Revista.

Sendo estas as suas áreas privilegiadas, a Revista *Callipole* soube abrir-se a novos espaços, mais ou menos flexíveis, e a conteúdos no plano local, nacional e internacional, a considerar de acordo com a distribuição permitida pela temática concreta de cada número. A sua estrutura possibilita a inserção de vários textos que se relacionem com a matéria apresentada, que implícita ou explicitamente se relacionem com o tema específico, conforme a sua atualidade ou a evocação histórica assim o justifique.

De carácter vincadamente cultural e admitindo uma grande pluralidade de pontos de vista, prosseguir-se-á, com a política de edição de textos inéditos oriundos de várias gerações de autores, consagrados e jovens, e de correntes, procurando levar a uma revalorização de autores esquecidos e pouco estudados, assim como fomentar o número de vocações científicas entre os jovens, calipolenses ou não.

É uma Revista nossa, doméstica, mas com carácter regional, nacional e até internacional, que é a fé de ofício da memória coletiva da sociedade calipolense, que trouxe do passado e levará além de nós, no futuro, os ecos de um mundo, ou melhor, muitos mundos de erudição, de sabedoria, de argúcia crítica, de amor das ideias e de conhecimento. Pelos elevados conceitos e singularidade que encerra será sempre o nosso legítimo orgulho e um permanente desafio no sentido da preservação de uma identidade cultural local.

Estou convicto de que o tempo acrescentará novas linhas de trabalho, áreas de significação, nascentes parcerias nacionais e internacionais e que novos autores e autoras permitirão, certamente, o tratamento de outros temas com indiscutível interesse para os leitores, o que certamente lhe permitirá reforçar a sua notória credibilidade e a refletida e corrente remodelação.

O número 20 conta com uma primeira unidade temática dedicada aos estudos históricos e uma segunda confinada aos estudos do património. O espaço das recensões, que foi retomado no número 18, continua a ser, por outro lado, um dos núcleos fundamentais da Revista, procurando-se abordagens seriamente sustentadas de obras que se distingam no campo da edição em Portugal. Mantiveram-se as unidades temáticas que versam sobre a criação literária e as notícias culturais.

Neste número registam-se, com agrado, três situações que importa referir: um maior número de mulheres que colabora com a revista; a chegada de uma nova geração de investigadores calipolenses e, também, um maior número de

apresentações versando temas relacionados com a problemática local, convertendo esta edição na *Callipole* mais "calipolense" da sua vida.

Poderia tecer aqui amplas considerações, se o tempo o permitisse, acerca da revista de cultura *Callipole*. Penso, contudo, que as anotações que deixei, embora dispersas e apressadas, terão sido suficientes para comprovar o que ao princípio afirmei: *Callipole* ocupa um lugar privilegiado no panorama nacional das revistas de cultura. Fale por nós a vastidão e o alto valor científico impresso de forma indelével nas suas páginas.

Estou convencido de que é um feito que a história da cultura regional alentejana e nacional assim o reconhecerá um dia, se é que o não faz já hoje.

É a *Callipole* que hoje se rememora e com ela se homenageiam os seus fundadores mas, também, todos os colaboradores, diretores, membros do conselho de redação que exemplarmente a têm servido. Por isso, a permanente dívida do nosso agradecimento em ato de pura justiça e de preito de gratidão ao coletivo de pessoas que se têm dedicado a esta causa e que têm permitido, com a sua abnegável entrega e disponibilidade, doar-nos tão importante e prestigiado meio de registo e divulgação cultural, que se tornou num símbolo e referência do vasto e rico património calipolense.

E quando lembro os fundadores, membros do conselho de redação e diretores, é justo não esquecer os leitores que são os principais destinatários deste labor.

Termino evocando o desejo e a esperança que nós, e outros depois de nós, celebremos muitas efemérides duma longa vida da *Revista de Cultura Callipole*.

Luís Caldeirinha Roma
Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa

Estudos Históricos

O FORAL MANUELINO DE VILA VIÇOSA

João Ruas

D. João II inicia um conjunto de inquirições para prover à actualização dos forais medievos já obsoletos quer nas penas quer nas quantias de portagem quer ainda na demarcação dos reguengos, mas também para atender aos vários pedidos das populações em côrtes (já com D. Afonso V) e ao aparecimento de novos concelhos e coutos.

Esta imensa tarefa começa a ganhar forma no reinado de D. Manuel I e tem um período áureo entre 1510 e 1516. O Rei Venturoso propõe-se desde o início levar a cabo tal desígnio e consegue realizá-lo ainda em vida pois a reforma dos forais está terminada em 1520. Como nos ensina António Hespanha, in *A Cidade de Évora*, com os novos forais "o rei certificava e garantia os povos contra as exacções dos seus oficiais, mas antes dos seus rendeiros ou antes ainda, dos seus donatários."

Nesse período alto, mais precisamente em 1512, situam-se os forais que integram o nosso estudo e daremos relevo ao de Vila Viçosa que foi afinal o que despoletou o nosso interesse por este tema, volvidos vinte anos sobre o inventário que fizemos de todos os forais que existiam nas Câmaras do Alentejo, trabalho realizado em 1993 para a Secretaria de Estado da Cultura. Nessa altura, recomendámos a todos os municípios que ainda possuíam o seu códice (são trinta e mais duas cartas régias) que procedessem à edição do fac-simile para melhor preservarem o original. Alguns estavam em belas vitrinas à vista de todos e à luz do dia.

O primeiro a ser editado foi o de Vila Viçosa, em 1993, pelo Dr. Manuel Inácio Pestana, uma vez mais percursor e lutador ímpar por todas estas causas. Já no final do milénio, o Dr. Jorge Fonseca publica os forais de Vimieiro (1999), Arraiolos (2000) e prossegue esse seu labor com os de Montemor-o-

-Novo (2003) e Elvas (2009). Outros autores surgem a apresentar forais já neste século e em particular no corrente ano, tal como se pode verificar pela bibliografia que apresentamos no final.

O Foral manuelino de Vila Viçosa é um dos vinte que El-Rey assinou no primeiro dia de Junho de 1512, mas em diferentes datas desse ano, só para o Alentejo, foram assinados mais vinte e quatro, o que perfaz 44, perto de metade dos noventa e seis outorgados para esta província de entre Tejo e Guadiana.

No entanto, podemos afirmar que o acto público de apresentação do foral na Câmara ficou exarado nas folhas brancas do final e aí está a data de chegada ou seja, da sua entrada em vigor. Este texto encontra-se nos forais que foram objecto de publicação em fac-simile, assim o de Vila Viçosa, mas não ficou completo e sofreu uma alteração na ordem das folhas o que nos induziu em erro, quando publicámos o texto análogo do foral de Montemor-o-Novo em 1996, na revista "Almansor", porque o único exemplar conhecido desta terra está na Biblioteca de D. Manuel II.

Ao lermos a transcrição do texto manuscrito em letra cursiva (Anexo 1) ficamos a saber que o foral foi apresentado em Vila Viçosa por Álvaro Fragoso "cavaleiro e contador da casa d'El Rey" e que "logo hi foy pubricado e todo llydo", perante as autoridades e muito povo e todos "ho receberam e prometeram guardar". Seguem-se as assinaturas, Álvaro Fragoso assina à esquerda em baixo e a data é de onze de Janeiro de 1515.

Contudo, a valia deste documento não se esgota aqui e encontramos a seguir outro texto (Anexo 2) que estabelece uma "troqua ou escambo" "do chão, propriedade e rendas das tendas em que se fazia a feira de santo agostinho "entre o Duque de Bragança e a Câmara "pelas rendas e direitos reais da "portagem, çalairo e dízimas" de telha e ladrilho que El Rey dera ao Duque.O texto ali transcrito foi copiado do foral novo "do dito senhor duque" e os juízes e vereadores disseram que "se treladase neste foral da vjla" porque era outro tal como o do dito senhor. Desta vez com a data de vinte e sete de Abril de 1527.

Além dos textos já referidos (Anexo 1 e 2) ficaram ainda registados no foral de Vila Viçosa um texto sobre portagens (1686) e outro que estabelece o mercado que ainda hoje é à quarta-feira (1697). Temos também "vistos em correição", assinados por diversos juízes e corregedores ao longo dos tempos.

A importância histórica do escambo acima referido, dá-nos a certeza que o Duque D. Jaime tinha um foral, a Câmara outro e com o registo da Torre do Tombo fazem o número de três de que sempre se dá nota.

Outros casos atestam a existência de dois exemplares, além do registo, e.g., o foral de Beja refere o do Conde de Tentúgal ou ainda o de Castelo de Vide cuja Câmara possui o do donatário e o exemplar do município, onde está o texto de apresentação pública, encontra-se na Biblioteca de D. Manuel II. Devemos referir aqui o caso das ordens militares que possuíam também o foral das terras que lhes pertenciam e contêm o mesmo texto do acto público na Câmara, e.g., Avis e Fronteira.

O estudo que continuamos a desenvolver centra-se agora na acta de apresentação pública e ao recorrermos aos forais que já foram editados em fac-simile começámos a ver surgir uma sequência de datas que se situa mais no primeiro semestre de 1515 e sempre o mesmo cavaleiro Álvaro Fragoso. Este facto alertou-nos para procurarmos saber o que se passou com todos os forais das Câmaras no Alentejo, cujo inventário fizéramos.

Assim, fomos percorrendo e revisitando o texto e locais, por vezes foi gratificante encontrar pessoas com quem estivéramos há vinte anos.

Por entre os vários casos que encontrámos estabelecemos uma fronteira a separar os anos de 1515 e 1516. Isto prende-se com as datas de entrega que no ano de dezasseis foram mais para o Baixo Alentejo e também porque encontrámos outro cavaleiro, Pero Fragoso. O apelido indiciava um grau de parentesco, o cargo ou título, moço da câmara d'El Rey, definia tratar-se de um jovem, mas é nos textos dos forais de Alandroal e Terena que vem explicita a relação de parentesco entre Álvaro Fragoso pai e Pero Fragoso filho.

Para aprofundarmos a nossa investigação recorremos às listas que estabelecêramos em 1993, em boa hora publicadas em 2006 pela revista "A Cidade de Évora", porque muito do trabalho desenvolvido nessa altura do inventário ainda está por publicar. Os códices manuscritos iluminados, até 1500, só foram editados entre 1994 e 2001, mas a Tipografia Portuguesa do século XVI, diríamos o Novo Anselmo, ainda está no computador da Biblioteca Nacional.

Voltemos às listas dos concelhos onde ainda hoje estão os forais que os Fragosos trouxeram para o Alentejo e podemos até apresentar um mapa da região do Alto Alentejo que é a zona de maior densidade para o ano 1515. Aí se inscrevem as datas da "pubricaçam" e é fácil retraçar os vários itinerários ao longo dos meses. (Anexo 3)

LISTA DOS FORAIS ENTREGUES NAS CÂMARAS EM 1515
E QUE AINDA LÁ SE ENCONTRAM

TERRAS	LOCAL E DATA DA ASSINATURA REAL	DATA DA APRESENTAÇÃO PÚBLICA
Vila Viçosa	Lisboa, 1.VI.1512	11.I.1515
Elvas	Lisboa, 1.VI.1512	28.I.1515
Monforte	Lisboa, 1.VI.1512	6.II.1515
Fronteira	Lisboa, 1.VII.1512	10.II.1515
Arraiolos	Lisboa, 29.III.1511	23.IV.1515
Montemor-o-Novo *	Lisboa, 15.VIII.1503	25.IV.1515

TERRAS	LOCAL E DATA DA ASSINATURA REAL	DATA DA APRESENTAÇÃO PÚBLICA
Serpa	Lisboa, 28.VII.1513	10.V.1515
Moura	Lisboa, 1.VI.1512	12.V.1515
Monsaraz	Lisboa, 1.VI.1512	20.V.1515
Vimieiro	Lisboa, 1.VI.1512	15.VI.1515
Cano	Santarém, 1.XI.1510	1515
Alter do Chão	Lisboa, 1.VI.1512	21.VI.1515
Marvão	Lisboa, 1.VI.1512	25.VI.1515
Castelo de Vide *	Lisboa, 1.VI.1512	26.VI.1515
Póvoa e Meadas	Lisboa, 29.III.1511	28.VI.1515
Nisa	Lisboa, 15.XI.1512	30.VI.1515
Avis	Santarém, 1.I.1512	7.VII.1515
Odemira	Santarém, 5.IX.1510	19.IX.1515

* Estes forais pertencem à Biblioteca de D. Manuel II

São trinta os forais recenseados em 1993, se retirarmos quatro que foram assinados em 1516 (Alegrete, Alvito, Pavia e Redondo), mais os de Évora (assinado em 1501), Portel (a Câmara possui o do donatário) e o de Mourão (não conseguimos saber a data), ficamos com 30 menos 7 igual a 23. Sabemos também que foram entregues por Pero Fragoso, filho de Álvaro Fragoso, seis desses forais em 1516 (Alandroal 16.I.1516, Almodôvar 27.II.1516, Casével 1516, Castro Verde 1516, Ourique 1516 e Terena 16.I.1516). Tínhamos 23, agora menos 6 dá um total de 17 forais entregues em 1515, de entre os que recenseamos. Acrescentamos o foral de Montemor-o-Novo, já tratado em 1996, mas que pertence aos que foram entregues em 1515, todo este somatório atinge o número de 18, conforme a lista supra.

O foral de Montemor-o-Novo, entregue doze anos depois de assinado, tem ainda a particularidade de ter a assinatura, como testemunha, de Cristovam de Faria, criado do cavaleiro Álvaro Fragoso e logo este pormenor faz lembrar o desenho que Duarte Darmas acrescentava às suas plantas e "vistas" das vilas e castelos. Ele próprio a cavalo com sua lança e o seu criado a pé, mas também de lança em punho. No caso de Álvaro Fragoso talvez pudéssemos acrescentar uma mula para carregar as bagagens e as dezenas de forais que ia entregando.

Começámos por nos interessar pelo foral de Vila Viçosa, sabemos que mais vinte foram assinados nesse mesmo dia, mas muitos deles desapareceram pois não se encontram nas respectivas Câmaras, e.g., Estremoz, Borba, Vidigueira, etc, são onze. Sabemos também que El Rey assinou mais vinte e quatro, só nesse ano, para o Alentejo e muitos poderiam ter sido entregues por Álvaro Frago-

so nesse ano ou no ano seguinte, por seu filho. O mapa tem falhas no tempo e faltas de localidades nesses espaços intermédios.

O tempo de entrega estava condicionado pela oportunidade de os encaminhar para as Câmaras e os donatários, uma vez que estivessem prontos.

Existem forais cuja iluminura tem uma data posterior à da assinatura d'El Rey, i.e., nas tarjas das esferas armilares pode estar 1513 e o foral ser de 1512, e.g., Marvão, ou ter 1513 e o foral de ser de 1510, e.g., Odemira. Isto significa que depois foi para o scriptorium dos copistas e iluminadores para seguir posteriormente para a oficina de encadernação. Operação complexa com as pastas de madeira, a pele de bezerro, os ferros com as armas e as esferas a proteger a pele e o códice. Assim se compreendem os três ou cinco anos, às vezes mais, que podem mediar entre o acto solene da assinatura régia e da entrega na Câmara, data verdadeira da sua entrada em vigor. A encadernação dos forais e livros da leitura nova bem como o livro de menagens, dá origem a um estilo próprio chamado manuelino.

No entanto, ainda faltava pagar o códice, os preços podem oscilar entre os 800 e 1500 reis, mediante o número de folhas de pergaminho, o tipo de iluminura, por vezes um simples D com as armas de Portugal no interior ou ainda o tipo e quantidade de ferros cravados nas pastas e os próprios fechos à frente.

Os forais viriam a perder a sua função e seriam revogados quando em 1834 acabou a guerra civil entre absolutistas e liberais.

Agradecimentos

Grato agradecer a todos os amigos, colegas, autarcas e funcionários das Câmaras que contactei e sempre recebi apoio e incentivo, bem como a cópia do texto que perseguia. Todos se reconhecem nas listas da bibliografia. Bem hajam!

Agradecimento particular para o Dr. Pedro Pinto, eminente investigador que também se dedica a estes estudos, mas com outra amplitude e do qual esperamos a publicação no próximo ano.

Uma palavra especial para o Dr. Hugo Crespo, que me ajudou na leitura dos textos aqui publicados e cuja excelência como pessoa e investigador, pudemos partilhar em Vila Viçosa.

ANEXO 1

1 Anno do nacim[en]to de nosso s[enho]r Ih[es]u ch[rist]o de mill
2 e quynhentos 15 an[n]os aos 11 di[as] do mes de jan[ei]ro
3 na camara da honrada vylla vyçosa foy a
4 presentado este foral por alv[ar]o fragoso caval[eir]o
5 e contador da casa delRey nosso sen[ho]r e logo hi
6 foi pubricado e todo llydo de verbo a verbo perante
7 os juizes e os ve[reado]res e p[rocura]dor do co[ncelh]o e perante outros muytos
8 home[n]s boo[n]s do povo e ryndeiros e portajeiros
9 q[ue] eram presentes e todos ho receberam e prome
10 teram de o guardar e po[r] verdade assinaram
11 aqui e eu joão caval[ei]ro esprivam da cam[a]ra
12 este e es[cr]yvi e com eles abayxo assyney

ANEXO 2

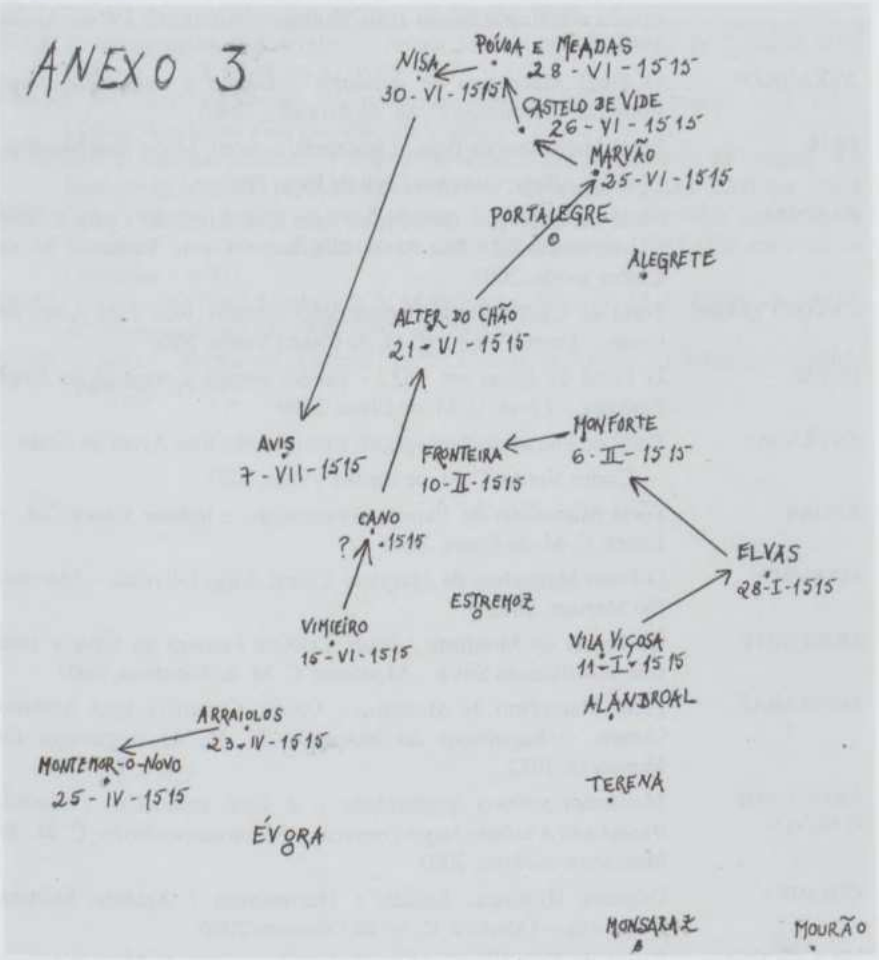
Página 1

1 Anno do nacimento de nosso senhor Ih[es]u
2 chr[ist]o de myll e quinhentos e vinte
3 e sete anos em vinte e sete
4 dias do mes dabrill em villa
5 viçosa em a camara da dita
6 villa sendo hi guomcalo gira[m]
7 e p[er]o a[fons]o juizes ordinaryos e marti[m]
8 fe[rnande]z e ruy leytam e vasco m[art]ins
9 vereadores e ruy fer[nande]z pr[ocurad]or dos
10 bens e rendas do concelho fa
11 sendo da camara por my[m] ajres gomez
12 es[cri]vam da dita camara per ma[m]
13 do duque nosso [senhor] lhe foy most[ra]
14 do o forall novo do dito s[enh]or q[ue]
15 sua sen[hor]ia me deu pera trela
16 dar huma verba q[ue] no dito foral
17 no fim dele esta sob assina
18 do per el Rey nosso se[nho]r e por o espri
19 vam em elle nomeado esprito
20 e lhes disse que o dito s[e]n[h]or
21 mandava treladar a di[c]ta
22 verba no livro da camara e os
23 juizes e vereadores disseram q[ue]
24 se treladase neste forall
25 da vjla por o q[ue] era outro tal
26 como do di[c]to s[enh]or da qual
27 verba o trelado de verbo a verbo
28 ho seguinte
29 E por quanto amtre o duq[ue] de
30 braguanca e de guimaranes (rasurado)
31 r[en]s meu mujto amado e prezado
32 prjmo e os juizes e oficiais

procurador e povo da dita vila vicosa
he ora feyto por minha licença hu[m]
contrato por my[m] confirmado p[e]lo
quall o dito duque meu primo deu
ao concelho as rendas e direitos r[eai]s
da portagem çalairo E dízimas
de telha e ladrilho que de my[m]
tinha por trroqua e escambo do
chão propriadade e rendas das
tendas em que se fazia[m] a feira
de santo aguostinho mandey poer
aquy esta decraraça[m] e o noti
fico assy a todos meus oficiais
e pessoas a que[m] o conhecimento
deste pertencer e mando q[ue] daqui
em diante seja o djr[ei]to Reall e se
arequada pera my[m] e meus so
cessores todo o que as ditas te[n]
das renderem como se
arecadaram as rendas da dita
portajem çala[i]ro e dízimos
que em troqua das ditas
rendas se deram ao concelho
feyto em lixboa a q[ua]t[r]o dy[as] da
brill p[er]o ribeiro o fez de
mill 527 o qual assy
treladado o concertey co[m] p[er]o a[fons]o
jorge vaz contador e co[m] eles asyney
de meu p[ublic]o synal q[ue] tal he

Aires gomez

c[on]certado comigo
p[er]o a[fons]o juiz


ANEXO 3
NISA
30 - VI - 1515
PÓVOA E MEADAS
28 - VI - 1515
CASTELO DE VIDE
26 - VI - 1515
MARVÃO
25 - VI - 1515
PORTALEGRE
ALEGRETE
ALTER DO CHÃO
21 - VI - 1515
AVIS
7 - VII - 1515
FRONTEIRA
10 - II - 1515
MONFORTE
6 - II - 1515
CANO
? - 1515
ELVAS
28 - I - 1515
ESTREMOZ
VIMIEIRO
15 - VI - 1515
VILA VIÇOSA
11 - I - 1515
ALANDROAL
ARRAIOLOS
23 - IV - 1515
MONTEMOR-O-NOVO
25 - IV - 1515
TERENA
ÉVORA
MONSARAZ
MOURÃO

Forais do alentejo em fac-simile

ALMODÔVAR	Foral de Almodôvar / transcrição e textos João José Alves da Costa. – Almodôvar: C. M. de Almodôvar, 2007
ALVITO	Os Forais Manuelinos de Alvito e Vila Nova da Baronia / Introd. estudo e leitura António João Valério. – Alvito: C. M. de Alvito, 1996
ARRAIOLOS	O Foral Manuelino de Arraiolos / Estudo e transcrição Jorge Fonseca. – Arraiolos: C. M. de Arraiolos, 2000
BEJA	Foral Manuelino de Beja / Concepção e coord. Maria José Marcial Chaves. – Beja: Governo Civil de Beja, 2003
CASÉVEL	Foral de Casével / transcrição João José Alves da Costa e Abel Viana; textos João José Alves da Costa. – Castro Verde: C. M. de Castro Verde, 2008
CASTRO VERDE	Foral de Castro Verde / transcrição e textos João José Alves da Costa. – Castro Verde: C. M. de Castro Verde, 2006
ELVAS	O Foral de Elvas em 1512 / Introd. estudo e transcrição Jorge Fonseca. – Elvas: C. M. de Elvas, 2009
ENTRADAS	Foral de Entradas / Transcrição e textos João José Alves da Costa . – Castro Verde: C. M. de Castro Verde, 2007
ÉVORA	Foral Manuelino de Évora / Transcrição e índices Isabel Cid. – Évora: C. M. de Évora, 2001
MARVÃO	O Foral Manuelino de Marvão / Coord. Jorge Oliveira. – Marvão: Ibn Maruan, 2012
MONFORTE	Os Forais de Monforte / Paula Cristina Ferreira da Silva e José Inácio Militão da Silva. – Monforte: C. M. de Monforte, 2007
MONSARAZ	Foral Manuelino de Monsaraz / Coord. Científica Saul António Gomes. – Reguengos de Monsaraz: C. M. de Reguengos de Monsaraz, 2012
MONTEMOR O NOVO	Montemor-o-Novo quinhentista e o foral manuelino / Coord. transcrição e estudo Jorge Fonseca. – Montemor-o-Novo: C. M. de Montemor-o-Novo, 2003
ODEMIRA	Odemira Histórica: Estudo e Documentos / António Martins Quaresma. – Odemira: C. M. de Odemira, 2006
VILA VIÇOSA	Forais de Vila Viçosa / Coord. Introd. e notas de Manuel Inácio Pestana. – Vila Viçosa: C. M. de Vila Viçosa, 1993
VIMIEIRO	O Foral Manuelino de Vimieiro / Estudo e transcrição Jorge Fonseca. – Arraiolos: C. M. de Arraiolos, 2000

Bibliografia sumária

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Os Forais de D. Manuel I. 1496-1520. – Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990

DIAS, Luis Fernando de Carvalho – Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve ... – S. l.ª ed. do A., 1965

FRANKLIN, Francisco Nunes – Memória para servir de índice dos forais ... – 2.ª ed. – Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1825

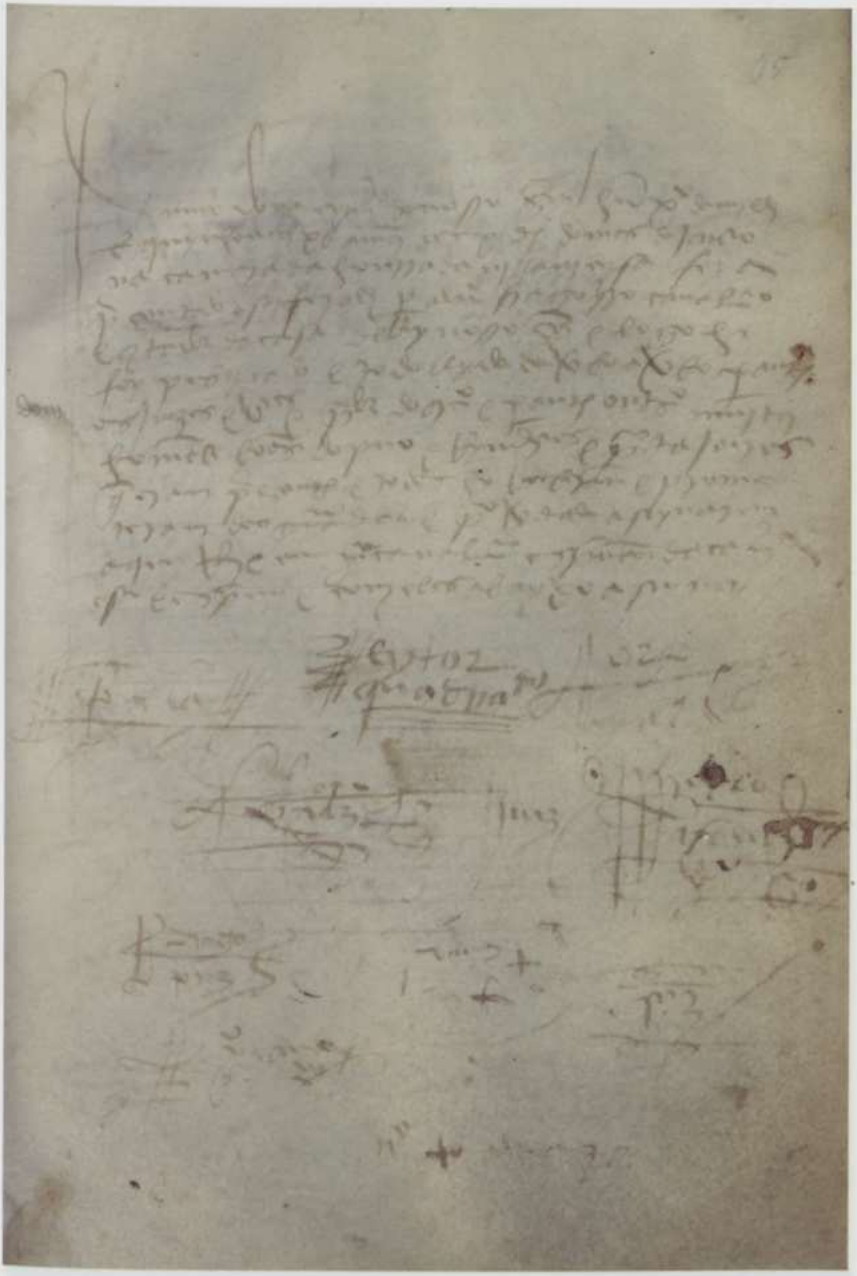
HESPANHA, António Manuel – "O foral novo de Évora no contexto da reforma dos forais de D. Manuel I in "A Cidade de Évora", II Série, n.º 6, 2002-2006, pp. 17-34

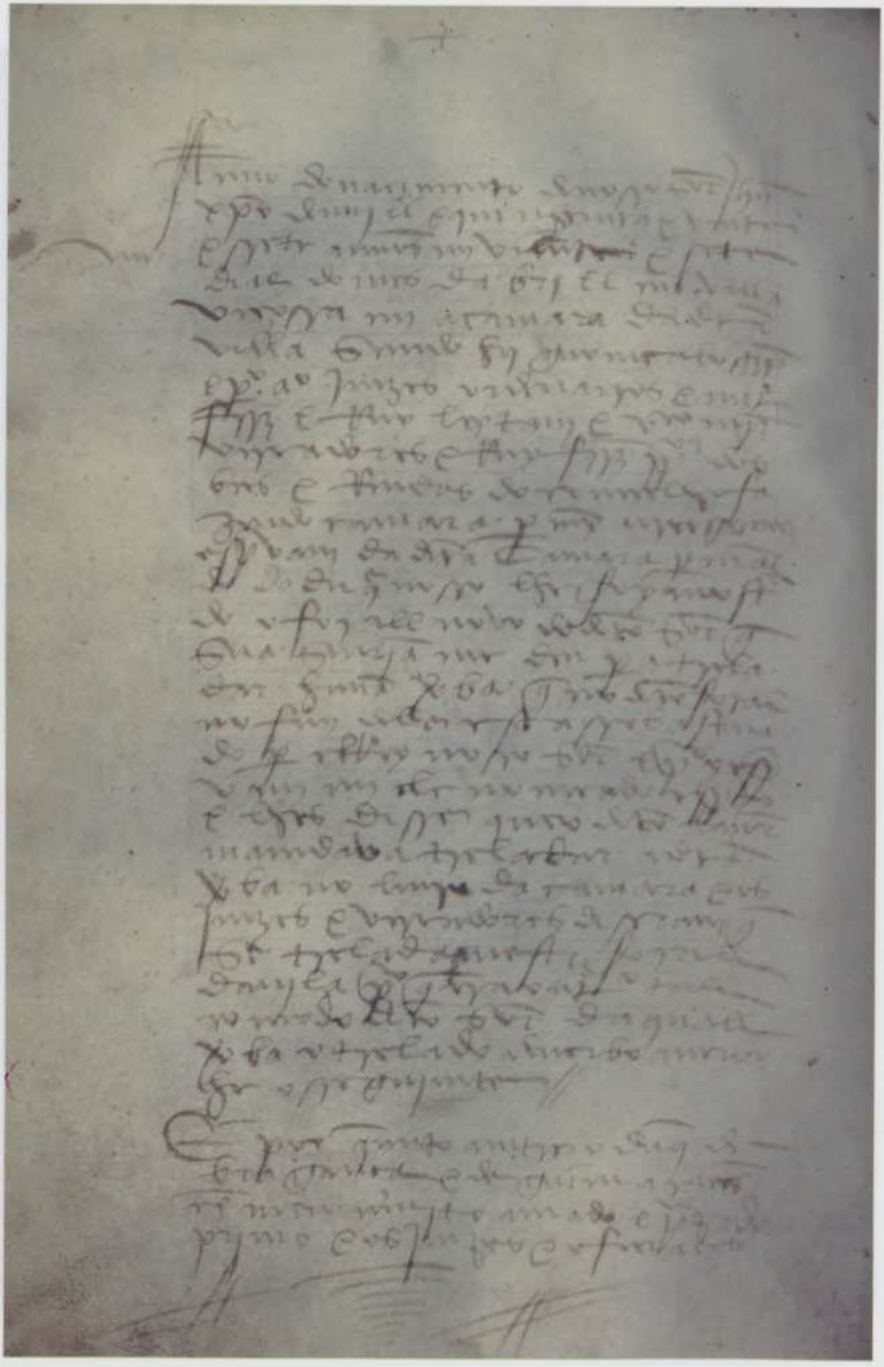
PESTANA Manuel Inácio – "A Reforma Setecentista do Cartório da Casa de Bragança". – Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1985 (Em especial os Capítulos V e VI)

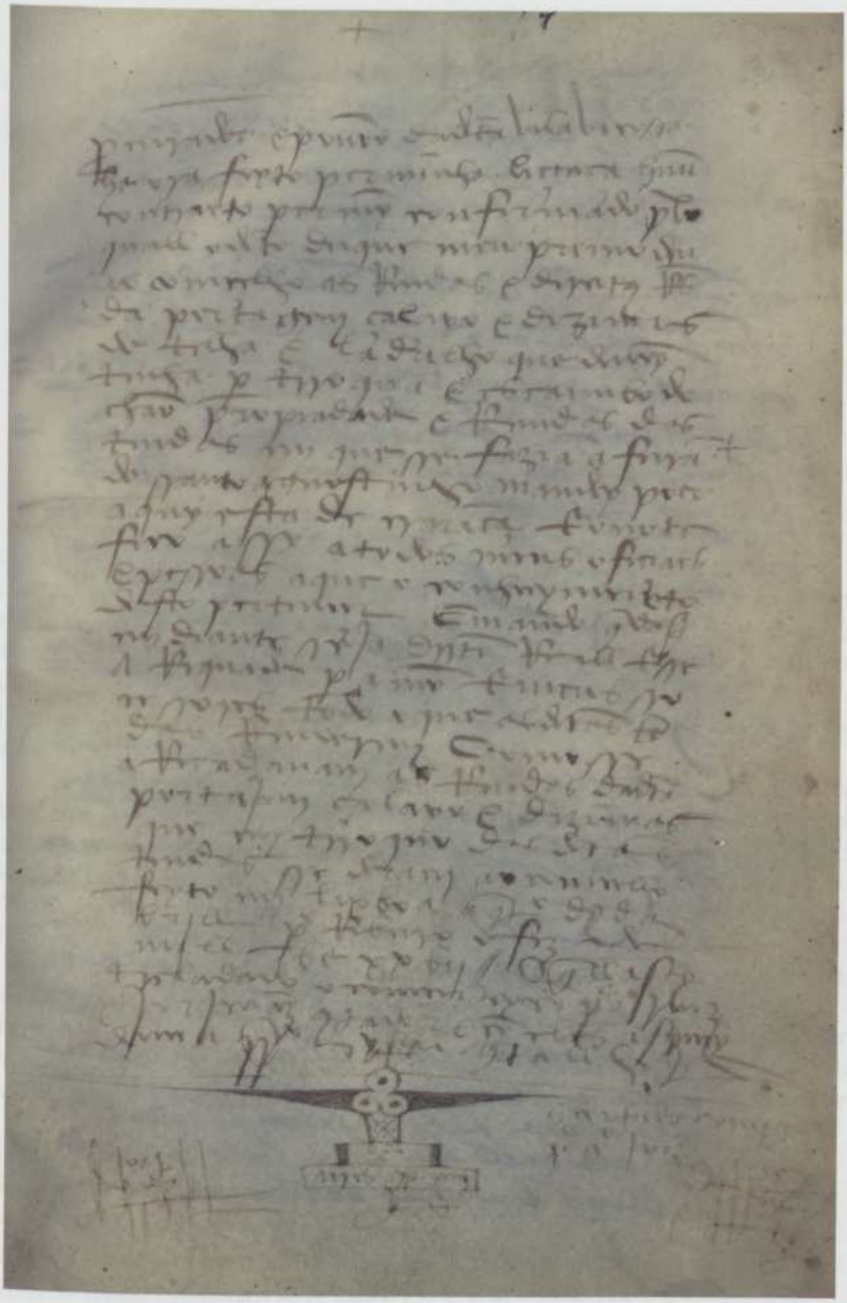
RUAS João – "O Foral Manuelino de Montemor-o-Novo de 15 de Agosto de 1503", in "Almansor", n.º 13, 1995-1996, pp. 73-85

RUAS João – "Forais no Alentejo" in "A Cidade de Évora", II Série, n.º 6, 2002--2006, pp. 49-54

·1·
DOM MANVEL
Per graça de deos Rey de pur
tugal E dos alguarnes da
quẽ ⁊ da lem mar E mafrica
Snõr de guyne ⁊ da conquista
⁊ naueguaçã ⁊ comerçio de
ethiopia arabia perssia ⁊ da
Jndia A quantos esta nossa
carta de foral virẽ dado a vi
lla de villa viçosa fazemos







O MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS E A CASA DE BRAGANÇA NO SÉCULO XVI

Jorge Fonseca

As relações entre a vila de Arraiolos e a Casa de Bragança surgiram com a doação do seu território a D. Nuno Álvares Pereira, Condestável do reino e principal apoiante do Mestre de Avis no combate ao rei de Castela e na consequente conquista do poder. Antes disso, tinha pertencido ao Bispo e Cabido de Évora, por outorga de D. Afonso II de 1217; a Rodrigo Afonso de Sousa, por concessão de D. Pedro I[1] e, por falta de descendentes legítimos deste, a D. Álvaro Pires de Castro, irmão de D. Inês de Castro, por D. Fernando, acompanhado do título de conde de Arraiolos[2].

Em 1384, como prémio da lealdade dos seus moradores à causa da independência do país e de reprovação da atitude dúbia do donatário, D. João I reintegrou a vila na posse da coroa[3]. Mas ainda nesse ano a alienou novamente, em favor de Fernão d'Álvares Pereira[4], irmão de D. Nuno e seu partidário, que, no entanto, morreu pouco depois às mãos dos Castelhanos. De regresso ao seu domínio direto, por falta de sucessores do novo senhor, só em 1387 Arraiolos, com o respetivo condado, seria entregue a D. Nuno. Fez parte do conjunto de contrapartidas que o rei negociou com o Condestável para este lhe ceder Estremoz e Montemor-o-Novo, que lhe dera mas que, pela sua importância, queria reaver. As outras foram Chaves, Monsaraz, Vidigueira, Vila de Frades, Vilalva e Vila Ruiva. Arraiolos seria, daí em diante, residência frequente do segundo conde,

[1] Torre do Tombo, Chancelaria de D. Fernando, Liv. 1, f. 7 – 13.5.1367.

[2] Idem, f. 82 v. – 4.11.1371.

[3] Torre do Tombo, Chancelaria de D. João I, Liv. 1, f. 18 v. – 3.5.1384.

[4] Torre do Tombo, Chancelaria de D. João I, Liv. 1, f. 62 – 30.8.1384.

principalmente nos anos que antecederam o seu retiro para o mosteiro do Carmo, em Lisboa[5]. Em 1422 o donatário doou o condado e os outros direitos que tinha na vila ao seu neto D. Fernando, que viria a ser o segundo duque de Bragança[6]. Daí para o futuro o condado e o senhorio de Arraiolos andariam sempre associados ao ducado de Bragança.

No século XVI foram donatários da vila D. Jaime – a quem D. Manuel I devolvera os direitos dos antecessores, depois do confisco e condenação à morte do seu pai pelo rei D. João II – que ocupou o ducado até 1532, D. Teodósio I, que lhe sucedeu até ao ano de 1563, D. João I, entre essa data e a de 1583, e D. Teodósio II, que foi titular do condado de Arraiolos e do ducado brigantino até ao fim da centúria, prolongando-se ainda o seu domínio até 1630[7].

Quadro I – Donatários de Arraiolos (Século XVI)

Donatários	Períodos de vigência
D. Jaime, 5.º Conde de Arraiolos e 4.º Duque de Bragança	*1496* – 1532
D. Teodósio I, 6.º Conde e 5.º Duque	1532 – 1563
D. João I, 7.º Conde e 6.º Duque	1563 – 1583
D. Teodósio II, 8.º Conde e 7.º Duque	1583 – *1630*

Os direitos dos donatários na vila tinham por base a doação de D. João I a Nuno Álvares Pereira, que lhe outorgara *"a justiça, assi cível como crime* (exceto as alçadas) ... *e que el possa poer e fazer juízes, alcaides e meirinhos, almoxarifes, escrivães e tabeliães e todolos outros oficiais"*, para ele e os seus descendentes[8]. Além da importância simbólica do título de conde, as prerrogativas dos senhores de Arraiolos eram significativas, quer no plano judicial e administrativo, quer mesmo no militar, assim como no referente à administração das igrejas, de que tinham o padroado, e aos hospitais.

No plano judicial cabia-lhes a justiça intermédia, ou seja, o poder de julgar, por meio de *ouvidores* seus, os recursos idos da justiça ordinária ou de primeira instância, que pertencia aos juízes locais. Também não atuavam na última instância, relativa às apelações para o rei. Os ouvidores eram, em princípio, nomeados por três anos[9]. Os que intervinham em Arraiolos exerciam a sua ação nos domínios ducais da comarca de Entre Tejo e Odiana.

---

[5] Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, *Memórias da vila de Arraiolos*, Parte I, Arraiolos, Câmara Municipal, 1979, p. 55-56 e 58.

[6] Torre do Tombo, Místicos, Liv. 3, f. 193 v.

[7] Jorge Fonseca, *O foral manuelino de Arraiolos*, Arraiolos, Câmara Municipal, 2000, p. 10-11.

[8] Arquivo da Casa de Bragança, Contratos, Ms. 1/NG 1, f. 51 – 16.12.1387.

[9] António Manuel Hespanha, *História das instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Almedina, 1981, p. 300.

Quadro II – Ouvidores do duque referidos em fontes municipais (Século XVI)

Ouvidores	Anos com referências
Licenciado Álvaro Mendes	1538-1539
Martim de Aguiar, cavaleiro fidalgo da casa do Duque	1539
Doutor Francisco de Reboreda	1542
Licenciado Paulo Sardinha	1550
Licenciado António do Amaral	1566-1568
Licenciado Diogo Caldeira	1572-1576-1580-1582
Licenciado Arcádio de Andrade	1572-1584-1589
Licenciado António Barroso	1575-1576-1580-1582-1599
Doutor Domingos de Sá	1591
Licenciado Francisco Velho de Paiva	1594-1595
Gaspar Saraiva	1599

A estes representantes do senhor competia também controlar a administração concelhia, a começar pela promoção, fiscalização e intervenção nas eleições dos governantes locais, para cujo efeito se deslocavam à vila. As equipas camarárias eram constituídas por dois juízes ordinários (que alternadamente presidiam ao Concelho ou ministravam a justiça), três vereadores e um procurador do mesmo Concelho. Mas na primeira metade da centúria eram eleitos, em conjunto com estes, o tesoureiro e o aposentador e, por vezes, também o escrivão. Os mandatos de cada equipa eram anuais e as eleições realizavam-se, em princípio, trienalmente.

O sistema eleitoral usado na vila, tal como o das outras terras de senhorio brigantino, era, nesta época, semelhante ao seguido na grande maioria dos municípios do reino, mas comportava algumas particularidades. Nos restantes municípios a escolha era indireta, pois, de acordo com as *Ordenações manuelinas*, os homens da governança votavam em seis eleitores que, dois a dois, elaboravam listas de elegíveis, para cada cargo e para cada ano. Dessas, o juiz ordinário mais velho fazia três para cada cargo, que eram introduzidas em bolas de cera (pelouros), colocadas num saco, do qual no início de cada ano se tirava uma à sorte com as pessoas que deviam servir cada um deles[10]. Nos municípios tutelados pelos duques de Bragança vigorava o método *das favas*: a lista dos elegíveis era preparada pelo escrivão da câmara e revista por esta; no dia da eleição e na presença do ouvidor, todos os nomes da lista eram inscritos na boca de cântaros, em que os homens da governança votavam diretamente, com uma fava branca, se o quisessem aprovar, e com uma preta, se a intenção fosse reprová-lo[11]; no

[10] *Ordenações manuelinas. Livro I, Título 45*, Lisboa, Fund. C. Gulbenkian, 1984, p. 314-319.

[11] Rogério Capelo Pereira Borralheiro, *O município de Chaves entre o Absolutismo e o Libe-*

fim era elaborada, pelo escrivão e o ouvidor, a lista dos vencedores com condições para servir, certamente no número necessário aos três anos. Faziam-se três listas e cada uma era introduzida num pelouro, que ia, com os outros, para dentro de um saco. Anualmente era daí tirado um desses pelouros, com a lista para esse ano, que era enviada ao donatário para confirmação. Isso passava-se em Arraiolos durante o século XVI[12] e provavelmente nos restantes concelhos da Casa. Há várias referências à compra de favas e infusas *"para a eleição"*[13] e também à extração, nos anos intercalares das eleições, dos pelouros com as respetivas pautas e ao seu envio ao donatário e devolução por este[14].

Acompanhando uma tendência da própria administração da Coroa para um maior controlo dos municípios, em certos anos os duques nomearam um juiz de fora para substituir os dois juízes de eleição local. Isso aconteceu em 1569, com o Licenciado António Borges[15], em 1571, com o Licenciado Francisco Fernandes d'Orta[16] e em 1591-92, com o Licenciado Sebastião de Figueiredo de Almeida[17], que ocuparam o lugar durante períodos muito curtos, devido provavelmente à necessidade de serem deslocados para outros municípios ou por impedimento pessoal. Em 1592 o juiz de fora atrás referido teve que ser substituído, por razões de saúde, pelo vereador mais velho[18].

Nos restantes anos, de acordo com as fontes consultadas, houve sempre juízes ordinários. A repetição dos mesmos indivíduos nestes cargos, ou dos mesmos apelidos familiares, mostra que a elite social em que eram recrutados os governantes locais – *"os milhores dos lugares"*, como recomendavam as *Ordenações*[19] – era numericamente muito reduzida.

A presença dos ouvidores ocorria também no encerramento de cada gestão anual, para verificação das respetivas contas de receita e despesa, apresentadas pelo tesoureiro e para tomarem conhecimento da terça régia das rendas, que pertencia ao donatário. E o mesmo se passava quando eram eleitos os lançadores das sisas, imposto régio cuja correta arrecadação cabia aos duques garantir. A

---

ralismo (1790-1834), Braga, Edição do autor, 1997, p. 94-100; Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000, p. 237.

[12] Arquivo Histórico Municipal de Arraiolos, CMA/B/A/001/Lv 002, Liv. de Vereações de 1540-41, f. 8v., exemplo entre outros.

[13] AHMA- CMA/E/001/Lv 007, f. 8 v. e Lv 012, f. 16.

[14] AHMA – CMA/B/A/001/Lv 001, f. 1 e Lv 005, f. 66.

[15] AHMA – CMA/E/001/Lv 006 A, f. 37 v.

[16] AHMA – CMA/F/001/Lv 006, f. 1.

[17] AHMA – CMA/B/A/001/Lv 006, f. 94.

[18] AHMA – CMA/B/A/001/Lv 007, f. 149 v.

[19] *Ordenações manuelinas*, Liv. 1, Tít. 45, p. 321.

presença dos ouvidores, no entanto, não se verificava nos anos em que existia na vila um juiz de fora[20].

Quadro III – Juízes ordinários e de fora (Século XVI)

Juízes	Anos com referências
Diogo Lopes e Gaspar Martins, escudeiros	1509
Luís Afonso Dordio e Pero Fernandes Fidalgo, escudeiros	1515
Pero Afonso Dordio e Pero Vaz Fidalgo	1524
Afonso d'Évora e (...)	1536
António do Vale e João de Almeida	1537
Afonso Luís e Domingos Machado	1538
João d'Almeida e (...)	1539
Afonso Álvares e Fernão Dias	1540
António de Lisboa e João Martins Soudo	1541
João d'Almeida e Pero Teles	1542
Afonso Luís Dordio e Filipe do Casal	1547
Álvaro Luís Dordio e João d'Almeida	1549
Afonso Luís e João d'Almeida	1550
Belchior Machado e Lopo Dias	1566
Belchior Machado e Lopo Dias	1568
Licenciado António Borges, juiz de fora	**1569, 1570**
Belchior d'Ares e Rodrigo Manhos	1570
Licenciado Francisco Fernandes d'Orta, juiz de fora	**1571**
António do Vale e Belchior d'Ares	1572
Belchior Machado e Francisco Carneiro	1581
Gaspar d'Ares e (...)	1584
Jerónimo Varela e (...)	1586
Gaspar d'Ares e (...)	1588
Belchior Machado e Rui Machado	1589
André Lopes Franco e Gaspar d'Ares	1590
Lic. Diogo de Vilalobos e Heitor Ribeiro	1591
Licenciado Sebastião de Figueiredo de Almeida, juiz de fora	**Junho de 1591 e 1592**
Lopo Rodrigues Franco e Rui Machado	1593
Belchior Machado e André Lopes Franco	1596
Luís da Veiga da Mota e Lopo Rodrigues Franco	1597
Aires de Maiorga e António Rodrigues de Carvalho	1599
António d'Almeida e Custódio de Vilalobos	1600

[20] AHMA – CMA/F/001/Lv 001 a Lv 020.

Mas a sua intervenção na administração camarária era permanente, dando ordens sobre questões colocadas pela câmara ou por iniciativa do duque. Faziam-no diretamente no local ou, na maioria das vezes, por cartas, enviadas através de caminheiros seus, cuja deslocação competia ao concelho pagar. Outras vezes era este órgão que contactava o representante do duque nos seus locais de estadia ou residência, como Évoramonte, Monforte ou Sousel. Em 1586 o ouvidor ordenou à câmara que comprasse um exemplar das *Ordenações*[21]. Mandava também comprar favas e cântaros para as eleições, eleger guardas da saúde na ocorrência de pestes e, com frequência, enviava leis régias para serem postas em prática.

As relações epistolares entre a câmara e o duque de Bragança eram frequentes, remetendo-lhe os governantes locais cartas a Vila Viçosa ou a Lisboa, de acordo com o local onde se encontrasse, frequentemente ficando os enviados a aguardar o respetivo despacho. Em 1523 a câmara pediu ao duque que mandasse fazer um chafariz à Fonte da Arregaça, *"para beberem os bois e bestas"* em vez da forca que tinha ordenado que se erguesse[22]. Em 1538, 1539 e 1568 a mesma mandou pedir ao donatário que não retirasse da vila *"o pão das terças"*, ou seja, o cereal do seu reguengo ou de outras propriedades que tinha no termo, cuja terça parte devia, segundo as posturas, ficar na terra para subsistência da população[23]. De outras vezes vinham ordens do titular, para pagamento de serviços a certas pessoas – como aos clérigos que pregavam na Quaresma, a um homem que foi chamar *"o negro tangedor"* para tocar tamboril na festa de S. Sebastião[24] – e muitos outros, mas também para que a câmara empreendesse certas obras de interesse público, como *"fazer a Praça chã"*[25] (alisar a Praça) ou consertar a Ponte de Pontega, calçando-a[26].

Quando os assuntos eram de solução mais difícil e implicavam negociações o concelho enviava elementos seus para falarem com o duque, como o vereador João Rodrigues que, em 1550, se deslocou a Vila Viçosa para *"falar com o Duque Nosso Senhor sobre certas cousas"*[27] ou o juiz Belchior Machado que, em 1581, veio a esta vila *"ao Duque Nosso Senhor a tratar com ele certos negócios ou no seu conselho"*[28].

Os duques de Bragança estavam isentos da correição régia[29], mas não da *alçada*, direito de fazer justiça em processos-crime particularmente graves, que

---

[21] AHMA – CMA/B/A/001/Lv 005, f. 52.

[22] AHMA – CMA/B/A/001/Lv 001, f. 18.

[23] AHMA – CMA/E/001/Lv 001, 20 v.; Lv 002, f. 7 e Lv 006, f. 11V.

[24] AHMA – CMA/E/001/Lv 003, f. 16.

[25] AHMA – CMA/E/001/Lv 003, f. 18.

[26] AHMA – CMA/E/001/Lv 006, f. 12 v.

[27] AHMA – CMA/E/001/Lv 004, f. 49.

[28] AHMA – CMA/E/001/Lv 007, f. 5 v.

[29] Mafalda Soares da Cunha, Ob. cit., p. 221.

os soberanos nunca alienavam e de cujas sentenças não havia direito a apelação[30]. Foi ao abrigo dessa prerrogativa que em Maio de 1591 esteve em Arraiolos, com alçada, o Doutor João Leitão, para devassar sobre a morte do juiz Gaspar d'Ares, que tinha sido assassinado. Estava também na vila, certamente pela mesma razão, o ouvidor Doutor Domingos de Sá. Ambos foram aposentados pela câmara e dada ordem aos almotacés para que preparassem dez pousadas para os adjuntos da alçada. Por se esperarem na vila *"muitos julgadores de fora (...) e muita gente com eles"* foi decidido que os vendedores de vinho o tivessem em abundância, as padeiras pão suficiente, os almocreves pescado e os lavradores levassem ovos, queijos, leitões, requeijões, cabritos e galinhas a vender, sem lhes alterarem os preços[31]. O insólito e grave acontecimento que motivou a alçada foi, por certo, a causa da nomeação pelo duque, no mês seguinte, de um juiz de fora. Convinha mostrar ao rei que o donatário estava preparado para impedir a repetição de tal desmando.

E a Casa também não estava ao abrigo das inspeções regulares dos provedores das comarcas, dependentes do rei, às contas das câmaras, hospitais e confrarias das terras do seu senhorio. Tais inspeções podiam ser feitas presencialmente nas localidades ou na sede da correição ou outro local em que esses magistrados se encontrassem. Temos exemplos de umas e outras ocorrências. Em 1550 o Doutor Estêvão de Aguiar esteve em Arraiolos para esse fim[32], em 1569 o Licenciado Álvaro Afonso tomou conhecimento, na vila, das contas do ano anterior[33] e em 1577 o Doutor João d'Aboim de Brito foi à vila com o mesmo objetivo. Mas em 1581 foi o procurador do Concelho que levou ao provedor, a Évora, o livro da Receita e Despesa da gestão já concluída[34].

Um dos poderes dos duques em Arraiolos era o de nomear os Alcaides-mores, a quem competia o governo militar das terras fortificadas, incluindo a defesa a todo o custo dos respetivos castelos[35]. No século XVI e no seguinte, porém, como acentuou Mafalda Soares da Cunha, com a deslocação progressiva dos cenários de guerra para o exterior do reino, o cargo tinha adquirido um caráter sobretudo honorífico, sendo os castelos *"símbolos visíveis do poder"*. Devido a essa natureza representativa os alcaides-mores nomeados pelos duques de Bragança pertenciam às linhagens de melhor estirpe ao serviço da Casa[36]. Isso se passava com os Pereira, senhores de Castro Daire, entre os quais são referi-

---

[30] Marcelo Caetano, *História do Direito civil português (1140-1495)*, Lisboa, Verbo, 1985, p. 495.

[31] AHMA – CMA/B/A/001/Lv 006, f. 84 v.-86.

[32] AHMA – CMA/E/001/Lv 004, f. 60.

[33] AHMA – CMA/E/001/Lv 006, f. 23.

[34] AHMA – CMA/E/001/Lv 007, f. 6 v.

[35] *Ordenações manuelinas*, Liv. 1, Tít. 55, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1984, p. 370-381.

[36] Mafalda Soares da Cunha, Ob. cit., p. 253 e 416.

dos como alcaides-mores de Arraiolos Henrique Pereira, em 1510, 1515 e 1524, e o seu filho Fernão Pereira, em 1548 e 1560, quando faleceu. Eram ambos fidalgos da casa do duque de Bragança. Quando este morreu ficou a representar a alcaidaria e a exercer as respetivas funções a sua viúva D. Maria Pimentel ou de Vasconcelos, até 1572, ano do seu próprio falecimento[37]. Depois disso, em data que desconheço – e porque o casal só tinha uma filha, que o duque acolheu em Vila Viçosa – deve ter sido nomeado Teodósio de Sousa, que em 1604 habitava na vila como alcaide[38]. Em 1592 um alcaide-mor cujo nome não é referido, designou um alcaide pequeno para a vila[39]. Dada a proximidade das datas, poderá tratar-se do mesmo Teodósio de Sousa.

Pelo menos Fernão Pereira e a mulher habitaram o paço da alcaidaria de Arraiolos, tendo sido ambos sepultados no Mosteiro dos Lóios da vila.

Os alcaides-mores tinham atribuições práticas, além das simbólicas já referidas. Cabia-lhes a indicação dos alcaides pequenos, encarregados do policiamento das terras, assim como dos ajudantes destes. Mas a posse desses cargos era dada, a uns e outros, pelas câmaras. Por isso, quer Henrique Pereira, quer Fernão Pereira, quer mesmo D. Maria, viúva deste, apresentaram aos governantes municipais indivíduos que acharam aptos para servir esses postos[40]. E o mesmo se passava com os carcereiros, havendo notícia desse facto e da posse e juramento que prestaram perante a câmara de guardar *"o serviço del Rei e de Sua Excelência* (o duque) *e às partes seu direito e o segredo da Justiça"*[41]. Em 1590 foi nomeado novo carcereiro, por o anterior ter deixado fugir os presos. A apresentação foi feita à câmara pelo rendeiro dos direitos reais, em nome do alcaide-mor, provavelmente por este não se encontrar na vila[42].

As atribuições militares dos alcaides-mores restringiam-se, de acordo com as *Ordenações*, ao âmbito territorial da sua alcaidaria. E quando aos donatários era necessário o apoio local para o recrutamento de soldados, deslocação de cavalgaduras ou tarefas semelhantes, os alcaides-mores não apareciam a intervir, cabendo esse papel à câmara. Foi o que aconteceu em 1596, quando o duque levantou um exército de muitas centenas de homens para se dirigirem a Lisboa, devido às notícias de um iminente ataque inglês às costas portuguesas[43]. Por

---

[37] Arquivo Histórico da Casa de Bragança, BDM II, Res., Ms. 29 Adq.

[38] Mafalda Soares da Cunha, Ob. cit., p. 253.

[39] AHMA – CMA/B/A/001/Lv 007, f. 153 v. – 159.

[40] Jorge Fonseca, "A Alcaidaria de Arraiolos no século XVI. Economia e quotidiano", *Callipole*, n.º 18, Vila Viçosa, Câmara Municipal, 2010, p. 103.

[41] AHMA – CMA/B/A/001/Lv 007, p. 159 – 18.7.1592.

[42] AHMA – CMA/B/A/001/Lv 005, p. 74 v.

[43] Joaquim José da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa*, v. 6, Vila Viçosa, Câmara Municipal, 1983, p. 101.

Quadro IV – Alcaides-mores de Arraiolos (Século XVI)

Alcaides-mores	Anos com referências
Henrique Pereira, fidalgo da casa do duque	1510; 1515; 1524
Fernão Pereira, fidalgo da casa do duque, filho do anterior, falecido em 1560	1548; 1560
D. Maria Pimentel ou de Vasconcelos, viúva do anterior, exerceu as funções da alcaidaria até falecer, em 1572	1566; 1572
Teodósio de Sousa (?)	1592

ordem do donatário, a câmara enviou quatro funcionários *"para irem por os montes requerer gente para esta jornada de Lisboa, scilicet, os soldados para irem com o duque nosso senhor"*[44]. E pagou ao alcaide (naturalmente o alcaide pequeno) *"por ir a Vila Viçosa levar os cavalos que haviam d'ir ao socorro"*[45]. Como o próprio duque passou pela vila à frente desse exército, as autoridades mandaram consertar as estradas e as pontes do termo, limpar a Praça, assim como preparar mantimentos, comprar tochas e velas e recolher arcabuzes e piques em instalações do município[46].

Na doação original de Arraiolos a Nuno Álvares Pereira estava incluída a nomeação de almoxarifes, escrivães, meirinhos, tabeliães e todos os outros oficiais (funcionários, como diríamos hoje) necessários à administração da vila e seu termo. Os dois tabeliães em atividade no século XVI, de nomeação ducal, pagavam, de acordo com o foral de 1511, de pensão, 1.930 reais cada um, importância que, como direito real, era recebida pelo donatário[47]. Mas mesmo outros profissionais que estavam ao serviço regular da comunidade e eram pagos pelo erário concelhio, como o físico e o boticário, eram designados por alvará ducal, que fixava os respetivos ordenados. Em 1581 foram também pagos 2.000 reais a Inês Cosme *"por curar (...) os feridos no tempo do peste passado e continuar à Casa da Saúde com eles"*[48].

Do orçamento do município saía, entre 1593 e 1599, por provisão do duque, a verba destinada à propina de um escrivão da sua câmara que despachava os assuntos da câmara arraiolense[49]. E o próprio escrivão da câmara da vila

[44] AHMA – CMA/E/001/Lv 010, f. 11 v.

[45] Idem, f. 14 v.

[46] Idem, f. 15 v., 17, 18 v., 19 v. e 21 v.

[47] Jorge Fonseca, Ob. cit., p. 51 e 65.

[48] AHMA – CMA/E/001/Lv 007, f. 9 v.

[49] AHMA – CMA/E/001/Lv 009, f. 21, Lv 010, f. 14 v. e Lv 012, f. 8.

podia ficar ao serviço particular do donatário se este o entendesse por bem, como aconteceu em 1589 quando esteve impedido de servir o concelho por *"andar no Reguengo servindo o duque"*[50].

Os abusos dos senhores, que exorbitavam dos poderes que legalmente detinham, foram regra e motivo de queixa generalizada dos povos no período medieval, tendo ocasionado em grande parte a reforma manuelina dos forais, destinada a extirpá-los. Mas nem assim os poderosos deixaram de tentar, quando a ocasião se proporcionava, ir além das suas atribuições legítimas. Isso ocorreu no século XVI com os duques de Bragança e com muitos outros donatários da Coroa. É exemplo desse comportamento o uso das riquezas acumuladas nos cofres dos órfãos das terras do seu domínio.

Por decisão de D. João III de 1535, o dinheiro, ouro, prata e jóias pertencentes a órfãos deixaram de ficar na posse dos respetivos tutores e passaram a ser depositados em cofres próprios, nas mãos de depositários, mas à responsabilidade dos juízes dos órfãos[51]. O objetivo da lei era proteger os interesses dos tutelados de eventuais abusos dos respetivos tutores. O uso desses valores, nomeadamente para investimentos em bens de raiz, era supervisionado pelos mesmos juízes dos órfãos[52]. Mas, apesar dos fins claros a que se destinavam, começaram a ser utilizados por câmaras, conventos, donatários e pela própria Coroa, a título de empréstimo, para acorrer a várias necessidades. Mas tal obrigava a autorização régia e à entrega de penhores correspondentes às quantias levantadas. Isso, no entanto, nem sempre sucedeu, sobretudo por parte de D. Teodósio I, que costumava proceder a levantamentos dos cofres dos órfãos das terras do seu senhorio para necessidades públicas, como a falta de cereais, mas também para fins particulares. Em 1550, por exemplo, fê-lo para poder satisfazer *"certas letras"* e achar que o dinheiro levantado *"em nenhuma mão pod*(ia) *estar mais certo nem mais seguro"* que na sua[53]. Já o seu filho D. João I tinha por prática obter licença real e entregar penhores sempre que recorria aos cofres dos órfãos[54].

As estreitas relações que existiam entre o ducado brigantino e o município de Arraiolos levavam a que certos acontecimentos importantes da casa dos donatários fossem devidamente assinalados na vila. Essa a razão pela qual o nascimento de um herdeiro do duque era festejado, como sucedeu em 1568, quando

---

[50] AHMA – CMA/B/A/001/Lv 005, f. 41 e 43.

[51] Duarte Nunes do Lião, *Leis extravagantes e repertório das Ordenações* (1569), Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1987, p. 48-50 v.

[52] Maria de Fátima Machado, "Os cofres dos órfãos no ducado da Casa de Bragança (Século XVI)", *Marginalidade, pobreza e respostas sociais na Península Ibérica (Séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2011, p. 11-13.

[53] Idem, p. 17-18.

[54] Idem, p. 18.

nasceu o futuro D. Teodósio II, tendo a câmara pago a nove foliões *"que foliaram quando nasceu o duque novo"* e mandado também repicar *"o relógio"*, ou seja, o sino que marcava as horas do alto da respetiva torre da muralha[55].

Concluindo, o concelho arraiolense, pela abundância de fontes históricas que resistiram até hoje à passagem do tempo, é um bom exemplo do funcionamento de um município de senhorio brigantino no Portugal quinhentista.

[55] AHMA – CMA/E/001/Lv 006, f. 12 v. e 13.

A POBREZA E OS MEANDROS DA ASSISTÊNCIA: A MISERICÓRDIA DE VILA VIÇOSA (SÉCULOS XVI-XVIII)

Maria Marta Lobo de Araújo*

Introdução

A historiografia portuguesa assistiu nas últimas décadas ao surgimento de um grande surto de trabalhos sobre pobreza e assistência, os quais permitiram conhecer melhor o funcionamento das instituições de assistência, os agentes distribuidores, bem como os pobres beneficiados. Nesse esforço de conhecimento dos principais protagonistas, destaca-se o papel desempenhado pelas Misericórdias em termos locais, bem como os meandros de que se revestiu a distribuição dos bens sociais[1]. Ao mesmo tempo, é hoje possível ter uma visão mais comple-

* Docente do Departamento de História da Universidade do Minho. Membro do CITCEM.

[1] Destacam-se, entre muitos outros, os trabalhos desenvolvidos por Sousa, Ivo Carneiro, *V Centenário das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, CTT, 1998; Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500-1755: aspectos de sociabilidade e poder. Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal*, 1990; *Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999; Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997; *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001; Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750-1850)*, Viseu, Palimage Editores, 2000; *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2010; Ribeiro, António Magalhães da Silva, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (século XVI-XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2008 dis. de doutoramento policopiada; Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vols. 3 a 9, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2002-2011 e os meus próprios.

ta e circunstanciada dos grupos sociais socorridos. Alguns trabalhos deram igualmente destaque ao desempenho de várias instituições[2], enquanto outros sublinharam a ação de particulares[3].

Embora várias instituições interviessem no processo caritativo, apenas as Misericórdias se dedicavam por inteiro a esta prática. O reconhecimento de vários intervenientes no processo assistencial não invalida o papel preponderante das Santas Casas ao longo da Idade Moderna. Elas foram sem sombra de dúvida as confrarias com maior destaque no campo social: ajudando presos, cativos, doentes, peregrinos, órfãos, enjeitados e sepultando mortos. Sublinha-se ainda a sua ação na distribuição de alimentos, de roupa e no apoio às mulheres, na juventude, através de dotes de casamento ou do seu internamento em recolhimentos, mas também quando idosas, sem forças e incapazes de trabalhar. As viúvas constituíram igualmente um grupo considerado prioritário. Deve ainda recordar-se a assistência prestada aos militares, principalmente em situação de guerra, mas igualmente aos náufragos e estrangeiros, deixando uma marca indelével no combate à pobreza.

Foi ainda possível conhecer de forma mais detalhada o envolvimento dos poderes locais nestas instituições. Em simultâneo ou de maneira alternativa, os seus membros ocupavam cargos nas Misericórdias, nas Câmaras[4], na Mitra[5], no

---

[2] Destaca-se a ação das ordens terceiras, confrarias, mitras, cabidos e conventos. Leia-se para as ordens terceiras Moraes, Juliana de Mello, *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)*, Braga, Universidade do Minho, 2009, pp. 313-325; 542-546. dis. de doutoramento policopiada; Jesus, Elisabete, "As manteladas: um espaço feminino de religiosidade dos terceiros franciscanos do Porto", in *Em torno dos espaços religiosos – monásticos e eclesiásticos: actas do Colóquio de homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias*, Porto, Instituto de História Moderna e Contemporânea da Universidade do Porto, 2005, pp. 135-154. Sobre confrarias consulte-se Vieira, Maria José de Azevedo da Costa, *A confraria do Menino Deus da Paróquia de Maximinos (1700-1850). População, Sociedade e Assistência*, Braga, Universidade do Minho, 1994, pp. 181-200, dis. de Mestrado policopiada. Para o papel das mitras leia-se Paiva, José Pedro, "O episcopado e a "assistência" em Portugal na Época Moderna séculos XVI-XVIII", in Abreu, Laurinda (ed.), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (século XVI-XVIII)*, Lisboa, CIDEHUS, 2004, pp. 167-196. A propósito da ação caritativa do cabido de Braga veja-se Dinis, Celeste; Barbosa, António Francisco, "Pobreza e caridade: a acção assistencial do Cabido bracarense em período de *Sé Vacante* (1728-1741)", in *Cadernos do Noroeste. Série História 3*, 20 (1-2), 2003, pp. 497-522. Para a ajuda prestada a pobres pelo convento de Nossa Senhora da Conceição, de Braga, confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "*Rosas na caridade e lírios na mortificação*: as religiosas e a caridade do convento de Nossa Senhora da Conceição de Braga na Idade Moderna", comunicação apresentada na Faculdade de Línguas e Literatura Estrangeira Moderna da Università degli Studi della Tuscia, Itália, policopiada, 2011.

[3] O estudo de benfeitores particulares encontra-se em Araújo, Maria Marta Lobo de, "Vila Viçosa, as "esmolas" e os "pobres" do duque D. João II (1636-1646)", in *Revista de Demografia Histórica*, Saragoça, XXII-II, 2004, pp. 183-205.

[4] Veja-se para Ponte da Barca, Pereira, Maria das Dores Sousa, *Entre ricos e pobres: a Misericórdia de Ponte da Barca (1650-1800)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008, pp. 100-105.

Exército, no aparelho do Estado[6] e na Casa de Bragança, como se verificou, neste último caso em Vila Viçosa.

As Misericórdias disponibilizavam bens sociais aos considerados mais necessitados, atuando com critérios de seleção, por incapacidade de prover a totalidade dos necessitados. A inexistência de rendimentos que suportassem uma ajuda indiferenciada, obrigou-as a trabalhar com mecanismos de seleção[7]. Perante o crescente número de pobres na Idade Moderna, estas confrarias auxiliavam apenas os que consideravam merecedores, afastando da esmola todos os restantes.

Práticas de caridade na Misericórdia de Vila Viçosa

Em funcionamento em 1510, mas com data de fundação ainda desconhecida, a Misericórdia de Vila Viçosa foi marcada durante toda a Idade Moderna por uma presença muito forte da Casa de Bragança. Essa marca distintiva é sentida de maneira particular até 1656 data da morte de D. João IV. A partir desse momento, a presença da Casa ducal perdeu fôlego, porque deixou de ter ligação direta ao rei, seu irmão. Os legados deixaram de ser pagos atempadamente ou foram suspensos, como se verificou após o terramoto de 1755, colocando a confraria numa situação financeira muito complicada.

A história da Misericórdia de Vila Viçosa está intrinsecamente associada à Casa de Bragança, muito provavelmente desde o seu início, embora a falta de fontes para o momento fundacional nos obrigue a cautelas nessa afirmação[8]. É, todavia, sabido que em 1510 o poder da Casa ducal se faz sentir quando passa o hospital do Espírito Santo para a administração da confraria. Se os duques foram os seus fundadores e primeiros provedores, como a documentação abundantemente faz notar, também não o podemos afirmar. No entanto, acreditamos na possibilidade de terem sido eles a desenvolver esforços para dotarem a vila de uma Misericórdia, à

---

[5] Confira-se o estudo de Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga*, 2.º vol., Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga e autora, 2003, pp. 299-316.

[6] Vários provedores da Santa Casa de Lisboa ocuparam cargos destacados no aparelho do Estado. Veja-se Serrão, Joaquim Veríssimo, *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos Anos de História*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998.

[7] Confira-se Sá, Isabel dos Guimarães, "Estatuto social e discriminação: formas de selecção de agentes e receptores de caridade nas Misericórdias portuguesas ao longo do Antigo Regime", in Leandro, Maria Engrácia; Araújo, Maria Marta Lobo de; Costa, Manuel da Silva (Org.), *Saúde. As teias da discriminação social. Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, 2002, pp. 308-310.

[8] A inexistência de fontes para os primeiros momentos de várias Misericórdias impossibilita o conhecimento da sua criação. Leia-se para este assunto Paiva, José Pedro, "O movimento fundacional das Misericórdias (1498-1910)", in *A solidariedade nos séculos: a confraternidade e as obras. Actas do I Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Aletheia Editores, 2009, pp. 397-412.

semelhança do que acontecia nas vilas próximas de Elvas e Estremoz[9]. Por outro lado, a criação da Misericórdia de Ourém a mando do duque D. Teodósio I, em 1540, demonstra a intervenção direta dos duques nestas fundações.

A presença da Casa ducal na Misericórdia de Vila Viçosa esteve ao longo da Idade Moderna presente em todos setores da vida da instituição. Para além de serem seus membros, os duques criaram-lhe as condições necessárias para que se constituísse como o principal pólo de assistência em termos locais: dotaram-na de instituições que lhe pertenciam: o hospital do Espírito Santo, o colégio dos órfãos e o "hospital dos males", coroaram-na de legados, abrindo linhas de ação social para determinados setores, como foi o caso da assistência domiciliária, da ajuda aos presos, e dotaram-na de capital simbólico, que demarcava o seu poder, permitindo-lhe, sempre que necessário, invocar a vontade e a determinação dos duques. Mas a ação da Casa de Bragança na Misericórdia foi muito mais do que a soma de esmolas, legados e instituições. Os duques foram seus irmãos, deram conselhos sempre que lhes foram pedidos, resolveram problemas financeiros em tempos de crise, ordenaram a eleição de determinados irmãos quer para a provedoria, quer para outros lugares da Mesa, enviaram profissionais de saúde para o hospital; isto é, em vários momentos, geriram a Misericórdia a partir do Paço, emprestando-lhe muito do seu poder e prestígio. Menciona-se ainda a pertença de vários confrades à Casa de Bragança, onde ocupavam lugares de destaque e agiam na Misericórdia, não raras vezes, em nome do duque. Por seu lado, os confrades sabiam que ao dirigirem-se ao "Duque nosso senhor" encontravam resolução para as suas dúvidas, porque os problemas eram tratados como se pertencessem à Casa senhorial.

Na primeira metade do século XVII, a intervenção de D. Teodósio II e de D. João II na Santa Casa foi tão marcante que a confraria se tornou numa sucursal do Paço ducal. Nessas ocasiões, a Misericórdia limitava-se a cumprir as ordens dos senhores locais.

Apesar dos duques terem constituído os principais investidores na Misericórdia com esmolas e legados, muitos fidalgos da Casa de Bragança seguiram-lhes os passos, deixando-lhes também parte da sua fortuna.

O investimento das elites na salvação da alma tornou as Misericórdias recetoras de avultadas fortunas, facto que direcionou algumas das obras de misericórdia que tinham em prática. Essa forma de intervenção conferia-lhes ainda lugar de destaque e reforçava-lhes o seu poder em termos locais[10].

---

[9] Sabe-se que em 1502 as Misericórdias de Elvas e de Estremoz já estavam em funcionamento. Confira-se Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 3, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2004, p. 363.

[10] A necessidade de fazer boas práticas para alcançar a salvação tornou as elites beneméritas ao mesmo tempo que lhes aumentou o seu poder. Veja-se Pardal, Rute, *As elites de Évora ao tempo da dominação filipina. Estratégias de controlo do poder local (1580-1640)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS, 2007 pp. 89-97.

A intervenção tão pronta e direta dos duques não se verificou nas restantes Misericórdias do seu senhorio, embora junto de algumas tenha sido maior do que noutras[11]. Mesmo assim, distanciou-se muito do verificado em Vila Viçosa. O facto de residirem na vila, possuírem um conhecimento profundo da situação e terem investido tão profundamente na confraria, ocasionou laços muito estreitos entre as duas instituições, nunca quebrados até 1910, embora bastante esmorecidos a partir de 1656[12].

A política assistencial da Casa de Bragança para Vila Viçosa contemplava duas modalidades: o desenvolvimento de práticas próprias e o apoio à Misericórdia local. A Casa ducal distribuía esmolas duas vezes por semana aos pobres que a procuravam e tinha uma linha de ajuda aos mais desfavorecidos que contemplava auxílio na doença, na velhice e na morte. Eram ajudadas muitas mulheres viúvas com roupa, comida e dinheiro, mas também pessoas no ocaso da vida e várias famílias para enterrar os seus mortos. Em 1636 estabeleceu diretrizes assistenciais para os forasteiros que passavam pela vila, determinando o tempo que podiam permanecer e a ajuda a receber ao longo desse período. Essas informações foram dirigidas à confraria para as incorporar na sua atuação. O medo dos desconhecidos e o perigo que podiam significar em termos de segurança e saúde pública levou à tomada de medidas, de forma que a esmola contemplasse somente os conhecidos e tidos como merecedores[13]. Num período em que a dádiva estava tão imbuída de sentimento religioso, estar afastado da prática religiosa não abonava em favor dos que apareciam em bando pelas localidades[14].

As diretrizes do duque privilegiavam a esmola aos naturais, mas proibia-se-lhes que pedissem pelas portas. Ao mesmo tempo indicava-se à Misericórdia que procedesse a peditórios para ajudar os necessitados da terra. A ordem do duque visava acabar com os mendigos da rua, expulsar os forasteiros após três dias de permanência e delimitar a caridade à Casa de Bragança e à Misericórdia.

O investimento direto na Santa Casa e as práticas de caridade nela desenvolvidas pela Casa brigantina formavam o outro bloco.

O facto de ambas as instituições desenvolverem um programa assistencial, ainda que muito diversificado, explica o elevado volume de pobres que acorria à vila. A fome conhecida em vários momentos no Alentejo atirava vagas de pobres para os caminhos à procura de ajuda[15]. Para além destas instituições, o ele-

---

[11] Para este assunto consulte-se Cunha, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, pp. 370-382.

[12] Apesar dessa circunstância, a situação alterou-se com a partida dos duques para Lisboa, onde assumiram a Coroa. A relação de proximidade e interesse direto manteve-se principalmente até à morte de D. João IV.

[13] Woolf, Stuart, *Los pobres en la Europa Moderna*, Barcelos, Ed. Crítica, 1989, pp. 32-33.

[14] Leia-se Rheinheimer, Martin, *Pobres, mendigos y vagabundos. La supervivencia en la necesidad, 1450-1850*, Madrid, Siglo XXI, 2007, p. 140.

[15] Consulte-se Fonseca, Hélder Adegar da, "Sociedade e elites alentejanas no século XIX", in *Economia e Sociedade*, n.os 45-46, 1988, pp. 80-82.

vado número de conventos e o recolhimento da vila também distribuíam esmolas aos pedintes.

Analisamos as práticas de caridade da Misericórdia da vila, dando principal destaque aos doentes, presos, órfãos, mortos e às esmolas de comida e roupa.

Os doentes

A Misericórdia de Vila Viçosa teve ao longo da Idade Moderna uma intervenção forte no setor da saúde. Essa sua faceta decorre do facto de muito cedo ter passado a administrar o hospital do Espírito Santo, até então pertença da Casa de Bragança, mas não só. A assistência domiciliária a todos os que não desejavam ou não podiam ser internados por motivos de doença constituiu outra das suas caraterísticas.

Por vontade do duque D. Jaime, a Santa Casa passou a partir de 1510 a administrar o único hospital da vila. Ao longo da Idade Moderna, o hospital foi alvo de reformas que o tornaram mais adaptado às necessidades de uma procura em crescimento. O volume de doentes foi aumentando, principalmente de trabalhadores não naturais da região. Eram maioritariamente homens solteiros que faziam temporadas de trabalho no Alentejo, chegados de todas as regiões do país[16]. Embora a sua presença se sentisse ao longo de todo o ano, era no Verão que mais procuravam o hospital.

A maioria dos internados no hospital era do sexo masculino, de acordo, aliás, com o conhecido para algumas regiões do país[17]. Em Vila Viçosa, as mulheres preferiram ser tratadas a domicílio, deixando o internamento para os casos mais graves e que não podiam ser atendidos em suas casas.

O hospital era para pobres, mas muitos que o procuravam pagavam o tratamento recebido. Esta cláusula estava consignada no compromisso que estabelecia tratamento gratuito apenas para os que não podiam pagar. Como muitos internados recebiam um salário, estavam obrigados a reembolsar a confraria pelos serviços prestados, todavia, nem sempre o faziam. Acontecia frequentemente que os seus amos, também membros da confraria, pressionavam a Mesa para não lhe co-

---

[16] A propósito das migrações internas confira-se Oliveira, António, "Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a1900", in *Arquipélago*, 2, 1, 1995, p. 278; Durães, Margarida, Lagido, Emília, Caridade, Cristina, "Une population qui bouje: les migrations temporaires et saisonnières à partir de Viana do Castelo (XVIIIe-XIXe siècles)", in *Obradoiro de História Moderna*, n.º 15, 2006, pp. 29-75.

[17] Para Setúbal leia-se Abreu, Laurinda, *Memórias da alma e do corpo...*, pp. 400-407. Da mesma autora e para o hospital do Espírito Santo de Évora consulte-se "Um sistema antigo num regime novo: permanências e mudanças nas políticas de assistência e saúde (1780--1840). O caso do Alentejo", in Fonseca, Teresa; Fonseca, Jorge (ed.), *O Alentejo entre o Antigo Regime e a Regeneração. Mudanças e permanências*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS, 2011, pp. 168-169. Sobre os hospitais da Universidade de Coimbra veja-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controlo social...*, vol. I, pp. 727-741.

brar a despesa feita, sendo tratados gratuitamente, facto que levou D. Teodósio II, em 1628 a determinar a não aceitação dos criados moradores na vila, sem previamente depositarem uma caução. Esta medida procurava dotar a Misericórdia de mecanismos de defesa nos casos em que os amos se recusassem a pagar a despesa efetuada. Havia ainda quem declarasse nada possuir para a poder satisfazer.

Os militares enfermos

A presença masculina no hospital foi reforçada a partir de 1660 com a assinatura de um acordo com o Exército para serem tratados militares no hospital da confraria. Esse acordo deve ser analisado à luz do contexto de guerra que se vivia e da fase em que o conflito se encontrava.

Sede da Casa de Bragança, Vila Viçosa ocupava na ocasião um lugar simbólico de importância acrescida, não sendo de estranhar, por conseguinte, a presença de um vasto corpo de militares na região. Por outro lado, a entrada do Exército espanhol no Alentejo, os combates travados em finais da década de 50 e durante alguns anos da década seguinte, explicam a preocupação da regente D. Luísa de Gusmão em assegurar condições de tratamento ao corpo militar para aí destacado[18].

Apesar de o hospital reunir condições para albergar um vasto contingente militar, mesmo assim foi necessário recorrer a camas em casas particulares, uma vez que as 100 reservadas para o Exército não foram suficientes. Estava acordado que o hospital recebesse soldados doentes não apenas da vila, mas também de Terena, Borba, Alandroal e Monsaraz, localidades próximas, algumas delas dotadas de unidades de serviços de saúde, mas de dimensão inferior à existente em Vila Viçosa.

A procura por parte da Coroa dos hospitais das Misericórdias explica-se pela inexistência de hospitais militares e dos *hospitais do Rei* serem em número muito limitado[19]. Mesmo assim, em algumas localidades foi necessário recorrer aos hospitais de Santas Casas e montar um hospital de campanha.

Com a presença dos homens da guerra, o quotidiano hospitalar de Vila Viçosa sofreu transformações muito significativas. A presença de militares afastou as mulheres ainda mais do hospital, mas também muitos homens. A confraria teve de acentuar a vertente da assistência domiciliária e manter uma contínua correspondência com o Exército para ser paga pelas despesas feitas.

---

[18] Sobre a fase da guerra na região alentejana nas décadas de 50 e 60 e a batalha de Montes Claros, que decorreu muito próximo da vila, leia-se Monteiro, Nuno Gonçalo, "A guerra da Aclamação", in Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 276-281.

[19] Para este assunto confira-se Borges, António Moutinho, *Reais hospitais Militares de Portugal (1640-1834)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 26-29.

A assistência prestada aos militares contemplava um pagamento diário por cada internado, facto que resultava em ganhos para a Santa Casa, embora os lamentos fossem constantes junto do Estado para proceder a pagamentos que chegavam atrasados e de forma parcelar.

A relação pessoal entre os membros da Casa de Bragança, agora Coroa, com muitos irmãos da Santa Casa, acrescida do facto do hospital ter sido uma fundação da Casa ducal, foi no nosso entendimento fundamental para o estabelecimento do acordo e o desenrolar de todo o processo ligado à cura de militares. A vontade de retribuir muitos favores recebidos por parte dos irmãos, o contexto em que o acordo foi celebrado e a necessidade de consolidar a independência nacional levaram a confraria a aceitar colaborar com a Coroa. A satisfação deste serviço manifestava o lugar inferior ocupado pela Misericórdia e a dependência em que a proteção ducal e régia a colocava[20].

A escassez de fontes para o período da guerra impossibilita-nos o conhecimento dos efetivos militares tratados no hospital, todavia, conhecemos a sua presença em finais do século XVIII, aquando do envolvimento de Portugal em novos conflitos militares. Nessa altura, o hospital internava quase somente militares e em número muito elevado.

O internamento dos homens da guerra no hospital da Santa Casa obrigou a confraria a uma burocracia a que não estava habituada. Para ser ressarcida das despesas feitas, tinha que enviar mapas de militares e uma contabilidade atempada e rigorosa às instâncias devidas. Essa obrigação envolveu o escrivão, mas também outros irmãos nessa tarefa, embora nem sempre esta fosse coroada de êxito. Como a Misericórdia precisava de dinheiro e entendia que não devia investir as receitas dos pobres no tratamento dos soldados, exigia da Coroa os pagamentos devidos, mas nem sempre havia dinheiro para pagar[21] ou era necessário corrigir a informação enviada ou bater à porta de outras repartições públicas para receber. A saga a que a Misericórdia esteve sujeita levou-a primeiramente à desilusão, depois ao desespero e, por fim, ao corte de relações com o Exército, chegando mesmo a não receber temporariamente militares no seu hospital. A deterioração das relações teve lugar em momentos de conflito violento para ambas as partes, todavia, após pagamento, estas foram novamente restabelecidas, uma vez que a Misericórdia não desejava entrar em rutura com a Coroa. A Santa Casa agia dentro de um quadro com algumas limitações, dada a sua ligação à Casa de Bragança. Embora reclamasse, criticasse e fizesse represálias, logo que

[20] Consulte-se Cunha, Mafalda Soares da, "Práticas de poder senhorial à escala local e regional: fins do século XV a 1640", in Oliveira, César de (dir.), *História dos Municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 154.

[21] As dificuldades financeiras do Estado eram grandes e nem sempre possibilitavam pagamentos atempados. Leia-se Magalhães, Romero de, "Dinheiro para a guerra: as décimas da Restauração", in *Hispania*, n.º 216, 2004, p. 161.

o pagamento era efetuado, regressava a normalidade e a cooperação restabelecia-se. Esse facto levou a um outro acordo em 1735, assegurando-se novas condições entre as partes.

A importância da ligação da Santa Casa ao Exército manteve-se durante os séculos seguintes, embora nunca mais tenha atingido o volume de internamentos conhecido em finais do século XVIII.

O facto de se tratar de uma Misericórdia de fronteira e de a localidade ser sede da Casa de Bragança foi determinante para conhecer uma intensa movimentação de militares em alguns momentos da história nacional.

Os sifilíticos

A partir de 1611 o hospital da Santa Casa assumiu novas funções, ao ser nele integrado o "hospital dos males" a mando de D. Teodósio II. Na verdade, não se tratava de um hospital, mas de duas enfermarias, pertença da Casa de Bragança e onde se recolhiam os portadores de sífilis para serem tratados. Este hospital tinha sido fundado pelo duque D. Teodósio I, devido ao elevado volume de portadores desta doença[22].

Apesar de integrado na Santa Casa, o hospital manteve uma forte ligação à Casa de Bragança. Era a Casa ducal que nomeava e pagava ao médico, ao cirurgião, ao sangrador, ao capelão mor e ao boticário. Todas as despesas das enfermarias eram também por si pagas, assegurando o seu financiamento. Embora custeasse todos os gastos, a passagem do "hospital dos males" para a Santa Casa aliviava a Casa ducal de uma tarefa importante, continuando, no entanto, a intervir diretamente no seu funcionamento.

Este hospital estava, ao contrário do hospital principal, dotado de um regulamento que o duque de Bragança estabeleceu. Trata-se de um conjunto de regras relativas ao funcionamento interno e que diziam respeito à separação sexual dos doentes, ao seu registo em livros adequados a esta função, à roupa e aos prestadores de cuidados de saúde.

Funcionava apenas em duas alturas do ano: Primavera (maio) e inícios do Outono (setembro), momentos considerados adequados para o tratamento ministrado aos doentes. Os suadouros não se ajustavam a períodos de calor intenso ou de temperaturas baixas. Como o hospital tinha sido fundado para receber os doentes do Estado da Casa de Bragança, os que o procuravam estavam sujeitos a uma seleção, sendo os mais pobres e os moradores nesse espaço geográfico os primeiros a ingressar. Após o acordo celebrado com a Coroa em 1660, vários soldados foram também tratados nas "enfermarias dos males", atingindo em alguns momen-

[22] Biblioteca Nacional de Lisboa, Sardinha, Francisco de Morais, *Antiquissimo Parnaso novamente achado e descuberto em Vila Viçosa de que he Apollo o Excelentissimo Princepe D. Theodosio 2.° deste nome... E assi dos varões ilustres que nella nascerão e florescerão em armas, em letras e poesia, com outras couzas a proposito no discurso deste livro*, 1618.

tos percentagens elevadas. Como existiam poucos locais onde se procedia ao tratamento da sífilis, este hospital era muito procurado por pessoas que não pertenciam ao Estado da Casa de Bragança e não apenas por pobres. Esta circunstância justificou, em certos momentos, a abertura de duas fases de tratamento na mesma temporada, o que levava a Santa Casa a trabalhos dobrados, porquanto precisava de preparar cuidadosamente a receção dos doentes. A roupa, sempre em grandes quantidades, tinha de ser separada da dos restantes internados.

O hospital possuía uma equipa de prestadores de cuidados de saúde: médicos, cirurgiões, enfermeiros e sangradores. O quadro dos assalariados podia variar de acordo com as necessidades sentidas, decorrentes do ingresso de doentes. Cada um tinha um contrato de trabalho, anualmente validado pela nova Mesa e onde se estabeleciam as suas tarefas e remuneração. Os prestadores de cuidados de saúde eram pagos por entidades diferentes: os doentes comuns pela Santa Casa, os militares pelo Exército e os sifilíticos pela Casa de Bragança.

O acesso ao emprego nem sempre era fácil e obrigou em vários casos, principalmente de cirurgiões e sangradores, a trabalhar gratuitamente ao lado do detentor do lugar, na esperança de posteriormente serem providos. No entanto, logo que iniciavam funções usufruíam dos privilégios reservados aos restantes servidores. A confraria permitia a todos os cirurgiões que cobrassem honorários aos enfermos que pagavam o tratamento.

Para exercer estes lugares era necessário demonstrar competências específicas, mas reunir também outras exigências: os cirurgiões que não eram licenciados, deviam ser reputados profissionalmente, da terra e cristãos velhos. Deviam ainda demonstrar prática e identificar a proveniência da sua experiência. Na admissão era dada preferência aos que fossem confrades da Santa Casa.

A confraria tinha um casal de enfermeiros ao seu serviço, sendo cada um responsável pelos doentes do seu sexo. Estavam-lhes atribuídas várias funções, devendo exercê-las com amor e caridade junto dos doentes. Competia-lhes dar os remédios e as refeições aos doentes, fazer-lhes as camas e manter as enfermarias limpas[23]. Para além do salário que recebiam, eram também alimentados, vestidos e calçados.

A cozinheira ou, por vezes, o cozinheiro tinham a tarefa de confecionar as refeições para os doentes e para distribuir pelos pobres. Como a alimentação e a limpeza integravam a cura, a instituição cuidava de servir refeições aos enfermos que contribuíssem para o seu restabelecimento, adaptando-as em várias circunstâncias ao doente em causa. Quando este lugar era ocupado por uma mulher, a Misericórdia era mais exigente, procurando ser servida por uma pessoa honesta e de bom procedimento, mas igualmente competente na cozinha.

---

[23] A importância da higiene para a conservação da saúde encontra-se analisada em Barreiros, Bruno, "O discurso higienista no Portugal do século XVIII: tradição e modernidade" in *A Arte Médica e Imagem do Corpo. De Hipócrates ao final do século XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 2010, pp. 126-134.

Um setor que obrigava a grandes gastos era o da botica. Para diminuir custos nesta área, a confraria comprou uma botica em 1777, procurando também ser melhor servida. Até então, a instituição adquiria os medicamentos aos boticários da vila, negociando os preços a apagar, todavia nem sempre era fácil fazer baixar os custos, o que desagradava à Santa Casa nos momentos em que cresciam os internados e aumentava o volume dos que se curavam em casa.

Para além de serviços de saúde, o hospital fornecia também assistência espiritual. Os doentes eram acompanhados espiritualmente pelo capelão mor que os confessava, sacramentava e ajudava a bem morrer. Celebrava missa diária no altar das enfermarias. Na Casa ocupava ainda outras funções, como, por exemplo, superintender todos os assalariados do hospital. Este assalariado era frequentemente seu irmão, o que contrariava o estipulado no compromisso, mas era corrente em outras Santas Casas[24]. Em Vila Viçosa, recebia um salário, mas era ainda alimentado, vestido, calçado e tratado na doença. Ocupava também uma moradia no interior da instituição.

Como tinha o hospital permanente cheio, mas sobretudo porque muitas mulheres se recusavam a ser internadas para tratamento, a Misericórdia desenvolveu uma linha assistencial ao domicílio muito forte.

As Misericórdias tinham em prática duas modalidades de assistência à doença: através de internamento hospitalar ou acompanhamento domiciliário. Como em Vila Viçosa, o hospital esteve a partir de 1660 várias vezes repleto de militares, mas também porque as mulheres resistiam em procurá-lo, a assistência em casa ocupou um lugar importante, principalmente no que se refere aos doentes do sexo feminino. As assistidas deviam ser preferencialmente donzelas e viúvas honradas que vivessem recolhidas. A Santa Casa fornecia-lhes comida, cuidados médicos, remédios e desenvolvia esforços para que fossem acompanhados espiritualmente pelo pároco da sua freguesia: cabia aos mordomos da capela e da bolsa avisar o respetivo sacerdote para que os visitasse e sacramentasse. Estes confrades supervisionavam também a assistência prestada pelo médico, cirurgião e sangrador da Santa Casa junto dos enfermos. O provedor devia ainda visitá-los sempre que possível. Ou seja, embora estivessem em suas casas, a confraria tinha montada uma estrutura de apoio e de vigilância relativamente aos serviços prestados e ao desenvolvimento do quadro clínico de cada doente.

A receção de legados para estes doentes fez aumentar a capacidade da instituição para os atender, ao mesmo tempo que cresceu também a procura de cuidados de saúde.

Como não desejavam ocupar o lugar público que o hospital representava, as mulheres procuravam-no apenas quando o seu estado de saúde era grave e requeria maiores cuidados.

---

[24] Leia-se Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500-1755...*, p. 110.

O tratamento domiciliário acarretava grandes gastos, difíceis de suportar em alguns momentos. Considerada esta despesa, a Misericórdia fez saber ao duque em 1634 a dificuldade com que se confrontava para acudir a todas os gastos. A resposta recordava o estabelecido por D. Teodósio II relativamente ao tratamento de doentes, recomendava parcimónia e o internamento de maior volume de enfermos no hospital.

A difícil conjuntura económica nacional e local neste período[25] levou a Santa Casa a abeirar-se várias vezes da Casa de Bragança na tentativa de receber conselho relativamente à gestão, mas também na busca de soluções para os seus problemas. Se por um lado, os confrades encontravam conforto, recebiam conselho, ordens para atuar e viam alguns dos seus problemas resolvidos, por outro o duque de Bragança geria a confraria como mais um departamento de sua Casa, reforçando o seu poder em termos locais.

Os presos

A assistência aos encarcerados constituiu desde início uma das obras de Misericórdia em que as Santas Casas se envolveram, ajudando os desprovidos de bens que estavam detidos[26], todavia, em Vila Viçosa, a Misericórdia não auxiliou apenas os que não possuíam bens, mas ajudou igualmente os que os detinham, mas não se podiam servir deles durante o encarceramento. A atuação da confraria nesses casos fazia-se na presunção de mais tarde poder ser ressarcida das despesas realizadas.

Impossibilitados de proverem o seu sustento e obrigados a pagar a carceragem e as despesas inerentes ao processo jurídico, mesmo os que possuíam alguns bens, viam-se obrigados a pedir ajuda à Misericórdia, por terem despendido todos os seus rendimentos na prisão.

A justiça era muito lenta e cara, sendo comum vários detidos passarem anos na cadeia até saírem "quites e livres". O próprio encarceramento fazia com que homens e mulheres resvalassem para a pauperização, necessitando de ajuda para se alimentarem e correrem com o seu processo jurídico[27].

As cadeias eram lugares *indesejados*, onde os presos se amontoavam, muitas vezes com fome, frio e desprovidos de bens básicos à sobrevivência[28]. O iso-

[25] Veja-se a propósito Oliveira, António, *Poder e oposição política em Portugal no período Filipino 1580-1640,* Lisboa, Difel, 1991, pp. 106-115.

[26] Sousa, Ivo Carneiro de, *V Centenário das Misericórdias Portuguesas*, s. l., CTT, 1998, p. 71.

[27] Para este assunto consulte-se Esteves, Alexandra, *A Morada Indesejada. Os presos da cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)*, Ponte de Lima, Liga dos Amigos do Hospital de Ponte de Lima, 2005, p. 16.

[28] A propósito das condições apresentadas pelas cadeias no Antigo Regime consulte-se Esteves, Alexandra, *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)*, vol. II, Braga, Universidade do Minho, 2010, pp. 654-683, dis. de doutoramento policopiada.

lamento em que muitos se encontravam agravava ainda mais a sua situação[29].

Para se receber ajuda, havia que pedir. Os pobres encarcerados faziam uma petição à Mesa, tendo que aguardar que a mesma procedesse a averiguações sobre a necessidade e decidissem ajudá-los. Em algumas Misericórdias, como se verificava em Braga e no Porto, os auxiliados por estas confrarias estavam sinalizados com uma bandeira na sua cela, símbolo da proteção que recebiam[30]. A utilização da bandeira conferia maior visibilidade às Misericórdias nos espaços carcerários, ao mesmo tempo que demarcava os que estavam sob a sua alçada e proteção.

Podiam receber ajuda alimentar e jurídica ou apenas uma delas, sendo certo que os auxiliados eram vestidos, tratados na doença e enterrados em caso de morte. Recebiam às quartas e domingos ajuda alimentar, mas era na semana santa que se tornavam alvo prioritário de assistência, recebendo em Vila Viçosa jantares diários. Os vários conventos e a Ordem Terceira da vila associavam-se à Misericórdia para proporcionar comida diária aos pobres da cadeia, servindo-lhes abundantes refeições. Ocasiões ritualizadas, estes jantares enchiam-se de alusões bíblicas, proporcionando aos detidos dias diferenciados não apenas em termos gastronómicos, mas também em termos religiosos.

A população encarcerada em Vila Viçosa era proveniente de diferentes regiões, embora a Santa Casa teimasse em aceitar apenas os residentes na vila e arredores para diminuir os custos das despesas.

O auxílio da confraria efetuava-se também junto dos condenados à morte, através do acompanhamento que lhes fazia nos momentos que precediam, no cortejo que anualmente realizava no dia um de novembro à forca para recolher e enterrar as ossadas e na assistência espiritual que lhes proporcionava.

Os órfãos

O programa assistencial da Santa Casa para crianças abrangeu principalmente órfãos: rapazes e raparigas, embora a confraria ajudasse também alguns enjeitados[31]. A criação de órfãos verificou-se sobretudo através do colégio de Nossa Senhora da Visitação, todavia, a confraria socorreu outros órfãos não institucionalizados, embora em número limitado.

---

[29] Araújo, Maria Marta Lobo de; Paiva, José Pedro, "Introdução", in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misercordiarum*, vol. 6..., 2007, p. 24.

[30] A cada preso do "rol", assistido pela Misericórdia do Porto, era passada a "sua bandeira, para que este a pudesse ostentar no cárcere". Leia-se Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, *Os presos da Relação do Porto entre a cadeia e a Misericórdia (1735-1740)*, Braga, Universidade do Minho, 2005, p. 105.

[31] A propósito da assistência a órfãos e enjeitados leia-se Machado, Maria de Fátima, "Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500-1580)", Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, dis. de doutoramento policopiada.

Durante o século XVI e as primeiras décadas do seguinte, a confraria mandou criar enjeitados, embora essa função estivesse nas Ordenações acometida às Câmaras[32]. Esta modalidade de assistência envolvia um reduzido volume de crianças e foi posteriormente entregue ao Município.

Já a criação de crianças órfãs foi função da Santa Casa, quando a família não podia criar os seus descendentes. Apesar do compromisso enquadrar esta forma de assistência, determinando com particularidade quem e quando podia ser ajudado, a função da confraria neste setor parece-nos ter sido limitada. Os que usufruíam desta caridade eram crianças que tinham perdido ambos os progenitores ou um deles, a família não possuía capacidade financeira para os criar ou o estado de saúde da mãe a impossibilitava de amamentar.

De acordo com o prescrito no compromisso de 1618 da Misericórdia de Lisboa e em funcionamento em quase todas as Santas Casas, em Vila Viçosa assistiu-se um número limitado de crianças desprotegidas, como, aliás, se verificou em outras congéneres[33].

A face mais visível de ajuda aos órfãos está associada ao colégio, fundado em 1558 pela duquesa D. Isabel de Lencastre. Quando o estabeleceu, a duquesa determinou que albergaria dois rapazes órfãos e dotou-o de um padrão de tença anual de juro de 11 mil réis. Este número foi alterado para seis em 1563 com o duque D. Teodósio I, seu marido, ao estabelecer mais quatro lugares. Dotou a instituição de mais 100 mil réis e dois moios e 24 alqueires de trigo de renda anual. As condições financeiras contemplavam a despesa feita com estas crianças, embora o colégio recebesse outras doações[34].

D. Teodósio I mandou que com o legado que lhe deixava se comprasse uma casa para albergar o colégio, sinal claro de que à data ainda não a possuía, nem a terá senão bem mais tarde.

O momento em que passou para a administração da Santa Casa não aparece explícito na documentação da confraria, mas o ano de 1575 é mencionado pelo padre Espanca como sendo o da sua transferência[35].

Foi através dos estatutos, datados de 1667, que se conheceu melhor a filo-

---

[32] *Ordenações Filipinas*, Livro I, tit. 66, § 41.

[33] Para Coimbra confira-se Lopes, Maria Antónia, "O socorro a lactantes no quadro da assistência à infância em finais do Antigo Regime", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura, *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*, Braga, ICS, 2008, pp. 95-110.

[34] O colégio recebeu outros legados, alguns deles saídos da Casa de Bragança ou de homens que lhe estiveram ligados. Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 273.

[35] Leia-se Espanca, Joaquim José da Rocha, *Compendio de noticias de Vila Viçosa*, Redondo, Typ. De Francisco de Paula Oliveira de Carvalho, 1892, pp. 374-376.

sofia que presidiu a esta instituição, bem como o quotidiano dos internados. As normas de funcionamento do colégio determinavam que os meninos vivessem em clausura, não podendo aceder à porta do estabelecimento, nem esta ser aberta sem autorização do reitor. A educação estava a cargo do reitor, um clérigo que os preparava para a vida religiosa, a qual assentava nos valores do respeito, obediência, modéstia e silêncio[36]. A educação combinava uma vertente escolar e outra religiosa, sendo esta última mais significativa que a primeira, todavia os que não apresentavam competências para os estudos, eram encaminhados para a aprendizagem de um ofício.

Todos os dias os colegiais assistiam à missa, faziam um exame de consciência e rezavam antes de se deitar. Estavam ainda obrigados a confessarem-se e a comungarem, bem como a participarem em cerimónias religiosas como pregações e a integrarem os acompanhamentos da confraria quando esta saía em corpo.

A preparação escolar era realizada num dos convento da vila, o que obrigava os colegiais a sair, no entanto, os estatutos estabeleciam um comportamento honesto para esses momentos. Os prevaricadores poderiam ser castigados para mais facilmente se submeterem à disciplina que a educação religiosa impunha[37]. Exigia-se a todos comportamentos uniformes de maneira a não manchar a imagem da instituição[38].

Toda a despesa realizada com os órfãos era assegurada pela Santa Casa: alimentação, comida, calçado, livros e saúde.

Nem todos os que desejavam eram aceites no colégio, porque a procura para cada lugar vago era muito elevada. Os dois lugares criados por D. Isabel eram preenchidos por seleção da Casa de Bragança. Já os quatro restantes eram decididos pela Santa Casa. Todos tinham de ser filhos de cristãos velhos, ficando o seu ingresso sujeito a escrutínio secreto sobre os seus pais. Quando se tratava de filhos de irmãos da Misericórdia só a mãe ficava sujeita a inquirição. Tratando-se de uma instituição criada pela Casa ducal, dava-se preferência aos familiares dos seus servidores e posteriormente aos filhos de irmãos da Santa Casa. Admitiam-se também rapazes que demonstravam competências para os estudos. Para além destas exigências, todos os candidatos tinham de ter pelo menos sete anos de idade e só se podiam manter institucionalizados até aos dezassete.

---

[36] A vida de clausura era comum em muitos colégios similares. Consulte-se Guedes, Ana Isabel Marques, *Os colégios dos meninos órfãos sécs. XVII-XIX*, Lisboa, ICS, 2006; Robin-Romero, Isabelle, *Les orphelins de Paris. Enfants et assistance aux XVIe-XVIIIe siècles*, Paris, PUPS, 2007, pp. 129-138.

[37] Sobre a disciplina que a Igreja exerceu sobre os mais pequenos leia-se González Polvillo, Antonio, "El proceso de personalización trascendental del niño en la España moderna", in Núñez Roldán, Francisco (ed.), *La Infancia en España y Portugal. Siglos XVI-XIX*, Madrid, Sílex, 2010, pp. 16-18.

[38] Consulte-se para este assunto Guedes, Ana Isabel, "Os estatutos do Colégios dos Órfãos: estratégias e vivências: séculos XVI a XVIII", in *Cadernos do Noroeste*, 11, 2, 1989, p. 134.

Para as raparigas, a confraria mantinha outra linha assistencial em funcionamento, embora mais discreta, porquanto a dotação de mulheres para casar não atingiu nesta instituição a importância conhecida para outras Misericórdias. Para esta finalidade, a instituição recebeu alguns legados, todos de pouca importância.

A distribuição de dotes de casamento estava contemplada no compromisso, embora não se tratasse de uma obra de caridade. Era necessário cumprir os requisitos de ser pobre, ter boa fama, estar desamparada, residir na vila ou termo e ter entre 11 e 36 anos de idade. A interessada devia cumprir os preceitos estatuídos e preferencialmente entregar a documentação exigida na confraria. Cabia à Misericórdia selecionar de acordo com os critérios estabelecidos: em primeiro lugar eram dotadas as filhas das visitadas pela Casa e só após as mais velhas, as mais pobres e as mais honradas. Se fossem dotadas tinham um ano para se casar e não o fazendo podiam reformar o dote, sujeitando-se novamente a um processo de inquirição sobre a sua conduta moral e pobreza.

A partir de 1683, provavelmente porque os legados que tinha para dotar mulheres órfãs eram muito poucos, a Santa Casa estabeleceu dotar anualmente três filhas de irmãos com 20 mil réis cada[39]. Era uma forma de proteger as órfãs dos seus irmãos mais pobres, possibilitando-lhes aceder mais facilmente ao matrimónio.

A preocupação com a honra feminina e a necessidade de dar estado às suas familiares, levou homens e mulheres a preocuparem-se com as órfãs pobres pelo desamparo em que se encontravam, deixando dotes para que mais facilmente contraíssem matrimónio[40].

Os defuntos

Os sepultamentos realizados pela Misericórdia refletem o ritmo de mortalidade registado na vila, mas também o jogo de forças mantido no século XVIII com a Ordem Terceira local. Até esse momento, a confraria à semelhança das suas congéneres, manteve o monopólio da tumba desde 1593[41], mas perdeu-o na centúria assinalada numa luta travada com a referida Ordem. A partir dessa data, conheceu uma descida muito acentuada na procura dos serviços fúnebres que disponibilizava.

---

[39] Igual prática era seguida em Ferreira do Alentejo. Leia-se Figueiredo, Maria Josefina d'Oliveira de, *Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Alentejo (1595-1850)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1970, p. 51, dis. de Licenciatura policopiada.

[40] Consulte-se a propósito Magalhães, António, "Mulher órfãs e de boa fama": os dotes de casamento na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XIX)", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord.), *Tomar Estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 297-313.

[41] Consulte-se Abreu, Laurinda; Paiva, José Pedro, "Introdução", in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 5..., 2006, p. 16.

As pestes ocorridas na segunda metade do século XVI, sentidas um pouco por todo o território, assim como as conhecidas para o século XVII estiveram na base da elevada mortalidade registada em alguns períodos[42].

Os anos de 1580, 1676, 1677, 1679, 1685 e 1710 conheceram uma subida acentuada de mortes. A partir de 1715 a Misericórdia assinalou uma descida no número de enterros, muito particularmente desde 1760 em diante.

A localização geográfica da vila e o facto de ser sede da Casa ducal tornou-a palco de combates, obrigando à presença de corpos militares que estanciados ou de passagem deixavam marcas[43]. Em finais do século XVIII, Vila Viçosa encheu-se novamente de militares devido à guerra das Laranjas. Ainda que na vila não se tivessem conhecido combates, eles ocorreram nas terras vizinhas, tendo criado instabilidade nas populações[44].

A Santa Casa sepultava alguns cadáveres provenientes dos campos de batalha, mas também os que se encontravam na rua, os que morriam no seu hospital e os que faleciam em suas casas e na cadeia. Sempre que lhe chegava a notícia da existência de cadáveres na rua, os irmãos recolhiam-nos para os sepultar. Vários destes mortos eram pobres que estavam de passagem à procura de esmola. Esta razão pode provavelmente explicar o facto do espaço envolvente ao Paço ducal ter sido o local onde surgiam mais mortos. O alpendre de alguns conventos, as traseiras da capela real e das cavalariças, assim como o próprio terreiro do Paço foram os locais de onde se levantaram mais corpos de mortos que tombaram na rua. As esmolas dadas pelos duques, a presença de dois conventos (Agostinhos e Chagas) de onde recebiam ajuda alimentar e o abrigo dos alpendres contribuíam para que os pobres encontrassem nestes espaços alguma proteção e ajuda.

Os migrantes que se encontravam a trabalhar na região surgiam também, por vezes, mortos nos caminhos, nas hortas e no andar inferior das moradias. Tratava-se de gente pobre, sem casa, nem qualquer referência que os pudesse ajudar num momento de aflição, como era o da doença e da morte. Morriam sós, porque era assim que se encontravam durante o período em que permaneciam no Alentejo. A Misericórdia enterrava todos os pobres gratuitamente, fazendo-o "por amor a Deus".

---

[42] Espanca, Joaquim José da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa,* n.º 6, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983, p. 96.

[43] Durante a guerra da Restauração a vila encheu-se de homens do exército vindos de várias partes do reino. Ao mesmo tempo, os homens locais integraram também os corpos de milícias que se formaram. Sobre os combates que ocorreram no Alentejo no âmbito deste conflito confira-se Monteiro, Nuno Gonçalo, "A guerra da Aclamação", in Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severiano (dir.), in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2..., pp. 275-281.

[44] Ventura, António, "Portugal e a Revolução francesa: da guerra do Rossilhão à guerra das Laranjas", in Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severiano (dir.), in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 3..., pp. 21-26.

Os que estavam internados no hospital eram maioritariamente homens de fora e os defuntos registavam também essa característica. O desenraizamento, a falta de proteção familiar levou muitos homens a procurarem o hospital quando estavam doentes. Era uma população flutuante, pobre ou com poucos recursos, que a Misericórdia sepultava quase sempre gratuitamente, pois não dispunha de bens para pagar esse serviço. Por vezes, os doentes deixavam os poucos e velhos pertences que tinham, quase sempre roupa, calçado e algum dinheiro, à confraria como forma de pagar as despesas feitas com o seu tratamento.

A Santa Casa fazia ainda uma procissão no dia de todos os santos à forca para recolher as ossadas dos padecentes, enterrá-las e celebrar uma missa pela sua alma.

A atuação da confraria enquadrava-se no estabelecido no seu compromisso, mas também nos contratos assinados com algumas irmandades da vila, respeitantes aos enterros dos seus membros. A instituição tinha uma tabela de preços para estes serviços, bem como um serviço organizado para os realizar: uma equipa de 9 irmãos (nobres e oficiais) estava encarregue de levar a tumba quinzenalmente, a bandeira e as tochas, sendo após esse período substituída nos restantes quinze dias por outro grupo de confrades.

A pressão que a Misericórdias sofreu em alguns momentos, principalmente no século XVII, para enterrar a baixo preço gente que desejava um enterro pomposo mas não o podia pagar, foi grande. Eram pobres envergonhados que almejavam continuar a aparentar um estatuto que já não possuíam, requerendo um enterro que não conseguiam pagar.

Como já mencionámos, com exceção dos irmãos e dos pobres todos os restantes tinham de pagar o enterro. A Santa Casa possuía duas tumbas: uma para os irmãos e os duques e outra para os restantes defuntos. A cada uma correspondia um preçário: a dos irmãos tinha um preço superior. Mas para além da tumba era preciso pagar o aluguer das toalhas, o crucifixo e a sepultura. Também o uso da tumba por parte de quem manifestava o desejo de ter um enterro com maior dignidade, mas não o podia pagar, esteve na origem de pressões para ser sepultado gratuitamente.

A Misericórdia reservava uma cerimónia fúnebre diferenciada para os confrades e seus familiares. O compromisso estabelecia a presença em corpo de todos os irmãos nesses momentos, envergando os seus balandraus e empunhando círios. A bandeira destinada a essas ocasiões e às procissões integrava igualmente o desfile. Os irmãos que acompanhavam o funeral estavam obrigados a manterem-se presentes no ofício de corpo presente e no dia seguinte a comparecerem na igreja da confraria para assistirem a mais um ofício. No dia de todos os santos, a confraria promovia um ofício para todos os confrades defuntos e passados alguns dias comemorava o "aniversário dos irmãos" com mais uma cerimónia religiosa em honra dos confrades mortos.

A assistência fúnebre abarcava também os familiares diretos dos irmãos: mulher ou viúva, estendendo-se apenas à primeira mulher, e filhos, todavia, pa-

ra as esposas estava apenas reservado um ofício no dia do funeral e a confraria não estava obrigada a marcar presença. A assistência aos familiares de irmãos nem sempre foi pacífica e esteve sujeita ao arbítrio das Mesas, oscilando, por vezes, entre maior permissividade ou maior rigor.

A pressão exercida sobre as Mesas não foi o maior problema neste setor. Em primeiro lugar, é preciso analisar o comportamento dos irmãos nos enterros. A sua composição elitista acabou por se repercutir negativamente: os confrades recusam-se a comparecer, quando surgiam não se apresentavam convenientemente, causando escândalo e mal-estar à confraria, e negavam-se a carregar a tumba. Para obviar a estas situações, a instituição ensaiou novas estratégias, de forma a garantir a presença do número adequado para o transporte da tumba nos enterros ordinários: possibilitou a nomeação de substitutos, mandou um serviçal de porta em porta avisar os nomeados e igual atitude adoptou o provedor, mas o problema não estava resolvido. De nada valeu ameaçar, punir, riscar.... Sem outra solução, a Misericórdia contratou quatro tumbeiros que carregavam a tumba para garantia cerimónias sem tensões e escândalos.

A afronta, a rebeldia, o desrespeito iam para além do peso que os acompanhamentos significavam, porque se tinha alterado o lugar que os serviços da confraria representavam para os seus irmãos, principalmente para os nobres. Estes não desejavam efetuar cargas em público, por as considerarem desonrosas.

Os enterros efetuavam-se em vários templos da vila. Vários nobres preferiram a sua última morada nos mausoléus dos duques e das duquesas (Chagas e Agostinhos, respetivamente), juntando-se a alguns familiares que ai jaziam. Outros decidiram ser sepultados nas igrejas da vila: Matriz, Espírito Santo, ou noutros templos conventuais.

A Misericórdia tinha um cemitério para enterrar os que sepultava por "amor de Deus", situado no adro da igreja, mesmo em frente à praça pública. Essa localização e o facto de ser lugar de passagem e de pouca higiene levou-a à construção de um outro cemitério, em 1748, no seu quintal, retirando do espaço público do adro todas as ossadas existentes. Ao mesmo tempo, construiu uma casa mortuária no rés-do-chão do edifício hospitalar para mais comodamente remover os cadáveres para a igreja e daí para o cemitério. A localização da casa mortuária e do cemitério permitia que os cadáveres permanecessem longe dos olhares dos doentes, que se mantinham no primeiro piso.

Como os enterros geravam receitas e podiam potenciar legados à instituição, as relações que se estabeleceram entre as confrarias em termos locais nem sempre foram isentas de interesses. Apesar da Misericórdia ter o monopólio do uso da tumba, havia quem a possuísse também, como aconteceu com a Ordem Terceira no século XVIII e quem pertencesse a várias instituições em simultâneo, sendo necessário gerir alguns aspetos de grande significado nesses momentos, como eram, por exemplo, o uso das insígnias e os pagamentos. Na primeira metade do século XVII os duques foram ditando procedimentos a seguir e aconselhando o estabelecimento de acordos entre as instituições, de forma a aplanar

futuros desentendimentos. Foi assim com as confrarias do Santíssimo Sacramento da Matriz e com a da Correa de Nossa Senhora da Graça do convento de Santo Agostinho.

Com a Ordem Terceira de São Francisco da igreja de Nossa Senhora da Esperança não foi possível chegar-se a um entendimento e a Misericórdia perdeu a antiga prerrogativa que possuía. Na segunda metade de setecentos os terceiros resolveram enterrar em tumba própria os seus irmãos, subtraindo esta função à Santa Casa. A confraria muniu-se de pareceres de teólogos que suportassem as suas razões, recorreu ao monarca, mas não venceu.

A afronta causada pela Ordem Terceira calipolense não era única. Registaram-se muitos casos em que o percurso foi semelhante, embora nem sempre o desfecho tenha sido o mesmo.

A instituição de legados levou a Santa Casa à contratação de sacerdotes para celebrarem missas instituídas. A celebração decorria na igreja da confraria, mas também em outros templos da vila. As missas por alma celebravam-se ao longo do ano, mas recaíam principalmente nos períodos do Advento e da Quaresma. Também no altar das enfermarias se celebravam missas pelos legatários. Apesar de ser um setor de muita importância na instituição, a igreja da confraria tinha sido mandada construir pela Casa de Bragança, todavia apesar dessa marca profunda, este foi o único setor que menos sofreu influência da Casa ducal, facto que provavelmente se ficou a dever à sua especificidade.

As esmolas de comida e roupa

Enquanto os duques permaneceram em Vila Viçosa, a vila conheceu um grande desenvolvimento, recolhendo dentro de si uma vasta nobreza que servia a Casa de Bragança. Com a partida destes para Lisboa, a situação alterou-se profundamente, conhecendo-se mudanças significativas em termos económicos e sociais[45]. Muitos partiram com a Casa ducal, enquanto outros deixaram a vila por falta do patrocínio direto da Casa de Bragança. Também em termos económicos se registou um abatimento. As consequências tiveram repercussões no aumento de pobres, principalmente de gente envergonhada, todavia já alguns legados deixados pelos duques e pelas duquesas se destinavam a este tipo de pobres.

A distribuição de refeições diárias, remetidas a casa dos necessitados, principalmente de mulheres, o envio de roupa pessoal e de cama, o aluguer de casa para mulheres honradas e a ajuda na doença constituíram algumas práticas desenvolvidas pela Misericórdia para assistir os pobres envergonhados. No caso de possuírem uma moradia e de esta ser grande, a confraria recomendava o seu

[45] Espanca, José Joaquim da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa*, n.º 9, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983, pp. 7,10.

aluguer e a ocupação de casas mais pequenas. Excetuava-se o caso em que o património fosse destinado a dotes de casamento para as filhas.

Constituídas essencialmente por pão, carne de galinha ou carneiro, a Santa Casa enviava todos os dias rações a casa dos que integravam o rol. A confraria operava com dois róis: um composto por pessoas que recebiam esmola diária e outro com os que a recebiam apenas ao domingos e às quartas-feiras. A seleção destes pobres obedecia a critérios rigorosos, obrigando a instituição a proceder a um exame sobre as suas necessidades, virtudes e recolhimento. Estes tinham de ser pessoas envergonhadas, não ter nada de seu nem andar a pedir pelas ruas.

Para além de comida, recebiam também roupa. A confraria servia-se quase sempre das peças deixadas pelos doentes do hospital, em caso de morte e de não serem procuradas por familiares, e reencaminhava-as para os pobres. Podiam também ser aproveitadas para o serviço da cozinha ou hospital ou ainda vendidas. Alguns benfeitores legaram também a sua roupa pessoal e de cama à Santa Casa para a distribuir pelos pobres. No caso de não existirem menções a quem se destinava, como alguns beneméritos faziam, a confraria distribuía-a por quem considerava mais necessitado.

Apesar destas dádivas, o momento mais importante e ritualizado de distribuição de esmolas ocorria na semana santa. Durante esse período, a Santa Casa procedia à cerimónia do lava-pés, à semelhança do que se fazia na Casa de Bragança e em todas as restantes Misericórdias, ao jantar dos presos e à distribuição de ceias pela vila e no seu pátio. Estas ações concentravam-se principalmente entre quinta-feira e domingo, associando práticas de caridade a momentos religiosos de grande significado e importância. Quer a cerimónia do lava-pés, que decorria na igreja da Santa Casa, quer o jantar dos presos ocorriam na quinta-feira santa, envolviam grande número de irmãos e integravam desfiles de confrades. Ambos os cerimoniais eram assistidos pela população da vila, onde se integrava a nobreza da terra, encontrando-se alguma dela ao serviço da confraria.

A cerimónia do lava-pés era precedida de um jantar servido aos doze pobres e presidido pelo provedor. Depois da refeição, os pobres levavam consigo os sobejos do repasto, a louça onde tinha sido servido e quase sempre uma esmola em dinheiro. Havia ainda quem, por falta de roupa, fosse vestido. Os custos da cerimónia eram suportados pelo provedor, que não apenas se enaltecia como benemérito, como também capitalizava prestígio para a instituição a que presidia. Em vários anos o exagero barroco fez oferecer aos pobres talheres de prata, numa demonstração de esbanjamento e opulência. Estes gastos de dinheiro haveriam de ter os dias contados, porquanto os irmãos ainda em finais do século XVII recusavam servir a provedoria para se esquivarem a tais despesas.

A Santa Casa distribuía ainda na quinta-feira das endoenças uma refeição a várias centenas de pobres no pátio, ação a que se juntavam alguns conventos da vila. No sábado de Aleluia repetia-se a distribuição de comida no mesmo lugar e à noite enviava-se a casa dos envergonhados para que discretamente fossem auxiliados. Sem sabermos exatamente de quantas pessoas estamos a falar, as fon-

tes referem um número mais elevado que o provido na quinta-feira, mencionando "milhares" de assistidos.

O ritmo dessas distribuições oscilou em finais do século XVII e durante a centúria seguinte e decorreu da maior ou menor robustez das finanças da instituição, mas também da pressão que os pobres faziam sobre ela, todavia o aumento das despesas no setor da saúde durante setecentos retirou brilho a estas realizações. Apesar das dificuldades verificadas em algumas ocasiões, a Misericórdia persistia na vontade de as manter, porque lhe traziam glória e reconhecimento local.

Embora a caridade devesse ser exercida apenas na expetativa de recompensa espiritual, criava dependências e redes clientelares, ao mesmo tempo que conferia prestígio e poder a quem a exercia. A relação desigual estabelecida entre quem dava e quem recebia, colocava os primeiros numa posição de domínio, sujeitando os segundos ao seu arbítrio.

Conclusão

A assistência praticada pela Misericórdia de Vila Viçosa foi durante a Idade Moderna moldada pela Casa de Bragança. Embora atuasse com regras estabelecidas nos compromissos da Misericórdia de Lisboa, alterados em alguns pontos e adaptados ao contexto local, as linhas diretivas foram-lhe traçadas pelos duques. A sua força provinha-lhe provavelmente do momento fundacional que a ligava à Casa ducal, mas principalmente da ação dos duques, da instituição de legados e da incorporação de instituições de assistência que lhe fora efetuada. A ligação assumia ainda outros contornos: muitos homens que serviam e geriam a Misericórdia eram funcionários da Casa ducal e mantinham uma ligação muito estreita aos seus senhores. Esta situação facilitava a intromissão dos duques na assistência praticada pela confraria, sendo eles que definiam os seus meandros.

Os providos, através das diversas formas de caridade praticadas, integravam-se nos critérios que a Santa Casa tinha para selecionar, mas também nas diretivas recebidas da Casa ducal. Esta circunstância alargava-se a todas as áreas, sendo demonstrativa da organização e da interferência dos poderes locais na assistência. Se os princípios com que estas instituições atuavam se encontravam plasmados nos compromissos, os contextos e as forças locais podiam condicionar as práticas desenvolvidas. Em Vila Viçosa os meandros da assistência eram definidos pela Casa ducal, porque era ela que a financiava, dirigia e dotava de capital simbólico.

COMUNICAÇÃO POLÍTICA DA CÂMARA DE VILA VIÇOSA (1640-1668)[1]

Fátima Farrica*

Introdução

O conteúdo deste texto usa e analisa uma amostra dos dados recolhidos no âmbito do projecto *A comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa (1580-1808): Reino, Atlântico e Brasil* (PTDC/HIS-HIS/098928/2008)[2] cuja equipa de investigação integramos.

No Antigo Regime, tal como hoje, a acção política passava pela comunicação. O exercício da governação pelas instâncias centrais da monarquia, ou de outras jurisdições, implicava comunicar com vastos territórios, com uma diversidade de instituições e, em última instância, com a massa populacional que se pretendia integrar para os mais diversos fins: políticos, económicos, sociais, militares, fiscais, ou de outra qualquer natureza. Construir uma estrutura de governo, legalmente enquadrada, passava pela comunicação, e a própria legitimação do poder, que se exercia através daquela estrutura, assentava nessa capacidade de comunicar.

A abordagem histórica da comunicação política é, por isso, uma questão essencial. Embora já aflorada pela historiografia, ganha uma nova e mais precisa dimensão se for pesquisada de forma sistemática, relativamente uniforme e

* CIDEHUS-UE

[1] Este texto surge na sequência da comunicação apresentada na 4.ª sessão do III Ciclo de Conferências *Cultura a Sul*, realizada em Vila Viçosa a 11 de Maio de 2012.

[2] Este projecto, dirigido por Nuno Gonçalo Monteiro e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia é uma investigação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, em que são parceiros o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa e a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

comparando diversos espaços geográficos. De facto, os meios de que o centro da monarquia portuguesa dispunha para controlar todos os territórios, ou seja, para conhecer as periferias e para fazer chegar até elas as suas leis e determinações, eram escassos. Como é sabido a cabeça da monarquia, o rei, era uma figura ausente, que governava a partir de Lisboa vastos domínios que se situavam muito para além das fronteiras do reino. Dispunha, no entanto, de agentes para se fazer representar, que lhe facilitavam o conhecimento dos territórios e a implementação das suas ordens. Referimo-nos aos oficiais de administração periférica de nomeação régia, de que são exemplo, para o reino, os provedores, os corregedores e os juízes de fora.[3] Porém, ainda em 1640, a percentagem de juízes de fora nos concelhos era inferior a 10%.[4]

Mas existia outra forma para fazer transmitir as leis e decisões régias. Consistia na emissão de correspondência enviada pelos diferentes órgãos centrais da monarquia, ou pelo próprio monarca, para as mais diversas instâncias políticas deles dependentes, de que são exemplo as diversas câmaras do reino. Ora uma investigação sistemática sobre a correspondência – falamos de cartas, provisões, alvarás e outras tipologias de cariz comunicacional – emitida por diferentes esferas políticas, permitirá compreender muito melhor o funcionamento do sistema político. Em especial os processos de disseminação de ordens, leis e determinações régias, as formas de imposição das directrizes centrais da monarquia, as suas práticas de resolução de conflitos, bem como os seus mecanismos de integração.

Assim, o conceito de *comunicação política* é utilizado, no âmbito deste projecto, num contexto em que se pretendem conhecer e estudar os agentes políticos produtores de correspondência, os seus ritmos de produção, os canais de circulação, a tipologia dos assuntos tratados e o seu destino final, a partir do centro da monarquia portuguesa para as suas periferias políticas, e vice-versa, numa a dimensão pluricontinental, entre o final do século XVII e o início do século XIX.

Seguindo esta ordem de ideias, no que toca ao território do reino de Portugal, e no âmbito geográfico, foram seleccionadas para amostras de estudo da comunicação política entre o centro (Coroa) e a periferia (concelhos) as câmaras de Viana do Castelo, Évora, Vila Viçosa e Faro para serem estudadas na extensão cronológica do projecto que, no entanto, varia conforme as localidades, em função das disponibilidades documentais existentes.

Entre outros aspectos, a escolha que recaiu sobre Vila Viçosa e Faro justifica-se por se tratarem de concelhos de senhorio, sendo que é necessário fazer notar que sob alçada senhorial, em 1640, se encontravam 44% dos municípios

---

[3] Sobre este assunto vid., por exemplo, António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político: Portugal (século XVII)*, Coimbra, Almedina, 1994.

[4] Nuno Gonçalo Monteiro, "Os Concelhos e as Comunidades" in António Manuel Hespanha, (coord.), O Antigo Regime, Vol. 4, *História de Portugal*, Dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, S.d., p. 312.

do reino.[5] E no caso da câmara de Vila Viçosa, esta estava sob o domínio da casa senhorial portuguesa de maior proeminência[6], que detinha jurisdição sobre 42 concelhos. Pelo que importa, através dela, num momento mais avançado do projecto, tentar avaliar a interferência senhorial nos poderes locais por comparação com a acção do poder régio.

Acresce que a Casa de Bragança alterou a sua forma jurídica, com a subida ao trono do duque D. João II. A partir desse momento deixou de ser uma casa senhorial comum, já não tinha um titular que necessitasse de consolidar ou acrescentar a reputação e a sua casa.[7] E em 1645 tornou-se uma casa senhorial da família real com administração autónoma[8], tal como as casas do Infantado e das Rainhas. Esta última com jurisdição sobre Faro, município com o qual se pretende também, no âmbito mais alargado do projecto, estabelecer comparação com Vila Viçosa.

1 – Vila Viçosa, terra de jurisdição brigantina

Entre os diferentes concelhos alvo de análise pelo projecto, a comunicação política da câmara de Vila Viçosa é, neste momento, o nosso objecto de estudo. Mas neste caso específico há que atender à particularidade do facto de estarmos perante um concelho de jurisdição da Casa de Bragança. Também ela um centro de poder, ainda que periférico[9] em relação à Coroa, com extensos privilégios e produtor de um sistema central de valores próprio[10]; com capacidade de emanar

[5] Nuno Gonçalo Monteiro, "A sociedade local e os seus protagonistas", in César de Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 54.

[6] Aspecto já demonstrado em diversas publicações tais como: Manuel Inácio Pestana, "A casa de Bragança: um Sereníssimo Estado dentro do Estado", in *Revista de História*, n.º 8, 1986, pp. 259-272; Manuel Inácio Pestana, "A Casa de Bragança: das origens à actualidade", in João Medina (dir.), *História de Portugal: Dos tempos pré-históricos aos nossos tempos*, vol.7-*Portugal Absolutista*, Amadora, Ediclube, 1994, pp. 107-132; Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000 e Mafalda Soares da Cunha, "A Casa de Bragança (séculos XIV-XVIII): Permanência, plasticidade e participação política", in *D. João VI: um rei aclamado na América – Anais do Seminário Internacional*, Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2000.

[7] Mafalda Soares da Cunha, "A Casa de Bragança (séculos XIV-XVIII)"..., p. 284.

[8] F. A. F. Silva Ferrão, *Tractado sobre Direitos e Encargos da Sereníssima Casa de Bragança*, Lisboa, Imprensa de J. J. Andrade e Silva, 1852, p. 115.

[9] Sobre este aspecto vid. Fátima Farrica, "A Casa de Bragança e o governo das terras no Alentejo, sécs. XVI-XVII", *Centros Periféricos de Poder na Europa do Sul (Séculos XII-XVIII)*, Hermínia Vasconcelos Vilar e Mafalda Soares da Cunha (coord.), no prelo.

[10] Sobre este aspecto vid. Fátima Farrica, *Poder sobre as periferias: a Casa de Bragança e o governo das terras no Alentejo (1640-1668)*, Lisboa, Colibri. CIDEHUS-UÉ, 2011, pp. 177-181.

legislação e directrizes diversas para os seus territórios jurisdicionais e de exercício de governo autónomo, em relação às estruturas centrais e periféricas da monarquia.

Assim, importa aqui fazer uma breve abordagem à estrutura organizativa da Casa, o que ajuda a entender as suas próprias formas de comunicação e de circulação de informação, com vista ao conhecimento, ao controlo e ao exercício do poder sobre as suas periferias.

Em 1640, com a subida ao trono do duque D. João II, a corte ducal transferiu-se para a capital do reino e surgiu a questão de como definir e considerar juridicamente a posse dos territórios e a administração do senhorio. Nas cortes do ano seguinte decidiu-se conservar a Casa de Bragança como estrutura senhorial autónoma dos bens da Casa Real. Por carta patente de 27 de Outubro de 1645[11] regulamentou-se a sua administração e formas sucessórias e justificou-se a decisão pela necessidade de dotar os sucessores do trono com uma casa própria. A Casa de Bragança passou, assim, a ser a casa do herdeiro da coroa. Por isso, os primogénitos passaram a usar o título de príncipes do Brasil e de duques de Bragança. O sucessor da Casa era o príncipe herdeiro, assim que nascesse, mas a sua administração só lhe seria entregue quando se lhe criassem casa e estado próprios (quando atingisse a maioridade). Até lá era administrada pelo soberano. Quando o príncipe ascendia ao trono vagava a sua titulatura passando a casa a ser governada pelo monarca. Estabeleceu-se, igualmente, que a administração seria sempre separada da Casa Real e dos bens próprios da Coroa.[12] Com isso pretendia-se garantir que os bens da Casa nunca viessem a ser integrados nos da coroa, caso a dinastia de Bragança algum dia deixasse de reinar. Como propriedade particular, os bens não poderiam ser integrados nos do Estado e continuariam a pertencer aos Braganças.[13]

Reflictamos então sobre quem se encontrava no cume mais alto da pirâmide administrativa da Casa e sobre os significados dessas alterações face ao período anterior a 1640. As decisões últimas pertenciam ao titular, ainda que tomadas com base nas consultas feitas à Junta da Justiça e nos seus aconselhamentos.[14] Porém, ainda que a Casa fosse, em teoria, tutelada pelo duque, na prática entre 1640 e 1668 quem, efectivamente, comandava a administração da casa ducal era o monarca, excepto num intervalo de tempo que localizamos entre 1651 e 1653 sem precisão de datas.[15] Cabendo o governo do senhorio ao rei na

[11] F. A. F. Silva Ferrão, *Tractado sobre Direitos e Encargos...*, p. 115.

[12] Mafalda Soares da Cunha, "A Casa de Bragança (séculos XIV-XVIII)"..., p. 283.

[13] Manuel Inácio Pestana, "A Casa de Bragança: das origens à actualidade"..., p. 125.

[14] Vid. *Fig.1.*

[15] Detecta-se neste período que a documentação emanada da Casa de Bragança, como por exemplo as nomeações dos oficiais para as câmaras, é assinada por D. Teodósio, primogénito de D. João IV.

menoridade de príncipe herdeiro, entre 1640 e 1645 a administração terá sido feita por D. João IV, ou seja, entre a data da subida ao trono e a da concessão do título de duque de Bragança e príncipe do Brasil a D. Teodósio.[16] Porém, o herdeiro tinha na altura apenas 11 anos. Assim, o rei continuou a tutelar a administração da Casa, mas tal deve ter deixado de ocorrer em 1651, altura em que D. Teodósio nos aparece a assinar os despachos das consultas da Junta. Porém, o príncipe faleceu pouco depois, em 1653, e D. Afonso sucedeu-lhe na linha de herança do trono e do ducado. Em 14 de Julho de 1655, foi enviada carta ao ouvidor da comarca de Vila Viçosa, João de Oliveira de Miranda, onde se avisava que o rei confirmava a doação da sucessão da Casa de Bragança ao príncipe D. Afonso e ordenava que aquele magistrado o desse a conhecer às vilas da comarca, para que todos os oficiais da mesma, assim da justiça como da fazenda, daí em diante se chamassem por ele e se intitulassem em seu nome.[17] Mas como D. Afonso era menor D. João IV continuou a ser o administrador da Casa, como se comprova pelo facto de toda a documentação senhorial ter despachos assinados pelo monarca.[18]

Com a morte de D. João IV, em 6 de Novembro de 1656, D. Afonso foi entronizado rei, mas tinha apenas 13 anos de idade. Devido à menoridade do príncipe a rainha, D. Luísa de Gusmão, tornou-se regente do reino e também tutora e administradora dos bens dos filhos. Tudo isto de acordo com o que ficara estipulado no testamento do rei, o que foi dado a conhecer às vilas da comarca encontrando-se, hoje, cópia da carta da rainha nos livros da câmara de Arraiolos.[19] A regência de D. Luísa durou até 1662. A partir daqui D. Afonso VI passou a governar e passou também a tutelar a administração da Casa. Em 1667, D. Afonso VI foi afastado e D. Pedro tornou-se regente. Assim, a D. Pedro coube a governação da Casa de Bragança até 1683,[20] como se verifica quer pela assinatura aposta nos despachos da documentação do ducado de Bragança quer pela emissão de cartas para Vila Viçosa.

Independentemente de ser titulada pelo herdeiro da Coroa ou pelo monarca, como se pode observar na *Fig. 1*, no topo da pirâmide organizacional da Casa tínhamos o duque que era apoiado, quer antes, quer depois de 1640, por um tribunal próprio, composto por diversos desembargadores e designado Junta da

[16] Manuel Inácio Pestana, "A Casa de Bragança: das origens à actualidade"..., p. 131.

[17] O ouvidor mandou que se apregoasse em praça pública pelos porteiros dos concelhos e que se registasse nos livros das câmaras. Encontra-se copiada nos livros das câmaras de Arraiolos, de Monsaraz e de Vila Viçosa. AHMA/A/002/Lv001/1650-1661, fl. 036v-037, PT/MRM/CMRM/A/02/Lv01/1647-1697, fl. 230 e AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 057.

[18] Fátima Farrica, *Poder sobre as periferias*..., pp. 45-46.

[19] AHMA/A/002/Lv001/1650-1661, fl. 44-45.

[20] Isabel Alexandra Fernandes, *Reis e Rainhas de Portugal*, Lisboa, Texto Editora, 2001.

Justiça da Casa de Bragança. À Junta chegavam os mais diversos assuntos num âmbito governativo, administrativo e judicial, superintendendo em todas as matérias que eram jurisdição da Casa. Era um órgão de recurso judicial de 3.ª instância, equivalente ao Desembargo do Paço, e um órgão consultivo, que emitia pareceres para o duque sobre todas as questões relacionadas com a gestão da Casa, dos seus territórios e das suas gentes. Abaixo dela, como oficiais delegados do duque, na mesma óptica dos corregedores régios, encontravam-se os ouvidores senhoriais que superintendiam os territórios das ouvidorias[21] de Bragança, Barcelos, Ourém e Vila Viçosa. Num patamar inferior encontravam-se os juízes de fora nomeados, pela própria Casa de Bragança, para 14 das cerca de 42 localidades no reino de jurisdição da Casa.[22] Vila Viçosa era uma das localidades cuja câmara era presidida por um juiz de fora.

Esta breve exposição permite perceber como existia uma bem organizada estrutura administrativa, extremamente bem definida, na qual assentava o exercício do poder da Casa de Bragança; e que aquela era decalcada da própria estrutura régia[23], configurando a sobejamente conhecida realidade desta casa senhorial se afirmar, e de assim ser entendida, como um estado dentro do Estado[24].

Daqui decorre que, o objectivo geral, neste caso particular, é o de analisar a comunicação política entre os centros jurisdicionais da Coroa e da Casa de Bragança (este também sedeado em Lisboa a partir de 1640) e a unidade política periférica que é o concelho de Vila Viçosa. Mais concretamente, para a prossecução deste intento, ocorre perguntar: com que frequência a câmara de Vila Viçosa recebia correspondência? Quem se correspondia com este concelho de jurisdição senhorial? Qual a percentagem da comunicação emitida pela Casa Ducal por comparação com outros emissores? De que índole eram os assuntos abordados nas missivas? Seria a comunicação feita com o concelho de forma directa ou existiam intermediários? Se sim, quem eram? E a câmara de Vila Viçosa, com que frequência comunicava com o rei ou com outras entidades?

2 – Universo documental

Para o estudo da comunicação política da câmara de Vila Viçosa, de acordo com os pressupostos já antes indicados, foram alvo de prospecção documental o Arquivo Histórico da Casa de Bragança, existente no Paço Ducal de Vila Viçosa,

---

[21] Circunscrições territoriais equivalentes às comarcas régias sob alçada dos corregedores.

[22] Fátima Farrica, *Poder sobre as periferias...*, pp. 43-59.

[23] Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640)...*, p. 215.

[24] Manuel Inácio Pestana, "A casa de Bragança: um Sereníssimo Estado dentro do Estado"..., p. 259.

e o Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa.[25] No arquivo da Casa de Bragança foi pesquisado o núcleo de Direitos Extintos e no Arquivo Municipal de Vila Viçosa, no fundo da Câmara Municipal, todos os livros de registo de alvarás, provisões e cartas que chegavam à câmara e os livros de vereações, para o período de enfoque do projecto. De notar que não existem registos de correspondência expedida anteriores ao século XIX.[26] Tal significa que todos os dados utilizados provêm, apenas, do registo da documentação que chegava ao concelho, e que todas as conclusões obtidas se baseiam apenas nessa informação.

No que respeita aos livros de registo a documentação aí copiada, na globalidade, foi produzida entre 1579 e 1816. Aspecto particular a referir é que nestes livros não se copiaram só documentos de cariz comunicacional (alvarás, provisões, cartas, etc.), como também outros cujos conteúdos importavam conhecer e ter presente para os mais diversos fins (certidões, licenças, sentenças, cartas de privilégio ou de ofício, etc.).

Outro factor importante, que permite perceber melhor a função destes livros e a forma como a comunicação se fazia, é que nos livros de registo da câmara não se copiavam apenas as cartas[27] recebidas pela própria instituição. Neles encontram-se cartas cujos receptores são muito diversos. Esta constatação fez inquirir sobre uma outra categoria de análise, a dos receptores, identificados nos documentos trasladados nos livros de registo da câmara.

Perscrutando a forma como os documentos que encontramos hoje registados chegavam à câmara e nela eram inscritos, aquilo que se observa é que, nos casos em que essa indicação é expressa, e quando enviadas directamente para a câmara, as cartas chegavam trazidas por caminheiros. Já nos casos em que os destinatários eram, por exemplo, o ouvidor da comarca ou o juiz de fora, eram estes quem se deslocavam à câmara para que se copiasse nos livros de registo o conteúdo desses documentos. Tal verificava-se porque importava disseminar a informação aí contida para o concelho e lugares do termo, e registá-la para consulta e uso futuro.[28] Depois de copiadas as cartas originais eram devolvidas aos apresentantes.

Quer fossem emanadas de forma directa ou intermediada (por exemplo as cartas régias que chegavam através do provedor ou do corregedor da comarca; do ouvidor ou do juiz de fora senhorial), as cartas eram trasladadas nos livros de registo pelo escrivão da câmara em exercício. Porém, esse registo, de data nor-

---

[25] A autora agradece à Fundação da Casa de Bragança e à Câmara Municipal de Vila Viçosa as autorizações concedidas para a consulta e a reprodução de documentação dos seus arquivos que constituem as fontes de informação fundamentais para este estudo.

[26] O mesmo se passa em relação a qualquer uma das outras câmaras objecto de estudo pelo projecto.

[27] Designação genérica aqui atribuída para qualquer documento de cariz comunicacional.

[28] Em alguns registos de algumas cartas de anos posteriores a 1668, sobretudo se fosse o caso de divulgarem leis, existem anotações no fim do registo que informam sobre as datas em que as mesmas tinham sido lidas e divulgadas nas freguesias do termo de Vila Viçosa.

malmente diferente da data de emissão nem sempre era efectuado no acto da recepção, ocorrendo algum tempo depois. Fica a dúvida se todos os documentos que vemos hoje nos livros de registo constituem a totalidade da documentação emanada para este concelho. Pensamos que não, que terão chegado outros documentos que nunca foram registados. O que significa que estes registos podem não revelar todo o universo documental de comunicação da época com a câmara de Vila Viçosa.

No que toca aos documentos que não eram de cariz comunicacional, estes ou eram registados por iniciativa da própria câmara (por exemplo um auto de publicação de uma lei ou uma certidão de uma decisão camarária) ou por solicitação de um particular ou de uma instituição (por exemplo cartas de privilégios ou cartas de ofícios mecânicos). Nestes casos as datas de registo podem ser bastante dilatadas. Por vezes um documento emitido em determinado ano só é registado alguns anos depois, no momento em que era necessário invocar um privilégio ou provar uma autorização.

Estes documentos, que se encontram trasladados nos chamados livros de registo das câmaras abrangidas pelo projecto, estão a ser todos individualmente inseridos numa base de dados, construída para o efeito, o que nos permite a leitura, a análise e a interpretação dos dados que se consideram de relevância para o estudo das questões enunciadas. No caso de Vila Viçosa os registos para o período de 1579 a 1808. Porém, neste ensaio,[29] interessa-nos apenas abordar o período entre 1640 e 1668[30], escolhido pelo facto de corresponder à conturbada época das chamadas Guerras das Restauração. O objectivo da análise será perceber a influência da guerra nos conteúdos das missivas. Analisar-se-ão três vectores fundamentais: emissores, receptores e assuntos tratados. Pois, uma vez que o objecto de estudo desta investigação é a comunicação, estabelecida entre unidades políticas distintas e com determinados graus de interdependência, são estes que nos revelam mais directamente as ligações estabelecidas, as formas que assumiam e os conteúdos abordados.

Antes de avançar, convém, no entanto, ressalvar, que este é um projecto em curso, que os resultados são preliminares e que só ganharão expressão em comparação com os que derivam das recolhas feitas para as outras localidades. De destacar que servirão para medir a importância da transferência de poderes para os senhores e avaliar os níveis de autonomia que tinham, bem como para reavaliar o papel da casa de Bragança como casa da Casa Real com administração autónoma. Servirão, igualmente, para avaliar o papel dos intermediários institucionais na relação centro/periferia e o grau de autonomia que tinham por comparação com outros funcionários. Acresce ainda que, no caso concreto de

[29] Ainda não nos detivemos sobre os livros de vereações da câmara nem sobre a documentação do Arquivo da Casa de Bragança.

[30] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703 e RG 722.

Vila Viçosa, será importante o cruzamento destes dados com os que se podem obter dos livros de vereações e da documentação do Arquivo da Casa de Bragança, bem como de uma análise numa cronologia mais alargada.

3 – Agentes e temas de comunicação

A primeira abordagem aos livros de registo da câmara de Vila Viçosa passou por contabilizar quantos documentos, emitidos entre 1640 e 1668, aí foram copiados. Assim, constatou-se a existência de 216[31] documentos para este período de 28 anos, de onde se obtém uma média de emissão de 7 a 8 documentos por ano, o que configura uma baixa frequência da comunicação com esta unidade política. Como se pode observar, Vila Viçosa recebia, em média, menos de uma carta por mês, ainda que superasse Faro, onde a média anual não atingiu os 7 documentos por ano. Já no caso de uma comparação com Évora, sede de provedoria e de comarca, o que se verifica é que a câmara da cidade recebia uma média que superava as 14 cartas anuais.

Como se verifica na *Fig. 2* os anos de mais intensa comunicação são 1641, 1646 e 1668, com uma emissão de mais de 10 cartas.

No ano de 1641 são as questões fiscais que dominam a correspondência, muitas vezes ligadas com a guerra. Determinações sobre a arrecadação da terça régia[32], questões relacionadas com o aumento das meias anatas, do cabeção das sisas e do real de água[33] – dos quais o rei retirava a quarta parte – ou com a cobrança do donativo voluntário a fazer pelos concelhos para as despesas de guerra[34]. Levantamentos de soldados[35], requisição de cavalos e éguas em toda a comarca de Évora, mestrado de Avis e ouvidoria de Vila Viçosa[36]; liberalização da deslocação de pessoas com fazendas e mercadorias, por terra, no interior o reino[37], ou nomeação de cargos militares[38], são assuntos também abordados. O ano fica, no entanto, marcado pelo alvará régio de 6 de Março de 1641 em D. João IV informa o ouvidor de Vila Viçosa que determina que daqui em diante os ouvidores da Casa de Bragança se chamem corregedores e sirvam o cargo com a mesma correição e alçada que os outros corregedores das outras comarcas

---

[31] Entre os 216 documentos contabilizados 9 são apenas registos. Por exemplo, cartas de privilégios cujos beneficiários as iam registar na câmara.

[32] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 162v.

[33] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fls. 164 e 165v.

[34] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fls. 166, 166v. e 170v.

[35] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 163.

[36] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 162.

[37] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 169.

[38] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 173.

do reino.[39] De facto, entre aquela data e 1645, altura da autonomização já referida da Casa de Bragança, aqueles magistrados de 2.ª instância com alçada sobre a comarca de Vila Viçosa eram designados corregedores. Assim aparecem indicados, por exemplo, nos autos de eleição camarários, pelo menos e com certeza, nos de Vila Viçosa e de Arraiolos, em 1645. Tal deixa de acontecer a partir desta altura, sendo observado que, por exemplo, em 1647, em novos actos eleitorais destas localidades, e também de Monsaraz, se designam já novamente por ouvidores.[40]

A 2 de Maio de 1646, no seguimento da doação da Casa de Bragança ao príncipe herdeiro, o acontecimento é comunicado pelo monarca à câmara de Vila Viçosa[41]. Na mesma sequência se esclarecem, três dias depois, noutra carta, as dúvidas do ouvidor senhorial quando à sua jurisdição, após a "*separação das cousas de justiça do ducado de Bragança*". A partir de então, apenas nos feitos cíveis que a ele chegassem por apelação, e só no caso de serem oriundos de Alter do Chão, de Margem ou de Longomel, vendo que não cabiam na sua alçada, devia o ouvidor despachá-los com uma primeira tenção[42] em latim. Depois de fechados e lacrados devia remetê-los para a corte a Jerónimo Valejo de Mariz, escrivão da câmara régia, que os havia de entregar a quem lhes colocaria segunda e terceira tenção. De seguida voltariam a ser devolvidos ao ouvidor que lhes colocaria sentença e a publicaria como de costume. Em todas as mais causas crimes, e de outras terras da comarca, os magistrados senhoriais deviam proceder como faziam os ouvidores seus antecessores, "*antes de se chamarem corregedores*".[43] O documento não esclarece, no entanto, porque é que as apelações daquelas terras da comarca não cabiam na alçada do ouvidor de Vila Viçosa, nem o que significava proceder nas causas crimes como o faziam os ouvidores antes de se chamarem corregedores.

A par desse momento significativo, no ano de 1646, as temáticas são, sobretudo, de índole militar. Destacamos a nomeação de Tomé de Sousa para a alcaidaria-mor de Vila Viçosa, por provisão de 14 de Dezembro de 1646, cargo que por alvará da mesma data lhe foi concedido por mais uma vida e de que tomou posse por procuração, de 29 do mesmo mês, passada a Sebastião Barradas.[44] Ao redor surgem as missivas em que se determina que não se tomem os cavalos aos moradores da raia e fronteiras que os quiserem ter para irem fazer

---

[39] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 163v.

[40] Fátima Farrica, *Poder sobre as periferias...*, p.196.

[41] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 197.

[42] Voto em separado que os juízes proferem por escrito nos autos, em julgamento de segunda instância.

[43] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 198v.

[44] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fls. 200-200v.

pilhagens a Castela[45]; a carta que refere ter sido "dada neste exército"[46], pelo governador de armas da província, que ordenava a todos os soldados que andassem ausentes, que se recolhessem de imediato às suas companhias e terços[47]; a que exige que o ouvidor de Vila Viçosa faça as diligências necessárias pelos cavalos, selas e armas que os soldados tiverem vendido a pessoas particulares,[48] ou a que se refere à venda dos gados que forem tomados ao inimigo castelhano.[49] Podemos ainda citar a carta régia que ordena que não vá a gente de ordenança às fronteiras, excepto em caso de notório perigo[50] ou a que exige ao governador de armas do Alentejo que ponha fim aos maus-tratos que os cabos, oficiais e soldados davam às casas onde moravam, queimando portas, sobrados e madeiramentos, o que provocava muitas queixas dos seus proprietários.[51]

Em 1668 domina novamente a fiscalidade com o lançamento, neste ano, da nova contribuição da comarca de 500.000 cruzados, tarefa de que é encarregue o ouvidor de Vila Viçosa;[52] e com o levantamento de tributos existentes por causa da guerra[53]. Há, no entanto, uma mercê a Vila Viçosa para que o concelho pague de sisa o que está lançado, tendo em conta o estado em que se acha por causa da guerra com grande falta de frutos e de moradores.[54] Predomina também o registo de privilégios individuais, com a nomeação de mamposteiros menores dos cativos para pedirem nas igrejas de Nossa Senhora das Mercês, dos Apóstolos, de São Paulo, de São Francisco e de Nossa Senhora da Esperança de Vila Viçosa e em Santa Maria de Pardais.[55] Evidenciam-se ainda a divulgação de quatro leis de 1668, respectivamente sobre o tabaco, sobre as moedas de ouro, sobre os vestidos de seda e sobre os desafios[56]. Mais relacionadas com o contexto da guerra surgem as determinações para que ninguém venda gado para fora da comarca[57] e para que ninguém mexa nem derrube nada relacionado com as trincheiras ou com as fortificações.[58]

---

[45] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 198.

[46] Ao contrário do que acontece na generalidade dos casos não se identifica uma localidade de redacção.

[47] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 199v.

[48] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 196.

[49] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 192.

[50] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 196v

[51] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 199.

[52] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 107.

[53] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 095.

[54] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 102v.

[55] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fls. 098v, 099v, 100v, 101, 101v e 106.

[56] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fls. 096, 097, 103v e 105.

[57] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 095v.

[58] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 095.

Portanto, estes aumentos comunicacionais verificados em 1641, 1646 e 1668 parecem estar relacionados com a guerra a par das exigências de disponibilidade financeira.

Tentando olhar para o circuito de comunicação inverso, a partir da câmara de Vila Viçosa, repita-se que não existem para a época em estudo, registos de correspondência expedida. As solicitações da câmara para os centros políticos apenas são detectadas de forma pontual e indirecta quando na correspondência que chega se diz que se trata de uma resposta. E encontramos apenas dez referências a respostas. E nestas dez ocorrências nem todas as respostas se relacionam com contactos anteriores do município. Algumas são respostas a outras instâncias políticas que naqueles livros pontuam como receptoras.

Se pusermos como hipótese que sempre que se tratasse de uma resposta essa circunstância estava identificada no texto, então a acção comunicativa da câmara para as instâncias superiores era ainda menor do que a verificada de cima para baixo.

Importa agora analisar quem eram os emissores que se correspondiam com a câmara e qual o seu ritmo de produção.

Como se pode observar no gráfico da *Fig. 3*, de entre uma variedade de organismos emissores – onde se encontram os tribunais centrais e os órgãos periféricos da monarquia e a Casa de Bragança – destacam-se o monarca (que é emissor de 97 cartas) a que se somam as cartas do príncipe regente e as dos órgãos centrais da Coroa; ou seja, quase 60% do que chegava à câmara de Vila Viçosa, neste período, era de origem régia. O monarca escreve sobretudo sobre questões militares (34%), seguindo-se as temáticas do âmbito da justiça e polícia (21,6%) e em terceiro lugar o sector fiscal (15,4%).

Secundarizando o rei, segue-se-lhe a correspondência do duque, a que associamos a da Junta da Justiça, num total de 20 cartas, ou seja, pouco mais de 9% dos registos. Com origem ducal predominam visivelmente as cartas de provimento de ofícios. Das 16 cartas emitidas pelo duque de Bragança 11 têm esse fim específico, o que demonstra que o duque punha em prática as suas doações e privilégios, mas também que não se imiscuía grandemente noutras áreas da vida local. Guerra e fiscalidade eram âmbitos absolutamente régios.

Portanto, a comunicação da casa ducal com a câmara era muito mais restrita do que a que era empreendida pela Coroa. Verifica-se todavia, e como é expectável, que os organismos régios e os da Casa de Bragança eram os interlocutores por excelência desta câmara.

Além destes emissores, instituições ou seus representantes, claramente identificados e documentalmente associados ao exercício de cargos públicos, aparecem outros cuja referenciação documental pode assumir duas formas: ou apenas um nome que não vem associado a nenhum ofício ou apenas um título nobiliárquico. Em ambos os casos foi depois necessário fazer prospecção e cruzamento de dados para identificar, com relativa segurança, as suas identidades

políticas e militares, com a impossibilidade, por hora, de identificar todos. Verificou-se tratarem-se de militares de patentes diversas, de membros do grupo dos quarenta conjurados que marcaram no calendário da História de Portugal o 1 de Dezembro de 1640 ou de nobres titulados. Alguns acumulando todas estas características, outros apenas parte delas. No conjunto assumem a autoria de 22,6% das cartas registadas em Vila Viçosa. Ainda que a comunicação entre patentes militares[59] e destas para as câmaras não seja de causar estranheza, é notório como a comunicação oriunda daqueles oficiais assume expressão e se fazia em circuitos paralelos aos dos organismos centrais da monarquia. Terá interesse, então, trabalhar, num outro espaço, sobre o que se escrevia nessas missivas.

Entre os indivíduos que apenas são identificados pelo nome destacamos D. Afonso de Portugal[60], 5.º conde do Vimioso, capitão general; Cristóvão de Brito Pereira, governador da Praça de Vila Viçosa e mestre de campo de um terço dos soldados auxiliares da comarca de vila Viçosa[61]; Dinis de Melo de Castro[62], general de cavalaria participante em várias das batalhas das Guerras da Restauração, governador de armas do Alentejo e 1.º conde das Galveias; Gil Vaz Lobo[63] e D. Miguel de Almeida[64], ambos conjurados de 1640, o 1.º capitão de cavalaria no Alentejo e o segundo vedor da fazenda régia e 4.º conde de Abrantes. Entre os que são unicamente identificados como cabeças tituladas encontramos o Conde de Atouguia[65], D. Jerónimo de Ataíde, governador de armas do Alentejo em 1659, também um dos aclamadores; o 3.º Conde de Cantanhede e 1.º Marquês de Marialva[66], D. António Luís de Meneses, mais um dos célebres conjurados e mestre de campo que comandou as tropas portuguesas na batalha de Montes Claros; os condes de Odemira[67] (7.º , D. Francisco de Faro e Noronha), de Castelo Melhor[68] (3.º , D. Luís de Vasconcelos e Sousa) e o co-

[59] Como indicado, parte das cartas registadas na câmara de Vila Viçosa não se destinavam a esta instituição. Neste caso, referimo-nos também a cartas entre patentes militares que foram registadas nos livros da câmara.

[60] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 162.

[61] Este último cargo concedido a 11 de Setembro de 1659 (em documento que descreve movimentações de tropas em acções da guerra) e que passou a acumular com o de governador da praça de Vila Viçosa que já antes exercia. AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 66v.

[62] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 091.

[63] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fls. 084v e 088.

[64] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fls. 162v e 163.

[65] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 070v.

[66] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fls. 65, 65v, 075, 076, 077, 083v, 086v, 089, 092v e 102v.

[67] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 202v.

[68] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 192.

nhecido Conde de Schomberg[69]: Friedrich Herman von Schomberg, Conde de Mértola em Portugal, Duque de Schomberg, Marquês de Harwich, Conde de Brentford e Barão de Teyes, em Inglaterra, que, em 1660, assinou o contrato para servir como mestre de campo general do Alentejo e comandante das tropas estrangeiras em Portugal. Como se pode constatar, existe uma grande presença de membros do grupo dos quarenta conjurados que, como se sabe, após a aclamação de 1640, obtiveram reconhecimento do monarca que ajudaram a colocar no trono, com a atribuição de cargos militares, de títulos nobiliárquicos e de consequente poder político.[70] De forma genérica a correspondência dos indivíduos atrás referidos, alguma dela emitida em teatro de operações, trata questões directamente relacionadas com a guerra e no âmbito dos postos que ocupam. Portanto, não estamos perante missivas de carácter particular. Todavia, estes emissores, por alguma razão inexplicada, não invocam os cargos, identificando-se apenas pelo nome ou pelo título. O que, cremos, na altura, seria identificação bastante, imediatamente associada à hierarquia militar de onde provinha.

Se considerarmos as cartas destes indivíduos que foram governadores de armas do Alentejo o número de missivas desta categoria de emissores, presente na *Fig. 3,* sobe de 9 para 13 cartas. Tal não influi, porém, na sua posição na hierarquia de emissores considerados na análise.

Outro aspecto de interesse consiste em identificar as entidades periféricas ou locais de Vila Viçosa (ouvidor, juiz de fora, câmara, etc.) que eram mais frequentemente interpeladas pelos centros políticos nesta época. Pois os livros de registo da câmara, como se disse, não copiavam só as cartas directamente enviadas para a câmara, mas também as que chegavam ao ouvidor da comarca, ao juiz de fora senhorial ou a outras instâncias.

Neste caso, podemos observar na *Fig. 4* que, como seria de esperar, a maior parte das cartas com destinatários institucionais se destina à câmara, onde 51 documentos correspondem a uma percentagem de 23,6% do total. Chama-nos à atenção neste receptor o facto de a fórmula usada para identificar o destinatário câmara não ser sempre igual. As fórmulas variam entre *"Juiz, vereadores e procurador da câmara de Vila Viçosa..."*, *"Juiz e oficiais da câmara de Vila Viçosa..."*, *"Oficiais da câmara de vila Viçosa..."* ou, menos comum, mas usada com relativa frequência, *"Juiz, vereadores, procurador, fidalgos, cavaleiros, escudeiros, homens bons e povo de Vila Viçosa..."*. De momento, não se nos afiguram claras as razões que determinariam estas variantes, mas neste último caso, percebe-se claramente que se tem como objectivo que o conteúdo das missivas chegue a um mais amplo leque de indivíduos. Além disso verifica-se que esta fórmula aparece nas cartas de nomeação de ouvidores e de juízes de fora, cujos titulares destes ofícios importava a todos conhecer.

---

[69] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fls. 073, 075v e 083.

[70] Sobre esta questão vid., por exemplo: Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, Círculo de Leitores, 2006, (Reis de Portugal, 21).

Destacam-se a seguir as cartas que se dirigiam ao ouvidor e ao juiz de fora, ambos delegados do poder senhorial da Casa de Bragança, por quem eram nomeados, que fazem aqui o papel de mediadores na divulgação de leis e determinações e na aplicação prática de ordens, quer da própria Casa quer do monarca, por quem também são interpelados. De acordo com o que já foi referido, após receberem as cartas que lhes eram destinadas estes oficiais faziam copiá-las nos livros de registo da câmara. Assim, ambos os magistrados foram receptores em 23,1% dos casos. Se a este valor somarmos os 6,4% das cartas destinadas ao provedor e ao corregedor da comarca de Évora, os quatro magistrados periféricos régios e senhoriais (provedor, corregedor, ouvidor, juiz de fora) recebem 29,5% da correspondência, total que excede a percentagem das cartas enviada directamente para a câmara de Vila Viçosa.

Tal como no que toca aos emissores também os receptores são por vezes referidos apenas com um nome para o qual foi depois necessário procurar uma identidade. Porém, neste caso, a percentagem de cartas é mínima, apenas 3,7%. Nesta circunstância voltamos a destacar Cristóvão de Brito Pereira[71] e também D. João da Costa[72], outro dos 40 conjurados, 1.º conde de Soure, governador de armas do Alentejo. Portanto, ambos militares com acção concreta no palco bélico em que então se vivia. Mais uma vez, tal como nos emissores, se às cartas recebidas pelo governador de armas do Alentejo, consideradas na *Fig. 4*, juntarmos a única destinada a D. João da Costa, o número de ocorrências para aquela categoria de receptores cresce apenas para cinco, também não alterando a hierarquia de receptores expressa na figura.

Chama-se a atenção para o facto do conteúdo destas cartas, oriundas de diversas patentes militares, ou a elas destinadas, constituir manancial de informação que pode servir para complementar os dados já sobejamente trabalhados pelos historiadores sobre as Guerras da Restauração[73]. Quer do ponto de vista dos circuitos comunicacionais e dos seus centros – mais ou menos periféricos – produtores de informação, quer no que toca às relações do poder local com as hierarquias militares.[74] Ganharão, com certeza, ainda mais expressão, se o âmbito de análise for alargado a outros concelhos do país.[75]

---

[71] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fls. 064v e 084v.

[72] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 219.

[73] Vid. por exemplo os estudos publicados sobre o tema da autoria de Fernando Dores Costa, de onde se pode destacar: Fernando Dores Costa, *A Guerra da Restauração 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, (Temas de História de Portugal), ou a obra de Fernando Cortés Cortés, *Guerra e pressão militar nas terras de fronteira. 1640-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

[74] Sobre este aspecto Teresa Fonseca publicou já um estudo relativo a Elvas: Teresa Fonseca, "The Municipal Administration in Elvas During the Portuguese Restoration War (1640-1668)", *E-journal of Portuguese History*, Vol. N.º 2, 2008.

[75] Expressam as ramificações da comunicação a partir de diferentes nós, que acrescem dados

De referir também a grande expressividade de cartas que não têm destinatário concreto (mais de 70 registos, numa percentagem superior a 36%) e que, portanto, não eram propriamente enviadas para a câmara de Vila Viçosa nem para outra instância de poder político, mas que se destinavam a ser divulgadas pelo reino ou, por vezes, pela comarca de Évora ou pela ouvidoria de Vila Viçosa. Essa divulgação era feita, por exemplo, através do seu envio para os agentes periféricos da acção régia (provedor e corregedor) ou senhorial (ouvidor). Nestes casos, estas missivas, embora enviadas para estes magistrados não se lhes dirigiam individualmente apresentando formulários como: *"...a todos os provedores, corregedores, ouvidores, juízes e justiças..."*[76]; *"...aos que este alvará virem..."*, *"...sabendo nós que..."*. Nesta circunstância encontram-se, por exemplo, as cartas que divulgavam leis ou, com um objectivo diferenciado, as cartas de concessão de privilégios ou de licença para o exercício de ofícios. Estas fórmulas podem ter origem régia, ducal ou de outro funcionário delegado desses centros políticos.

Por último, e directamente relacionado com o período de enfoque escolhido para análise, importa identificar, mais concretamente, os assuntos mais e menos recorrentes na documentação.

Neste ponto convém explicitar as categorias de assuntos que foram consideradas para análise e que surgem na *Fig. 5*. Por *Participações régias* se entende a comunicação enviada para todo o reino pelo monarca ou pelos tribunais superiores da Coroa e que, como tal, aparece registada na câmara de Vila Viçosa, mas não era especificamente enviada para esta. Consideram-se depois três outras categorias que são as de maior destaque na documentação: *Pagamentos* diversos, *Provimentos* de ofícios e *Privilégios* concedidos.[77] Nestes casos em cartas dirigidas a destinatários específicos quer fossem a câmara ou outras instâncias ou funcionários periféricos, régios ou senhoriais. Por último, uma categoria *Outros*, que agrega os mais diversos temas não incluídos nos casos ante-

---

à informação presente, por exemplo, nas cartas dos governadores da província do Alentejo para os reis D. João IV e D. Afonso VI, já publicada em P. M. Laranjo Coelho, (pub. e prefácio), *Cartas dos governadores da província do Alentejo a el-rei D. João IV*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940 e P. M. Laranjo Coelho, (pub. e prefácio), *Cartas dos governadores da província do Alentejo a el-rei D. Afonso VI*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940.

[76] Que à frente são identificados como de todo o reino ou de uma comarca específica.

[77] Quer no caso das cartas de provimento, nos mais diversos ofícios, quer no caso das cartas de privilégios concedidos, a diferentes particulares ou instituições, conforme os casos, aquelas são classificadas como comunicação ou como registo. São apenas registo os provimentos de ofícios mecânicos (sangrador, parteira, carpinteiro, etc.) e os privilégios individuais ou colectivos cujas cartas foram originalmente concedidas aos beneficiários dos mesmos que depois as registam na câmara (carta de familiar do Santo Ofício, autorização para um convento poder apascentar os seus rebanhos em determinado local, etc.).

riores. Estas grandes categorias foram depois subdivididas em subcategorias de diversos âmbitos que pudessem abarcar a variedade de assuntos tratados, de que são exemplo a justiça, a economia ou a fiscalidade.

Como se vê na *Fig. 5* o grande destaque vai para os assuntos de cariz militar, quer no que toca ao provimento dos cargos militares em si (alcaides, governadores, capitães, alferes, ajudantes, etc.), quer no que se refere a outras questões relacionadas com a guerra (avisos aos moradores, ordens específicas, criação de cavalos, reservas alimentares, etc.), ou ainda a pagamentos dos ofícios, militares ou outros.

No que se refere à questão bélica, para a comunicação geral de diversas ordens e advertências, era usada uma tipologia documental específica designada *bando*. Os bandos eram avisos gerais, às tropas ou à população, que se destinavam a fazer circular informação. São documentos de teor bastante interessante uma vez que permitem observar algumas vivências quotidianas da época e a forma como a situação de guerra influía na vida dos moradores de Vila Viçosa e sua comarca, pelo que passaremos a explorar um pouco o seu conteúdo. Serviam, por exemplo, para advertir sobre a forma como seriam punidas as situações de deserção. No caso, qualquer pessoa, de qualquer qualidade e condição, que se ausentasse do exército da província ou da praça onde estivesse aquartelado morreria morte natural na forca.[78] Por outro lado, podiam avisar também que os soldados que se tivessem ausentado do exército tinham oito dias para se apresentarem nos terços, onde tinham seus assentos, ou seriam degredados, por toda a vida, para o Brasil, e suas fazendas seriam confiscadas para a despesa de guerra.[79]

Em 1660, a necessidade de reforço de efectivos surge num bando que ordena que toda a pessoa que tiver assentado praça nos terços do exército e companhias de cavalo, ou nos terços que se levantaram para a corte ou conquista do reino, sendo notáveis de Vila Viçosa ou moradores nela, ou em seu termo, apareçam, dentro de seis dias, perante o governador. Indica ainda os castigos que serão aplicados aos que o não fizerem e aos que os encobrirem.[80] A prevenção de circunstâncias de passagem de gente para o lado inimigo também é encontrada nestes documentos. Em 1662 um bando avisava que todo o soldado da praça de Vila Viçosa, ou qualquer morador da vila, que fosse achado fora do distrito das sentinelas de cavalo dos guardas daquela praça para a parte do inimigo, com gado ou sem ele, ou com qualquer outro pretexto de caça ou pesca, seria preso e castigado.[81] Ainda associada a estas questões, surge a proibição de os moradores das vilas da comarca se ausentarem das mesmas, acompanhada da ordem pa-

[78] Bando de 1 de Dezembro de 1658. AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 065.

[79] Bando de 25 de Novembro de 1658. AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 065v.

[80] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 071v.

[81] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 077v.

ra que os que já saíram voltem aos locais de origem, sob pena de lhe serem aplicados determinados castigos.[82] A debandada geral, que a situação de guerra podia originar, levando ao despovoamento das terras, facilitaria a instalação inimiga que se pretende assim obviar.

O ambiente bélico do quotidiano, com muita gente armada, levava também a tomar algumas medidas de segurança para evitar a ocorrências de crimes. No ano de 1660 ordena-se que nenhum soldado, infante ou de cavalo, da praça de Vila Viçosa ande de noite com armas defensivas. E adverte-se que sendo achado com elas será gravemente castigado e degredado por tempo de 6 meses para Alconchel.[83] Ainda no mesmo ano se avisa que qualquer soldado, assim de cavalaria como infante, que na praça de Vila Viçosa, de dia ou de noite, for achado com qualquer arma de fogo ou puxar por espada será tratado com seis tratos de corda a braço solto.[84] Em sentido inverso, para sua protecção, já em 1647, tinha sido lançado o bando que obrigava os almocreves que andavam nas conduções dos mantimentos das fronteiras a trazer armas, tais como pistolas, espingardas e todo género de armas curtas.[85]

Mais prementes, no que toca à segurança das populações e dos seus haveres, são os bandos de cuja leitura perpassa e iminência da ameaça das tropas inimigas. É isso que se infere de um bando de 29 de Novembro de 1658 onde se determina que todos os moradores de Vila Viçosa ou outras pessoas que trouxerem gados pastando nas terras entre a vila e Elvas os retirem dentro de 24h para as terras entre a Vila Viçosa e Redondo, sob pena de lhe serem tomados por perdidos. Somente os lavradores poderão deixar ficar os bois necessários para fazerem as searas, enquanto estas durarem. E todas as pessoas que estiverem no campo, na mesma zona, se retirem dos montes para a vila, no mesmo prazo, com suas famílias, roupa e pão, sob pena de perderem o que nos ditos montes for achado. Neles só poderão ficar os moleiros que viverem nas azenhas.[86] Anos mais tarde, em 1663, por ordem do Conde de Atouguia, governador de armas da província do Alentejo, se avisa que o inimigo tem junta toda a sua cavalaria na praça de Olivença e que pretende fazer entrada por estas partes [de Vila Viçosa] pelo que manda que se recolham os gados, sob pena de serem castigados os que o não fizerem, e que toda a pessoa de qualquer condição se apresente a seus capitães, pois o que faltar será preso e castigado.[87]

Ora, somando todos os parâmetros considerados em assuntos que reportam questões militares (*Participações régias, Pagamentos, Provimentos e Outros*)

---

[82] Bando de 24 de Abril de 1662. AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 077.

[83] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 068.

[84] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722_fl. 068v.

[85] AHM VV, CMVV, Livros de Registo, RG 703, fl. 206.

[86] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 065.

[87] AHMVV, CMVV, Livros de Registo, RG 722, fl. 079v.

encontram-se 76 documentos cujo tema é de índole militar, o que resulta numa percentagem de mais de 35% do total dos assuntos tratados. Segue-se, como mais representativa, a temática que gira em torno de aspectos de justiça e polícia com uma expressão de quase 19% do total de registos. Muitas das cartas classificadas nesta categoria consistem na nomeação de ouvidores e de juízes de fora, mas nela se encontram também a divulgação de leis ou questões relacionadas com o cometimento de crimes ou levas de presos. Sucedem-lhe, com mais impacto, o tema da fiscalidade (mais de 17%) e o que se relaciona com questões económicas (pouco mais de 6%). Tendo em conta a época e a abordagem já feita anteriormente, o aumento do impostos ou a introdução de novidades tributárias era recorrente para suportar o esforço bélico da Coroa. Do ponto de vista económico entende-se as determinações sobre a moeda ou o comércio, por exemplo. Por vezes também relacionadas com o cenário de guerra, como no caso de abastecimentos dos cereais necessários nas fronteiras.

Fazendo um pequeno exercício de associação entre destinatários e conteúdos, no que se refere ao ouvidor, a diversidade de temáticas das missivas que lhe são dirigidas é maior do que no caso do juiz de fora. Mas, para ambos os magistrados se encontram os subtemas *Justiça e polícia*, *Fiscalidade*, *Economia* e *Militar* em diferentes números de ocorrências. No caso do ouvidor o assunto mais abordado respeita a questões de *Justiça e polícia* e para o juiz de fora destaca-se a *Fiscalidade*. Esta constatação revela-se óbvia tendo em conta que em termos de manutenção da ordem pública e de aplicação da justiça o ouvidor tinha um leque mais variado de competências e constituía uma instância judicial superior ao juiz de fora. Por outro lado, este último magistrado era o principal oficial camarário que serviria de meio para imposição na câmara e, através dela, na circunscrição concelhia, dos necessários aumentos fiscais.

Um aspecto a notar em toda a análise empreendida é o facto de se contactar a existência de poderes intermédios (providos pela Coroa ou pela Casa de Bragança) que, entre o centro e o local, intervêm no fluxo de comunicação, contribuindo claramente para a disseminação de ordens e decisões pelo território. Nestes casos identificamos o provedor ou o corregedor da comarca de Évora, magistrados da administração periférica régia, bem como o juiz de fora e o ouvidor da Casa de Bragança, cujas atribuições, neste último caso, correspondiam às dos corregedores da Coroa, sendo que em Vila Viçosa os corregedores régios não podiam entrar, salvo em situações excepcionais, devidamente autorizadas. Portanto, temos aqui uma comunicação, entre o central e o local, fortemente intermediada pelos funcionários de administração periférica.

Conclusão

Conclui-se que, no período entre 1640 e 1668 o fluxo de comunicação com a Câmara de Vila Viçosa é relativamente baixo, por comparação com a sede de comarca de Évora, destacando-se, no entanto os picos comunicacionais dos anos

de 1641, 1646 e 1668. Os emissores por excelência são o rei e os órgãos centrais da monarquia, seguidos do duque e do seu tribunal central. Porém, nesta época, a Casa de Bragança apresenta pouca frequência na comunicação com Vila Viçosa, ficando à margem das questões fulcrais da época no âmbito da guerra e da fiscalidade. Destacam-se ainda como emissores registados, e entre alguns dos receptores, militares de campo que comunicam de acordo com as urgências do momento. Verificamos também que embora uma parte significativa da correspondência seja enviada directamente para a câmara uma maior percentagem da informação é veiculada através de oficiais periféricos régios ou senhoriais, ou, ainda com maior expressividade, tem destino genérico para o reino, para a provedoria de Évora e para diferentes concelhos da ouvidoria de Vila Viçosa. Tal revela alguma novidade sobre a forma como se supunha a comunicação entre o rei e os concelhos que se julgava mais directa.

Relativamente às temáticas, a preponderantemente abordada nas missivas, é de índole militar. Como seria de prever, o cenário extraordinário de guerra, que então se vivia, fazia com que o assunto dominasse a correspondência e contribuísse para a sua intensificação. Se do total de registos encontrados se subtraísse o número de cartas que chegam a Vila Viçosa por razões de ordem militar, a média da correspondência recebida por ano desceria para apenas cinco documentos, em vez de os sete a oito que assim encontramos.

Fontes e bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Municipal de Arraiolos

AHMA/A/002/Lv001/1650-1661

Arquivo Municipal de Reguengos de Monsaraz

PT/MRM/CMRM/A/02/Lv01/1647-1697

Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa (AHMVV)

Câmara Municipal de Vila Viçosa (CMVV)
RG 703 e RG 722

Fontes impressas

FERRÃO, F. A. F. Silva, *Tractado sobre Direitos e Encargos da Serenissima Casa de Bragança*, Lisboa, Imprensa de J. J. Andrade e Silva, 1852.

Bibliografia

COELHO, P. M. Laranjo, (pub. e prefácio), *Cartas dos governadores da província do Alentejo a el-rei D. João IV*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940.

COELHO, P. M. Laranjo, (pub. e prefácio), *Cartas dos governadores da província do Alentejo a el-rei D. Afonso VI*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940.

CORTÉS CORTÉS, Fernando, *Guerra e pressão militar nas terras de fronteira. 1640--1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

COSTA, Fernando Dores, *A Guerra da Restauração 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, (Temas de História de Portugal).

COSTA, Leonor Freire e CUNHA, Mafalda Soares da, *D. João IV*, Círculo de Leitores, 2006, (Reis de Portugal, 21).

CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança (1560-1640): práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

CUNHA, Mafalda Soares da, "A Casa de Bragança (séculos XIV-XVIII): Permanência, plasticidade e participação política", in *D. João VI: um rei aclamado na América – Anais do Seminário Internacional*, Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 2000.

FARRICA, Fátima, *Poder sobre as periferias: a Casa de Bragança e o governo das terras no Alentejo (1640-1668)*, Lisboa, Colibri. CIDEHUS-UÉ, 2011.

FARRICA, Fátima, "A Casa de Bragança e o governo das terras no Alentejo, sécs. XVI-XVII", *Centros Periféricos de Poder na Europa do Sul (Séculos XII-XVIII)*, Hermínia Vasconcelos Vilar e Mafalda Soares da Cunha (coord.), no prelo.

FERNANDES, Isabel Alexandra, *Reis e Rainhas de Portugal*, Lisboa, Texto Editora, 2001.

FONSECA, Teresa, "The Municipal Administration in Elvas During the Portuguese Restoration War (1640-1668)", *E-journal of Portuguese History*, Vol. N.º 2, 2008.

HESPANHA, António Manuel, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político: Portugal (século XVII)*, Coimbra, Almedina, 1994.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "Os Concelhos e as Comunidades" in António Manuel Hespanha, (coord.), O Antigo Regime, Vol. 4, *História de Portugal*, Dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, S.d., pp. 303-331.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "A sociedade local e os seus protagonistas", in César de Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 29-77.

PESTANA, Manuel Inácio, "A Casa de Bragança: um Sereníssimo Estado dentro do Estado", in *Revista de História*, n.º 8, 1986, pp. 259-272.

PESTANA, Manuel Inácio, "A Casa de Bragança: das origens à actualidade", in João Medina (dir.), *História de Portugal: Dos tempos pré-históricos aos nossos tempos*, vol.7-*Portugal Absolutista*, Amadora, Ediclube, 1994, pp. 107-132.

Fig. 1 – Organigrama político da Casa de Bragança (séc. XVII)

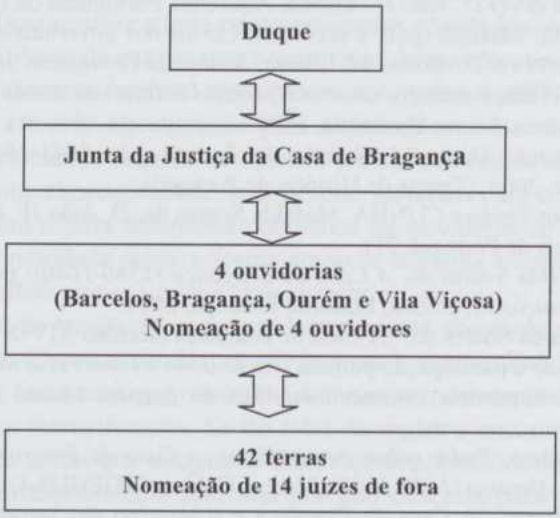


Fig. 2 – Número de documentos registados nos livros de registo da Câmara de Vila Viçosa – Emissão 1640-1668

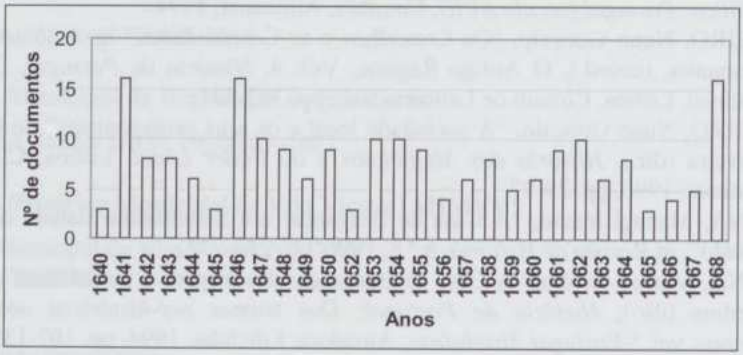


Fig. 3 – Emissores de documentos registados nos livros de registo da Câmara de Vila Viçosa – Emissão 1640-1668

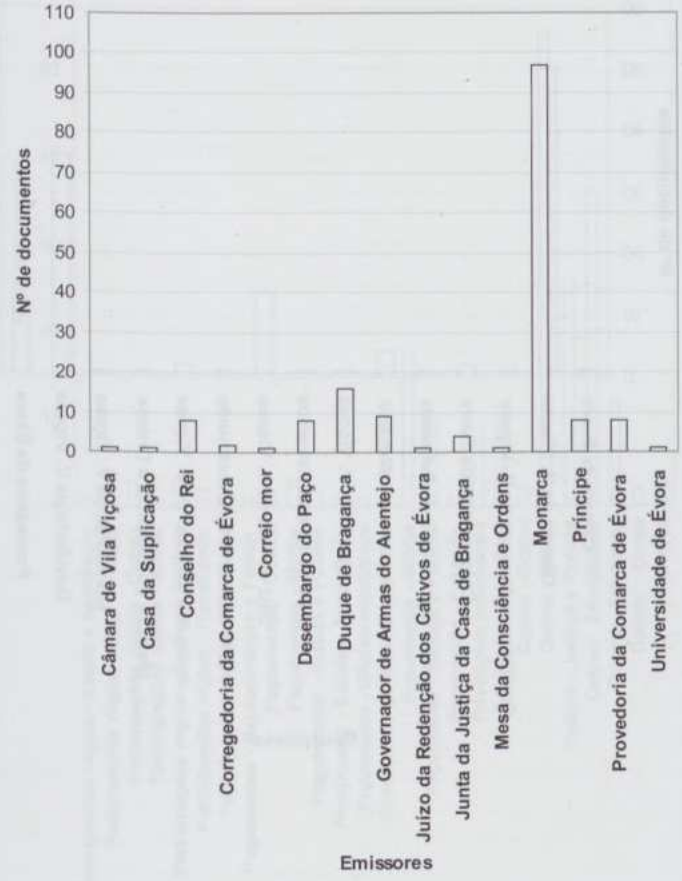


Fig. 4 – Receptores de documentos registados nos livros de registo da Câmara de Vila Viçosa – Emissão 1640-1668

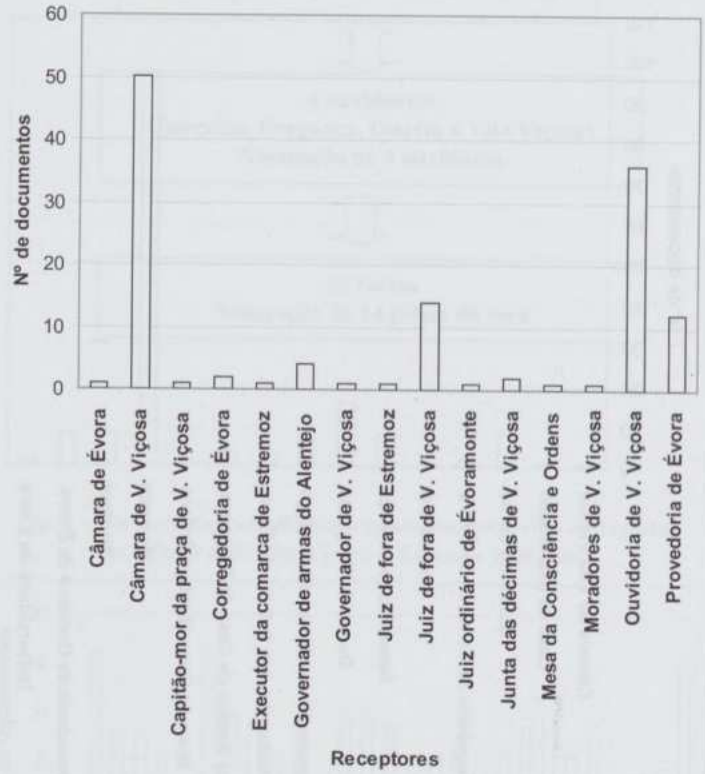
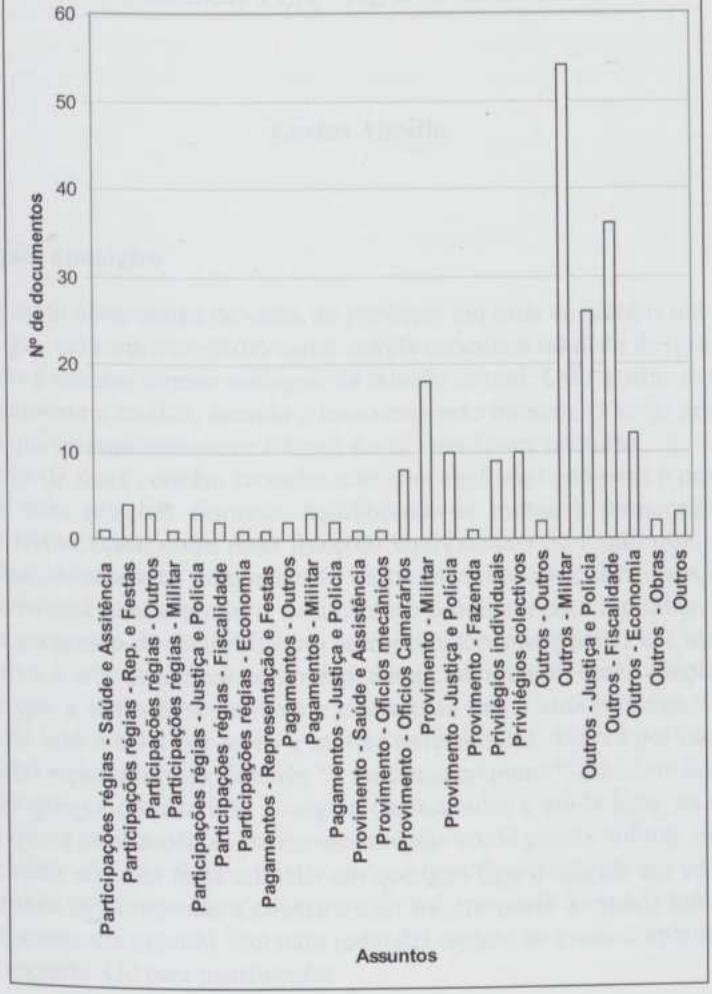


Fig. 5 – Assuntos dos documentos registados nos livros de registo da Câmara de Vila Viçosa – Emissão 1640-1668



A LIBERTAÇÃO DO SANGUE

Carlos Aurélio

Antelóquio analógico

Em certa noite antiga de estio, ao ponderar em roda de amigos um exemplo de analogia, caiu-me no espírito como estrela cadente a intuição de que o toureiro apeado é um dos termos análogos da relação sexual. Dito assim: o toureiro é analogicamente a mulher, quando o touro está pelo homem. O texto presente resulta do que intermitentemente reflecti desde essa faísca nocturna.

Antes de mais convém recordar que uma analogia[1] compara e pondera em paralelo duas relações distintas, equilibrando-se mútua e proporcionalmente termo a termo como entre duas fracções equivalentes de modo que, por cada uma delas, subamos na compreensão da outra e, no caso, dará para dizermos que o toiro está para o toureiro, assim como o homem para a mulher. Dar-se-á pois um progresso de conhecimento antropológico sustentando em imaginação substantiva a arte de tourear como dança nupcial, melhor, como amplexo amoroso em que a semente se derrama e morre para que a vida prossiga. Cosmologicamente será o sol a pôr-se ou a morrer terra adentro. Talvez por isso mesmo as touradas sejam próprias da tarde, "a las cinco en punto", dito com acerto.

É longínqua e misteriosa a origem das touradas e ainda hoje, na era espacial em que a civilização se parece desintegrar como poeira sideral, ainda hoje persiste entre nós esta festa estranha em que uma figura cingida em seda colorida, adornada de lantejoulas a chisparem ao sol, trespassa à espada um toiro que se entrega sem um gemido, isto num redondel repleto de vozes e aplausos. É caso para espanto. Ou para justificação.

[1] Analogia = aná + logos: *aná*, elemento grego que indica ascensão e *lógos*, ideia de palavra, discurso, inteligência.

Desde Creta, e falamos de há quatro milénios, que se conhece o que podemos chamar de rito do touro, associado ao Mito do Minotauro e desenvolvido no palácio de Cnossos, o do rei Minos. Tudo passa e acaba em quatro mil anos mas não a lide dos toiros. Em 1924, um diplomata lituano radicado em França, OscarVladislas de Lubicz-Milosz, editou *Ars Magna*,[2]uma arte maior na qual incluiu um texto que muito nos interessa — *Les Origines du Peuple Juif* — e, pelo qual, a história migratória dos povos se pode postular ao invés da habitual, isto é, os judeus habitaram primeiro a Ibéria séculos antes da Judeia, foram de ocidente para oriente como disso podem dar testemunho nomes como Rio *Ebro* que terá dado *Iberos* e *Hebreus*, ou de inúmeras palavras em euscaro, coincidentes em étimo com as hebraicas correspondentes. Aliás, algo de similar afirmara antes o nosso Sampaio Bruno em *Teoria Nova da Antiguidade*,[3]uma nova visão do percurso dos povos antigos seguindo o trilho da *Odisseia* homérica e que, o notável prefácio de Pedro Sinde à mais recente edição, muito elucida. Ora, Milosz, refere que os terramotos na antiga Andaluzia, dita Tartéssia pelos gregos, conduziram os tartessos a migrarem para oriente, isto depois de descrever similar movimento por parte dos fenícios. No parágrafo seguinte, coloca a hipótese de esses remotos andaluzes terem chegado a Creta, terra pré-helénica onde predominava a deusa Britomartis empunhando as suas duas *serpentes*, ditas *sarap* na Ibéria e *saraph* em Israel. As corridas de touros, admite, podem assim ter sido ibéricas antes de cretenses.

António Telmo — que conhecia bem Milosz e a sua *Ars Magna* — veio a publicar em *Filosofia e Kabbalah* (1989) um antigo texto da sua juventude sesimbrense, os *Diálogos com David*,[4]duas arrojadas páginas nas quais retoma e avança criativamente o tema da origem das touradas, vislumbrando como era seu timbre o filão mágico, senão teúrgico. Basicamente diz que *«as touradas (...) foram feitas não para dominar os touros, porque então seria melhor e mais fácil matá-los a tiro, mas (...) para dominar os tremores de terra»*. E de facto *«as zonas de toiradas e as zonas sísmicas coincidem, na sua generalidade»* em Portugal e, a colonização atlântica dos dois países ibéricos fez com que as corridas de toiros existam no Peru, Colômbia, Venezuela e México, também nos Açores, zonas evidentes de terramotos, e não hajam no Brasil ou na Madeira, onde esses desastres naturais praticamente não acontecem.

Redito e concluindo, os antigos povos ibéricos deixaram connosco a arte mágica para se apaziguar a energia telúrica e explosiva da terra, a qual, só não é indómita porque os touros e as touradas contribuem para a dominar. Tudo ex-

---

[2] O. V. DE L. MILOSZ, *Ars Magna*, Éditions André Silvaire, Oeuvres Complètes, VII, 1961, Paris.

[3] SAMPAIO BRUNO, *Teoria Nova da Antiguidade*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2004.

[4] ANTÓNIO TELMO, *Filosofia e Kabbalah*, Guimarães Editores, Lisboa, 1989, p. 21-22.

plícito e lúcido. Iremos ver que a nossa tese segue este trilho sem com ele coincidir exactamente, pois que em contexto paralelo vemos na tourada uma *dança nupcial* que, antes de magia, será sinal de um antiquíssimo *rito de sacrifício animal* inerente ao início da *era patriarcal* da humanidade ou dos heróis gregos, no qual o toureiro significa a respectiva sacerdotisa, isto em sucedâneo à era matriarcal anterior ligada aos sacrifícios humanos. Finalmente, indagaremos da coerência ou da incompatibilidade das touradas com o cristianismo que, afinal, se fundamenta no sacrifício incruento da eucaristia.

Há que pôr o touro a correr. Eis a lide.

Primeiro tércio

Sai impetuoso o touro dos curros ou da caverna para explodir no sol da arena, o desejo irreprimível da liberdade até levá-lo à antecâmara da morte. Logo, um picador o lanceia de cima de um cavalo cego e resguardado, submete-o à prova do castigo ou "sorte de varas" para lhe refrear tanto músculo retesado, temperar-lhe os ânimos até à elegância de movimentos e investidas, dizem. No fundo, este preâmbulo corresponde ao amplexo amoroso que se quer demorado, a força adolescente deve ser educada em breves instantes até que uma ilusória maturidade a refine. O toureiro, qual mulher experiente de bordel, ensaia e ensina o animal a distender-se pelos movimentos largos do capote róseo a duas mãos, a gola vermelha bem segura enquanto acerta "el temple". Há nisto uma contínua sedução à distância, de forma a suavizar a puberdade entumecida, a humedecer a sofreguidão, a atiçar o desejo, refreando-o. A dança do flamenco insinua o mesmo, a bailarina citando com seus braços em enleio, as castanholas acompanhando o ritmo da virilidade "del taconazo"das botas masculinas no tabuado, as palmas em cadência enquanto, amiúde, ela levanta e agita o vestido longo mostrando os folhos, repuxando, sugerindo. A imaginação voa.

Esta nossa lide em palavras corridas anda ao invés, os sacrifícios humanos primeiro, não sabemos se através de estocadas e matadores. Antes, falemos do touro como símbolo.

Desde tempos imemoriais que o Touro exprime na humanidade símbolos de sustentação da natureza criada, ao ponto de no zodíaco ocupar o céu de Maio, o âmago da Primavera, logo após o impulso de Carneiro e antes que Gémeos disperse o poder genesíaco. Significa o ser fecundante por excelência, viril, esparramado sobre a terra e as flores silvestres das campinas. É visto assim a ocidente desde a Ibéria às pampas argentinas, das estepes europeias à pradaria americana onde seu irmão bisonte tem honras similares. A oriente, tal simbologia recai no elefante, na tartaruga, chega até ao crocodilo já na Oceânia, ainda que na Índia o touro védico suporte o mundo manifestado, aquele que a partir da imobilidade invisível do centro mantém a girar a roda do cosmos, algo aliás, que o liga ao movimento da remota cruz suástica.

O período distante e largo do Paleolítico (entre 100.000 a ~ 18.000 anos a. C.) corresponde ao nomadismo e às grandes migrações, à diáspora dos caçadores recolectores no fim do qual, mormente no subperíodo chamado Madalenense, se demonstra o apogeu da arte rupestre, a móvel e a parietal, na qual o touro surge em iconografia constante. Na caverna, útero materno da natureza, arte e religião coincidiam, e daí, que culto e cultura sejam gémeos. No período seguinte, o do Neolítico, o homem nómada passa a enraizar-se em sedentário, domestica ou traz para casa alguns animais selvagens, mas, acima de tudo cava a terra e cruza sementes, inventa a agricultura, depois a arquitectura e a urbe, civiliza-se. Pela primeira vez as gentes que deambulam podem parar, repousar, chamar sua a terra que tudo lhes dá. Habitam agora sob a grande abóbada do céu, cíclica e imutável. A terra é a grande casa, mãe e deusa, consagrada e dadivosa.

Não se sabe quando mas começaram nesse período os moralmente inconcebíveis sacrifícios humanos, hoje rejeitados, apetece acrescentar que só em aparência, de tal modo o século XX tanto o desdisse objectivamente, mas a irmos por aí a corrida seria outra. Há provas destes sacrifícios desde o Neolítico até ao fim da Idade dos Metais, e estamos a falar até cerca de 1000 anos a. C., diligenciando a humanidade atónita o apaziguamento dos elementos naturais enfurecidos, as tempestades diluvianas, os terramotos, tudo o que violentamente agitasse a Mãe Terra ofendida. Muitas das civilizações modernamente elogiadas quando comparadas com a judaico-cristã, praticavam sacrifícios desta índole particularmente de adolescentes e crianças.E estamos a falar de Maias e Astecas, de Fenícios e de Celtas. Pelo que hoje sabemos, também os Cretenses o fizeram, assim o comprovam as pesquisas no Templo de Anemospilia ou na Casa do Norte em Cnossos, jazida horrenda onde foram encontradas centenas de ossadas infantis.

E como se lida o toiro neste tércio pré-histórico? Precisamente pelo Mito do Minotauro que aqui descreveremos em "capotazos" rápidos. Desde logo começa no Mito de Europa, a filha de Agenor e rei de Tiro, qual doçura feminina raptada por um Zeus disfarçado em toiro branco de cornadura doirada, arrastando-a mar fora até Creta. Nessa ilha, junto à fonte de Gortina, ambos se enlaçam amorosamente e aí, os plátanos nunca perdem por isso a folha, primaveris e pujantes. Europa dá à luz três filhos, um dos quais é Minos. Mais tarde, quando Minos já reinava, sonegou a Posídon o sacrifício de um belo touro e o deus dos mares e das águas subterrâneas vingou-se levando Pasífae, esposa do rei de Creta, a apaixonar-se pelo animal, sendo que deste crime antinatural se gerou um monstro humano com cabeça taurina, o Minotauro. Elidindo passos narrativos, diremos que Minos acabou por submeter os atenienses ao tributo anual de sete rapazes e sete donzelas a serem devorados pelo monstro de Cnossos, habitante central do palácio que era um labirinto desenhado pelo arquitecto Dédalo. Finalmente, Teseu, o herói grego da Ática matou o monstro saindo livre do labirinto, guiado pelo amor e pelo fio de ouro de Ariadne, filha de Minos. Atenas libertou-se assim do domínio de Creta.

Entre diversos significados interpretativos este mito culmina em algo fundamental que o irmana com o episódio bíblico de Abraão, quando Deus lhe impõe o sacrifício do seu único filho, Isaac. Parece pois que a humanidade, algures pela Idade do Bronze (entre 2500 a 1500 a. C.), passa dos sacrifícios humanos aos sacrifícios animais o que permite a correspondência conclusiva entre o Minotauro — evolui do sacrifício de jovens para o do touro como iremos ver — e o marco bíblico de Abraão no Monte Moriah, quando um anjo lhe descobriu um carneiro para sacrificar em vez do filho.

Zeus Rapta Europa – Obra do Autor 81x100cm-1986

Segundo tércio

É meio da tarde e a arena arde, já o sol tomba. Na lide intermédia o toiro é sujeito à sorte de bandarilhas, ferros cravados aos pares e envoltos em papéis festivos e coloridos mas, do dorso do animal jorra uma única cor, o vermelho do sangue e da carne rasgada. Também na paixão amorosa há cores de festas ou de carícias, só depois o sofrimento, quando a mulher sorri e cativa, dá e foge, para fazer correr por enamoramento o toiro cego que a persegue. Nos Açores, laça-se um toiro à corda e depois chama-se-lhe enamorado.

Para quem apreciar a elegância do bandarilheiro saltando e arrimado às hastes do toiro que são dois punhais, verá nela semelhanças com a *Taurocatapsia* ou o célebre "fresco do toureiro", aguarelado desde 1500 a. C. nas paredes do Palácio de Minos em Cnossos, Creta. Três belas raparigas de seios nus des-

crevem saltos acrobáticos sobre o toiro, cujo dorso é uma curva suave sem deixar de ser impetuosa, uma elegância longilínea do masculino que vai conhecendo a sabedoria do amor. Aliás, admite-se hoje, que esta espécie de amazonas ou valquírias, quase despidas, citavam e volteavam sobre um toiro, levando como adornos no busto nu pequenas chapas de metal, qual antecipação do "traje de luces" do toureiro actual. Para nós, aqui, serão sacerdotisas de um remoto rito taurino propiciatório ao apaziguamento de Posídon. Veremos.

Desde já diremos que impressiona sabermos hoje que estas touradas ou taurocatapsias cretenses terão surgido depois de 1700 a.C., imediatamente após um violento terramoto que lançou a destruição na ilha, nomeadamente a dos palácios, facto que confirma a tese de António Telmo nos seus *Diálogos com David.*

Fresco no Palácio de Cnossos: Taurocatapsia 1500-1400 a.C.

Posídon, deus dos mares seria o patrono celeste de Creta, ilha de poder talassocrático, à época dominante e charneira no Mediterrâneo oriental, nomeadamente sobre a Hélade, de Micenas a Atenas. A teogonia helénica a partir de Crono e Reia engendra Zeus como rei dos céus e do Olimpo, Plutão domina os infernos do Hades e Posídon empunhando o tridente e envolto em ninfas, preside aos oceanos. O terramoto de Creta de há quase quatro mil anos deverá ter sido de violência aterradora, quiçá sucedido por maremoto, e deverá ter estimulado os sacrifícios humanos que o neolítico iniciara para pacificar as entranhas da Terra Mãe, quase sempre benévola e dadivosa como por Deméter se veio depois a revelar. Em vez de colheitas trouxera então a morte, destemperada e ensurdecedora, desmoronando os alicerces do mundo. Visto assim, o labirinto que caracteriza os palácios cretenses, nomeadamente em Cnossos, tenderá a perceber-se como um revoltado intestino de vísceras telúricas que veio a ser ordenado ocultamente pela sabedoria sacra transmitida a Dédalo, o arquitecto. O tributo ao Minotauro, um holocausto anual de jovens vítimas, será a flor da vida humana capaz de apaziguar um velho deus armado de tridente, porventura irritado pela disputa que uma ilha faria ao seu poderio oceânico.

Minos, admite-se hoje, em vez de rei pessoal e definido seria antes uma função de poder, em símile com faraó ou imperador. Portanto, o Mito do Minotauro é uma verdade intrínseca a Creta que evidencia enquanto oculta, factores misteriosos repercutidos em imanência metafísica o que, aliás, justifica um mito, uma narrativa humanizada que brota de algo transcendente. Um mito não significa mentira mas silêncio de mistério. Daí a correspondência com ritos. No caso, o Minotauro reflectia uma dialéctica metafísica que foi válida em Creta pelo menos desde 1700 a.C. até cerca de 1450 a.C., isto é, desde o tremor de terra às invasões vencedoras dos aqueus os quais vieram a destruir os palácios/labirintos, quer material, quer simbolicamente. À volta daquela última data, 1450 a.C., se deve situar a lenda de Teseu que, por ser lenda, é para ser lida como verdade narrativa e simbólica. Neste primeiro matador de toiros se significa a heroicidade ateniense,vencedora sobre a tirania de Creta a roubar-lhe os filhos em tributo de sangue. Não deixa de impressionar que em datas algo "próximas", o episódio de Abraão (1800 a.C.) e o de Teseu (1450 a.C.) se correspondam. Através de ambos a humanidade da Fé, pelo Judaísmo, vai confluir na da Razão, a do gregos, isto na passagem dos sacrifícios humanos aos animais, propiciatórios e ainda assim cruentos.

Sacerdotisa do culto à Deusa Mãe: Britomartis

Porque associada a Minos a arte de Creta denomina-se minóica. Nela prepondera a simbólica da mulher e a do touro, a relação feminino/masculino e terra/céu, agregada a manifestações concretas e diversas das quais emerge a coluna troncocónica invertida e o *labrys* ou *labrix*, um duplo machado que se repete em formas e escalas diferenciadas. Talvez similares ao *genius loci* os templos eram naturais, em cavernas ou no cume dos montes, assim afirmam arqueólogos da arte minóica e, talvez, supomos nós, a sacralização se prolongasse nos palácios, acaso vislumbremos no pátio de Cnossos o ritual correspondente ao Mito do Minotauro.

O feminino domina Creta: as linhas sinuosas fluem serpenteando, desde a expressão pictórica às esculturas da deusa Britomartis, a doce virgem significada nos seios nus, braços erguidos segurando duas serpentes. O touro é o outro pólo de dinâmica elemental e metafísica, continuamente presente até chegar à geometria que, quanto a nós, se metamorfoseia nas hastes duplas do machado ou *labrys*. Aliás, é desta simbólica tão repetida na ilha que aparece o termo *labirinto* (de *labrys*), um percurso ou peregrinação como descida aos infernos ou como subida aos céus até à Jerusalém Celeste, assim aparece circularmente no centro da catedral medieva de

Chartres. As plantas dos palácios minóicos são múltiplas, dispersas e sobrepostas, algo até irracionais, dominando os espaços interiores cómodos e agradáveis, abertos em frescos parietais, muito pouco ou nada castrenses. Figurativamente surgem polvos e golfinhos, elegantes perfis femininos, cerâmicas de harmonia vegetal, por vezes pequenas pombas e gatos associados a símbolos de índole religiosa como em certos *labrys* ou representações da deusa Britomartis. E depois, sempre o touro, seja em ritões sacros funerários, seja em hastes geométricas à escala arquitectónica. A mulher e o touro, eis a arte minóica, manifestando-se Creta como arena mágica no meio do Mediterrâneo ou no "meio da terra".

Labrys ou duplo machado

Não será ilegítimo vislumbrar no duplo machado tão disseminado em Creta e sem nada de fisicamente utilitário, algo referente ao touro, exibindo duplamente as hastes ora erguidas ao céu, ora voltadas para terra, tudo no masculino mas também similar e no feminino a Britomartis que, pelos braços levantados visa a dádiva celeste e, pelas serpentes, propicia essa mesma dádiva até ao reino terrenal. Predomina sempre a pacificação celeste sobre o poder telúrico da terra, capaz tanto de benesses como de tragédias em força descontrolada, relação que a inversão da coluna troncocónica significa e confirma, pois que o diâmetro superior é mais amplo que o inferior, arquitectonicamente inusual e sem fito construtivo. Mais tarde (1250 a.C.), a Porta dos Leões em Micenas dará a este símbolo o estatuto de ícone.

Creta é o touro e, a mulher, um toureiro ou sacerdotisa a cultuar Posídon. É neste remoto alinhamento que a tourada existirá na Ibéria, vinda de Creta pelos gregos ou levada para lá pelos tartéssios, os terramotos como causa e o domínio dos mares como consequência. O toureiro actual continua a figuração das valquírias minóicas, o feminino a educar a lava de fogo e o sémen do masculino, tudo em projecção marialva invertida de uma era então matriarcal até que, Teseu, herói e guerreiro,inicie a idade do patriarcado. Assim, o antecipara o primeiro dos patriarcas bíblicos, Abraão, três séculos antes, nas lonjuras que da Caldeia o haviam trazido a Canaã.

Terceiro tércio

Desce no céu o astro desde "las cinco en punto de la tarde" e o toureiro ergue agora os braços no centro da arena, recortada entre sol e sombra como se fora um quarto crescente lunar derrubado sobre a terra. A figurinha humana de

tão esguia e sozinha enche a praça, levanta os braços e volteia sobre os calcanhares com a capa e a espada numa mão, a *montera* na outra, lembrando uma estatueta de Britomartis empunhando serpentes e a rodar numa caixinha de música. Mas a banda ainda não toca, só o aplauso o incita. O toureiro pede que todos estejam com ele no sacrifício de sangue que há-de caber ao toiro, ainda que o destino nunca deixe de prometer excepções trágicas. O toureiro seria aqui a sacerdotisa deste rito atravessando os séculos, não fosse tudo ser pagão e já trespassado pela altitude suprema de Cristo. O toureiro está de braços levantados e levanta neles a alma capaz de erguer a morte: enverga camisa branca e fita negra pendente do cós, por cima tem o colete e depois a jaqueta com *ombreras*, a *taleguilla* repuxada acima dos rins e que logo acaba abaixo dos joelhos, tudo em seda bordada com lantejoulas de oiro, de prata se fora só bandarilheiro, as meias são em cor-de-rosa vivo enfiadas nas sapatilhas pretas, ligeiras como sabrinas e adornadas com um laço. A figura pausada roda, lembra uma qualquer estranha bailarina de ballet, plausível de invocar deuses ctónicos e capazes de beberem sangue derramado na terra.

A *montera* do lidador volteia no alto da sua mão direita, ainda traz a *coleta* pendente e que só cortará na derradeira faena, tudo em veludo como metáfora de um dorso de toiro negro que ele pousa no centro da arena, qual motor imóvel da roda que falta correr, agora que o toiro com a língua branca e espetada o observa atónito, talvez porque já veja a morte aproximar-se, vestida em cores de seda por entre os braços de uma virgem. A *montera* é colocada no centro do redondel por respeito ao animal, lastro de tradição quando o antigo oficial de justiça retirava o bicórneo antes de ser executada a sentença fatal. A tarde flui e arde no terceiro terço que tudo fecha, irrevogavelmente até ao sangue, não sabemos verdadeiramente para que Posídon se aquiete, acaso ainda trate dos magnos assuntos referentes a terramotos, isto para que as placas tectónicas não acordem num mugido cavernoso de morte, o mesmo de que os toiros em sua nobreza prescindem durante a lide que os fere e mata. O toiro sabe morrer em silêncio ou, na excepção que o leva a mugir, passa nele qualquer coisa de ronco da terra a detonar alicerces e fundamentos. O toiro cala-se e morre. A multidão da praça também, porque naquele silêncio estamos todos. Só depois aplaude em trovão porque o céu venceu.

Esta é a tourada actual à espanhola vista aqui por olhos intuitivos, sem sabermos ao certo o que veio de Creta ou o que havia na Ibéria. Como desde há muito vivemos fora do Mito do Minotauro e também do que viemos interpretando de mágico e teúrgico, aquilo a que o rito taurino corresponde é hoje, uma acabada impossibilidade. Resta o espectáculo, o jogo ou o divertimento na morte de um animal majestoso e lindíssimo, morte pública e portanto civilizacional, ainda que porventura possa fazer eclodir em catarse o que socialmente oprime. Talvez.

A corrida à portuguesa é mais variada e com menos drama, mais cretense se ficarmos pelas acrobacias exteriores. Anotemos que as actuais corridas ibéricas

Tourada à Espanhola, 3º Tércio

nasceram no século XVI, já em pleno Renascimento, certamente como canto do cisne e resquício da arte de montaria do fidalgo medieval que lanceava o toiro como antes fizera com ursos ou javalis. Só nos séculos seguintes surgiu o toureio apeado em Espanha e depois os forcados em Portugal, já no século XIX. Pelo *cavaleiro* tauromáquico passa a arte equestre da antiga *nobreza*, enquanto nos *forcados* culmina o engenho do *povo* agrícola que, com suas forquilhas e forcas maneja os toiros na campina e os agarra apenas com o que tem, braços e corpo, tudo aumentado em muita bravura. Formaram-se os grupos de forcados muito depois da "casa da guarda" palaciana e dos "monteiros de choca" da lezíria, entrando na arena apenas oito homens, para assim se equilibrar no seu peso total a massa corporal média do animal. Seria *fair play* se este jogo limpo não trouxesse por vezes a morte, crua e honesta. Pelo *toureiro* apeado passa o cume da arte taurina, nele se vislumbrando um *sacerdócio* antigo, pagão e cósmico, antes que a comunhão redentora dos seres tivesse em Cristo a cabeça.

Segundo os actuais antropólogos evoluiu o homem de *habilis* a *erectus*, sucessivamente até ao *sapiens*, sem que nunca seja assinalado o inquestionável: desde a consciência humana existiu desde sempre o *homo religious*. Os que iludem isto devem ser os mesmos que nos têm conduzido ao *homo economicus*. A mais larga amplidão humana pressupõe transpor o material e o visível até porque, basta o próprio acto de pensar ou pensamento em si mesmo, para garantir a realidade do invisível e, daqui, perceber a vida para lá das aparências da morte. Por esta ponte de fé mas também de sólida razoabilidade passa o conceito de sacrifício e de sacrificar, ou seja, tornar sagrado algo que de essencial nos faz ser,

um certo irredutível que é âmago da existência pessoal e inalienável e que intuímos eterna. Se não, morre o homem e nada tem sentido, a consciência sobra inútil, até adversa, extinguindo-se na entropia cósmica do grande Todo. Estranhamente as touradas como algo de panteísmo mágico têm tanto cabimento no mundo pagão como no actual orientalismo cíclico e falsamente ocidentalizado. Ao invés, o ser profundo que somos escapa à realidade transitória de Heraclito — tudo flui e é movimento —, antes pesa e pondera na ontologia que do relativo garante o absoluto e a verdade, seguindo Parménides. É dando que recebemos e, neste paradoxo existencial, se revela a personalidade e o Deus pessoal vindo de Abraão pela fé. Pelo heroísmo da Razão helénica terá saído Teseu do labirinto, ao encontrar um fio de oiro amoroso com o qual Ariadne o libertou: *fides et ratio*.

Fé e Razão pelas quais a humanidade transitou dos sacrifícios humanos aos animais que, sendo sacrifícios, seriam à época cruentos sem serem cruéis. A eucaristia cristã tudo superou, ao ponto de no próprio desenlace histórico do Judaísmo confluir em estranho significado de datas: os holocaustos animais no Templo de Jerusalém terminaram em definitivo uma geração após a morte e ressurreição de Cristo (ano 70 d.C). O que se sacrificava de forma cruenta passou irreversivelmente a incruento e espiritual. E espiritual não significa mental ou alegórico, como se a relação com o divino se passasse num teatro ou fosse mero cerimonial humano, o que se afirma é o espírito como "sopro" real de Deus penetrando as narinas e a vida pessoal de cada um, um acesso decisivo que animando o sangue também dele nos liberta, a alma em trânsito entre a vida sensitiva e a intelectiva. Quando Jesus encontra Nicodemos propõe a cada homem renascer ou nascer do alto, o que implica que *«quem não nascer da água e do Espírito não pode entrar no Reino de Deus; o que nasceu da carne é carne, e o que nasceu do Espírito é espírito»* (Jo 3, 1-21). A água está por purgação e arrependimento libertador, que é algo arredio da falsa espiritualidade moderna que depressa confunde, por exemplo, amor e concupiscência sem que, por aqui, condenemos os sentidos ou a sensualidade; o fogo está em seguir a via de Cristo, percebendo os instintos como inferiores, repondo a harmonia da alma com o Espírito para coincidir em amor puro.

Perante isto, tudo muda, o cristão não pode permanecer pagão.

Sondemos outra geografia com algum melindre. Não deixa de ser espantoso que em Portugal, não sabemos se na Ibéria, ao mapa sísmico corresponda de facto o mapa tauromáquico, mas o que mais inquieta é que o mesmo mapa coincida com o dos autos-de-fé da Inquisição do século XVI, precisamente a era inicial das touradas actuais. São quase nulas as touradas a norte de Coimbra, o mesmo com a sanha incendiária inquisitorial. Mais ainda, a Inquisição sendo um tribunal católico universal, condenou na Ibéria não propriamente apenas delitos heréticos (o que se compreenderia pelo espírito da época), antes perseguiu e se acirrou contra os judeus, enquanto em França ou em Itália, cuja catolicidade não se questiona, sempre existiram sinagogas. Talvez por isto, Sampaio Bruno explica os horrendos propósitos da Inquisição portuguesa dentro do quadro de

uma guerra rácica encapotada, porventura instintiva e inconsciente, dominada pois pela vertigem do sangue, no caso, a raça camita perseguindo ferozmente os semitas, prolongando o ódio de cananeus e dos remotos filisteus de Golias contra os judeus de David, tal como ainda hoje assistimos à incompatibilidade mortífera entre a Faixa de Gaza e Israel. Por camitas se significam simbolicamente os filhos de Cam, dos quais vieram os do norte do Egipto, também os Fenícios ou os Cartagineses que, pelo sul, entraram na Ibéria. Por semitas os descendentes de Sem, ambos filhos de Noé.

O certo é que o domínio camita diluído entre cristãos do sul nunca desferiu golpes fatais a norte, tão ou mais cristianíssimo e católico, o que impressiona e interroga, pois que não existiu um único auto-de-fé na cidade do Porto ou em Santiago de Compostela, por exemplo. Se a Inquisição fez o que fez por ser católica porque não queimou gente no Porto e permitiu as sinagogas na Itália católica e papal? A raça que ateou ódio, fogo e carnificina nas praças públicas e que se divertia envergando até, como lembra Bruno, os seus fatos de festa domingueira, essa gente terá a mesma origem do que aquela que acorre às arenas das touradas? Cremos que não porque *«as touradas (...) foram feitas não para dominar os touros, porque então seria melhor e mais fácil matá-los a tiro»*. Ainda assim inquieta que os mapas coincidam, ou talvez, tenha havido um profundo desequilíbrio religioso e portanto espiritual, enraizado na recusa rácica de se renascer em água e Espírito, assim Cristo falou a Nicodemos. A Última Ceia há-de ficar apenas memória histórica e névoa mental, incapaz de agir como fogo espiritual? Nascemos pela carne a fim de, pelo Espírito, fazermos em nós a libertação do sangue.

Festas do Divino Espírito Santo Açores

A tradição portuguesa, mais universal e menos apaixonada que a espanhola, esbateu as danças ctónicas que impõem bater os pés no chão e assim, por cá, o sensual flamenco quedou-se em ingénuo fandango. O que temos de verdadeiramente telúrico guardámo-lo na grandeza masculina do *cante alentejano*. Quanto à nossa tourada, retirámos nobreza à morte do toiro, escondendo-a nos curros ou nos matadouros, acrescentando arte ao cavaleiro e bravura popular aos moços de forcados. O sacerdócio do matador não existe. Em vez disso depurámos a tauromaquia no touro enamorado e puxado à corda, isto nas Festas do Divino Espírito Santo, esparsas no continente e correntes nos Açores. É verdade que no fim o toiro morre mas para dar o bodo aos pobres, enquanto

é libertado um presidiário e de um Menino se faz um Imperador. Estes três passos significam sucessivamente a pacificação do corpo e dos instintos, a libertação da alma e, finalmente, que se renasça Menino purificado em intelecto espiritual. Aqui sim, o toiro é integrado em algo cristão e deixa de ser o centro, a festa ascende a comunhão,ultrapassando um extemporâneo rito ctónico a fim de apaziguar Posídon. Deus não coincide com a natureza e a sobrenaturalidade conduz o homem à relação pessoal com o divino. Só isto torna decisivo o episódio de Abraão em Moriah o qual ultrapassa em muito a lenda de Teseu: a aliança com Deus entrou na história humana extravasando o cosmocentrismo pagão. E começa com a Palavra pois no princípio era o Verbo.

Cada um de nós é um riacho de sangue a fluir de pais e avós até à origem do mundo, um sangue que convém não degenerar, dizem, por filhos e netos. Todavia, talvez convenha regenerá-lo para ser mais fluido e suave sem que nos submeta à ditadura dos instintos e do egoísmo, sem que expludamos em cólera, qual terramoto pessoal capaz de abalar a geologia espiritual no ser de cada um. O sangue é vital e não tem mal em si mesmo, desde que não nos imbecilize até ao insuportável, antes convém misturá-lo com a água que lava e purga, a do arrependimento anunciado desde o deserto por João Baptista. Só nesse aparente vazio incide o fogo, o espírito capaz de amar humanamente aceitando o coração como lugar e luz.

A analogia sexual com a lide do toureiro a pé não será fortuita ou meramente alegórica. Começa em metáfora mas sobe a símbolo, tal a carga de real que a vitaliza e transcende. Em Outubro de 2011 li nos jornais que morrera em Espanha um matador assaz famoso das décadas de 50 e 60 do século passado, Antonio Chenel Albadalejo, o *Antoñete*. Ao que parece, em certa entrevista ao jornal madrileno *ABC* e depois de ter lidado um bravo toiro da ganadaria Osborne, o *Atrevido*, havia comentado: *«Não toureei o* Atrevido, *amei-o como se ama uma mulher. Quando passava por mim, tremia eu por dentro sentindo um imenso prazer». Antoñete* não terá posto a hipótese nada viril de desempenhar na arena a figura de uma bailarina capaz de seduzir, dominando, a impetuosidade masculina de uma fera genesíaca. Talvez não tenha reparado que o seu capote rosa e a sua capa vermelha significariam o drapejar do vestido de uma sevilhana. Certamente não terá sentido o *Atrevido* abraçar a morte a seus pés, como se fora um homem a morrer cheio de vida no ventre de uma mulher. Não, isto não terá visto. Todavia não há que desistir da ideia redentora de que num dia sem dias, ambos possam rodopiar dançando no meio de uma charneca qualquer feita de flores, de espírito e de eternidade, quem sabe se em Cnossos, mesmo em Sevilha. Por certo "a las cinco en punto de la tarde" que, porém, já não arde.

O PENSAMENTO POLÍTICO DO PADRE ESPANCA

Joaquim Francisco Soeiro Torrinha

Capítulo I

O Padre Joaquim Espanca foi o cronista-mor de Vila Viçosa. Uma figura ímpar que viveu para servir a Deus no campo espiritual e a Vila Viçosa no material, mas neste, ainda e sempre, com os olhos postos na doutrina que o Redentor e os seus discípulos deixaram em testamento ao mundo.

Da multitude de facetas em que se desdobrou a sua obra escrita, muitas necessitam de uma apreciação e de um estudo especializado dado o seu carácter. Quero referir, por exemplo, as mais de setenta obras musicais que compôs e das quais nem uma só sequer é conhecida dos seus patrícios. Outras estarão mais ao alcance de qualquer de nós por serem de mais fácil acesso à nossa cultura mediana. Entretenhamo-nos, agora, com uma vertente dessa enorme montanha que estava dentro do Padre Espanca.

Para alguns cronistas, pessoas fabulosas que punham o seu talento ao serviço de um ofício pago, e às vezes bem pago, a profissão tinha regras. Assim, para Fernão Lopes que é tido como o "representante mais qualificado dos cronistas medievais" a transferência dos actos passados que narram estão na essência da sua missão. A sua meta deve ser "clara certidão de verdade" e a imparcialidade deve ser a força capaz e suficiente para afastar a "favoreza" e sobrepor-se a toda a tendência natural para cumular de veneráveis epítetos os da sua simpatia, ou menosprezar os que o não são.

O historiador deve portanto esforçar-se, como dizia o cronista na linguagem da época, por pôr "a de parte toda a afeiçon" que sinta por esta ou aquela causa, por esta ou aquela pessoa.

Também a forma literária como se apresentam os comentários tinha interesse para Fernão Lopes – o estilo devia ser simples sem "fremosura e novidade de palavras" de modo a que pudesse ser perfeitamente compreendido por todas as pessoas.

Destes indículos de perfeição literária, destes princípios basilares, o nosso insigne patrício, Padre Espanca, respeitou, perfeitamente, o que diz respeito à singeleza do discurso, à sua clareza. Quanto à imparcialidade nem sempre foi capaz de se sobrepor aos ímpetos da sua viril personalidade elaborada à luz de uma educação espiritual restrita ao âmbito católico. Não foi capaz de, ou não quis, propositadamente, ser condescendente ou tolerante naqueles casos em que a política dos governantes era também intolerante para com a religião católica. Respondia-lhes na mesma moeda. Irmanou-se com eles no desespero desse acto reflexo que produz a resposta pronta e à letra.

Daí resultou, por vezes, o afloramento de juízos parciais que para ele eram, fora de toda a dúvida, os exactos e verdadeiros construídos à luz da sua inabalável fé em Deus e dos princípios de ordem moral e religiosa que regiam a Santa Madre Igreja, onde militava. Não se pode acoimar de falta de independência pessoal como aconteceu com os cronistas de ofício, inteiramente enfeudados àqueles a quem serviam, e por força disso com a preocupação constante de não desagradarem. Não, o Padre Espanca era independente, embora voluntarioso, sem papas na língua mas a sua formação moral e espiritual não era permeável a desvios que não estivessem perfeitamente inseridos na linha do seu pensamento.

Não era pessoa capaz de deixar-se subornar, na verdadeira acepção da palavra mas a sua educação tornava-o sensível à prática de certas formas de elogios de actos ou factos que não contrariassem a sua fé religiosa ou não se afastassem do que ele entendia por política. Ninguém o coagiu, a "sua" história fê-la a seu belo prazer compulsando os documentos – e tantos foram – analisando os dados e interpretando-os à sua maneira peculiar.

Não seguiu as pisadas da maior parte dos cronistas de ofício de antanho para quem as necessidades vitais ou as pressões e receios podiam gerar força coerciva de sinal contrário à verdade, grandeza e importância dos factos que descreviam tornando-os desajustáveis à concepção da verdade histórica. Foi um homem de livre expressão. Nunca o seu pensamento sofreu limitações impostas a tantas obras dos seus antecessores, como censuras, mutilações ou impedimento de circulação. Os negros tempos e costumes da Inquisição estavam longe e ultrapassados bem como o espírito do seu colega e antepassado, Damião de Góis sequestrado nas húmidas cárceres inquisitoriais.

Não escrevia por encomenda, nem esse era o seu ofício. Era pároco da Igreja de Nossa Senhora do Alcance, sede da freguesia de Santana; esse era o seu múnus e o que escrevia fazia-o nas horas de ócio, à custa de esforço intelectual, filtrado através das suas camilianas lunetas novecentistas e à luz bruxuleante das candeias de azeite, na pacata aldeia de Bencatel, ao tempo com inexpressiva vida política, social e económica.

O acrisolado zelo com que se devotou ao trabalho de investigador e a probidade com que o fez, não se poupando a esforços na recolha de informação, devassando, sistematicamente, os códices e cimélios que considerou como fontes essenciais ao desenvolvimento do seu propósito, são marcos indeléveis que sugerem ao crítico de agora o alto significado em que o bom padre tinha o culto da verdade histórica. A narração do facto em si partia, sempre, do verdadeiro, assentava, sempre, no documento. Só a interpretação ou o comentário podiam revelar o espírito do narrador no momento em que escrevia. Tudo o que surge na sua obra escrita que necessite de ligeiras correcções, nunca, teve origem em erro documental. Aí era rigoroso. Tudo o que escreveu era o correspondente a falida possibilidade, à verdade histórica para o estádio de investigação do tempo em que o fez, e, o que há a corrigir ou acrescentar, veio à luz do conhecimento humano por achados posteriores.

Era tão rigoroso nas descrições que chegou a criticar os seus patrícios A. Cadornega e F. Morais Sardinha por não saberem deixar nos escritos os pormenores dos factos coetâneos que afloravam nas suas obras, deixando-nos a falida possibilidade do seu melhor conhecimento e compreensão.

O misticismo fervoroso e ardente de que impregnava as suas críticas políticas é prova sobeja de que nada temia e que por elas jamais recebera admonitório ou sofrera represálias do tipo que aos cronistas quinhentistas era comum. Todas elas eram deprimentes para o espírito do historiador que é afinal um criador como é o caso do lendário opróbrio abatido sobre a pessoa de Gaspar Correia que se julga ter pago com a vida a violência dos seus escritos nem sempre laudatórios.

E podia muito bem tê-las recebido no tempo das lutas liberais-miguelistas, como aconteceu a alguns que como ele não usaram de atitudes dúplices consoante a sorte dos eventos políticos tão sensíveis a contínuas e sucessivas modificações, naqueles trágicos tempos de luta fratricida pelo poder.

A independência do juízo crítico nunca sofreu afrontas, com efeito nunca foi constrangido, impulsionado, limitado, subornado ou solicitado a encómios ou lisonjas dos retratados, dos governantes, dos titulares, nem recebeu comendas (a medalha de ouro da sua terra, ele não a teve, o que me parece grave ingratidão), nem tenças ou ordenados como os cronistas de quinhentos. Numa palavra, nunca viveu da pena!

O que escrevia era espontâneo, lícito e gratuito. Por isso, a sua independência crítica se manteve sempre constante, implacável e íntegra, condição necessária e basilar para a construção da sua verdade histórica.

No entanto, uma coisa é a independência crítica em si e outra, o uso que a pessoa faz dela. É aqui que surgem os elementos de carácter subjectivo que a podem prejudicar: a falta de imparcialidade e de isenção, conceitos que são influenciados pelo tipo de educação política, religiosa e social que moldaram o indivíduo.

Daqui, portanto, que os acontecimentos históricos a narrar sofram as consequências lógicas desse estado de espírito criado em cada indivíduo por essa

educação e formação da qual os mortais têm imensa dificuldade de se libertarem ou mesmo de escamotearem.

Neste ponto claudicou o nosso bom padre, não sem que o peso da sua consciência neste campo o não obrigasse a escrever: "esta minha obra não é escrita com paixão senão com verdade", fazendo os possíveis por mostrar-se justo, isento e imparcial nos considerandos que tem a propósito das lutas liberais-miguelistas ou da acção despótica do Marquês de Pombal, no século XVIII.

A nova doutrina política da época enquistou-se na mente do Marquês de Pombal, influenciando-o. A partir daí, todos os actos e reformas, que executou, estavam imbuídas desse espírito racionalista, em que o domínio da Razão sobre a Fé nem sempre deu o melhor resultado, pelo menos, na opinião do erudito padre J. Espanca.

Com efeito, o Iluminismo reclama-se como a única doutrina capaz de levar os homens à verdade – outro exagero –, de os "iluminar", e, se esse conceito satisfazia os agnósticos e maçónicos, não era entendido com igual credibilidade pelos católicos romanos. E, se já isto não bastasse para extremar as situações em que se colocavam as ideias do "estrangeirado" Marquês e as do nosso bom padre Espanca, acresce-lhe, ainda, o facto de aquele pôr em prática o despotismo esclarecido, teoria em que os usos e costumes da nação e a interpretação do fenómeno religioso à luz dos evangelhos, ficariam subordinados às leis régias. Como é que o padre Espanca haveria de admitir que o poder real se sobrepusesse aos ditames evangélicos representados, na terra, pelo poder papal? Assim, nasceu o grande pomo de discórdia, a raiz de toda a desavença e contradição, e, a impossibilidade de conciliação das práticas do Marquês com as ideias do padre Espanca.

O facto de se cognominar D. José I como "déspota esclarecido", a verdade é que ele era um mole, abúlico e facilmente permeável às insinuações de Pombal, fossem elas de que natureza fossem. De tudo isto parece ressaltar um paradoxo: o Padre nega o direito e a razão do absolutismo na sua vertente política ao Marquês e criticou-o, mas admitiu-o e louvou-o em D. Miguel enquanto reinou. Também democrata como era, causa-nos estranheza que repudie a constituição liberal de D. Pedro e aprove o absolutismo do rei D. Miguel I.

Torna-se notório, ao longo da leitura das Memórias de Vila Viçosa, que nem o Marquês nem o Rei eram "persona grata" do seu autor.

Sempre que relata um acontecimento em que um deles ou ambos fossem comparsas e a matéria de facto não se coadunasse com a moral ou com a política de seu agrado, chegava o momento azado para a invectiva velada ou transparente. De uma vez que a sege, onde o rei e o seu ministro, José Teixeira, se transportavam, foi trespassada pelas balas assassinas, o nosso bom Padre diz que se ignorava que o rei lá fosse dentro "nessa excursão oculta e adulterina ... com o seu alcoviteiro", e, que desse frustrado atentado se aproveitou o Marquês de Pombal para "barbaramente" exterminar o Marquês de Távora e o Duque de Aveiro "fazendo-os acabar a morte lenta no meio de excruciantes dores".

A perseguição movida aos Jesuítas seguida da proscrição, desnaturalização e expulsão destes, e, a vingança (sic) exercida sobre o padre Gabriel Malagrida, à do Tribunal do Santo Ofício, de que era Inquiridor geral, Paulo de Carvalho Mendonça, irmão do Marquês de Pombal, abalou definitivamente "um obstáculo grande para a política vexatória e cruel do célebre Pombal ... o maior ímpio conhecido no mundo em carne humana".

Encontrei apenas um louvor aos actos ou atitudes do Marquês na notícia, de 1760, em que comenta a criação da Intendência Geral da Polícia, em Lisboa, e a introdução da exigência de passaportes a viajantes, porque deste modo dava-se caça a malfeitores e vadios. (PAG.14 XII)

É lógico supor que a atitude do Padre Espanca seria fruto da comunhão do sentimento de solidariedade que unia quase todo o clero de Portugal numa forte oposição ao absolutismo.

De todas as reformas decorridas da acção governativa liberal, a partir de 1820, a que, mais rápida e profundamente, marcou a sociedade portuguesa foi a da Igreja. Atingiu a educação, por dois lados, na Arte e Ensino, e, na Assistência, remetendo para segundo lugar a abolição da Inquisição, gesto puramente simbólico, porquanto ela já não existia "real e perfeitamente", ficou-nos com um valor superlativo a acção anti-clérica do Marquês. (A.H. Oliveira Marques, in História de Portugal, p.113 e seguintes – volume III)

Assentou-se, em primeiro lugar, o olho sobre as ordens religiosas, não só porque elas dominavam, em grande parte, a posse do ensino e da assistência como, para além disso, eram economicamente fortes à custa dos seus bens de raiz e da contribuição dos dízimos. Tornava-se necessário aos "constitucionais" abater a força e o prestígio do Clero Secular e Regular. As temidas ordens religiosas eram o inimigo número um a abater, e contra elas se usou da mais hedionda e reprovável perseguição, que, além de ser sempre violenta, foi, por vezes, maldosa e até assassina. Situações análogas surgem, sempre, em circunstâncias de mudança intempestiva. Relembremos o que aconteceu às nossas Misericórdias após o 25 de Abril. E não só a estas, como também a muitos cidadãos a quem se coarctaram os direitos cívicos mais elementares. Aquelas, espoliaram-nas dos seus hospitais, a título não se sabe do quê, para agora, já saciados e confundidos, os espoliadores ou seus seguidores, pretenderem fazer a devida restituição. Outro tanto sucedeu com as privatizações precipitadas e a esmo, como se elas fossem o virtuoso bálsamo para fortalecer a economia da nação. Pobres revolucionários que, nem ao menos, têm domínio sobre si próprios.

Tanto a Constituição de 1822 como a de 1826 retiraram ao clero "a sua capacidade como votante nas eleições", afastando-o das Cortes. É difícil imaginar um acto tão sórdido como este, num clima político que se rotulava de democrático e hasteava o pendão da liberdade!

Tudo isto levou o nosso conterrâneo, Padre Espanca, que era cumpridor dos seus deveres de crente nos sagrados princípios da Santa Madre Igreja representados, em Portugal, pela egrégia figura do papa, cujos princípios éticos e re-

ligiosos, o constitucionalismo atacava, agora, de frente. Tudo isto o levou, dizia eu, ao repúdio da causa de D. Pedro IV e ao apoio e elogio da causa miguelista, irmanando-se na corrente do sentimento eclesial adverso que lavrava na altura contra os liberais.

A essa prova de compromisso e adesão ao Miguelismo ou Realismo, nunca a maioria dos Calipolenses se furtou. Demonstraram-no, sempre, publicamente e com ufania. Logo, no dia em que se conheceu, aqui, a notícia do desembarque de D. Miguel, em Lisboa, para assumir a regência do reino em nome da sua sobrinha, D. Maria da Glória, toda a vila se alvoroçou. Os sinos de Santa Cruz começaram os repiques que se estenderam a todas as igrejas e conventos, e, os vivas e aplausos populares transbordaram do coração do povo. Na noite de 24 de Dezembro de 1827, as luminárias com seu forte clarão deslumbraram os olhos de todos os Calipolenses.

Quem sabe se seria já o notável espírito visionário dos calipolenses a festejar o que lhes parecia bom, e, contra aquilo que mais tarde lhes seria gravemente adverso, a tal ponto que lhes destruiu a sua vila.

Conservador, vigilante conservador era o bom do nosso padre. Ciente de que "natura non fecit saltus" abominava as mudanças bruscas e intempestivas, sobretudo quando violentas. Para ele "a revolução liberal triunfante em 1834 fora doida e feroz". Doida pela situação financeira calamitosa e deplorável que trouxe para o nosso município, doida porque suprimiu as receitas da portagem do Real de Água, próximo parente do Iva de agora, as rendas dos Zeladores ou Rendeiros da vila e campo, etc., e não as substituiu por outras compensatórias que atacassem as despesas sempre certas (p. 27)

A degradação das finanças camarárias, um mal que, frequentemente, se renova nos períodos eufóricos das mudanças políticas, atingiu proporções gigantescas e inacreditáveis, muito difíceis de ressarcir, porque a demagogia é má conselheira e compromete, irremediavelmente, os que lhe dão ouvidos.

Houve dívidas que se arrastaram em sucessivas vereações desde 1831 até 1878 (47 anos) e que, quando as pagaram já de nada serviam aos próprios credores, mas apenas aos seus herdeiros.

Desta calamitosa situação tirava o Padre Espanca a conclusão que o satisfazia, à laia de vingança, por estar de acordo com a falta de crédito que concedia à revolução liberal. E escrevia: "eis o fruto que ordinariamente se retira das revoluções políticas – preparar no futuro uma situação pior do que a existente".

Capítulo II

O Padre Espanca foi também um biógrafo, um grande biógrafo que escreveu tudo o que pôde alcançar com a sua investigação acerca de mais de uma centena de pessoas. Portanto, era detentor de uma técnica apurada nesta arte. Era um perito e, como tal, não desejaria ver-se incipientemente tratado por qualquer borra-botas a quem a audácia desse asas para o imitar.

Mesmo assim, escudado com o seu desaparecimento do número dos vivos, o seu nome ainda deixa na sombra um sinal de respeito tão grande que aflige a consciência de quem lhe quiser reproduzir o retrato escrito. Eu sinto o peso dessa responsabilidade.

Por isso mesmo, recuso-me a fazer a biografia do biógrafo calipolense. Apenas me fico por sublinhar alguns traços da sua vida e da sua obra, e, assim me salvarei da tremenda obrigação de o analisar na globalidade.

E não serei só eu que tenho medo desse ingente trabalho e daí, que ninguém o fizesse com a envergadura de que ele é digno.

Contudo, já li pequenas alusões à sua pessoa, a tentarem defini-lo mas todas se circunscrevem a apontamentos ligeiros e superficiais. Carreiam apenas elementos isolados, dispõem certas cenas da sua vida mas o enquadramento geral, esse fica para quem vier depois. E esse que feche a porta!

O primeiro de que me lembro é de Pinho Leal, no esboço descritivo que faz de Vila Viçosa na sua obra "Portugal Antigo e Moderno"[1] onde rende preito ao seu ilustrado colega e cireneu, Padre Espanca, filho de Vila Viçosa e filho muito benemérito.

Também me lembro do que disse José Leite de Vasconcelos, citado pelo nosso conterrâneo, Albino Lapa, no artigo que escreveu na Enciclopédia Portuguesa e Brasileira sobre a sua terra natal. Ainda, o Padre Alberto Gonçalves, no necrológio feito no Almanaque de Vila Viçosa para o ano de 1909, e, o Túlio Espanca[2], de todos, o único vivo, por graça de Deus, se atreveram a fixar a atenção sobre o nosso egrégio padre. Na Iconografia Artística Eborense de João Rosa diz-se que "foi um infatigável investigador, doou ainda esse belo monumento que são as suas Memórias, três volumes in-folio (aqui, enganou-se João Rosa porque são cinco os volumes), que devem existir no Arquivo Municipal da muito nobre e sempre leal corte, e formam um manancial inesgotável de informações." E nada mais, o que se revela de nenhum valor.

O Album Alentejano de Pedro Muralha apenas lhe publica a fotografia com o seguinte epitáfio: "Um dos mais ilustres filhos de Vila Viçosa, já falecido". Muito pouco, como se vê. A Enciclopédia Portuguesa e Brasileira é a única publicação que fala do Padre Espanca como músico apreciado e orador considerado e dá-nos a cota do códice da Biblioteca Pública de Évora, pelo qual se pode ver "que compôs setenta e três obras musicais, em parte existentes na mesma biblioteca e distribuídas por seis grupos distintos: para piano, para piano e canto, para instrumental, para instrumental e canto, música religiosa e música sacra".

Até hoje, que eu saiba, ninguém teve a curiosidade de investigar este manancial de música.

O escopo destas palestras é, precisamente, o de dar a conhecer, até onde eu

---

[1] *Notícias do Alentejo*, n.º 374.

[2] *Inventário Artístico de Portugal*.

puder, a figura ímpar do Padre Espanca, um calipolense dos sete costados, que legou aos vindouros, uma obra valiosa. O monumental manuscrito que, durante quase um século, permaneceu na sala da Biblioteca da Câmara sem as cautelas que são devidas a um trabalho de tão elevado quilate, ora na estante, ora num armário de canto, acabou por merecer a atenção do executivo da actual Câmara Municipal, que mandou passar a letra de forma, numa forma editorial pobre e sem o mínimo respeito pelo seu intrínseco valor histórico-literário.

Se é verdade que os calipolenses tiveram a sorte de ver perpetuado o portentoso trabalho do erudito Padre Espanca na sua forma original, o que é, de certo modo, gratificante, não deixaram de ter espaço para se queixarem do facto da edição não ter sofrido actualização do que carecia e era merecedora. Deste modo, as omissões, os erros e uma ou outra má interpretação de factos ocorridos, por parte do nosso consagrado polígrafo, ficaram sem o adequado tratamento correctivo que mereciam para louvor do Padre e para melhor aproveitamento das informações que os estudiosos locais lá podem colher.

É evidente que muita coisa se revelou de novo com a investigação constante dos historiadores, por isso era premente e lógico que, com base nesses dados adquiridos, se aproveitasse a oportunidade para actualizar de acordo com os novos elementos colhidos. Quer com prefácios ou estudos introdutórios à edição, quer com notas de rodapé, ou melhor ainda, juntando uma adenda de notas correctivas, no final da obra, ter-se-ia melhorado, em muitos aspectos, a obra do benemérito Padre Espanca, facto que ele próprio, se pudesse, agradeceria e louvaria, segundo cremos, pelo amor que, sempre, devotou à verdade histórica.

Não se respeitando este costume, desperdiçou-se um monte de trabalho de investigação carreado durante mais de cem anos, e, não se contribuiu para a valorização do trabalho probo que merecia as ajudas dos que seguiram as pistas deixadas pelo Padre. Ao seu espírito construtivo teria sido grato, se pudesse pronunciar-se, o critério que propomos.

De facto, a edição merecia um estudo delicado e uma apresentação diferente da, manifesta pobreza gráfica que ostenta. Abro uma excepção para a excelente ideia da apresentação das fotografias de Carlos Faria, porque, para além da boa qualidade que manifestam, têm o condão de tornar possível a comparação dos ambientes descritos de há um século com os de hoje.

Não deveria ter-se esquecido que as Memórias de Vila Viçosa são a edição "prínceps" do nosso burgo; são um monumento histórico de elevada grandeza material e de alta projecção espiritual.

Os anos de trabalho e de estudo que o nosso erudito conterrâneo levou a manusear os velhos canhenhos que faziam referência às coisas, aos factos e às pessoas do termo de Vila Viçosa, merecia que se desse ao fruto do seu longo e extremo esforço de pesquisa e meditação, um tratamento diferente do que lhe foi aplicado. Assim, prejudicou-se a própria obra em si, e, muito também os leitores que se viram espoliados de um bem acrescentado que podia e devia ter sido incluído no projecto editorial. E o momento era excelente, porque estava

disponível a pessoa que podia fazer, correcta e cientificamente, esse trabalho de actualização histórica, um membro da família do autor, o doutor Túlio Espanca, figura de superior intelectualidade e com um passado abonatório neste capítulo.

Foi um acontecimento, literariamente, lamentável. Estamos, no entanto, certos que poderá ser remediado em futura edição. Então sim, consagrar-se-á a figura, enobrecendo a sua obra.

Temos a obrigação de fazer a História, de a perpetuar mas, também, temos a obrigação de a fazer com verdade e, sempre que haja novos conhecimentos adquiridos, temos de introduzi-los no discurso escrito dos que nos antecederam para a acertar com o tempo em que estamos vivendo.

A figura plurifacetada que o Padre Espanca representava como homem religioso com fama de bom latinista e orador, historiógrafo, musicólogo, arqueólogo, etnógrafo, sociólogo e político criou-lhe a sublime aura que glorifica os seres que da lei da morte se vão libertando.

Não que ele a procurasse ou desenvolvesse sequer um mínimo de esforço nesse sentido. Ela nasceu e cresceu ao longo dos anos que a sua actividade intelectual se desdobrou num quase incomensurável espectro de actividades humanitárias.

Refugiado numas casas à sombra da Igreja de Nossa Senhora do Alcance, em Bencatel, paredes meias com ela, como ele próprio referia, ali se queimaram, à luz bruxuleante da vela ou da candeia, as suas horas de ócio, esmiuçando, o melhor que podia, os arquivos paroquiais, examinando as revistas eclécticas do tempo e arquitectando os capítulos da sua memorável obra de investigação, na qual esgotou rios de tinta.

Da fradesca Biblioteca Municipal, vasto repertório albergando as sobras das nutridas livrarias monacais do burgo – seis eram elas – sopesou ele, em noites sem fim, as vitualhas literárias que a, por ele tão contestada, revolução liberalista de 1820 tinha permitido que ficassem em Vila Viçosa e não fossem remetidas para Évora ou vendidas ao desbarato e a peso. E não só da Biblioteca Municipal, como também do Arquivo e da Livraria do Paço dos Duques de Bragança, ao tempo de inferior qualidade e de menor número que hoje, e de uma ou outra visita desgarrada à Biblioteca de Évora, se formou o elenco de fundo e jorraram as fontes da sua monumental obra escrita.

Não se pode compreender, exactamente, o valor e o alcance dos conceitos expressos nos seus manuscritos se não nos entranharmos nos escarninhos do pensamento em que eles se enquadram. E, na sua raiz, está, precisamente, a faceta político-religiosa.

Para o Padre Espanca o problema da dissidência ou oposição dos dois irmãos, D. Pedro IV e D. Miguel I, que tanta ruína causou à nação, colocava-se ao nível das ideias políticas, como é natural.

Enquanto D. Pedro bramava pela Constituição, granjeando as boas graças dos pedreiros livres (mações) que pululavam por toda a Europa, indispondo-os contra o seu rei legítimo, D. Miguel ufana-se do direito legítimo na sucessão da

coroa. A luta travava-se entre a constitucionalidade de D. Pedro e a legitimidade de D. Miguel.

Enquanto D. Pedro servia os interesses maçónicos, D. Miguel, realista ou monarquista, como queira, integrava-se na tradição nacional.

Para ele, a luta entre os dois irmãos era entre o liberalismo, a que não dava honras de considerar forma governativa correcta, e a monarquia pura e tradicional; esta sim, a única que, para ele, continha em si o gérmen de todas as virtudes e que satisfazia a alma do povo.

Em Vila Viçosa, a maioria pensava como ele, era miguelista, nomeadamente a Câmara que sofreu o dissabor de uma severa repreensão por no seu Auto de Aclamação da Rainha D. Maria II, a 28 de Maio de 1834, "usar das frases de vassalo e vassalagem e mais por no dito não se falar na Carta Constitucional e dar tratamento de Sereníssima à Rainha". A mesma portaria ordenava que a Câmara fizesse outro Auto análogo ao sistema liberal (Acta de 16 de Fevereiro de 1838).

Havia que mudar o nome de vassalo para súbdito, o que o nosso padre considerava, com toda a razão, "mera pieguice liberalesca". Não lhe agradava esta pecha tão cara ao espírito dos revolucionários que julgam que as mudanças se fazem só porque se trocam os nomes. Melhor seria que dessem importância aos factos e às coisas e não se importassem com os nomes delas.

E, se durante o período preambular da passagem do regime Realista ou Monárquico para o Constitucional, as coisas nacionais não iam bem aos olhos do nosso cronista-mor, quando se consolidou o sistema liberal, após a assinatura da Convenção de Évora-Monte, o seu ânimo se exaltou de tal modo que se lhe tornou impossível esconder o sentimento de rancor para com a novidade política, a tal ponto que torna o sistema responsável pelo nosso período infortunado e calamitoso ao qual, não hesitou dar o título de Segunda Decadência de Vila Viçosa, que começaria, em 1834, e iria até ao ano em que escreveu as Memórias.

Verdadeiramente, para ele, a ruína "da nossa pátria comum e da particular" não foi a substituição dos monarcas irmãos em si; "foi a entronização da heresia de Liberalismo com as suas doutrinas meio pagãs e meio cristãs", ou com mais verdade, com as suas doutrinas racionalistas e maçónicas, e ainda, o facto de D. Pedro, aceitando o auxílio da maçonaria, ser obrigado a amoldar os princípios da sua política às heréticas e ímpias doutrinas da Naturalismo ou Materialismo que ele professa. (p. 60) Assim, já se tornava fácil o entendimento para a sua tomada de posição.

Como pároco que era, conhecia e abraçara a doutrina exposta pelo Sr. Bispo de Nemesis, na sua pastoral de 19 de Agosto de 1833, na qual, entre outras coisas, fazia-se a comparação entre a religião do Sr. D. Miguel e a do Sr. D. Pedro, sendo a daquele a católica romana, a de antes até do princípio da nossa nacionalidade, ao passo que a de D. Pedro, essa, era pura antítese. Era desunir os fiéis da cabeça visível da Igreja, expulsando o Núncio Apostólico, era arrogar-se o poder espiritual substituindo-se ao Pontífice, era roubar os bens do Clero, os votos dos fiéis, o património dos pobres e as Corporações Religiosas. E concluía o bispo D. Frei Ma-

nuel Conc. Sobrinho: "a religião de D. Pedro é não ter religião nenhuma; é a impiedade mascarada com o simulacro da Religião, etc."

Em matéria política, o Padre Espanca não seria um profeta mas tinha artes de visionário. Recolhido no isolamento do seu quarto e na quietude do seu múnus, na pacata aldeia de Bencatel, sobrava-lhe o tempo para pensar. Pensar e saber pensar é uma grande virtude que nem a todos é dado possuir. Penetrar no íntimo das pessoas, relacionar o que dizem com o que fazem, observando-as na globalidade da sua prática diária de vida e retirar daí as ilações, não é tarefa fácil. Necessita de inteligência e acuidade espiritual e de clareza de raciocínio, coisas que são, absolutamente, imprescindíveis ao espírito de quem tem de fazer a análise e a síntese. O nosso Padre tinha-as, em abundância, e revelou-as, claramente.

O seu monstro terrífico era o Liberalismo, o de cá e o de lá de fora. Preocupava-o, em matéria de religião, o absolutismo puro ou, pelo menos, o indiferentismo. Receava pela paz interna do seu país, inquietavam-no as disputas dos partidos, as divisões, a luta caricata, sôfrega e hedionda pelas rédeas do governo, o triste espectáculo eleitoralista, ridículo e desnecessário, como se as eleições do governo fossem coisas de feira ou de carnaval. Suspeitava da má distribuição dos dinheiros públicos, da mão larga para os adeptos e militantes, mais para estes do que para aqueles, da desigualdade de tratamento entre pessoas e da necessidade constante de sucessivos agravamentos tributários insuportáveis "dos cidadãos alheios às pugnas estéreis desses corrilhos", conluiando-se para tramar os opositores numa guerra desumana e impiedosa.

Ridicularizava a forma como os quadros políticos se imputavam, recíproca e alternadamente, responsabilidades de um desgoverno ou má gestão, desculpando-se uns com os outros, bem como "as gerências governativas precárias e instáveis", criadoras de desestabilização económica. Apavorava-o o carácter lúdico das afirmações dos políticos, safando-se da obrigação mal cumprida como quem sacode a água do capote. Que tristeza de gente!

Enfim, um quadro clássico, repetitivo, de um mau sistema de governação, carismático dos períodos revolucionários.

Não bastava ao bom Padre para se insurgir contra o Liberalismo, o que este atentava contra a Igreja de que ele era parte; ainda por cima, os liberais destruíram-lhe a sua querida Vila Viçosa. O rancor decuplicara por isso e não podemos admirar-nos do facto.

Diz a sabedoria popular que a História repete-se e a mim está a parecer-me que reconheço, nestas conclusões do Padre Espanca acerca dos acontecimentos políticos de 1834, situações, pessoas, casos e acções que tendo ocorrido, há mais de um século, têm enormes afinidades, para não dizer absoluta semelhança, com o que se passa ainda hoje e com o que se passou, mais vincadamente, durante e após o último movimento revolucionário de Abril de 1974. De facto, a História repete-se e a lição, mesmo tantas vezes repetida, não é aprendida.

Será que o ser humano é, geneticamente, masoquista? Que o mesmo é dizer que só se sabe extrair alegria ou prazer do sofrimento. Triste sina!

O nosso vigário da vara, ao definir o período constitucionalista de 1834 como o início da segunda decadência de Vila Viçosa, tinha toda a razão. É, aí, que começa o segundo descalabro. É, aí, que começa o desmoronar das Instituições Religiosas e, com a sua queda, a perda das riquezas espirituais e materiais de toda a ordem. É, aí, que começa o empobrecimento, a profanação, o abandono e a destruição dos monumentos. É, aí, que começam as perseguições e as lutas que afastam e dividem os vizinhos, numa palavra, é, aí, que se enceta o processo demolidor que ainda não atingiu o epílogo e já lá vão mais de cento e cinquenta anos. O que Vila Viçosa perdeu com o liberalismo foi com certeza muito superior, em pessoas e bens, ao que perdeu no início da primeira decadência com a abalada da família real para o Paço da Ribeira de Lisboa. Este último facto não obrigou ninguém a seguir a comitiva real, ao passo que o liberalismo destruiu a vida intelectual activa dos cenóbios, que era notória na nossa vila, encerrando-os e permitiu que se desbaratasse a riqueza patrimonial de igrejas e conventos, que não era coisa de somenos.

Do que saiu, para Lisboa, com D. João IV, exceptuando o que os pavorosos incêndios do terramoto de 1755 lamberam com as suas chamas devoradoras, ainda alguma coisa regressou ao nosso burgo pela mão de D. João VI e dos ascendentes e descendentes próximos de D. Carlos I. Mas do que o liberalismo permitiu destruir, nada se aproveitou, aqui, e ainda continua a desaparecer o restante num longo e penoso estertor que apaixona e faz sofrer pessoas com sensibilidade.

A espoliação do que havia de bom começou logo que o ministro Joaquim António de Aguiar, com nome celebrado numa larga avenida de Lisboa, ao tempo conhecido pelo mata-frades, fez o decreto de extinção das Comunidades Regulares Masculinas e proibia que, para o futuro, houvesse novas freiras; proibição, esta, que era uma forma eufemística de ordenar que terminassem também as das freiras. Isto é que era a liberdade dos liberais? Ora bolas, diria o Padre Espanca que não tinha papas na língua.

Capítulo III

Mesmo que não queiramos dar inteira razão ao modo de ver e sentir os efeitos do liberalismo por parte do nosso bom Padre Espanca, e, quantificar, ponderadamente, quanto de mal ele trouxe para o progresso de Vila Viçosa, somos levados a fazê-lo.

Com o efeito de uma penada, o ministro, Joaquim António de Aguiar, por alcunha – o mata-frades –, acabava com os três conventos fradescos: o dos Agostinhos, o de S. Paulo e o dos Capuchos, e, marcava os dias de vida dos restantes três de freiras: Esperança, Chagas e Santa Cruz.

Só ficaria com vida religiosa, a casa professa de votos temporários – o Beatério.

De um só golpe, fazia soçobrar os alicerces da Igreja Católica e preparava-se, avaramente, para recolher e dissipar os seus bens móveis e imóveis como, infelizmente, aconteceu.

Foi um horrível processo de destruição padecido por todo o país e que muito mutilou o seu património cultural. Um autêntico tufão.

Outras instituições religiosas sofreram as consequências. Em Vila Viçosa, a Capela Real foi extinta por falta de doações e, como corolário lógico, acabou, naturalmente, o Colégio dos Reis, o viveiro que a alimentava. Sem que ninguém a mandasse fechar, "considerou-se extinta por não ter já rendimentos próprios". Perdeu Vila Viçosa, também, o Isento e "deixou de ser cabeça de uma grande comarca de doze vilas importantes para ficar sendo Julgado de Juízo de Direito" durante dois anos, somente. Desaparecera o sossego dos calipolenses que, na sua maioria, eram partidários de D. Miguel, tornando-se objecto de despotismo de toda a espécie. Os cargos de tropa que, sucessivamente, vinham ocupar a vila, achavam-se no direito de distribuir "bofetões, pauladas e espaldeiradas nos paisanos" e cometiam arbitrariedades várias, como proibir o toque dos sinos por lhes desagradar o toque de finados. Praticavam sevícias sobre os miguelistas, encurralando-os por entre chufas, pauladas e empurrões para dentro da enxovia. (p.80)

A grossa maioria do povo de Vila Viçosa era e continuou sendo miguelista, após a assinatura da Convenção de Évora-Monte, o que prova que o era, convictamente, e não navegava nas ondas do liberalismo que detestava. Era conservadora, no entanto, respeitava a nova Lei. Isto não valeu o suficiente para poder evitar os funestos malefícios resultantes da vingança dos seus adversários políticos como sempre sucede quando há trocas de poder entre forças adversas. Os saneamentos apareceram, aqui também, a corrida aos lugares mais chorudos processou-se, rapidamente, e, até de fora, vieram ocupar lugares que os miguelistas foram obrigados a largar.

Os políticos liberais esqueceram os princípios de justiça, igualdade e liberdade que apregoavam e comportavam-se como, em política, sempre, se comportam os vencedores. Também sofreram deportações, e não foram poucas, e, até, assassínios dos que ocupavam lugares de maior monta.

Não podia ser agradável, ao espírito católico do Padre Espanca, a situação criada na sua terra natal, por isso tanto a reverberava.

Na sua opinião, D. Pedro foi um príncipe infeliz, porque, sempre, esteve ao serviço dos maus: no Brasil, precipitando a independência, prejudicou a nação e, em Portugal, à cabeça dos liberais contra seu irmão e contra a legitimidade deste para ser rei dos Portugueses, provocou lutas fratricidas. Tanto de um como do outro lado foi mal compensado: do Brasil foi expulso, ingratamente, e, em Portugal, os liberais "libertaram-se" dele. Insultaram-no por causa da Lei da Amnistia e o jornal "Bem Público", no seu número um de Setembro de 1876, chega a admitir que fora envenenado no mesmo dia dos insultos. (opúsculo XV, Memórias de Vila Viçosa, p. 94)

Com verdadeiro espírito de isenção histórica, o Padre Espanca, miguelista confesso, não deixou de dizer que vinganças, retaliações e represálias se exerceram também na vigência do regime miguelista. (p. 310)

Desordeiros sequiosos de satisfazer os seus impulsivos e naturais instintos e, até mulheres, dedicaram-se à tarefa de a denunciar e capturar aqueles que lhes não agradavam. E para termos a certeza de que "esta minha obra não é escrita com paixão senão com verdade, vou dar conta das perseguições feitas aos pedristas e de tenho conhecimento por tradição".

Desta forma coloca no seu verdadeiro lugar o sentido nato de historiador que possuía.

Mas aqueles que poderiam argumentar que as consequências da mudança de poder produzem, sempre, alternâncias nos titulares do organograma governativo, nomeadamente na administração pública, não se esquecia de advertir, para sossegar, que nem todos os regimes se portam de igual modo e que como exemplo podia apontar que "D. Miguel não substituiu as câmaras municipais de origem constitucional onde residia o poder executivo, por outras compostas de gente do seu partido".

E inteligente como era, logo aventava, extraindo do facto as convenientes ilações.

De que não o teria feito porque "a opinião geral do Reino o reconhecia por legítimo sucessor de seu pai em Portugal".

"Não devendo finezas aos miguelistas, nem tendo particulares razões de queixa dos liberais" o padre faz salientar que nem "todas as medidas do governo de D. Miguel foram justas".

Para ele, o Liberalismo era uma heresia e no Realismo ou Miguelismo residia, precisamente, o princípio antagónico dessa doutrina frenética. Por isso, não o suportava e nisso e noutras coisas estava sintonizado com as ideias expandidas pelo Bispo de Nemesis, Francisco Sobrinho, cabeça mitrada do nosso Isento. E quando fosse extinto, com o rodar dos anos, o fogo das paixões políticas certificar-se-iam que o "epíteto de idolatrado" assentaria bem ao monarca miguelista porque nunca houvera, até à data, outro tão freneticamente amado pelo seu povo.

O Padre denuncia D. Pedro como um instrumento nas mãos dos liberais, aos quais servia "de retábulo e de financiador".

Onde vemos o bom padre titubear, foi nas considerações que teceu acerca das amnistias, quando o seu dever como padre do hábito de S. Pedro era o de se manter fiel à doutrina que professava: a cristã; e nela está bem patente que o exercício da caridade e do perdão é uma das obras de misericórdia.

Acerca disso emitiu opinião dúbia, não as desaprovando nem as louvando. Primeiramente, não as desaprovava "porque era um indício de caridade para com os inimigos" e, seguidamente, afirmava não as louvar porque lá dizia o Povo (quem o seu inimigo poupa nas mãos lhe vem morrer). E depois duvidava também dos benefícios que elas trariam se não satisfizessem, totalmente, os interesses e ideais dos beneficiados, após recebida a benesse.

E como para ele toda a doutrina do liberalismo era uma heresia, critica a intenção com que nela introduziram o princípio de liberdade, que seria o de permitir conspirar contra todos os governos legítimos, e, as amnistias teriam sido

criadas para se "escaparem aos merecidos castigos quando se lograssem as conspirações que ateavam".

Era uma maneira eufemística de se mostrar contrário a elas.

Não podemos interrogar-nos se o Padre teria a mesma opinião se falasse dos miguelistas. Eu julgo que teria e digo-o porque o que o fazia pensar assim era o preceito da legitimidade real do governo. O que ele criticava, aqui, era o atentado contra essa legitimidade; essa era de facto, na circunstância, pertença de D. Miguel I.

Justiça lhe seja feita. E não podia deixar de ser assim, porque nunca o Padre se eximiu a dar as notícias dos presos políticos, dos impropérios, das pedras e das pauladas com que elementos do povo a que ele acoimava de ultra realistas lhes lançavam e que, dizia ele: eram punições ultra realistas e arbitrárias que nenhuma lei autoriza. Congratulava-se ao saber que as autoridades locais ou, alguém por elas, mandavam tirar devassa e punir os autores dos tumultos, e, ainda de que a "recepção iníqua e anticristã feita por alguns malévolos e reprovada pelas pessoas cordatas aos presos políticos na nossa terra, ficasse sanada e não tivesse repetição". Aqui, era bastante coerente com a doutrina que abraçava.

Nada podia acontecer de mais salutar para alegrar o espírito do Padre Espanca do que qualquer desaguisado no seio das hostes político-liberais que tanto detestava. Ele surgiu em 1836 com a revolução chamada de Setembro. Era o primeiro fruto que dava o regime parlamentar ou constitucional. Acabava-se a paz que dantes tinha períodos longos e abria-se o campo "às lutas de facções deste protestantismo político" que pretende mostrar um interesse público e, na realidade, apenas promove o interesse particular dessa facção.

Começam as lutas partidárias intestinas, as sensibilidades e as tendências, como agora se diz, acicatam-se as ambições do mando e do poder e são, disso mesmo, a única desculpa! Os setembristas, já descontentes com a "carta", exigiam a sua substituição por uma constituição ultrademocrática, facto de que se aproveitou a sagacidade espiritual do nosso Padre para concluir que nunca gostaram da que aclamaram e vitoriaram, nem de quem lha outorgara.

Estranho às desavenças liberalistas "o povo de Vila Viçosa não deixou de aplaudir esta dissensão" e anteviu o afrouxamento da perseguição e assassínios de que estavam sendo vítimas os miguelistas. Para salvaguardar o bom nome e reputação dos seus patrícios, apressava-se a esclarecer "ainda por honra da nossa terra que os assassínios aqui partiram da gente de fora", não fosse alguém pensar que, em Vila Viçosa, pudesse existir gente dessa laia.

Não pretendo responsabilizar o Padre Espanca como o único contraditor às consequências que o liberalismo trouxe ao nosso país. Ele não estava sozinho nas suas congeminações. A acompanhá-lo, irmanado no mesmo pensamento doutrinário, embora situado do outro lado da barricada religiosa e política, estava o livre-pensador, Oliveira Martins, seu contemporâneo e grande historiador.

As amarguras félicas que o Padre não podia engolir, bolsadas pelos liberais, causavam orgulhos também ao grande historiador de novecentos. Dizia es-

te ao referir-se ao período da dança da Carta: "os políticos agitavam-se tontamente em duplo vazio; um vazio absoluto de riqueza, outro o vazio de autoridade para reger um povo ainda incapaz de se reger a si próprio, representativamente, conforme a doutrina". No mesmo álveo navegavam ambos. Só que as tintas usadas na caneta de Oliveira Martins eram mais carregadas e tinham mais peso do que as usadas pelo Padre e provocavam, com certeza, cicatrizes mais profundas e manchas mais negras. (Olv. Martins, in *Portugal Contemporâneo*, p. 12 e seg., ed.1976, Lisboa)

No decurso da existência do mundo surgiu, por vezes, a necessidade de ajustar o crescimento demográfico de certas regiões com a tenência da terra. Os métodos aplicados para o ajustamento pouco variavam e excluíam, sempre, a forma truculenta e feroz de usurpação vingativa. A não ser que tivesse um justificável fim político demasiadamente restrito e particular, como sucedeu com a apropriação dos bens da Casa de Bragança por D. João II, num gesto, aliás, de pouca dura que D. Manuel corrigiu restabelecendo no seu devido lugar, após a ascensão ao trono! Mas isso foi um acto desbragado, impulsivo, repentino e não meditado. Também a Lei das Sesmarias e outras formas de parcelamento de terras do bem comum, pertencentes ao reino, à coroa, a fidalgos ou às autarquias foram, algumas vezes, divididos por quem não as possuía. Os que podiam suportar o encargo da compra, compravam; os que não podiam, aforavam. O fito era o de valorizar a terra e torná-la mais rentável e não o de empobrecer ou reduzir à miséria aqueles que, por várias circunstâncias, a possuíam, no momento. A meta a atingir era nivelar, diminuindo as diferenças económico-sociais entre as pessoas e não substituir umas pelas outras, muitas vezes com desvantagem. Tudo se fazia de livre vontade, sem constrangimentos de qualquer espécie; como pura espoliação ou exacção violenta, nunca se fez. O respeito pelo direito de propriedade mantinha-se, porque é um direito divino e, por isso, se achava legítimo. E os resultados foram positivos.

No concelho de Vila Viçosa, a divisão das coutadas em sesmos permitiu o amanho das terras maninhas, a criação de novas hortas (e tantas elas eram no termo da vila!), o aumento dos rebanhos, o plantio da vinha que ocupou uma grande área, etc. De tudo isto resultou a melhoria económica para o concelho que se reflectia na maior possibilidade de trocas de mercadorias e géneros de primeira necessidade.

Estas reformas benfazejas, admitia-as o Padre Espanca e louvava-as. Já pelo contrário, o seu espírito repeli-las-ia, se fossem executadas pela violência e arbitrariamente.

A forma estranha como, no nosso tempo, se solucionou a questão das rádios locais, assume aspectos pouco curiais. Na base do seu aparecimento estão necessidades e carências. Necessidades, pela parte de os indivíduos que têm o direito a poder comunicar uns com os outros de todas as maneiras e utilizando, para isso, as formas de expressão que estiverem ao seu alcance; Carências, porque quem de direito não coloca à disposição dos interessados, a tempo e a horas,

os instrumentos legais regulamentares de uso em caso deste jaez. Anda, sempre, o carro à frente dos bois por falta de argúcia e de vontade de quem a devia ter. São coisas que poderiam ter-se evitado. Não penso só nos problemas da rádio ou da televisão que estão no sector da comunicação social, onde a liberdade deveria ser lata, estou a pensar, também, nas irregularidades cometidas, por esse país fora, pelos construtores de alojamentos de toda a espécie, junto ou mesmo dentro das povoações. Permite-se, num e noutro caso, a criação de situações que só, com grandes e inconvenientes prejuízos poderão remediar-se. Às vezes, os prejuízos são para ambas as partes. Há barracas miseravelmente construídas, ontem, e, que na altura da demolição legal são pagas como se fossem palácios medievais. Perdoem-me o exagero da imagem que é, puramente, retórico.

O leitor não vai pensar que ignoro que o espaço radiofónico não é ilimitado. Sei que tem limites e, por isso, admito e exijo que esses limites tivessem sido demarcados, a tempo, para que os que querem arriscar, investindo, não vejam a sua iniciativa ludibriada apenas por uma proibitiva jurada ministerial.

Se cada um tivesse sabido qual era o seu lugar, a ordem teria ficado estabelecida "a priori". Mas, consentir a instalação da desordem e depois, em atitude insensata, fazer parar, não se sabe até quando (alguns para sempre), um mecanismo que trabalhou afinado, sem medir os sacrifícios e prejuízos de cada um, parece pueril e insensato.

Capítulo IV

As revoluções abalam quase todos os princípios gregários em vigor numa sociedade, no momento preciso em que deflagraram, embora nem todos com carácter definitivo. Aos poucos, alguns há, que voltam às origens e restabelecem-se porque são, naturalmente inabaláveis e imorredoiros. Criaram raízes e, cedo ou tarde, voltam a impor-se.

Uma das coisas que esta revolução liberal transtornou, transformando-o, foi o antigo sistema administrativo das coutadas concelhias, que tanto interesse sociológico mereceu ao Padre Espanca.

Com efeito, o aforamento das courelas passou a fazer-se com mais facilidade. Isso foi bom para todos: utentes e nação. (ano de 1829, Memórias de V. Viçosa, p. 38 do Opúsculo 15)

As facilidades concedidas diziam respeito, em Vila Viçosa, tanto às courelas da Coutada do Pinhal como às dos Telheiros (Quinta do Sisudo e Quinta do Gil).

Contudo, a maior reforma no parcelamento e distribuição das nossas coutadas foi feita no ano de 1836, sendo seu principal autor (Memórias de V. Viçosa, p. 12, Opúsculo 16), Francisco António dos Santos, como Presidente da Câmara.

O nosso Padre aprovou e louvou a forma como foi feita, a seu parecer, melhor do que a, anteriormente praticada no reinado de D. José I, em moldes que não satisfaziam de modo algum, pois fazia-se a concessão a quem a requeria.

Os conceitos de gregarismo que enformam uma sociedade rural, cuja natureza agrícola das actividades que aí se praticam, ocupam e submergem quase metade da população activa, são um quebra-cabeças para todos os reformadores políticos. As tentativas de redução dessa percentagem com o auxílio de máquinas e bem assim o interesse demonstrado em tornar a terra propriedade de quem a trabalha directamente, são pressupostos gerais que mais se estimam.

O problema da repartição das courelas da Coutada pelo povo, mereceu sempre ao Padre J. Espanca uma particular atenção pelo conteúdo sociopolítico que um acto desta natureza revela e que se projecta com decisiva influência na alteração do "modus vivendi" do povo, e, logo à partida nos mostra que essa perspectiva é de sinal positivo. Era evidente que o nível económico do sector agrícola melhoraria. Quando, em 1755, (p. 82, fascículo XI) a venda das courelas se processou a dez tostões cada uma, logo, da sua boca saiu o reparo com justa razão. Achava ele que "o bom governo seria duplicar ao menos aquela taxa", pois por aquele preço desprezava-se uma boa fonte de receita para obras municipais, viação, etc., dado que a abundância da procura e a escassez da oferta o permitiam. Procurava, aqui, o justo equilíbrio que deve garantir uma correcta economia do mercado em que o povo comprador e o munícipe vendedor ficassem bem do negócio.

Aproveitava para dar o seu quinau na facilidade com que davam as propinas (assim se chamavam as ofertas de courelas a pessoas que tinham certos cargos, alguns oficiais, pelos quais já recebiam ordenados), mercê essa de que se abusava fraudulentamente, abuso a que o Padre Espanca apelidava de "comedelas". Como se vê, o nepotismo é tão velho quanto a humanidade, e, é uma espécie de proteccionismo que tem relações muito dependentes dos negócios políticos ocasionais. Para a Câmara Municipal da época, as courelas eram um bem imóvel, funcionavam como instrumento de equilíbrio económico-financeiro posto ao serviço da comunidade concelhia, processando-se o seu desenvolvimento pela forma de venda do direito de exploração anual ou bienal, ou ainda, de objecto de hipoteca a fim de proceder a obras, etc. (Livro de Registo de Correspondência, L.º 3, f. 103, p. 9, fascículo XI)

Salta à vista que utilizando-as como propinas ou gorjetas, anualmente concedidas em larga escala, estava-se degradando o património concelhio, daí o sentimento de revolta e desagrado do Padre Espanca, manifestado por tal atitude.

A outras funções, prestavam-se, por vezes, os forrageais dos coutos da vila, tal como esta que em parte transcrevo, fielmente: (p. 12, fascículo XI)

"O juiz e os mordomos de N.ª S.ª do Loreto, que se venera na Igreja do Espírito Santo, então paroquial de S. Bartolomeu, procurando obter meios de obter um retábulo novo à sua capela, alcançaram dos donos de vários forragiais ... a permissão de lhes venderem a espiga e o restolho (a que chamam gustadouro)". A Câmara cedeu sob condições. Desta vez, ficou satisfeito o Padre Espanca e nós, hoje, também o devemos estar, porque o altar é belo, de facto.

Em contrapartida, manifestava-se adverso à forma como a distribuição das courelas estava, na prática, a executar-se. (1733)

Havia, pelo menos, quase cem anos que essa distribuição tinha sido feita e eram evidentes os prejuízos de ordem económica-financeira que isso representava para a Câmara.

"Tiravam-se todos os anos as courelas das propinas, cujo número ia aumentando e as restantes em vez de arrendadas eram entregues a compadres e afilhados".

E continuava:

"Como, porém, havia então verdadeira liberdade política e lá estava o Colégio dos Misteres, verdadeiros tribunos da plebe do tempo dos Romanos, apresentavam-se estes (sapateiros, carpinteiros, alfaiates, etc.) e iam à mão aos vereadores, como hoje se não faz".

Assim, denunciaram as anomalias praticadas, algumas com a anuência dos Camaristas, revelando-se, na opinião do Padre Espanca, o Colégio dos Misteres como um órgão perfeito para dissuasão dos maus costumes a nível oficial. Graças dava, portanto, a D. João IV pela introdução dessa representação política do povo na comunidade calipolense e da liberalidade com que D. João V tratara da questão de um fiel, medidor da Câmara, de nome André Nunes, que era acoimado de ladrão público e da controvérsia que isso levantou, decidindo o Rei, que diziam absoluto, mandar convocar uma junta magna dos Três Estados, e esta decretar o veredicto final a André Nunes, confirmando-o ou negando-o no ofício de Medidor do Concelho. E, daqui, concluiu o Padre que o Rei, embora absoluto, "andou nesta questão com mais justiça e inteireza do que os chamados Reis Constitucionais". Como se vê nunca perdia uma oportunidade para elogiar o que partia dos regimes cujas ideias políticas mais o satisfaziam!

Sem dúvida que a forma como a executara, agora, o Presidente F. António dos Santos era mais satisfatória.

Tinha sido feita a divisão das courelas, traços ou glebas com área proporcional à uberdade do terreno, portanto com vários tamanhos, conseguindo-se, deste modo, 562 parcelas. A distribuição foi feita à sorte, entre os habitantes de todo o concelho, nela interessados. O Padre J. Espanca louvou a atitude da Câmara, apesar de esta ser liberal, mas porque viu que não era erro económico o que haviam feito. Deste modo, tinha ficado a totalidade das terras em poder de quem as poderia trabalhar directamente, ao mesmo tempo que o governo central já não tinha matéria para "desamortizar" e concedê-las depois a um só possuidor como já tinha ocorrido em outros concelhos. E, num golpe de vista mais lato, porque conhecia profundamente os costumes da região, tirou, logo, as ilações de carácter social que do parcelamento resultariam.

Em seu entender, o sistema aplicado prejudicava, ainda, os pobres que ficavam sem poder prover-se de lenhas, os forneiros do pão e do tijolo, pela mesma razão e os arrematantes de carnes verdes por falta de terrenos de logradoiro para o pascigo do gado a abater, diariamente.

Com olhos diferentes eram observados os resultados da cedência das courelas pelos camaristas. Na opinião do Padre, foi o desejo e a necessidade de equilibrar as finanças arruinadas à custa da imposição de um foro anual a cada traço, que produzia um rendimento triplo do que recebera na anterior situação.

Preocupava-se o bom Padre com a existência de logradoiros comuns para o entretém das actividades de todos os munícipes – de todos e não só de alguns – e começava, logo, a defender esse princípio de soberania a partir dos coutos da vila.

O que diria ele, hoje, se visse desaparecer, a pouco e pouco, numa atitude inexplicável de tremendas consequências futuras, os logradoiros públicos, dentro da própria vila, para satisfazer interesses inconfessáveis de alguns e prejudicando os direitos de todos?

Não temos qualquer espécie de dúvida que reclamaria, como fez há um século, e invocaria a presença de qualquer instituição semelhante ao acima citado Colégio dos Misteres, onde tinha assento e poder decisório o povo anónimo que regula os seus actos e decisões apenas pelo bom senso e não pela agressividade política.

Pastor espiritual de um rebanho de fiéis que o estimavam, era natural que o preocupasse o local onde ele se apascentava e ganharia energias materiais para poder sobreviver de forma digna.

Atormentava-o a cruciante diferença de classes sociais que era real, natural e ancestral nos seus paroquianos. O senhor era, sempre, o senhor, e, o criado o ser inferior a quem se tratava melhor ou pior mas, sempre, com a certeza atávica de que não sairia da situação de subalternidade em que nascera. A sociedade rural de então não tinha em boa conta os princípios morais e sociais que enformam a tão decantada Cartilha dos Direitos do Homem, embora esses princípios sejam mais velhos do que ela, pois já foram usados no tempo de Cristo e estão expressos, clara ou parabolicamente, na doutrina evangélica. E aqui não só se encontram os direitos como, também, os deveres de uns e de outros. O que eles andam é esquecidos, por alguma das partes, e às vezes, pelas duas.

Ora, o pastor espiritual dos Calipolenses desejava e pregava o equilíbrio. Equilíbrio não quer dizer igualdade, porque esta é impossível por todas as razões que não vêm ao caso, agora. Mas o equilíbrio, esse sim, pode dar-se e nasce do diálogo sério e consciencioso, da compreensão mútua e do respeito devido por cada um de nós ao seu semelhante. O que o Padre queria e desejava, constituía mais uma tentativa da solução do problema do latifúndio, respeitando o direito de propriedade mas obrigando o latifundiário a consciencializar-se de que a propriedade rural tem uma função social.

A Lei das Sesmarias de D. Fernando, modificada por D. João I e depois por D. Duarte I, já comtemplava estes conceitos. Não era uma reforma agrária espoliativa, truculenta, contra-natura; era, sim, mais uma medida de colonização interna, progressista, sim, mas pacífica e cordata onde não se tinha só em vista a cultura cerealífera mas, também, o olival e a vinha, o montado e o rebanho. Se-

ria a agricultura tomada na maior extensão da palavra: pluralidade conjunta de actividades rurais produtivas. Os teóricos panfletários em nome de uma liberdade deturpada, conhecem tudo isso mas esquecem-no, momentaneamente, na curta passagem pela terra, com a excepção de, às vezes, na hora da despedida glosarem a cantilena da contrição e arrependimento, no angustioso frémito de afastar o reposteiro denso e pesado que guarda a porta da eternidade, e, confessarem que estão, ali, contritos e dispostos a pedir perdão por, só naquele momento, se terem dado conta de que erraram, perdão esse que Deus não nega a ninguém.

Subtilezas de inteligência de quem só reconhece a verdade quando é tarde de mais. Grandes homens das letras e do pensamento a quem, a vergonha calca a coragem de se retractarem antes e só permite que o façam à hora da morte. E tantos têm sido!

Pelo elevado respeito que tinha pelos bens do domínio público e pela forma igualitária como entendia que deviam ser postos ao serviço da comunidade concelhia, pelo notório sentido que possuía da função social da propriedade, para além e independentemente do seu cariz latifundiário, que respeitava, desde que fosse cultivada de modo a diminuir as prementes necessidades dos povos a quem servia; por todas estas elevadas concepções sociológicas, temos que prestar homenagem ao seu espírito.

Que grande estatura moral tinha o Padre Espanca! Tomai-o como paradigma, calipolenses deste século.

Capítulo V

O poder local é, de todos os motes glosados pelas falanges políticas dos períodos revolucionários, aquele que pela sua natureza intrínseca mais benefícios podia acarretar para bem dos munícipes. É o motor do desenvolvimento dessas parcelas urbanas locais que no seu conjunto formam o país. É a forma mais perfeita de beneficiar essas unidades populacionais, graças às virtualidades que oferece a descentralização do poder da autoridade administrativa. É um tipo de independência territorial relativa, e, a única forma de tornar profícua a administração de pequenas regiões. Há muitos factores de progresso e de melhoria que surtem melhor efeito a partir de baixo. Há particularidades locais que se atrofiam por não caberem nos moldes das leis gerais. Há iniciativas que sendo boas e úteis para determinados locais se tornam ineficazes, inadaptáveis ou inoportunas noutros.

Sendo o poder local uma arma sofisticada de grande valor gestionário não pode deixar-se ao simples alvedrio de pessoas ou de instituições que não tenham um mínimo de preparação para as manobrar. Ele carece, de antemão, da criação de planos para largos prazos e de uma tomada de posição clara e independente das prioridades de execução das coisas. Tem de ser utilizado com apartidarismo e visando apenas o desenvolvimento dos concelhos com uma independência

absoluta. Necessita de um plano de urbanização e desenvolvimento concelhios que sejam ordenados com o profundo conhecimento do meio ambiente. E, aqui, não podem faltar o respeito ao passado e a atenção ao futuro.

Na linha de desenvolvimento planeado, tem de se apanhar a ponta, que o passado deixa de fora e encaminhá-la na direcção do futuro respeitando, já se vê, os traços tradicionais dos povos a que se aplica e pensando na sua valorização futura.

Se quem o fizer se cingir apenas ao conhecimento e aplicação dos dados técnicos gerais e não tiver em linha de conta as imensas particularidades específicas que cada região e cada povo têm, então pode ficar ciente de que não executou nada de positivo. Navegará sem leme ao sabor das ondas.

Para além da concepção e delineamento do Plano de Urbanização e Desenvolvimento e, uma vez, realizado, no papel, com a aprovação não só das Instituições que os mandam elaborar mas também de todos aqueles a quem vai servir, então, há que pensar nas prioridades a canalizar para a sua dinamização.

Essas prioridades também têm de ser democraticamente discutidas pelo povo em assembleias de consulta, expressamente convocadas para o efeito e as suas decisões haverão de ser pesadas e respeitadas. Isto evita que se caia no abuso das prioridades serem classificadas mais com o pensamento em coisas de natureza político-partidária, de que nos verdadeiros interesses das localidades. A maior parte das vezes é apenas o arrebatar dos votos e os números do resultado eleitoral que comandam esse mecanismo. Essa atitude eleiçoeira vulgarizada só pode ser controlada pelas massas e, portanto, as decisões quanto às prioridades têm, forçosamente, de se estender até elas e por elas serem compartilhadas.

Se não, chegamos ao desconsolo final, que é o de vermos autarquias dirigidas por gente de partidos que, ao nível nacional, têm percentagens ridículas de simpatizantes; a sua representatividade, sendo aparentemente legal, é praticamente nula e irreal. Se esta situação lhe é consentida pela lei eleitoral, que possa, ao menos, ser corrigida e melhorada pela discussão nas assembleias a que me referi. Doutrinariamente, afirma-se que em democracia há sempre uma alternativa e uma forma de correcção. Pois, então, façamos uso dela.

Se as cabeças autárquicas sentissem a responsabilidade do poder local tal como ele se espelha, decerto se incomodariam com a tomada de decisões tão pouco representativas da vontade do povo que tem a seu cargo. Como é possível dormir sossegado sabendo que só uma ridícula percentagem de cidadãos estão interpretando as leis e impondo resoluções aos restantes patrícios, que, realmente, podem representar a maioria. Não, aqui alguma coisa está mal e nunca se pode apelidar de democrática uma situação que tal permite.

Aos poucos, temos de ir corrigindo aquilo que a turbulência dos ímpetos revolucionários impõe de estranho e anómalo.

Nos escritos do Padre Espanca as reformas administrativas mereciam, sempre, uma análise crítica digna de nota, nunca deixando de exprimir o seu desacordo com o que lhe parecia inconveniente ou de aplaudir o que lhe era caro,

fosse ao nível local ou nacional. Quando foi publicada a de 1841, regozijou-se com a criação do Conselho Municipal, constituído por vinte vogais efectivos, recenseados entre os maiores contribuintes varões, sabendo ler e residindo no concelho. (p. 76 – fasc. 16) Para ele "era uma necessidade palpitante", o que significa que era apologista do consenso alargado. Mas ao confrontar este Conselho Municipal só constituído por ricos proprietários, com o de 1834, invocava o fenómeno político da representatividade, lembrando que o antigo tinha lá "alguns industriais no Grémio dos Misteres, que também eram ouvidos por meio dos seus dois representantes e do escrivão e que portanto a forma era mais popular ou democrática".

Ao aparecer o Código Administrativo de 1878 que abolia os Conselhos Municipais "que não custavam dinheiro nem davam trabalho a eleger, para pôr todas as decisões no arbítrio da Junta Geral do Distrito que, além de ser em geral estranha aos Concelhos, custa dinheiro", logo o Padre se encolerizou e arremeteu contra o Governo Central por "exercer o mais absoluto despotismo, apregoando, aliás, sempre liberdades que ninguém vê a não ser para o mal".

De uma vez que o Conselho do Distrito se sobrepôs à decisão dos vereadores e conselheiros municipais quanto ao pagamento a fazer ao médico e ao cirurgião, anulando-a, caiu o Carmo e a Trindade. Clamava, então, ardorosamente o Padre: "Povo onde está a tua liberdade política? Votaste uma coisa mostrando nisso a tua vontade, mas de que serve a tua vontade? Outrora no regímen dos teus Reis Soberanos respeitavam-ta eles (p. 77, fasc.16) – e presentemente no regímen da liberdade já te não vale o querer. Hás-de gemer com o jugo posto sempre no cachaço". "Antes de 1834 só El-Rei te dava ordens. Agora, tens mandões às dúzias com a multiplicação de poderes que inventou o Liberalismo para dar de comer aos zangos". "Exemplos de tirania como este hão-de aparecer a cada passo".

Não se pode ser mais contundente do que isto. Mas, em boa verdade, e como disse atrás, para exercer o poder local com o rigor que pode dar bons frutos, é necessário estar-se preparado o que, na maior parte das vezes, não acontece. O poder é uma arma, por isso é perigoso e só do seu correcto manejo sairá o bem.

À Câmara de Vila Viçosa de 1841 o exercício dele não saiu como devia, a ponto de ela própria confessar a decadência da nossa vila e a falta de numerário em giro. Também a situação económica era triste para que os cidadãos pudessem carregar com o acréscimo de tributo.

E nesta miserável situação em que se debatia, chegou ao ponto de se deixar demandar pela justiça, que a mandou executar por dívidas de terças! O facto era inédito e pouco curial.

Mas o pior era que a Câmara apelou, apesar de dever, realmente, as contas que lhe pediam! E para sua vergonha, acabou o litígio por se terem de penhorar alguns foros do concelho e até o próprio edifício dos Paços Municipais! É de facto para pasmar que se chegue a este cúmulo de má administração, e, que o sistema político vigente permitisse e consentisse manobras dilatórias que eterni-

zavam o processo e iam diluindo a gravidade das acusações pela acção do tempo, pela contra propaganda e por outros meios equívocos.

E o Padre Espanca aproveitava para concluir: "Eis aqui o que deixam as revoluções políticas!". Tinham já decorrido sete anos de governo liberal e não acertavam, ainda, os vereadores, as contas do município com os credores!

"A Câmara estava de facto fazendo um uso desapropriado do Poder local."

Nem aqui, em sua opinião os liberais teriam sabido aproveitar os benefícios que esse poder oferecia.

A maneira formal pela qual se podia criar e aumentar o poder local era a de um requerimento dos Procuradores do Povo, apresentado à Câmara por um razoável número de elementos populares. O Síndico da Câmara dava o seu parecer sobre a viabilidade da postura que se pedia e, seguidamente, minutava-se. Das virtualidades das posturas não podemos duvidar. Era uma maneira de produzir uma lei justa rapidamente com o condão de ser adaptada aos usos e costumes do concelho, ocorrendo, exactamente, na hora própria e com o desígnio determinado. No que respeita ao equilíbrio da balança económica concelhia, a tese desenvolver-se-ia dentro do princípio: exportar o mais possível e importar o menos possível, não permitindo a entrada de géneros estranhos ao concelho desde que os houvesse nas mãos dos seus cidadãos.

O poder local não é uma criação virtuosa da jurisprudência de hoje; as suas raízes mergulham na profundidade dos séculos. A virtude que possui, criou-a ele próprio à custa de uma utilização eficiente, conseguindo manter, até hoje, os seus pergaminhos.

Tem-se esquecido, no decorrer de todos os tempos, mais ou menos declaradamente, a própria figura do Presidente do Município, que era nomeado ou eleito para o cargo máximo do concelho, estava, implicitamente, emoldurado numa espécie de prestígio que lhe conferia, automática e insensivelmente, o bordão da autoridade.

No nosso passado recente, contemporâneo aos da minha idade, as posturas municipais eram um exemplo típico desse poder.

A postura regionalizava a lei, tirava-lhe dimensão que nem sempre é caracter conveniente, adaptava-a às particularidades locais – era uma lei feita para um determinado lugar onde se iria aplicar. Possuía especificidade do sítio, e, sendo boa aqui, podia não o ser noutro lugar. Não generalizava, não se integrava completamente na lei geral do país, escapava-se do âmbito desta e procurava apenas respeitar os usos e costumes dos utentes, servindo-os com o respeito pelos condicionalismos próprios da sua região. A postura condicionava e regulava um "modus vivendi" particular, procurando conciliar os direitos de todos os cidadãos em causa, na relação com um objectivo que era comum a todos. Ainda hoje nos causa pasmo a forma como certos pequenos povoados, mais afastados dos meios civilizacionais, conseguem manter um equilíbrio de vida à custa de um regime comunitário ancestral, que à força de ser útil e proveitoso se tem perpetuado. Em meios rurais de Trás-os-Montes e Beiras há exemplos típicos do que

afirmo. E há outros que sendo também típicos, são menos completos, de âmbito mais restrito mas que revelam traços dessa particularidade, onde a jurisprudência que a regula se dirige, exclusivamente, a satisfazer e a proporcionar aumento de bem estar aos viventes que dele disfrutam.

É de salientar a necessidade sentida pelo Padre Espanca de intervir sempre que possível na política do seu burgo, apontando e recomendando medidas concretas destinadas, em seu entender, a melhorar as condições e a qualidade de vida dos seus patrícios. Fazia-o mais por isto do que por motivos políticos radicalizantes ou por desaprovação do discurso político-filosófico arrancado às novas ideias do enciclopedismo revolucionário dos meados do século XVIII com o qual o seu espírito não se conciliava.

As preocupações denunciadas sobre a propriedade da terra eram-lhe inatas, umas, outras reflectiam os princípios socio-cristãos de igualdade de direitos e deveres implícitos na doutrina do Redentor que tão cedo bebera, e, ocupavam lugar de honra na sua intelectualidade de padre. Não tomava uma atitude radical e demolidora contrária ao exercício do direito de propriedade. Esta figura jurídica admite-a, plenamente, só que a condicionava, prudentemente, a limites que lhe restringiam a amplitude. E, ao propor que "toda a herdade situada até três Km em redor de uma vila ou aldeia, seja dividida em courelas para ser cultivada por seareiros e não por lavradores", estava apenas defendendo os direitos daqueles que não gozavam da prerrogativa de possuir qualquer pedaço de terra, enquanto outras classes sociais a tinham em abundância; e por incúria não a aravam, desperdiçando-a.

Não pondo em causa o princípio da função social da propriedade, ele apenas queria que esse princípio funcionasse, e, o único processo que via era o aconselhado. Mesmo que não fosse o único, parecia-lhe ser o mais, momentaneamente, possível e o mais, relativamente, eficaz. Ao submeter à apreciação esta pressuposta eficácia, há que chamar a atenção aos observadores mais perspicazes para o facto de que, ao tirarmos conclusões, temos de atender ao estado de relações homem-terra, naquela época.

Porque há sempre uma reforma agrária diferente para cada estádio da História dum povo, é nesse contexto que temos de a analisar. O bom Padre entendia perfeitamente que a Reforma não era para premiar alguns, nem para castigar outros, mas sim para melhorar o quadro económico da vida da nação, retirando do tesouro, que era a terra, o maior dos benefícios para toda a gente, portanto, servir o detentor e o usuário. Reconhecia, prudentemente, em plena consciência, a inoportunidade do decreto de 11 de Abril de 1865, que abria os portos e as fronteiras (molhados e secos) "para admissão de cereais estrangeiros quer haja quer não escassez deles".

O preâmbulo explicativo do decreto não dava para mais do que para pensar o que o Padre pensava quanto à necessidade dele: 1.º – "caírem mais algumas mealhas nos cofres do erário público"; 2.º – "favorecer os empregados públicos que não semeiam e recebem os seus ordenados em dinheiro, para lhes chegar melhor para as suas despesas".

A consequência funesta da aplicação da letra deste inoportuno decreto foi, na opinião do Padre Espanca, "um abalo tão forte na economia rural que nunca mais houve entre nós dinheiro com abundância e os prédios começaram desde logo a decair nos seus valores rural e de renda."

É este um exemplo de como os países de economia fraca não suportam a concorrência das mais fortes, mormente, quando não há uma contrapartida que regule as entradas consoante as necessidades.

Hoje, estamos no limiar de um processo de características semelhantes mas em grande escala e, dentro em pouco, teremos de nos confrontar com tipos de economia deste jaez, em virtude dos compromissos de integração europeia que assumiu o nosso governo. Oxalá tudo se desenrole da melhor maneira e não sejamos forçados, amanhã, a apresentar queixumes como o nosso querido Padre Espanca.

Um jogo interessante, nos períodos de instabilidade político-económica-cultural que se prolonga arrastadamente, após os actos revolucionários, é o da reforma das reformas. São tantas as inovações e as modificações, que se atropelam, mutuamente e a breve trecho, necessitam de encarrilar-se. Em regra, como ficam melhor é quando regressam à primitiva forma, o que nem sempre sucede. É um facto repetitivo, este, porque tem acontecido desde que os radicalismos excessivos comandam as mudanças, o que prova que só as modificações suaves e progressivas podem dar resultados duradoiros. Neste período de liberalismo, tão vincadamente pronunciadas eram as transformações nascidas da mudança, que atingiam a própria Constituição. A aprovada hoje já não servia amanhã e a do dia seguinte era também efémera.

Em 1842 sucedeu a segunda revolução de liberais contra liberais, vencendo os Cartistas e ficando, como letra morta, a Constituição de 1838 (p. 88), restaurando-se a Carta Constitucional de 1826. Não podiam deixar de ser comentadas tais jogadas por parte dos adversários políticos e daí que o Padre escrevesse com mais ou menos acrimónia: "Em seguida foram todos ao Te-Deum à Matriz". Entusiasmo no povo, nenhum. E para quê? Em 1836 haviam jurado a morte da Carta. Agora, ressuscitavam esta e "matavam" a jurada então, em 1838. E, à autorização dos festejos públicos, feita pela Câmara, não respondeu o povo que estava cansado de pobreza e miséria, não encontrando motivação para festejos.

Ao ser posto em execução o 2.º Código Administrativo, em 1842, esse acto mereceu-lhe o seguinte reparo: "Fecundos em leis novas os Liberais, isso ninguém..." (p. 89). A mais significativa alteração deste Código foi a da nomeação dos Administradores do Concelho ficar a ser feita por nomeação do Governo Central, facto que não agradou ao Padre Espanca. Na sua proposta para a nomeação do cargo não se eximiam as autarquias de tomar parte no processo (p. 93), de modo a equilibrar a participação e as influências do Governo Central e do Municipal. Como se vê, trata-se de uma atitude prudente e consensual sem qualquer indício de inspiração político-partidária.

Ao atribuir a simultaneidade do início da segunda decadência do burgo Calipolense com o deflagrar da revolução liberal, o Padre Espanca acertava em cheio. É evidente que essa decadência começou precisamente, aí. O espírito reformista do liberalismo deixou profundas marcas no desenvolvimento económico, administrativo e cultural da nossa vila.

Perdemos o Regimento, perdemos a autoridade judicial e a independência da comarca. Deteriorou-se o nosso meio cultural por expulsão e perseguição aos frades que detinham uma grande parte da cultura, alienou-se todo o património do domínio espiritual com a venda, ao desbarato, de móveis de valor artístico e dos próprios imóveis de valor arquitectónico e histórico. Tudo foi profanado. O que não se deixou ruir foi, abusivamente, usurpado aos legítimos donos e entregue ao Estado para quartéis, hospitais, repartições públicas, etc. um autêntico caos. Pode dizer-se que se não fora a existência desses grandes e belos edifícios que pertenciam à igreja, o Estado não seria capaz de pôr em funcionamento a máquina administrativa, por falta de instalações convenientes. É bem verdade que o Liberalismo trouxe a Vila Viçosa consequências mais funestas e deletérias do que o próprio terramoto de 1775. Os estragos que este causou puderam ser reparados, os causados pela revolução liberal foram irreparáveis. Daí o começo de um forte declínio que ofuscou toda a nossa vida social, económica e cultural futura, de que nunca mais nos pudemos ressarcir até aos dias de hoje. Esse declínio deslisava, em proporção geométrica, enquanto os melhoramentos e restauros cresceram em proporção aritmética. Isto significa que não é possível a instituto algum de protecção e recuperação do património cultural conseguir estancar este trepidante processo degenerativo. A menos que a mentalidade se mude e comece a dar-se prioridade às coisas que a deveriam ter: em primeiro lugar, a saúde, nas suas múltiplas formas e a cultura, em todas as suas vertentes. Será isto possível, algum dia? Tenho dúvidas.

Há que reformar mentalidades, sanear vícios e depois, recomeçar com novas fórmulas onde o Homem seja considerado, ao lado da natureza, o centro do mundo, e seja respeitado como tal. Isto é que é importante. Tudo o resto nada vale.

Capítulo VI

A política social da época em que o Padre Espanca viveu não evidenciava, nem de perto nem de longe, a acuidade que hoje tem. De previdência, nada se conhecia. No entanto, havia instituições que revestiam aspectos francamente sociais, quer fossem de caracter associativo e recreativo, quer fossem de cariz mutualista. As ideias do Padre Espanca sobre estas questões de natureza social eram concretas e, ao longo da sua obra, as foi expandindo, aproveitando, sempre, a oportunidade para deixar ao leitor a expressão do seu pensamento com nitidez, clareza e transparência. As suas opiniões eram, sempre, completamente independentes e não receavam ninguém. À medida que descrevia as instituições,

ia-nos mostrando qual, em seu entender, seria a forma mais correcta para o seu funcionamento e, na verdade, no que respeita à Sociedade Artística de Recreio e ao Montepio de Nossa Senhora da Conceição – que não chegou a ver criado – também se formaram dentro dos moldes sociais e humanitários por ele preconizados. Outro tanto sucedeu com a Caixa Económica, que se constituiu por volta de 1917, com o título de Caixa de Crédito Agrícola que, hoje, ainda perdura e se tornou uma cooperativa de acção socio-financeira tão dilatada e abrangente como o bom do Padre nunca teria imaginado, embora lhe reconhecesse a necessidade da existência. Tal como ele previra – tão longe andavam os bancos na mente das pessoas – os calipolenses teriam, ali, recurso ao empréstimo sem caírem nas mãos dos agiotas que proliferam, e, obteriam, por via dos depósitos à ordem e a prazo, com garantia igual para todos quanto ao capital depositado, um juro certo e razoável.

Também os rendimentos resultantes da exploração da propriedade rural particular, nomeadamente, no caso em que, devido ao seu desmesurado parcelamento, não poderia executar-se a exploração em separado mas apenas em conjunto, lhe mereceu a mais viva atenção. Era e foi, uma tentativa de emparcelamento sazonal para aproveitamento completo de pequenas porções de terra sem que fosse posto em causa o direito de propriedade de cada uma. Refiro-me ao aproveitamento das ervas, pastos e agostadouros. Efectivamente, a Câmara da época, ao criar a Comissão Policial dos Olivais, com presidente, secretário e tesoureiro, por ela eleito, resolvia, de uma penada, o problema da polícia rural dos coutos do concelho, conciliando, desta forma, os interesses gerais com os particulares. Ficaram ressalvados os direitos dos proprietários que desejavam ver excluídos, da venda em comum, os pastos das suas propriedades, oferecendo-lhe, ainda, o direito de coutada se as quisessem semear. (pp.77-78)

Este assunto é ventilado, por várias vezes, ao longo das suas Memórias, tal era o interesse que por ele nutria, como bom conhecedor, que era dos problemas da economia rural concelhia.

Muito teríamos, hoje, que louvar aos actuais administradores do nosso concelho se se retomasse a tradição dessa polícia rural, há bem poucos anos desaparecida e da qual todos nós temos boa lembrança e desejo que voltasse.

Eram muito importantes os benefícios colhidos da sua existência, uma vez que a guardaria da propriedade rural está, hoje, praticamente desaparecida.

Os desatinos provocados pelas pessoas nas propriedades do nosso concelho e os estragos causados pelos animais que pastam, livremente, como se tudo aquilo fosse terra de ninguém, impedem não só a conservação do que lá está plantado como não permite melhoramentos, reconversões, novas plantações, etc, tão necessárias ao prosseguimento da actividade agrícola. Os agricultores locais desmotivaram-se por não verem respeitadas as suas culturas, daí o aspecto confrangedor que apresenta a nossa zona de olival e a queda vertical do ponto de vista económico-rural de uma, antigamente, rica zona oleícola do nosso concelho.

Quem é que se preocupa com isso? Quem faz a inventariação das causas determinantes de tal estado de coisas? Quem é que tem a obrigação de defender esta situação?

É evidente que não devemos nem podemos, em alguns casos, assacar todas as responsabilidades e obrigações ao executivo municipal, embora este não possa, simplesmente, lavar as mãos como fez Pilatos. A sua intervenção pode ser decisiva, até. Mas, às Assembleias de Agricultores, e em Vila Viçosa há três ou quatro devidamente organizadas, pertence iniciar os trâmites que conduzam a essa melhoria apresentando projectos bem informados para que a autarquia possa debruçar-se sobre eles e julgar, oportunamente, da sua utilidade, responsabilizando-se pela parte que lhe diz respeito.

O poder local é o detentor do equilíbrio de relacionamento entre os cidadãos que rege. Se essa prerrogativa não serve para criar autoridade legítima na área onde se desenvolve, então, não é poder, não é nada.

Não existe, num meio rural, tipo algum de economia que perdure quando se apoia ou vive apenas de um vínculo de sustentação. Aqui, no concelho, hoje, e, oxalá perdure muitos anos, é o mármore o Senhor. Mas, pode acontecer que essa moda decaia por qualquer motivo que não esteja ao alcance das nossas previsões.

Durante a minha vida de homem feito, já aconteceram três crises importantes nessa indústria, uma delas, bastante grave.

Isto serve de prevenção e dá forte razão à teoria de que o monolitismo económico não deve cultivar-se em exclusivo. Há que diversificar actividades e no meio rural em que vivemos, temos de contar com o sector agrícola. Não o podemos pôr de parte. Há, sim, que incentivá-lo e protegê-lo.

Os problemas agrícolas relacionados com a produção e consumo de comestíveis designados, para o nosso concelho, como bens essenciais em face da determinação promulgada pela lei de 26 de Outubro de 1765, (p. 27 e seg. do fasc.12 de Memórias de V. Viçosa) eram justamente criticados na sua essência e o Marquês de Pombal duramente fustigado. Mas, não foi só no nosso concelho como também o foi no resto do país, "verbi gratia" na região do Douro, a propósito do vinho.

E, logo na primeira alegação contestatória que fazia à lei, punha em evidência o interesse e o valor da liberdade de escolha dos fazendeiros na selecção das espécies a cultivar. Eles é que sabiam qual era o seu interesse, em cada momento. Era pela liberalização das culturas. Na verdade se, em todo o sempre, os calipolenses "consagravam a maior parte dos seus suores ao fabrico do vinho" obtendo, deste modo, "mais do duplo do lucro de que elas dariam postas em pão" como queria o Marquês que fossem, agora, cultivar "soltos e áridos" que eram os ocupados pela maior parte do plantio da vinha?

Não, não estava certa a lei e a oposição do Padre Espanca era perfeitamente justificável. Que se proíbam as entradas de cereais, que se fechem os portos à importação dos mesmos "e veremos se os cereais não aparecem em maior quan-

tidade". Era a lei da oferta e da procura, esta é que seria o fiel da balança, o ponto de equilíbrio e, porque os terrenos de onde se iam arrancando as vinhas do nosso concelho, velhas e revelhas pelos ardores dos anos, já se iam substituindo pela cor verde-prata da folhagem das oliveiras. A riqueza estava aproximando-se e a reconversão voluntária, legítima e adequada estava feita. Os terrenos pobres suportavam a cultura do olival, mas não suportavam a cultura cerealífera.

Bem avisado estava o nosso Padre quanto às questões agrícolas. Aliás, o campo era o seu meio habitual e foi lá que viveu trinta dos cinquenta e sete anos que transitou nesta vida.

Invocando a autoridade e a arrogância de que o Marquês se revestia, ditava-lhe, da sua tribuna magistral da aldeia de Bencatel, os itens para uma lei da Reforma Agrária, os quais se resumiam em: "mandar por uma lei geral que todas as herdades do Alentejo, limítrofes de vilas e aldeias ainda as mais insignificantes até à distância de meia légua em circuito das referidas povoações, fossem avaliadas para se conhecer quanto valia cada acre ou hectare, e que por essa quantidade fossem obrigados a vender ou aforar pequenas courelas a todos os que as pretendessem".

Esta lei tão linear, tão terra a terra, tão esquemática, tão resoluta e decidida só poderia ser proposta pelo Marquês de Pombal! Nunca por um padre para quem o respeito pelos direitos de alguns não podem nem devem comprometer os direitos dos restantes, sejam maiorias ou minorias. Os ricos não podem esmagar os pobres; os pobres não devem espoliar os ricos. A nenhum título! Essa tua lei em projecto tinha arestas contundentes e precisava de ser limada, antes da sua aprovação. Se pudesses, bom Padre, lá do assento etéreo onde repousas, lançar um olhar conspícuo para o que aconteceu à tua terra, na última revolução desse tipo que suportou, poderias começar a ver e perceber os erros da tua lei em projecto e, consequentemente, teres de emendar a mão, porque a tua nobreza de carácter não consentiria que fosse de outro modo tal como o ensina o único socialismo verdadeiro deixado por Cristo, nas palavras do Evangelho.

É digna de circunstanciada e aturada crítica por parte do Padre Espanca a lei novíssima dos sequestros. A sua finalidade era perseguir a Igreja à qual se procurava negar o direito de possuir bens livres e alodiais, obrigando as Confrarias a desfazerem-se deles, a menos que tivessem sido adquiridos por compra antes de 1640. Dos restantes bens, adquiridos depois dessa data, os bens encapelados eram para a Coroa. Os bens livres teriam de os vender em hasta pública, arrecadando o dinheiro. Aqui, restringia o Marquês a zero, o direito de propriedade às confrarias, facto este, que provocava da parte do Padre violentas diatribes ao conceito em que o liberalismo era tido no entendimento do seu acérrimo precursor. A tal ponto, que se permite emitir conselhos póstumos que nada já podiam remediar, tendentes a emendar o chorrilho de ataques à sua Santa Madre Igreja.

De acordo estava o Padre que se apertasse a torneira da vinculação dos bens por meio de capelas e morgados para evitar que a falta destes pudesse fun-

cionar como um gume contra o desenvolvimento da agricultura. Pois, que se reprimisse o abuso mas que houvesse consenso prévio, entre a Igreja e o Estado, regulando o assunto em harmonia com o interesse de ambas as partes litigantes.

Mas nas águas desta doutrina não pescava o Marquês de Pombal. O seu golpe era outro e dá-lo-ia, sem apelo nem agravo, e, sem ajudas que lhe pareciam perniciosas e contraditórias, na circunstância.

Razão tinha o Padre para o dardejar de apodos, se ainda lhe sobrasse carcaça para os aceitar, depois de tantos e tão injuriosos que lhe foram dirigidos por Camilo Castelo Branco.

Eu não posso afirmar mas desconfio, que a Igreja Católica tenha usado o seu poder proibitivo contra alguns escritos do romântico de S. Miguel de Seide, incluindo-os no limbo do seu Index cominatório da época, dada a maneira pouco curial com que Camilo tratava os clérigos que não seguiam à risca os zelosos princípios da cartilha cristã e, em razão das zurzidelas que lhes dava, fossem padres ou bispos – estou a lembrar-me do Cenáculo – assinalando-lhe penas dolorosas.

Daí que o Padre Espanca não lesse o Perfil do Marquês de Pombal, esse infamante libelo escrito por aquele romancista e que macula de nódoas indeléveis desde a flor da pele ao âmago da alma.

E devia ter havido tempo para o ler, visto que foi escrito em Maio de 1882 e o Padre Espanca só veio a falecer em 1896. Como nunca alude a este escritor, pressuponho que o leu. E foi pena, porque, assim, não pode aproveitar-se do gozo que Camilo, com o seu léxico, rico e insultuoso, mortificou as entranhas do déspota iluminado e lhe sugou a memória fechando-lhe as portas da imortalidade.

Com efeito, o mais cáustico, mordaz e infamante libelo acusatório contra o Marquês de Pombal foi o que lhe dirigiu o escritor Camilo Castelo Branco. Não porque o fizesse, como avisa no proémio da publicação onde escreveu contra o anticristão ou em desfavor da sua política "democrático-absolutista", mas sim, porque o fez contra o homem que ele era. Camilo teve apenas a intenção de escrever "de um homem a quem chama déspota", "bosquejando a biografia de um homem feroz".

E, ao longo de toda a sua história, sim, porque o libelo é uma história com a qual ele bate no Marquês de Pombal com "factos, com documentos na mão", que é o único processo de fazer História Verdadeira.

Nesta boa companhia, em pensamento e em actos, encontrava-se o nosso Padre Espanca. Também ele, sob o mesmo influxo do método histórico, utilizando a verdade real e palpável do documento, do facto escrito e testemunhado, se lança contra o mesmo ditador. Sempre que, no decorrer das suas Memórias, lhe ocorre, ao bico da pena, o nome do ministro absolutista, do homem que encarnou o espírito duma época e o aplicou, a torto e a direito, sem excepções mas, mais a torto do que a direito, porque não foi capaz de extremar-se das paixões e conveniências, sempre que escreveu o nome do Marquês de Pombal, ia eu dizendo, é para o vituperar.

Também o Padre Espanca lançou, ao longo de alguns capítulos da sua obra prínceps, uma dilatada diatribe contra a figura hedionda do Marquês; nada que se parecesse com o que C. Castelo Branco se regalou de dizer e escrever. Este chegou mesmo à extrema e vexatória ousadia de lhe chamar dissoluto e assassino.

Não há dúvida quanto ao facto de o Padre Espanca ser monárquico. E, logicamente, anti-republicano. É ele mesmo que o deixa transparecer em várias passagens da sua obra mas, mais clara e deselegantemente, nesta que vou citar. Eu digo deselegante, porque a maneira como ele o diz, faz pensar que a república seria sempre uma desgraça para a Nação. Ora, a república e a monarquia são formas de regimes diferentes mas ambas podem ser boas, viáveis e democráticas na verdadeira e exacta acepção do termo.

Só que os homens que as dirigem podem ser melhores ou piores e a democracia, que o Padre Espanca entendia e perfilhava, no bom sentido da palavra, tanto funciona num como noutro regime mas está, evidentemente, condicionada pelo sabor dos apetites, da habilidade ou da competência dos dirigentes. O mal reside, portanto, nos homens e não nas doutrinas.

Não quero deixar de dizer que o Padre Espanca, na sequência de afirmações que fez acerca do requerimento assinado pelo povo e enviado à Câmara Municipal, petição esta a que, logo foi dado deferimento para ulterior deliberação da Rainha, insistiu nessa ideia de que a república não servia os interesses nacionais, nunca.

E, como nem nesta petição nem de outra de igual teor, repetida em Agosto de 1850, se conseguiu o almejado propósito de ver restabelecida, em Vila Viçosa, o Real Colégio dos Reis, lembrava à Câmara que não esquecesse esta importante questão, já durante a permanência da Casa de Bragança, já na eventualidade possível de vir ela a dissolver-se, um dia, ou ir dar aos Próprios Nacionais, v. gratia, pondo-se, em Portugal, uma República (o que Deus não permita). É, aqui, que reside o exagero retórico do Padre, o erro, mesmo, porque não foi a República que foi má; os homens a quem a entregaram é que se serviram dela em vez de a servir a ela. Isto não foi a primeira vez que aconteceu, nem será, infelizmente, a última.

Capítulo VII

A atitude de crítica do Padre Espanca face aos grandes períodos de mudanças sócio-políticas era uma constante da sua actividade de pensamento. Não haverá movimento ou modificação da sociedade onde estava integrado que o não preocupasse. Era, na verdade, um activista do pensamento. A sua revolta última era comunicada, imediatamente, de dentro para fora e a sua presunção de alternativa, julgada melhor, saía-lhe, imediatamente, acompanhada da argumentação, tingida dos matizes que bebera durante a sua preparação cultural para a Vida.

Os princípios em que se alicerçava a sociedade e que, ao tempo, enformavam aquilo que chamamos Moral Tradicional, achava ele, que se deviam tornar

em parâmetros pelos quais se deveria reger a Moral Universal. Este conceito de Moral universal tem-se restringido mas não passou de moda e há grandes pensadores da actualidade que o defendem dentro da sua clássica amplitude.

Os textos evangélicos que ele conhecia de sobejo, interpretando-os a preceito e relacionando-os com as aplicações que deles deviam ser feitas à vida do quotidiano, eram as bases ou o padrão comparativo em relação ao qual havíamos de regular o nosso comportamento. Sendo assim, a vida seria mais calma, as mudanças teriam um consenso mais lato, para não dizer, completo e a brusquidão e intempestividade das medidas revolucionárias, tomadas em todos os campos, suavizar-se-iam, despindo-se da arrogância violenta e odiosa que, por vezes, apresentam.

Seria um mimo de sociedade, aquela que o Padre Espanca sugeria. Nela estaria contemplado o equilíbrio das massas sociais tal como Cristo pregou.

Mas uma coisa é o que Ele pregava e outra são as condições humanas particulares, que à sociedade são transmitidas pelo pensamento vário do homem.

Cristo era um Homem mas os homens não são Cristo!

Daí que não faltassem ao Padre motivos e ocasiões de aplicar a sua formação doutrinária em conselhos, censuras e críticas construtivas, aquilo que o Homem introduzia a espaços na organização da Vida, sem respeitar os tais sinais que apontavam para a Moral Única, para a Moral Tradicional. Às vezes, o espírito de alguns galgava fronteiras convencionais e corria pressas que conduziam à insensatez de actos não amadurecidos completamente e, às vezes, nem sequer equacionados de modo a permitirem a análise das várias soluções que poderiam ter.

Ao revolucionário apenas interessam os fins, os seus fins, que por serem os seus, entende deverem ser, obrigatoriamente, os da maioria. Esta é uma forma de egoísmo que leva ao maior número de excessos onde não falta a perseguição, a violência e o terrorismo. Os meios para a consecução dos fins passam desapercebidos, daí, que sendo o salto muito brusco, não leve o amparo suficiente para ser perfeito. A meta a atingir fica longe de ser alcançada por não ter contado com os acidentes de percurso.

Ora, se, na verdade, os fins deverão ser servidos pelos meios, ressalta desta filosofia que nada sairá de definitivamente bom, sem que leve o necessário e indispensável tempero da ponderação e da meditação.

O espírito do revolucionário tem como características a fulgurância nas decisões, é súbito, é repentista, é incomedido e é incontrolável, por vezes. A cegueira arrebata-o, ver-se na sua própria acção, esquece ou ignora o peso, a razão e o valor dos preceitos que quer destruir e segue com a determinação de um iluminado. Falta-lhe a humildade e, por isso, acabará na tortura moral ou na forca ou no inferno dantesco de uma revolta última, permanentemente apoquentado pela persecução de monstros e monstruosidades que lhe converterão a vida num calvário perpétuo. Isto, se for honesto, caso contrário, tornar-se-á um frangalho, um espectro de si próprio. Este é o padrão que define a personagem do

ditador. Foi este padrão que o Marquês de Pombal tomou como imagem de governador de uma nação. Foi contra esta imagem que o Padre Espanca se embraveceu e arremeteu procurando denegri-la e calcá-la, estivesse ela representada pelo próprio Marquês ou por qualquer outro político graúdo. O Padre era democrata, sem dúvida, e tinha da democracia uma noção bem clara e bem formada à custa da assimilação dos escritos dos clássicos greco-latinos da Antiguidade, que ele lia tão bem como se lesse na sua própria língua mãe. Teve a virilidade necessária e suficiente para atacar todos os contraditores da sua visão gregária, onde o princípio primeiro a respeitar era a liberdade individual como direito fundamental do Homem. E o seu respeito pelos direitos do cidadão, de modo a poder considerá-lo como cidadão livre era tão forte como hoje, consignado na Cartilha dos Direitos do Homem, e, teve o privilégio de aparecer primeiro.

O anticlericalismo do Marquês de Pombal fez-se sentir, também, em Vila Viçosa. Extinguiu o Recolhimento de Nossa Senhora do Carmo, denominado Beatério, proibiu as ordenações e profissões, nos conventos, por achar excessivo o número de frades e padres, mandou fechar o Convento de S. José, intimidando as Irmãs a saírem dele e a não mais viverem, em comunidade. "O ceptro de ferro do feroz e despótico Marquês, a quem D. João V nunca quis dar a mão, porque dizia que tinha cabelos no coração" (conforme afirma o Padre Espanca, p. 36 do fasc.12), perseguiu incessante e cruelmente tudo o que estava ligado à Igreja, de modo semelhante ao que o faz hoje a Maçonaria utilizando meios diferentes e menos denunciados."

Esta hirsuta imagem do Marquês de Pombal, esculpida com malévola intenção pelo Padre Espanca, já a vi escrita, se bem me lembro, embora despojada do hirsutismo apregoado por C. Castelo Branco, no seu livro "O Perfil do Marquês de Pombal". Aqui, a negritude dos pelos cardíacos é substituída pela alvura das pedras que a autópsia do cadáver do déspota iluminista mostrou estarem escondidas nas cavidades cardíacas. Pedras no coração, calculem os leitores! Mas mais duras que esse disforme calcário, que mais me parece uma liberdade poética do escritor, são com certeza, pela violência retórica que denotam, as frases dos respeitáveis biógrafos que as assinaram.

O Padre Alberto Gonçalves, um enamorado de Vila Viçosa, escreveu, em 1908, um pequeno esboço biográfico destinado ao Almanaque de Vila Viçosa do ano seguinte, excelente publicação de que só se publicaram dois números, o de 1909 e 1910, a que deu o título de Necrologio ao Padre Joaquim José da Rocha Espanca. Tendo este ilustre polígrafo nortenho chegado a Vila Viçosa, depois da morte do Padre Espanca que ocorreu em 1896, o que escreveu foi pautado "por informações colhidas entre os que o conheceram", segundo refere. Mesmo assim e apesar da sua, modestamente, alegada "deficiência intelectual e grande cainheza de recursos literários", que a si próprio atribuía para o trabalho urgente que seria o de falar da obra e da pessoa do Padre Espanca, ainda lhe bastou a argúcia para obviar a essa alegada falta de virtudes literárias e poder compreender a sua obra e o esforço intelectual e físico que teria de fazer para a

consumar. E, julgando interpretar os sentimentos de todos os calipolenses (aí, é que ele se enganava com certeza, porque há cegueiras incuráveis e decerto os calipolenses não estão isentos dessa mácula da nossa sociedade), considerava já – tão poucos anos após o passamento do nosso cronista-mor – "grande injustiça e indesculpável ingratidão" olvidarem, por mais tempo a sua memória "continuando a recusar-lhe os títulos de homenagem que ele adquiriu em vida por incontestável direito". Verifica-se que, em Vila Viçosa, e acerca da figura intelectual do Padre Espanca, nunca se conseguiu uma unanimidade de opiniões laudatória tão expressiva como a que, agora, se regista.

Com efeito, escrever cinco grandes volumes," desde os mais recônditos e obscuros primórdios desta vila até 1886", só pode ser fruto de um grande amor a uma terra. O padre Espanca levou esse amor até ao extremo das suas possibilidades e forças. Qual é o calipolense que não é capaz de entender isto?

Ele "foi um arqueólogo distinto, além de um escritor de merecimento e sobretudo consciencioso". Manteve relações intelectuais, sustentava pugnas e discutia pontos de vista com os mais lídimos representantes da nossa Literatura e História de Arte. Como seus interlocutores podemos apontar o grande numismólogo, Teixeira de Aragão – o pai da numismática nacional –, o abade de Miragaia, o escritor e político, Luciano Cordeiro que antes de escrever o seu livro intitulado "A Senhora Duquesa", onde traça a história trágica da relação amorosa de A. Alcoforado com D. Leonor, mulher de D. Jaime, Duque de Bragança, veio de Lisboa a Vila Viçosa consultar o nosso tão humilde, quanto insigne político. Também a José Leite de Vasconcelos, decano do nosso património arqueológico, mereceu elogiosas referências que se lêem na Enciclopédia Luso-Brasileira, capítulo dedicado a Vila Viçosa, escrito por outro polígrafo calipolense de quem, aqui, já demos notícia, o publicista, Albino Lapa.

Para além do volumoso manuscrito, acima referido, hoje já impresso, escreveu o "Compêndio de Notícias de Vila Viçosa", uma sinopse dessa grande obra que correu as mãos da maior parte dos calipolenses e que, hoje, a procuram, guardam e estimam como cimélio de inusitado valor. A outra obra publicada pelo Padre Espanca, em sua vida, foi sobre o monumento megalítico: "Antas", "panfleto publicado em 1894" diz o Padre Alberto Gonçalves.

Na verdade, trata-se de um opúsculo, cinquenta e três páginas de texto, sendo as restantes: a 54, reservada à "errata e defeitos de impressão" e a 5, ao Índice.

Tenho o grande prazer de possuir esse "Estudo sobre as antas e seus congéneres" assim denomina, o Vigário da Vara de Vila Viçosa e Prior da Freguesia de S. Bartolomeu, esta dissertação arqueológica, da qual ofereceu este exemplar, que possuo, em 22 de Abril de 1895 a J. Monteiro, farmacêutico estabelecido na Rua de Cambraia, em farmácia que ainda bem conheci (na casa onde hoje existe um estabelecimento de padaria). No fim da dedicatória, diz-se:" oferecido pelo meu Professor, o Padre Espanca, em 22 de Abril de 1895" – posse de J. Monteiro – Vila Viçosa.

J. Monteiro era o farmacêutico de tipo austero, com a sua farta bigodaça de pontas encaracoladas a emprestar mais credibilidade ao poder mágico dos símplices e drogas que manipulava com as suas mãos gordas mas ágeis. E aqui, revela-se uma nova e, para mim, desconhecida faceta do Padre Espanca – a de professor. Certamente, o deveria ser de Latim e Português, porque era um famoso latinista, e, quem sabe Latim é que sabe Português. Ora, um exemplar deste opúsculo foi, não sei porque bulas parar às mãos do meu saudoso amigo José Santana Crato, um homem que, apesar da nossa diferença de idades, exibia sempre um espírito tão jovem como os dos que com ele compartilhavam um trabalho de comunicação social, como foi o "Terra-Nostra", ou o "Notícias do Alentejo". Este último, sustentou-o ele com sangue, suor e lágrimas, até aos limites das suas forças económicas e, só assim, pôde afirmar-se o jornal, que maior número de anos de vida alcançou em Vila Viçosa, prestando-lhe inumeráveis e prestigiantes serviços que, sem a coragem, a abnegação e o espírito bairrista de Santana Crato, não teriam sido possíveis.

Um belo dia, eu era um jovem estudante de vinte e poucos anos, e ele, já maduro, na casa dos cinquenta anos, aparece-me com o livrinho onde escrevera, em diagonal, na capa, o seu nome e estendendo o braço, em gesto lento e pensado, ofereceu-mo, sem dizer qualquer palavra mas com o rosto sério e austero, próprio das grandes ou solenes ocasiões. Mesmo sem palavras, eu compreendi o que ele queria dizer. Era a passagem de testemunho! É que ele foi um grande amigo da sua terra e sabia a influência que a obra do Padre Espanca tinha sobre o meu espírito de calipolense! Como ele ficaria satisfeito se pudesse ler ou ouvir o que eu tenho dito e escrito sobre as coisas, pessoas e factos da nossa terra! Mandei encadernar o livrinho em carneira azul com letras douradas e, guardo-o, como uma das mais preciosas ofertas que em toda a minha vida recebi, em lugar cimeiro da minha biblioteca. Enquanto o preço da brochura do "Compêndio de Notícias de Vila Viçosa" se cifrava em 800rs. E mais 5 para o correio, o preço deste livrinho, assim chamava o Padre ao seu "Estudo sobre as Antas", era, apenas, 200rs. Com mais 10rs., para despesas de porte. Tinha feito, apenas, 200 exemplares a cuja composição se procedeu na sua tipografia particular, que era na sua própria casa. Naturalmente, seria também, ele, o compositor, cuja arte aprendera na oficina do Carvalho, do Redondo, que já lhe publicara o "Compêndio de Notícias de Vila Viçosa".

No entanto, a sua obra escrita não se esgota com as três publicações impressas já citadas. É mais vasta, alonga-se e dispersa-se por "várias revistas literárias". (Padre Alberto Gonçalves, p. 196-Al. V.V. 1909). Contam-se, ainda, um grosso volume de Sermões que legou ao Seminário de Évora (já vi noutro lugar que os legou à Biblioteca de Évora) e muitas músicas sacras, cerca de setenta e cinco.

Prosa, música e poesia foram as formas de expressão espiritual que usou para louvar a Natureza. Nos dois primeiros campos foi hábil e fértil. Quanto à poesia apenas conheço uma dedicada à Fonte das Lágrimas, em S. Francisco

Velho, primeira casa dos Capuchos, a oriente de Vila Viçosa (p. 197, Al. de V. Viçosa para 1909).

O estudo sobre as antas foi dedicado ao muito Reverendo Senhor Doutor Pedro Augusto Ferreira, Abade de Miragaia, distinto arqueólogo, auxiliar e continuador do Dicionário Portugal Antigo e Moderno, de Pinho Leal, que terminou após a morte daquele. É, ao Padre Espanca que deve ter cabido a tarefa de tratar, no dito dicionário, o vocábulo Vila Viçosa, pois Pinho Leal só teve tempo de vida suficiente para o deixar no nono volume, no vocábulo Viana do Castelo, o último que redigiu. De aí para diante, a tarefa ficou a cargo do Abade de Miragaia. E, no texto dessa dedicatória, vamos rebuscar apontamentos para a reconstituição da personalidade do nosso conterrâneo, oferecidos por ele próprio.

Não foi fácil, nem isenta de sacrifícios pesados, a vida quotidiana do Pároco da Vara de Vila Viçosa, mesmo antes de ser Prior de S. Bartolomeu. Não, dizia ele, queixando-se desalmadamente das obrigações que impendiam sobre os párocos e que se estendiam "das contínuas lidas do púlpito, do confessionário, dos socorros a enfermos, dos enterramentos, da escrituração dos livros paroquiais, do culto público, de comissões de interesse religioso e civil", não, não era fácil sem que, ao menos, tivesse um coadjutor que o aliviasse do peso de tamanha carga.

Todos estes trabalhos e ocupações lhe serviam para se desculpar, com inteira razão, das acusações de ignorância que alguns relapsos do catolicismo faziam ao clero, tão abundante no tempo, replicando que, o que lhes faltava, não era a cultura para escrever obras de mérito, mas, sim o tempo e os meios pecuniários para os dar à estampa.

O que alguns párocos faziam, e ele e o Abade de Miragaia contavam-se nesse número, era sacrificar ao estudo as horas de recreio.

Como todos os que não são escritores de ofício a tempo inteiro, segreda-nos como se comportava: "queimo à do candeeiro, em altas horas da noite, as minhas pestanas de míope; ninguém me vê em espectáculos públicos e passeios ociosos, chegando até a ser havido por insociável ou misantropo ...". "É só incorrendo n'est'outras incriminações que tenho podido escrever alguma coisa". "Ora isto não cabe nas forças de todos".

E, porque ambos, ele e o Abade de Miragaia, se irmanavam na semelhança dos sacrifícios com a mesma coragem e abnegação que lhes insuflava o amor das letras, por isso lhe dedicava o livrinho. Isto ocorria em 30 de Novembro de 1894, dois anos, apenas, antes de falecer.

O que pretende ele com a publicação do opúsculo sobre as antas? Apenas demonstrar com argumentos de peso, para a época, a opinião emitida, a p. 74 do Compêndio de Notícias de Vila Viçosa, tempos históricos facto que tinha deixado sem demonstração. Logo se propusera fazê-lo, mais tardiamente.

Nesse ínterim, reforçou os seus estudos sobre a matéria, imbuindo-se "nos modernos estudos arqueológicos-prehistóricos", e como era homem para quem

a verdade histórica era só uma, veio, finalmente, apresentar as definitivas conclusões que a sua meditação profunda tinha elaborado, e que eram fruto do estado da ciência sua conhecida, nessa época.

Embora de sentido pouco explícito, desejo arquivar, aqui, o juízo que dele fez o Professor Leite de Vasconcelos. Para este "o Padre Espanca não era propriamente um arqueólogo, era antiquário e curioso, mas instruído. A sua instrução, com respeito ao caso que nos interessa nos inícios nacionais da vila, pois dá uma tradução aceitável do foral do século XII, apesar de algumas faltas devido ao desconhecimento do de um ou outro raro termo usado pelos notários medievos [...], e sobretudo à leitura dos nossos cronistas e historiadores; Espanca não acompanhava o moderno espírito científico, antes [...] fugiu dele. Daqui resultou o usar de pouca crítica nos seus estudos e ser necessária certa circunspecção ao aproveitarem-se os materiais que coligiu". E continua Leite de Vasconcelos: "No entanto, devem ser tomados na devida conta de apreço e louvar os serviços por ele prestados em salvar do esquecimento monumentos lapidares e notícias históricas que laboriosamente buscou e recolheu". E acaba por prestar ao nosso ilustre monógrafo: "uma homenagem de saudade à memória de prestimoso antiquário, que tanto queria à história de Vila Viçosa e que, alguns bons serviços prestou à arqueologia geral do nosso País". (Enciclopédia Luso-Brasileira, p. 59, vol. 36, vocábulo V.Viçosa)

Este parecer mediocremente favorável ao Padre Espanca, debitado por Leite de Vasconcelos, tem de ser visto à luz de um desconhecimento completo que este tinha da globalidade da pujante obra de pesquisa histórica do Padre. Daí que, o juízo crítico, pouco favorável de Leite de Vasconcelos, diga apenas respeito à parte arqueológica. Também o termo antiquário, usado pelo mestre etnógrafo, não se pode tomar aqui à letra, no sentido em que, hoje, o aplicamos, qual seja o de avaliador ou comerciante de coisas antigas, mas sim, na acepção de cultor da História e da Arte Antiga, o que, de imediato, exclui a hipótese de se considerar pejorativo. Com efeito, antiquário era André de Resende, antiquário era o Padre Espanca, antiquário foi o próprio Leite de Vasconcelos, porque todos eles se interessaram, vivamente, com mais ou menos mérito, pelo Passado que amaram até à exaustão.

Não devo deixar de sublinhar a faceta etnográfica da sua intelectualidade, embora reconheça que é difícil integrar, num ensaio deste tipo em que se frisa o pensamento político do Padre Espanca, matéria respeitante à Etnografia ou à Música. Mas, verdade é que fazem parte da cultura e é, no quadro da Política de Cultura que cada governo adopta, que elas têm o seu lugar.

E, em boa verdade, nesse capítulo, o Padre foi um senhor. Usos e costumes, trajes das épocas, descrição de actos cívicos e religiosos, tudo o que servia para caracterizar o seu povo, os seus patrícios, foi devidamente tratado nos seus escritos e serviu de fonte para futuros investigadores.

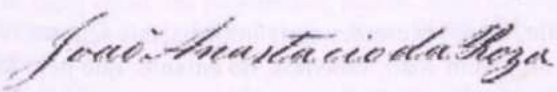
Acabo, assim, de cumprir para com os meus patrícios um dever, que, livremente, assumi: o de relembrar, a todos os títulos, a memória de um ilustre

calipolense. Mas, mais importante do que tudo isso, quero dizer-te, bom Padre, que o acto voluntário de enaltecer as tuas capacidades e virtudes que assim, mesmo com os parcos recursos de que a minha intelectualidade dispõe, o fiz por Amizade, por Reconhecimento e por Respeito pela tua valorosa obra e pela tua egrégia figura. Perdoa-me as faltas, as omissões e os involuntários erros.

Eu peço a Deus para que descanses em Paz.

JOÃO ANASTÁCIO DA ROSA
(Redondo, 1812 – Lisboa, 1884).
Grande Figura do Teatro Português

António Rei



1812 – dois séculos do seu nascimento – 2012

Callipole – Revista de Cultura n.º 20 – 2012, pp. 145-163

0 – Introdução

Não existe muita bibliografia sobre esta grande figura de ator do Teatro português, sendo até mesmo muito escassa, e repousa, essencialmente, num capítulo da obra autobiográfica de seu filho, e também ator, Augusto Rosa, *Recordações de Scena e fora de Scena*, e onde, no capítulo em causa, traça praticamente a biografia de seu pai.

Apesar da evidente carga emocional do discurso e de algumas pequenas imprecisões cronológicas, perfeitamente aceitáveis, justificáveis e, felizmente, corrigíveis, foi nele que se baseou o artigo da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, e também aí foi longamente beber, o longo artigo de José Lino Carracho, publicado no periódico eborense "*Democracia do Sul*" de 17 de Setembro de 1933, em n.º especial dedicado a Redondo.

Ambos os trabalhos são por nós referidos propriamente no aparato crítico deste nosso texto, o qual também não pôde passar sem que a obra de Augusto Rosa tivesse também sido objeto de consulta.

* * *

1 – Origem familiar

Em época em que o primeiro documento que referia a existência de um indivíduo era o assento de batismo, o facto de não se constatar o assento de João Anastácio da Rosa nos registos da Paróquia de Redondo, coloca-nos perante a possibilidade de tenha sido batizado noutro lugar. Tal circunstância impede-nos de afirmar, com certeza, a data exata do seu nascimento, ou seja o dia e o mês respetivos. Sabemos apenas que 1812 foi o ano do seu nascimento.

Assim, naquele ano de 1812, em plena ressaca pós-napoleónica, nasceu na Vila de Redondo, um menino a quem puseram o nome de João Anastácio. Nome de família, já fora o nome do seu bisavô paterno pela estrita varonia, ou seja, o avô de seu pai e pai de seu avô.

Era aquele menino filho de legítimo matrimónio do Capitão-Mor de Ordenanças de Redondo, José Manuel da Rosa Munhoz, e de sua Esposa, D. Marina do Carmo[1].

Não havendo, até ao presente, mais informações seguras relacionadas com o lado materno do jovem João, sabemos, no entanto, que pelo lado paterno descendia da Família dos Rosa Munhoz[2], uma das principais famílias de Redondo

[1] José Lino, CARRACHO, "João Anastácio Rosa", in *Democracia do Sul* (Évora), 17 / 09 / 1933, pp. 10-11, p. 10.

[2] A presença dos Rosa Munhoz, ou, mais exatamente, dos Rosa, em Redondo remonta a

de então, a qual entre cerca de 1750 e 1830, sempre teve alguns dos seus membros presentes nas Vereações Camarárias; nas Mesas da Santa Casa de Misericórdia, mesmo na Provedoria; e nos mais altos postos das Ordenanças[3].

Para não nos alongarmos retrospetivamente muito no tempo, bastará dizer que o pai de João Anastácio, José Manuel da Rosa Munhoz, e o seu avô paterno Joaquim José da Rosa Seda Rocha, tinham sido membros de várias Vereação, Provedores da Santa Casa de Misericórdia, e tinham também percorrido o *cursus honorum* das Ordenanças, tendo sido Capitães de Ordenanças, mais tarde Sargentos-Mores e por último, Capitães-Mores. O seu bisavô e homónimo, João Anastácio da Rosa Munhoz, ou, talvez mais exatamente, o Dr. João Anastácio da Rosa Munhoz, formara-se em Leis, fora membro de várias Vereações Camarárias mesmo até ao ano do seu falecimento, em 1807, e nas Ordenanças chegara a Sargento-Mor, algo aquém de seu filho e de seu neto. Fora ainda, e neste ponto perfeitamente ímpar entre os seus, *Cavaleiro da Ordem de Cristo*.[4]

Um outro parentesco então muito prestigiante para a família Rosa Munhoz vinha-lhe de muito recente data, e devia-se a que uma tia-bisavó do pequeno João, de seu nome Dona Antónia Luciana Galego ou Galega[5], pessoa de posses e gran-

---

1519, quando um Cristóvão da Rosa veio para esta terra, tendo sido nomeado escrivão das sisas (www.ttonline.pt/PT-TT-CC/2/83/12) e aqui acabou radicando-se e deixando descendência. O "da Rosa" onomástico remete para a origem daquele Cristóvão, precisamente em Flor da Rosa. Família com lenta, mas firme, ascensão social, só a partir de meados do século XVII se constatam alguns elementos nas Mesas da Santa Casa de Misericórdia, ainda que de forma pontual e esparsa. Coincidirá, *grosso modo*, com o período do reinado de D. José I até à Guerra Civil, a época de dominância social desta família. Curiosamente após 1834 não mais aparecem em lugares de destaque. Foi no século XVII, mercê de casamento com senhora de origem espanhola, que o apelido Munhoz passou a integrar o designativo familiar. A documentação coeva apresenta aquele apelido grafado de inúmeras formas, algumas até do punho dos próprios membros da família (Munhos/z, Monhos/z, Manhos/z, Menhos/z, Minhos/z, com terminação em "s" ou em "z", e não acentuadas). Algumas daquelas formas perduraram em descendentes até ao século XX, senão até à atualidade. (Notas Genealógicas do Autor; da *Santa Casa da Misericórdia de Redondo*, Sítio Internet: "Lista de Provedores"; e Nuno BORREGO, *As Ordenanças e a Milícia em Portugal. Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Guarda-Mor, 2006, *sub voce* "Redondo").

[3] Arquivo Municipal de Redondo, *Livro de Atas de Vereações da Câmara, 1754-1758* (s/cota, papel encad. em pergaminho), *passim* e *Livro de Atas de Vereações da Câmara, 1801-1811* (s/cota, papel encad. em pergaminho), *passim*; *Santa Casa da Misericórdia de Redondo*, Sítio Internet: "Lista de Provedores"; e Nuno BORREGO, *As Ordenanças e a Milícia em Portugal.*

[4] Nuno BORREGO, *As Ordenanças e a Milícia em Portugal. Subsídios para o seu estudo*; e Teresa FONSECA, Bernardino Manuel da Costa Lima e a "Memória acerca da Vila de Redondo", Lisboa / Évora, Ed. Colibri / CIDEHUS, 2005, pp. 36-38.

[5] Dona Antónia Luciana Galego era irmã de Dona Isabel Angélica de Pina Galego, primeira esposa do Dr. João Anastácio da Rosa Munhoz, mãe de Joaquim José da Rosa Seda, avó de José Manuel e bisavó do pequeno João Anastácio, de que estamos tratando. A mãe daquelas Senhoras, D. Maria Eugénia Cândida, natural de S. Marcos do Campo, então concelho

de generosidade, deixara em testamento um substancial legado ao Recolhimento de Meninas Órfãs, anexo ao Convento de N.ª Sr.ª da Saúde, da Vila de Redondo, e se fizera sepultar, em 1809, no espaço da Igreja daquele mesmo Convento[6].

A importância e o impacto social daquele legado foi de tal ordem, que o sobrinho-neto daquela senhora, o pai do pequeno João Anastácio, durante algum tempo alterou na sua assinatura o conjunto de apelidos de "Rosa Munhoz" para "Rosa Galego" ou "Rosa Munhoz Galego"[7], passando a identificar-se, desta forma, como mais um dos membros da Família Galego ou Pina Galego, que tão honrada e exaltada fora através do ato de desapego e de generosidade daquela tia, Dona Antónia Luciana.

A Família dos Rosa Munhoz e a Família dos Fallé Ramalho foram, durante aquele período, as duas mais importantes e intervenientes famílias nos destinos das terras redondenses, repartindo entre si os principais cargos locais da *res publica*.

Por estratégia, eventualmente concertada entre ambas as famílias, durante aquele período de mais de três quartos de século (se não mesmo vinda mais de trás), não se constatam casamentos entre as linhas principais daquelas duas famílias, porventura mercê da existência de vínculos inerentes a cada uma (os Falé Ramalho eram administradores de morgadio) e que, em função da respetiva instituição, lhes caberia preservar. Mas, curiosamente, constatam-se, no entanto, e no mesmo período, apadrinhamentos de crianças de uma família na outra, e vice-versa. Assim, não existindo um parentesco biológico entre eles, ficariam no entanto ambas as famílias vinculadas através de um género de parentesco espiritual; o qual, ainda assim, deixava em aberto, ao menos em teoria, a existência de algumas obrigações sociais inerentes, entre padrinhos e afilhados[8].

2 – Infância e adolescência, em Redondo (1812-1828)

João Anastácio, filho de uma das famílias "principais" de Redondo de então, estava destinado, por seus pais, à carreira eclesiástica. Mas cedo o petiz começou a dar mostras das qualidades que trazia em si e que o conduziriam numa outra direção, que não os meandros da Igreja.

---

de Monsaraz, e esposa de José de Pina Galego, Sargento-Mor de Ordenanças de Terena, será, sem cabal confirmação ainda, quem faz a articulação genealógica com a família dos Viscondes e Condes de Monsaraz (Notas Genealógicas do Autor, e www.ttonline.pt/PT-TT-TSO/CG/A/8/2/2624). (V. infra ANEXOS).

[6] Teresa FONSECA, *Bernardino Manuel da Costa Lima e a "Memória acerca da vila do Redondo"*, pp. 124-125.

[7] Ver assinaturas do mesmo José Manuel da Rosa Munhoz como padrinho em alguns casamentos, e em que usou "Rosa Galego" ou "Rosa Munhos Galego", em vez de apenas "Rosa Munhos", a qual mais tarde recuperou. (V. ADEVR, *Assentos Paroquiais, Redondo, Matriz (N.ª Sr.ª da Anunciação)*, Casamentos, Livro 27, Cx 6, (1791-1813).

[8] Constata-se aquela realidade percorrendo os Assentos Paroquiais de Batismo, de Nossa Senhora da Anunciação (Matriz de Redondo), relativos ao período em causa (in ADEVR, Évora).

Detentor de uma enorme curiosidade, não se ficava apenas pelos conhecimentos teóricos, querendo por em prática o que ia aprendendo. Com grande imaginação e muito jeito de mãos, costumava, desde menino, recolher-se algures no sótão da casa de seus pais, e aí desenhar, pintar e consertar brinquedos[9].

Os seus restauros de peças tornaram-se conhecidos. Mas por ser um miúdo de cerca de doze anos e ninguém achar que deveria retribuir-lhe aquele esforço, que era entendido como tratando-se de um "entretém do menino", acabou deixando de aceitar as encomendas que lhe eram propostas.

Chegaram ainda seus pais a ponderar a hipótese de que João Anastácio fosse cursar Medicina. Mas o que o atraía era algo diferente.

Já com cerca de dezasseis anos, em 1828, passou em Redondo e aí se demorou algum tempo, um pintor espanhol que se tornou um 'mestre' para o jovem João, que assim apurava a sua apetência natural para o desenho e para a pintura. O espanhol não apenas lhe ensinou o que sabia, como, para treino, o deixava copiar alguns dos seus trabalhos. E notando a qualidade e perfeição das cópias que o jovem fizera, o pintor acabou convencendo os pais do jovem de que seria pela pintura que passaria o futuro de João Anastácio[10].

3 – Juventude, Guerra Civil e Lisboa (1828-1847)

Consequentemente, o jovem João partiu para Lisboa, onde começou a frequentar o Curso de Desenho na antiga Aula Régia, sita no Tesouro Velho.

O diretor da Escola de Belas Artes, General Raposo, ao constatar os dotes do jovem alentejano, mandou-o praticar sob a orientação pintor João da Cunha Taborda, o qual dirigia então os trabalhos artísticos que eram levados a cabo no Palácio da Ajuda, e que tinham sido ordenados durante o governo do rei D. Miguel[11].

Entretanto nessa época a sociedade portuguesa encontrava-se nas vésperas de um período convulsivo e dramático que foi o da guerra civil entre legitimistas e liberais, cujos antagonismos vinham em crescendo, após a morte de D. João VI, ocorrida em 1826.

---

[9] «*Meu pai, emquanto estudava o latim, entretinha-se nas horas de ócio a rabiscar com o lápis, que lhe servia para tirar os significados do Eutropio, retratos dos condiscipulos, das pessoas que frequentavam a casa, assim como vistas da terra. Apesar de ser tudo isto rudimentarmente feito, denotava em todo o caso manifesta tendência para o desenho.*» (in Augusto ROSA, *Recordações de Scena e de Fora de Scena,* Lisboa, Liv.ª Ferreira Eds., [1915], p. 56).

[10] Augusto ROSA, *Recordações de Scena e de Fora de Scena,ibidem*; e José Lino CARRACHO, "João Anastácio Rosa", in *Democracia do Sul* (Évora), 17 / 09 / 1933, pp. 10-11. A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (*GEPB*), vol. 26, p. 220, refere a mesma presença do pintor espanhol em Redondo, mas certamente por lapso aparece datada de "1818", impossível atendendo à idade que João Anastácio teria então.

[11] Augusto ROSA, *Recordações de Scena e de Fora de Scena,ibidem*; e, José Lino CARRACHO, "João Anastácio Rosa", *ibidem*.

Em consequência das alterações sociais que se produziram após a chegada ao poder do rei D. Miguel, o ex-Bispo de Coimbra, D. Frei Francisco de S. Luís (que também ficou conhecido como "Cardeal Saraiva", por ter sido, no final da vida Cardeal-Patriarca de Lisboa), foi socialmente penalizado. Este prelado tinha já um expressivo curriculum de liberal convicto, que o levara a ter sido um dos membros da *Junta Provisional do Supremo Governo do Reino*, saída da Revolução liberal do Porto de 24 de Agosto de 1820; e de, mais tarde, ter ainda sido Membro do Conselho de Regência nomeado pelas Cortes Constituintes, em 26 de Janeiro de 1821.

Mas devido ao facto de se tratar de um Bispo, não foi preso; foi antes colocado, no que hoje chamaríamos em "prisão domiciliária", com residência fixa e obrigatória no Convento de S. Paulo da Serra d'Ossa, onde esteve entre os anos de 1828 e de 1834[12].

A longa permanência daquele prelado no referido Convento, a qual deveria ser isenta de qualquer contacto social, foi, no entanto, amenizada, entre outras coisas, pelas visitas que José Manuel da Rosa Munhoz lhe fazia com alguma regularidade. O facto de este ter deixado de ser Capitão-Mor em 1829 ou 30[13], talvez nos indicie uma possível simpatia deste pela causa liberal, eventualmente por influência do contacto com o ex-Bispo de Coimbra. Também o jovem João Anastácio optou pelos liberais, tendo-se alistado no 5.º Batalhão Móvel, tendo já, no final da guerra, atingido o posto de sargento[14].

De qualquer forma entre aqueles dois homens, Frei Francisco e José Manuel da Rosa, estabeleceu-se uma amizade que o eclesiástico, apesar de ter voltado, depois de 1834, para a capital, jamais esqueceu. E esta amizade acabou por vir a ser de importância durante a fase de integração de João Anastácio em Lisboa, no pós-1834, tendo D. Frei Francisco tomado a função de protetor do jovem redondense[15].

---

[12] Sobre Frei Francisco de S. Luís Saraiva ou Cardeal Saraiva, como também ficou conhecido, v. Luís A. de Oliveira RAMOS, *O Cardeal Saraiva*, Porto, 1972; António FERREIRA, *O Cardeal Saraiva (Um Grande Limiano)*, Porto, 1984; e Marquês de RESENDE, *Memória Histórica de Frei Francisco de São Luís*, Lisboa, 1864; v. ainda A. M. de Barros CARDOSO, "O Cardeal Saraiva e os Livros Interditos", *Revista da Faculdade de Letras* (Lisboa), 1997, pp. 329-363. Para uma rápida consulta dos principais momentos da vida deste prelado liberal e maçon, v. ainda *wikipédia*: "D. Frei Francisco de S. Luís Saraiva" (consultada em 10/04/2012). O facto de o prelado ter estado aquele longo período no Convento da Serra d'Ossa e ter criado amizade à terra e às gentes, e em especial aos Rosa Munhoz, levou Augusto Rosa, filho de João Anastácio da Rosa, a designar o cardeal de "patrício" (*[...] recomendando-o ao seu patricio e amigo dr. Francisco de S. Luiz, Cardeal de Lisboa [...]*) v. Augusto ROSA, *Recordações de Scena e de Fora de Scena, ibid.*), como se ele fosse natural do Alentejo, facto que se sabe não ser assim, pois D. Frei Francisco era de facto minhoto, de Ponte de Lima.

[13] Em 1830 já é Capitão-Mor Francisco Fallé Ramalho (Nuno BORREGO, *As Ordenanças e a Milícia em Portugal, ibidem*).

[14] Augusto ROSA, *ob. cit., ibidem*; e José Lino CARRACHO, "João Anastácio Rosa", *ibidem*.

[15] Augusto ROSA, *ob.cit.*, p. 56. V. ainda supra n.º 12.

A amizade e proximidade que se manteve entre o prelado e o jovem João Anastácio, até ao fim da vida daquele eclesiástico, permitiu ao jovem redondense produzir uma gravura daquele, quando já Cardeal Patriarca, em roupa de Cardeal e ostentando a Grã-Cruz da Ordem de Cristo. A gravura tem a identificação do autor: "Roza Actor do Theatro Nacional", mas apresenta, também, a assinatura do próprio Patriarca de Lisboa[16].

Também durante este período que mediou entre a Guerra Civil e a sua entrada definitiva para o Teatro, João Anastácio veio a casar com D. Adelaide Vidoeira, irmã do escritor Pedro Vidoeira. Deste enlace nasceram dois outros grandes atores, João Rosa e Augusto Rosa[17]. Viveram períodos de algumas dificuldades económicas, pois os seus proventos eram apenas os resultantes dos pagamentos de retratos que João Anastácio desenhava.

O facto de se ter tornado um retratista e pintor com algum renome, acabou por o aproximar das gentes do teatro, a quem sempre estava fazendo falta alguém que fizesse ou retocasse os cenários.

4 – Finalmente ... o Teatro! (1834-1844)

Entusiasmado e atraído pela arte dramática em si mesma, João Anastácio resolveu entrar para o Teatro da Rua dos Condes, então sob a direção do francês Émile Doux.

Era a principal "escola" de teatro de então, que devia a sua origem à iniciativa e dinamismo de Almeida Garrett, o qual deixara a mesma escola à responsabilidade daquele Émile Doux[18].

O francês reconheceu com facilidade qualidades dramáticas em João Anastácio, e este estreou-se pouco depois, na peça "O Estudante de S. Ciro". A maneira como desempenhou o papel de "tirano", levou Doux a começar a entregar-lhe todos os papéis dos "tiranos", no qual João Anastácio acabou por se especializar, nesta primeira fase da sua carreira de ator dramático[19].

---

[16] Gravura "*Francisco Cardeal Patriarcha*", de João Anastácio ROSA, Litografia de Manuel Luís da Costa; 1835 (data que deverá ser corrigida para 1845, quando de facto aquele prelado se tornou Cardeal), PURL 931, in *bnd (Biblioteca Nacional Digital)*. Augusto Rosa fala dessa mesma litografia do Cardeal ([...] *dr. Francisco de S. Luiz, Cardeal de Lisboa, de quem mais tarde meu pai fez o retrato litografado.*[...]) (in A. ROSA, *ob.cit.*, p. 56).

[17] Para João Rosa (Lisboa, 1843- id.,1910), v. *GEPB*, vol. 26, pp. 219-220; Para Augusto Rosa (Lisboa, 1852- id.,1918), *GEPB*, vol.26, pp. 217-218 e a sua autobiografia que está sendo citada neste trabalho, *Recordações de Scena e fora de Scena*, publicada em 1915.

[18] José Lino CARRACHO, "João Anastácio Rosa", p.10.

[19] Augusto ROSA, *Recordações de Scena e de Fora de Scena, ibidem*; e José Lino CARRACHO, "João Anastácio Rosa", *ibidem*.

Celebrizou-se, nesta primeira fase, em peças como "*Valido d'El-Rei*", "*O Homem da Máscara Negra*", "*A Pobre das Ruínas*" e "*Adelina d'Ormilly*".

Mas o desgaste físico que tais papéis lhe provocavam, principalmente ao nível da voz, pois tinha que a elevar acentuadamente, levou-o a contrair uma doença na laringe, de que acabou tendo que ir tratar-se a França, às termas de Cauterets, e obrigando-o a ter que fazer uma interrupção entre os anos de 1838 e 1844[20].

Foi durante esta primeira estadia de João Anastácio Rosa em França que o ator encetou relacionamento de amizade com dois outros portugueses, então famosos em Paris. Um era o grande florista Constantino, transmontano de nascimento, mas que tinha feito a sua reputação mundial em Paris. Era o florista preferido da rainha Vitória de Inglaterra.

E o outro, neste caso a outra pois é de uma portuguesa que se trata, era a cantora conhecida como *Madame Nilo*[21].

A amizade com Constantino perdurou e este fez sempre questão de albergar o seu amigo quando este tinha que se deslocar à "Cidade-Luz".

5 – A caminho da maturidade (1844-1853)

No regresso desta estadia em França João Anastácio começou a modificar completamente os seus processos de criação artística dos personagens.

Começou a criar uma individualidade diferente em cada personagem que representava, e tão depressa fazia vibrar uma nota sentimental que levava às lágrimas em peças como o "*Frei Luís de Sousa*", n' "*O Alfageme de Santarém*", em "*Mistérios de Paris*", ou no "*Maestro Favila*", ou ainda em "*Dalila e o Cego*"; como, pelo contrário, conseguia suscitar o riso do público, por vezes às gargalhadas, em "*O Duende*", n' "*O Livro Negro*", n' "*O Primo e o Relicário*" e n' "*O Morgado de Fafe*".[22]

Durante este período firmou definitivamente os seus créditos de artista de primeiro plano, de entre todos os que representavam no novíssimo Teatro Nacional "D. Maria II", que fora entretanto inaugurado a 13 de Abril de 1846, durante as celebrações do 27.º aniversário daquela Rainha. Em consequência daquela condição de artista principal, obteve do Governo, em 1853, por intervenção do então Ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, uma autorização para ir a Paris estudar na *Comédie Française* os grandes autores e contactar os principais artistas da França.

Previamente convidado, João Anastácio hospedou-se em Paris em casa do seu amigo, o florista Constantino, tendo o ator redondense permanecido em Paris entre 1854 e 1855.

---

[20] A. ROSA, *ob. cit.*, p. 62; José Lino CARRACHO, *ibidem*; *GEPB*, vol. 26, p. 220.

[21] José Lino CARRACHO, "João Anastácio Rosa", *ibidem*.

[22] A. ROSA, *ob. cit.*, p. 62.

Durante essa estadia, João Anastácio numa das suas idas à chamada "Casa de Molière", a *Comédie Française*, declamou, em português, no «foyer» do teatro, diante dos membros societários, um trecho do *Auto de Gil Vicente*, de Garrett, que fora previamente traduzido em francês, para melhor entendimento dos artistas. O seu desempenho foi tão magnífico, que obteve um notável acolhimento que lhe foi dispensado pelos artistas presentes, tendo aquela representação mesmo justificado que o grande mestre Samson tivesse dirigido a João Anastácio, posteriormente, uma longa carta[23].

Quando, anos depois, em 1857, o mesmo florista Constantino, seu anfitrião de sempre em Paris, veio a Lisboa, João Anastácio da Rosa foi o promotor de um banquete em sua honra, ao qual assistiramos vultos mais destacados da sociedade portuguesa de então. No final do jantar foi distribuído a todos os convivas um retrato do famoso florista, feito por João Anastácio da Rosa[24].

Na altura de uma outra viagem a França, de João Anastácio, no ano de 1862,o seu amigo Constantino já estava além de famoso, bastante rico e vivia com grande luxo, perto de Dax. Convidou novamente João Anastácio por carta, para que fosse visitá-lo e para que se hospedasse em sua casa.

A pressa que o ator tinha emregressar a Lisboa forçou-o a fazer-lhe apenas uma visita. No entanto, para honrar a, ainda que meteórica, visita, Constantino, estreou nesse dia um lindo «coupé» forrado de cetim branco, que foi buscar e levar João Anastácio à gare de Dax[25].

6 – Plenitude Artística (1862-1867)

No natural seguimento e em consequência desta sua viagem a Paris, a evolução ocorrida nos processos criativos que João Anastácio já então levava a cabo, aperfeiçoaram-se ainda mais, dando passo ao período de apogeu, em que surgiram as grandes criações do artista.

Apesar de ter sido formado na escola romântica, soube romper com as velhas tradições de convencionalismo, moldando o gesto e a dicção pelos processos naturalistas.

O seu talento para a pintura (que nunca abandonara, nem abandonou) e para o teatro fundiram-se, e ele tornou-se além de ator, também cenógrafo e caracterizador. A responsabilidade dos cenários, dos guarda-roupas e das caracterizações dos atores passaram a ser também suas.

Toda essa exuberância e perfeccionismo criativos deram origem a grandes produções teatrais, como "*Rei e Duque*", "*Flores e frutos*", "*Marquês de la*

---

[23] V. ANEXOS infra.

[24] É a partir da datação dessa gravura, de que existe um exemplar na BNP, de "1857", que situamos a vinda de Constantino a Lisboa.

[25] A. ROSA, *ob. cit.*, pp. 62-63.

Seiglière", "*Fidalgo pobre*", "*Fidalgos de Bois-Doré*", "*Pobreza envergonhada*", "*Ricardo III*" e "*Jóias de família*"[26].

A sua procura da perfeição no aspeto da recriação de uma figura histórica era tanto que descia às minudências mais pequenas, ou pelo menos às que geralmente passam desapercebidas do grande público.

Por exemplo, na peça "*A Profecia ou a Queda de Jerusalém*"ele desempenhava o papel do imperador Tito, e como vira em livros que tratavam dos costumes romanos que os Césares e os patrícios, em sinal de distinção das suas classes privilegiadas, caminhavam com os pés sempre direitos, João Anastácio assim desempenhou a personagem, embora o publico não desse tino de semelhante minúcia de verdade histórica.

Para esta mesma "*Profecia*", foi ele ainda encarregado pela Sociedade de Artistas (de que ele mesmo fazia parte), de compor os figurinos e confecionar os trajes, desenhar os adereços e fazê-los executar. Podendo, para tal, mandar vir de Paris o que se não pudesse obter em Portugal.

A execução de tudo foi tão perfeita e o espetáculo tão extraordinário e esteve durante tanto tempo em cartaz, que veio gente de todas as partes do país à capital, para poder ver este espetáculo. Foi um verdadeiro êxito.

Foi ainda o responsável pelos guarda-roupas das peças "*Templo de Salomão*", o "*Alcaide de Faro*" e a "*Judith*". Nesta última tragedia o traje de Holofernes era uma verdadeira maravilha de riqueza e rigor de época[27].

Tendo conseguido admiração entre a classe política, independentemente do partido no poder, conseguiu, em 1864, estando ele bastante enfraquecido para poder continuar ativamente nos trabalhos do teatro, que lhe deferissem satisfatoriamente um requerimento em que solicitava ao governo uma licença de um ano para tratar da sua saúde. Ficou recebendo metade dos vencimentos, sem perda dos direitos adquiridos para a reforma, e podendo, ao mesmo tempo, representar algumas vezes fora de Lisboa, para prover às despesasdo seu tratamento. Tudo isto lhe foi concedido, pelo então ministro do Reino, Conselheiro Anselmo José Braamcamp[28].

Artista na mais ampla aceção da palavra, João Anastácio conhecia muitas disciplinas artísticas e, não tendo nunca esquecido os seus estudos na escola da Ajuda, sabia conciliar as suas obrigações enquanto ator de teatro com os trabalhos de desenhador, pintor e escultor.

Destas variadas aptidões, são testemunho, entre outros, e porque talvez o mais conhecido, o busto de Almeida Garrett que se encontra, ainda hoje, no

---

[26] Nesta última peça a caracterização era de tal forma perfeita, que uma noite o grande ator Taborda, representando "O Amor Londrino", um dos seus melhores papéis, e achando alguém que ele estava muito bem caracterizado, respondeu modestamente, referindo-se a João Anastácio Rosa: "*É cópia do mestre*" (A. ROSA, *ob. cit.*, p. 66).

[27] A. ROSA, *ob.cit.*, pp. 65-67.

[28] IDEM, *ibidem*, p. 67.

«foyer» do Teatro Nacional D. Maria II, e que foi classificado, em concurso público, com um primeiro lugar[29]. E executou também um medalhão em homenagem ao grande trágico Rossi.

Fez ainda estudos para um busto do ator Epifânio Gonçalves, que não chegou a ser executado por terem faltado à comissão promotora os recursos para que o mesmo tivesse chegado a ser terminado[30].

7 – Consagrações

Dos seus quadros a óleo, alguns foram apreciados por outros pintores, entre os quais o grande mestre Columbano (que era grande admirador de João Anastácio) e foram entendidos como tratando-se de verdadeiras obras de arte.

Por estes seus trabalhos foi nomeado *Académico de Méritoda Real Academia de Belas-Artes*. Fez também retratos a lápis e retratos litografados de artistas notáveis e homens conhecidos do seu tempo. E de sua autoria ficaram também coleções de figurinos e espirituosíssimas caricaturas de várias personalidades da época[31].

O seu poder de empatia com o público era tão forte, que numa noite em que era representado, pela primeira vez no teatro de D. Maria, em récita de gala, o "Auto de Gil Vicente", em que João Anastácio fazia o protagonista, aconteceu o inesperado.Apesar de a etiqueta não permitir que se aplaudisse durante o espetáculo, o público rompeu numa enorme ovação, justamente quando era representada a mesma cena que João Anastácio apresentara em Paris no «foyer» da *Comédie Française*. (68)

Noutra noite dava-se a estreia da tradução do drama "*Mangeur de fer*", que tinha o título de "*Diana de Auberteuil*". A peça era uma maçada e já tudo bocejava, quando, no 4.° ato, João Anastácio, que representava um fidalgo perdulário, mas brioso, era acusado de ter subtraído as joias de sua mulher. Fulminado pela afronta recebida, voltava-se para o retrato dela, fitando-o convulsivamente, como que a reclamar o testemunho da sua inocência.

---

[29] Levou a cabo esta obra depois de se ter reformado de ator, após a sua elevação a *Cavaleiro da Ordem de Sant'Iago*, das mãos do rei D. Luiz I, em 11 de junho de 1867 (v. infra). O facto de o busto de Garrett estar assinado e datado permite a sua fácil inserção na trajetória vital de João Anastácio da Rosa: «*J. A. Roza, actor do Theatro de D. M. 2.ª fez // 9 de 9bro de 1868*», informação inédita, nem referida por Augusto Rosa, e que eu constatei diretamente *in loco*.

[30] A. ROSA, *ob.cit.*, p. 67.

[31] A. ROSA, *ob. cit.*, p. 68. De João Anastácio da Rosa existem na *Biblioteca Nacional*, e estão digitalizados (v. *bnd*), ao menos seis litografias: além da do Cardeal Saraiva e da do florista Constantino, existem mais quatro: uma do ator de Epifânio Aniceto Gonçalves; outra do cirurgião João José Pereira; outra da atriz Carlota Talassi; e ainda uma paisagem, de Olinda de Pernambuco, a qual presumimos que a terá feito a partir de alguma outra imagem, pois não consta que tivesse ido ao Brasil.

A elevação dos melindres ofendidos foi tão grande, naquele gesto de nobre altivez, foi tão intenso o sentimento de dignidade nas lagrimas daquela dor, que todo o público se ergueu, numa loucura de aplausos, para saudar o ator que num lampejo de inspiração o tinha feito esquecer do nenhum valor da peça.

Em 11 de junho de 1867 teve J. A. Rosa um benefício, no qual representou "*O Alfageme de Santarém*".

O rei D. Luiz I, que esteve presente, chamou-o ao camarote real, e entregando-lhe a insígnia do hábito de *Cavaleiro da Ordem de Sant'Iago*, disse-lhe: "*Escolhi a noite da sua festa para dar esta prova de distinção ao seu talento*", e ao qual o ator retorquiu: "*Procurei iniciar-me sempre nos segredos da minha arte e ser um homem de bem*"[32].

8 – Ainda inventor, empresário e pesquisador(1867-1880)

Quando por falta de saúde João Anastácio já se encontrava retirado dos placos, e já só representava de vez em quando, precisando ocupar o seu espirito imaginativo, acabou por se tornar industrial.

Começou a tentar explorar uma sua descoberta de um processo de impermeabilização de botas e couros, descoberta a que ele fazia os maiores elogios, chegando a meter os pés nas valetas dos passeios em dias de chuva, quando conversava com algum amigo, a fim de mostrar as vantagens da sua descoberta.

Para divulgar e procurar expandir a sua ideia e o seu negócio, montou em Lisboa um luxuoso armazém de calçado. Tirou licenças de comercialização em grande número de países europeus, e procurou exportar os seus produtos acabados; e também a possibilidade de vender para o estrangeiro os direitos da sua descoberta, a qual chegou a ser premiada na Exposição de Paris de 1878. Porém, a exploração desta empresa, a que João Anastácio da Rosa associara alguns dos seus amigos, não passou duma tentativa, mas que não teve expansão, nem em Portugal, nem no estrangeiro[33].

Também se dedicou a estudos de frenologia, estudando nas cabeças dos amigos as bossas mais ou menos salientes, para julgar das suas qualidades intelectuais e morais. Chegou mesmo a fazer em gesso uma cabeça frenológica. A medicina atraía-o igualmente e depois de ter sido alopata, lançara-se com entusiasmo no estudo da homeopatia.

Discutia com os médicos as vantagens deste sistema e tinha sempre á mão um remédio para administrar ao primeiro queixoso que se lhe deparasse[34].

---

[32] A. ROSA, *ob.cit.*, p. 69.

[33] IDEM, *ibidem*, p. 73.

[34] *Ibidem.*

A doença que lhe foi minando a saúde, nunca conseguiu, apesar de tudo, apagar-lhe o bom humor, e grupo onde ele aparecesse chamava a atenção pela alegria. Era ele contando as suas intermináveis anedotas, umas verdadeiras, outras improvisadas, mas todas cheias de graça esfusiante. Fora do teatro desconhecia o que era a pontualidade, nem sabia para que serviam os relógios.

Quando a doença começou a apoderar-se dele, era no convívio dos amigos que se sentia bem e que esquecia o mal. Frequentava, sempre que podia, os ensaios das peças em que seus filhos, João e Augusto Rosa, também notáveis atores participavam para lhes dirigir os trabalhos com o seu conselho. A sua chegada ao palco era logo unanimemente saudada, ouvindo-se «Ora viva o pai Rosa!» que era como ultimamente lhe chamavam, para o diferençar dos filhos.

Era visita frequente também em muito ateliers de pintores seus amigos, dando um conselho a um, um parecer a outro, sendo ouvido por todos com o maior respeito, e aceitando alguns, muitas vezes, as opiniões que ele apresentava.

E tanta admiração lhe tinham, que, numa das suas festas artísticas, o escultor Victor Bastos, autor do monumento a Camões, lhe ofereceu um lindo medalhão que fizera e que foi por todos os artistas, seus amigos, dedicado e assinado.

A sua ilustração era variadíssima podendo discorrer e discutir com os homens mais notáveis, entre os quais Almeida Garrett, José Estêvão, Mendes Leal, Joaquim da Costa Cascais, Felner, Francisco Palha e muitos outros, as questões mais complexas. Era um verdadeiro homem de sociedade, possuindo uma rara e distinta elegância[35].

Foi amigo íntimo do pintor Tomás José d'Anunciação[36].

Grande conhecedor de quadros antigos, numerosas telas comprou e vendeu. Nas Galerias Daupias existiam quadros que tinham sido comprados a João Anastácio da Rosa, assim como na Galeria do Paço da Ajuda. Mesmo o Museu das Janelas Verdes, atual Museu Nacional de Arte Antiga, possui talvez o melhor quadro de Sequeira, que o mesmo Museu adquirira a João Anastácio da Rosa[37].

Em Paris não vendeu a sua coleção de quadros por uma soma bastante avultada, porque achava sempre pequenas as quantias que lhe ofereciam por certas telas que tinha em grande estimação.Uma dessas telas intitulada *Téstament d'Eudamidas* pintada por Poussin, e autenticada por vários peritos de Paris, lá se perdeu, porque sendo de demasiada boa-fé não se preveniu com os documentos precisos para que lha entregassem, quando a reclamasse. E assim se sumiu a pequena tela, pela qual já tinham oferecido vinte cinco mil francos[38]!

---

[35] A. ROSA, *ob.cit.*, p. 74.

[36] José Lino CARRACHO, *ob. cit.*, p. 11.

[37] A. ROSA, *ob.cit.*, p. 74.

[38] A. ROSA, *ob.cit.*, pp. 74-75.

O ocaso do homem e do artista (1880-1884)

Nos últimos anos que precederam a sua morte, apoderara-se dele uma certa obsessão pelo espiritismo. Seria também mais uma forma para ocupar e entreter a sua ativa imaginação.

Privado das sensações do palco, tornara-se-lhe consoladora a ideia de conviver com os espíritos dos que tinham sido célebres, ou dos que lhe tinham sido caros em vida. Os nomes que mais invocava eram os de seus pais, o de Tasso, de Epifânio, o de Hannemann e de Rafael Sanzio.

O seu falecimento, que sucedeu a 14 de dezembro de 1884, foi motivo de luto para o teatro português.

O seu funeral foi, pois, uma manifestação de pesar a que ninguém faltou, desde as mais altas personalidades até aos mais humildes do povo, que faziam alas nas ruas, descobrindo-se diante dos despojos daquele grande artista que tinha possuído tão grande alma[39].

A memória de *João Anastácio da Rosa* na sua terra natal

Theatro "João Anastácio da Rosa" (1839-1932)

A vila de Redondo foi das primeiras vilas do distrito, e mesmo do país, a terem um teatro, ultrapassando nesta circunstância mesmo muitas cidades. Aquele teatro foi inaugurado em 1839, e ao longo da sua existência de quase um século por essa sala passaram muitas representações e companhias teatrais, amadoras e profissionais, que deram um dinamismo e um certo brilho à vida social redondense de todo aquele longo período.

Uma representação era um pretexto para a sociedade local se ver e rever, para comemorar e celebrar. Recordemos, por exemplo, a récita de gala que, em 1903, coroou o final das obras de abastecimento da vila de Redondo com a água da Serra d'Ossa, obra hercúlea conseguida à força de braços armados de enxadas e picaretas, ao longo de onze quilómetros, desde as nascentes, nos meandros da Serra, até aos marcos fontanários em vários pontos da Vila.

Das janelas engalanadas do teatro, a elite local assistiu ao fogo-de-artifício que iluminou os céus nessa noite de 30 de Agosto, dando luz, "como de dia" à Praça D. Carlos I, onde, diante do edifício pombalino da Câmara Municipal, se erguia a fonte, símbolo de toda aquela empresa e que fora comprada através de subscrição pública[40].

---

[39] A. ROSA, *ob.cit.*, pp. 75-76.

[40] Sobre este período e a empresa de trazer a água da Serra d'Ossa para abastecer a Vila de Redondo, v. António REI, "O abastecimento de água da Serra d'Ossa à Vila de Redondo

Encimava a fonte uma representação da deusa Minerva, a qual erguia, na mão direita, o facho da Luz do Progresso, e segurava, com a esquerda, um escudo com as armas de Portugal.

Assim, e atendendo à pessoa em causa, João Anastácio da Rosa, que se tornara uma glória do teatro nacional, foi com todo o orgulho e propriedade que a terra natal deu o seu nome àquele teatro.

Que, na realidade acabou por ser mais do que apenas um teatro, pois o interior do amplo edifício albergava também o Museu e a Biblioteca Municipais, e ainda o Arquivo do Concelho. Assim, foi um extremamente rude golpe do destino, o incêndio que destruiu todo o edifício, na madrugada de 23 de Março de 1932, quase cem anos depois de inaugurado.

Além de todo o recheio do teatro, bem como muita cenografia que lá estava depositada, desapareceu também o Museu Municipal e o seu acervo; a quase totalidade da Biblioteca e, mais duro ainda, a quase totalidade do Arquivo Municipal. Perda esta difícil, senão impossível, de substituir, em alguns dos documentos que irremediavelmente se perderam.

Rua "João Anastácio da Rosa"

Subsiste ainda hoje em Redondo uma memória, quase esquecida, deste grande vulto da arte dramática, no topónimo de uma rua que nada ou muito pouco diz a quem lá mora, ou a quem vive atualmente na vila de Redondo.

Contamos que brevemente o véu de silêncio que cobre a boca de cena sobre esta figura seja finalmente corrido e ele volte, duzentos anos depois, à terra onde, quis a Fortuna, ele tivesse visto a luz do dia. Estas letras são uma pequena achega para tal desiderato.

(1893-1903)", *A Cidade de Évora*, II Serie, n.º 8 (2009), Évora, Câmara Municipal, pp. 279-320.

ANEXOS

ALGUMAS CARTAS
DE E PARA JOÃO ANASTÁCIO DA ROSA

CARTA DE JOSEPH-ISIDORE SAMSON (1793-1871), famoso ator francês

Mon cher Rosa

Vous parlez du théâtre comm'un homme qui l'aime d'un véritable amour d'artiste et qui l'honore par son talent. Vous voudriez que le Portugal eût une scène digne d'un pays qui s'est régénéré par la liberté et qui a de beaux souvenirs historiques. Vous avez une épopée; mais il vous manque un Camoens dramatique: peut-être vous en naitra-t-il. Je crois qu'en attendant votre gouvernement doit favoriser et encourager la traduction des chefs d'oeuvre du théâtre étranger, ils formeraient à la longue un répertoire ou le talent de vos comédiens pourrait se développer. La necessité de jouer des nouveautés tous les vingt jours et de ne jouer que des nouveautés est contraire aux progrès du talent; il faut remplir un role souvent et longtemps pour y devenir aussi parfait qu'on le peut être. Cest en essayant, conjugeant les essais, en les réformant s'il y a lieu que l'on peut parvenir à cette maturité d'intelligence scénique, à ce fini d'exécution qui est le but de l'artiste.

Vous savez tout cela mieux que moi. II faut aussi que les acteurs jouent longtemps entr'eux pour acquérir cet ensemble qui donne l'illusion.

A la Comédie Française il y a deux classes, les pensionnaires ou acteurs à l'essai qu'on s'engage annuellement, et les sociétaires qui se composent de ceux qu'on trouve les meilleurs parmi les pensionnaires. Les sociétaires sont liés au théâtre pour vingt ans au moins. II y a chez nous décadence évidente de l'art et cette décadence serait encore plus grande si on n'avait créé une école de déclamation car la province ne nous fournit point de sujets.

Peut-être votre gouvernement qui se préoccupe du théâtre puisqu'il administre lui-même votre scène nationale, devrait-il créer une école semblable.

Avec un théâtre il faut des acteurs et sur un théâtre royal des acteurs de goût, des hommes et des femmes distinguées par leur ton et leurs manières ayant reçu une bonne éducation de théâtre. Vous avez aussi, je crois, à former votre public. Il faudrait donc ne lui donner parmi des pièces traduites, que des ouvrages d'un goût pur et un peu sévère, des pièces dont la fable ne soit pas le seul mérite et qui plaisent par autre chose que par l'intérêt et l'émotion qu'elles excitent, des pièces à caractère ou soit développée un pensée morale ou philosophique sous une forme sérieuse ou enjouée.

Je répète que l'intervention de l'autorité royale est nécessaire pourtout cela; le public court en général au genre frivole et aux futilités. La Comédie Française aurait péri depuis longtemps sans l'existence du pouvoir. En Angleterre, ou il n'intervient pas dans de pareilles questions, il n'y a plus de théâtre national; l'art est descendu plus bas que chez nous dans ce pays qui a vu Shakespeare et Garrick – il y aurait peut-être d'autres choses encore à faire. Votre profonde intelligence vous les suggérera à vous qui connaissez votre art et votre pays. Je finis donc en vous disant que je me félicite bien de vous connaitre et en souhaitant que nos bonnes relations continuent toujours.

Croyez-moi je vous prie.
25 Septembre, 1856.

Votre tout dévoué ami
Samson

(ob.cit., pp. 64-65)

Quando, no final da sua carreira de ator teatral, foi feito Cavaleiro da Ordem de S. Tiago, pelo rei D. Luiz:

Meu Rosa:
Veio emfim a justiça. Era certa dependendo da munificência d'El-Rei Dom Luiz. Dou-te os parabéns e abraço-te cordealmente. Emquanto fui commissario do Governo no theatro de D. Maria, mais d'uma vez dirigi officios ao Ministério dos Negócios do Reino, solicitando para ti e para alguns dos teus companheiros essa mercê, mas a minha voz não foi attendida nessa epocha, porque, decerto, não tinha chegado aos ouvidos do Soberano; se tivesse, havia de escutá-la não pelo que vale, mas pelo merecimento d'aquelles por quem a erguia. Felizmente em 1867 pensa-se melhor do que em 1865. A festa não é, pois, só tua: é de todos os que prezam a arte que exerces tão conscienciosamente; de todos os que prestam o culto devido ao talento.
Lisboa, 12 de junho de 1867.
Do coração
Francisco Palha

A esta carta respondeu J. A. Rosa com a que segue e que foi publicada no "Diário de Noticias"

Meu Francisco
No momento em que a minha carreira de artista recebia o mais significativo e affectuoso testemunho de apreço real, veiu uma carta, firmada por ti, saudar-me e festejar-me com palavras de sympathia.
Obrigado, amigo; conheço a bondosa intenção que te guiou, e agradeço-te do fundo d'alma. São sempre bemvindos os cumprimentos que a amisade dispensa.

Vi por esta carta que tu – quando Commissario Régio – solicitaras do Ministro do Reino para alguns dos actores do theatro normal a graça que Sua Magestade acaba de me conferir. Se bem me recordo, communicaste-me um dia esse pensamento, dizendo-me que também me envolvias no pedido official, e eu respondi-te que excluisses o meu nome, como estou certo que os meus colegas t'o diriam egualmente, pois os artistas do coração devem ser estranhos ás distincções que a munificência real ou os poderes superiores possam porventura reservar-lhes.
Se a hora dessas distincções nunca chega, a culpa não pertence aos artistas. Isto, porém, não attenua a valia do teu pensamento de então, e folgo de ter ensejo agora para te dizer quanto os artistas dramáticos te devem.
Tu felicitas-te por veres que em o anno de 1867 se pensa melhor a nosso respeito que no de 1865; e não te lembras que em 1840, pouco mais ou menos, já dois artistas distinctos, Epiphanio e Dias, recebiam das mãos de Sua Magestade a Senhora D. Maria II distincções que, exaltando-lhes o Mérito, exaltavam a classe por cujo engrandecimento Garrett, aquelle grande escriptor, tanto trabalhava.
E verdade que eras ainda n'esse tempo muito novo, e que mal te podiam chegar ao ouvido os echos d'essa epocha gloriosa para o theatro.
Foi a consideração aos artistas, foi o enthusiasmo que notara pelas coisas dramáticas, que me resolveram a abandonar a pintura histórica, a que me dedicara e a seguir os escolhos da profissão theatral. Luctei, afadigueime, venci obstáculos, prejudiquei a saúde a ponto de me prophetizarem a perda completa da voz, mas não desistia, caminhava sempre com ardor e perseverança e, se o meu trabalho de perto de trinta annos alguma significação teve, outros o dirão, que não eu. Ia-me arrastando a mania das recordações e tu sabes que sou «cáustico» em fallando de assumptos de arte. Desculpa-me, pois, a divagação e acceita de novo os meus agradecimentos pelas palavras lisonjeiras que me dirigiste.
Se a delicadissima lembrança de Sua Magestade desperta em mim um sentimento superior ao da própria satisfação, consiste elle em ver que a mercê feita ao pae pode servir d'estimulo ao filho, para quem desejo o futuro se abra risonho de esperanças e promessas.
17 de Julho de 1867
Teu amigo do coração
J. A. Rosa.
(pp. 70-71)

Algumas notas necrológicas aquando da sua morte, em 14 / 12 / 1884

O Dr. Luiz da Costa Pereira, que foi Comissário Régio do Teatro de D. Maria, e era um distinto escritor, um erudito, e um notável ensaiador, escreveu após a sua morte uma sentida carta de pêsames, que termina da maneira seguinte:

«Antes que alguém me roube a ideia: Erga-se, rompendo exemplo, um monumento a João Anastácio Rosa. Sem vaidade, nem modéstia, eu posso provar, com a analyse de três das principaes interpretações do grande artista, que elle bem o merece; e afigura-se-me que só eu o posso fazer por meus estudos especiaes. Posso provar

que elle era melhor artista que os estrangeiros que cá teem vindo. Não desejo ir deste mundo sem o fazer.»

«O paiz perdeu um dos artistas que mais o tem honrado. A arte nacional está de luto.»
Excerto de carta de D. António da Costa de Macedo, antigo comissário régio do Teatro de D. Maria II, enviada a João Rosa, filho mais velho de J. A. Rosa

«A critica estudou nele uma época literária.»
Luís Augusto Palmeirim, então Diretor do Conservatório

O Visconde de Monsaraz, o grande poeta, fez publicar o seguinte:
«*O Visconde de Monsaraz* [António Macedo Papança], *não podendo, por motivos superiores á sua vontade, acompanhar ao cemitério o cadáver do seu querido primo*[41] *e amigo, o grande actor João Anastácio Rosa, afirma por este modo a altissima consideração e dolorosa saudade que tributa ao ilustre morto.*»

(*apud* A. Rosa, *ob. cit.*, pp. 75-76)

[41] Aventamos a hipótese de que o parentesco de João Anastácio da Rosa com o 1.º Visconde e mais tarde 1.º Conde de Monsaraz, António de Macedo Papança (v. Afonso ZÚQUETE, *Nobreza de Portugal e Brasil*, 3.ª ed., Lisboa, Ed. Zairol, 2000, III vol., p. 17), que justifica o tratamento de "*meu primo*" (A. ROSA, *ob.cit.*, pp. 75-76) lhe viria pela 3.ª avó do ator, D. Maria Eugénia Cândida (mãe de sua bisavó D. Isabel Angélica de Pina Galego), a qual era de S. Marcos do Campo, então Concelho de Monsaraz e atual Concelho de Reguengos de Monsaraz.

O MARQUESADO DE VILA VIÇOSA

Nuno Sanches de Baena Ennes

I

Situada «[...] *em um lindo, ameno e sempre viçoso valle, abrigado a oeste pela pequena serra de Borba e regado por muitas fontes que derivam da mesma serra* [...] *D'ahi o titulo de Viçosa cuja propriedade ninguém lhe contesta*»[1], Vila Viçosa está notoriamente ligada à Casa de Bragança desde a segunda metade do século XIV, sendo sede desta Casa desde a segunda metade do século XV.

A presença dos Duques animou e enobreceu a vila; no seu tempo e com o seu patrocínio aí foram fundados colégios, conventos, irmandades, igrejas e palácios, chegando-se, mesmo, a pensar na fundação de uma universidade. E aí tiveram os Duques a sua Corte, reprodução da Corte régia, em idêntico cenário de poder. Aliás, vivendo em Vila Viçosa e, por conseguinte, fisicamente afastados da Capital, não se mantinham, no entanto, os Duques indiferentes ao que aqui se passava, possuindo, graças a uma *teia de fidelidades* superiormente construída, o conhecimento pormenorizado do modo como aqui se vivia.

Intitulados «Duques de Bragança» e recebendo tal tratamento, inclusivamente em Vila Viçosa, eram, todavia, os Duques também «Marqueses de Vila Viçosa», título que motivos vários justificariam que fosse o do respectivo tratamento nos seus domínios calipolenses. Desde logo, por se reportar à localidade que foi, durante cerca de dois séculos, a sede da Corte da Sereníssima Casa e

[1] PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de, *Portugal Antigo e Moderno, Diccionario Geographico, Estatistico, chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de Grande Numero de Aldeias*, [...], Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa, 1886, vol. 11, p. 1123.

Estado de Bragança[2]; depois, por ser, desde 1460, o mais antigo marquesado em uso no Reino[3]; finalmente, por ser o título representativo da linha genealógica pela qual seguiu o Ducado de Bragança, após a morte do 1.º Duque.

Não aconteceu assim, e não é tal facto de se estranhar, por ter o Marquesado de Vila Viçosa perdido a sua autonomia após a respectiva incorporação no Ducado de Bragança – *i.e.*, incorporação de um *ente menor* num *ente maior*. Fenómeno análogo, aliás, ao que, após a Restauração da Independência, aconteceria com o Ducado de Bragança[4].

Formalmente, o título entrou, pois, logo com o seu primeiro titular, em *uso relativo*, apesar dos direitos reais e jurisdições que lhe subjaziam. E sem que tenham sido tomadas medidas no sentido de que a sua autonomia formal fosse assegurada, contrariamente ao que sucederia, depois, com o Ducado de Bragança.

O paralelismo das situações justifica uma referência ao Ducado de Bragança. Assim, se a aclamação, em Dezembro de 1640, do 8.º Duque de Bragança como D. João IV, Rei de Portugal, elevou a Casa de Bragança ao desejado estatuto real e à inerente soberania, implicou, por outro lado, também, uma perda relativa da respectiva e similarmente desejada autonomia. Desejada, desde logo, pelo fundador material da Casa, D. Nuno Álvares Pereira, ao ponto de o levar a recusar a proposta régia para o casamento da sua filha D. Beatriz com o Príncipe D. Duarte, futuro Rei D. Duarte[5]; preferindo um mais igualitário casamento com o irmão ilegítimo daquele, D. Afonso, que lhe permitia, ainda assim, manter-se no círculo da Família Real.

É certo que, prontamente, foram tomadas medidas para a salvaguarda da autonomia e memória da Casa de Bragança. Assim a Carta Patente de 27 de Outubro de 1645, pela qual, no plano patrimonial, se assegurava a separação jurídica dos bens da Coroa e dos bens dos Duques, e, no plano formal, se assegurava a autonomia do Ducado de Bragança[6].

Nada disso invalida, porém, a afirmação inicial, apoiada nas circunstâncias concretas. Sobretudo tratando-se da incorporação de um *ente menor* num *ente maior* soberano e estando em causa uma necessária estratégia de afirmação interna e externa da nova dinastia num quadro vasto que incluía a salvaguarda dos

---

[2] Os Duques tinham, porém, residência, ainda, em diversas outras localidades do Reino, como Lisboa, Barcelos, Chaves e Guimarães, cujo monumental palácio é tratado em *Paço dos Duques de Bragança – Guimarães*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, n.º 102, Porto, 1960.

[3] Ver, *infra*, II.

[4] De estranhar talvez seja, no entanto, não ter a Casa de Bragança sido agraciada com um *Ducado de Vila Viçosa*, como aconteceu, antes, com Bragança e, depois, com Guimarães e Barcelos.

[5] SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (*HGCRP*), t. V, p. 9.

[6] *Provas HGCRP*, t. IV, pp. 792 e 793.

territórios ultramarinos da cobiça e efectiva ameaça de terceiros. Paradoxal, pois, a perda de autonomia da Casa de Bragança, precisamente *aquilo* que proporcionava a autonomia dos Bragança perante o Estado[7].

Limitada aqui a análise estritamente ao plano da autonomia formal, importa assinalar o efeito directo do novo estatuto régio. Ao chefe da Casa, a partir de 1640 também chefe de Estado, passou a caber o tratamento que segundo a prática constitucional vigente cabia ao Rei, *i.e.*, «*Rei de Portugal e dos Algarves*»[8]. Sobrepunham-se dessa forma as funções soberanas recém-adquiridas às funções anteriormente exercidas de chefe da primeira Casa senhorial do Reino. Quanto ao respectivo herdeiro, a partir de então herdeiro presuntivo do Trono, é verdade que foi determinado que se denominasse Duque de Bragança, herdando toda a respectiva Casa, incluindo títulos nobiliárquicos; expressão da preocupação de lhe ser assegurado um tratamento diferenciado relativamente aos restantes *príncipes de sangue*[9], conjugada com a preocupação de preservar a notoriedade do título que deu o nome à Casa e à nova dinastia. Mas, é também verdade que esse título deveria ser usado com o de *Príncipe do Brasil*, que na prática se lhe sobrepunha.

Em alternativa, podia o uso dos títulos da Casa de Bragança ou de alguns ou algum deles, ter sido atribuído a secundogénitos. Mas também isso não aconteceu. A este propósito é, aliás, importante a distinção entre os títulos constituintes do tronco simbólico da Casa de Bragança – *acervo bragantino* (constituído designadamente pelos Condados de Barcelos, Ourém e Arraiolos, Marquesados de Vila Viçosa e de Montemor-o-Novo e Ducados de Bragança, Guimarães e Barcelos) –, dos que por aquela foram herdados devido a acasos, genéticos ou políticos (caso dos Ducados de Coimbra, Viseu, Beja e Guarda).

Ora, ao longo da 4.ª dinastia, títulos do segundo tipo referido foram usados por secundogénitos, como foi o caso do Ducado de Beja pelos Infantes D. Pedro[10] (1648-1706) – depois Rei D. Pedro II – e D. Francisco (1691-1742)

---

[7] Apesar de tais medidas, «*parte o duque para Lisboa em 3 de dezembro do mesmo anno de 1640 e manda conduzir para ali os thesouros da sua casa*» e em «*1807 – Em novembro foi levado o thesouro da capella real para Lisboa, d'onde seguiu com o principe regente para o Brazil, ficando apenas em Villa Viçosa as alfaias indispensaveis ao culto*»: Pinho Leal, *op. cit.*, vol. 11, pp. 1142 e 1143.

[8] Fórmula utilizada, por exemplo, no proémio da Carta Patente objecto da nota n.º 6.

[9] «*Princes du sang*», na terminologia francesa, de onde a expressão é originária, abreviatura de «*Princes du sang de France*», significando os descendentes legítimos e por linha varonil da Casa Real francesa, segundo as regras sucessórias aplicáveis aptos a herdar a Coroa.

[10] Em 11/8/1654, D. João IV doou, de juro e herdade, ao Infante D. Pedro a cidade de Beja, com o título de Duque, na forma que o Rei D. João II a deu a D. Manuel, bem como toda a Casa de Vila Real e de Caminha, confiscada para a Coroa, com as mesmas jurisdições que a Casa de Bragança, e com o privilégio de que o primogénito do possuidor da Casa, assim que nascesse, se chamasse Duque de Vila Real: *Provas HGCRP*, t. V, pp. 20 e 21. Tal doação foi confirmada por D. Afonso VI, em 15/9/1663: *ibidem*, pp. 35 a 39.

– filho secundogénito de D. Pedro II. E tal prática viria, mesmo, a consolidar-se a partir dos filhos havidos por D. Maria II (1819-1853) do seu casamento (1836) com o Príncipe Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha (1816-1885)[11]; talvez reflectindo a influência cultural e familiar deste (pela possível transmissão nos Estados germânicos da sua origem do título familiar a toda a descendência por via varonil e pela titulação específica dos filhos varões do, então, chefe da Casa de Saxe-Coburgo-Gotha, o príncipe Alberto, consorte no Reino Unido e primo co-irmão do marido de D. Maria II[12]). Certo é, porém, que, nunca o *acervo bragantino* foi desintegrado, mantendo-se até ao final do regime monárquico a prática verificada a partir do 4.º Duque (1479-1532) de concentração do património familiar no chefe da linhagem.

A referida prática senhorial da Casa de Bragança deve, porém, ser compreendida à luz do simbolismo dos títulos nobiliárquicos em causa, mas, também, da, não menos importante, respectiva componente patrimonial, incluindo direitos reais e jurisdicção sobre terras. Correspondendo, pois, a fontes de receitas da Casa e não a realidades puramente honoríficas, como haveria de suceder com os títulos concedidos em Portugal a partir do Liberalismo.

E, ainda, devem ser considerados dois momentos. Um primeiro que vai da formação da Casa, com o grande Condestável, até às Cortes de Évora de 1481 e à sequente conspiração dos Duques de Bragança (3.º) e de Viseu; período coincidente com uma maior prodigalidade régia, que permitiu o aumento do património e da influência dos Bragança e é caracterizado pela partilha tendencialmente igualitária do património da Casa – incluindo os títulos nobiliárquicos. Seguindo-se um período de concentração do património da Casa no seu chefe, coevo da irreversível política régia de centralização do poder.

---

[11] D. Pedro, que reinou como D. Pedro V (1837-1861); D. Luís, Duque do Porto, que veio a reinar como D. Luiz I (1838-1889); D. João, Duque de Beja, (1842-1861) e D. Augusto, Duque de Caminha, (1847-1889).

[12] Do seu casamento (1840) com a Rainha Victória teve o Príncipe Alberto de Saxe-Coburgo-Gotha os seguintes filhos: Eduardo, que seria o Rei Eduardo VII, (1841-1910); Alfredo Ernesto Alberto, Duque de Saxe-Coburgo-Gotha, (1844-1900); Artur, Duque de Connaught e de Strathearn, (1850-1942) e Leopoldo, Duque de Albany, (1853-1884).
Foi também por influência inglesa que o título de Duque foi introduzido em Portugal, por D. João I, que fez, respectivamente, Duques de Coimbra e de Vizeu os Infantes D. Pedro e D. Henrique, após a tomada de Ceuta, em 1415.
A Rainha D. Filipa de Lancastre, mulher de D. João I, era filha de João de Gand, Duque de Lancastre, (1340-1399), filho do Rei Eduardo III de Inglaterra (1312-1377), cujos outros filhos eram Eduardo, Príncipe de Gales, (1330-1376), Leonel, Duque de Clarence, (1338-1368), Edmundo, Duque de York, (1341-1402) e Tomás, Duque de Gloucester, (1355-1397).
Sobre a influência dos costumes ingleses sobre a vida na Corte portuguesa na segunda metade do século XIX, ver: LEITÃO, Ruben Andresen, *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto*, Fundação da Casa de Bragança, Portugália Editora, Lisboa, 1954.

Ora, ao longo da segunda das duas fases mencionadas, a repartição igualitária do (enorme) património da Casa implicaria uma diminuição – sem perspectivas imediatas de reposição – dos rendimentos necessários para a sustentação de uma Corte que se queria, já foi referido, feita à imagem da Corte régia; seria, a final, socialmente suicidária.

A salvaguarda do estatuto dos secundogénitos viria a ser assegurada através da constituição da Casa do Infantado, rapidamente transformada na segunda maior Casa senhorial portuguesa.

A propósito do acervo de títulos nobiliárquicos dos Bragança, a partir de 1640 privativos da Casa Real, pode, em suma, dizer-se, sem desconsideração do respectivo alcance prático, que, com a excepção do Ducado de Bragança, objecto de medidas especiais justificadas pelo seu especial significado para a Casa, permaneceu, desde então, numa *reserva histórica*. Como, cerca de dois séculos antes, havia acontecido com o Marquesado de Vila Viçosa.

II

§ 1. Senhorio de Vila Viçosa e Marquesado de Vila Viçosa

a) A Casa de Bragança e o Senhorio de Vila Viçosa:

Na complexidade dos momentos vividos, teve D. João I de atrair pessoas para a sua causa e recompensar os serviços destas mediante dádivas avultadas. Bens confiscados a uns eram, pois, logo dados a outros e, por vezes, mesmo antes disso, seguindo o conselho de Álvaro Pais: «*daae aquello que vosso nom he, e prometee o que nom teemdes, e perdoaae a quem vos nom errou*»[13]. Assim, como escreveu Marcello Caetano, «*a preocupação constante do monarca, passados os primeiros tempos, foi a de reaver para a coroa empobrecida o maior possível de bens e de preservar os seus direitos. É nesta política que se insere a chamada Lei Mental*»[14].

À complexidade de momentos como os vividos por D. João I referir-se-ia, aliás, Maquiavel, mais tarde, ao escrever que «*é num principado novo que consistem as dificuldades*», pois «*acreditando que melhoram, os homens mudam voluntariamente de senhor; e esta crença os faz tomar as armas contra quem governa*»[15]. Por isso, «*a primeira conjectura que se faz acerca do cérebro de*

[13] LOPES, Fernão, *Primeira Parte da Crónica de D. João I*, Edição do Arquivo Historico Português, Lisboa, 1915, cap. XXVII, p. 49.

[14] *História do Direito Português, Fontes – Direito Público (1140-1495)*, 2.ª ed., Ed. Verbo, 1985, p. 513.

[15] MACHIAVELLI, Nicolò, *O Príncipe*, tradução de Carlos E. de Soveral, Guimarães Editores, Lisboa, 2009, pp. 10 e 11.

um senhor baseia-se na verificação dos homens de que se rodeou; e, quando são idóneos e fiéis, sempre se pode reputá-lo sábio, porque soube conhecê-los idóneos e conservá-los fiéis»[16].

No que concerne especificamente ao Rei e ao seu grande Condestável relata Fernão Lopes a «*gram liamça damor e bem queremça* [que] *se geerou muito amtre Nuno Allvarez e ho Meestre, desque veo pera ell, e começou de o servir; e esto foi segumdo alguus scprevem, porque eram ambos de cavalleirosos coraçoões, e acompanhados de virtuosos costumes*»[17].

A dedicação e a notável prestação de D. Nuno Álvares Pereira aquando da crise de 1383-1385 mereceram, pois, justamente avultadíssima recompensa, tendo Vila Viçosa sido uma das localidades de cujo senhorio lhe foi feita mercê, em 20 de Agosto de 1385[18]. Doação que, atendendo à localização estratégica do respectivo objecto, para além do carácter de recompensa, estaria ligada, ainda, com um concreto interesse régio de continuar a assegurar naquela região os bons serviços militares do Condestável, na defesa contra eventuais investidas castelhanas.

Ao Condestável foram atribuídos sobre Vila Viçosa os direitos típicos do (atípico) regime senhorial português, implicando a existência de uma unidade económica que era, também, uma unidade política. Acumulavam-se, assim, nas mãos daquele as rendas obtidas nessa parcela do território e a autoridade sobre essa mesma parcela do território, ficando-lhe garantida (e ao território que dele dependia) autonomia política relativamente ao poder central, traduzida por administração e jurisdição próprias.

Foram, assim, lançadas as bases para o que haveria de ser o Marquesado de Vila Viçosa.

D. Nuno aí realizou importantes obras e concorreu com a sua presença para o luzimento de Vila Viçosa, instalando-se, por não existir ainda o Paço dos Duques, no castelo, o mesmo a cuja porta tinha morrido, em 1384, o seu irmão Fernão, naquele dia em que: «*hordenou de tomar a villa, segumdo emformaçom que lhe emviada fora; e mamdou deamte Fernam Pereira seu irmaão, e Alvoro Coitado com çertos comssigo; os quaaes acavallo armados com seus baçinetes como a tal feito cõpria, chegarom a pressa a Villa Viçosa e deçerom dos cavallos por sse lamçare demtro pella porta que chamam da Torre, que he a mais forte que ella tem, a quall he em esta guisa. Ella he hua torre mui larga abovedada em çima da emtrada da porta que nenhuu nom pode chegar aa porta da villa, que primeiro nom passe per sso toda aquella aboveda; a quall ha hua tal boca na meatade, per que cabem gramdes camtos, pera os lamçar de çima quem quiser. E como Fernam Pereira e os outros sse quiserom lamçar per sso aquella aboveda, por chegar aa porta da*

[16] MACHIAVELLI, *op. cit.*, p. 102.

[17] LOPES, *op. cit.*, cap. LXXXIX, p. 148.

[18] SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal – Volume II – Formação do Estado Moderno (1415-1495)*, Ed. Verbo, Lisboa, 1978, pp. 206 e 207.

villa, veo huu gramde camto de çima, e deu a Fernam Pereira que lhe esmagou o baçinete e a cabeça toda, e foi logo morto»[19].

Estando em causa os feitos de D. Nuno Álvares Pereira, é certo que não se pode, formalmente, falar aqui, ainda, em Casa de Bragança, criada em benefício do seu genro e apenas em 1442. O facto é, porém, que os frutos dos seus feitos tornam-no no respectivo *fundador material* e figura determinante para o estabelecimento do poder da mesma, que cerca de meio século depois estendia-se a mais de 15% do território nacional, senhoreando 17 dos 89 concelhos que tinham assento em Cortes[20]. Ao ponto de, em 1434, esse poder ser tal que a Lei Mental, destinada a criar as condições para a reversão para a Coroa de bens por esta doados, veio a ser expressamente derrogada para o Conde de Barcelos e seus três filhos, os Condes de Ourém e de Arraiolos e D. Isabel, mulher do Infante D. João[21].

D. Nuno Álvares Pereira morreu em 1 de Novembro de 1431, mas, como é sabido, por essa altura havia já muito que tinha concretizado a decisão de distribuir os bens pela sua descendência. Uma partilha em vida que começou por ocasião do casamento (1401) da sua única filha, D. Beatriz (1380-1415), aceitando a promessa para o futuro casal, entre outros bens, do Condado de Barcelos. Uma partilha a que daria continuidade, com o beneplácito de D. João I, pois «*annos volvidos, querendo o Condestavel despir as vaidades mundanas e encerrar-se no seu mosteiro do Carmo, repartiu, por cartas dadas em Borba a 4 de abril de 1422, seus bens por seus três netos. Por uma dellas doou a D. Fernando o condado de Arraiolos e, entre varias outras* [incluindo Vila Viçosa], *a vila de Portel. Foi a doação, depois da morte do doador, confirmada por D. Duarte em Santarem, a 9 de dezembro de 1433*»[22].

Foi, pois, assim que Vila Viçosa entrou no património da Casa de Bragança e que deveio, após a morte do 1.º Duque, a sede daquela Casa, por sucessão de D. Fernando, Senhor e Marquês de Vila Viçosa, a seu pai, o mencionado Duque. E andou na Casa de Bragança até à extinção do regime senhorial pelo Liberalismo, «*d'então para cá* [...] *subsistindo somente o titulo de marquez de Villa Viçosa na serenissima Casa de Bragança – e nunca mais o provimento dos cargos publicos, etc., correu pela junta administrativa da mesma casa*»[23]. Andou na Casa de Bragança durante todo esse tempo, com um intervalo...

---

[19] LOPES, *op. cit.*, cap. CLXXII, p. 322.

[20] CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, Parentesco e Poder – A Casa de Bragança (1384-1483)*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1990, pp. 102 e 103.

[21] Por carta de D. Duarte, de 12 de Setembro daquele ano, publicada em *Monumenta Henricina*, Coimbra, 1963, vol. V (1434-1436), pp. 82 e 83.

[22] *Archivo Historico Portuguez* (*AHP*), Lisboa, 1906, vol. IV, p. 169, e FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra* (*BSS*), Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1973, vol. III, p. 256.

[23] PINHO LEAL, *op. cit.*, vol. 11, p. 1144.

Com efeito, em consequência da conspiração do 3.º Duque de Bragança determinou a Justiça do Reino, por sentença de 20 de Junho de 1483[24], que «*havemos por comfiscados e aplicados com acordo dos sobre dictos pera a coroa de nossos Reinos todos seus beens, asy movees como de raiiz, asy os da coroa destes nossos Reinos que tem, como os patrimoniaaes*». Vila Viçosa regressava à Coroa.

Os bens dos Duques foram, então, distribuídos, vindo a caber a Aires de Miranda, por cartas de 19 de Junho de 1484 e 8 de Junho de 1488, a alcaidaria-mor e os direitos reais de Vila Viçosa[25]. E, em 24 de Maio de 1489, o Senhorio de Vila Viçosa, com o seu termo e castelo, alcaidaria e jurisdição, com todas as rendas actuais, foi doado ao futuro D. Manuel I[26].

Porém, «*morto D. João II a 25 de Outubro de 1495, logo no ano seguinte, passada a Páscoa, que fôra a 3 de Abril, chegaram os Braganças a Setúbal chamados por D. Manuel*» e «*é sabido, e está provado por muitos documentos, [...], e apontados por outros autores e por mim, que D. Manuel tratou logo de restituir a todos os Braganças tudo quanto lhes havia pertencido, bens patrimoniais e da coroa, não se prendendo com as indemnizações a dar em resultado das doações de muitos dêsses bens já feitas a diversos*»[27].

Em 1496 já D. Jaime, 4.º Duque de Bragança, tinha tomado posse da Casa quase toda, tendo-lhe D. Manuel, por carta de 16 de Agosto daquele ano, confirmado o Condado de Arraiolos e, entre outros, o Senhorio de Vila Viçosa, com suas rendas e direitos, jurisdições cíveis e crimes, tudo de juro e herdade como doado por D. Nuno Álvares Pereira a D. Fernando I, Duque de Bragança[28]. E, por carta de 28 de Junho de 1497, D. Manuel confirmou ao Duque de Bragança as mercês feitas ao Condestável, a seu tio o Marquês e ao Duque seu pai[29]. Mais, foi a Casa de Bragança restabelecida como primeira Casa senhorial do Reino; como transparece designadamente do texto de uma carta dirigida ao Papa, em 1502, na qual diz o Rei que «*nam temos outro herdeiro salvo o dito duque um sobrynho que há sobcesam d'estes reynos he maes chegado e a que direytamente veem se filhos Nosso Senhor nos nam der*»[30]; e, ainda, de várias mercês, como o benefício de o pessoal da Casa de Bragança ter graças e privilégios iguais aos que gozavam idêntico pessoal da Casa Real[31]; ou as determina-

[24] Publicada no *AHP*, vol. I, pp. 393 a 397.

[25] *AHP*, vol. III, p. 57.

[26] *BSS*, vol. III, p. 334.

[27] *BSS*, vol. III, p. 315.

[28] *Provas HGCRP*, t. IV, pp. 2 a 4.

[29] *Provas HGCRP*, t. IV, pp. 5 e 6.

[30] *Corpo Diplomatico Portuguez*, Lisboa, 1898, t. 11, p. 18.

[31] Alvarás de 2/3/1506 e de 13/03/1511: *Provas HGCRP*, t. IV, pp. 30 e 31.

ções sobre a precedência dos filhos do Duque de Bragança[32]; ou a concessão do Ducado de Barcelos, *de juro e herdade*, a acrescer aos de Bragança e Guimarães.

b) A Casa de Bragança e os Marquesados de Valença e de Vila Viçosa:

Por influência possivelmente germânica, em meados do século XV, foi introduzido em Portugal o título de *Marquês*, até então inexistente na ordem jurídica nacional. Graduado abaixo de *Duque* e acima de *Conde*, foi introduzido em benefício de dois membros da Casa de Bragança, acrescido do senhorio das localidades a que se reportava e juntando-se aos títulos e muitos senhorios que os membros daquela Casa já detinham. A circunstância contribui para a medida do grau de influência política atingido pelos Bragança em meados do século XV. Se o Ducado de Bragança, o 1.º Ducado não real, tinha sido já um instrumento de legitimação simbólica de D. Afonso, pela equiparação aos dois irmãos Infantes D. Pedro e D. Henrique, Duques de Coimbra e de Viseu, os dois Marquesados alargaram, ainda, o fosso que separava a Casa de Bragança das restantes grandes Casas do Reino; e que seria mais alargado em 1470, com a criação de um segundo Ducado para os Bragança, a favor do respectivo primogénito: o Ducado de Guimarães.[33]

Assim, em 11 de Outubro de 1451[34], D. Afonso, Conde de Ourém e primogénito do Duque de Bragança, foi feito Marquês de Valença. E, em 25 de Maio de 1455[35], D. Fernando, Conde de Arraiolos e irmão secundogénito do anterior, foi feito Marquês de Vila Viçosa. Aquando das concessões, os agraciados tinham respectivamente cerca de 51 e 52 anos e exercido uma influência activa na governação do Reino, demonstrando pela sua acção serem ambos homens de esfera superior.

D. Afonso (1400-1460) foi educado com grande esmero, tendo recebido formação literária, militar e cortesã. Em 1422, quando teria cerca de 22 anos, foi feito Conde de Ourém, recebendo simultaneamente diversos bens situados na Estremadura. Chamado ao longo da sua vida a participar em assuntos de Estado

---

[32] Alvará de D. João III, de 6/6/1533: *Provas HGCRP*, t. IV, p. 91.

[33] Reacção do Duque de Aveiro, por carta dirigida à Rainha D. Catarina, quando governava, e lhe pedia o Duque de Bragança D. Teodósio o título de Duque para seu filho: «*Di-se por esta terra, que o Duque de Bragança, requere, que se de a seu filho o titulo de Duque, peço a V. A. que se lhe parecer rezão fazerlhe esta merce, que sera muito justa, e arrezoada, se lembre que seria muito dezarrezoado, não fazer o mesmo ao Marquez meu filho*»: *Provas HGCRP*, t. VI, p. 36.

[34] *BSS*, vol. III, p. 276.

[35] *BSS*, vol. III, p. 280.
Note-se que no mesmo ano, a 5/3, nasceu o Príncipe D. João, que, cerca de 30 anos depois, já como D. João II, ordenaria a execução do 3.º Duque de Bragança, filho primogénito do Marquês de Vila Viçosa.

da mais alta importância, realizou quatro grandes viagens ao estrangeiro no âmbito de missões diplomáticas. Em 1429-30, viajou pela Flandres e pela Alemanha, fazendo parte da comitiva que acompanhou sua tia a Infanta D. Isabel, filha de D. João I e de D. Filipa de Lancastre, para o casamento com Filipe, o Bom, Duque da Borgonha. Depois, em 1431, esteve no Reino de Aragão, provavelmente a negociar o acordo de paz entre Navarra, Aragão e Portugal, assinado em Torres Novas, a 11 de Agosto de 1432. Entre 1436 e 38 teve lugar a sua saída mais demorada do Reino, incumbido que foi pelo Rei D. Duarte, seu tio, de chefiar a embaixada portuguesa ao Concílio de Basileia, seguidamente viajando pela Itália e indo, finda a missão, até à Terra Santa. Finalmente, em 1451-52, esteve novamente em Itália, por ter sido nomeado para chefiar a comitiva que acompanhou até Roma a Infanta D. Leonor, sua prima e irmã de D. Afonso V, para o casamento com o Imperador do Sacro Império, Frederico III, tendo, ainda, acompanhado a noiva até à Alemanha. Para o efeito, partiu de Lisboa em 20 de Outubro de 1451, antes da partida sendo elevado a Marquês de Valença, em sua vida. É do seguinte teor a respectiva carta[36]:

Dom Affomso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos vendo e considerando os muytos e grandes serviços que nos e nossos regnos avemos Recebidos do conde dourem meu muyto prezado e amado prymo e os que ao diante delle esperamos que nos faça e querendo lhe fazer graça e mercee do nosso Moto proprio livre vontade poder abssoluto o fazemos Marques da Nossa Villa de Vallença e lhe damos em sua vida delle dito conde a dita villa de Vallença com todos seus termos lemytes Rendas e dereitos foros trabutos e padroados de igreijas della que a nos e aos Reis que ante nós forom na dita villa e termo pertenceram e pertencer podem e com toda sua jurdição civell e crime mero misto imperio Resalvando pera nos curreiçõ e alçadas e que elle posa tirar e poer todollos oficiaaes da dita villa e Termo asy os que pertencem aa Justiça como os que pertencem aas Rendas e dereitos que elle ouuer e lhe pertencem aver em a dita villa e termo e se pera elle Recadarem, outro sy queremos e outorgamos que o dito conde posa poer na dita villa taballiaes asy de pubryco como judiçiaaes quando quer que se vagarem ou os posa de novo poer ou remouer quando quer que lhe bem parecer os quaes tabelliaes queremos que se chamem seus e em seus nomes façõ todallass scripturas que a seus oficios pertencerem nõ Embargando a hordenação e queremos que o dito conde se posa chamar Marques da dita villa de Vallença e per esta nossa carta lhe damos lecença e lugar que elle posa per sy ou per outrem tomar a posse autoall corporall natural civell e quasi posse da dita villa e seu termo e da jurdiçõ e Señorio della e mandamos a todollos cavalleiros fidalgos Regedores oficiaaes e Menistradores das dita villa e aos scudeiros e povos dela que recebam na dita villa e

[36] Publicada em *BSS*, vol. III, p. 229.

seu termo o dito conde por seu senhor em dias de sua vida e lhe façam feu e o recebam por seu senhor e Marques da dita villa sem outra contradiçõ alghuã por quanto asy he nosa merce nom embargante os dereytos canonycos civys hordenaçõ do Regno façanhas grosas openiõoes de doutores que em contrairo desto fallarem e que embarguem esta doaçõ a nom valler ou menos valler cá nossa mercê he de seer firme e valledoira em vida do dito conde como suso dito he asy em nosso tempo como de nossos soçesores que depos nos vierem aos quaes Rogamos e encomendamos que a conpram e guardem como nella he conteúdo e nom vaaõ contra ella em nenhuã maneira que seja e mandamos ao nosso contador da dita comarca e ao nosso almoxarife de ponte de lima e ao scripuam do dito oficio e aos que depos elles vierem por nossos contadores almoxarifes scripvaes que leixem ao dito conde aver e pera sy recadar todallas ditas Rendas e dereitos foros e trabutos da dita villa e termo que nos em ella avemos e nos de dereito perteencem por quanto em sua vida lhe fazemos de todo merce como dito he resalvando pera nos as sisas jeeraaes panos vinhos dizimos novos do pescado e das cousas que per mar veem a nossos Regnos de fora delles e em testemunho dello lhe mandamos dar esta nossa carta asynada per nos e seellada do nosso seello do chumbo per a qual mandamos ao dito contador almoxarife escripuam que a façõ registar no livro do dito almoxarifado por se saber de como esto temos outorgado ao dito conde e elle tenha a pera sua guarda. dada em Lixboa xj dias doutubro. Martim Gill a fez anno nacimento de Noso Senhor Jesus xpo de mill iiiic e cinquenta hum.

Do ponto de vista militar, entre outras acções, D. Afonso foi responsável, em 1458, pela organização, no Porto, de uma das armadas da expedição a Marrocos, tendo tomado parte na conquista de Alcácer Ceguer, ao lado de D. Afonso V, a este Monarca se juntando em Lagos. Dali seguiu para a costa marroquina, onde teve acção brilhante. Entre 1436 e 1455 desenvolveu, ainda, uma notável obra mecenática nos seus domínios, que levou à remodelação urbana de Ourém, vila de que era Senhor e Conde. A sua acção, marcadamente erudita e cosmopolita, apoiada nos meios que a sua enorme fortuna lhe dava, é uma referência no Portugal do século XV. «*Este neto de D. João I e de Nuno Alvares Pereira (e como tal senhor de vasta herança, que a morte precoce não deixou frutificar) dominou do alto o ambiente cultural do seu tempo*»[37], sendo «*talvez o primeiro homem do Renascimento em Portugal, que faz figura de excepção no panorama ibérico ao ser o único cuja paixão construtiva e cujo italianismo não oferecem dúvidas*»[38]. Mais, «[...] *outra pioneira iniciativa artísti-*

[37] MOREIRA, Rafael de Faria Domingues, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal – A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*, dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (referência: T971/1-2), Lisboa, 1991, p. 14.

[38] MOREIRA, *op. cit.*, p. 13.

ca do malogrado primogénito do Duque de Bragança, que inaugurou uma corrente de gosto mantida com sucesso até ao século XVI: a aquisição de peças em terracota esmaltada para serem aplicadas na decoração arquitectónica»[39]. Ora, «*o que tem sido ignorado, é que o mais antigo testemunho hoje conhecido da exportação dessas obras em terracota vidrada de Florença destinou-se a Portugal, e precisamente ao Conde de Ourém. Uma anotação referente ao carregamento de sete caixas (7 chasse di lavorj de terachotta envetriata del* ***Marchese di Valenza***[40]*) surge, ao lado de embalagens de salitre e brocado carmesim, numa lista de bens entregues a 28 de Maio de 1454 em Pisa a um Bernardo de Évora, a fim de serem embarcadas para Lisboa (che lo mãdasi a Lisbona)*»[41]. Tendo morrido antes do pai, não chegou o Marquês de Valença a herdar o Ducado de Bragança. E tendo morrido solteiro, também o filho que deixou de Brites de Sousa (filha do Fronteiro-mór Martim Afonso de Sousa e neta paterna do Senhor de Mortágua) não chegou a suceder, apesar de ter reclamado a herança paterna com fundamento num alegado casamento com a mãe[42]. Tal filho, D. Afonso de Portugal (1462-1522), tomaria, aliás, o estado eclesiástico, chegando a bispo de Évora, em 1485; mas, sendo ainda secular, teve de Filipa de Macedo, filha de João Gonçalves de Macedo, Senhor de Melgaço e Camareiro de D. João I, um filho que se chamou D. Francisco de Portugal[43] e foi o 1.º Conde de Vimioso.

D. Fernando, o mais novo dos dois irmãos, teve um percurso igualmente admirável. Nascido em 1403, tinha cerca de 19 anos quando foi feito Conde de Arraiolos por seu avô. Em 1437, quando se aprestou a armada que do Porto saiu para Tânger, foi nomeado Condestável da expedição e, no decorrer da mesma, combateu valerosamente. Em 1445, por morte de D. Fernando de Noronha, Conde de Vila Real, foi investido como governador de Ceuta, cargo que exerceu até 1450, tendo, entretanto, vindo ao Reino em 1448, em apoio ao Infante D. Pedro. Regressou, porém, a Ceuta sem conseguir o seu propósito. Em 1458, acompanhou, com seus filhos, a expedição que tomou Alcácer Ceguer e, em 1463, voltou a África com D. Afonso V, levando 750 lanças e 2.000 infantes, tendo-se portado com tanta distinção que o rei lhe fez a graça de elevar Bragança a cidade[44]. Em 1471, foi regente do Reino, quando o Rei partiu para a conquista de Arzila. Faleceu, em Vila Viçosa, em 1 de Abril de 1478, tendo sido

---

[39] MOREIRA, *op. cit.*, p. 16.

[40] Negrito e sublinhado não constantes no original.

[41] MOREIRA, *op. cit.*, p. 17.

[42] *HGCRP*, t. X, p. 533.

[43] Legitimado por carta de D. Manuel I, de 15/2/1505, confirmada por carta de D. João III, de 19/5/1534: *HGCRP*, t. X, pp. 539 e 540 e *Provas HGCRP*, t. V, pp. 630 e 631. Ver, também, *BSS*, vol. III, p. 378.

[44] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), l. 1 de Além Douro, fls. 180 v. e 181.

sepultado no Panteão dos Duques. Havia casado, em 28 de Dezembro de 1429, com D. Joana de Castro, filha de D. João de Castro, Senhor do Cadaval, e de sua mulher Leonor da Cunha (que antes tinha sido casada com João das Regras), deste casamento nascendo D. Fernando (II), Conde e Duque de Guimarães e 3.º Duque de Bragança; D. João, Marquês de Montemor-o-Novo; D. Afonso, 1.º Conde de Faro e D. Álvaro, Chanceler-mór do Reino e Regedor da Casa da Suplicação. Para equiparação dos dois irmãos, em 1455, tinha D. Fernando sido elevado a Marquês, em sua vida, sendo do seguinte teor a respectiva carta[45]:

Dom Afonso, & c. a quantos esta Carta virem fazemos saber que comfirando nos ho grande divido que avemos com ho Conde darrayolos meu muito amado primo, e dos muitos e estremados servissos que tem feito a nos e aos Rex nossos antecessores, e esperamos ao diante delle receber, e querendolhos guallardoar como anos cabe teemos por bem e fazemollo Marques de Villa-Viçoza, e assim mandamos que se nomee daquy em diante se chame sem outra duvida nem embarguo algum e por firmeza dello lhe mandamos dar esta Carta signada per nos e asseelada do nosso Seello. Dada em a muy nobre e muy leal Cidade de Lisboa 25 dias de Mayo Lourenço de Guimaraens a fez anno de nosso Senhor Jesu Christo de 1455.

Por morte de seu irmão primogénito sucedeu na Casa deste[46], intitulando-se, já, «*neto de el Rei D. João, cuja alma Deus tenha, marquês de Vila Viçosa, conde de Ourém e Arraiolos, e senhor de Monforte*», numa carta de dez moios de trigo ao convento do Carmo de Lisboa, dada em Sacavém, a 25 de Setembro de 1460[47]. Não sucedeu, porém, no Marquesado de Valença, que, tendo sido concedido em vida, vagou para a Coroa, ficando, pois, de novo à disposição do Soberano. Assim como o Senhorio de Valença, este de seguida doado à Casa de Vila Real[48]. Morrendo o 1.º Duque de Bragança, em 1461, foi ainda D. Fernando o seu sucessor[49], a partir de aí tendo sido Marqueses de Vila Viçosa sempre os Duques de Bragança. A este propósito refere D. António Caetano de Sousa que «*em virtude da doação do Condestavel D. Nuno Alvares Pereira*

---

[45] Publicada em *Provas HGCRP*, t. III, p. 561.

[46] Carta régia de confirmação, de 22/9/1460: CUNHA, *op. cit.*, p. 66.

[47] *BSS*, vol. III, p. 285.
Note-se a anteposição do Condado de Ourém ao de Arraiolos; o que o avô concedera ao irmão ao que lhe concedera a ele, D. Fernando.

[48] Para as doações à Casa de Vila Real, ver § 2, *infra*.

[49] Carta régia de confirmação de 26/11/1461: CUNHA, *op. cit.*, p. 66.
Na carta de Fronteiro-mór passada a seu filho D. Fernando, futuro 3.º Duque de Bragança, a qual é de 15/1/1462, já aparece intitulado Duque de Bragança: *BSS*, vol. III, p. 286.

seu avô, que ElRey D. João I. confirmou, e approvou com todas aquellas clausulas, que podião ser necessárias para a sua validade, e firmeza, era D. Fernando indubitavel sucessor, como se vê da referida doação [...], *aonde diz estas palavras: E falecendo o filho mayor, e seus descendentes sem herdeiro lidimo, assim como dito he, fique ao outro filho do dito D. Affonso, e da dita minha filha*», por onde conclui aquele autor que «*evidentemente se vê a exclusão da outra linha; e porque não chegou à noticia de todos saberem desta doação, a quiz declarar neste lugar, para assim dissuadir aquelles, a quem lhes parecia duro passar a Casa a outro irmão, porque esta foy a mente do Condestavel, e delRey D. João I*»[50].

Tanto a concessão do Marquesado de Valença como a do de Vila Viçosa, ambas, merecem, ainda, alguns apontamentos.

Começando pelo Marquesado de Valença. Parece pacífico ter este a sua razão em serviços prestados pelo agraciado e designadamente no exercício de funções de representação externa do Rei e do Reino. Unânime já não é, porém, a determinação dos serviços em causa. Havendo quem aponte os serviços prestados por D. Afonso aquando da sua deslocação ao Concílio de Basileia, no qual, como se viu, participou na qualidade de embaixador do Rei de Portugal[51], há, também, quem aponte as funções que D. Afonso deveria exercer pelo casamento da Infanta D. Leonor[52].

Ora, os serviços prestados por D. Afonso aquando do Concílio de Basileia, estando certamente entre «*os muytos e grandes serviços que nos e nossos regnos avemos Recebidos do conde dourem*»[53], parecem, ainda assim, ser uma causa mediata da concessão; sendo a causa imediata «*os que ao diante delle esperamos que nos faça*»[54], isto é, por ocasião do casamento da Infanta D. Leonor. E tendo em vista não somente a remuneração de serviços, mas também a concessão do estatuto considerado adequado à função que deveria ser desempenhada.

De qualquer maneira, se a perspectiva do casamento imperial justificou a concessão, as anteriores viagens (designadamente aquando do Concílio de Basileia e do casamento da Infanta D. Isabel) tinham proporcionado ao agraciado (e aos que o acompanharam) o conhecimento *directo*[55] do título de «Marquês».

---

[50] *HGCRP*, t. V, pp. 101 e 102.

[51] É o caso de Manuel Severim de Faria: *Noticias de Portugal*, 2.ª ed., acrescentada pelo Padre D. José Barbosa, Lisboa, 1740, p. 131.

[52] PINHO LEAL, *op. cit.*, vol. 6, p. 324. «*O rei lhe fez* [a D. Afonso] *mercê d'este titulo, para hir conduzir a infanta D. Leonor, quando casou com o imperador Frederico III, partindo para a Austria a 20 do dito mez e anno*».

[53] Ver, *supra*, a carta de concessão do título.

[54] Ver carta de concessão.

[55] «Conhecimento *directo*», por contraposição ao conhecimento que o Conde de Ourém deveria ter de tal título por terceiros (*indirecto*, portanto); designada mas não exclusivamente pelo pai, o Conde de Barcelos, que viajou pela Europa.Ver a bibliografia mencionada na nota n.º 2.

Título até então inexistente em Portugal mas usado nos territórios do império carolíngio e do Sacro Império (que D. Afonso visitou), onde o *Margrave* (Marquês) de Brandeburgo chegaria a Príncipe-eleitor (Bula Dourada, 1356). Por aqui se retoma a possível influência germânica que acima se referiu[56].

Naturalmente, de um *ponto de vista material*, a mercê era *desnecessária*, considerado o reduzido número de títulos concedidos pelos monarcas portugueses até àquele momento, para além de três Duques de ascendência real havendo pouco mais de uma dezena de Condes, sendo o próprio embaixador um deles e filho herdeiro de um dos três Duques. Quanto aos Condados concedidos chegou, aliás, a correr que o Condestável – avô do embaixador D. Afonso – aceitara os de Ourém, Barcelos e Arraiolos com a condição de em sua vida não criar o Rei outros (o que, no entanto, segundo Braamcamp Freire, «*não pode ser exacto, porque a 7 de Julho de 1387, cinco meses antes de dar o último condado a D. Nuno Álvares Pereira, confirmou el Rei o condado de Neiva a D. Gonçalo Teles* [...]*; em 31 de Outubro de 1391 deu êste mesmo condado a seu filho bastardo D. Afonso, que só dez anos depois foi genro do condestável; e em princípios de 1424 já fizera conde de Vila Real a D. Pedro de Meneses*»[57]). De um *ponto de vista formal*, porém, a mercê tinha indiscutível importância. Porque os Estados são realidades imaginárias, cujo estatuto e, em último caso, sobrevivência dependem de práticas representativas do respectivo poder e rituais de projecção do mesmo junto de *actores* e *espectadores*. Ilustre-se o caso com a determinação de D. João V em interromper, em defesa do prestígio português, as relações de Portugal com a Santa Sé, por não ter sido oportunamente elevado ao cardinalato o núncio em Lisboa, como sucedia com os núncios nas cortes católicas de maior relevo (Viena, Paris e Madrid). Também por este prisma deve, pois, ser vista a elevação de D. Afonso ao Marquesado.

No que concerne ao Marquesado de Vila Viçosa dois apontamentos. O primeiro tem a ver com a data da respectiva concessão. 1455 é o ano geralmente apontado, por ter essa data a carta da respectiva concessão. Porém, referindo uma inscrição em campa raza existente na Igreja do Convento da Graça de Santarém, considera Braamcamp Freire que poderá a concessão ser anterior. Diz tal inscrição: «*aqui jaz a muito honrada e nobre senhora dona lionor de meneses / molher que foi do muy.to honrado e nobre S.or dõ fernando f.o primo genjto do m.to honrado presçado e nobre S.or dõ fernãdo neto de rey dõ Jõ marques de / vila viçosa e cõde daraiolos filha do m.to honrado e nobre S.or dõ / p.o de me-*

[56] Note-se que, em 1397, John Beaufort, meio irmão da Rainha Filipa de Lancastre, mulher de D. João I, tinha sido criado Marquês de Dorset, em Inglaterra, onde o título de «Marquês» existia, pelo menos, desde 1385 – data em que o Conde de Oxford, Robert de Vere, foi feito Marquês de Dublin.

[57] *BSS*, vol. III, p. 228.

neses conde de viana alferes mor delrey dõ eduarte capitã e governador que foy na cidade de cepta e almirante destes reg.os / finou em vij dias de mayo do ãno de nosso senior... de mil IIII.c lij»[58].

Conclui Braamcamp Freire que «*como a carta do título de Marquês de Vila Viçosa é de 25 de Maio de 1455 e a morte de D. Leonor teve lugar a 7 de Maio de 1452, havemos de admitir, ou que o epitáfio só foi gravado alguns anos depois da morte, ou que o título já estava concedido tempos antes de passada a respectiva carta. Qualquer das duas hipóteses é admissível.*»[59]. Ora, como refere o mesmo autor, «*na concessão dos títulos também havia grande variedade. Uns eram concedidos por carta especial, e assim sucedia geralmente com os que eram feitos de novo. Outros, os por sucessão, eram às vezes publicados por el Rei, que só muito depois assinava as cartas; aconteceu isto, por exemplo, ao 2.º conde de Linhares, a quem D. João III declarou conde a 15 de Setembro de 1556, mas que só teve carta a 14 de Agôsto de 1558*»[60].

No caso em apreço não se trata de sucessão de título, é certo, mas nada impede que tenha acontecido idêntico fenómeno.

Registe-se, aliás, como terceira possibilidade não ser um titular nomeado com o seu novo título, como sucedeu na carta assinada por D. Afonso V em 12 de Outubro de 1451 – um dia, portanto, após ter sido passada a carta do Marquesado de Valença –, pela qual o Rei ordenava a todas as justiças que respeitassem as propriedades, direitos, regalias e isenções do *Conde de Ourém*, chefe da comitiva da Infanta D. Leonor, bem como das pessoas que o acompanhavam, durante o tempo que andassem pelo estrangeiro, ficando estacionárias até ao seu regresso as demandas que corriam nos diversos tribunais ou que nesse intervalo fossem postas de novo[61].

Um segundo e último apontamento tem a ver com o facto de terem sido o Senhorio e o Marquesado de Vila Viçosa *confiscados* para a Coroa – como todos os restantes bens e títulos da Casa de Bragança –, por força da conspiração do 3.º Duque. Será, então, uma *renovação* ou uma criação *ex novo* a concessão do Marquesado de Vila Viçosa feita ao 4.º Duque? A resposta deve ser *renovação*, atendendo a que ao chamar os Bragança de volta ao Reino pretendeu D. Manuel *re-estabelecer* aquela Casa ducal.

É certo que os títulos de nobreza podiam ser concedidos *de juro e herdade* (significando da parte do Monarca que fazia a mercê a vontade de que o título fosse sempre renovado na linhagem do primeiro titular, quando essa obrigação não violasse a lei em vigor, criando assim uma obrigação para os Reis seus sucessores e sendo fundamento de recusa a indignidade do sucessor ou a colisão

[58] *BSS*, vol. I, p. 129.

[59] *BSS*, vol. I, p. 130.

[60] *BSS*, vol. III, p. 238.

[61] *AHP*, vol. VIII, pp. 35 e 36.

com a Lei Mental) ou *em vida* (caso no qual, para a renovação no sucessor do último beneficiário de concessão de vida, se requeria nova mercê da Coroa, que a tal não estava obrigada). E, neste último caso – em que cabia o Marquesado de Vila Viçosa –, cada nova *vida* deveria, em rigor jurídico, ser considerada uma mercê nova.

Porém, na prática, mesmo em tais casos, importa considerar, igualmente, o *animus* régio de assegurar a continuação de um dado título na mesma família. A letra do instrumento de concessão e designadamente as circunstâncias da mesma são, pois, fundamentais para o efeito. Ora, apesar do corte ditado pelas medidas que acompanharam a execução do 3.º Duque, quis D. Manuel, ao chamar os Bragança de volta ao Reino, *re-estabelecê-los*, numa lógica de sucessão familiar e de renovação. É o que resulta, por exemplo, da já mencionada carta de confirmação de D. Manuel I ao Duque de Bragança D. Jaime[62], na qual declara o Monarca que «*pedindonos o dito Duque meu sobrinho por merce, que lhe confirmassemos, e ouvessemos por confirmada a dita Carta, assy como nella era conteudo, e visto por nós seu requerimento, e querendolhe fazer graça, e merce, temos por bem, e lha confirmamos, e avemos por confirmada, assy, e na maneira que se nella conthem*».

A desgraça do 3.º Duque não implicou, por isso, um corte impeditivo de que se considere o Marquesado de Vila Viçosa o mais antigo em uso desde a morte do Marquês D. Afonso (1460) e até ao final da Monarquia (1910)[63]. Não foi o primeiro Marquesado em Portugal, que isso fique claro, pois foi-o o de Valença; mas, fruto do seu uso ininterrupto sempre por sucessão desde a data da concessão e fruto das circunstâncias históricas – diferentes das que enquadram o Marquesado de Valença –, era, repete-se, o mais antigo em uso em 1910.

§ 2. O 2.º Marquesado da Valença: renovação ou criação *ex novo*; a Capitania de Pernambuco; a prática da Corte

Do 1.º Conde de Vimioso, referido acima[64], foi 4.º neto D. Francisco de Paula de Portugal e Castro (1679-1749), 8.º Conde de Vimioso. Donatário da

---

[62] É a carta a que se refere a nota de rodapé n.º 28.

[63] De acordo com o *Boletim Oficial do Conselho de Nobreza*, publicado em 2000, é actualmente Marquês de Vila Viçosa S.A.R. o Duque de Bragança (n. 1945).
O Conselho de Nobreza era, de acordo com o artigo 11.º da Ordem de 10/2/1998, de S.A.R. o Duque de Bragança, o órgão com competência para todos os direitos nobiliárquicos vigentes na monarquia, designadamente a verificação e registo da sucessão legítima de Títulos ou Brasões de Armas, devendo, de acordo com o artigo 6.º da mesma Ordem, fazer publicar, periodicamente, o *Boletim Oficial do Conselho de Nobreza*, para dar conhecimento público das suas deliberações, bem como de jurisprudência ou doutrina aceite no âmbito da sua competência.

[64] Ver § 1, *b)*.

Capitania de Machico, na ilha da Madeira, membro do Conselho do Rei e Mordomo-mór da Rainha D. Maria Ana de Áustria, versado em letras e sócio e censor da Academia Real da História, foi D. Francisco também Marquês de Valença, por carta de D. João V, de 1716. Renovação do Marquesado de D. Afonso, primogénito do 1.º Duque de Bragança, ou criação régia *ex novo*? Isto é, em sucessão a D. Afonso ou com fundamento diverso?

Três argumentos podem ser invocados a favor de se tratar de uma mercê nova e antes de mais as circunstâncias em que a mesma foi feita, que apontam para fundamento diverso da sucessão a D. Afonso. Efectivamente, tal mercê foi o desfecho de um longo processo judicial, que opôs a Coroa aos Condes de Vimioso – competentemente representados pelo advogado Manuel Álvares Pegas (1635-1696)[65]. Longo processo motivado pela Capitania de Pernambuco, incluída na estratégia de *nacionalização* definida para as capitanias hereditárias.

Resumindo, em 1535, Duarte Coelho (n. *circa* 1480) tomou posse da capitania-donataria[66], a princípio baptizada de *Nova Lusitânia*, que pouco tempo depois foi rebaptizada de *Pernambuco*, tratando de aí instalar os primeiros engenhos de açúcar da colónia, ao mesmo tempo incentivando o plantio do algodão. Cerca de 1550 Pernambuco contava com 5 engenhos de açúcar e por volta de 1580 com cerca de 80. O cultivo da cana-de-açúcar adaptou-se facilmente ao clima e ao solo locais e, em pouco tempo, a capitania tornou-se uma das principais produtoras de açúcar do Brasil e, consequentemente, uma das mais prósperas e influentes capitanias hereditárias. A maior proximidade geográfica de Portugal, tornando mais barato o custo do transporte, a abundância do pau-brasil e os investimentos feitos pelo donatário na fundação de vilas e na pacificação dos índios são outros factores que explicam o progresso da capitania.

Tal prosperidade, entretanto, tinha transformado a capitania num ponto cobiçado por europeus. Em fins do século XVI, navios holandeses e hanseáticos começaram a procurar directamente o produto, gradualmente dominando o seu transporte para a Europa. Na Holanda, o açúcar desta procedência era refinado e reexportado para o Norte, de forma que uma parte considerável da economia holandesa dependia da regularidade do abastecimento de açúcar. Acresceu que, antes dominada pela Espanha e tendo conseguido a sua independência através

---

[65] Ver a sua *Allegação de direito por parte dos Condes de Vimioso, sobre a sucessão de Pernambuco*, Evora na Officina da Universidade, 1671.

[66] Capitania-donataria: manifestação do regime senhorial português, foi uma figura utilizada na construção do Império colonial português, pela qual o Rei fazia mercê a um particular de direitos soberanos sobre certos territórios, sem contudo abdicar da sua suprema jurisdição. Permitia assegurar a recompensa por serviços prestados, a evangelização e o povoamento das terras descobertas sem despesas para o Estado. Podiam ser concedidas *em vida* ou *de juro e herdade*, sendo, porém, de um modo geral, inalienáveis e indivisíveis. Por todos, ver: SALDANHA, António Vasconcelos de, *As Capitanias – O Regime Senhorial na Expansão Ultramarina Portuguesa*, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

da força, a República Holandesa viu em Pernambuco a oportunidade para impor um golpe na Espanha, a que Portugal se encontrava, então, ligado, por força da União Ibérica (1580-1640).

Em 1630, Pernambuco foi atacada e tomada pelos holandeses, que aí estabeleceram a colónia *Nova Holanda*, apenas sendo expulsos em 1654, na sequência da segunda Batalha dos Guararapes (1649). No mesmo ano, por carta de 4 de Dezembro, D. João IV, destituiu o donatário Duarte de Albuquerque Coelho (1591-1658) de qualquer poder sobre a capitania, com fundamento no alegado incumprimento pelos donatários das cláusulas da doação inicial, designadamente na defesa da capitania contra os holandeses. Para a decisão régia terão, porém, concorrido também a intenção de extensão da autoridade régia às possessões ultramarinas e as perspectivas de lucro que estas proporcionavam.

A reacção do donatário à decisão régia não tardou e teve lugar nos tribunais. Como outros donatários, Duarte de Albuquerque Coelho havia estado ausente da capitania. Mas, a partir de 1631, manteve-se ali e passou a integrar a resistência contra a entrada holandesa. Pela perda respectiva veio, mesmo, a ser agraciado por Filipe IV com o título de Conde de Pernambuco, ao qual viria a acrescer o Marquesado de Basto, em atenção ao facto de ser genro do 2.º Conde de Basto.

Após a aclamação do Duque de Bragança como Rei, permaneceu Duarte de Albuquerque Coelho na Corte castelhana e isso, «*nam sendo, como nunca foi, o dito Duarte de Albuquerque Coelho traidor a esta Coroa*»[67], não deve ter contribuído para que tivesse a simpatia de D. João IV. Na falta de varões, sucedeu-lhe, *mortis causa*, sua filha Maria Margarida de Castro e Albuquerque (n. *circa* 1630), casada com seu primo o 7.º Conde de Vimioso, D. Miguel de Portugal (1631-1687)[68], a qual, não tendo tido filhos, instituiu seu herdeiro o 8.º Conde de Vimioso, filho ilegítimo de seu marido.

Ora, foi precisamente com o 8.º Conde de Vimioso que o referido longo processo judicial conheceu um fim, mediante uma transacção pela qual Pernambuco passou definitivamente a capitania régia. O facto foi registado pelo 1.º Conde de Povolide nas suas *Memórias Históricas*: «*o Conde de Vimiozo, que venceo uã demanda que trazia com a Coroa havia muitos anos sobre Pernambuco, que foi dos Albuquerques, cujos rendimentos cabidos dizem que importavão mais de cinquenta mil cruzados, além da prop[r]iadade, fez consento por tudo com a Coroa, e se deu ao Conde o titolo de Marquês de Valença, e uã vida mais nele para seu filho, que logo ficou Conde de Vimiozo como filho de*

[67] Acórdão de 31/8/1677, respeitante à causa que correu entre os Condes de Vimioso e a Coroa, sobre a Capitania de Pernambuco, transcrita em SALDANHA, *op. cit.*, p. 323.

[68] O 7.º Conde de Vimioso era neto do 4.º Conde de Vimioso, D. Luís de Portugal (1555-1637), que casou com D. Joana de Castro Mendonça, filha do 1.º Conde de Basto, que, por sua vez, era avô também de D. Joana de Castro, casada com Duarte de Albuquerque Coelho, pais de Maria Margarida de Castro e Albuquerque.

Marquês, e oitenta mil cruzados pagos em quatro pagas ou mais»[69]. Diz a carta de concessão do Marquesado[70]:

Dom João por graça de Deos Rey de Portugal & c. Faço saber aos que esta minha Carta virem que por parte do Conde de Vimioso, Dom Francisco de Portugal, me foi apresentado hum Alvará do theor seguinte. Eu ElRey faço saber aos que este meu alvará virem que tendo respeito a me representar o Conde de Vimioso, Dom Francisco de Portugal, que elle desejava entrar em composição, na causa, que movia ao Procurador da minha Coroa, sobre a Capitania do Pernambuco, de que já tinha alcançado sentença contra elle, pelo que respeitava aos frutos, fuy servido ordenar ao mesmo Procurador da Coroa, que tendo respeito a haver pedido revista da dita Sentença, e esta não estar ainda liquida conferisse, e praticasse com o Conde algum ajuste, que me fosse conveniente, e ao mesmo Conde, para assim cessar a Causa e sua execução, se eu o approvasse, e houvesse por bem. E sendome hora presente, que o dito Procurador da Coroa da refferida digo da Coroa debaixo da refferida condição tinha conferido com o Conde, que desistindo elle da dita Causa e Sentença q tinha alcançado sobre os fruto, e de todo e qualquer direito que tivesse ou pudesse ter a propriedade da dita Capitania eu lhe faria mercê do titulo de Marquez em duas vidas, para elle e seu filho, duas na de Conde de Vimioso, para filho, e neto, huma nas Commendas, que ao presente logra, e de outenta mil cruzados por huma só vez, consignados e pagos nos rendimentos da mesma Capitania, em dez anos a oito mil cruzados cada hum; e considerando Eu, que este ajuste será util, e conveniente a Coroa, hey por bem de o approvar, ratificar, e confirmar, assim como fica refferido; e para se reduzir a escritura pública, ou termo judicial, com todas as clausulas, que em direito forem necessárias, por este dou poder a Francisco Mendes Galvão, do meu Conselho, Desembargador do Paço,

---

[69] POVOLIDE, Conde de, *Portugal, Lisboa e a Corte nos Reinados de D. Pedro II e de D. João V – Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde, 1.º Conde de Povolide*, introdução de António Vasconcelos de Saldanha e Carmen M. Radulet, Chaves Ferreira – Publicações, S.A., p. 274.

[70] ANTT, Chanc. de D. João V, l. 45, fls. 84 e 84 v. Transcrita (parcialmente e com ligeiras diferenças) nas *Provas HGCRP*, t. V, pp. 701 e 702.
Assinale-se ter sido a concessão feita *em vida* e não *de juro e herdade*, como foi o caso do Condado de Rezende, concedido, em 1754, em compensação pela Capitania de Ilhéus, com três dispensas da Lei Mental: «*Dom Jozé, etc., Faço saber aos que esta minha carta virem que Eu fuy servido em compensação da Capitania dos Ilheos, de que he Donatario o Almirante do Reino Dom António Joseph de Castro; e atendendo também a sua qualidade, e aos de quem descende, fazerlhe mercê, alem de outras, do titulo de Conde de Rezende, de juro e herdade dispensada trez vezes a Ley Mental* [...]» (ANTT, Chanc. de D. José, l. 83, fl. 207). Também *de juro e herdade* e com três dispensas da Lei Mental tinha tido lugar (1753) a mercê da vila de Anciães a Manuel António de Sousa e Melo, pela cessão da Capitania de Caeté à Coroa: SALDANHA, *op. cit.*, pp. 334 e 335.

e Procurador da dita Coroa, para que na forma refferida o possa concluir com o dito Conde, e constando que está feita a dita escritura publica, ou termo de desistência e transacção e que está julgado por Sentença no Juizo da Coroa, se passaram ao Conde pelas partes a que tocar os despachos necessários. Caetano de Sousa e Andrade o fez em Lisboa, aos dezasseis dias do mez de Janeiro de mil setecentos e dezasseis. Diogo de Mendonça Corte-Real o sobscrevi. Pedindome o dito Conde, que por quanto tinha dado cumprimento à condição do dito alvará havendo feito termo de desistência, e transacção, e estava julgado por Sentença, que apresentou, lhe mandasse passar Carta do titulo de Marquez da Villa de Valença, havendo Eu a isso respeito, e à boa vontade, que lhe tenho, esperando de quem elle he e dos de que descende me saberá merecer e servir toda a honra, e merce que lhe fizer me praz e hey por bem fazer-lha do titulo de Marquez da Villa de Valença, em uma vida para que seja e se chame Marquez da dita Villa e goze de todas as honras, preeminências, privilégios, prerrogativas, authoridades, graças, liberdades, e franquezas, que hão e tem, e de que gozão, e uzam e sempre uzarão os Marquezes neste Reyno, assim como por direito, uso ou costume delle lhe pertence das quaes em todo e por todo quero e mando que elle inteiramente goze e uze e possa uzar e que lhe sejão guardadas em todos os actos e tempos em que por direito, uzo, e costume deve deles uzar, sem a isso se lhe por duvida nem impedimento algum porque assim he minha merce e vontade com o qual titulo de Marquez haverá de assentamento em cada hum anno, o que direitamente lhe pertence, de que se lhe passará provizam pelo Conselho de minha Fazenda. E por firmeza de tudo lhe mandey dar a prezente por mim assinada, passada pela Chancellaria e sellada com o sello pendente della e constou por certidão dos officiaes dos nossos direitos, não os dever desta merce, por assim o determinar e no alvará referido e em seu registo se poram as verbas necessárias de como fica extincta a primeira vida do dito titulo de Marquez. Dada nesta Cidade de Lisboa aos dez dias do mez de Março. Antonio de Oliveira de Carvalho a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e dezasseis. Diogo de Mendonça Corte-Real a subscrevi. ElRey. Por alvará de 16 de Janeiro de 1716 e despacho de Sua Majestade de 18 de Fevereiro do dito anno. Joseph Galvão Lacerda. Pg. Nada por assim se determinar e aos officiaes com o cordão doze mil e cem rs. Lisboa 28 de Março de 1716. Dom Miguel Maldonado.

Note-se não ser aí feita qualquer referência a D. Afonso ou ao seu Marquesado, nem ao parentesco entre o agraciado e a família reinante, de cuja linha primogénita descendiam os Condes de Vimioso. Limitou-se o Monarca a declarar o que dele esperava, atendendo a «*quem elle he e dos de que descende*», fórmula geral e abstracta, comum em cartas semelhantes. Contrariamente, aliás, ao que fez, depois, o mesmo Monarca, por exemplo, numa carta de privilégios,

datada de 12 de Janeiro de 1750, passada ao «*Marquez de Valença meu m.to amado e prezado sobrinho*»[71] ou na carta de Marquês de Valença passada, em 15/7/1779, a D. Afonso Miguel de Portugal e Castro, na qual, depois de evocar funções desempenhadas pelos Marqueses de Valença e pelos Condes de Vimioso, declara a Rainha D. Maria I «*ser sobre tudo m.to conforme à Minha Real vontade que se continue a memoria de huma Illustre e benemérita Caza, com o justo explendor e honra de descendente da Real Caza de Bragança*»[72].

Ainda em 10 de Março de 1716, foi passada carta de Conde de Vimioso a D. José de Portugal, filho do Marquês D. Francisco.

No que concerne especificamente ao 2.º Marquesado de Valença, tudo se passou, por conseguinte, no quadro puro de uma transacção judicial, em que a própria designação do título parece ser mais o resultado de uma condição colocada pelos Condes de Vimioso do que de uma intenção régia (*animus*) de renovação do Marquesado de D. Afonso. Aliás, atentas as circunstâncias, poderia, até, a designação ter sido outra. Por exemplo, «Pernambuco», à semelhança do que viria a acontecer, por referência à Capitania da Bahia, com o Viscondado da mesma designação, concedido, note-se, *de juro e herdade*, com duas vidas fora de Lei Mental[73]; ou «Basto», em atenção à representação dessa Casa, cujo apelido («Castro») os Vimioso acrescentaram ao seu[74], que passou a «Portugal e Castro» (para mais tendo um «Marquesado de Basto» sido já então usado, embora por mercê filipina, pelos Albuquerque Coelho, cuja Capitania estava na base do pleito); ou, mesmo, «Vimioso», pela elevação do Condado a Marquesado, como sucedeu ainda no reinado de D. João V, por exemplo, com a Casa de Abrantes e, posteriormente, com as de Castelo Melhor, Ficalho, Penafiel, Ribeira Grande, Rio Maior ou Sabugosa.[75]

Compreende-se, não obstante, que a oportunidade tenha sido aproveitada pelos Vimioso para acrescer o já então enorme prestígio da Casa, associando-a expressa e inequivocamente ao 1.º Marquesado de Portugal.

Em suma, no sentido de que se tratou de uma criação *ex novo* e não de sucessão a D. Afonso, juntam-se a letra e o espírito da carta em causa (este último, apoiado nas circunstâncias da concessão), como preceituado pela hermenêutica jurídica. Não sendo argumento bastante em contrário a coincidência da mercê num descendente do 1.º Marquês.

---

[71] ANTT, Chanc. de D. João V, l. 130, fl. 43.

[72] ANTT, Chanc. D. Maria I, l. 13, fls. 357 e 357 v.

[73] Carta de 19/6/1796: ANTT, Chanc. de D. Maria I, l. 42, fl. 77 v. a 79.

[74] O apelido dos Condes de Vimioso era «Portugal», como refere D. António Caetano de Sousa, «*apelido de que usou como descendente dos Reys deste Reyno, honra permitida só aos que por varonia gozão do sangue Real*»: *HGCRP*, t. X, p. 539.

[75] Note-se que a Casa de Vimioso havia já sido agraciada com um Marquesado (de Aguiar), criado por D. João IV, em benefício do 5.º Conde.

O segundo argumento no sentido de ter sido o 2.º Marquesado de Valença uma criação *ex novo* encontra-se no facto de, como se viu acima, ter sido sucessor de D. Afonso não o seu filho (ilegítimo), também Afonso, de quem o 8.º Conde de Vimioso era representante, mas o Marquês de Vila Viçosa; que, como se referiu acima, cerca de um mês após a morte do irmão, ocorrida a 29 de Agosto de 1460, aparece, já, intitulado *Conde de Ourém*. Uma *renovação* deveria, pois, ter lugar na mesma linha familiar por onde seguiu o Condado de Ourém. E tal renovação, se pedida, teria certamente, por D. Afonso V, sido concedida à Casa de Bragança. Diversos motivos poderão, porém, não ter levado o Marquês de Vila Viçosa a procurar a renovação em si do Marquesado que fora do irmão. O primeiro desses motivos terá sido o menor significado do Marquesado de Valença face ao Condado de Ourém, sobre o qual pesava a prestigiante circunstância de ter sido usado pelo Santo Condestável, avô de D. Afonso e de D. Fernando; era factor determinante no quadro da estratégia definida pela Casa de Bragança para a consolidação e acréscimo do seu poder. Em segundo lugar, porque ele próprio era já Marquês e o desaparecimento do irmão tornava-o, mesmo, no único Marquês do Reino. Depois, o facto de pouco mais de um ano passado sobre a morte do irmão ter ele próprio ascendido a Duque, por morte do pai. Finalmente, um quarto motivo, ligando-se já com o seguinte e último argumento: o destino imediato dado à vila de Valença, mantida, como se verá, no círculo familiar dos Bragança e designadamente no da filiação de D. Fernando, chefe da Casa.

Assim, quatro anos após a morte do Marquês de Valença e a confirmação da sucessão na sua Casa ao Marquês de Vila Viçosa foi D. Henrique de Meneses, capitão de Alcácer, filho de D. Duarte de Meneses, Conde de Viana, e casado com D. Guiomar, filha dos 2.os Duques de Bragança, feito *Conde* de Valença, por carta de 20 de Julho de 1464. Manifestando o Rei querer que de ali em diante se chamasse «*Conde de Valença e Senhor de Caminha*», vilas de cujo senhorio lhe foi feita, igualmente, doação em sua vida[76]. Este facto, por si, não oferece inteiramente o argumento prometido, ademais tendo, por carta dada em Sintra, em 12 de Novembro de 1471, feito o Rei troca das vilas de Valença, Caminha e Vila Nova de Cerveira pela de Loulé, determinado que de ali em diante o Conde de Valença se chamasse Conde de Loulé[77]. A importância do facto está, porém, em ter sido o ponto de partida para aquele que, sim, é determinante: por carta de 12 de Dezembro de 1499, o Rei D. Manuel fez *Conde e Senhor de Valença e Senhor de Caminha e terra de Valadares* a D. Fernando de Meneses, 2.º Marquês de Vila Real e primo do Rei, primo e sobrinho do 1.º Conde de Valença[78]; dizendo que «*queremos que a dita villa de Valença para sempre seja*

[76] *BSS*, vol. III, p. 288.

[77] *BSS*, vol. III, p. 288.

[78] D. Pedro de Meneses, 1.º Conde de Vila Real, teve legítima D. Brites de Menezes,

condado, e a hajam e herdem com o dito titulo todos seus herdeiros e sucessores, ... e tanto, que por sucessão vierem, se chamem logo condes... sem mais lhe ser para isso necessário outra nossa autoridade»[79].

Logo, o título foi concedido de *juro e herdade* para sempre e para que se chamassem Condes de Valença os herdeiros e sucessores da Casa de Vila Real, sem necessidade de confirmação régia. E devendo Valença ser, para sempre, condado. Tal concessão, suprimindo, tácita mas inequivocamente, o Marquesado de Valença, entretanto vago, do *catálogo* de títulos ao dispor do Rei, fechou a possibilidade de tal Marquesado voltar a existir. Fecharia completamente, aliás, tal possibilidade se... a Casa de Vila Real não tivesse sido implicada na conspiração de 1641[80]. Sem isso não poderia, pura e simplesmente, ter havido um novo Marquesado de Valença; ou teria de ser encontrada uma forma alternativa de ser concretizada aquela eventual intenção, envolvendo necessariamente a Casa de Vila Real, detentora desse Senhorio e do Condado, *de juro e herdade* para sempre[81].

A este propósito refere, aliás, Pinho Leal que «*com o tempo, entrou o senhorio d'esta villa* [Valença], *na casa dos marquezes de Villa Real (Noronhas) onde permaneceu até á morte do ultimo marquez, e de seu filho, o duque de Caminha, que com seus cumplices, foram degolados* [...], *na praça do Rocio, de Lisboa, a 29 de agosto de 1641.* [...]. *Então o senhorio de Valença e todos os mais* [...], *passaram para a côroa, e de tudo isto formou D. João IV, a casa do infantado*»[82].

Em conclusão, para que a mercê do Marquesado de Valença a D. Francisco pudesse ser considerada a renovação de um título nobiliárquico anterior era exigível, antes de mais, uma clara intenção régia nesse sentido, mas também que as

---

2.ª Condessa de Vila Real, e ilegítimo D. Duarte de Menezes, 3.º Conde de Viana do Alentejo e 2.º Conde de Viana da Foz do Lima. Da primeira foi filho D. Pedro de Menezes, 3.º Conde e 1.º Marquês de Vila Real, que do seu casamento com D. Beatriz de Bragança, filha dos 2.os Duques de Bragança, teve D. Fernando de Menezes, 4.º Conde e 2.º Marquês de Vila Real e 2.º Conde de Valença.

De D. Duarte de Meneses foi filho D. Henrique de Menezes, 4.º Conde de Viana do Alentejo, 3.º Conde de Viana da Foz do Lima, 1.º Conde de Valença e, depois, 1.º Conde de Loulé, por troca com o anterior, que casou com D. Guiomar de Bragança, irmã da acima mencionada D. Beatriz de Bragança.

[79] *BSS*, vol. III, p. 356.

[80] Relativamente à implicação da Casa de Vila Real na conspiração de 1641, ver: WAGNER, Mafalda de Noronha, *A Casa de Vila Real e a Conspiração de 1641 contra D. João IV*, Edições Colibri, Lisboa, 2007.

[81] Como tinha acontecido no reinado de D. Manuel I com o Condado de Ourém, que, tendo sido, após a conspiração do Duque de Bragança, concedido à Casa de Vila Real, regressou à Casa de Bragança com a contrapartida de uma tença de 453.280 reais em duas vidas para a de Vila Real: *BSS*, vol. III, p. 338.

[82] *Op. cit.*, vol. 10, p. 127.

circunstâncias permitissem enquadrar tal intenção numa *renovação*. Ora, não somente não se pode concluir ter sido essa a intenção do Soberano ao elevar D. Francisco de Portugal ao Marquesado como impedem as circunstâncias que tal seja feito. Porque, em 1716, o Marquesado de Valença concedido a D. Afonso de Bragança estava, desde 1499, suprimido do *catálogo* de títulos ao dispor do Rei. Após a morte de D. Afonso, tal título vagou para a Coroa que dele poderia dispôr livremente (por se tratar de um título *em vida*) e que assim fez em 1499, determinando que deveria Valença ser um Condado para sempre.

Diversamente, porém, do que resultaria estritamente de uma análise jurídica-formal, não deixaram os Condes de Vimioso de se considerar e de serem considerados os 1.os Marqueses do Reino. Pinho Leal, por exemplo, deixaria registado que «*todos os marquezes de Valença se intitulavam primeiros marquezes de Portugal, por ser este marquezado o primeiro que se creou n'este reino*»[83]. E, já mais recentemente, refere o Boletim Oficial do Conselho de Nobreza[84] ser, à data da respectiva publicação, D. António Luís da Costa Patalim Lafetá de Portugal e Castro de Sousa Coutinho Castelo-Branco e Menezes "Marquês de Valença", *título criado por carta de 11 de Outubro de 1451*[85], ligando, por conseguinte, o Marquesado de Valença concedido no século XVIII ao Marquesado de Valença concedido no século XV.

A prática na Corte pode, porém, ter contribuído para a irradiação de tal ideia, sendo exemplo disso, já após a concessão do título, o recurso em correspondência oficial a fórmulas como a, já mencionada, de «*Marquez de Valença meu m.to amado e prezado sobrinho*»[86]. De «*sobrinho*» viria, aliás, sucessivamente a ser passada carta aos Marqueses de Valença[87], a tal tratamento também se referindo o 1.º Conde de Povolide nas suas memórias. «*O Marquês de Valença pidio mais juízes na causa que seu filho, o Conde de Vimiozo moveo ao Marquês de Castelo Rodrigo, Príncipe Pio*»[88], sendo que «*não se concederão mais juízes, como seu pai pidio a Sua Majestade, mas fez-lhe mercê de Marquês sobrinho como pertendia, e já traz a libré dos lacaios da côr da Casa Real, como trazia o Marquês de Goveia e trazem os seus criados, dispois que teve a*

---

[83] *Op. cit.*, vol. 10, p. 127.

[84] Ver nota n.º 63, *supra*.

[85] Segundo aquele Boletim, D. António Luís (n. 1925) era, então, também Marquês de Borba e Conde de Soure, sendo Conde de Vimioso, *de juro e herdade*, com honras de parente, e Conde do Redondo seu filho D. Fernando Patrício da Costa Patalim Lafetá de Portugal de Sousa Coutinho Castelo-Branco e Menezes (n. 1956): pp. 26, 46, 102, 115 e 125.

[86] Ver nota n.º 71, *supra*.

[87] Em 2/9/1756 ao Marquês D. José Miguel João (1706-1775) (ANTT, Chanc. de D. José I, l. 67, fl. 48); em 15/7/1779 ao Marquês D. Afonso Miguel (1748-1802) (ANTT, Chanc. de D. Maria I, l. 13, fl. 358) e em 12/2/1803 ao Marquês D. José Bernardino (1780-1840) (ANTT, Chanc. de D. Maria I, l. 67, fl. 289 v.).

[88] POVOLIDE, *op. cit.*, p. 415.

mercê de Marquês sobrinho [...]»[89]. Em causa estaria, pois, também aí um pleito judicial, porque «*o Marquês de Valença pertende a Casa de Castelo Rodrigo de que foi primeiro Marquês D. Cristovão de Moira, Português feito por Castela, de que tanto fala Manuel de Faria nos livros que compôs. Este Marquês de Castelo Rodrigo ficou, e seus filhos em Castela aonde sempre estiverão, e por capítolo das pazes que o Senhor Rei D. Pedro fez quando foi deposto o Senhor Rei D Afonço 6.o seu irmão, ficarão comendo em Castela esta Casa de Castelo Rodrigo, de que é pertença o palácio da Corte Real e a Quinta de Quelus, que pessue o Senhor Infante D. Francisco e paga aluguel disso*»[90].

III

É tempo de concluir:

1. Vila Viçosa, Senhorio da Casa de Bragança desde o final do século XIV, foi também Marquesado, concedido, em meados da centúria seguinte, a D. Fernando, filho secundogénito do 1.º Duque de Bragança.
2. Não tendo sido o 1.º Marquesado criado em Portugal, veio o título de Marquês de Vila Viçosa a tornar-se, cinco anos após a concessão e até ao final da Monarquia, no mais antigo Marquesado em uso, fruto do seu uso ininterrupto sempre por sucessão.
3. A referida antiguidade, acrescida, entre outros, do facto de ter sido Vila Viçosa a sede da Corte bragantina, poderia justificar que tivesse sido aquele o título de tratamento dos Duques nos seus domínios calipolenses; isso não aconteceu.
4. O primeiro Marquesado criado em Portugal foi o de Valença, a favor de D. Afonso, Conde de Ourém e filho primogénito do 1.º Duque de Bragança, falecido sem sucessão legítima, em 1460.
5. Após a morte de D. Afonso, o título de Marquês de Valença vagou para a Coroa, que, assim, podia dispor dele livremente; e que o fez, eliminando-o tacitamente, em 1499, do *catálogo* de títulos ao seu dispor.
6. Por isso, o Marquesado de Valença em uso em 1910 não era, nem podia ser, uma renovação do de D. Afonso; era uma mercê que remontava a 1716, concedida, é certo, a um descendente do Marquês D. Afonso.

---

[89] POVOLIDE, *op. cit.*, p. 415.

[90] POVOLIDE, *op. cit.*, p. 410.
O 5.º Conde de Vimioso e 1.º Marquês de Aguiar, D. Afonso de Portugal, casou com D. Maria de Mendonça, filha dos 1.os Marqueses de Castelo Rodrigo. Tendo a descendência do 2.º Marquês de Castelo Rodrigo permanecido em Castela, após a Restauração de 1640, reclamaram os Condes de Vimioso a sucessão daquela Casa, por direito de representação, na falta de mais varões, de D. Maria de Mendonça.

AS HERDADES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BORBA EM OLIVENÇA

João Miguel Simões

Entre 2002 e 2006, a Santa Casa da Misericórdia de Borba empreendeu uma política notável de recuperação e dinamização do seu património cultural, nomeadamente artístico e arquivístico. De facto, neste pequeno espaço de tempo, a instituição borbense restaurou a sua igreja, organizou o arquivo histórico, encomendou a redacção da sua monografia histórica e publicou os resultados, transformando-se assim num exemplo para a região.

No decorrer da inventariação do arquivo e da redacção da monografia histórica, encontrámos inúmeras referências a Olivença que permaneciam totalmente inéditas. A Santa Casa da Misericórdia de Borba ao longo dos séculos foi recebendo inúmeras doações de terras por todo o Alentejo, situando-se algumas delas no concelho de Olivença.

Após a Guerra das Laranjas em 1801, a instituição borbense não perdeu o domínio destas propriedades graças à celebração de um protocolo com a sua congénere oliventina dando-lhe poderes para cobrar as suas rendas.

Os vestígios destes domínios na margem esquerda do Guadiana continuaram até à segunda metade do século XX, contribuindo para o nascimento de uma sólida amizade entre as misericórdias de Borba e Olivença.

1 A origem dos domínios da Santa Casa da Misericórdia de Borba em Olivença

A Santa Casa da Misericórdia de Borba foi fundada como "Irmandade do Santo Espírito de Nossa Senhora" no dia 26 de Junho de 1379 já com uma vo-

cação assistencial. No século XV possuía uma albergaria e nos inícios do XVI um hospital. Este enriquecimento despertou as atenções do Duque de Bragança, D. Jaime, que, reivindicando o facto de ser o donatário da vila de Borba, tomou posse em 1511 dos bens da instituição nomeando o seu capelão como provedor.

Esta apropriação ilegítima levou os confrades da irmandade a reivindicarem junto da Coroa a transformação da confraria em Santa Casa da Misericórdia, ficando assim a instituição dependente directamente do monarca e livre das sucessivas tentativas de usurpação protagonizadas pela Casa de Bragança e pela Ordem Militar de São Bento de Avis.

Esta conversão só se efectivou em 18 de Junho de 1524, anos depois da apropriação do Duque de Bragança e da morte de D. Manuel. O Hospital da vila de Borba ainda permaneceu por alguns anos dependente da Casa de Bragança tendo sido devolvido à Santa Casa algures no século XVI[1].

Apesar da conversão da irmandade em Santa Casa da Misericórdia ter nascido pela vontade de fugir da alçada do Duque de Bragança, esta acabou por ser benéfica para a instituição que viu ao longo de todo o século XVI o seu património crescer graças a grandes doações de membros da nobreza local, borbenses enriquecidos pela diáspora ultramarina, membros do clero e proprietários agrícolas. Das mais de quinhentas propriedades imobiliárias que a Santa Casa possuía no final do Antigo Regime, as maiores, mais ricas e mais rentáveis eram as "Herdades de Olivença", um conjunto fundiário conseguido graças à doação de dois borbenses:

1.1 Manuel Lobo de Pina

Manuel Lobo de Pina foi um borbense que desfrutou das aventuras e riquezas que as Descobertas e a Expansão portuguesa ofereciam no século XVI. Este homem nasceu em Borba nos finais do século XV e acabou por falecer em Badajoz. Aqui redigiu o seu testamento a 8 de Junho de 1559, documento escrito em castelhano por imposição do tabelião[2].

A Santa Casa da Misericórdia de Borba foi escolhida pelo testador para ser a sua universal herdeira, para com o dinheiro providenciar a sustentação dos pobres da vila. Nos seus bens contavam-se um juro de 250.000 reais anuais na Casa da Índia e diversas herdades, nomeadamente em Olivença, que renderiam anualmente 121.000 reais à instituição. Por disposição testamentária, estes bens nunca poderiam ser vendidos pela Misericórdia. Em troca, a Santa Casa ficava obrigada a rezar por sua alma uma missa diária na capela privativa da Igreja Matriz de Borba que este doador também deixou à instituição.

---

[1] Cf. SIMÕES, João Miguel, *História da Santa Casa da Misericórdia de Borba*, 2006, pp. 27 a 31.

[2] Cf. SCMBRB\C\A\03\ Lv 102, fls. 1v a 5.

Para que Manuel Lobo de Pina recebesse um juro de 250.000 reais anuais na Casa da Índia, necessitou fazer um depósito de 5.000.000 de reais, pois o juro era de 5%. Esta era uma quantia verdadeiramente astronómica para a época.

A primeira informação que conhecemos de Manuel Lobo de Pina advém de um dos mais preciosos documentos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Borba: o requerimento que este doador apresentou à Rainha D. Catarina de Áustria em 17 de Setembro de 1555[3].

Neste documento, Manuel Lobo de Pina afirmou que, no ano de 1529, estava em Malaca e decidiu partir para as ilhas Molucas. Na fortaleza de Malaca deixou ao cuidado de um tal Pedro Fernandes uma grande quantidade de cravinho. O capitão da fortaleza, o célebre Pedro de Faria cujas aventuras Fernão Mendes Pinto narrou n'*A Peregrinação*, tomou posse das suas especiarias e enviou-as para Cochim, na Índia, na nau Santo André. Aí, tomou posse das especiarias o feitor da fortaleza de Cochim, chamado António da Fonseca.

Em Malaca, as especiarias pesavam 343 quintais, 2 arrobas e 2 arráteis, mas em Cochim verificaram que possuíam mais 34 quintais e 16 arráteis. Como não faltava qualquer cravo em Malaca nem veio outro cravo na nau Santo André, consideraram todos que as especiarias de Manuel Lobo de Pina pesavam na realidade 377 quintais, 2 arrobas e 18 arráteis. Mas em 1555 ainda não lhe haviam pago a diferença, pelo que apresentou este requerimento à Rainha. Ao processo juntou diversas certidões assinadas pelos intervenientes. Todas têm a assinatura de algumas das mais importantes figuras dos Descobrimentos portugueses.

No início do ano de 1534, Manuel Lobo de Pina já se encontrava em Portugal. Enriquecido pelas aventuras na Índia, o borbense regressou à terra natal sedento de reconhecimento. Casou a irmã, Maria Loba com o fidalgo castelhano Juan Nuñez de Prado, natural de Badajoz[4]. Pouco tempo depois, comprou algumas propriedades ao cunhado, o que deixa antever um casamento de conveniência[5]. O nobre castelhano estava falido e necessitava do dinheiro do borbense.

Manuel Lobo de Pina também faz um casamento por conveniência. Em 1539 a sua mulher era a filha de Francisco Misurado, cavaleiro fidalgo da Casa d'El Rei, que estava profundamente endividado. Este indivíduo devia 200.000 reais à Fazenda Real pela sua administração danosa do Almoxarifado de Estremoz nos anos de 1531 e 1532. Manuel Lobo de Pina, que na época vivia em Olivença, emprestou-lhe o dinheiro dos 250.000 reais que haveria de receber nesse ano do juro da Casa da Índia com a condição de Francisco Misurado lhe fazer procuração para se vender a Herdade do Romal, na freguesia de São Lourenço, em Olivença, para com o dinheiro pagar a sua dívida. Manuel Lobo de

[3] Cf. SCMBRB\C\A\02\ Mç 098\ Pç 001.

[4] Cf. SCMBRB\C\A\03\Lv 101\fl. 352.

[5] Cf. Idem, fls. 354 e 356.

Pina que desejava aplicar o dinheiro conseguido na Índia na aquisição de propriedades agrícolas que lhe dessem um rendimento acabou por comprar ele próprio a herdade do sogro, tendo concluído o negócio a 31 de Dezembro de 1541[6].

No seu testamento[7], redigido em 1559, Manuel Lobo de Pina nomeou a Santa Casa da Misericórdia como universal herdeira. Contudo fez alguns legados a amigos e familiares. Deixou à sua irmã, Maria Loba, 20 ducados em moeda castelhana. Ao seu escravo Sebastião, de nação índia, deixou-o forro e deu-lhe um burro. Mandou que lhe dessem, enquanto fosse vivo, 15 alqueires de trigo da Herdade da Água Insonsa, no termo de Elvas. A Tomé, outro escravo, mandou que servisse o seu amigo João Jácome. Também perdoou as dívidas de Damião Pazes, seu sobrinho.

Neste documento, Manuel Lobo de Pina demonstrou o desejo de ser enterrado em Borba, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Soveral. Esta igreja estava na época a ser reconstruída de raiz, pelo que o borbense desejou também contribuir para a sua conclusão. Deixou encarregue dessa tarefa a João Jácome Cizino, comendador da Ordem de Cristo, morador em Estremoz. O testador mandou construir uma capela quadrada, com quatro varas de lado, mandando que no seu interior se enterrasse também o seu filho Pedro Lobo, sepultado na Capela de Nossa Senhora da Guia do Mosteiro de Santo Agostinho de Badajoz. A capela borbense ainda hoje existe. Trata-se da actual capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso, a primeira do lado da epístola. Esta ostenta ainda a sua arca tumular em mármore assente sobre dois leões e decorada com o brasão familiar.

A 22 de Junho de 1595, o Arcebispo de Évora, D. Teotónio de Bragança, emitiu uma patente em resposta a uma petição da Santa Casa da Misericórdia de Borba autorizando-a a celebrar a missa nesta capela. Os irmãos afirmaram nessa petição que Manuel Lobo de Pina lhes deixou toda a sua fortuna pessoal com a obrigação de uma missa diária a ser celebrada *em uma capela sua que está na igreja matriz da dita vila em que jaz sepultado e nela tem um altar ora novamente alevantado ornado de todo o necessário*[8].

O Arcebispo mandou visitar a capela e foi informado que estava decentemente ornada pelo que, permitiu que aí fosse celebrada a dita missa com a condição dessa capela ser fiscalizada, todos os anos, pelos delegados do Arcebispado. Note-se a ingerência da Diocese num templo da Ordem de Avis.

Após a transição destas missas para a Igreja da Santa Casa, em 1731, a capela de Manuel Lobo de Pina foi entregue à Irmandade de Nossa Senhora do Bom Sucesso que passou a administrá-la, sem ter, contudo, a sua posse directa, que permaneceu na Misericórdia.

---

[6] Cf. SCMBRB\C\A\02\Mç 098\Pç 003.

[7] Cf. SCMBRB\C\A\03\ Lv 102, fls. 1v a 5.

[8] SCMBRB\A\02\Mç 026\ Pç 001.

1.2. Padre Diogo Rodrigues Velho e irmãs

O Padre Diogo Rodrigues Velho fez um testamento em comum com as suas duas irmãs, Catarina Bela e Isabel Bela, a 31 de Julho de 1676[9]. Todos os três irmãos viviam na Rua de São Francisco em Borba e desejavam sepultar-se na Igreja de Nossa Senhora do Soveral. Uma das suas primeiras preocupações foi manifestar que deviam 20.000 réis a Simão Fernandes, que não podia provar esta dívida porque os autos que a certificava haviam sido destruídos com a invasão castelhana de 1662. Veja-se a violência desta invasão que não poupou os cartórios notariais da vila de Borba. Nomearam como testamenteiro o sobrinho Luís Velho que, por morte dos três irmãos, herdaria todos os bens. Contudo, o Padre Diogo Rodrigues Velho e as suas duas irmãs colocaram uma cláusula em que seus bens passariam todos para a Santa Casa da Misericórdia de Borba quando o último dos três morresse.

Estes bens haviam sido instituídos em morgado e englobavam bens móveis e imóveis, sendo constituído por ouro, prata lavrada, trigo, vinho e azeite e constava nas notas do tabelião Manuel Rodrigues Torres.

Quando os bens transitassem para a Misericórdia, os doadores mandavam que o seu rendimento fosse aplicado na assistência dos mais pobres, privilegiando os mais honrados e virtuosos.

Neste morgado incluíam-se vários latifúndios, como a Herdade de A-do-Monte, no concelho de Monforte, a Herdade de A-do-Leitão, no concelho de Sousel, rendimentos sobre a Herdade do Poço dos Negros, no concelho de Estremoz, a Herdade do Outeiro no concelho de Monforte, a Herdade das Almoínhas no antigo concelho de Juromenha, e as Herdades da Chaminé, da Fonte da Silva, de Santo Amaro e do Freixo no concelho de Olivença. Estas últimas foram adquiridas a 16 de Junho de 1673 pelo doador[10].

Nos finais do século XVIII estes bens rendiam à Santa Casa da Misericórdia de Borba a quantia de 746.775 réis por ano sendo esta uma das principais doações feitas à instituição.

2 A Gestão das "Herdades de Olivença" até 1801

Graças a estas duas doações, a Santa Casa da Misericórdia de Borba possuía no termo do concelho de Olivença as seguintes propriedades:

a) Herdade do Romal e parte da Herdade da Fonte da Silva, por doação de Manuel Lobo de Pina, em 1559;
b) Herdades de Santo Amaro, Freixo, Chaminé e resto da Fonte da Silva, por doação do Padre Diogo Rodrigues Velho e suas irmãs, em 1676.

[9] Cf. SCMBRB\C\A\03\Lv 102, fls. 23 a 39.
[10] Cf. SCMBRB\C\A\Mç 097\Pç 200

Assim temos dois momentos distintos em que as Herdades de Olivença têm um peso diferente na administração da Santa Casa. Um primeiro, no século XVI e grande parte do XVII onde os interesses da Santa Casa da Misericórdia de Borba se resumiam à Herdade do Romal e depois, no final do século XVII e todo o século XVIII onde a presença da misericórdia borbense saiu reforçada com o ingresso das outras quatro herdades.

As Herdades de Olivença foram sempre um caso à parte dentro da administração da Santa Casa da Misericórdia de Borba pois em vez de serem aforadas, como era a prática comum na época, eram arrendadas de três em três anos. O arrendamento era muito mais vantajoso ao proprietário que podia rever periodicamente o valor da renda. O aforamento, por outro lado, era celebrado em três vidas (a longo prazo) e por isso o valor do foro decaía muitas vezes devido à inflação sem que o senhorio pudesse actualizar as rendas. A Lei Portuguesa obrigava que as várias congregações de foro canónico (irmandades, conventos, misericórdias) apenas pudessem deter os bens imóveis em regime de aforamento para impedir que a Igreja tivesse um maior controlo sobre as terras.

Não sabemos qual a razão porque as Herdades de Olivença foram sempre uma excepção a este regime. É certo que as misericórdias, pela sua vertente assistencial, conseguiam frequentemente um regime de excepção conferido expressamente para o efeito pelo Estado, embora o diploma dessa condição não se encontre no arquivo. De qualquer forma, esta excepção provocou que a Misericórdia de Borba obtivesse grandes rendimentos provenientes destes bens.

As doações testamentárias a instituições eram sempre contestadas pelos herdeiros dos doadores que desejavam impugnar a decisão do proprietário. A doação de Manuel Lobo de Pina não foi excepção. Em Março de 1579, uma nota de despesa refere que o "requerente" da Santa Casa recebeu 200 reais por tratar de assuntos em Olivença[11]. A documentação não refere quais eram estes assuntos mas deixa adivinhar que haveria contestações nos tribunais à referida doação.

Pouco depois, teve de ser contratado um tal Francisco Mendes que foi a Elvas e a Lisboa em representação da Santa Casa no *agravo de Olivença*[12].

Em 1583, esta situação ainda não estava resolvida tendo sido enviados dois irmãos a Olivença a negociar certos assuntos da Santa Casa que já se deveriam arrastar há alguns anos[13]. A resolução do "agravo de Olivença" deu-se com a partilha dos bens de Manuel Lobo de Pina entre a Misericórdia de Borba e os seus herdeiros, ficando a primeira com os bens imobilários, onde se destacava a Herdade do Romal em Olivença, e os segundos com o juro da Casa da Índia.

---

[11] Cf. SCMBRB\C\B\01\Lv 411, fl. 64v.

[12] Cf. SCMBRB\C\B\01\Lv 412, fl. 13.

[13] Cf. SCMBRB\C\B\01\Lv 416, fl. 19.

A par destes problemas jurídicos, a Santa Casa da Misericórdia de Borba também enfrentou os maus anos agrícolas. Na colheita de 1579[14], o lavrador Vasco Afonso Gatão, arrendatário da Herdade da Fonte da Silva viu a sua renda parcialmente perdoada devido às más colheitas, não antes da Herdade ser visitada por dois irmãos da Santa Casa que confirmaram a situação de calamidade agrícola.

O ano seguinte (1580) foi duplamente nefasto para a região. Além da peste que passou por Borba, o ano também foi muito mau para a agricultura devido ao granizo[15]. A Herdade da Fonte da Silva, ficou isenta de pagar a renda por não se esperar qualquer trigo.

Durante a Guerra da Restauração (1640-1668) as tropas castelhanas haviam invadido a Herdade da Fonte da Silva e arrancado os seus olivais, ficando esta propriedade sem lavrador que a rentabilizasse[16]. Esta só foi reparada por ordem da Mesa em 1671-1672[17]

Em 1677, comprou-se uma courela em Olivença, junto à Herdade da Fonte da Silva, para ser arrendada[18]. A manutenção das Herdades de Olivença no regime excepcional de arrendamento (e não de aforamento) proporcionava grandes rendimentos à instituição borbense. Em 1699, procedeu-se à recuperação da Ermida de Santo Amaro cita na Herdade com o mesmo nome, onde a Misericórdia gastou 10.740 réis[19]. Esta é a mais antiga referência conhecida à Ermida de Santo Amaro não havendo referência documental à sua construção, pelo que não sabemos se esta foi construída pela Santa Casa da Misericórdia de Borba ou pelos anteriores proprietários.

Em 1704, as Herdades de Olivença estiveram na base de mais uma disputa jurídica, desta vez com os rendeiros. Os tribunais decidiram a favor da Santa Casa que recebeu mais de 800.000 réis, verba que foi utilizada para cobrir o défice financeiro desse ano e aplicada em juros[20].

A 6 de Fevereiro de 1729, a Mesa permitiu que o ermitão Manuel Lopes construísse umas casas para sua residência junto à Ermida de Santo Amaro[21].

A segunda metade do século XVIII, ficou marcada por três anos consecutivos de maus resultados nas Herdades de Olivença. A colheita de 1750 foi bastante prejudicada por uma praga de gafanhotos que afectou principalmente as

[14] Cf. SCMBRB\C\B\01\Lv 411, fl. 135v.
[15] Cf. SCMBRB\C\B\01\Lv 412, fls. 179 e seguintes.
[16] Cf. SCMBRB\C\B\01\Lv 468, fl. 9.
[17] Cf. SCMBRB\C\B\01\Lv 471, fl. 67 a 70v.
[18] Cf. SCMBRB\C\B\01\Lv 478, fl. 196v.
[19] Cf. SCMBRB\C\B\01\Lv 498, fl. 121.
[20] Cf. SCMBRB\C\B\01\Lv 503, fl. 184v.
[21] Cf. SCMBRB\B\01\Lv 041, fl. 4 v.

Herdades de Santo Amaro e Freixo, obrigando ao perdão de 100.000 réis na renda desse ano[22].

No ano seguinte, na colheita de 1751, a Herdade de Santo Amaro teve novamente um mau ano devido ao excesso de chuva fora de época que destruiu as colheitas[23].

Finalmente, em 1752, verificou-se um mau ano agrícola generalizado nas Herdades de Olivença, levando a instituição a reduzir as rendas cobradas[24].

O ano de 1763 também não foi muito bom para a agricultura. Os lavradores das Herdades de Olivença queixaram-se da guerra, pois os espanhóis, ao primeiro sinal de conflito, invadiam aquela vila portuguesa e destruíam os campos[25].

Os anos de 1750-1752 e 1763 foram de facto a excepção em mais de cem anos de colheitas prósperas. O rendimento das Herdades de Olivença constituiu ao longo de todo o século XVIII a principal fonte de receita imobiliária da Santa Casa da Misericórdia de Borba e contribuíram em muito para a assistência dos desfavorecidos daquela vila alentejana. De facto, ao longo deste século, o Hospital recebeu duas campanhas de obras profundas e o corpo clínico foi aumentado para doze elementos entre médicos, cirurgiões, enfermeiros, barbeiros e ajudantes. De igual forma, a nível artístico, foi também no século XVIII que a Santa Casa da Misericórdia recebeu um novo conjunto de retábulos em talha dourada, um novo revestimento decorativo no interior da sacristia, um novo órgão e diversas campanhas decorativas no hospital e na igreja.

3 A Gestão das "Herdades de Olivença" depois de 1801

A 20 de Maio de 1801, o Alentejo foi invadido em quatro pontos diferentes. Logo no primeiro dia caiu Olivença sem resistência. Juromenha caiu logo a seguir. Elvas resistiu por alguns dias. Campo Maior foi defendido por dezoito dias com a ajuda de todo o povo. Portugal assinou então o tratado de Badajoz que incluía a cláusula da cedência de Olivença a Espanha, apesar das conquistas territoriais não serem o objectivo inicial da Espanha. De facto, o objectivo da Guerra das Laranjas era fazer com que Portugal fechasse os seus portos à Inglaterra.

A consequência directa deste conflito na administração da Santa Casa da Misericórdia de Borba foi que as herdades mais importantes da instituição passaram a ficar no reino de Espanha. O exercício do poder de propriedade por parte da Santa Casa ficava assim comprometido.

---

[22] Cf. SCMBRB\B\01\Lv 041, fl. 125.

[23] Cf. Idem, fl. 128v.

[24] Cf. Idem, fl. 138.

[25] Cf. Idem, fl. 193v.

Na mesma situação ficava a Santa Casa da Misericórdia de Olivença que também dispunha de algumas propriedades no concelho de Borba e noutros municípios do lado português. A solução foi bastante engenhosa. Ambas as Misericórdias celebraram um contrato em que a cada uma delas representaria a outra no seu lado da fronteira. A Santa Casa de Olivença cobraria no seu concelho os rendimentos da Misericórdia de Borba e a de Borba cobrava os rendimentos da de Olivença em Portugal. No final de cada ano confrontavam-se as contas e procedia-se ao pagamento das diferenças. Este contrato foi celebrado em 1804 e vigorou por quase todo o século XIX[26].

A 25 de Setembro de 1806 fez-se a primeira renegociação das Herdades de Olivença, agora sob o domínio espanhol. O lavrador Antão Francisco aforou as Herdades de Santo Amaro e Freixo pela quantia de 230.000 réis anuais. As cláusulas deste contrato revelam as dificuldades logísticas na manutenção destas propriedades. Em primeiro lugar, as propriedades passaram a ser "aforadas" e não "arrendadas" como até aí, o que retirava quase todo o senhorio à Santa Casa de Borba. O lavrador arrendatário era agora enfiteuta passando a ter todos os direitos e deveres de um proprietário. O dinheiro do foro tinha de ser livre, isento de qualquer contribuição que o Estado Espanhol quisesse impor sobre as propriedades. O foro tinha de ser em dinheiro português. Caso fosse em dinheiro espanhol, o enfiteuta tinha de pagar a taxa de câmbio que fosse cobrada na sua conversão. O dinheiro tinha de chegar a Borba por sua conta e risco, o que pressupõem riscos acrescidos agora que Olivença estava sob o domínio espanhol[27].

A transição de arrendamento para aforamento nas Herdades de Olivença era uma imposição do governo espanhol que obrigava todas as Misericórdias a possuírem apenas propriedades imobiliárias em regime de aforamento. Em Portugal, as Misericórdias gozavam de um regime de excepção pela sua vertente assistencial, e podiam assim possuir, comprar, vender e arrendar propriedades agrícolas. Contudo, em Espanha, as Misericórdias eram consideradas irmandades como outras quaisquer, perdendo assim o regime de excepção que tinham em Portugal. Em 2 de Fevereiro de 1808, foi a vez da Herdade da Chaminé transitar do regime de arrendamento para o de aforamento[28].

A Misericórdia de Borba esperava contornar a situação através do aforamento pela mesma quantia da renda, para que, a nível financeiro, a situação se mantivesse. Contudo, o regime de aforamento implicava a perda da propriedade. O enfiteuta podia agora vender e arrendar a propriedade sem que a Misericórdia de Borba tivesse qualquer palavra. O aforamento implicava também que o domínio útil jamais regressaria à Misericórdia de Borba e que o foro não aumentaria.

---

[26] Cf. SCMBRB\A\02\Lv 040, fls. 2 e 2v.

[27] Cf. SCMBRB\B\01\Lv 042, fl. 49.

[28] Cf. Idem, fls. 53v e 54.

O protocolo entre as duas misericórdias levou ao estreitamento de relações entre ambas as instituições. Em Agosto de 1816, houve alguns conflitos entre a Santa Casa de Borba e o prior da Igreja de São Bartolomeu desta vila. Apesar de ter havido uma sentença do Provedor da Comarca que dava a presidência dos enterramentos à Misericórdia e não ao prior, aquele sacerdote teimava em retirar protagonismo à instituição. Segundo se refere, este caso não era único. Em Olivença, aconteciam casos semelhantes, pelo que a Mesa decidiu pedir esclarecimentos à Misericórdia daquela vila sobre o que se tinha lá passado e a decisão que houve[29]. Note-se que, apesar de Olivença estar sob soberania espanhola, os contactos entre as Misericórdias continuavam e a de Borba considerava que o exemplo do que se tinha passado em Olivença era perfeitamente aplicável ao caso borbense.

A 16 de Julho de 1826, a nova Mesa revelou um espírito bastante liberal ao analisar os problemas das Herdades de Olivença. Com a passagem daquelas propriedades para o Reino de Espanha, as herdades estavam sujeitas a grandes contribuições fiscais, devido à dupla tributação. De igual forma, a transferência dos rendimentos era muito perigosa devido aos salteadores que abundavam na fronteira. A Mesa decidiu então solicitar ao Desembargo do Paço uma autorização para vender aquelas herdades e comprar com o dinheiro outras em território português[30].

A 31 de Outubro de 1827 fez-se uma nova tentativa para se alienar as Herdades de Olivença. A Mesa pediu ao secretário da Santa Casa que escrevesse ao seu sobrinho residente em Lisboa, António José Moniz, para que intercedesse junto do Desembargo do Paço para ser emitida a autorização que permitisse a Santa Casa vender as herdades que possuía no território de Olivença[31]. A política em Lisboa fervilhava demasiado para que as instituições funcionassem convenientemente. Além disto, desde que Palmela ocupara a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros que o Estado português havia mudado de opinião sobre a situação de Olivença. Palmela havia elaborado uma fundamentação legal que obrigava Espanha a devolver aquela localidade, conseguindo quase a sua concretização. A crise política que se vivia nos dois países desde 1820 impediu este feito. De qualquer forma, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros não queria prescindir dos direitos portugueses sobre Olivença e não via com bons olhos o abandono dos interesses nacionais naquela localidade. Assim, pretendia-se que a Santa Casa mantivesse a propriedade das herdades de Olivença para que não se cortassem os contactos entre os dois lados do Guadiana. A nível político justifica-se esta acção, mas a nível financeiro era algo bastante problemático para a Misericórdia de Borba. As Herdades de Olivença

[29] Cf. Idem, fl. 96.

[30] Cf. Idem, fl. 184v.

[31] Cf. Idem, fl. 193v.

eram das mais rentáveis, mas desde que haviam passado para a soberania espanhola a cobrança dos seus rendimentos tornara-se muito difícil.

A Santa Casa tentou contornar o problema dos salteadores de estrada mandando um procurador a Olivença para cobrar as suas rendas naquela vila com ordem de depositar o dinheiro na Casa de Manuel Gomes da Rosa que lhe passaria uma letra para levantar o dinheiro em Portugal, não arriscando a viagem com os valores[32].

A 4 de Dezembro de 1831, a Misericórdia de Borba entrou em conflito com a de Olivença. A balança começou a ficar desequilibrada para a de Borba, tendo o provedor de Olivença solicitando que lhe pagassem o crédito devido. A Mesa de Borba mandou dizer que havia ainda muito por cobrar nas terras de Olivença e que desejava acabar com o acordo[33].

Mas os laços não foram quebrados. A 19 de Novembro de 1837, a Misericórdia de Borba enviou um procurador a Olivença para acertar as contas com a Misericórdia daquela vila e cobrar algumas receitas a particulares[34].

Na segunda metade do século XIX, a Misericórdia de Borba e Olivença estavam a abandonar a cobrança das suas rendas mútuas. A permanência sob domínio espanhol de Olivença nos últimos 60 anos parecia colocar a questão irremediavelmente resolvida. A gestão mútua dos bens era penosa e obrigava a deslocações difíceis. Em Setembro de 1861, a Misericórdia de Olivença começou a vender os foros que possuía no lado português[35].

A 13 de Março de 1864, João Franco da Mata propôs à Mesa da Misericórdia de Borba que esta votasse favoravelmente um pedido de autorização ao Governo Central, para poder vender as propriedades de Olivença, porque a sua cobrança era difícil e as contas com a Misericórdia daquela vila andavam sempre atrasadas. Falou-se, pela primeira vez, na desamortização dos bens da instituição. A Mesa discutiu o assunto e votou que a decisão fosse tomada em assembleia-geral de irmãos[36].

4 A desamortização das "Herdades de Olivença"

Nas décadas de 1880 e 1890, a Santa Casa da Misericórdia de Borba procedeu à desamortização dos seus bens imobiliários aplicando o produto da venda em Títulos de Dívida Pública. Contudo, as Herdades de Olivença permaneciam por vender, apesar de serem aquelas que necessitavam de uma mais urgente desamortização pelas dificuldades que causavam à gestão da Misericórdia bor-

[32] Cf. Idem, fl. 210.

[33] Cf. Idem, fl. 235v.

[34] Cf. SCMBRB\B\01\Lv 043, fl. 9v.

[35] Cf. Idem, fl. 151.

[36] Cf. Idem, fls. 179v e 180.

bense. Não sabemos se este entrave resultava da falta de autorização para a venda do Estado Português ou de burocracias do Estado Espanhol.

A 24 de Abril de 1898, a Mesa reuniu[37] e o Provedor José Rodrigues Capeto disse que os enfiteutas se recusavam a pagar baseados em diversos princípios da legislação espanhola. Havia-se tentado cobrar os foros pela via judicial, mas porque a conservatória do registo predial em Olivença se recusava a registar foros, não era possível colocar os processos nos tribunais espanhóis. Além disto, já se havia gasto muito dinheiro com traduções de documentos oficiais. O provedor tentou levar a questão para o Ministério dos Negócios Estrangeiros que não se interessou pelo caso.

Como refere o provedor, o governo espanhol, a pedido dos herdeiros do enfiteuta José Maria Mesquita Marçal havia aplicado as Leis de Desamortização espanholas sobre a Herdade de Santo Amaro tendo sido vendido em hasta pública, em Madrid, o foro de 245.000 réis anuais por 13.611,11 pesetas, ou seja, 2.722.222 réis. Esta venda foi bastante prejudicial para a Misericórdia porque o valor de desamortização de um foro era, normalmente, de vinte vezes o do seu valor anual, pelo que este foi vendido a metade do seu real valor.

O provedor considera que é um atentado aos direitos de propriedade da Misericórdia, mas remete a questão para a diplomacia entre os dois países. Como é dito na Mesa, ambos os países têm leis de desamortização que obrigam as corporações a vender os seus bens e a aplicar o dinheiro em Títulos da Dívida Pública, sendo assim irrelevante para a Misericórdia de Borba se os foros de Olivença eram vendidos pelo estado português ou espanhol.

José Rodrigues Capeto propõe à Mesa que esta aceite a desamortização feita pelo Estado Espanhol e que dê autorização para este continuar a fazer o mesmo nas restantes propriedades de Olivença, advertindo que a Misericórdia deve-se informar sobre este processo em Madrid para obter em seu nome os títulos de Dívida Pública espanhola obtidos com esta desamortização. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

A 20 de Janeiro de 1909, a Mesa deliberou passar uma procuração a Fulgêncio Trujillo Manessos, agente de negócios em Badajoz, para este cobrar os juros dos Títulos da Dívida Pública Espanhola que haviam sido passados em nome da Santa Casa da Misericórdia de Borba com a desamortização dos foros de Olivença[38].

A 22 de Fevereiro de 1911, o presidente da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Borba, nomeada pela República, informou os restantes membros que se havia deslocado a Badajoz para cobrar os juros da inscrição espanhola que foram cobrados pelo procurador Trujillo. Informou que a Santa Casa da Misericórdia de Borba possuía duas inscrições, uma com o nú-

[37] Cf. SCMBRB\B\01\Lv 047, fls. 36 a 37v.

[38] Cf. SCMBRB\B\01\Lv 048, fl. 36v.

mero 6623 com o valor nominal de 20.047,38 pesetas e a outra, com o número 6638, com o valor nominal de 6.185,63 pesetas[39]. Estas duas inscrições espanholas perfaziam um valor nominal em ouro de cerca de 5.246.600 réis, ou seja, 1.166 libras de ouro. Haviam sido o resultado da venda em hasta pública dos foros que a Misericórdia de Borba possuía em Olivença. O orçamento para o ano de 1911 para 1912 foi o primeiro a contemplar de forma regular o produto dos juros anuais das inscrições espanholas[40], avaliados em 130.000 réis, ou seja, 29 libras de ouro. A taxa de juro líquida dos títulos da Dívida Pública espanhola era assim de 2,4871%, deduzidas todas as despesas de impostos, câmbio, viagens e intermediários, resultado bastante melhor do que os 2,1% líquidos da dívida pública portuguesa.

Em Outubro de 1912, a comissão administrativa decidiu vender os restantes foros de Olivença, porque era muito difícil a sua cobrança, convertendo o dinheiro em Títulos da Dívida Pública espanhola[41].

A 30 de Junho de 1915, a Misericórdia de Borba tomou conhecimento que o Governo Espanhol, por decreto de Janeiro desse ano, havia obrigado as corporações civis com títulos da dívida pública a solicitar a liquidação do mesmo dinheiro. O governo espanhol queria reduzir o peso dos juros no orçamento do Estado. Esta reclamação para a liquidação tinha de ser apresentada na Repartição de Finanças de Badajoz. Contudo a Misericórdia só tomou conhecimento deste facto dois dias antes de acabar o prazo, devido ao atraso da carta do seu procurador em Badajoz[42]. Este facto não implicou a perda dos títulos mas antes a perda da oportunidade de se liquidar a verba e trazê-la para Portugal evitando o transtorno de se encontrar do outro lado da fronteira. Também é provável que a taxa de juro tenha sido substancialmente reduzida. Este atraso acabou por se revelar "providencial" porque a partir de 1916 e até 1926 a economia portuguesa sofreu uma grande inflação, muito superior à Espanhola. Se os fundos tivessem sido liquidados, a Misericórdia teria perdido uma importante fonte de receitas no futuro.

A 25 de Novembro de 1917, a Mesa votou por unanimidade que se solicitasse autorização superior para se vender os títulos da dívida pública espanhola para com o dinheiro aplicar em fundos portugueses, devido às dificuldades que tinham na cobrança dos juros[43]. Esta autorização nunca chegou e como os efeitos da inflação de 1916-1926 se começaram a sentir, a Misericórdia de Borba deixou de pedir esta alienação. De facto, em 1926, os juros espanhóis rendiam 21 libras de ouro, valor muito próximo ao original que era de 29. Durante a dé-

[39] Cf. SCMBRB\C\B\06\Lv 703, fls. 60v e 61.

[40] Cf. Idem, fl. 63.

[41] Cf. Idem, fl. 68.

[42] Cf. SCMBRB\B\01\Lv 049, fls. 28v e 29.

[43] Cf. Idem, fl. 39v.

cada de vinte, os juros dos Títulos da Dívida Pública Espanhola constituíram a fonte de receita mais estável da Misericórdia de Borba que viu os seus foros reduzirem-se para 5% do seu valor original e os juros portugueses para 17%.

Em Março de 1944, o Consulado Português em Badajoz enviou uma carta à Santa Casa da Misericórdia de Borba com uma cópia de outra carta do herdeiro de Fulgêncio de Trujillo y Campos, procurador da Santa Casa em Espanha, que pedia ao Consulado Português em Madrid autorização para depositar os juros da Santa Casa no Banco Hispano-americando de Badajoz. Esta formalidade necessitava de autorização do Instituto Nacional da Moeda Estrangeira[44].

Pouco depois, em Abril, a Misericórdia recebeu outro ofício do Consulado de Portugal em Madrid referido que a cobrança dos juros da inscrição espanhola e seu depósito no Banco Hispano-americano só poderia ser feita por um procurador nomeado pela Santa Casa e a transferência do dinheiro só poderia ser feita com autorização do Ministério dos Negócios Estrangeiros[45].

A Mesa nomeou para procuradora na cobrança dos juros a sucursal de Badajoz do Banco Hispano-americano[46]. Fez uma procuração no notário da vila de Borba e enviou-a para o Banco. Mas esta procuração foi devolvida para ser legalizada pelo Consulado de Espanha em Elvas. Depois de a receberem seria enviada ao Ministério espanhol dos Assuntos Exteriores para ser traduzida. Após este passo, a procuração e a sua tradução seriam entregues na Legação da Fazenda de Badajoz, sendo necessário que a Advocacia do Estado de Badajoz lhes dissesse que este documento era suficiente para a cobrança dos juros. Entretanto a Misericórdia de Borba teria de pedir ao herdeiro de D. Fulgêncio Trujillo y Campos que devolvesse a inscrição e os juros recebidos[47].

Apesar da complexidade dos passos burocráticos, em Agosto, o Ministério dos Assuntos Exteriores já havia enviado ao Banco Hispano-americano a procuração devidamente traduzida e legalizada, tal como informou o Consulado de Portugal em Madrid[48].

A 5 de Janeiro de 1949, a Santa Casa da Misericórdia foi informada que o "Instituto Nacional de Moneda Extranjera" autorizou a transferência para uma conta portuguesa dos juros da inscrição espanhola a ser feito pela sucursal de Badajoz do Banco Hispano-americano[49].

A partir desta data passou a ser depositado anualmente numa conta da Santa Casa da Misericórdia de Borba a verba anual de 1.000 escudos que nunca sofreu qualquer alteração. Com o aumento das receitas da instituição borbense de-

[44] Cf. SCMBRB\B\01\Lv 051, fl. 32.

[45] Cf. Idem, fl. 33.

[46] Cf. Idem, fls. 33v e 34.

[47] Cf. Idem, fl. 36.

[48] Cf. Idem, fl. 36v.

[49] Cf. Idem, fl. 85.

vido à exploração do mármore da Herdade do Mouro e principalmente devido à inflação nos anos 60, esta verba acabou por cair no esquecimento e deixou de ser contemplada nos orçamentos da instituição nos inícios dos anos 70, terminando assim este vestígio secular dos bens da Santa Casa da Misericórdia de Borba em Olivença.

5 Conclusões

A doação à Santa Casa da Misericórdia de Borba de cinco herdades no termo de Olivença no século XVI e XVII e a sua manutenção em regime de arrendamento ao longo de todo o século XVIII, desafiando mesmo as leis portuguesas, criou um vínculo forte entre as duas vilas. O peso que a receita destas herdades tinham na administração da misericórdia borbense levou a que esta instituição desse grande importância a estes bens, nomeando frequentemente funcionário próprios para a sua gestão e manutenção. A Herdade de Santo Amaro era a única, por exemplo, que possuía uma capela própria.

Esta relação económica levou à celebração de vários laços afectivos entre Olivença e Borba que permanecem por estudar e que urge descobrir. Ao longo do século XVIII, muitas famílias oliventinas e borbenses celebraram casamentos entre si. Muitos lavradores de Olivença vêm a Borba trabalhar a terra e pedreiros de Borba exportam trabalhos de mármore para Olivença. A relação entre Borba e Olivença no século XVIII é muito mais forte do que, por exemplo, existe entre Borba e Alandroal ou entre Borba e Sousel ou Monforte. Terá sido pelos interesses da Santa Casa da Misericórdia de Borba em Olivença e principalmente pelos seus canais de comunicação que esta relação se irá estabelecer. Por exemplo, os retábulos das capelas-mores de ambas as misericórdias são bastante similares o que parece adivinhar um contacto artístico.

A perda de Olivença para o domínio espanhol em 1801 quebrou estes laços mas não de forma abrupta. Até 1898, a Misericórdia borbense manteve a propriedade das suas herdades oliventinas tendo sido convertidas em Títulos da Dívida Pública espanhola que tiveram um importante peso nas contas da instituição ao longo da inflação de 1916-1926.

Finalmente, o último vestígio dos domínios borbenses em Olivença desapareceu por volta de 1970 quando a verba de 1.000 escudos anuais procedentes dos juros caiu no esquecimento não sendo mais cobrada.

Resta hoje apenas a memória da amizade entre as duas misericórdias que transbordou para as respectivas comunidades, amizade que urge redescobrir e celebrar, reatando os laços familiares, económicos e comerciais de duas vilas que hoje se encontram em lados distintos de uma fronteira.

MULHERES E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: O DISTRITO DE ÉVORA NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 1976 A 2009

Maria João Ferreira*

"Pôr em prática a democracia é, em particular, estar atento ao seu exercício equilibrado entre as duas componentes, masculina e feminina, da população".

Micheline Galabert
(Fundadora da Associação das Mulheres da Europa Meridional)

1. Nota introdutória

A sub-representação feminina nos cargos e processos de tomada de decisão política coloca em causa a qualidade da democracia. A igualdade entre homens e mulheres é um direito fundamental e uma questão de justiça social que se constitui como um requisito imprescindível a um desenvolvimento social, político e económico equilibrado, equitativo e sustentável.

Representando uma premissa basilar da democracia procurei, no desenvolvimento de um trabalho académico, analisar a participação política das mulheres e a sua representação nas autarquias locais do distrito de Évora, designadamente nas Câmaras Municipais – órgão executivo colegial do Município –, nas eleições que decorreram entre os anos 1976 e 2009.

* Licenciada em Comunicação Social pela Escola Superior de Educação de Coimbra, Pós-Graduada em Direito da Comunicação pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e em Ciência Política pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

O primeiro obstáculo à realização da pesquisa que desenvolvi prendeu-se com as dificuldades no acesso às listas de candidatos apresentadas para os actos eleitorais em análise. Após as respostas negativas da Comissão Nacional de Eleições e da Direcção-Geral da Administração Interna consegui, depois de muita insistência, autorização para consultar o arquivo do Governo Civil de Évora.

Percorrer as catorze Câmaras Municipais que constituem o distrito de Évora, numa área geográfica superior a 7300 quilómetros quadrados, seria uma possibilidade mas uma tarefa de difícil execução tanto a nível do tempo disponível para a concretização do trabalho, como do esforço financeiro a que isso obrigaria.

A recolha de dados referentes à composição das listas de candidatos às eleições autárquicas que se realizaram nos últimos trinta e cinco anos permitiu a obtenção de informação completa relativamente a 241 listas (51%) e o apuramento de resultados parciais em relação a 125 listas (27%) de um total de 472.

A base referencial de análise resulta da consulta das Listas de Candidatos definitivamente admitidas pelos Tribunais da Comarca e, posteriormente, enviadas ao Governo Civil. Todas as limitações decorrentes dessa análise devem-se à ausência de dados no arquivo daquele órgão da administração pública (estrutura posteriormente extinta pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 13/2011, de 30 de Junho).

No que diz respeito aos candidatos eleitos foi possível apurar 97% dos resultados, o que corresponde a 745 mandatos de um total de 768.

Na recolha dos dados referentes aos candidatos escolhidos no acto eleitoral foi possível recorrer, a partir das eleições de 1993, à consulta dos resultados oficiais e do nome dos eleitos publicados em Diário da República.[1]

2. Igualdade de género: obstáculos e conquistas

Os conceitos de género e de igualdade de género emergiram no último quartel do século XX[2], alcançando, mais tarde, o reconhecimento político relativamente à importância da paridade na construção de uma verdadeira e plena cidadania e de uma democracia sustentável.

Em Portugal, a modernização da sociedade portuguesa – iniciada na década de 60 do século passado – promoveu, ainda que com grande distanciamento em relação aos restantes países europeus, o surgimento de mudanças estruturais aos

[1] Nos anos de 1976 a 1985 não houve publicação oficial e nas eleições de 1989 apenas foram publicados os resultados apurados, sem indicação dos autarcas eleitos.

[2] Em 1975 as Nações Unidas assinalaram o Ano Internacional da Mulher e, de 1976 a 1985, viveu-se a Década das Nações Unidas para as Mulheres. Estas iniciativas trouxeram para a agenda política internacional inúmeras questões relacionadas com as múltiplas desigualdades – transversais a toda a sociedade – existentes entre mulheres e homens.

níveis demográfico, económico, político, cultural e social (LISBOA e FRIAS, 2006).

Em 1968 as mulheres alcançaram, pela primeira vez, a igualdade de direito de voto, independentemente do seu estado civil (Lei n.º 2 137, de 26 de Dezembro de 1968), ainda que permanecessem restrições relativamente às eleições locais para as Juntas de Freguesia, nas quais só os chefes de família eram considerados eleitores.

Posteriormente, a Revolução de Abril, em 1974, marcou um ponto de viragem no plano político português, proporcionando o surgimento de instituições democráticas, a realização de eleições livres, a promoção de um sistema multipartidário, bem como o direito à liberdade de expressão e de associação.

A instauração da democracia permitiu às mulheres portuguesas o acesso a todos os cargos da carreira administrativa local (Decreto-Lei n.º 251/74, de 12 de Junho), à carreira diplomática (Decreto-Lei n.º 308/74, de 6 de Julho) e à magistratura (Decreto-Lei n.º 492/74, de 27 de Setembro). Relativamente à capacidade eleitoral dos cidadãos, foram abolidas as restrições baseadas no sexo (Decreto-Lei n.º 621/A/74, de 15 de Novembro). E finalmente, em 1976, a Constituição da República Portuguesa garantiu a igualdade de direitos cívicos e políticos entre homens e mulheres.

Na década de 90 as questões relacionadas com a desigualdade entre homens e mulheres na participação nos órgãos de poder político e processos de decisão adquiriram uma relevância crescente.

A União Europeia desenvolveu inúmeras medidas com o objectivo de sensibilizar os Estados-Membros para a problemática da igualdade de género, designadamente o **Terceiro Programa de Acção para a Igualdade de Oportunidades** (1991-1995) – primeiro instrumento comunitário a introduzir a questão da tomada de decisões como uma área de importância fundamental na qual era necessário realizar progressos a fim de reforçar a igualdade no mercado de trabalho, indicando especificamente o processo de decisão política como um dos sectores a ter em conta -; a **Conferência de Pequim** (1995) e a assinatura de uma Plataforma de Acção que definiu um programa destinado ao empoderamento das mulheres de todo o mundo e à eliminação de obstáculos à participação activa de mulheres em todas as esferas da vida pública e privada; a **Carta de Roma** (1996), assinada pelas Ministras de Estados-Membros reunidas naquela cidade por ocasião da Cimeira "As Mulheres para a Renovação da Política e da Sociedade"; e, entre outros, o **Tratado de Amesterdão** (1997), que institui a Comunidade Europeia, define "a promoção da igualdade entre homens e mulheres e consequente eliminação das desigualdades existentes", como uma das suas missões.

Apesar da entrada maciça no mercado de trabalho e da elevada percentagem de mulheres com formação superior, a sub-representação feminina na política persiste. No entanto, este é um fenómeno transversal a outros sectores da sociedade, o que contribui para as desigualdades no acesso a lugares de topo e a

cargos de chefia, verificando-se uma "presença marginal das mulheres no topo da pirâmide" que reflecte diferenças de oportunidades entre homens e mulheres no acesso a lugares de decisão da vida política (LISBOA e FRIAS, 2006).

A temática, amplamente analisada por vários autores, levanta sérias questões sobre as razões que dificultam ou impedem uma maior e mais activa participação das mulheres na vida política e, consequentemente, nas decisões e opções tomadas.

O papel dos partidos políticos é tido como crucial no acesso ao poder institucional, sendo que na sua função de *gatekeepers* do recrutamento são muitas vezes acusados de "favorecerem a dominação masculina e a segregação da discriminação das mulheres" (MARTINS e TEIXEIRA, 2005).

Numa perspectiva de interpretação complementar reflecte-se igualmente sobre o facto de as próprias mulheres se manterem "afastadas do poder", seja por uma menor motivação política ou pela indisponibilidade criada pela acumulação da vida profissional com as tarefas domésticas (VIEGAS e FARIA, 1999).

Em suma, "a socialização diferenciada das mulheres, a difícil conciliação entre a vida familiar, profissional e política, o desinteresse e a falta de capacidade de afirmação na luta política, a percepção do espaço político como um reduto masculino mas também a discriminação das mulheres nos processos de recrutamento do pessoal político são algumas das razões que podem ajudar a explicar o afastamento das mulheres da actividade político-partidária" (MARTINS e TEIXEIRA, 2005).

3. Participação política das mulheres: mecanismos de incentivo

O papel interventivo da União Europeia no decorrer da década de 90 do século passado favoreceu o empenhamento dos Estados-Membros na consecução de um objectivo comum: promover a igualdade entre géneros, reforçar a participação das mulheres na política e nos processos de decisão, numa perspectiva de consolidação da democracia.

Em Dezembro de 1996, a Comissão Europeia elaborou uma Recomendação aos Estados-Membros sobre a participação equilibrada das mulheres e dos homens nos processos de tomada de decisão, com o "objectivo de lutar contra a sub-representação das mulheres que constitui um défice democrático", recomendando a "adopção de uma estratégia integrada conjunta", assente no desenvolvimento de medidas apropriadas, de cariz "legislativo, regulamentar e/ou de estímulo" (Recomendação 96/694/CE, de 2 de Dezembro de 1996).

No âmbito nacional, a quarta revisão Constitucional, redigida em 1997 (Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro, artigos 6.º e 72.º), consagra a promoção da igualdade entre homens e mulheres como uma das "tarefas fundamentais do Estado" (Constituição da República Portuguesa, artigo 9.º , alínea h).

Também a questão da participação política dos cidadãos ganha uma nova redacção, reconhecendo-se a participação directa e activa de homens e mulheres

na vida política como fundamental à consolidação do sistema democrático, bem como o dever da lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos (Constituição da República Portuguesa, artigo 109.º).

Em 1999 o XIII Governo Constitucional (1995-1999) – constituído pelo Partido Socialista e liderado por António Guterres – vê chumbada a proposta de lei n.º 194/VII – conhecida como "lei das quotas" – que visava impor uma participação de, no mínimo, 33,3% do sexo menos representado nas listas de candidatura à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu. Um objectivo extensivo também aos resultados eleitorais, definindo-se para tal regras quanto à composição e ordenação das listas, que não podiam apresentar, sucessivamente, mais de três e mais de dois candidatos do mesmo sexo colocados consecutivamente.

A apresentação da proposta lançou o debate político em torno do incremento de disposições legais de incentivo à participação feminina nos órgãos de poder político. Se, por um lado, o CDS/PP defendia uma mudança gradual baseada na implementação e criação de infra-estruturas sociais e de apoio à família, à semelhança do que aconteceu nos países nórdicos, o PS, por outro, defendia convictamente a adopção de medidas formais.

O carácter discriminatório da adopção da lei das quotas, enquanto instrumento de "menorização simbólica do estatuto das mulheres" (VIEGAS e FARIA, 1999) foi outro dos argumentos utilizados pelos partidos políticos.

Relativamente a esta questão considera-se que a definição e aplicação de medidas de discriminação positiva representa "a afirmação do direito à igualdade que não apaga o reconhecimento das diferenças inerentes ao género; antes as reconhece e valoriza, considerando que, na complementaridade dos géneros reside um factor muito positivo do desenvolvimento humano e sustentado das sociedades" (SILVA, 1999).

A discussão de mecanismos legais que assegurem uma participação paritária no acesso aos órgãos de poder é retomada em 2006 com a apresentação ao Parlamento de um novo projecto-lei[3].

Após o veto do Presidente da República[4], por este considerar que os meios propostos para atingir o objectivo em questão eram "desproporcionados", constituindo-se o diploma como "um dos regimes sancionatórios mais rigorosos da União Europeia", a "Lei da Paridade" é aprovada com os votos favoráveis do PS e a abstenção do Bloco de Esquerda.

A Lei Orgânica n.º 3/2006 (de 21 de Agosto) define que para se atingir a paridade entre homens e mulheres, as listas para a Assembleia da República, o

[3] XVII Governo Constitucional (2005-2009), constituído pelo Partido Socialista e liderado por José Sócrates.

[4] Comunicado do Presidente da República, de 2 de Junho 2006. Consultado em http://www.presidencia.pt/?idc=10&idi=688

Parlamento Europeu e as autarquias locais devem ser constituídas de forma a assegurar a representação mínima de 33,3% de cada um dos sexos.

Com o objectivo de garantir que essa percentagem de participação paritária se verifica igualmente no acesso aos cargos políticos, a lei define ainda que "as listas plurinominais apresentadas não podem conter mais de dois candidatos do mesmo sexo colocados, consecutivamente, na ordenação da lista" (artigo 2.º , n.º 3). As sanções definidas baseiam-se na "redução do montante das subvenções públicas para as campanhas eleitorais" (artigo 4.º , alínea c).

A Lei da Paridade surge como um dos mecanismos que pode contribuir para o reforço da participação das mulheres, no entanto, a concretização desse objectivo "implica que as diferentes organizações de índole política e não política sejam capazes de criar incentivos colectivos selectivos (de solidariedade, de ideais ou ideológicos e materiais) que possibilitem uma adesão acrescida dos elementos femininos da sociedade" (MARTINS e TEIXEIRA, 2005).

4. Participação feminina nas listas de candidatos às Câmaras Municipais do distrito de Évora: análise

O distrito de Évora, situado no Alentejo Central, é constituído por um universo de 14 municípios – Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa –, aos quais é legalmente atribuído um número de mandatos que varia entre os 5 e os 7, consoante o número de eleitores[5].

A análise das listas de candidatos aos órgãos executivos colegiais dos Municípios, de 1976 a 2009, permitiu apurar a participação de 2420 candidatos dos quais 674 eram mulheres (28%).

A integração de mulheres nas listas eleitorais revelou uma tendência crescente, passando de 6% em 1976 para 41% nas últimas eleições autárquicas. [Quadro 1]

Quadro 1 – Mulheres Candidatas às Eleições Autárquicas (em %)

	1976	1979	1982	1985	1989	1993	1997	2001	2005	2009
Mulheres candidatas	6%	N/D	5%	6%	13%	21%	20%	31%	35%	41%
Mulheres candidatas em lugares elegíveis	5%	N/D	7%	7%	10%	19%	18%	26%	30%	35%

Legenda: N/D = não disponível.

[5] Cinco mandatos (1 presidente e 4 vereadores) quando o número de eleitores é igual ou inferior a 10 mil e sete mandatos (1 presidente e 6 vereadores) quando o total de eleitores varia entre os 10 e os 50 mil, conforme o diploma legal em vigor (Lei Orgânica n.º 1/2001, 14 de Agosto).

Importa igualmente referir que a diferença percentual entre o total de mulheres candidatas e mulheres candidatas em lugares elegíveis se acentua de forma negativa nos últimos três actos eleitorais (2001, 2005 e 2009).

Esta tendência poderá reflectir, numa primeira fase, a crescente discussão pública em torno das questões relacionadas com a desigualdade de género na participação política – apresentação, em 1999, do já referido projecto da "lei das quotas" – e, posteriormente, a aplicação da 'Lei da Paridade' (Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto) – com a exigência de uma representação mínima de 33,3% de cada um dos sexos nas listas apresentadas e das regras de elaboração das listas plurinominais.

Com o intuito de procurar elementos diferenciadores entre os vários partidos políticos envolvidos nas campanhas eleitorais autárquicas – num total de 12 partidos, 6 coligações e 6 movimentos de cidadãos[6] – elaborou-se o Gráfico 1, através do qual se continua a percepcionar, a cada eleição autárquica, um crescendo na participação feminina nos vários Partidos Políticos.

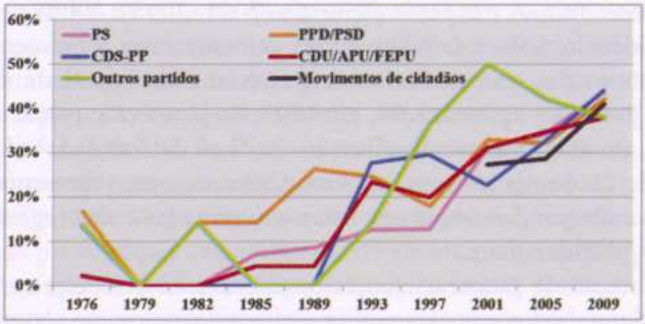
Constatamos então que nos primeiros anos de eleições para o Poder Local se assiste a uma maior abertura do PPD/PSD à integração de mulheres nas listas de candidatos, bem como dos designados "Outros Partidos" que, apesar da dimensão limitada, demonstram uma preocupação crescente e permanente com as questões da representatividade feminina na política, ao longo dos vários sufrágios.

A revisão constitucional de 1997 abriu espaço à apresentação de candidaturas para as eleições dos órgãos das autarquias locais por grupos de cidadãos (Constituição da República Portuguesa, artigo 239, n.º 4). Desta forma, os movimentos de cidadãos surgem logo nas eleições de 2001 com uma taxa de participação feminina de 27%, muito próxima dos valores verificados nos restantes partidos.

---

[6] Partidos envolvidos: **BE** – Bloco de Esquerda; **CDS-PP** – Partido Popular; **GDUP's** – Grupos Dinamizadores de Unidade Popular (extinto em 1997); **MPT** – Movimento Partido da Terra; **PCTP/MRPP** – Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses; **PPD/PSD** – Partido Social Democrata; **PPM** – Partido Popular Monárquico; **PRD** – Partido Renovador Democrático (alterou designação em 2000 para PNR – Partido Nacional Renovador); **PS** – Partido Socialista; **PSN** – Partido da Solidariedade Nacional (extinto em 2006); **PSR** – Partido Socialista Revolucionário (dissolvido em 2008); **UDP** – União Democrática Popular (dissolvida em 2006).
Coligações Partidárias: **AD** – Aliança Democrática; **APU** – Aliança Povo Unido; **FEPU** – Frente Eleitoral Povo Unido; **CDU** – Coligação Democrática Unitária; **PPD/PSD, CDS/PP**; **PPD/PSD, PPM**.
Grupos de Cidadãos: **Movimento Cívico Pró Montemor** (2001, Montemor-o-Novo); **Grupo de Cidadãos "Pela Nossa Terra"** (2005, Estremoz); **Movimento Independente Concelho do Redondo** (2005 e 2009, Redondo); **Movimento Independente por Estremoz** (2009, Estremoz); **Movimento Unidade e Desenvolvimento de Alandroal** (2009, Alandroal), **Cidadãos Independentes pelo Concelho de Mourão** (2009, Mourão).

Gráfico 1 – Mulheres Candidatas por Partido (em %)



Por fim, concluiu-se que no acto eleitoral subsequente à publicação, em 2006, da Lei da Paridade as listas de candidatos passaram a integrar, em média, 41% de mulheres. [Quadro 2]

Quadro 2 – Mulheres Candidatas por Partido (em %)

	1976	1979	1982	1985	1989	1993	1997	2001	2005	2009	Total
PS	2%	–	0%	7%	9%	13%	13%	31%	34%	44%	**26%**
PPD/PSD	17%	–	14%	14%	26%	25%	18%	33%	32%	42%	**29%**
CDS-PP	13%	–	–	–	–	28%	30%	23%	33%	44%	**29%**
CDU/APU/FEPU	2%	–	0%	5%	5%	23%	20%	31%	35%	38%	**26%**
Outros partidos	14%	–	14%	0%	–	14%	36%	50%	42%	38%	**34%**
Movimentos de cidadãos								27%	29%	41%	**35%**
Total	**6%**	–	**5%**	**6%**	**13%**	**21%**	**20%**	**31%**	**35%**	**41%**	**28%**

5. Participação feminina nas Câmaras Municipais do distrito de Évora: mulheres eleitas

A análise dos dados apurados permite-nos concluir que, ao longo das últimas três décadas, o poder local autárquico manifesta uma elevadíssima predominância masculina na ocupação dos cargos políticos atribuídos a cada Município, tanto a nível dos presidentes como dos vereadores.

Relativamente aos presidentes de Câmara eleitos verifica-se apenas a eleição de três mulheres. As excepções à regra aconteceram nas eleições de 1979 e 1982 no concelho de Portel – candidata pela APU (Aliança Povo Unido)[7] – e no Município de Alandroal em 1997, eleita pela CDU (coligação PCP-PEV). [Quadro 3]

[7] Uma coligação entre PCP-PEV e MDP/CDE (Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral).

Quadro 3 – Mulheres Eleitas Presidente

Presidentes	1976	1979	1982	1985	1989	1993	1997	2001	2005	2009	Total
Mulheres	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	**3**
Homens	13	13	13	14	13	14	13	14	14	14	**135**
Não Disponível	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**2**

A perspectiva melhora, ainda que muito ligeiramente, quando se observam os elementos referentes ao número total de mulheres vereadoras eleitas ao longo dos dez actos eleitorais.

De um total de 745 mandatos de vereadores apenas 76 foram ocupados por mulheres, o que representa uma participação feminina exígua (10%) nos órgãos de decisão. [Quadro 4]

Quadro 4 – Mulheres Eleitas Vereadoras

Vereadores	1976	1979	1982	1985	1989	1993	1997	2001	2005	2009	Total
Mulheres	2	4	3	7	8	9	9	9	9	16	**76**
Homens	69	68	64	69	63	67	69	69	69	62	**669**
Não Disponível	5	4	9	0	5	0	0	0	0	0	**23**

Por último, ao olharmos para o total de mulheres eleitas por partido político constata-se que o envolvimento feminino é relativamente uniforme. Além do facto do CDS/PP nunca ter conseguido eleger nenhuma mulher no distrito de Évora, os dados apurados não demonstram grandes diferenças entre as várias forças políticas.

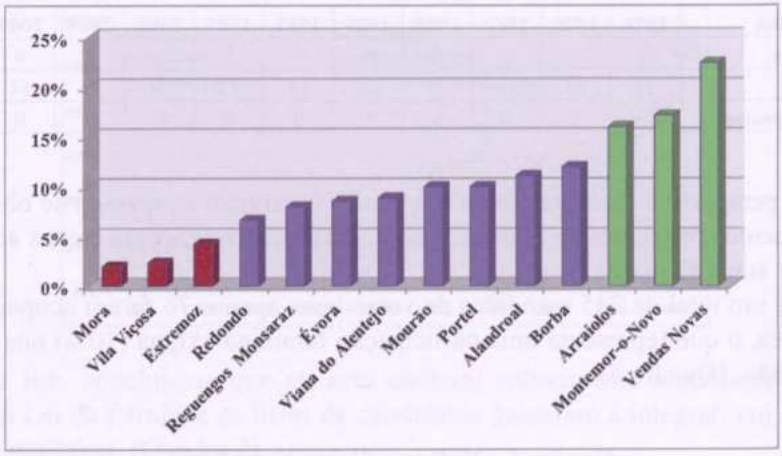
6. Os concelhos com maior e menor participação das mulheres

Os resultados apurados permitem-nos perceber quais os concelhos que, no decorrer dos 10 actos eleitorais, se distinguiram ao nível da participação das mulheres na vida política local.

Entre 1976 e 2009, os concelhos de Vendas Novas (22%), Montemor-o-Novo (17%) e Arraiolos (16%) distinguem-se da perspectiva distrital pela positiva, ao ocuparem os lugares cimeiros na atribuição de cargos políticos de vereação a mulheres.

No pólo oposto encontramos os concelhos de Mora (2%), Vila Viçosa (2%) e Estremoz com uma participação feminina residual, ou seja, de um total de mandatos apurados Mora elegeu apenas uma mulher em 50 (1997); Vila Viçosa, uma mulher em 42 (2009) e Estremoz três em 70 (1976; 1985 e 2009). [Gráfico 2]

Gráfico 2 – Participação Feminina por concelho (média total das eleitas em %)



7. Lei da Paridade: o que mudou no distrito de Évora

Depois da entrada em vigor (2006), a aplicação prática da Lei da Paridade aconteceu, pela primeira vez, nas eleições autárquicas de 2009.

No caso específico do distrito de Évora, a representação mínima de 33,3% de cada um dos sexos nas listas, imposta pelo diploma legal, apenas se aplicou a seis dos 14 concelhos, municípios com mais de 7 500 eleitores (conforme artigo 2.º , n.º 4 da Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto). [Quadro 5]

Importa distinguir, positivamente, que apesar disso, todos os concelhos, à excepção de Mora apresentaram uma percentagem de mulheres candidatas superior ao previsto na lei (41%).

Além do aumento exponencial da participação feminina nas listas de candidatos, também a percentagem de mulheres candidatas em lugares elegíveis se fixou, à excepção de três concelhos, nos 35%, ligeiramente acima dos 33%, previstos na lei.

No entanto, a percentagem de mulheres eleitas (21%) permaneceu muito abaixo do valor que, consensualmente, permite às mulheres exercerem uma verdadeira influência no processo de decisão, ou seja, os cargos de presidente e vereadores das Câmaras Municipais do distrito de Évora continuam a ser, na sua maioria, ocupados por homens.

Para finalizar importa deixar uma nota geral positiva que releva do facto de nas eleições autárquicas de 2009 se ter verificado um crescimento nos 3 indicadores principais, isto é, ao nível das candidatas, candidatas elegíveis e eleitas.

Quadro 5 – Participação Feminina nas Eleições autárquicas 2009 (por concelho)

	Nº Inscritos em 2009	Mandatos	% Mulheres candidatas	% Mulheres elegíveis	% Mulheres eleitas	% Mulheres presidentes	Lei da Paridade
Alandroal	5.529	5	44%	40%	20%	0	Não se aplica
Arraiolos	6.380	5	42%	27%	20%	0	Não se aplica
Borba	6.615	5	38%	33%	20%	0	Não se aplica
Estremoz	13.265	7	43%	38%	14%	0	
Évora	48.110	7	42%	43%	29%	0	
Montemor-o-Novo	15.632	7	37%	38%	29%	0	
Mora	5.131	5	26%	20%	0%	0	Não se aplica
Mourão	2.554	5	47%	40%	40%	0	Não se aplica
Portel	6.005	5	36%	33%	0%	0	Não se aplica
Redondo	6.350	5	42%	35%	20%	0	Não se aplica
Reguengos de Monsaraz	9.302	5	40%	30%	20%	0	
Vendas Novas	10.460	7	44%	43%	43%	0	
Viana do Alentejo	4.964	5	44%	25%	0%	0	Não se aplica
Vila Viçosa	7.574	5	44%	35%	20%	0	
	147.871	**78**	**41%**	**35%**	**21%**	**0**	

8. Conclusões

A análise dos dados apurados e as conclusões aferidas ao longo deste artigo podem comportar uma margem de erro relativamente à participação feminina nas autarquias do distrito de Évora, consequência da indisponibilidade de consulta de todas as listas de candidatos apresentadas.

Acredito, no entanto, que as diferenças entre os dados apurados e por obter não sejam muito significativas. Nesse sentido são várias as reflexões que emanam da análise à representação política das mulheres nas eleições autárquicas no distrito de Évora, desde o 25 de Abril de 1974.

Em primeiro lugar importa mencionar que o total de mulheres candidatas e mulheres candidatas em lugares elegíveis se acentua de forma negativa nos últimos três actos eleitorais (2001, 2005 e 2009).

Esta tendência poderá reflectir, numa primeira fase, a crescente discussão pública em torno das questões relacionadas com a desigualdade de género na participação política – apresentação em 1999 do projecto da "lei das quotas" – e, posteriormente, a entrada em vigor da 'Lei da Paridade' – com a exigência de uma representação mínima de 33,3% de cada um dos sexos nas listas apresenta-

das e das regras de elaboração das listas plurinominais que "não podem conter mais de dois candidatos do mesmo sexo colocados, consecutivamente".

Em suma, ao longo dos actos eleitorais realizados entre 1976 e 2009, assiste-se a um número crescendo de mulheres nas listas de candidatos, no entanto a sua inclusão concentra-se, essencialmente, nos lugares suplentes.

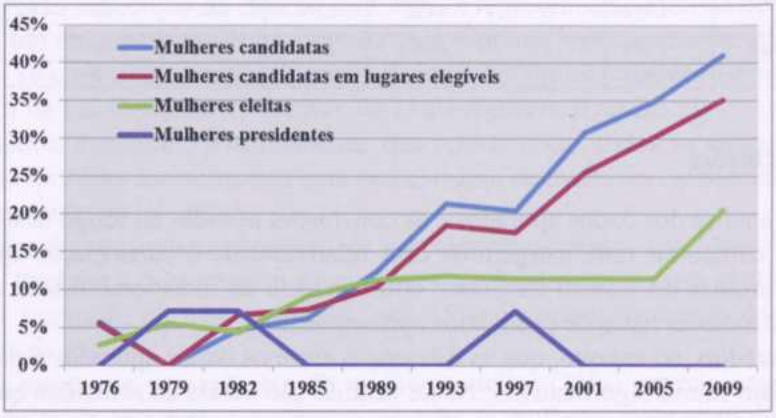
O poder local autárquico manifesta uma elevadíssima predominância masculina na ocupação dos cargos políticos atribuídos a cada Município, tanto a nível dos presidentes como dos vereadores.

No caso dos mandatos para o lugar de presidente da Câmara (138 apurados) apenas 3 foram ocupados por mulheres (1979 e 1982 em Portel; 1997 em Alandroal) e no respeitante aos cargos de vereação, 76 dos 745 mandatos apurados foram preenchidos por mulheres.

No período decorrente até à aplicação da Lei da Paridade, a percentagem de mulheres eleitas nas autarquias do distrito de Évora rondava os 10%, um valor que, em 2009, cresceu para os 21%.

Apesar da tendência positiva, a percentagem de mulheres eleitas permanece inferior aos 33,3% previstos na lei, o que significa que a capacidade das mulheres exercerem uma verdadeira influência no processo de decisão continua a não se verificar[8].

Gráfico 3 – Análise da participação feminina no distrito de Évora (por ano)



Na investigação realizada por Manuel Meirinho Martins e Conceição Pequito Teixeira para a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres sobre "O Funcionamento dos Partidos e a Participação das Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal", os autores concluem que "o ritmo

[8] Os resultados apresentados à União Europeia nos relatórios nacionais revelam algum consenso quanto ao facto de que se a participação de mulheres ou homens no processo de decisão for inferior a 30% nenhum desses grupos poderá exercer uma verdadeira influência.

com que a política reflecte as profundas transformações pelas quais tem passado a condição feminina portuguesa está longe de acompanhar e traduzir o ritmo com que essas transformações ocorrem noutros domínios da vida social, nomeadamente no mercado de trabalho, no ensino e também na família".

O papel das mulheres nos processos de decisão política e o seu envolvimento na vida política activa continuam a ser marcados por níveis muito baixos de participação, um factor que coloca em causa a "qualidade da democracia e a representação política" (MARTINS e TEIXEIRA, 2005).

Uma maior equidade na participação política propicia uma maior abertura democrática marcada por novos e distintos saberes, valores, sensibilidades e estilos de actuação, inerentes à biologia feminina.

A introdução das questões de género nas múltiplas vertentes da vida é potencialmente geradora de novos imaginários relativamente aos fins e aos meios e, concomitantemente, forjadora de novas soluções (SILVA, 1999).

A Carta de Roma, assinada pelas Ministras dos Estados-Membros da União Europeia, reunidas em Roma por ocasião da Cimeira "As Mulheres para a Renovação da Política e da Sociedade", defende que "a democracia só assumirá um sentido real e dinâmico quando as orientações e as decisões políticas, económicas, sociais e culturais forem definidas e tomadas pelas mulheres e pelos homens, em conjunto, tendo igualmente em conta as duas metades da população".

A problemática da participação e representação feminina exige soluções integradas e sustentadas – aos níveis político, social e de apoio à família – que facilitem a integração das mulheres na política e promovam uma verdadeira mudança de mentalidades.

Fontes bibliográficas

CARTA DE ROMA (1996), Cimeira "As Mulheres para a Renovação da Política e da Sociedade", Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

LISBOA, M. e FRIAS, G. *et al* (2006), «Participação das Mulheres nas Elites Políticas e Económicas no Portugal Democrático (25 de Abril de 1974 a 2004)», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 18, Lisboa, Edições Colibri, pp. 163-187.

MARTINS, M. M. e TEIXEIRA, C. P. (2005), *O Funcionamento dos Partidos e a Participação das Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES COMUNISTAS (2003), *As Mulheres e o Poder Local – contribuições para a reflexão e acção*, Lisboa, Edições Avante.

SILVA, M (1999), *A Igualdade de Género – caminhos e atalhos para uma sociedade inclusiva*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

VIEGAS, J. M. e FARIA, S. (1999), «Participação Política Feminina – Percursos, Constrangimentos e Incentivos», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 30, pp. 57-89.

VIEGAS, J. M. e FARIA, S. (1999a), *As Mulheres na Política*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Fontes documentais

Constituição da República Portuguesa.
Diário da República I Série (Suplemento) – n.º 200, de 30.08.1990.
Diário da República I Série-B – n.º 52, de 03.03.1994.
Diário da República I Série-B (2.º Suplemento) – n.º 52, de 03.03.1994.
Diário da República I Série-B (3.º Suplemento) – n.º 52, de 03.03.1994.
Diário da República I Série-B (Suplemento) – n.º 51, de 02.03.1998.
Diário da República I Série-B (2.º Suplemento) – n.º 73, de 27.03.2002.
Diário da República I Série-B (Suplemento) – n.º 26, de 06.02.2006.
Diário da República I Série (Suplemento) – n.º 49, de 11.03.2010.
Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março
Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro.
Lei n.º 169/99, 18 de Setembro – Quadro de Competências e Regime Jurídico dos Órgãos do Município e das Freguesias.
Lei Orgânica n.º 1/2001, 14 de Agosto – Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais.
Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto – Lei da Paridade.
Proposta de Lei n.º 194/VII, de 9 de Julho de 1998.
Recomendação 96/694/CE, de 2 de Dezembro 1996.

Resumo:

Neste artigo analisa-se a participação política das mulheres e a sua representação nas autarquias locais do distrito de Évora, nomeadamente nas Câmaras Municipais, nas eleições que decorreram entre os anos 1976 e 2009.

Tendo como base referencial de análise a consulta das listas de candidatos às eleições autárquicas que se realizaram nos últimos trinta e cinco anos, concluiu-se que o número de mulheres nas listas de candidatos revela uma tendência crescente positiva, ainda que a sua inclusão esteja centrada nos lugares suplentes e não elegíveis.

A sub-representação feminina nos processos e cargos de decisão constitui-se como um sério obstáculo à qualidade da democracia. A integração, em igualdade de género, das mulheres na política estimula novos imaginários – nos fins e nos meios –, potencia novas soluções e assegura, inequivocamente, benefícios económicos, sociais, políticos e culturais.

Palavras-chave:
representação política, igualdade de género, mulheres eleitas, lei da paridade.

Estudos do Património

"NOSSA SENHORA DA BOA MORTE" DO REAL CONVENTO DAS CHAGAS DE VILA VIÇOSA – ESTUDO TÉCNICO

Filomena Rodrigues[1], **Conceição Ribeiro**[1 e 2], **Nazaré Escobar**[1], **José Mirão**[3], **António Candeias**[1 e 3]

Fig.1 – Conjunto escultórico da "Nossa Senhora da Boa Morte", antes da intervenção de conservação e restauro.

[1] Laboratório José de Figueiredo (DMCC-DGPC).

[2] Bolseira de investigação FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia).

[3] Laboratório HERCULES (UE).

Este artigo faz parte de um alargado estudo científico que acompanhou a intervenção de conservação e restauro[4] do conjunto escultórico da "Nossa Senhora da Boa Morte[5]", originário do *Real Convento das Chagas Vila Viçosa*[6], actualmente pertencente à *Igreja da Conceição*[7] da mesma Vila. Surge neste contexto editorial de forma parcelar, visando sobretudo a compreensão material e técnica que envolveu a sua produção e os aspectos relacionados com a perpetuação da sua materialidade. Este estudo, por conseguinte, tem a intenção de dar a conhecer dados inéditos sobre o conjunto da "Nossa Senhora da Boa Morte" considerado de rara formulação conceptual, artística e técnica. Segue um formato generalista e apresenta elementos que decorrem da observação que resulta do exame minucioso à vista desarmada, completado por exames e análises de área ou de ponto. Este conjunto compósito, formado por um vasto leque de materiais, que vão desde a madeira, aos têxteis e aos metais nobres, nas suas diferentes técnicas de produção artística (desde o entalhe, ao douramento, passando pela tecelagem com fios de seda, aos bordados e galões com fios metálicos), testemunha uma encomenda de particular relevância. Muito embora as descrições encontradas até à data nos façam adivinhar que este conjunto estaria, ainda, bastante mais ornamentado, importa lembrar que a sua imponência formal[8] só estaria completa nas ocasiões festivas[9]. Anualmente, de catorze para quinze de Agosto, a imagem da Virgem juntava-se ao andor, onde eram montados todos os elementos que completavam a narrativa, centrada nos últimos momentos da vida terrena da Virgem. As celebrações começavam num cenário mais intimista que ia do recolhimento vivido em clausura feminina, até à sua exposição acompanhada de missa pública, através de cânticos, récitas, sermões e com profundo sentido de teatralidade, comemorava-se então, os mistérios da Assunção e Coroação da Mãe de Deus[10]. De extrema importância para a compreensão do fenómeno processional que se seguia é, em nosso entender, a visão antropológica,

---

[4] A intervenção de conservação e restauro foi da responsabilidade do Laboratório José de Figueiredo – Direcção Geral do Património Cultural (DMCC-DGPC), em parceria com o Laboratório HERCULES – Universidade de Évora.

[5] Foi com esta denominação, que o exemplar artístico deu entrada a 30.3.2007, no ex. Instituto dos Museus e da Conservação, actual DMCC-DGPC, com o Nº de Rest.2/07.

[6] Também designada por Igreja das Chagas. IPA:PT040714030004.

[7] Surge, ainda, com a denominação de Igreja Matriz de Vila Viçosa; Igreja de Nossa Senhora da Conceição; Antiga Igreja de Santa Maria do Castelo; Solar da Padroeira, e tem o Nº de IPA:PT040714030007.

[8] Muito embora formalmente imponente, as dimensões deste andor não lhe conferem monumentalidade. gerais (sem os varais): 252cm x 85cm x 121cm.

[9] Festividades marcadas pelo ciclo da Glorificação da Virgem Maria, com a Sua *Dormição, Transito, Assunção* e *Coroação*.

[10] ESPANCA, Padre Joaquim José da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa,* Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, Ano XXIX, nº 55, 1972, p. 286, 323-324.

aquela que melhor traduz a essência deste ritual comunitário. Sendo um momento de partilha de um mesmo caminho, de um mesmo objectivo e de uma mesma fé, este encontro seria também um momento de invocação da protecção divina, e um momento não menos importante, de consagração do espaço público através de uma extensão do espaço sagrado. Enquanto conjunto criado para dar visibilidade pública ao momento do *Trânsito* e *Assunção da Virgem*[11], este exemplar artístico coloca-se na esfera do "instrumento divino", onde à sua passagem tudo se contagia de uma presença purificadora e cheia de Graça. Para a compreensão deste objecto na sua plenitude, importa primeiramente entendê-lo no contexto da sua função dentro do culto católico e à luz da mentalidade da sua época. Não contendo este texto a pesquisa que conduziu à sua leitura, centrar-nos-emos nos resultados obtidos ao nível do estudo técnico[12], desenvolvido durante a intervenção de conservação[13] e restauro que revelaram a pré-existência da escultura da Virgem comparativamente aos restantes elementos que constituem este conjunto datado dos séc. XVII/XVIII[14].

A Escultura da Virgem e a sua relação com o conjunto

Tendo o estudo técnico deste conjunto escultórico implicado, numa primeira análise, a identificação dos seus elementos constituintes, cabe-nos em síntese, testemunhar que ao momento desta intervenção, esta peça chegou-nos num estado diferente do do momento em que foi realizada, como tal, alterada e incompleta. Constituída por diversos têxteis, um andor em talha, vários elementos escultóricos, e pela imagem da Virgem jacente que, de feições serenas, e de olhos fechados, é retratada em *dormição*, simbolicamente com as mãos postas sobre o ventre. Escultura de vulto, com o rosto envolto em coifa com peitilho e manto, que posto sobre a cabeça cobre a túnica cingida à cintura, tapando os pés. Exibindo vestes com decoração policroma profusamente enriquecida pela variedade dos motivos representados, pedrarias e renda metálica, esta imagem é o elemento central de toda a narrativa iconográfica (Fig.2).

---

[11] O nome desta festa da Assunção de Nossa Senhora, veio em meados do séc. XVI, substituir a anterior denominação de *Dormitio Mariae* que, como o nome indica espelha o dia em que Maria, no dizer dos Antigos, adormeceu e foi levada para os céus, encerrando em si uma esperança para toda a humanidade, que através do seu exemplo poderá também participar na Ressurreição de Jesus Cristo.

[12] Os dados apresentados dizem exclusivamente respeito aos elementos escultóricos e à barca em talha.

[13] Relatório técnico. Instituto dos Museus e da Conservação, actual DMCC-DGPC, com o Nº de Rest.2/07.

[14] De acordo com o Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora, que pode ser consultado em: http://www.inventarioaevora.com.pt/acessibilidade/roteiro_t2_13.html. (acedido em Setembro de 2012).

Fig.2 – Escultura da "Nossa Senhora da Boa Morte", depois da intervenção de conservação e restauro.

Embora o estudo resultante da investigação conduzida ao longo dos trabalhos de conservação e restauro nos tenha permitido verificar haver diferenças significativas entre as peças, a escultura da "Nossa Senhora da Boa Morte" é de madeira policromada, assim como as restantes imagens de anjos que integram o conjunto processional. As características das tecnologias de execução, associadas aos materiais utilizados, bem como, o estado de conservação das peças e a sucessão estratigráfica das camadas polícromas, remetem-nos para modos de produção distintos o que poderá indiciar importantes desfasamentos relativos às obras, quer temporais, quer oficinais.

A imagem da Virgem, de tamanho próximo do natural (144cm x 42cm x 35cm), é realizada num único tronco de madeira, não diferindo deste aspecto as três figuras de Arcanjos, também essencialmente esculpidas num elemento, não fosse, a primeira ser de madeira de nogueira (*Juglans* sp.), uma folhosa, os segundos (S. Rafael), de madeira de pinho (*Pinus sylvestris* L.), uma gimnospérnica[15] e (S. Miguel), de madeira de carvalho (*Quercus* sp.). Verifica-se ainda que a figura de vulto da *Dormição* é ocada em todo o seu interior (Fig.3), pelo desbastamento longitudinal das fibras lenhosas, retiradas pela parte de trás, enquanto que todos os Arcanjos são em lenho maciço, sem qualquer tratamento. A técnica de desbaste do interior do tronco, embora, relacionada com as características da madeira, tinha como objectivo a diminuição dos movimentos de retracção do suporte. No caso das esculturas maciças dos Arcanjos (Fig.4), um dos problemas resultantes foi o aparecimento de fendas ao longo dos raios da madeira, com perda significativa de material lenhoso e de parte da forma esculpida.

[15] A identificação das madeiras foi efectuada pela bióloga Lília Alfarra Esteves.

Fig.3 – Parte de trás da escultura da "Nossa Senhora da Boa Morte" (114cm x 42cm x 35cm).

Fig 4 – Escultura do Arcanjo S. Miguel, depois da intervenção de conservação e restauro.

No que diz respeito às superfícies policromas, observámos pela análise estratigráfica das camadas, com recurso à lupa binocular, quer directamente, quer em amostras recolhidas das peças, a sobreposição desigual de camadas repolicromas que demonstram as diferentes vivências dos objectos. Em boa verdade, as peças mais antigas e como tal, com mais tempo ao culto, ou estão geralmente mais deterioradas, ou foram "renovadas" com uma, ou mais, repolicromias que atingem mais frequentemente as zonas de maior visibilidade, como as de carnação. As esculturas do conjunto processional da "Nossa Senhora da Boa Morte", neste aspecto, confirmam a regra, pelo que todas elas estão repolicromadas nos rostos, mãos e em outras partes de corpo expostas, porém, a única que apresenta igualmente a repolicromia completa das vestes é a Virgem. Através

do exame radiográfico da mesma foi possível verificarmos que, em consequência de um antigo ataque de insecto xilófago que a deteriorou profundamente, terá sido intervencionada em larga escala com aplicação da actual policromia, sendo visíveis as galerias e orifícios de saída do insecto preenchidos com uma massa densa, bem como, os vestígios de uma anterior renda metálica (Fig.5). Estes factos remetem a execução da escultura para uma data anterior à das restantes peças, incluindo o próprio andor que não estão, nem redourados nem com significativos vestígios de ataque biológico. Cremos, desta forma, que a peça esteve durante um largo período em condições ambientais desfavoráveis, o que terá contribuído para chegar a um avançado estado de degradação e que foi a dada altura alvo de uma profunda recuperação. Esta acção que consistiu na total repolicromia da escultura da Virgem e das restantes esculturas, deverá ter coincidido com a encomenda do andor em forma de barca, assim como, das imagens que o integram, tendo-se verificado existir uma relação próxima das técnicas de douramento utilizadas nas peças.

Fig.5 – Exame radiográfico da escultura da "Nossa Senhora da Boa Morte", pormenor do tronco.

Para o estudo aprofundado das policromias recorremos ao exame e análise das amostras por XRF[16] e de SEM-EDS[17], o que nos possibilitou determinar a morfologia e a composição elementar das estruturas estratigráficas.

As camadas originais da escultura da Virgem apenas foram detectadas nas amostras das zonas do manto e das carnações, tendo-se comprovado a presença sobre a madeira de uma preparação branca de sulfato de cálcio/gesso dihidratado (Fig.6). Para o caso da amostra retirada do manto, pode observar-se um douramento formado por uma camada de bolus ocre (alaranjado), seguido de folha de ouro, à qual se sobrepõe um azul forte, obtido quase exclusivamente com pigmento de azurite, um pigmento de cobre, certamente aplicado como técnica de esgrafitado. As zonas de carnação, sobre o referido preparo, apresentam uma camada fina formada por branco de chumbo e vermelhão.

[16] Espectrometria de Fluorescência de raios X.

[17] Microscopia electrónica de varrimento acoplada a espectrometria de raios X por dispersão de energias. (Centro HERCULES, da Universidade de Évora).

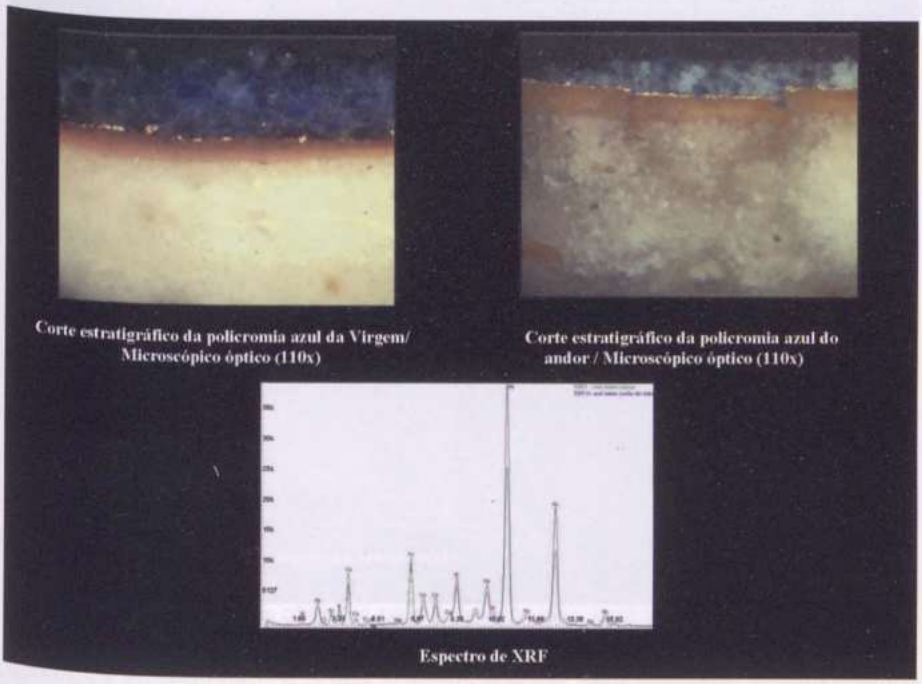


Fig.6 – Análise dos cortes estratigráficos das policromias da Virgem e do andor por Microscópio Óptico e Espectrometria de Fluorescência de Raios X.

A actual superfície das vestes (as vestes actuais) da Virgem, apresenta uma repolicromia que morfologicamente é muito semelhante à policromia original dos Arcanjos e à do andor que, cremos poder tratar-se de um processo técnico coevo que sabemos já existir, em 1732-33, através da descrição do Pe. Joaquim Espanca (datada de 1972), relativa à procissão[18]. O preparo em todas as amostras com correspondência para os estratos acima descritos, apresenta-se numa camada espessa, tendo sido identificada a presença de sulfato de cálcio, ou gesso di-hidratado. Para as superfícies douradas, distinguimos duas camadas de bolus, de espessuras aproximadas, sendo a primeira ocre, de composição siliciosa, e a segunda de cor acinzentada, provavelmente de composição maioritariamente orgânica, com inclusão de pigmento negro, não detectável pelos métodos de exame utilizados (Fig.7).

Na cor azul, quer no manto repolicromo da Virgem quer no das imagens de Arcanjos e na representação do *Sol*, na barca, foi identificado para todas as amostras o pigmento de azul de esmalte, um vidro potássico com cobalto como

[18] Cfr. ESPANCA, Joaquim, *op. cit.*, p. 323.

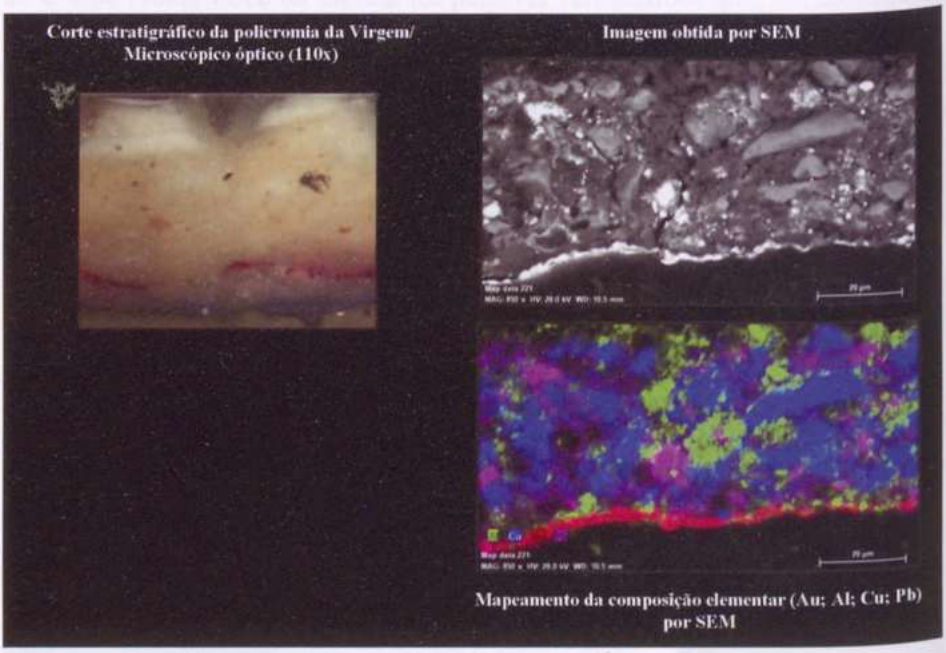


Fig.7 – Análise do corte estatigráfico da policromia original da Virgem por Microscópio Óptico e Microscópio Electrónico de Varrimento.

cromóforo identificável pela presença destes elementos e pelas propriedades ópticas e morfológicas do grão (Fig.8). Para a obtenção das gradações mais claras desta cor, observadas nas policromias dos mantos das esculturas, o pigmento foi misturado também com branco de chumbo.

Fig.8 – Análise do corte estratigráfico do douramento da barca por Microscópio Óptico e Microscópio Electrónico de Varrimento.

O enquadramento temporal de execução destas policromias é muito lato, uma vez que os pigmentos identificados foram praticamente todos utilizados desde a antiguidade, até ao século XIX. Sabemos, porém, que a descoberta e síntese de novos pigmentos foi alterando as utilizações, condicionadas na maior parte das vezes pelo custo dos mesmos em cada época. No caso do pigmento azul de azurite é conhecida a sua muito frequente utilização desde o século XV, até finais do século XVII, época em que caiu em desuso[19], embora em Portugal existisse em abundância nas minas de cobre de Aljustrel.

O pigmento azul de esmalte é de mais recente utilização, embora apareça associado à coloração de cerâmicas vidradas a partir do séc. XIV na Europa[20].

Em rigor podemos apenas afirmar como conclusão do estudo relativo às técnicas e aos materiais constituintes dos elementos escultóricos e entalhados, que a imagem da Virgem é anterior à execução das restantes esculturas e do andor, sendo que estes já existiam na terceira década do século XVIII, e que antes dessa data a Virgem teria sido alvo de uma recuperação, devido ao muito mau estado do suporte resultante de décadas de deterioração. Ainda, podemos acrescentar que essa recuperação terá, provavelmente, sido efectuada na mesma empreitada da execução do andor/barca e dos anjos.

No que diz respeito ao andor deste conjunto escultórico, o primeiro comentário que cabe a quem o observa pela primeira vez, está sem dúvida ligado à sua semelhança a uma barca[21]. Contudo, este exemplar em talha de rara formulação tipológica encaminha-nos numa segunda leitura, para um carro de aparato em analogia com as alegorias retratadas através dos carros triunfais[22] que desfilavam publicamente nas festividades do período barroco, e que retomavam as anteriores tradições teatrais.

Enquanto andor que serve de esquife à Virgem, ele cumpre propósitos litúrgicos que ilustram simbolicamente uma mensagem de expressão salvífica, revelando a influência de fontes literárias antigas. Reportando-nos aos textos bíblicos, encontramos na referência aos levitas que transportaram a *Arca de Deus*, uma imagem de clara semelhança visual e funcional (Fig.9), com este

---

[19] Harley, D. R., *Artist's Pigments c. 1600-1835*, Archetype Publications, London, 1982, p. 47.

[20] Idem, Ibidem, p.55. Outros autores referem como mais tardia, a partir do século XV a utilização do azul de esmalte (Gettens, R.J., Stout, G L., *Painting Materials: A Short Encyclopaedia*, Dover Publication, New York, 1966).

[21] Também designada por nau e navio. Conf. ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora, Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1978, vol. 9, p. 563 e 569. Cfr. ESPANCA, Joaquim, *op. cit.*, p. 323.

[22] Sobre estes carros processionais de carácter triunfalista, mencionamos a exemplo, as gravuras do cenógrafo José Caudí, para as festividades da Imaculada Conceição, celebradas em Valência no séc. XVII.

Fig.9 – Gravura de um carro triunfal. *Foederis Arca*, (1732), por Thomas Scheffer e *Martin Engelbrecht*, in Sigaut, Nelly et al. (2006) *Guadalupe, Arte y Liturgia. La Sillería de la Colegiata*. Michoacán, El Colegio de Michoacán / Basílica de Nuestra Señora de Guadalupe.

objecto, que começa por ser um andor: "e os levitas transportaram a Arca de Deus, tendo os varais sobre os ombros, como o havia prescrito Moisés, segundo a palavra de Iahweh[23]".

Retratando tridimensionalmente uma narrativa que se completa através de profundas significações cultuais com uma expressão muito particular no contexto artístico, este exemplar ilustra a viagem de Maria aos céus, enquanto Imaculada triunfante, redentora dos homens, sem pecado original, rodeada de virtudes, e não menos importante para a sua formulação estética e religiosa como Aquela que majestosamente bela navega no seu carro triunfal escoltada por uma corte angelical, trespassando as nuvens e o céu estrelado ao som de cânticos e louvores. Levada em ombros, tal como arca da Aliança que guarda as tábuas da Lei, a escultura da *Dormição da Virgem* é completada por inúmeros elementos que dão sentido a uma narrativa profundamente simbólica (Fig.10).

Do ponto de vista da talha, destaca-se a representação pictórica de um *Sol radiante*[24], circundado pela inscrição em vernáculo: "Ave Maria cheia de Graça sem pecado original[25]". Este elemento, que julgamos de extrema riqueza conceptual e técnica[26], surge ainda emoldurado por uma espécie de "grinalda" profusamente envolvida por ornatos vegetalistas

[23] Bíblia Sagrada, 1Cr. 15,15.

[24] Representando a luz de Jesus Cristo, que se espalhará por toda a humanidade.

[25] No texto bíblico, na passagem em que é anunciado a Maria que iria conceber Jesus no seu seio, a expressão "Cheia de Graça" é pronunciada pelo anjo Gabriel referindo-se à Virgem como sendo aquela que encontrou a Graça de Deus (Bíblia Sagrada, Lc. 1,28).

[26] Sobre um fundo dourado é possível observar a azul, uma inscrição em *esgrafito*, encimada por uma flor quadrilobada. Ao centro, um sol raiado de 24 pontas, em técnica de punção sobre o ouro, é o elemento central da narrativa iconográfica, numa alusão expressa à imortalidade de Cristo e da Virgem.

rematados por dois anjos atlantes que encimam um láureo ramo de folhas[27], que em forma de U serve de contorno ao casco da barca (Fig.11).

Fig.10 – Conjunto processional da "Nossa Senhora da Boa Morte", vista de trás.

Estruturado o desenho desta nau, a partir de uma simetria diametral, definida por um único eixo vertical imaginário, que se estende entre a proa e a popa, podemos observar a repetição dos elementos decorativos em cada um dos dois bordos da nave. Desta forma, podemos encontrar a ladear a *figura de proa,* representada pelo Arcanjo S. Miguel, dois *quartos crescentes* prateados[28], que, posicionados aos pés da Virgem, confirmam a narrativa iconográfica, sendo a duplicação desde atributo mariano apenas justificável pela necessidade de cumprir um propósito estético de inspiração morfológica na arquitectura naval. A encimar a popa alteada encontramos os Arcanjos S. Gabriel (estibordo) e S. Rafael (bombordo), ajoelhados em sinal de homenagem e adoração à Virgem, e segurando numa das mãos uma palma[29]. A nau é ainda rematada no bico de proa, pela figura de S. Miguel, que com vestes de guerreiro

Fig.11 – Pormenor da popa da barca. *Sol radiante* centrado pela inscrição "Ave Maria cheia de Graça sem pecado original".

[27] Muitas vezes representada por folhas entrelaçadas de louro, mas também de oliveira ou carvalho, este é um símbolo de vitória, que parece surgir neste contexto, como elemento de glorificação da Virgem.

[28] Este é um dos atributos da Virgem, que surge representada na narrativa bíblica do Novo Testamento, com a "lua debaixo dos seus pés" (Cf. Ap. 12,1).

[29] No contexto da representação do momento alusivo à *Morte da Virgem* (tema que embora não venha referido nos textos bíblicos, foi tratado por S. João Damasceno no século VII e teve larga difusão a partir do século XIII, com a *Lenda Dourada* de Jacobus de Voragine), encontramos a *palma*, como símbolo cristão da vida eterna e da ressurreição. No texto de Voragine, nos últimos momentos da Sua vida, Maria entrega a S. João Evangelista, a *palma* que este levará à frente do Seu cortejo fúnebre, facto que vemos claramente retratado neste exemplar artístico.

romano, e empunhando uma espada de prata se assume como chefe dos exércitos[30] e protector de uma Igreja Triunfante (Fig.12).

Segundo o Pe. Joaquim Espanca, este conjunto escultórico estaria no ano de 1972, bastante mais completo, pelo que importa mencionar que este "féretro" com a forma de um "navio", teria ainda, " (...) mastros, velas, cordame, bandeiras, flâmulas, galhardetes de seda e bordaduras a ouro e prata, e um grande número de anjos trepados pelas vergas com inscrições alusivas aos mistérios da morte, ressurreição, assunção e coroação da Santíssima Virgem, a cujos pés se vê também o Arcanjo S. Miguel de capacete, broquel e espada de prata em punho (...)[31]". Actualmente, destes elementos acima descritos apenas nos chegaram para tratamento de conservação e restauro, a escultura da Virgem, a barca com dois eixos de rodados fixos, quatro varais, os três Arcanjos, uma espada em prata pertencente ao S. Miguel, cinco anjos meninos[32] em madeira policromada (de três dimensões diferentes), uma cartela em prata dourada (com inscrições)[33], e por fim um conjunto de elementos têxteis,

Fig.12 – Vista geral do andor com elementos escultóricos e têxteis.

[30] Cfr. ESPANCA, Joaquim, *op. cit.*, p. 323. Frequentemente representado a partir do Renascimento, como soldado romano, S. Miguel é citado nos escritos bíblicos cinco vezes, surgindo sempre como representante de Deus nas batalhas contra os inimigos do Senhor. Acompanhado pelos seus anjos em lutas simbólicas, este Arcanjo torna-se para os fiéis, um símbolo espiritual de confiança na vitória do bem sobre o mal (Ap.12,1-17). Ver também: (Ef. 6,13-17).

[31] Cfr. ESPANCA, Joaquim, *op. cit.*, p. 323.

[32] Profusamente representados no renascimento e barroco, estes pequenos e rechonchudos *querubins*, representados geralmente nus ou quase nus e por vezes alados, surgem neste conjunto (quatro deles), enriquecidos com asas de prata fixadas por um espigão roscado inserido nas costas, que é rematado por uma porca também em prata. O outro elemento, de maiores dimensões (e que deveria ter um par), embora apresente nas costas dois pequenos espigões em ferro com cabeça dobrada em L, que indiciam a existência de asas de encaixe, não chegaram a dar entrada no Laboratório José de Figueiredo.

[33] Referindo o Pe. Joaquim Espanca, a existência de um broquel (atributo do S. Miguel), coloca-se a hipótese de que a cartela que acima referimos possa ser o mesmo elemento, dado que contem uma inscrição normalmente associada a este Arcanjo. Contudo, em diversos

formados por três bandeiras bordadas, um colchão, dez almofadas, um lençol rendado e uma coberta com rendas metálicas.

Retomando o andor, são de particular relevo os dois *quartos crescentes* prateados, que rematam a barca junto à proa, emprestando ao conjunto mais um dos atributos iconográficos da Virgem. Ao centro (na meia-nau), e em ambos os lados da embarcação, pode observar-se em talha baixa, dois anjos que segurando um pequeno ramo florido, abraçam ao mesmo tempo uma espécie de cartela com mais um dos emblemas da Virgem, reportando o observador para o tema da *Anunciação,* onde o anjo Gabriel é portador de uma vara de três lírios (Fig.13). Nesta narrativa alegórica de inspiração nas *ladainhas Marianas*, estão ainda representados nas rodas deste carro, quatro simbólicas cabeças de anjo centradas por uma palmeira (nas rodas de trás) e por uma rosa (nas rodas dianteiras)[34] . Importante será ainda referir que estas rodas têm diâmetros diferentes, sendo que as da frente apresentam um raio menor, conferindo à barca um aspecto mais "aerodinâmico". Por fim fica completada a narrativa, com a representação de três cabeças de anjos alados junto à roda de trás, e outras quatro à frente, envoltas em nuvens e rodeadas na proa por estrelas de seis pontas, tudo isto numa talha profusamente dourada.

Fig.13 – Pormenor da barca, com o emblema da vara de três lírios.

Enquanto carro celeste, este conjunto retoma assim, os triunfos e apoteoses utilizados para enaltecer a Glória de Maria, numa acentuada tendência de exibir, com pompa e aparato, as alegorias religiosas que resgataram os antigos triunfos

registos fotográficos anteriores a 2007, este elemento surge suspenso (por uma fita) das mãos de S. Gabriel e de S. Rafael, como pode ver-se também na Fig.1, deste texto.

[34] "Cresci como a palmeira em Engadi, como roseira em Jericó". Cf. Bíblia Sagrada, Eclo. 24, 14.

clássicos, entretanto apropriados pela iconografia cristã. Numa ligação directa com o sinal celeste que S. João nos narra no Novo Testamento, a Virgem que este carro transporta surge assim figurada como " mulher vestida de Sol[35]".

Andor – sua morfologia e técnica

Os exames realizados permitiram uma reflexão sobre a materialidade intrínseca do elemento entalhado pertencente a um período florescente das artes decorativas portuguesas, em relação ao qual ainda se sente a falta de estudos que se confrontem, com os aspectos da materialidade da obra de arte. Pretendendo estas considerações ser também um contributo para estudos comparativos subsequentes, importa registar alguns aspectos da técnica construtiva (Fig.14).

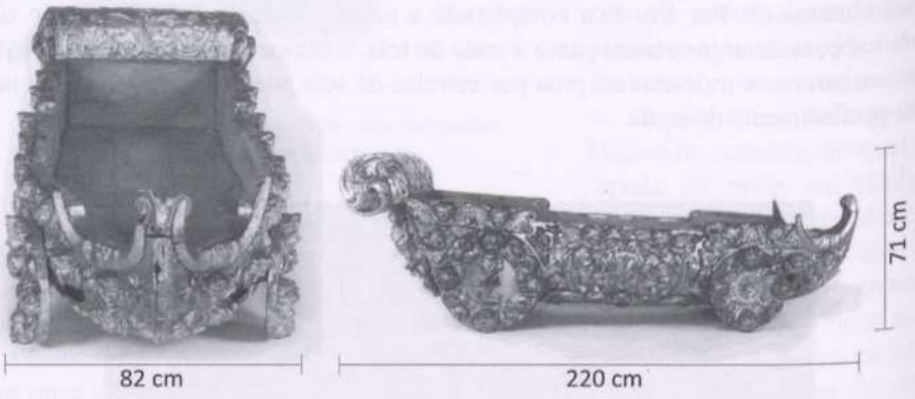


Fig.14 – Dimensões gerais da barca.

Deste elemento, apenas nos chegou o casco (220cm x 82cm x 71cm), sem qualquer mastreação, ou acessórios, pelo que nos centramos na sua principal característica formal, que é a de ter um plano de simetria, que como acima dissemos, divide imaginariamente a embarcação em duas partes. Não tendo como propósito a flutuação, o casco não apresenta qualidades náuticas próprias para a navegação, mas por analogia estética, foi construído à semelhança de um navio.

Tendo sido realizados exames de raios X (Fig.15), que permitiram a identificação do seu processo construtivo, poderemos referir neste contexto, que tanto a parte inferior do casco, como a carena, formada pelo contorno de transição com a parte vertical, são revestidas por um forro exterior, até à borda (limite superior do costado). O chapeamento do forro e do convés, foi feito por réguas de

[35] Cf. Bíblia Sagrada, Ap 12,1.

madeira com cerca de 7mm de espessura, tendo sido identificada como madeira de carvalho, *Quercus* sp.. Este ripado que reveste uma estrutura, parece estar fixo de forma contígua a um conjunto de balizas (vigas curvas, lineares e em L), em madeira de pinho, *Pinus* sp., que se desenvolvem verticalmente a partir da quilha. A unir as balizas entre si, segundo um plano transversal, encontram-se vigas horizontais também em madeira de pinho, *Pinus* sp.[36]. Todos estes elementos são unidos por pregaria em ferro forjado. Foi possível ainda confirmar a existência de vigas horizontais (longarinas), que interligam as balizas entre si, mas no sentido longitudinal da barca.

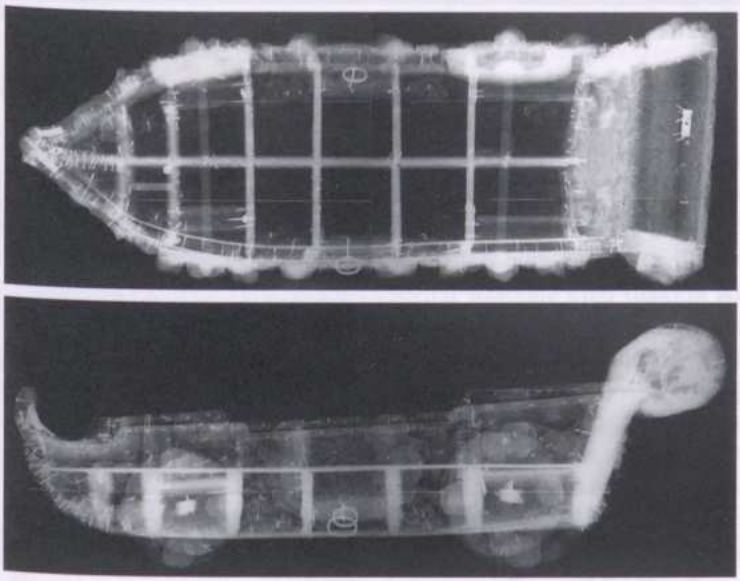


Fig.15 – Exames radiográficos da barca, exposição superior e lateral.

A partir desta estrutura, que como dissemos é essencialmente em pinho, surgem apostas ao forro em madeira de carvalho, os elementos em talha (recorrendo a pregaria forjada). Com excepção da talha da popa (no volume superior em consola), formada a partir de um bloco maciço em madeira de carvalho, *Quercus* sp. (onde se observa um relevo mais contido e sem grandes volumetrias), todos os restantes elementos são em madeira de pinho, *Pinus* sp. (Tab.1).

No que diz respeito aos varais amovíveis do andor, e que encaixam em orifícios circulares existentes tanto na proa como na popa, foi feita a identificação

[36] É comum na arquitectura naval, que estas uniões estejam apoiadas em esquadros montados nas balizas, aumentando assim a resistência do casco.

Tabela 1 – Identificação das madeiras

das madeiras (em secção transversal e elementos dissociados). Tendo sido confirmado que dois deles seriam em madeira de carvalho, um em madeira de castanho, *Castanea sativa* Miller, e um outro em madeira de folhosa tropical escura[37]. Apontando este dado para a possibilidade de não serem coetâneos, ou mesmo de resultarem de aproveitamentos de madeiras existentes em oficina, trabalhadas depois em torno. Julgamos que o critério de selecção deverá ter estado relacionado com a sua aptidão para suportar tensões (resistência), com a sua rigidez, com os seus comportamentos elástico-lineares e certamente com o seu peso.

Destes resultados podemos concluir que todos os elementos em talha foram concebidos de forma a contribuir para a leveza da peça (Tab.2), à excepção das zonas em que foi necessário garantir uma maior resistência material, conferida

Tabela 2 - Pesagem do conjunto escultórico

ELEMENTOS ESCULTÓRICOS		ANDOR		ELEMENTOS EM PRATA	
Virgem	25,540 Kg	Barca	*87,900 Kg		68,73 g
S. Miguel	3,700 Kg		1 Kg	Asas	67,45 g
S. Gabriel	5,500 Kg	Varais	1 Kg		65,68 g
S. Rafael	5,800 Kg		1 Kg		60,90 g
Anjo (maior)	981,49 Kg		1,600 Kg	Cartela	90,23 g
Anjos	452,93 g	TÊXTEIS		Espada	105,95 g
	418,23 g		206,34 g		
	319,61 g	Bandeiras	196,48 g		
	256,80 g		158,42 g		
Peso total do conjunto escultórico				**130,529** Kg	

*Estes valores dizem respeito à pesagem da barca com o colchão e uma almofada

[37] Com parênquima amarelado quer o radial, quer o medular, este vasicêntrico aliforme, por vezes confluente, podendo ser das espécies, *Milicia* sp., ou *Manilkara* sp..

pela maior dureza da madeira como é o caso da zona da popa em que apoiam os dois Arcanjos, ou nos barrotes interiores que servem de calha aos varais. Outro aspecto relevante, relativamente a estes dados, tem que ver com a significativa presença da madeira de carvalho em todo o conjunto (à excepção da Virgem em nogueira, *Juglans* sp., e dos dois arcanjos do topo que são em pinho). A relação destes resultados com a predominância destas madeiras no sul de Portugal pode apontar para uma produção de oficina local, facto que ainda não foi confirmado.

No que diz respeito às policromias presentes neste exemplar, das quais já anteriormente se apontaram resultados relativos ao azul do *Sol radiante*, cabe-nos dizer que a técnica de douramento presente, é a técnica de *douramento a água* com aplicação maioritária de *folha de ouro*[38]. Sobre o suporte em madeira, coberto por várias camadas de *preparo*, verificámos a existência de duas cores distintas de *bolus* (ocre, num tom claro, com sobreposição de uma ou mais camadas de *bolus* de cor acinzentada) (Fig.16), combinação pouco frequente, mas não inédita no sul do país. Neste processo de sobreposição de estratos, em que a finalidade foi conferir à parte visível do suporte em madeira, um brilho metálico, importa mencionar a qualidade da técnica de execução patente neste exemplar artístico. A talha dourada, enquanto arte ilusória que faz a madeira parecer ouro maciço, requer para além de um profundo conhecimento dos materiais, um grande domínio técnico, sobretudo quando a intenção é obter uma estética centrada no brilho. Sendo as principais propriedades ópticas do ouro, o brilho e a cor, a obtenção de uma superfície polida, capaz de uma grande reflectividade da luz incidente, é um processo complexo, que começa pela escolha dos tons de bolus onde irá assentar a folha de ouro (neste caso *ouro amarelo*). Evidenciando a barca uma técnica de douramento que recorre ainda a um jogo de contrastes entre o *ouro fosco* e o *ouro brunido*, este é mais um dado de subtileza técnica que tem a intenção de conferir ao objecto uma maior teatralidade. Com o propósito de criar diferentes brilhos e sombras, as formas esculpidas surgem realçadas, cumprindo assim a sua função de aparato.

Fig.16 – Pormenor do casco da barca, presença de duas cores de bolus (cinza sobre ocre) e folha de ouro 6cm x 6cm.

[38] Neste andor a *folha de ouro* apresenta as dimensões de 6cm x 6cm.

Podemos ainda observar neste elemento a presença das técnicas decorativas de punçoado e esgrafitado, que sendo utilizadas para enriquecer a gramática decorativa, jogam com a marcação do desenho, ora de forma incisa ora por remoção das camadas superficiais. Do contraste do ouro sob azul que dá expressão à representação do *Sol radiante*, unicamente a partir de jogo de dois diferentes ferros, o trabalho de punçoado revela em nossa opinião, uma delicadeza conceptual e técnica, que importa registar (Cf. Fig.11).

Sobre esta barca "em ouro" de forte impacto visual, da qual citamos a referência simbólica de analogia com as prescrições bíblicas referentes à construção da *Arca da Aliança*: "Tu a cobrirás de ouro puro[39]", cabe-nos ainda acrescentar, dois outros aspectos da sua policromia que são excepções cromáticas a esta "regra". Para além do ouro, referimos já anteriormente, a presença de um *Sol* esgrafitado em azul, que com o propósito de ilustrar atributos iconográficos, se impõe à cabeceira deste (também) esquife. Neste mesmo sentido importa assinalar, que o forro interior deste leito é revestido a *vermelhão* desde o fundo até aos bordos. Destinado a conter o colchão onde repousa a Virgem, esta cor impõe opticamente uma marcação de contraste com o ouro, orientando o olhar do observador para a importância do elemento central: a Virgem.

Enquanto objecto catequético de salvação e da prefiguração de uma *boa morte*, alguns destes "adornos" do conjunto escultórico, apresentam como já dissemos, características astrológicas, anunciando uma ideia de Céu que importa enquadrar também no contexto da metafisica cristã. Neste sentido, referiremos por último, os dois *quartos crescentes* prateados, que ladeiam a figura de S. Miguel, e que originalmente imitariam o brilho lunar, mas que ao momento por terem sido incorretamente intervencionados, não refletem o brilho metálico (Fig.17).

Importa ainda assinalar que na sequência do estudo efectuado, foi encontrada uma moeda dentro da barca junto à proa (Fig.18), ficando neste contexto, o registo de que poderá querer datar uma intervenção de renovação estética do objecto. Sendo uma reflexão especulativa, este dado aponta para outros exemplares onde foi semelhantemente encontrada uma moeda, e dos quais se encontra uma relação directa com restauros efectuados. De colocar-se ainda a hipótese de este facto poder decorrer de um acto devocional e simbólico, para o qual importaria encontrar referências.

Centrado este artigo, como acima dissemos, no estudo técnico dos elementos escultóricos e em talha, ficam de fora inúmeros dados que numa futura abordagem poderão vir a público, destacando-se desde já o estudo dos elementos têxteis, que são de particular importância na semântica simbólica do conjunto.

---

[39] Bíblia Sagrada, Ex. 25, 11.

Fig.17 – Representação estratigráfica da policromia prateada da barca (*luas*) e análises por Microscópio Electrónico de Varrimento.

Fig.18 –Moeda de "V Réis", datada de 1848 (Reinado de D. Maria II).

Notas finais

> "Quando se pretende identificar uma obra de arte há uma só coisa a fazer: analisá-la."
>
> José de Figueiredo[40], 1924

Como normalmente acontece em todas as intervenções de restauro também esta foi uma oportunidade extraordinária de analisar e aprofundar o conhecimento do magnífico conjunto escultórico da "Nossa Senhora da Boa Morte".

A intervenção de conservação e restauro neste conjunto, centrado na escultura jacente da Virgem e no andor imponente em forma de barca circundada de Anjos, bandeiras e elementos decorativos, constituiu simultaneamente um desafio e uma enorme responsabilidade relativamente a esta peça devocional e artística do barroco português.

No historial da prática da conservação e do restauro preconizada pelos primeiros responsáveis desta actividade em Portugal há uma tradição que se mantém e que João Couto[41] em 1952 definia com acuidade: "Restaura-se quando é necessário, e o restauro só se pratica quando um estudo prévio, meticuloso, bem documentado e discutido, aconselha a actuação do interventor". Passados alguns anos e já após a oficialização do Instituto de José de Figueiredo, Abel de Moura, primeiro Director (1967-1981), fazia uma síntese do percurso e princípios orientadores ao longo dos anos de actividade "Desde a criação do Instituto temos sempre procurado actualizar os métodos de trabalho e a formação dos técnicos visando uma mais correcta recuperação e conservação da obra de arte dentro de um critério de estrita observação da sua integridade".

Com idêntico sentido Fernanda Viana[42] chamava a atenção para alguns aspectos específicos a ter em consideração: "A ética do restauro obriga à conservação da obra de arte, do seu valor estético, do seu espírito e da sua matéria, exige tratamento e apenas as intervenções de restauro absolutamente necessárias e indispensáveis para atingir esse fim". Para Anapaula Abrantes[43] a responsabilidade dos profissionais da conservação é considerada primordial: "O Património é uma herança recebida, portadora de uma mensagem histórica, estética e

---

[40] FIGUEIREDO, José de – "[Recensão a] CORREIA, Virgílio, Vasco Fernandes. Mestre do Retábulo da Sé de Lamego. Imprensa da Universidade, Coimbra, 1924". Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses. Vol. 1, fasc. 3, 1924, p. 414.

[41] João Couto, Conservador do Museu Nacional de Arte Antiga fundou o Laboratório de Investigação Científica para Exame de Obras de Arte em 1932.

[42] Fernanda Viana, restauradora de Pintura e directora do Instituto de José de Figueiredo de 1983 a 1989.

[43] Anapaula Abrantes, primeira responsável pela área de Escultura, chefe de divisão e directora do Instituto de José de Figueiredo de 1993 a 1996.

cultural, com a obrigatoriedade de ser transmitida, pelo que a sua preservação se constitui numa necessidade e num dever".

Actualmente, com base nestes pressupostos e tendo em consideração os mais recentes recursos e técnicas de exame e análise das ciências físicas e químicas, os conservadores-restauradores envolvidos na intervenção deste conjunto, desenvolveram a sua actividade em estreita colaboração com técnicos especialistas de várias áreas científicas, no sentido de determinar opções de intervenção mais e melhor fundamentadas.

A proposta de estudo e tratamento deste conjunto escultórico exigiu da parte dos profissionais redobrado empenho e dedicação tendo em consideração a preservação desta obra em toda a complexidade de materiais e técnicas existentes. Para o desenvolvimento dos trabalhos para além da colaboração dos conservadores-restauradores das áreas de Talha, Escultura, Têxteis e Marcenaria Especializada foi imprescindível o apoio laboratorial.

Foi igualmente tida em consideração por parte da equipa Técnica, a responsabilidade de divulgar a evolução dos trabalhos junto dos responsáveis e autoridades locais. Com este objectivo deslocaram-se a Vila Viçosa os conservadores-restauradores das áreas de Talha e Escultura, para uma sessão pública que contou com a presença de Dom Maurílio Gouveia, Bispo Emérito de Évora, o Cónego Mário Tavares de Oliveira, e com um número significativo de paroquianos (Fig.19).

Fig.19 – Auditório do Seminário Menor de S. José, em Vila Viçosa a 29 de Abril de 2010, sessão pública de divulgação dos trabalhos de conservação e restauro.

Cinco anos de reflectido trabalho, resultaram numa intervenção complexa e minuciosa. Ao terminar o tratamento de conservação e restauro foi programado o regresso da escultura ao seu local de veneração para as celebrações litúrgicas da solenidade da Assunção da Virgem Santa Maria (Fig.20).

As celebrações tradicionais dos dias 14 e 15 de Agosto e o cortejo processional da "Senhora da Boa Morte" em Vila Viçosa foram descritas pelo Padre Joaquim Espanca[44] como momentos de especial emoção e transcendência experimentados pela multidão, envolvida pelo repicar dos sinos, a música, os foguetes e os cânticos. Actualmente repetiram-se também momentos de profunda espiritualidade na solene recepção e veneração da "Senhora da Boa Morte" a evocar as tradicionais celebrações desta antiga invocação. O significado deste excepcional conjunto escultórico pode ser entendido na sua dimensão mais profunda com as palavras do Papa Bento XVI: "**a arte barroca quer envolver-nos novamente na Liturgia celeste**[45]", afirmação plenamente confirmada pelos técnicos que acompanharam o regresso do conjunto escultórico. Este regresso, marcado por uma ausência temporal significativa, foi também um momento especialmente preparado e por isso todo o real esplendor do conjunto contribuiu para a vivência e sentido da sua verdadeira dimensão espiritual.

Fig. 20 – Regresso do Conjunto escultórico à Igreja Matriz de Vila Viçosa, em 2012, no âmbito das festividades em honra da Nossa Senhora da Assunção.

[44] ESPANCA, Joaquim, "Memórias de Vila Viçosa", Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, Ano 29, n.º 55, 1972, p. 323.

[45] RATZINGER, Joseph. Introdução ao espírito da liturgia, Lisboa, Paulinas, 2001, p. 95.

Relativamente à intervenção deste conjunto fica também a certeza de se manter vivo o espírito de todos os que no passado como no presente souberam transmitir o profundo respeito pela obra de arte e pelo seu valor histórico, estético e religioso.

Agradecimentos

Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa/Presidente da Fundação da Casa de Bragança;

Dr.ª Maria de Jesus Monge/Directora do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança;

Dr. Tiago Salgueiro/Técnico Superior do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança;

Mário Tavares de Oliveira/Cónego do Cabido Catedralício de Évora;

Francisco Couto/Pároco da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa;

Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Equipa técnica

Laboratório José de Figueiredo, da DMCC-DGPC – Alexandrina Barreiro; Ana Mesquita e Carmo; António Candeias; Belmira Maduro; Filomena Rodrigues; Francisca Alberty; Jorge Oliveira; Lília Esteves; Luís Filipe Pedro; Margarida Marques; Maria José Duarte; Paula Monteiro. Nazaré Escobar (Divisão de Documentação e Divulgação/IMC). Bolseiros Técnicos de Investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia: Carlos Marques; Cátia Frade; Conceição Ribeiro; Madalena Serro; Luís Piorro; Tiago Dias. Bolseira do Projecto de Investigação Cientifica & Desenvolvimento Tecnológico ON-FINARTS: Sónia Costa. Mestrandos da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa: Joana Domingues; Marta Vieira. Colaboradores externos: Sara Pires.

Laboratório HERCULES da Universidade de Évora – António Candeias; José Mirão.

Créditos fotográficos

Arquivo técnico do Laboratório José de Figueiredo, da DMCC-DGPC:
Jorge Oliveira – Fig. 1-3; 5; 10; 12-15; Lília Esteves – Figs. da Tabela 1; Conceição Ribeiro – Fig. 4; 6-8 (cortes estatigráficos); Filomena Rodrigues – Fig. 11; 16; 18-20; José Mirão/Centro HERCULES da Universidade de Évora – Fig. 7; 8 e 17 (Imagens SEM).

ASSUNÇÃO DE NOSSA SENHORA
Notas para a compreensão da história do dogma e da antropologia cristã

Mário Tavares de Oliveira

Introdução

O recente trabalho de conservação e restauro da mirífica imagem de Nossa Senhora da Assunção ou Senhora da Boa Morte que se venera no Santuário da Padroeira de Portugal, em Vila Viçosa, serviu de pretexto para este nosso estudo.[1] Acolhi de bom grado o convite que me foi formulado, pois, para além de ilustrar esta ocorrência, viria a revelar-se como uma oportunidade de aprofundar a matéria em causa.

Deve o presente estudo ser visto como uma espécie de sumário alongado da matéria em questão. O tema é vastíssimo e, aqui, apenas nos limitamos a delinear como que um itinerário que exige ser percorrido com aturados critérios e uma exigente reflexão teológica. Sendo a *Callipole* uma revista de carácter generalista e não, especificamente de ciências teológicas, mais se agudiza a dificuldade em atingir os objectivos desejados. Não será fácil evitar um certo léxico técnico das letras teológicas mas procuraremos ter uma preocupação divulgativa sobre este tema que se reveste de enorme interesse e que sempre registou uma

[1] O aludido trabalho de conservação e restauro deveu-se à iniciativa e ao zelo manifestado pelo Doutor Artur Goulart da Comissão de Arte Sacra da Arquidiocese de Évora, ao consentimento agradecido da Régia Confraria em sintonia com o Reitor do Santuário, ao acolhimento responsável da Direcção Geral do Património Cultural e à competência técnica duma equipa de trabalho que se empenhou muito para além do que é lícito desejar. Este trabalho decorreu desde 30 de Março de 2007 até 14 de Agosto de 2012 sendo re-entronizada a veneranda imagem no dia 15 de Agosto, Solenidade da Assunção de Nossa Senhora.

dupla linha em cumplicidade: A via devocional e popular e a via teológica e doutrinal. Em poucas verdades da fé cristã estas duas vias concorreram tão harmoniosamente e sem conflitualidades intransponíveis. Numa palavra, o Magistério da Igreja, o povo e os teólogos caminharam juntos no aprofundamento desta verdade mariana.

Os dogmas católicos sobre a Mãe de Jesus são quatro: A Maternidade divina, a Virgindade perpétua, a Imaculada Conceição e a Assunção. Os primeiros dois foram definidos logo nos primeiros séculos em torno das discussões cristológicas que estiveram na origem dos concílios da antiguidade cristã. Os outros dois foram definidos na modernidade.

A Virgindade perpétua é, muitas vezes, considerada um "dogma não definido" uma vez que, mais do que uma definição explícita, conta com a inequívoca tradição da Igreja desde os primeiros tempos atestada nos inúmeros textos dos padres mais antigos que sempre apresentaram esta verdade mariana sem hesitação e entrou com evidente espontaneidade no coração dos fiéis, na doutrina da Igreja e na reflexão teológica. A Maternidade divina, por sua vez, foi definida no Concílio de Éfeso, no ano 431. O dogma da Imaculada Conceição foi definido por Pio IX, em 1854, com a bula *Inefabilis Deus*. O dogma da Assunção de Maria viria a ser definido em 1950, por Pio XII, com a bula *Munificentissimus Deus*.

Deste modo, temos dois dogmas sobre Maria definidos pela Igreja dos primeiros séculos e dois dogmas definidos na modernidade. A verdade mariana que queremos abordar é, pois, o último dogma sobre Maria que a Igreja definiu apesar de, como veremos, se afirmar nas comunidades desde o século IV. A importância que esta Solenidade alcançou entre nós em particular e na Igreja em geral justifica esta reflexão. Os trabalhos de recuperação e restauro da Senhora da Boa Morte são, tão-somente, um oportuno pretexto para reflectirmos sobre a sua riquíssima mensagem.

O que ressalta com evidência é que o papel de Maria na vida da Igreja é algo determinante para a comunidade cristã e para a humanidade. Debruçar-se sobre uma verdade dogmática, mais do que reflectir sobre uma definição estática e inerte sobre a qual não se discute, é tocar uma realidade viva que continua a inspirar, no presente, caminhos novos enquanto evocamos a genuína tradição da Igreja. No fundo, os dogmas da Igreja e, neste caso, a Assunção Maria, lançam as bases da fidelidade e da renovação da própria Igreja. Falar da Assunção de Maria é falar da experiência da Igreja que se revê em Maria assumpta ao céu. Por isso, em última análise, o que está em questão é a relação de Maria com o povo cristão sob o prisma desta verdade mariana específica.

1. Contextualização do Tema

Uma das grandes questões levantadas no Concílio Vat. II foi o lugar onde devia acontecer a reflexão sobre Maria. Maria só pode ser entendida no coração

da Igreja. É aí que se redescobre de modo sempre novo o seu desígnio de criatura escolhida por Deus e que hoje canta os seus louvores por toda a eternidade.

Um dos pilares da renovação teológica acontecida no século XX, Henri de Lubac, na sua obra obrigatória *Meditação sobre a Igreja*, afirma: *"Os laços existentes entre a Virgem Maria e a Igreja não são somente numerosos e estreitos mas são também essenciais. Estão intimamente entrelaçados. Estes dois mistérios da nossa fé são mais que solidários; tal como já se afirmou, são um só e único mistério. Digamos, ao menos, que é tal a relação que entre ambos existe que ganham muito quando um é ilustrado pelo outro; e ainda mais, que para entender um deles é indispensável contemplar o outro".*[2]

Maria é a figura da Igreja. Se quisermos ver a Igreja realizada, acontecida em plenitude, teremos de olhar para a Mãe de Jesus. Em Maria, a Igreja vê-se projectada e consumada. Daí que a relação entre Maria e a Igreja se reveste de profunda fecundidade e fonte de inspiração. René Laurentin, um dos mais iluminados mariólogos do nosso tempo, ilustra esta relação deste modo: *"Ao longo de todo seu itinerário, a Virgem Maria realiza antecipadamente o que a Igreja realizará mais tarde. Antes que a Igreja surgisse, ela já era imaculada e santa; antes da Igreja, ela une-se a Cristo, forma um corpo com Ele, uma só vida, um só amor; antes da Igreja, ela comunga os seus sofrimentos e coopera na redenção; antes da Igreja, ela foi elevada ao céu em corpo e alma seguindo o Ressuscitado. E, no entanto, todas estas antecipações não são estranhas à Igreja. Poder-se-ia afirmar que, em Maria, a Igreja começou a ser santa e imaculada, a estar incorporada em Cristo, a comungar os meus mistérios e a ressuscitar com Ele. Nesta perspectiva, a Virgem Maria aparece como o primeiro membro da Igreja, aquele em quem a Igreja realiza de maneira mais perfeita e antecipadamente, a sua essência mais profunda e inalienável que é a sua comunhão com Cristo".*[3]

É no seio da Igreja que ganha significado a missão de Maria. Por vezes, no passado, algumas espiritualidades terão corrido o risco de olhar para Maria em si mesma, como criatura ornada de privilégios junto de Deus, como se se tivesse perdido a memória histórica de ter sido uma mulher do seu povo, expressão viva da fé da sua gente e, ao mesmo tempo, tocada pela plenitude de Graça em ordem a ser a Mãe do Filho de Deus. Desenraizar Maria do seu lugar próprio é desvirtuar a sua missão plena. Havemos de olhar Maria no coração da Igreja e no coração de Deus. O mistério da Assunção evidencia, como nenhum outro, este desígnio.

A Igreja é um povo em caminho, ainda não chegou à meta e Maria é caminheira que vai à frente, como primeira crente e discípula. E quanto mais entrarmos nos mistérios de Maria, mais entenderemos a missão da Igreja. O então

---

[2] LUBAC, H., Meditação sobre a Igreja, Madrid 1980, p. 149

[3] LAURENTIN, R., Court Traité de Theologie Mariale, Paris 1967, p. 159

Cardeal Ratzinger, actual Papa Bento XVI, reclama a urgência da conexão vital entre Maria e a Igreja: *«A Igreja não é um produto "feito", mas sim a semente viva de Deus que quer crescer e amadurecer. Por isso, a Igreja precisa do mistério mariano; por isso, é ela própria mistério mariano. A fecundidade só pode acontecer nela quando a Igreja se coloca sob este sinal de Maria, quando se torna terra sagrada para a Palavra".*[4]

Neste sentido, a Assunção de Maria ao céu em corpo e alma não há-de ser interpretada apenas como um fenómeno excepcional que se escapa à compreensão humana. A compreensão larga deste mistério mariano é a sua relação com a Igreja e a missão que nela desempenha.

Uma mística do nosso tempo desenha o perfil de Maria com elevadas tonalidades que exprimem uma actualidade sem par:

"(...) De Maria, não se fala: Canta-se! Está para além de todo o pensamento: Ama-se e invoca-se! Não é objecto de estudo mas sim de poesia. Os maiores génios da humanidade puseram o pincel e a caneta ao seu serviço. Se Jesus encarna o Verbo, o Logos, a Razão, Maria personifica a Arte, a Beleza, o Amor. Maria: Obra-prima do Criador, por quem o Espírito Santo deu livre curso à Sua fantasia derramando mil inspirações. Bela Maria! De ti, nunca se dirá o necessário!"[5]

2. Fundamentos bíblicos

Não há referências explícitas na Sagrada Escritura sobre a Assunção da Virgem Maria ao céu. Todavia, desde sempre, os padres da Igreja, os teólogos e o povo cristão descortinaram uma relação íntima entre o que a Sagrada Escritura afirma e o que a tradição da Igreja tem como verdade transmitida desde os primeiros tempos. Por isso, podemos afirmar que a Assunção de Maria está radicada na Sagrada Escritura conforme a interpretação dos Padres e dos teólogos.

O Antigo Testamento, em vários momentos, recorre à figura da "mulher" para anunciar a salvação que há-de realizar-se. Essas passagens são tão significativas que somos tentados em fazer corresponder a figura de Maria com esses anúncios de esperança. Entre estes, refira-se a profecia de Gen. 3,15: «Farei reinar a inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a descendência dela. Esta esmagar-te-á a cabeça e tu tentarás mordê-la no calcanhar». Ainda mais eloquente é a passagem de Isaías: «Por isso, o Senhor, por sua conta e risco vos dará um sinal. Olhai: A jovem está grávida e vai dar à luz um filho e há-de pôr-lhe o nome de Emanuel». (Is. 7, 14). Também o profeta Miquéias retoma

[4] RATZINGER,J.,-VON BALTHASAR H.U., Maria, Primeira Igreja, Coimbra 2004, p. 12.

[5] LUBICH, C., Maria Transparência de Deus, ed. Cidade Nova, Abrigada 2003, p. 11-12.

o anúncio messiânico na sua profecia: «Mas tu, Belém-Efratá, tão pequena entre as famílias de Judá, é de ti que há-de sair aquele que governará em Israel. As suas origens remontam aos tempos antigos, aos dias de um passado longínquo. Por isso, Deus abandonará o seu povo até ao tempo em que der à luz aquela que deve dar à luz e em que o resto dos seus irmãos há-de voltar para junto dos filhos de Israel». À luz do Novo testamento, parece-nos poder descobrir, retrospectivamente, um desígnio sobre o que há-de realizar-se na Virgem de Nazaré.

Maria, mãe de Jesus faz acontecer as promessas antigas. O seu "Sim" realiza a esperança de Israel. Por isso, podemos dizer que o Antigo Testamento profetiza o que em Maria acontece. O *Cântico dos Cânticos* interroga: «Quem é essa que desponta como a aurora, bela como a lua, fulgurante como o sol, terrível como as coisas grandiosas?» (Cant. 6,10) Essa mulher é Maria!

O Novo Testamento também não se refere aos últimos dias da Virgem Maria. A Mãe de Jesus ocupa mesmo um lugar bastante discreto quer nas narrativas evangélicas quer nos restantes escritos neotestamentários. Todavia, na vida de Jesus, Maria está presente nos momentos mais importantes. Aparece quando o Filho precisa: No nascimento e na infância; na paixão, morte e sepultura. Vemo-la também a fazer parte da primeira comunidade de Jerusalém. E como refere Ponces de Cuéllar: "*Ela não ocupou um lugar um lugar de chefia na primeira comunidade nem é considerada testemunho ocular dos factos proclamados no Kerigma (anúncio fundamental da fé). Mas à medida que a luz do Espírito se projecta em todas as implicações do acontecimento Cristo, a figura de Maria como «Mãe de Jesus», a primeira crente (...) ocupa um lugar crucial nos textos evangélicos.*"[6]

Elucidativas são as palavras do eminente exegeta Ignace de la Potterie acerca do lugar algo discreto que Maria ocupa nas Sagradas Escrituras que aqui transcrevemos: *«Coloca-se, com frequência, a objecção de que no Novo Testamento se encontram poucos textos que se referem a Maria. De facto, assim é. Porém, quanto mais se lêem, se estudam e meditam esses textos, mais se apreende o seu valor fundamental. O que realmente importa não é a abundância de informação mas, antes, a profundidade e riqueza que nela se contém. Esta profundidade e riqueza não se descobrem à primeira vista, não se percebem mediante uma leitura rápida e superficial, mas unicamente através duma análise prolongada e aturada. Então, torna-se cada vez mais claro que Maria está presente e desempenha um papel capital nos momentos decisivos do acontecimento salvífico».*[7]

Não vem a propósito, neste lugar, fazer um estudo dos textos bíblicos que se referem a Maria.[8] Interessa-nos sobretudo registar o facto de eles não falarem

---

[6] PONCE CUÉLLAR, M., Maria, Madre del Redentor y Madre de la Iglesia, ed Herder, Barcelona 2001, p. 70.

[7] De La POTTRIE, I., Maria no Mistério da Aliança, Madrid 1993, pp. 7-8.

[8] Para um estudo completo de todas as passagens do Novo Testamento referentes a Maria,

directamente na Assunção nem dos acontecimentos em torno da sua morte. Porém, o papel que Maria desempenha junto do seu Filho é uma base que vai requerer junto da comunidade crente, uma consonância entre a sua vida e a sua morte. Para a comunidade crente, não seria aceitável que quem teve um lugar como o de Maria na história da Salvação tivesse um destino comum a qualquer crente. Esta percepção requerida pelo sentido da fé do povo a par do pensamento desenvolvido pelos pastores e teólogos levará ao enraizamento na cristandade da devoção assumpcionista.

Neste dogma, como aliás no dogma da Conceição Imaculada de Maria, foi determinante este sentido de fé popular que levou a uma profunda reflexão em torno dos mistérios marianos. A inteligência do coração provocou o saber teológico e um concorreu a favor do outro do que resultou largo benefício para todos. Há, entre a revelação das Escrituras e a doutrina da Assunção uma continuidade lógica que a sabedoria do coração bem cedo soube descortinar e ilustrar. O Papa Pio XII faz-se eco desta continuidade entre o ensino bíblico e a tradição ao afirmar na *Munificentissimus Deus* que *"esse privilégio concorda admiravelmente com as verdades que nos são ensinadas pela Sagrada Escritura"*.

3. Escritos apócrifos

O que escasseia nos relatos da Sagrada Escritura superabunda nos escritos dos livros apócrifos. Estes escritos, apesar de não serem reconhecidos dentro dos parâmetros do cânone bíblico, fornecem elementos decisivos sobre muitos aspectos litúrgicos e devocionais que podem ajudar a compreender o fenómeno religioso sob muitos aspectos. É o caso da Assunção de Nossa Senhora ao céu.

A mensagem cristã começou por ser oral e só depois se consignou nos Evangelhos e nos demais escritos neotestamentários. Todavia, o ímpeto causado por essa mensagem foi tal que, necessariamente, se desenvolveram muitos escritos paralelos, com diversidade de fontes que, por motivos vários não são reconhecidos como textos inspirados. No entanto, contêm informações preciosas sobre a vida das comunidades e, inclusive, alguns dos seus relatos tiveram tanto sucesso que entraram na tradição da Igreja. É o caso da Verónica, da Apresentação de Nossa Senhora no Templo e da Concepção de Maria, para falarmos só de alguns casos mais significativos.

No que toca à Assunção de Maria, os escritos apócrifos fornecem-nos um imenso manancial que nos ajuda a encontrar as raízes da devoção assumpcionista. Provavelmente, não existe um acontecimento relacionado com o Novo Testamento que tenha dado lugar a uma proliferação tão grande de lendas apócrifas como o que diz respeito à Assunção de Maria. São conhecidos pelo menos 70

veja-se a obra de LAURENTIN, René, Court Traité sur la Vierge Marie, Paris 1968, pgs 18- 40 ou Ponce de Cuéllar, o.c. pp. 69-203.

peças distintas conservadas num grande número de manuscritos em diversas línguas.

Da análise destes documentos, parece claro que a sua antiguidade não remonta para lá do século IV. Alguns destes textos têm uma grande difusão em todo o Oriente e alguns deles chegam até a entrar na liturgia. Entre o século IV e o século VI há um grande entusiasmo por esta literatura que, não sendo canónica, lança muitas luzes sobre esta questão. Alguns escritos são condenados[9] mas, no geral, estes escritos são, no mínimo, tolerados.

A diversidade dos escritos permite elencar alguns traços comuns entre eles donde se extrai a influência que terão tido junto da comunidade cristã. Entre eles, registamos: O anúncio do anjo a Maria indicando-lhe a iminência da sua morte, a vinda milagrosa de João, que chegou em primeiro lugar antecipando-se aos outros apóstolos, um atentado perpetrado contra o féretro quando ia a ser sepultado e, finalmente, o facto da assunção apresentado de diversas formas. Distinguem-se, entre todos os apócrifos, pela relevância que tiveram no seu tempo, o livro apócrifo de *São João Evangelista, a homilia de João*, Arcebispo de Tessalónica e o *Pseudo José de Arimateia*. Este último teve particular importância na divulgação dos relatos assumpcionistas no Ocidente.

Para nos apercebermos da importância destes escritos e porque eles estão na base dos conteúdos sobre a Assunção da Virgem e ainda por não serem muito divulgados, vale a pena transcrever aqui algumas passagens do Livro apócrifo de São João Evangelista que teve uma influência decisiva na devoção à Assunção de Maria.

Do livro de São João Evangelista[10]:

(...) "Certo dia, era uma Sexta-feira, Maria foi, como de costume, ao sepulcro. E enquanto estava em oração, aconteceu que se abriram os céus e desceu o Arcanjo Gabriel que lhe disse: «Deus te salve, oh mãe de Cristo nosso Deus! A tua oração, depois de atravessar os céus, chegou até à presença do teu Filho e foi escutada. Por isso, abandonarás o mundo daqui a pouco e partirás, segundo o teu pedido, para as mansões celestiais, ao lado do teu Filho, para viver a vida autêntica e perene.» (III)

(...) E enquanto estava em oração, apresentei-me eu, João, a quem o Espírito arrebatou e me trouxe numa nuvem desde Éfeso, deixando neste lugar onde jazia a mãe do meu Senhor. Entrei, pois, onde ela se encontrava e louvei o seu Filho. Depois, disse: «Salve, ó mãe do seu Senhor, a que geraste a Cristo nosso Deus! Alegra-te porque vais sair deste mundo muito gloriosamente». (VI) E a

[9] Entre as condenações, registe-se sobretudo o *Decretum Gelasianum*, dos inícios do século VI, que proíbe uma lista de 29 títulos onde se inclui o *"Transitus sanctae Mariae"* atribuída ao pseudo Melitão.

[10] Los Evangelios Apócrifos, ed. BAC, Madrid 2004, pp. 307-322

santa mãe de Deus louvou a Deus porque eu, João, tinha chegado assim até junto dela, recordando-se da voz do Senhor que lhe disse: «Eis a tua mãe e eis aqui o teu filho». (VII) Então, a santa mãe de Deus dirigiu-se a mim dizendo: «Põe-te em oração e incensa». E eu orei desta maneira: Oh Senhor Jesus Cristo que operaste tantas maravilhas! Realiza mais uma neste momento, à vista daquela que Te gerou; salva a tua mãe desta vida e sejam abatidos os que te crucificaram e os que não acreditaram em ti». (VII) ...Então o Espírito me disse: «João, ouviste essa voz que veio do céu depois de terminares a oração?» E eu respondi: «Sim, ouvi-a, efectivamente». Então, acrescentou a voz: «Esta voz que escutaste é sinal da chegada iminente dos teus irmãos apóstolos e das santas hierarquias que se reunirão aqui». (XI) Eu, João, pus-me, então, a rezar. E o Espírito Santo disse aos Apóstolos: «Vinde todos sob asas de nuvens desde os confins da terra e reuni-vos na cidade de Belém para assistir à mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo que está em comoção: Pedro, desde Roma, Paulo desde Tiberias, Tomé desde a India central, Santiago desde Jerusalém». (XII) André, irmão de Pedro, e Filipe, Lucas e Simão Cananeu, juntamente com Tadeu os quais já tinham morrido, foram despertados dos seus sepulcros pelo Espírito Santo. Este dirigiu-se a eles e disse: «Não penseis que já chegou a hora da ressurreição. A causa por que ressurgis agora dos vossos túmulos é para ir render preito à mãe do vosso Salvador e Senhor Jesus Cristo, tributando-lhe uma homenagem maravilhosa; pois chegou a hora da sua saída deste mundo e da sua partida para os céus». (XIII) Também Marcos, que ainda vivia, chegou de Alexandria juntamente com os outros vindos, como já se disse, de todos os países. Pedro, arrebatado numa nuvem, esteve suspenso entre a terra e o céu sustido pelo Espírito Santo, enquanto os demais apóstolos foram também arrebatados sobre as nuvens para se encontrarem com Pedro. E assim, como fica dito, foram chegando todos na sua vez, por obra do Espírito Santo». (XIV) (...) Todos disseram à santa mãe de Deus, como e de que maneira tinham chegado até ali. E logo ela estendeu suas mãos ao céu e orou: «Adoro, enalteço e glorifico o teu celebradíssimo nome, pois puseste os teus olhos na humildade da tua escrava e fizeste em mim grandes coisas, tu que és poderoso. E eis que todas as gerações me chamarão bem-aventurada [Lc 1,48]». (XXV) E quando acabou a sua oração, disse aos apóstolos: «Colocai incenso e ponde-vos em oração». E enquanto eles rezavam, produziu-se um trovão no céu e fez-se ouvir uma voz terrível como o ruído dos carros. E nisto, apareceu um numeroso exército de anjos e potestades e ouviu-se uma voz como a do Filho do homem. Ao mesmo tempo, os serafins circundaram ao redor a casa onde jazia a santa e imaculada virgem e mãe de Deus. De maneira que quantos estavam em Belém viram todas estas maravilhas e foram a Jerusalém anunciando todas estas coisas portentosas que tinham acontecido. (XXVI) E sucedeu que, depois de se ter produzido aquela voz, apareceu de repente o sol, e também a lua ao redor da casa. E um grupo de primogénitos dos santos se apresentou na casa onde jazia a mãe do Senhor para sua honra e glória. E vi também que aconteceram muitos milagres: cegos

que voltavam a ver, surdos que ouviam, coxos que andavam, leprosos que ficavam limpos e possessos de espíritos impuros que eram curados. E todo o que se sentia acometido de alguma doença vinha tocar o muro do lado de fora da casa e gritava: «Santa Maria, mãe de Cristo, nosso Deus, tem compaixão de nós». E imediatamente se sentiam curados. (XXVII) (...) Levantando-se, de seguida os apóstolos e saíram da casa levando o catre da sua Senhora, a mãe de Deus, e dirigindo os seus passos a caminho de Jerusalém. Mas, nesse momento, de acordo como que tinha dito o Espírito, foram arrebatados por uma nuvem e acharam-se em Jerusalém em casa da Senhora. Uma vez ali, levantámo-nos e começamos a cantar hinos durante cinco dias seguidos ininterruptamente. (XXXII) (...) E neste mesmo Domingo, disse a mãe do Senhor aos apóstolos: «Deitai incenso, pois, Cristo já está a chegar, vindo com um exército de anjos». E naquele momento, se apresentou Cristo sentado sobre um trono de querubins. E, enquanto todos nós estávamos em oração, apareceram multidões incontáveis de anjos e o Senhor estava cheio de majestade sobre os querubins. E eis que irradiou uma luz resplandecente sobre a santa Virgem em virtude da presença do seu Filho unigénito e todas as potestades celestiais caíram por terra e o adoraram. (XXXVIII) O Senhor dirigiu-se, então, à sua mãe e disse-lhe: «Maria». Ela respondeu: «Aqui me tens, Senhor». Ele retorquiu: «Não te aflijas, antes, alegra-te e enalteça o teu coração pois encontraste graça para poder contemplar a glória que me foi dada por meu Pai». A santa mãe elevou, então, os olhos e viu n'Ele uma glória tal que é inefável e incompreensível ao nosso falar do homem. O Senhor permaneceu ao seu lado e continuou: «Eis que neste momento o teu corpo vai ser trasladado ao paraíso, enquanto a tua santa alma vai permanecer nos céus entre os tesouros do meu Pai, coroada de um extraordinário esplendor, onde haverá paz e alegria ainda maior do que a dos santos anjos. (XXXIX) (...) E no momento de sair da sua alma imaculada, o lugar ficou inundado de perfumes e duma luz inefável. E eis que se ouviu uma voz do céu que dizia: «Ditosa és tu entre as mulheres». E os doze apóstolos levaram o corpo depois de o depositar no esquife. (XLV) (...) Levaram os apóstolos o féretro e depositaram o seu santo e venerando corpo no Getsémani, num sepulcro que nunca fora utilizado. E eis que se desprendia do sepulcro de Nossa Senhora, mãe de Deus, um inebriante perfume. E durante três dias consecutivos ouviram-se vozes de anjos invisíveis que louvavam o seu Filho, Cristo nosso Deus. Mas quando se concluiu o terceiro dia, deixaram de se ouvir as vozes pelo que todos concluíram que o seu venerável e imaculado corpo tinha sido trasladado para o Paraíso. (XLVIII) (...) nós, pois, os apóstolos, depois de contemplar a augusta trasladação do seu santo corpo, começámos a louvar a Deus por nos ter dado a conhecer as suas maravilhas no trânsito da mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo. Por cujas orações e intersecções sejamos dignos de alcançar o poder viver sob o seu manto, amparo e protecção neste século e no futuro, louvando em todo o lugar e em todo o tempo ao seu Filho unigénito, juntamente com o Pai e o Espírito Santo, pelos séculos dos séculos. Amén!"

É fácil de compreender, por esta narrativa, que a devoção à Assunção da Virgem Maria conheceu um forte enraizamento nas comunidades primitivas. Os textos dos apócrifos apresentam narrativas muito variadas onde a criatividade textual não poupa esforços para alimentar o devocionismo em torno deste mistério mariano.

A questão que se levanta é a da origem deste culto e desta devoção. Não tendo raiz evangélica, como terá começado esta devoção que se enraizou tanto no coração das comunidades ao ponto de ter adquirido o estatuto de maior festa mariana na cristandade? Neste ponto, também a liturgia nos ajuda a esclarecer alguns pontos.

4. Notas históricas para o desenvolvimento da celebração e do dogma da Assunção da Virgem Maria.

A definição solene do dogma da Assunção da Virgem Maria, proclamada em 1950 por Pio XII com a constituição *Munificentissimus Deus,* não foi uma arbitrariedade cometida pelo Magistério pontifício extraordinário, antes, está em sintonia plena com o itinerário percorrido pela comunidade cristã, ao longo dos séculos. Esse acto coroou e proclamou uma fé há muito tempo professada universalmente pela Igreja.

A proclamação do dogma concluiu um caminho secular da fé. O facto de não estar patente na Sagrada Escritura, não há-de constituir um obstáculo intransponível. O depósito da Revelação transmite os dados essenciais do evento cristão mas não é um texto fechado sobre o qual não de pode dizer mais nada. Não se pode modificar mas reclama uma perene interpretação. O texto sagrado recorre à hermenêutica para ser melhor compreendido e para dele tirarmos as verdades implícitas que nos fazem mergulhar sempre mais, nos tesouros da nossa fé.

Enunciado inicialmente com elementos nem sempre claros, desenvolvido através da reflexão dos Padres e Doutores da igreja, explicitado na festa litúrgica da Assunção de Maria, ilustrado pelas várias expressões artísticas, escultóricas e iconográficas e iluminado pelo persistente sentido de fé dos fiéis, o dogma da Assunção da Virgem Maria ao céu, encontra a sua precisa e solene formulação final com a intervenção de Pio XII. Foi um longo caminho que viu confirmado, pela proclamação do dogma, uma intuição lógica e inefável a partir da Sagrada Escritura e que foi acolhida pelas comunidades dos primeiros tempos.

Nos primeiros três séculos da Igreja, não há referências explícitas ao fim último da Santíssima Virgem, Mãe de Jesus. Não é de admirar porque a própria doutrina da escatologia cristã não encontrara ainda a sua adequada formulação. Todavia, para o povo cristão Maria era, simplesmente, a *"Panagia"*, termo grego que significa "toda santa". A santidade plena de Maria é incontornável para os cristãos desde a primeira hora. Os quatro dogmas que surgirão ao longo dos séculos resultam das questões levantadas em torno da Virgem Maria seja pelo

debate cristológico nos concílios da antiguidade cristã, seja pelo debate teológico acontecido ao longo dos séculos. No princípio, porém, a comunidade cristã olhava para Maria no mistério da sua santidade em virtude de ser escolhida para ser a Mãe do Salvador. A lógica é simples: A eleita para tão grande desígnio só pode participar duma santidade única, condizente com a sua eleição.

Os primeiros indícios duma doutrina sobre a Assunção de Nossa Senhora surgem na transição do século IV para o século V. Serve-nos a afirmação de Santo Efrém, o maior teólogo-poeta sobre a Virgem Maria, segundo o qual, o corpo da Virgem Maria não sofreu corrupção depois da morte. Os testemunhos dos padres da igreja serão cada vez mais abundantes. Segundo Timóteo de Jerusalém, Maria ter-se-ia tornado imortal já que Jesus a teria levado para os lugares da sua Ascensão. Nesta linha ainda, Santo Epifânio refere que o fim terreno de Maria foi um «pleno prodígio» uma vez que Maria possui o Reino de Deus desde os tempos da sua vida na terra e, por isso, imediatamente após a sua morte, a sua alma ter-se-ia reunido ao seu corpo dando origem ao seu corpo glorioso.

Proliferam, para além dos testemunhos fidedignos dos padres da Igreja, inúmeras narrativas, de várias fontes e áreas geográficas que vão recompondo e ilustrando este mistério mariano. Trata-se duma literatura, na maior parte das vezes, algo fantasiosa mas que nos ajuda a compreender o alcance que este mistério mariano adquiriu na comunidade crente. Estes escritos, como já vimos, são considerados apócrifos por não se inserirem na genuína tradição da Igreja mas ajudam-nos a compreender o fenómeno. É dos finais do século V que os críticos aludem aos mais remotos escritos apócrifos sobre o «trânsito de Maria», ou "Dormição" e que influenciarão largamente o pensamento teológico e a tradição sobre a Assunção da Virgem.

O século VI vai ter uma importância decisiva para a doutrina e a devoção da Assunção de Maria. É na igreja do Oriente que nos localizamos. Com efeito, é primeiro no Oriente que se começa a fixar a festa litúrgica da *Dormição da Virgem* ou do *Trânsito de Maria* fixada pelo imperador Maurício para a data de 15 de Agosto. Os coptas e a igreja da Abissínia, com tradição própria, celebrarão a morte a 6 de Janeiro e a ressurreição de Maria a 9 de Agosto. A igreja armena também celebra a ressurreição de Maria mas a 15 de Agosto. Entretanto, a igreja siríaco-jacobita celebra a 15 de Agosto somente a morte da Virgem Maria e a transferência do seu corpo incorrupto para lugar desconhecido.

O culto dos cristãos celebra-se em torno da pessoa de Jesus Cristo e do seu mistério. Contudo, as perseguições sofridas pelos cristãos e a certeza de que os que eram martirizados se encontravam junto de Deus e eram santos, levaram a que os cristãos começassem a celebrar também as suas memórias e a fazerem orações de intercessão pois estavam em Deus. Deste modo, se os santos eram recordados nas celebrações litúrgicas, com maioria de razão, a Virgem Maria deveria integrar-se na celebração festiva dos cristãos. Por isso, se no princípio não há celebrações ou festas marianas, elas irão ser introduzidas à medida que os mistérios marianos vão sendo aprofundados e acreditados pelos cristãos.

A festa litúrgica da Dormição ou do Trânsito da Virgem Maria celebrada no Oriente já no século VI ainda que com as suas variáveis, será determinante para a posterior doutrina sobre a Assunção de Nossa Senhora. As tradições oscilam entre a incorruptibilidade do seu corpo, a Assunção e a Ressurreição de Maria. A purificação das várias tradições levará a uma doutrina cada vez mais explícita sobre a Assunção de Maria ao céu, em corpo e alma. Os Padres da igreja vão ter uma capital importância para purificar as tradições populares conferindo uma espessura teológica a esta devoção. O resultado vai ser uma doutrina cada vez mais consistente, abandonando os relatos apócrifos e acolhendo uma tradição bem mais equilibrada do que as narrativas fantasiosas dos apócrifos. As catequeses dos Padres da Igreja saberão consolidar uma doutrina e uma teologia elevada em torno do mistério da Assunção da Virgem.

Os principais Padres que, no Oriente, desenvolverão esta doutrina são: Modesto de Jerusalém (634), São Germano de Constantinopla (733), Santo André de Creta (740), São João Damasceno (749), são Cosme Metódio (743), São Teodoro Estudita (826) e Jorge de Nicomédia (880). Não podemos inferir entre eles uma concordante doutrina em todos os termos nem uma universalidade de opiniões o que se compreende dada a ausência duma base escriturística. Mas sublinha-se uma persistente e continuada doutrina em relação ao termo glorioso da vida humana de Maria.[11]

Na igreja latina a situação é idêntica. A par de autores que afirmam claramente a Assunção da Virgem Maria, há os que afirmam ignorar qual seria o fim último da mãe de Jesus. Inclusive, nas Astúrias, uma antiquíssima tradição já no século VIII afirmava que Maria teria morrido como qualquer outra criatura e que como qualquer outro esperava a ressurreição final e a glorificação do seu corpo. Entretanto, em Roma, no século VII, sob o Papa Sérgio I, já se celebram as festas marianas da Dormição, da Natividade, da Purificação e da Anunciação. Será já no século VIII que a festa da Dormição se espalhou pela França e Inglaterra assumindo o título de *Assumptio Sancte Mariae*.

A partir do século X, na Igreja bizantina tanto grega como russa, consolida-se a consciência sobre a glorificação corpórea da Virgem depois da morte, ao nível do clero, dos teólogos e da fé popular. Esta consciência entraria na liturgia, no mês de Agosto que, em virtude do decreto do Imperador Andrônico II (1282-1328), é consagrado ao mistério da Assunção, "a maior das festas marianas". Também se expressa na iconografia, na reflexão teológica e na devoção popular. Ainda hoje, mesmo fora da comunhão católica e por isso, sem acolher o dogma da Assunção proclamado por Pio XII, aceita-se vivamente na Igreja bizantina com uma unanimidade moral a Assunção corpórea de Maria como uma crença piedosa e muito antiga.

---

[11] Para um contacto sobre o testemunho dos Padres da Igreja, veja-se, v.g., o manual do padre Miguel Ponce Cuéllar, professor jubilado do Seminário de Badajoz, Maria, Madre del Redentor y Madre de la Igjesia, Barcelona 2001, pp. 447-462.

Na Igreja latina, a influência de Santo Agostinho foi determinante ao longo de toda a Idade Média. A sua doutrina favorável à Assunção corpórea da Virgem foi compartilhada e aprofundada pelos grandes mestres escolásticos: Santo Alberto Magno, São Thomaz e São Boaventura para referir só os mais significativos. Isto viria a originar um movimento teológico e devocional em crescendo.

Entre nós, a devoção encontrou uma grande expressão por ocasião da evangelização ocorrida aquando da fundação da nação portuguesa. Dom Afonso Henriques chamou para essa missão os monges de Cister que, a partir de Alcobaça, recuperaram a fé cristã do nosso povo, em parte adormecida ou mesmo deturpada por séculos de ocupação árabe. Os cistercienses trouxeram consigo as suas tradições monásticas e também a sua espiritualidade. A Assunção de Maria ao céu era um dos seus pontos salientes. Refira-se, a este propósito, o dado substantivo de serem dedicadas à Assunção da Virgem Maria todas as catedrais da fundação da nacionalidade. Não é por acaso que o dia 15 de Agosto é o dia mais celebrado de Norte a Sul.

No século XVI, a Reforma protestante viria a negar esta verdade mariana o que originaria uma reacção apologética muito firme por parte dos católicos que fez com que essa pia crença, muito antiga, se tornasse doutrina certa entre os teólogos e cada vez mais vincada na alma do povo. As reacções provocam sempre este processo. Se antes se ensinava esta devoção mariana como uma antiga pia crença, em virtude da reacção da Contra-Reforma, esta devoção vai suscitar o entusiasmo dos teólogos católicos. A par deste entusiasmo, sobe de tom também a devoção popular dando amplo eco à doutrina formulada pelos teólogos.

Neste aspecto, há uma nítida distinção com a evolução do dogma da Imaculada Conceição. Enquanto a comunidade teológica, em geral, à excepção da tradição franciscana, era contra a definição do dogma imaculatista, sendo o povo a reafirmar a sua convicta devoção e, em certo sentido, a provocar a definição dogmática da Imaculada Conceição, no caso da Assunção, os teólogos caminharam a par da devoção popular. Era uma questão pacífica, ao contrário da imaculada Conceição que terá sido o dogma mais discutido ao longo de toda a história da Igreja.

No século XVIII regista-se a primeira petição junto da Santa Sé para a definição dogmática da Assunção. Foi a Congregação dos Servos de Maria a tomar a iniciativa. A essa petição seguiram-se muitas outras provenientes de muitas partes do mundo sempre baseadas na iminente autoridade dos grandes teólogos e da piedade popular. De referir a petição de Isabel de Espanha em 1863 a Pio IX. Seguiram-se centenas de petições até meados do século XX. Os padres jesuítas Heirich e De Moos, em 1942, reuniram e publicaram, em dois volumes, todas estas petições conservadas no arquivo vaticano ao longo dos séculos. *(Petitiones de Assumptione coporea B. M. Virginis in coelum definienda ad S. Sede delatae)*. A publicação desta obra seria determinante para dar força ao movimento a favor do dogma da Assunção. Todo este movimento apontava para o senso unânime de todo o povo de Deus em torno desta piedosa tradição que tinha sulcado os séculos.

Em virtude de todas as petições e de todo este movimento teológico e devocional, Pio XII enviou, a 1 de Maio de 1946, a todo o episcopado católico a encíclica *Deiparae Virginis*, onde perguntava aos bispos se a Assunção de Maria podia ser definida e se eles, com comunhão com os fiéis, desejavam tal definição. A grande maioria dos bispos respondeu favoravelmente a ambas as perguntas. A 1 de Novembro de 1950, Pio XII proclamou solenemente o dogma da Assunção da Virgem Maria, com a constituição apostólica *Munificentissimus Deus*.[12]

Antes da ocupação árabe, a tradição mariana no território que viria a ser a nação portuguesa, girava em torno, sobretudo, da maternidade de Maria e dos mistérios do Natal. Veja-se a tradição tipicamente peninsular "Senhora do Ó" que representa Nossa Senhora grávida e que a Igreja viria, inclusivamente, a proibir. Na Catedral de Évora, ainda hoje se venera com muito fervor a "Senhora do Ó" a quem se dirigem as parturientes, em prece, quando vão para a maternidade ou as mães agradecidas pelo nascimento dos seus filhos e que tem em frente um Arcanjo São Gabriel, evocando a cena da Anunciação. Com Dom Nuno Álvares Pereira, dar-se-ia espaço para a devoção à Imaculada Conceição que tinha entrado na Corte portuguesa através da Corte inglesa onde a devoção imaculista tinha já amplo desenvolvimento. Todavia, a Reconquista cristã, pela mão dos cistercienses, tinha gravado na alma dos portugueses a devoção à Assunção de Nossa Senhora de modo indelével e que jamais se apagaria. Santa Maria de Agosto, Santa Maria do Castelo, a Senhora dos Mártires ou a Assunção da Virgem Maria são cambiantes duma tradição inscrita na alma do nosso povo e que persiste, fervorosa, nos nossos dias.

Conclusão: a Actualidade da Mensagem Asumpcionista

A mensagem da Assunção de Maria ao céu está longe de ser um mero devocionismo anacrónico. A sua actualidade é de máxima importância e, a pouco mais de seis décadas da definição dogmática, urge reflectir sobre a profundidade deste mistério mariano que faz parte dos conteúdos da fé dos cristãos. São múltiplos os aspectos que importa continuar a profundar. Para além dos aspectos teológicos, litúrgicos e espirituais, há os aspectos antropológicos de máxima importância.

Os ideais do iluminismo, ao evoluírem para um antropocentrismo cego cada vez mais emancipado da espera religiosa e espiritual acabaria por semear no coração do homem fracturas de difícil solução. O homem das luzes proclama a morte de Deus ostentando o racionalismo como bandeira da nova cultura que reivindica o "homem livre", não sujeito a qualquer esfera que lhe seja superior.

[12] Para um maior aprofundamento destas questões, veja-se a voz *Assunção* no dicionário de Mariologia da editorial Paulus, com a colaboração de autores vários.

Esta visão de um racionalismo exacerbado levaria ao desmoronamento do homem no seu todo. Bem depressa se passou do "Deus morreu" ao "morreu o homem" e os finais do século vinte entregaram ao terceiro milénio um homem angustiado, desagregado e com enorme débito de Esperança.

A cultura moderna, ao assumir um projecto de homem onde a transcendência tem dificuldade em encontrar o seu lugar, propõe um homem decomposto, remetido à decomposição nihilista dos ideais efémeros. Não resistimos a fazer eco de Fernando Pessoa: "Sem a loucura, que é o homem, meus senhores, mais do que uma besta sadia ou um cadáver adiado que procria?". Sem a "loucura" da transcendência e da fé, o homem é um cadáver adiado, vencido e aniquilado prematuramente.

A impotência diante da realidade da morte humana é ultrapassada no mistério de Maria Assumpta: Subiu ao céu em corpo e alma! A glorificação do corpo que esta verdade evoca, é a glorificação da vida toda, do acolhimento da parte de Deus da vida humana plena, corpo e espírito. A Assunção da Virgem é a eloquente proposta antropológica do evento cristão que ousa chegar onde nenhuma antropologia ousou chegar.

A ideia de pessoa redimida supera largamente os mitos antigos da imortalidade e propõe uma antropologia inesperada e redentora. Maria é, por isso, sinal da nova humanidade, da humanidade redimida em Cristo.

A devoção gerada no seio da comunidade cristã dos primeiros tempos do cristianismo é um clamor plasmado num ideal redentor para a humanidade e onde Maria surge fulgurante, elevada a revelar um caminho que Ela já percorreu e convida a todos a percorrer. A comunidade percebeu que a vida de Maria é um cântico de subidas, um itinerário de victória sobre o aniquilamento e, por isso, um protótipo para o homem que tem sede de eternidade.

Na Assunção ao céu, por um lado, contempla-se o aspecto extraordinário da subida em corpo e alma ao céu mas também se contempla o acolhimento de Deus à vida toda de Maria, o seu corpo e o seu espírito. Dizer: "subiu ao céu" é também dizer: "foi recebida" no céu. Deus sonha a redenção da humanidade e Maria é a primeira redimida a conhecer a glória de Deus.

O homem decomposto do nosso tempo necessita de ideais elevados que recomponham a sua unidade corpo-espírito que uma antropologia decadente instigou na cultura contemporânea. A Assunção é o ícone do Homem erguido, segundo o desígnio de Deus e, Maria, o sinal da humanidade nova e redimida chegada à Pátria. E se no Advento Maria espera o Filho Salvador cumprindo as promessas antigas, como Assumpta, espera os filhos que vêem da grande tribulação e vivem na esperança da Pátria definitiva.

A SENHORA DA BOA-MORTE DE VILA VIÇOSA – DA DEVOÇÃO À ARTE

Carlos Filipe*
Mário Henriques Z. Cabeças*

O Convento das Chagas de Vila Viçosa, fundado em data não definida, ainda que as crónicas e alguns estudiosos a tenham localizado no ano de 1514, foi erecto para acolher uma comunidade de freiras agostinhas. Estas, porém, por volta de 1527, viriam a sair do cenóbio, segundo parece por desavenças com o duque de Bragança D. Jaime, e o edifício foi ocupado pelas franciscanas da Piedade, da Ordem de Santa Clara. Ao Convento das Chagas chegava, então, sob a protecção da duquesa viúva D. Joana de Mendonça e do enteado herdeiro D. Teodósio I, a nova comunidade com oito religiosas franciscanas, vindas de Beja, segundo consta em 1535, sendo a primeira madre abadessa Maria de São Tomé, irmã da duquesa. Diga-se, no entanto, que em 1539 ainda o convento não estava habitado.[1]

Situado no lado sul do Terreiro do Paço, o convento foi o mais faustoso da vila calipolense. "Quase todas as professas provinham da melhor nobreza do Alentejo e do reino",[2] possuindo rendas próprias, consignadas vitaliciamente pelas suas famílias e tutores. Era, por isso, conhecido como o recolhimento de "monjas ricas",[3] chegando a acolher 60 freiras, número máximo conseguido no reinado de D. João V.[4]

* CECHAP

[1] Sobre a bibliografia e a problemática da fundação do convento, ver Joaquim de Oliveira Caetano, "A Fundação do Convento das Chagas", in *Monumentos*, n.º 6, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Março de 1997, pp. 44-47.

[2] Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora, Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, vol. 9, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1978, p. 552.

[3] Cfr. Sant'Anna Dionísio, *Museu, Biblioteca de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, Editorial Ática, 1947, pp. 133-143.

[4] Cfr. Túlio Espanca, *op. cit.*, p. 552.

A entrada na igreja conventual faz-se, lateralmente, pelo Terreiro do Paço, através de um pórtico marmóreo inspirado nos modelos do Renascimento. O interior do templo, de planta rectangular, é definido por uma só nave, coberta por uma abóbada polinervada de dois tramos, sendo a capela-mor também protegida por uma abóbada polinervada. No corpo da nave desenvolvem-se quatro altares, dois colaterais e dois laterais. Ao entrar-se na igreja, ficam à mão direita o coro alto e o coro baixo. O coro baixo serve de panteão das duquesas de Bragança, onde se encontram sepultadas em campa rasa. À cabeceira do coro alto encontram-se dois altares dedicados, respectivamente, ao Sagrado Espinho (lado do Epístola) e a Nossa Senhora da Assunção (lado do Evangelho). Era justamente neste último altar que se encontrava a Virgem da Boa Morte (fig. 1), e que ao presente se venera na capela do Santo Nome de Jesus no Santuário de Nossa Senhora da Conceição, na mesma vila.

O Convento das Chagas ficou extinto com a morte da última religiosa, soror Maria Carolina da Piedade, em 12 de Outubro de 1905, na sequência da aplicação do decreto-lei de 30 de Maio de 1834, que promulgou a extinção das ordens religiosas.[5] No ano seguinte, a Casa de Bragança, sua padroeira, entrou na posse judicial do imóvel por compra do rei D. Carlos à Fazenda Nacional.[6] Foi cedido em 1932 à arquidiocese de Évora, a pedido do arcebispo D. Manuel da Conceição Santos, em carta dirigida ao rei exilado D. Manuel II, que o cedeu para utilização de colónia de férias dos seminaristas e, mais tarde, para instalação do Seminário Menor de São José.[7] Esta utilização terminaria na década de oitenta, passando para a posse e administração da Fundação Casa de Bragança. Actualmente, é pousada, estando, porém, a igreja na dependência directa da Fundação, celebrando-se nela, regularmente, o culto aos domingos.

O culto de Nossa Senhora da Boa Morte decorre do episódio *A Morte da Virgem*, com profundas raízes na tradição bizantina, mais comummente designado por *Dormição da Virgem* ou *Trânsito da Virgem*, cujo significado é, justamente, o da passagem para a vida eterna. As Sagradas Escrituras são omissas acerca deste acontecimento, tendo sido retirado dos evangelhos apócrifos. No Ocidente popularizou-se a partir do século XIII, graças à *Legenda Dourada* de Jacques de Voragine. Na Igreja católica o Trânsito de Maria está intimamente

[5] Com a promulgação do decreto os conventos masculinos foram imediatamente extintos, enquanto a extinção de cada convento feminino ocorreria apenas quando se desse o falecimento da última religiosa que o habitava.

[6] Cfr. Túlio Espanca, *op. cit.*, p. 552.

[7] Cfr. Francisco Maria da Silva, *A Alma do Arcebispo Apóstolo Dom Manuel Mendes da Conceição Santos*, Braga, Edição do Centro de Estudos Dom Manuel Mendes Conceição Santos, 1960, pp. 197-200; *Postulação da Causa de Beatificação do Servo de Deus D. Manuel Mendes da Conceição Santos, Um Arcebispo Apóstolo dos Nossos Dias (1876-1955)*, Évora, Gráfica Eborense, 1972, p. 18.

associado à sua Assunção em corpo e alma – daí que a representação deste tema tenha com o tempo prevalecido em detrimento da Dormição –, um episódio também ele ausente quer nos Evangelhos, quer nos Actos dos Apóstolos, e cuja definição dogmática só foi proclamada pelo papa Pio XII, a 1 de Novembro do Ano Santo de 1950.[8]

O tema da Dormição da Virgem parece ter ganho um impulso renovado sob a designação de Nossa Senhora da Boa Morte na segunda metade do século XVII. Segundo Flávio Gonçalves, o culto é proveniente de Itália e divulgou-se no nosso país no último quartel de Seiscentos, tendo conhecido um grande desenvolvimento na centúria seguinte.[9] Ao nascimento e expansão deste culto estiveram associados os jesuítas. Com efeito, em 1648, instituiu-se na igreja de Gesù (a casa-mãe da Companhia de Jesus), em Roma, a Confraria da Boa Morte, de nome completo *Congregazione del Nostro Signore Gesù Cristo moribondo sopra la Croce e della Santissima Vergine Maria sua Madre Addolorata, detta della Buona Morte*, e cuja principal actividade era, todas as sextas-feiras, a devoção a Cristo Crucificado e Suas Chagas, às aflições da Virgem e à Eucaristia.[10] Existia aí um programa de devoções e exercícios promovidos pelos seus membros no sentido de assegurarem para si mesmos uma boa morte. O fenómeno teve sucesso e, possivelmente a partir desse exemplo, os jesuítas terão instituído em Portugal a devoção à Virgem da Boa Morte.[11] Essa ordem foi, efectivamente, a responsável pela propagação mais activa desse culto no nosso país, "quer pelas imagens encomendadas para os seus templos, quer pelas confrarias que instituíram."[12] Em 1660, numa das capelas da igreja da casa professa de S. Roque, em Lisboa, criou-se uma confraria de Nossa Senhora da Boa Morte.[13] O mesmo viria a suceder na igreja do Colégio do Espírito Santo, em Évora, em 1683. Noutros templos inacianos se colocaram imagens com a mesma invocação mariana, a saber, na igreja do Colégio de Santo Inácio de Angra do Heroísmo, na igreja do Colégio de S. Paulo de Braga, na igreja do Colégio das Onze Mil Virgens de Coimbra, na igreja do Colégio de Nossa Senhora da Conceição

[8] Cfr. Louis Réau, *Iconografia del Arte Cristiano. Iconografia de la Biblia, Nuevo Testamento*, tomo 1, vol. 2, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1996, pp. 623-636.

[9] Cfr. Flávio Gonçalves, *Um grandioso retábulo barroco da Ribeira Lima*, Separata da *Revista Bracara Augusta*, tomo XXXI, fasc. 71-72, Braga, Janeiro-Dezembro de 1977, p. 11.

[10] Cfr. Irving Lavin, "Bernini's Death's", in *The Art Bulletin*, LIV, 1972, p. 164.

[11] Cfr. Nelson Correia Borges, *A Senhora da Boa Morte em Lorvão. Notas de Arte, História e Antropologia Cultural*, Edição da Associação Pró-Defesa do Mosteiro de Lorvão, s. d., p. 10.

[12] Flávio Gonçalves, *op. cit.*, p. 12.

[13] Nelson Correia Borges é, no entanto, de opinião contrária, quando diz que o novo culto se estabeleceu provavelmente na desaparecida igreja jesuíta do Colégio de Santo Antão, em Lisboa: "A imagem da Senhora da Boa Morte que se encontra na igreja da casa professa de S. Roque, em Lisboa, parece ser mais tardia, já que ela se integra na capela de Nossa Senhora da Piedade, que estava em execução em 1711, e se me afigura alheia ao programa iconográfico que aí se desenvolve." (*Op. cit.*, p. 10).

de Santarém, etc. Em simultâneo, imagens com o título de Senhora da Boa Morte foram tendo larga disseminação por todo o território nacional. É Flávio Gonçalves que constata o seguinte: "Com especial solicitude as requisitaram as freiras dos conventos, para as depositarem, devotas, em oratórios privados. Recordem-se, no ambiente beato dos coros altos, os exemplares dos mosteiros do Salvador, em Vairão (Vila do Conde), de Santa Clara, em Coimbra, e das Chagas de Cristo, em Vila Viçosa; ou ainda o espécime do convento do Calvário, em Évora, o do antigo antecoro do convento de Jesus, em Aveiro, e o da capela da clausura do mosteiro do Santíssimo Sacramento, no Louriçal (Pombal). Em Lisboa são bem conhecidas as duas imagens setecentistas dos conventos de Nossa Senhora da Conceição dos Cardais e da Madre de Deus de Xabregas, ambas conservadas nos antigos recintos monásticos."[14] De finais do século XVII às últimas décadas do século XIX, surgiram em diversas regiões de Portugal capelas públicas e solarengas, bem como igrejas dedicadas à Senhora da Boa Morte. De Portugal, a devoção difundiu-se no Brasil a partir do século XVIII.[15]

A devoção a Nossa Senhora da Boa Morte teve pois grande aceitação no período tridentino, porquanto se tratava de reafirmar o culto à Virgem Maria – nomeadamente a crença no mistério da sua subida em corpo e alma ao Paraíso Celeste –, como reacção à ofensiva protestante, indo, por outro lado, ao encontro da sensibilidade e cultura religiosas desenvolvidas na esteira da Reforma e Contra-Reforma católicas, em que o tema da morte passou a ser um assunto fulcral. Santo Inácio de Loyola nos seus *Exercícios Espirituais* incluiu a meditação sobre a morte como um elemento basilar. São também conhecidos os escritos de místicos, como os de Frei Luís de Granada, que apontam para meditações com vista a prepararem uma boa morte. Retomando a tradição medieval codificada na *Ars Moriendi* do século XV, Roberto Bellarmino revitalizou a temática quando, em 1620, fez publicar a sua obra *De arte bene moriendi*.[16] Inspirada neste livro fundou-se nos anos 40 do mesmo século a já mencionada Confraria da Boa Morte, em Roma. Em Portugal, citem-se, a título de exemplo, algumas edições que fizeram eco dessa preocupação: *Breve Aparelho, e Modo Fácil para ajudar a bem morrer hum christão* (1621), do Padre Estevão de Castro; *Lembrança da Senhora da Boa Morte para bem morrer* (1730), de António Pedroso Galrão; *Mestre da vida que ensina a viver e morrer santamente* (1731), de Frei João Franco.[17] Decorrente deste assunto, a partir do século XVII recuperaram-se no âmbito da iconografia os elementos macabros que haviam sido de grande agrado nos finais da Idade Média, como tíbias, caveiras, esqueletos, produzindo

[14] Cfr. Flávio Gonçalves, *op. cit.*, pp. 13-14.

[15] Cfr. Sabrina Mara Sant'Ana, "«A dormição da Virgem»: representações e cotidiano nas Minas Setecentistas», in *Simpósio Internacional sobre Representações Cristãs*, volume 1, 2004, pp. 2-3.

[16] Cfr. Irving Lavin, *op. cit.*, p. 164.

[17] Cfr. Nelson Correia Borges, *op. cit.*, p. 7.

em toda a Europa uma profunda renovação no domínio artístico, designadamente da arte funerária.[18] A ideia central era levar o fiel a meditar sobre a morte, sobre a fugacidade da vida e a efemeridade das coisas terrenas. Vive-se para morrer, e sobretudo deve-se viver bem para morrer bem. Viver bem significava, naturalmente, praticar as virtudes cristãs, seguir os preceitos da Igreja e os exemplos edificantes dos mártires e santos. A boa morte traduzia-se na salvação da alma, uma preocupação que incutia padrões de comportamento nos crentes. "O complexo religioso do Bem e do Mal interioriza-se ao metro e ao centímetro nas almas, por ser pecado pensar, desejar mal e fazer mal, em contraponto com o mérito de bem pensar, bem desejar e bem fazer."[19] As pompas e exéquias fúnebres adquiriram, então, grande teatralidade. Os êxtases e o momento de agonia e morte dos santos, com laivos de heroísmo e triunfo, foram temas de grande representação na arte do Barroco.[20] As celebrações da Paixão de Cristo assumiram proporções e um dramatismo nunca antes vistos. A representação de Nossa Senhora da Boa Morte inspirava, assim, "nos fiéis a contradição e a espera tranquila da morte terrena, para ressurreição no Paraíso, ao lado do Pai, do Filho, do Espírito Santo e dos demais seres celestiais."[21]

É nestas circunstâncias religiosas, devocionais, culturais e artísticas que se insere a difusão do culto e das imagens da Virgem da Boa Morte. Sob o ponto de vista formal e iconográfico, escreveu Flávio Gonçalves o seguinte: "Ora de madeira estofada, ora de cera ou «de roca» (e então envergando roupas de pano), as imagens de *Nossa Senhora da Boa Morte* seguem um modelo sempre repetido, com a Virgem deitada e de mãos postas, num esquife ou barco. Regra geral estas imagens aparecem encerradas num altar envidraçado, ou numa maquineta que repousa sobre a mesa do altar."[22] Casos há, no entanto, em que as esculturas da Virgem jacente se encontram assistidas pelo apostolado e por outras figuras, como no coro alto do Mosteiro do Vairão, em Vila do Conde; na matriz de Vila Riça, no concelho do Mogadouro, e na igreja de S. Tomé da Correlhã, junto a Ponte de Lima.[23]

Datado do século XVII/XVIII, o conjunto de Vila Viçosa de madeira entalhada e policromada, constituído pela imagem de Nossa Senhora da Boa Morte e pelo seu esquife-andor naviforme (figs. 4-5), forma no género uma peça notá-

[18] Cfr. Pedro do Amaral Xavier, *A Morte – símbolos e alegorias. Estudos iconográficos sobre arte portuguesa e europeia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

[19] Manuel C. Mendes Atanázio, "O Barroco e a Cultura Religiosa", in *I Congresso Internacional do Barroco*, Actas, vol. 1, Porto, Reitoria da Universidade do Porto-Governo Civil do Porto, 1991, p. 154.

[20] Cfr. Fernando Checa Cremades, José Miguel Móran Turina, *El Barroco*, Madrid, Ediciones Istmo, 1989, pp. 244-251.

[21] Cfr. Sabrina Mara Sant'Ana, *op. cit.*, pp. 2-3.

[22] Cfr. Flávio Gonçalves, *op. cit.*, p. 15.

[23] Cfr. *ibidem*, p. 16.

vel no contexto português. O reconhecido valor e o carácter singular desta peça levou a que estivesse presente no pavilhão da Santa Sé na Exposição Universal de Lisboa, no ano de 1998. Todavia, muito pouco se sabe acerca do conjunto, desconhecendo-se a data em que foi feito, o artista ou os artistas a quem coube a sua concepção e execução, bem como o seu encomendador. De acordo com a tradição conventual, ele teria sido oferta dos duques padroeiros.[24] É possível que a imagem da Virgem e a barca não sejam contemporâneas, isto é, que tenham sido executadas em tempos diferentes, sendo a Virgem anterior, embora não antes do último quartel de Seiscentos, e a barca do período joanino, como parece indicar o seu lavor em talha, com a intenção de dar maior aparato e solenidade ao cortejo processional da festa da Assunção, momento em que o conjunto se apresentava publicamente. São, naturalmente, hipóteses que importa pesquisar. Vem a propósito transcrever um documento, redigido em Agosto de 1738 no *Livro de Actas* da Irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em que se diz: "*No anno de 1732 para o de 1733 derão as freyras do Real Convento das Chagas desta Vila vinte e sinco mil reis de esmola a esta Santa Jrmandade com a condição da mesma lhe acompanhar a Senhora da Boa Morte na vespora de manham, e no seu dia de tarde, e no anno seguinte tornarão a dar outros vinte cinco mil reis de esmola para que a Jrmandade tivesse mais devoção de lhe acompanharmos a ditta Senhora nas vezes asima repetidos pelo que devemos ter grande cuidado em se lhe assistir nesta acção com bastantes Jrmãos para que se dem por satisfeitas.*"[25] Perante isto, sabemos, pois, que a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte (e certamente a barca) já existia no dealbar da década de trinta do século XVIII. Quanto à embarcação, é de dizer que em 1902 se encontrava na "*Casa dos Depósitos*" do convento, e que, além desse esquife, existiam mais dois: um todo coberto de lençóis bordados, onde estava a Virgem no seu altar, e um outro de madeira dourada, com travesseiros de seda, guardado na "*Casa do Tesouro*".[26]

Convém chamar a atenção para as intervenções e reformas de que a casa conventual alentejana foi alvo entre os finais do século XVII e a primeira metade da centúria seguinte, nomeadamente sob o patrocínio dos monarcas, pois tratava-se de um Convento Real, já que a peça em estudo poderá ter sido realizada nesta conjunctura, que, como se sabe, foi um período de grande furor artístico

---

[24] Cfr. Túlio Espanca, *op. cit.*, p. 563.

[25] Carlos Filipe, Francisco Segurado, *Inventário do Arquivo Histórico da Paróquia de N.ª S.ª da Conceição de Vila Viçosa*, 2011, não publicado, *Livro de Actas de Reuniões, Irmandade do Santissimo Sacramento de Vila Viçosa*, fl. 3. Ver ainda Joaquim José da Rocha Espanca, "Procissão da Senhora da Boa Morte", in *Memórias de Vila Viçosa, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, n.º 26, 1985, p. 67.

[26] BPE (Biblioteca Pública de Évora), *Inventário dos Fundos Monásticos-Conventuais do Distrito de Évora, Real Convento das Chagas de Cristo de Vila viçosa*, Lv. 37, fl. 16, 27v.-28.

em Portugal. D. Afonso VI deu ao convento um panejamento de brocado carmesim e branco, franjado de ouro, para ornamento do altar-mor e dos colaterais. D. Pedro II mandou executar o retábulo-mor de talha dourada. Nos anos 90 do século XVII, o coro alto, que se encontrava "muito arruinado", foi reconstruido com base em esmolas do mesmo monarca. A tribuna da capela-mor foi entalhada por Bartolomeu Gomes e dourada por Domingos Gonçalves, nos primeiros anos de Setecentos, uma despesa suportada por D. João V, entre outros. D. Catarina de Bragança, rainha viúva de Inglaterra, deixou-lhe em testamento 400.000 réis e já lhe havia doado 96.000 réis, aquando de uma sua visita a Vila Viçosa em 1699. Em 1729, por ocasião da Troca das Princesas no Caia, toda a família real lhe deu esmolas, tendo o dinheiro do infante D. António sido aplicado na construção da fonte de S. João Baptista que está na cerca do convento. Em 1738, a expensas de D. João V, fez-se a decoração de pintura mural do refeitório. Anos antes, em 1716, o mesmo rei já havia financiado a renovação dessa dependência, e o vão e a capela do antecoro reformaram-se por completo em 1749.[27]

Como já ficou dito, o conjunto encontra-se actualmente na matriz da vila, no Santuário da Imaculada, desprovido portanto do seu contexto original, e para aí transitou no período subsequente à extinção do cenóbio feminino. Foi isso que sucedeu à relíquia do Sagrado Espinho, oriunda do mesmo convento, tendo sido trasladada processionalmente, em 1908, pelo então pároco o padre António Alberto Gonçalves, para a mesma igreja da vila.[28]

Nas Chagas, a Virgem achava-se no interior de um gradeamento de madeira, que ainda hoje se conserva, no coro alto, no altar de Nossa Senhora da Assunção, estando este encimado por um anterior painel de pintura maneirista alusiva a esse mistério. De facto, a Dormição de Maria sempre esteve intimamente associada à sua Assunção[29], motivo pelo qual ela é festejada no mesmo dia, a 15 de Agosto, ainda que, de acordo com a tradição apócrifa, a Virgem tenha ressuscitado três dias após a sua morte. O culto a Nossa Senhora da Boa Morte li-

[27] Sobre as remodelações e obras realizadas no convento, ver Joaquim José da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa*, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, n.º 22, 1984, pp. 102-103; Túlio Espanca, *op. cit.*, pp. 556, 561-562, 565; Patrícia Alexandra Rodrigues Monteiro, *A Pintura Mural na* Região do Mármore *(1640-1750): Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal*, vol. 1, dissertação de mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, pp. 41, 139-146; idem, "Domingos Gonçalves: um pintor-dourador na região do mármore", in *Callipole, Revista de Cultura*, n.º 19, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2011, pp. 277-290.

[28] Cfr. Joaquim F. S. Torrinha, "Subsídios para a biografia do Padre António Alberto Gonçalves", in *Callipole, Revista de Cultura*, n.º 19, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2011, p. 84.

[29] Esta ideia foi reafirmada com a inscrição no altar de uma frase retirada de um texto litúrgico alusivo à festa da Assunção: "ASSUMPTA EST MARIA IN COELVM, GAVDENT ANGELI, LAVDANTES BENEDICV[NT DOMINUM]". Na língua portuguesa a tradução será: "Maria é elevada aos céus, os anjos regozijam-se e louvam bendizendo [o Senhor]"

ga-se, portanto, à crença na sua subida aos céus. Por isso, não é de estranhar que, para além de Vila Viçosa, algumas das imagens da Senhora da Boa Morte se encontrem em retábulos dedicados à Assunção.[30] Os ciclos da Dormição e da Assunção de Maria articulam-se, assim, em termos de coerência teológica e iconográfica. Por outro lado, no coro alto do convento calipolense, na banda da Epístola, estava no altar dedicado ao Sagrado Espinho a imagem jacente de Cristo, encimada por uma pintura alusiva à sua morte (*O Calvário*), e, entre ambos os altares, a imagem de uma pintura referente à sua Ressureição (*Dúvida de S. Tomé*), tendo havido, aqui, uma clara intenção programática em estabelecer uma conformidade entre a Morte, Ressurreição e Assunção da Virgem e a Morte, Ressurreição e Ascensão de seu filho Jesus Cristo, um paralelismo desde logo sugerido e assumido pelas fontes apócrifas.[31]

A imagem estofada e policromada da Virgem jacente de Vila Viçosa, de rosto sereno e olhos cerrados, com as mãos postas sobre o ventre (fig. 1), foi esculpida numa só peça de madeira, escavada ou vazada no verso. O manto, "para além do debrum com galão rendilhado de lâmina metálica dourada",[32] foi todo ele enriquecido com diversos motivos, alguns deles relevados, e com pedraria. A policromia do manto que hoje se admira é, porém, tardia, resultando de uma intervenção posterior à execução da obra.[33]

Sobre fundo predominantemente azul, o manto foi decorado a ouro com um padrão miúdo de círculos e com motivos fito e zoomórficos estilizados. Trata-se, com efeito, de um autêntico catálogo de espécimes de fauna e flora. Aí se vêem figuradas a açucena (símbolo da virgindade, da pureza e da candura), o cravo (associado à Paixão de Cristo, sendo também um símbolo do amor maternal), o lírio (símbolo da pureza), a alcachofra (símbolo da Ressurreição de Cristo), a tulipa (símbolo da Graça Divina, do Espírito Santo e do Amor Divino, ou da dor sofrida por Maria na crucificação de seu filho Jesus Cristo), a romã (poderá, entre outros aspectos, simbolizar a Igreja ou ser a expressão da eternidade divina), a rosa (símbolo da pureza, no caso de ser branca, evocando a "Rosa Mística" das litanias), o caracol (que poderá significar a morte e o renascimento ou a regeneração), a borboleta (símbolo da ressurreição), o touro (atributo de S. Lucas, em cujo Evangelho

[30] Ver os vários exemplos em Flávio Gonçalves, *op. cit.*, p. 17.

[31] Cfr. Louis Réau, *op. cit.*, p. 620.

[32] Artur Goulart de Melo Borges (coord. científica), Maria do Céu Ramos (coord. geral), *Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora, Arte Sacra no Concelho de Vila Viçosa*, Évora, Fundação Eugénio de Almeida, 2010, p. 30.

[33] Durante a intervenção de conservação e restauro de que recentemente foi objecto o conjunto artístico, no Departamento de Conservação do Instituto dos Museus e da Conservação, em Lisboa, encontrou-se uma moeda portuguesa de "V reis", de 1848, incrustada no interior da barca, o que, para além de qualquer carácter simbólico que o acto possa envolver, poderá significar a intenção de assinalar e datar uma intervenção de restauro na obra.

se descreve a Anunciação do Senhor a Maria), a pomba (alusão ao Espírito Santo), o cordeiro com cruz e bandeira (alusão ao Cordeiro de Deus, a Cristo Ressuscitado e Glorificado), etc... Além destes elementos, é possível observar a reprodução da coroa (alusiva à coroação de Maria como Rainha dos Céus) e da Cruz da Ordem de Malta, a qual também se encontra distribuída em algumas dependências do convento, tratando-se, segundo Túlio Espanca, de um "símbolo provável de qualquer protector fidalgo da comunidade."[34]

Relativamente à barca, um dispositivo que é a um tempo esquife e andor (apresentando perfurações no casco por onde se enfiam os varais que permitem o seu transporte), ela confere ao acervo artístico um cunho verdadeiramente original e de extraordinária beleza. São poucos os casos em Portugal em que Nossa Senhora da Boa Morte jaz no interior de uma barca: além de Vila Viçosa, citem-se os exemplares de Coimbra (na antiga igreja dos jesuítas), de S. Francisco do Porto e do Convento dos Cardais, em Lisboa. Trata-se, de facto, de vincar o carácter simbólico da temática do Trânsito da Virgem. A barca simboliza a viagem, a travessia realizada pelos vivos ou pelos mortos. A barca dos mortos encontra-se em todas as civilizações. Nos textos mitológicos irlandeses ela constitui o símbolo e o meio de passagem para o Além. Era através de uma barca sagrada que, no antigo Egipto, o morto descia às doze regiões do mundo inferior.[35] Na literatura nacional vem-nos logo à memória a *Triologia das Barcas* de Gil Vicente, em que as almas são colocadas a viajar em embarcações. Na *Vida de S. Bernardo*, redigida por Guilherme de S. Thierry, relata-se que, quando o santo esteve à beira da morte, em 1125, entre as três visões que teve há uma em que "ele parecia encontrar-se em determinada costa a aguardar uma embarcação que o transportasse sobre as águas. Finalmente o barco acercou-se e ele apressou-se a entrar. No entanto, não o conseguiu e, após mais duas tentativas, o barco afastou-se para não tornar a ser visto."[36] No pensamento cristão a barca pode ainda assumir o símbolo da Igreja, sendo o lugar onde os crentes encontram refúgio e protecção para vencer as emboscadas deste mundo.[37] Dentro das alegorias marianas uma das que obteve mais êxito foi, justamente, a comparação de Maria com a nave, um tema a que a obra *Mariale sive de laudibus Virginis Mariae*, publicada em 1493, dedicou treze páginas, dando "siete razones por las

[34] Túlio Espanca, *op. cit.*, p. 564.

[35] Cfr. Jean Chevalier, Alain Gheerbrandt, *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa, Editorial Teorema, s.d., pp. 115-116.

[36] Cfr. Nelson Correia Borges, *op. cit.*, p. 15.

[37] Cfr. Jean Chevalier, Alain Gheerbrandt, *op. cit.*, pp. 115-116. Os próprios edifícios das igrejas são associados à imagem do barco, em que "o bispo é o timoneiro, os diáconos são os marinheiros responsáveis pela ordem, a comunidade encontra no barco (navio, ou nave, donde deriva "nave da igreja") o seu lugar." (Klemens Richter, *Espaços de igrejas e imagens de Igreja. O significado do espaço litúrgico para uma nova comunidade viva*, Coimbra, Gráfica de Coimbra 2, 2005, p. 60).

cuales la figura de la «nave» encaja en la personalidad salvítica de Maria."[38] É comum a Virgem ser cotejada com a Arca da Aliança, 'derivando' esta da Arca de Noé, que era afinal de contas uma embarcação. "Um versículo da ladainha chama-lhe *Foederis Arca*, pois, de facto, ela foi o tabernáculo de Cristo incarnado. Na versão lendária do enterro de Maria há estreitas analogias entre o ataúde que transportou o seu corpo e a Arca da Aliança."[39] De resto, em 1648, D. João IV mandou cunhar moedas de ouro e prata em cujo reverso se reproduziu a imagem de Nossa Senhora da Conceição acompanhada, precisamente, entre outros símbolos, pelo Barco-Arca de Noé (fig. 6).

Mas uma barca em forma de nau com rodas 'falsas' tal como se apresenta na vila alentejana, atribui-lhe uma particularidade ainda mais invulgar, sem que haja, segundo o nosso conhecimento, outro exemplo análogo. Essa característica remete directamente para os carros triunfais, alegóricos, ou melhor para as naves triunfais (puxadas por cavalos ou homens), que tinham lugar nas festas religiosas e profanas, nas procissões, nas festas de celebração de canonizações de santos, nas exéquias (fig. 8)...[40] Com origem na Antiguidade pagã (*carrus navalis*), estes mecanismos efémeros foram recuperados no Renascimento[41] e tiveram grande desenvolvimento, impacto e esplendor durante o período Barroco, de tal forma que inspiraram temas no domínio das artes duradouras, como a pintura (fig. 7). Quem idealizou a barca de Nossa Senhora da Boa Morte do Convento das Chagas deve ter-se socorrido de alguma gravura, ou de alguma descrição inserta nas relações de festividades, ou poderá mesmo ter assistido a algum desses cortejos onde desfilavam naves alegóricas. A Virgem deitada numa nave triunfal para ser levada em procissão sublinhava a ideia de festa, de triunfo sobre a morte, da sua Assunção em corpo e alma, a 15 de Agosto, no dia "em que Maria Santissima sobe triumphante ao ceo."[42]

Do ponto de vista técnico, através de um trabalho de carpintaria, procedeu-se à construção da barca propriamente dita, tendo-se, de seguida, agregado à sua estrutura a obra de talha e de escultura de vulto, conferindo-lhe uma copiosa profusão decorativa e simbólica. Como figura de proa temos S. Miguel Arcanjo

---

[38] Santiago Sebastián, *Contrarreforma y Barroco. Lecturas iconográficas e iconológicas*, Madrid, Alianza Forma, 1981, p. 211.

[39] Nelson Correia Borges, *op. cit.*, p. 16.

[40] Em 1558, na celebração das exéquias de Carlos V em Bruxelas, na enorme procissão encontrava-se um navio alegórico com decorações que recordavam os triunfos do imperador. (Cfr. Roy Strong, *Arte y poder. Fiestas del Renacimiento, 1450-1650*, Madrid, Alianza Editorial, 1988, pp. 102-103).

[41] Cfr. Jacob Burckhardt, *A Civilização do Renascimento Italiano*, Lisboa, Editorial Presença, 1983, p. 322.

[42] Fr. Dionysio de Deos, *Sermão da Assumpção de Nossa Senhora, E collocação da sua sagrada Imagem na magestosa Capella mór da Santa Sé da Cidade de Elvas*, Lisboa, Officina de Joseph da Costa Coimbra, 1750, p. 4.

(fig. 4), capitão das milícias celestiais, uma imagem de madeira estofada e policromada, envergando traje militar ao modo romano e empunhando, na mão direita, uma espada de prata. S. Miguel vai à frente custodiando a Virgem, defendendo-a das investidas do demónio.[43] É ele que expulsa Satanás do céu quando este pretende acometer contra a mulher apocalíptica (Ap. 12, 1-9), identificada pelos teólogos como sendo a Imaculada Maria. De facto, na proa, junto aos pés de Nossa Senhora, representaram-se dois crescentes lunares, uma alusão directa à Imaculada, cuja iconografia brota da figura feminina descrita no Apocalipse: "Uma mulher revestida de Sol, tendo a Lua debaixo dos seus pés e uma coroa de doze estrelas sobre a cabeça." (Ap. 12, 1). A coroa de doze estrelas e o Sol figuraram-se no manto da Virgem, sobre a sua cabeça. Na zona posterior da nave acha-se, igualmente, representado a ouro sobre fundo azul, um Sol resplandecente de raios com a seguinte inscrição no seu interior: "Aue Maria chea de graça sem peccado oreginal", tratando-se, de acordo com Túlio Espanca, de uma máxima de Escoto.[44] Falecido em 1308, o franciscano e teólogo Duns Escoto foi um acérrimo defensor desse dogma,[45] uma crença em cuja defesa as ordens franciscanas estiveram desde sempre empenhadas. Aliás, sobre o portal do convento que dá para o Terreiro do Paço, as freiras mandaram colocar uma lápide de mármore também com a transcrição de uma frase do teólogo, em que se diz: "TODO O MVNDO EM / GERAL DE VOS VIR/GEM ESCLARECIDA / DIGA FOSTES CONCEBI/DA SEM PECADO ORIGINAL. ESCOTVS."[46] Aí estava, pois, o texto a lembrar aos fiéis que a Virgem tinha sido concebida sem mácula, a mesma Virgem que D. João IV, em 1646, promulgou como Padroeira e Protectora do Reino, tornando-se a matriz de Vila Viçosa a cabeça do padroado de Nossa Senhora da Conceição.

O conjunto artístico da Virgem com a sua barca glorificava, assim, não só o dogma da Assunção mas também o da Imaculada Conceição. A Mãe de Deus livre do Pecado Original teria, portanto, de estar livre da morte que afecta o comum dos mortais.

No navio, além dos elementos apontados, há a registar na popa – a qual termina em voluta entalhada com motivos vegetalistas, sendo esta sustentada por dois meninos em jeito de atlantes – os arcanjos Gabriel (o anjo da Anuncia-

[43] Segundo a *Legenda Dourada*, S. Miguel é o anjo que anuncia à Virgem a sua morte. Por vezes, durante a sua Assunção, ela é escoltada por esse arcanjo e por S. Gabriel, que a protegem contra os poderes do Inferno. (Cfr. Louis Réau, *op. cit.*, p. 623).

[44] Túlio Espanca, *op. cit.*, p. 532.

[45] Acerca da representação de Escoto junto a Nossa Senhora da Conceição, ver Vítor Serrão, *A Trans-Memória das Imagens. Estudos Iconológicos de Pintura Portuguesa (Séculos XVI-XVIII)*, Chamusca, Edições Cosmos, 2007, pp. 237-258.

[46] A lápide deve ter sido assentada na segunda metade de Seiscentos, após D. João IV, em 1646, ter promulgado a Imaculada como Padroeira e Protectora do Reino, tornando-se a matriz de Vila Viçosa a cabeça do padroado de Nossa Senhora da Conceição.

ção) e Rafael (o anjo da Guarda) (fig. 3), respectivamente identificados a partir de inscrições dos seus nomes na parte posterior de cada escultura.[47] Cada arcanjo ostenta uma palma, como referência à imortalidade e à vida eterna de Maria. Sobre a borda da nave erguem-se cinco meninos anjos (fig. 2) (faltando um para manter a simetria, no caso de ser aquele o número inicial de anjos), com asas de prata, prontos para acompanharem e elevarem a Virgem ao Paraíso Celeste. Através de um bom lavor de talha dourada, a embarcação é toda ela generosamente decorada com elementos vegetalistas, salientando-se as folhas de acanto, com cabecitas de anjos aladas por entre nuvens, com estrelas (na zona dianteira, talvez uma alusão ao céu), etc. Nas duas secções laterais, entre as rodas, entalharam-se duas tarjas, ou cartelas, enquadradas cada uma por dois anjos e, no seu interior, representou-se o lírio, um atributo da Virgem. Outros símbolos que remetem para as qualidades da Bem-Aventurada, e cuja semântica já foi atrás abordada, aparecem figurados no centro das rodas, como a rosa e a árvore da palmeira (fig.5). Entre outros motivos, cabecitas de anjos, ou de simples meninos, com golas de folhagens finalizam a eloquência decorativa das rodas.

Apesar de a documentação de arquivo até ao momento consultada não nos ter facultado qualquer tipo de informação acerca da execução da imagem de Nossa Senhora e da barca, ela, porém, proporciona-nos alguns dados curiosos relacionados com despesas da festa da Assunção no Convento das Chagas. Assim, nos anos de 1732 e 1733, consta no livro de despesas o seguinte gasto com a festividade: "*se deu ceia de ovos a religiosas e moças a quatro vinténs, somo 675 rs., com iguaria ao Pregador e convidados.*"[48] Em 1705, houve algumas despesas, nomeadamente com o "*aloguer de quatro tochas p^a a calenda de N^a Srª da Assumpção.*"[49] Em 1739, encontramos um dispêndio com "*o dia N^a S^a da Assumpção e Enterro.*"[50] Em 1740-41, a freira Isabel da Trindade deixou por sua morte 100.000 réis, destinados a um sermão na festa da Assunção, ficando estabelecido que o governo do convento recebendo o juro de 6.250 réis ao ano, o entregaria à mordoma da festa de cada ano, para fazer face às despesas realizadas.[51] Depois, só no ano de 1802 voltamos a ter notícia acerca de gastos relativos à ceia dessa festividade mariana.[52]

É o padre Joaquim Espanca que, em finais de Oitocentos, nos dá, pela pri-

[47] Túlio Espanca identificou estas imagens como sendo as alegorias da Fé e da Esperança, o que é, obviamente, uma incorrecção. (Cfr. *op. cit.*, p. 532).

[48] ANTT (Arquivo Nacional Torre do Tombo), *Fundo da Ordem dos Frades Menores da Província do Algarve, Convento das Chagas de Vila Viçosa*, Livro n.º 26, fls. 126 e 131v.

[49] Idem, Livro n.º 17, fl. 16.

[50] Idem, Livro n.º 29, fl. 92.

[51] Idem, Livro n.º 30, fl. 21v.

[52] Idem, Livro n.º 52, fl. 89v.

meira vez, um quadro vivo da procissão calipolense da Assunção. A descrição merece ser citada por inteiro:

> "No dia 14 por onze horas da manhã vem da Matriz a irmandade do Santíssimo, mediante uma oferta das Religiosas de 50.000 réis, feita nos anos de 1732 e 1733, metade em cada ano para, juntamente com o Vigário, delas e os dois sacerdotes que hão-de ministrar ao altar na festa e uma filarmónica, irem à portaria do Convento receber a imagem de Nossa Senhora deposta, no féretro, que tem a forma de um navio, dourado todo e ricamente enfeitado com flores artificiais. Este navio merece analisar-se, porque não lhe falta nenhuma das miudezas que deve conter: mastros, velas, cordame, bandeiras, flâmulas, galhardetes de seda e bordaduras a ouro e prata, e grande número de anjos trepados pelas vergas com inscrições alusivas aos mistérios da morte, ressurreição, assunção e coroação da Santíssima Virgem, a cujos pés se vê também o Arcanjo S. Miguel de capacete, broquel e espada de prata em punho para defender a mesma Bendita Virgem das insígnias do infernal dragão no momento da sua morte... nada ali falta.
>
> Seis membrudos irmãos recebem o pesado navio no coro de baixo por não haver já Freiras que possam com ele, enquanto a Abadessa, encostada ao báculo, e a Escrivã junto dela, ambas com os véus caídos sobre o rosto, guardam a portaria. As demais Religiosas e Educandas, todas com o rosto velado, vêm acompanhando o andor ao som da Magnificat até à dita portaria, onde o Vigário toma conta dele e o segue para o pátio a fim de ser exposto no meio da Igreja.
>
> É muito breve esta primeira procissão, porque se encaminha logo directamente à dita Igreja das Chagas; expõe-se o Santíssimo no trono da Capela-Mor e começa a missa cantada com sermão sobre a Morte preciosa ou Trânsito da Santíssima Virgem desta para melhor vida.
>
> Até 1870 (pouco mais ou menos) ficava o Divino Sacramento exposto até à tarde para se cantarem vésperas da Assunção e recitar-se um segundo sermão sobre a ressurreição corporal da Bem-Aventurada Virgem; o que deixou de se fazer por desfalques nas rendas do Convento.
>
> Na manhã de quinze por nove horas comemora-se o mistério da Assunção e de tarde o da Coroação da Mãe de Deus, ficando o Santíssimo exposto desde a manhã até à hora da procissão e recitando-se os sermões respectivos.
>
> Sendo pois cerca das seis horas da tarde, chega a dita irmandade e começa a procissão da Senhora da Boa-Morte.
>
> As duas faceiras do poente e norte do Terreiro do Paço estão apinhadas de homens e mulheres, vestidos com os seus trajes de verão, muito asseados e variados por se encontrarem ali gentes de todas as classes da vila e das aldeias próximas. A golpes de bombo correm ao seu posto os filarmónicos; e ao som estridente de um clarim forma-se a guarda militar de honra. Sobe ao ar o primeiro foguete, e começa logo uma alegre confusão. As Freiras fazem repicar os sinos da sua esguiada torre, o melhor que sabem as suas criadas; os sineiros da Capela-Real rompem logo também com as toadas majestosas do seu carrilhão; a irmandade dos Passos faz tanger igualmente os sinos da sua

torre; de maneira que – sinos, música, foguetes e os cânticos dos sacerdotes que de capas de asperges acompanham o andor, fazem um tal estrondo que os circunstantes guardam senão devoto, ao menos forçado silêncio enquanto dura a procissão; pois não se entenderiam, se quisessem conversar.

Prosseguindo a procissão em frente do Palácio Real, volve ao longo do jardim do Bosque, passa à faceira dos Agostinhos e à do Palácio do Bispo, onde entra na rua dos Fidalgos; e penetrando no pátio das Freiras, encontra aberta a portaria com as Religiosas dispostas a receber o andor e acompanhá-lo até ao coro de baixo.

Com isto se remata a bela função religiosa de dois dias consecutivos, que em breve se não fará por se achar eminente a extinção daquela e mais casas monásticas do sexo feminino, já bastante dizimadas."[53]

Desconhecemos até quando se realizou a procissão. Sabe-se, todavia, que em 1902 já não se fez, pois nessa data os bens do convento foram inventariados pela Direcção-Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, ficando, por esse motivo, interditos ao culto externo. Em 14 e 15 de Agosto de 1943, voltou, porém, a sair às ruas de Vila Viçosa. Um grupo de arreigados católicos calipolenses em colaboração com o promotor da iniciativa, o pároco José Manuel Borges, procurou retomar a antiga festa da Senhora da Boa Morte com um programa de actividades pastorais, presidida pelo então arcebispo de Évora, D. Manuel da Conceição Santos.[54]

A procissão de velas, presidida pelo prelado eborense, saiu da igreja de Nossa Senhora da Conceição, no dia 14 de Agosto, com a Senhora da Boa Morte e o seu artístico andor. Foi ainda incorporada no cortejo processional a imagem do ainda então Beato Nuno. Percorreu as principais artérias da vila, dirigindo-se à igreja de Nossa Senhora da Graça, Panteão dos Duques de Bragança, tendo aí chegado por volta da meia-noite. Na igreja celebrou-se a Hora Santa, de acção de graças pela vitória da Batalha de Aljubarrota, cujo aniversário ocorria nesse dia. Teve grande assistência de fiéis, os quais preenchiam o templo "artisticamente ornado de flores, sobressaindo o grande trono, todo recamado de flores amarelas."[55]

De regresso ao Santuário de Nossa Senhora da Conceição, a procissão decorreu no dia 15 pelas 20:00 horas, com os dois andores, o de Nossa Senhora da Boa Morte e o do Santo Condestável. Assim foi descrita na altura pela imprensa a sumptuosidade da procissão: "cheia de brilho e côr, nela se incorporaram todas as Associações católicas e outras da Vila ducal com seus estandartes, seguindo atrás do pálio o estandarte da Câmara – todo de azul celeste com as armas de Vila Viçosa: Nossa Senhora entre duas tôrres. Debaixo do pálio condu-

[53] Joaquim José da Rocha Espanca, *op. cit.*, pp. 66-68.

[54] Cfr. *A Defesa*, n.º 1066, 14 Agosto de 1943, p. 4.

[55] Idem, n.º 1067, 21 Agosto de 1943, p. 2.

zia o valiosíssimo relicário do Santo Lenho da Irmandade dos Passos dos Agostinhos o Senhor Arcebispo, acolitado pelos Rev. Padres Matias Rosa, prior de Belas e nosso conterrâneo, e Padre José Alves, fâmulo do nosso Venerado Prelado.

Muitas curiosas as figuras alegóricas, bem como as crianças pegando às fitas do esquife náutico de Nossa Senhora e do significativo Cordeiro.

Fechava a procissão a Banda Musical desta vila, atrás da qual mole imensa de povo seguia. Pelas janelas do percurso viam-se muitas colgaduras. Do alto das torres do Castelo, surpreendentemente restaurado, a vista da procissão, desfilando pela avenida ora rasgada onde foram dois quarteirões de casas, era encantador."[56]

Não mais Vila Viçosa voltaria a ver nas suas ruas tal acto para-litúrgico, com a participação da imagem de Nossa Senhora da Boa Morte e da sua barca, permanecendo na sua 'Dormição', no Santuário da Imaculada.

Desde 1945 até provavelmente 1975, a Fundação Casa Bragança, devido à acção inicial do seu presidente António Luís Gomes, passou a comemorar a festividade de Nossa Senhora da Assunção, celebrando-se anualmente na Capela Real do Paço uma missa Pontifical, presidida pelo arcebispo de Évora e outros bispos e padres convidados. Era a festa da Assunção de maior relevância na arquidiocese de Évora, contando com a participação de coros musicais, destinados a enriquecer a liturgia. Faziam-se representar diversos convidados: descendentes da família dos duques de Bragança, assim como personalidades dos mais diversos âmbitos da vida nacional. No Paço realizava-se ainda um almoço que era oferecido aos convidados, seguido de um momento cultural.

Já neste século, o ex-reitor do Santuário de Nossa Senhora da Conceição, o padre Mário Tavares, retomou a tradição de se expor a imagem da Senhora da Boa Morte, realizando-se um cortejo no interior do templo e a respectiva missa do dia da Assunção da Virgem.

No mês de Agosto de 2012, o acervo artístico composto por Nossa Senhora da Boa Morte e a sua barca foi devolvido à população de Vila Viçosa, depois de ter estado sujeito a um criterioso tratamento de conservação e restauro no Departamento de Conservação do Instituto dos Museus e da Conservação, em Lisboa. Ao fim de várias décadas voltou a sair em procissão no dia da Assunção da Virgem. A 'redescoberta' deste conjunto sacro permitiu a sua devida valorização religiosa, artística e patrimonial, de tal forma que mereceu, inclusive, a atenção dos meios de comunicação nacionais e locais. O que aqui se escreveu não foi mais do que uma síntese, apontando, esperemos, para a necessidade de uma futura abordagem monográfica mais desenvolvida e alargada da peça para que lhe seja devolvida a sua memória.

[56] *Ibidem*, p. 2.

Fig. 1 – Nossa Senhora da Boa Morte de Vila Viçosa

Fig. 2 – A barca de Nossa Senhora da Boa Morte

Fig. 3 – A barca de Nossa Senhora da Boa Morte, pormenor

Fig. 4 – Proa da barca

Fig. 5 – Aspecto de uma das rodas da barca

Fig. 6 – Reverso de uma moeda de prata cunhada em 1648 por iniciativa de D. João IV, in António Miguel Trigueiros, *A Conceição*, um Inventário Coleccionista e Museológico, Lisboa, 2009, www.conteudos. easysite. com.pt/files/48/ficheiros *(acedido em Agosto de 2012)*

Fig. 7 – *Carro Triunfal da Igreja guiado pelos jesuítas*, século XVIII, pintura, igreja do Espírito Santo, Puebla (México), in María Bernal Martín, *El Triunfo de S. Ignacio y S. Francisco Javier*, http://parnaseo.uv.es/Ars/TEATRESCO/Revista1 (acedido em Agosto de 2012)

Fig. 8 – Gravura de um carro triunfal em forma de nave da procissão das festas da Imaulada de Valência (Espanha), 1662, in Antonio Bonet Correa, "La arquitectura efímera del Barroco en España", in *Norba-arte*, n.º 13, 1993

UM OLHAR SOBRE A LITURGIA DO 15 DE AGOSTO

Francisco Couto

"A piedade da Igreja para com a Virgem Maria é elemento intrínseco do culto cristão."

(Paulo VI, Exortação Apostólica *Marialis Cultus*, 56)

Premissa

No âmbito da Liturgia falamos muitas vezes de rito litúrgico. E quando o fazemos vem-nos logo à memória o rito ou ritos que compõem uma celebração da Igreja: o rito ou ritos do sacramento do Baptismo, o rito ou ritos do sacramento da Eucaristia ou do Matrimónio... ou seja, são o conjunto de usos e peculiaridades de tipo celebrativo que se observam numa liturgia particular e que a distinguem das demais. No entanto, existem outros factores que influem na formação de um rito: a língua, a tradição histórica, o território, a visão teológica, a espiritualidade... Partindo destes dados, rito litúrgico é também o modo de viver a fé cristã em sentido global.

O conceito de rito litúrgico está intimamente unido ao de Igreja local ou particular. Neste sentido, o rito é a realização de uma Igreja local com o seu bispo e o seu presbitério dentro de determinadas coordenadas humanas, sociais, culturais e religiosas específicas. Tudo isto supõe uma determinada vivência da Palavra divina contida nas Escrituras, interpretada pelos Padres, definida pelos sínodos e Concílios e expressa numa língua de acordo com uma tradição eclesial autêntica[1].

[1] De referir que, diferente do que sucedeu no Ocidente latino até ao Vaticano II, a diversidade de línguas sempre foi reconhecida como legítima no Oriente cristão.

O rito de uma Igreja identifica-se com ela e torna-se o seu centro vital, a sua escola teológica, a sua catequese de fé e de moral cristã, o depósito da sua memória histórica (tradição) e, inclusive, o seu principal sinal de identidade como povo e como grupo étnico.

Tendo em linha de conta o que atrás foi dito, percebemos facilmente que a liturgia não nasceu organizada e completa, mas que se foi formando e configurando lentamente. Ela recebe dos homens a sua mutabilidade e a sua diferenciação, quer no respeitante à história, quer à geografia. As mutações e mudanças são sinal da vitalidade interna da liturgia e da sua capacidade para se encarnar em cada momento histórico e em cada espaço sócio-cultural.

De facto, durante os quatro primeiros séculos, a liturgia foi improvisada (por isso é chamado a este tempo, tempo da improvisação), ainda que tivesse por base alguns esquemas recebidos sobretudo do uso judaico, os quais foram adaptados à nova situação inaugurada pelos ensinamentos de Cristo. Livros litúrgicos não os possuímos uma vez que cada um, «*segundo as suas forças eleva preces e acções de graças*»[2].

Partindo destes novos dados torna-se fácil perceber que cada Igreja constrói o seu "próprio" rito, a sua "própria" liturgia, se assim o podemos dizer.

No entanto, e é importante afirmá-lo, esta *diversidade* em nada afectará a *unidade das Igrejas*. É verdade que verificamos uma especificidade própria em cada Igreja particular, fruto do seu fundador (Apóstolo), da sua cultura, da sua escola e espiritualidade... o que as torna diferentes na forma de celebrar. No entanto, essa diferença não existe nos conteúdos da celebração fruto de um constante recurso à Tradição e à apostolicidade. No momento em que as diferenças litúrgicas se tornam cada fez mais claras e profundas, ao ponto de criar determinadas características que constituem verdadeiras e próprias linhas de demarcação entre a liturgia das diversas Igrejas, encontra-se sempre uma chamada de atenção não só à tradição da Igreja, mas uma chamada directa à Tradição Apostólica verdadeira e própria. Isto mesmo será a garantia da legitimidade da celebração de cada Igreja, ao mesmo tempo que mantém o enriquecimento da diversidade na celebração da fé.

Só a partir do séc. V a improvisação tende a desaparecer uma vez que os textos e os ritos se tornam estáveis (fixos). Começa assim a chamada época da criatividade, marcada pelo surgimento de textos, formulários e livros litúrgicos, os quais regularão os vários usos litúrgicos nos diversos lugares.

Paralelamente a esta mutação e dela decorrente (e também devido à conversão do Imperador Constantino, o que alterou a própria situação do cristianismo que passa de perseguido a religião do Império), a Igreja estrutura o seu Ano Litúrgico e o seu Calendário Litúrgico.

---

[2] Justino, *Apologia* I, 67, in *Antologia Litúrgica. Textos litúrgicos, Patrísticos e Canónicos do primeiro milénio*, ed. J. Leão Cordeiro, Secretariado Nacional de Liturgia, Fátima 2004, 138.

O 15 de Agosto, ontem

Serviram os dados anteriores para nos enquadrarmos na história e nascimento do culto à Virgem Maria. Culto que nasce no Oriente cristão, ou Maria não fosse uma mulher nascida no mundo Israelita e, portanto, próxima dos ritos das Igrejas nascidas e desenvolvidas, sobretudo, a partir de Jerusalém.

Segundo um leccionário armeno de Jerusalém, portanto referente ao Oriente cristão, datado dos inícios do séc. V, às portas do Concílio de Éfeso (431), no dia 15 de Agosto, numa igreja mariana (chamada *Kathisma*) situada a cerca de duas milhas de Belém, tinha lugar a festa de *Maria, a Théotokos* (Mãe de Deus). É de salientar, no respeitante a esta indicação, o dia e a sua conotação mariana.

Já um leccionário georgiano do séc. VIII, que reflecte usos anteriores oriundos de Jerusalém, atesta uma celebração mariana em 15 de Agosto, na igreja/basílica erguida no Getsémani, em Jerusalém, a qual se tornará a festa da *Dormição de Maria*. E se levarmos em conta que no séc. VI esta igreja estava erguida sob o lugar do sepultamento de Maria, é provável que, inclusive com base nas informações dos evangelhos apócrifos do *Transitus* da Virgem, essa celebração de 15 de Agosto em Jerusalém tenha assumido o carácter de festa em torno do final da sua vida.

Mais tarde, o Imperador Maurício (582-602), por édito, fixa a celebração desta solenidade no dia 15 de Agosto e estende-a a todo o império com o nome de "*Dormição de Santa Maria*" e que celebra a sua passagem deste mundo e a sua assunção ao céu.

Quanto ao Ocidente cristão, para além da memória genérica de Maria como Mãe de Deus celebrada oito dias depois do Natal, só temos notícias de uma festa mariana com o Papa Sérgio I (687-701); ou melhor, de quatro festas marianas. Através de um *constitutum*, o Papa decreta que as festas da Natividade (8 de Setembro), da Anunciação (25 de Março), da Purificação (2 de Fevereiro) e da Assunção de Maria (15 de Agosto) sejam celebradas com procissão solene, percorrendo as ruas da cidade e terminando em Santa Maria Maior.

Leão IV (847-855) atribuir-lhe-á uma oitava e, durante toda a Idade Média, será celebrada em Roma com uma procissão nocturna das mais populares.

Digno de registo, ainda, o constante enriquecimento dos formulários desta festa ao longo dos anos, por parte das várias reformas litúrgicas vividas, bem como a definição dogmática de tal mistério por Pio XII em 1 de Novembro de 1950, facto que levou a uma profunda reestruturação de toda a liturgia desta Solenidade, que canta o mistério da glorificação de Maria, enriquecendo-a com a referência à sua assunção corpórea.

O 15 de Agosto, no hoje da liturgia

No centro desta pequena abordagem ao dia 15 de Agosto e à solenidade da Assunção da Virgem Santa Maria, está o sentido e conteúdos litúrgicos da celebração.

Celebra este dia a Assunção da Virgem Santa Maria ao Céu, em corpo e alma. Na íntima relação com uma outra grande celebração mariana da Igreja, e com enorme importância para Vila Viçosa – a Imaculada Conceição –, percebemos a razão desta solenidade e a razão natural da sua existência. De facto, o dogma proclamado por Pio XII não faz outra coisa senão traduzir o sentir, o celebrar e o viver intrínseco da própria Igreja, desde sempre. Da sua imaculada concepção teria que resultar a sua assunção plena (em corpo e alma). Afinal, como Cristo, o pecado não a corrompe. Mais, Ela é a "*Arca da Aliança*", o lugar da Palavra de Deus, aquela que transporta em si a Palavra do próprio Deus, a Palavra/Verbo tornada carne – Jesus, o Cristo.

Isto mesmo é o que encontramos se olharmos a liturgia do dia, sobretudo a Missa vespertina da vigília, única solenidade mariana a possuir um formulário próprio para vigília. A trasladação solene da Arca da Aliança (primeiro Livro das Crónicas) para o lugar que lhe havia sido preparado pelo rei David, introduz o sentido da festa da Igreja... Instrumentos, música, celebração, sacrifício de comunhão... Maria, a Bem-aventurada e Imaculada, qual Arca da Aliança que transporta em si o Verbo de Deus, assume o lugar para si preparado pelo Grande Rei! Canta o salmo, em resposta ao texto do Livro das Crónicas, este grandioso acontecimento: "*Entrai no vosso repouso, Vós e a arca da vossa magestade*" (Sl 131, 8). O mesmo proclama o Evangelho de Lucas (11,27-28), agora mais claramente referido a Maria, quando coloca na boca do homem o reconhecimento da bem-aventurança de Maria e da sua disponibilidade para acolher (como arca) em seu seio (ventre) Aquele Homem com palavras repletas de graça.

É grande Maria porque é Arca; Arca que acolhe, não só fisicamente o seu Senhor, mas também interiormente; Arca que acolhe Cristo como a verdadeira Palavra, o verdadeiro Verbo de Deus. Arca que transporta em si a Palavra feita Carne. Arca que, com o seu sim, ela própria "*encarna a Carne*" (Verbo–Palavra) de seu Filho, e que, para além de Mãe, se torna discípula de seu Filho, pela fidelidade à vontade de Deus. Ela é, assim, como que o "*lugar teológico*" do Verbo! Arca que receberá a barca que a transportará à eternidade dignificada pela Palavra que trouxe em seu seio e que seguiu em toda a sua vida.

Paulo, na primeira Carta aos Coríntios, como que completa esta abordagem da liturgia à celebração da Assunção da Virgem Maria, apontando a certeza da imortalidade do homem, logo a de Maria, pela fidelidade a Cristo, o autor da vitória sobre a morte. A sua referência é explícita: "*quando este nosso corpo mortal se tornar imortal*" (15,54).

Olhando ainda a Eucaristia da vigília, destaque para os textos não bíblicos da celebração. O prefácio (texto que inicia com um dialogo e que conclui com o *sanctus* e que imita a acção de Jesus de dar graças) para além de relevar a mesma ideia atrás referida, pela qual dá graças, reflecte os três mistérios, tornados dogmas, da Virgem Santa Maria: Imaculada Conceição, Virgindade e Assunção. Maria, a virgem Mãe de Deus elevada ao Céu, torna-se imagem da Igreja "triunfante", sinal de consolação e de esperança.

A mesma imagem é reflectida pela colecta (oração que conclui os ritos iniciais da Eucaristia e introduz a liturgia da Palavra) do dia 15 de Agosto, sendo, no entanto, mais explícita, no respeitante à Igreja, a qual já não é referida como triunfante mas que nos associa à glória da Virgem pelo nosso compromisso, para assim com ela triunfarmos. De facto, triunfaremos na medida em que "*aspirarmos às coisas do alto*", como Maria na fidelidade e na aceitação do projecto de Deus na nossa vida, e por elas trabalhemos.

De facto, a liturgia do dia 15 de Agosto faz-nos dar um salto de qualidade no respeitante à percepção daquilo que vivemos ao celebrarmos os mistérios de Maria. Qualquer celebração da Igreja não pretende somente recordar-nos acontecimentos mas introduzir-nos neles. A liturgia é vida. A liturgia é lugar teológico, ou seja, lugar da acção de Deus, logo não pode ser somente entendida como recordação. Nesse sentido, olhando a dimensão pessoal do acontecimento Cristo em Maria, a liturgia transporta-nos para uma dimensão eclesial, onde a Igreja assume o lugar de Maria e se torna, ela própria, Arca da Aliança, lugar da Palavra de Deus, lugar da presença do próprio Deus, vontade/fidelidade a Deus (Ap 11). O texto do Apocalipse, na verdade, não procura referir-se propriamente a Maria mas à Igreja, como que prefigurando o penhor seguro das promessas de Cristo: "*Agora chegou a salvação*". Dito de modo simples: o que aconteceu a Maria, acontecerá à Igreja, acontecer-nos-á a nós; Paulo VI chama-lhe, ao acontecimento Assunção, "documento" consolador sobre o nosso futuro. No seu destino lemos o nosso destino.

No entanto, este caminho que Deus prepara para nós exige, na liberdade da nossa resposta de fé, um caminho e um sentir idênticos ao modelo que o dia reflecte. Na verdade, a Arca da Aliança volta a ser tema do Evangelho do dia da solenidade, pois o fruto que a Virgem transporta em seu seio faz exultar de alegria o filho de Isabel ainda dentro de si. A presença da força e vontade de Deus faz-se sentir na existência do homem quando assumimos o projecto por Deus pensado para nós e, na fidelidade e na humildade, confiamos e testemunhamos. Maria, qual missionária, pela sua disponibilidade e serviço ao outro, em amor e com Cristo, é razão suficiente para que o homem exulte de alegria e espere contra toda a esperança, acredite e confie na promessa.

1953-1962, UMA DÉCADA DE VILA VIÇOSA

(1.ª parte: 1953-1955)

Joaquim Saial

À memória do P.e Joaquim José da Rocha Espanca e do Dr. Manuel Inácio Pestana e também ao Dr. Joaquim Francisco Soeiro Torrinha, mais próximos seguidores do sacerdote cronista, no 20.º aniversário da Revista de Cultura Callipole que em risonha hora ambos fundaram.

1953-1962. Dentro destas balizas, cabem os meus primeiros anos de Vila Viçosa. Não de viver na terra, que tal nunca aconteceu até hoje, mas de ali ir, sempre e muitas vezes. De "ir à terra", essa coisa bem portuguesa e, diga-se, quase sempre saborosa. Após 62, houve uma passagem minha de três anos por África, contada em livro[1], e depois... Bem, depois, regressado em final de 65, a vila já era outra coisa. O Terreiro de Santo António, da casa natal[2], parecia um tanto mais pequeno, alguns familiares e amigos haviam morrido, outros tinham zarpado para novos horizontes. Contudo, as idas à terra continuaram e mantêm-se até hoje. Mas o que é certo é que aqueles anos da década de 50 e os poucos do início dos 60 foram de facto especiais, como costumam ser os da infância. E, pela sua natureza, irrepetíveis. Por isso, o interesse em os lembrar aqui, neste 20.º aniversário da Revista de Cultura Callipole em cujos 20 números participei sem interrupção, por vezes bisando... e trisando. Proeza que só o insubstituível Dr. Joaquim Torrinha conseguiu acompanhar e bem. Nisso igualmente ficaremos parceiros para sempre – que na amizade e admiração mútuas já o éramos e grandes.

[1] SAIAL, Joaquim. *Capitania – Romance de S. Vicente de Cabo Verde*, Editorial Notícias, Lisboa, 2001.

[2] Terreiro de Santo António, actual n.º 10 (então, n.º 1). O autor nasceu no primeiro andar, no quarto que tem janela para a Rua de Santo António.

Faremos este passeio pela memória de Vila Viçosa dos meados do século XX ano a ano, baseados sobretudo na leitura detalhada dos desaparecidos Diário Popular e Diário de Notícias de New Bedford, Massachusetts, EUA (jornal americano de língua portuguesa), com recurso eventual a outras fontes. Devido ao farto manancial de documentos disponíveis, que permitiu alongamento de escrita, e ao número de notas inseridas, nesta Callipole apenas serão tratados os anos de 1953, 1954 e 1955. Os restantes constituirão motivo de mais um ou dois capítulos, em próximo/s número/s da revista.

*

Por essa altura chegava-se a Vila Viçosa de comboio mas também na camioneta de carreira da Transportadora Setubalense João Cândido Belo & C.ª Lda., de Azeitão, conhecida por "Belos". O autocarro parava mais ou menos frente ao local onde se situa a Pastelaria Azul e havia sempre alguém de família ou amigos à nossa espera. Por vezes, com um pacote de bolachas de baunilha para mim... Entretanto, as duas inevitáveis perguntas que sempre me divertiram, não se faziam esperar: «Atão, já cá estão? Quando é que se vão embora?». Respondíamos que sim, que já lá estávamos, indicávamos mais ou menos os dias previstos de vilegiatura, dávamos os beijos e abraços da praxe e esperávamos que o condutor tirasse do cimo da carripana a nossa mala. Então, o meu pai ou a minha mãe pegavam nela e lá seguíamos Rua de Santo António abaixo, até ao terreiro do mesmo nome, onde se situava a casa do meu avô materno. Os cheiros, os cheiros iniciais, eram recorrentes. Primeiro, o da lenha a arder ou já ardida, de uma padaria que ficava à esquerda, no percurso. Mas também, logo a seguir, o das açordas, das migas, das sopas de tomate... – que, na minha memória, se misturam agora com o sabor da baunilha das bolachas, pelo caminho devoradas.

Depois, era a aventura fascinante que nas temporadas maiores durava em geral quinze a vinte dias, vivida com os filhos dos primos Mariana e Manuel Saial Aurélio, Vítor e Carlos, ou mais frequentemente com o José Augusto, tio materno, apenas seis meses mais velho que eu. Corria-se a vila de lés a lés, visitavam-se amigos e familiares, chegávamos longe no campo, até ao Álamo, quase a Pardais ou para além dos Capuchos. Essas pessoas, como a D. Francisca Janeiro, as famílias dos agricultores João Cravo e Fernando Anão (este, dito o "Marchantinho", por antes ter sido talhante) os meus tios paternos Ana e Manuel Ferrão, a minha avó materna Assunção, as minha tias-bisavós Conceição e Joana Saial, grandes costureiras, o meu primo e padrinho de baptismo Miguel Saial, funcionário administrativo do Paço Ducal, e a esposa Mavilde que viviam na Pensão Granja, propriedade do pai dela[3], o Manuel Francisco, cicerone no

[3] António Joaquim Simões (dito o "Granja"), homem discreto e muito respeitado, adquiriu a pensão com dinheiros provenientes da actividade de contrabandista na fronteira de Elvas-Badajós. Numa das suas incursões, apanhado não sei se pela Guardia Civil espanhola se

castelo, a Maria Isabel Castro, condiscípula da minha mãe na escola primária, a Ana da Saúde, discípula de costura da tia Conceição (a quem chamava mestra) e o marido Mário, cicerone no Palácio, a senhora Isabel, que me dava romãs e laranjas da sua horta e muitos, muitos outros, constituíam um universo raro, divertido para mim e completamente diferente daquele em que me movia na Cova da Piedade, onde morávamos, feito de gente da Armada, operários do Arsenal de Marinha e corticeiros. Não era rara a vez que recebia a oferta de quase todos esses amigos ou familiares, de dez ou vinte e cinco tostões, uma fortuna, logo gasta em salgadíssimos tremoços na taberna do primo Barradas da Praça ou na loja do Sr. José Abelha Godinho[4], em cigarros de chocolate forrados com pratinha branca e cinzenta numa das pontas que dava ar mais credível à coisa. Até em laranjadas e pirolitos no Café Framar[5]...

Os meus sítios predilectos eram o castelo e o palácio. Em ambos tinha familiares empregados, pelo que podia entrar gratuitamente, como era de norma, sempre que o desejasse. E dava uso à generosa permissão, multiplicando as visitas, sobretudo no castelo, mais emocionante e onde podia andar à vontade. O tio Manuel Ferrão deixava-me olhar os arredores por um óculo da Marinha que havia no adarve, em cima de um suporte de metal, e se supunha ter pertencido ao Rei D. Carlos. E tanto ele como o Manuel Francisco, cicerone que depois se tornou meu primo por afinidade, falavam-me da história de Vila Viçosa e de mil e uma novidades antigas que eu depois desbobinava perante os meus amigos, para surpresa e admiração destes. No palácio, que cheguei a visitar duas vezes no mesmo dia, eram a camisa manchada de sangue do assassinado Rei D. Carlos e os caracóis louros dos príncipes que estavam numa gaveta de cómoda no quarto de D. Amélia que me chamavam mais a atenção. E as armaduras e as armas, claro. Tantas juntas, como nunca tinha visto na minha vida.

Muito resumidamente, é pois esta a Vila Viçosa que a minha memória recorda. Mas ampliemo-la então, a partir de agora, embora não de modo exaustivo e sobretudo com recurso às fontes acima citadas.

*

pela Guarda Fiscal portuguesa, foi atingido com um tiro num olho, pelo que usava uma prótese de vidro. Aí por volta de 1960-61, ao visitar a minha casa na Cova da Piedade acompanhado do genro, num gesto mais brusco, deixou cair o objecto ao chão, para meu enorme espanto, pois não sabia ainda da existência de tal adereço ocular.

[4] Onde depois se situou a loja do Sr. Manuel Inácio Ferrão Anão (e hoje está o Oculista das Portas de Santo António), na esquina direita da Rua Câmara Pestana, quando se desce desde a Av. Bento de Jesus Caraça, na altura Av. Duarte Pacheco. José Abelha Godinho foi vereador da Câmara Municipal de Vila Viçosa que teve presidência do Eng. Bento Charrua.

[5] Segundo sempre ouvi dizer a familiares meus (embora sem confirmação) que a designação fundiu onomásticos dos primeiros proprietários: o nome de um dos sócios (Francisco) e o apelido do outro (Martins).

1953

A 1 de Agosto, longo artigo anónimo no *Diário Popular* dava a notícia da prevista instalação de nada menos que três museus no «antigo forte de Vila Viçosa»[6], obviamente, o castelo artilheiro. O texto começava por fazer um historial do Paço-Museu, de que na altura era conservador o Dr. João da Silva Figueiredo. O articulista não se esquecia de referir que este não cedia a ninguém as chaves da «grossa porta de madeira e da porta-segredo» da colecção de livros de D. Manuel II e que a vigilância do edifício e suas colecções, nas horas mortas, cabia a dois guardas-nocturnos que se faziam acompanhar de «possantes cães»... Por essa época, o pintor Manuel Bentes[7] trabalhava ali em alguns restauros artísticos avançava também a renovação de salas e alargamento dos jardins.

Igualmente, decorriam obras em dependências do castelo, a expensas da Fundação da Casa de Bragança. Tratava-se de lá serem instalados os museus da Restauração[8], arqueológico e etnográfico. Na cerca medieval, sob orientação do Eng. Pulido Garcia[9], procedia-se ao povoamento de árvores. E limpava-se o fosso, prevendo-se que voltasse a ter água, «para encanto do visitante que ali [encontraria] cisnes (...) pombos e galinhas de Angola».

No edifício anexo à igreja de Santo Agostinho também havia obras, destinadas ao Seminário Diocesano e na de S. João Evangelista e no Convento da Esperança previam-se trabalhos de recuperação.

Dois dias após, em artigo também anónimo[10], falava-se nas dificuldades sentidas em termos de emprego no Alentejo e dizia-se que em Vila Viçosa elas eram quase inexistentes, devido ao trabalho proporcionado por várias indústrias locais: «exploração de pedreiras, refinação de azeites, extracção de bagaço de óleos de azeitona, moagem de farinhas[11], serração e cantaria de mármores, fa-

---

[6] *Diário Popular*, 01.08.1953, p. 9.

[7] Manuel Bentes (Serpa, 1885 – Vila Viçosa, 1961). Organizou a Exposição Livre de 1911 que habitualmente é considerada como marco introdutório do modernismo em Portugal. Recebeu o Prémio Sousa-Cardoso, em 1946.

[8] O museu nunca chegou de facto a ter existência real nem em Vila Viçosa nem no Palácio Almada, em Lisboa, para onde ainda se previu, embora algumas peças de vário tipo lhe tenham sido destinadas: biblioteca sobre a Restauração da Independência, armamento, obras de arte e outros materiais. Por exemplo, aguarelas de Alberto de Sousa, hoje na posse da FCB, expostas de Dezembro de 2011 a Abril de 2012, no castelo de Vila Viçosa. As outras valências existiram (a parte etnográfica era algo reduzida), embora sob arcaica musealização.

[9] Em 1959, juntamente com o arq. Gonçalo Ribeiro Telles, assinou o jardim do Castelo de S. Jorge, um dos primeiros trabalhos de arquitectura paisagística criados em Portugal; também autor da Estufa Quente e Estufa Doce, abertas em 1975 no espaço da Estufa Fria, Lisboa.

[10] *Diário Popular*, 03.08.1953, p. 3.

[11] Algumas destas indústrias tinham lugar na hoje extinta SOFAL, uma das maiores e melhor apetrechadas unidades do género no Alentejo e no País.

brico de tacos de madeira para soalhos[12] e uma fundição de ferro.» Mas a seguir, perguntava-se: «O que há e o que falta em Vila Viçosa?» E aqui encontra-se um longo e curioso repositório da movimentação que na vila ia por aquela altura em termos de obras públicas, nalguns casos remanescentes da ideia e vontade do malogrado ministro das Obras Públicas Eng. Duarte Pacheco. A lista é longa e merece ser lembrada por inteiro, passadas que são seis décadas sobre estes tempos. Vejamo-la, então:

Urbanização: estava executada a 1.ª fase da Avenida de Duarte Pacheco mas muita ainda lhe faltava, atribuindo-se aos custos previstas um valor aproximado de 1000 contos: iluminação e calcetamento da placa central, onde já estavam os bancos de pedra «que, conquanto caros, dão graça ao sítio», instalações sanitárias e pavimentação; na Praça da República, também faltava a iluminação[13].

Abastecimento de água: insuficiente e de má qualidade.

Estradas municipais: neste caso, a situação era melhor, pois a rede estava quase completada. Faltava porém ligar São Romão à Terrugem e a Elvas.

Edifício dos CTT: as instalações existentes eram velhas e exíguas[14]. Divulga-se então que já lhe estava atribuído o terreno do actual posto e que embora a Câmara assegurasse comparticipação nas despesas não se sabia quando seria iniciado o desejado edifício.

Habitação: era ainda insuficiente, apesar da edificação de um bairro de casas económicas[15], mas a Câmara Municipal estava então a projectar outro.

---

[12] Madeira de azinho.

[13] Aqui, o articulista referia-se expressamente às dificuldades e carestia da iluminação praticada na vila: «a corrente, fornecida por uma empresa particular, é contínua e são caras as tarifas, devendo a Câmara, daqui a dois anos e meio, quando terminar o contrato, fazer tudo para acabar com tais inconvenientes e prejuízos; a iluminação pública em toda a vila, é deficiente».

[14] Na antiga Rua Dr. Oliveira Salazar, actual Rua Florbela Espanca, à esquerda da Sociedade Artística Calipolense (antigo convento de Santa Cruz). A este propósito, ver os anexos 3 e 4.

[15] O Bairro de Casas Económicas, dito "Operário" por ter como residentes muitos trabalhadores das pedreiras de mármore, foi o primeiro do género a ser edificado em Portugal, em 1937. Esta data encontrámo-la num texto do calipolense José Carola existente em recorte de jornal, sem qualquer indicação bibliográfica, que nos ofereceram. O título é "Vila Viçosa, vila-museu, vai ter um hotel iniciativa d'Os Cucos". A data de publicação situar-se-á entre 18 e 29 de Junho de 2001, datas que ali se citam noutras duas notícias, relativas a passada e futura actividades da Câmara Municipal de Vila Viçosa (ver a propósito deste bairro o anexo 1, texto do *Diário de Notícias* do ano seguinte). Existe um filme a preto e branco, que não conhecemos, intitulado "Bairro Operário de Vila Viçosa" (1937), decerto reportagem da construção e/ou da inauguração: http://www.cinemaportugues.ubi.pt/bd/info/1074 (visto em 07.09.2012).

Mercado: O edifício, todo em cantaria de mármore e peça do ateliê Rebelo de Andrade, estava pronto, «feito com a preocupação de higiene, com secções de carne e peixe» mas, segundo o autor do texto, «no dizer do presidente do município[16], não sendo "carne nem peixe"»...[17]

Matadouro: antigo, a precisar de substituto.

Caminho-de-ferro e camionagem: desejada e estudada a ligação por via-férrea a Elvas[18] e a necessidade de uma por camioneta a Lisboa – meio de transporte que em 1953 se ficava por Borba, com consideráveis inconvenientes para quem se dirigia a Vila Viçosa ou dali queria partir.

Escolas: faltava um edifício novo, para o sexo masculino[19].

---

[16] Entre parte do ano de 1947 e parte do ano de 1958, segundo informação obtida na Câmara Municipal de Vila Viçosa (ou de 1947 a 1959, em documentação do Parlamento, que lemos), esta foi dirigida pelo Eng. Leopoldo Barreiro Portas. Portanto, como se percebe, nos três anos que o presente trabalho comporta é sempre ele o edil principal do Município. Nos artigos de jornal consultados, decerto por mera casualidade, jamais se cita o seu nome. No entanto, é diversas vezes referido com apreço, embora anonimamente, como "presidente". Leopoldo Barreiro Portas (Lisboa, 1898-1989), licenciado em Engenharia de Minas e em Engenharia Química Industrial (Instituto Superior Técnico), teve várias actividades profissionais, entre as quais se destacam as de engenheiro da Companhia Portuguesa de Estanho (1923), empresa em que dirigiu sondagens no Sabugal, Celorico da Beira e Fornos de Algodres; no ano seguinte supervisiona sondagens e prospecção de minas de cobre em Barrancos; de 1929 a 1989 dirige trabalhos de exploração de mármores em Vila Viçosa, ligado como administrador à Sociedade Luso-Belga de Mármores, Lda.; de 1943 a 1948 foi responsável técnico e consultor de minas de manganés no Baixo Alentejo. Durante o período do Estado Novo esteve ligado à União Nacional e foi Procurador à Câmara Corporativa, representando as empresas mineiras e de exploração de pedreiras e águas minerais. Foi pai de quatro filhos, um dos quais é o nacional e internacionalmente prestigiado arquitecto calipolense Nuno Portas e avô dos políticos Paulo e Miguel Portas (este, já falecido).

[17] Desnecessariamente desmantelado nos anos iniciais da década de 90 do século XX, para construção de novo mercado, corporizando esse facto o mais grave desastre cultural e artístico do final de século em Vila Viçosa. Joaquim Saial, o Dr. Joaquim Torrinha, os arquitectos Manuel Lapão e Nuno Portas e outros ainda assinaram uma petição local, no sentido de se preservar o edifício – que de nada valeu, perante a insensibilidade dos responsáveis pelo acto. A 23 de Março de 1992 foi aberto por deliberação camarária o concurso público para a construção do novo mercado (ver "Vila Viçosa, Boletim Municipal", n.º 4, Agosto de 1992, p. 12); em Abril de 1993 decorriam ainda as obras (ver "Vila Viçosa, Relatório de Actividades", CMVV, Abril de 1993, p. 15; a 1 de Maio de 1994 o mercado foi inaugurado (ver "Vila Viçosa, Boletim Municipal", n.º 5, Agosto de 1994, p. 3).

[18] Jamais se realizou.

[19] O autor deste texto, que em 1959 iniciou a vida escolar em Vila Viçosa, antes de se transferir para outra na Cova da Piedade ainda teve as primeiras aulas, apenas por duas semanas, numa antiquada divisão do piso superior do convento de Santa Cruz. A este propósito, à semelhança da nota 14, ver também os anexos 3 e 4.

Freguesias rurais: a energia eléctrica ainda não tinha chegado nem a Bencatel nem a São Romão, localidade privada de telefone.

Depois de ter enumerado as muitas necessidades de Vila Viçosa, o artigo concluía com referências ao que já estava feito: a arborização com laranjeiras da Avenida do Duques de Bragança; um edifício escolar para o sexo feminino; os novos prédios da Caixa de Crédito Agrícola e do Grémio da Lavoura; a urbanização do Terreiro do Paço «com a colocação de lindos candeeiros de mármore branco», o lavadouro municipal» (este comparticipado pelo Estado); e junto do castelo, uma «empresa particular[20]» tinha em construção o cine-teatro para 700 lugares que substituiria «o inestético e velho barracão existente no Rossio». Terminava o texto acompanhando o presidente na Câmara Municipal em mais um ataque ao mercado municipal. Falava-se no «tal mercado, de mármore, ao qual a preocupação da higiene deixou exposto a todas as faltas de higiene»...[21]

O turismo era um dos maiores interesses apresentados por este conjunto de artigos do início de Agosto de 53. A 8[22], era mesmo o assunto principal. O título era bem claro: "Do turismo e do antiturismo / O problema do turismo é de capital importância para o desenvolvimento de Vila Viçosa". Começava-se por uma afirmação do Eng. Leopoldo Portas que dizia que Vila Viçosa era «como um velho fidalgo arruinado que, exactamente por isso, tinha responsabilidades – a menor das quais não [seria] porventura a de andar de camisa lavada e colarinho limpo. E já não será pouco que assim comece por fazer-se não esquecendo também que, à limpeza da camisa e do colarinho deve juntar-se um rendimentozinho que dê ao empobrecido fidalgo o mínimo de possibilidade de não cair na miséria extrema.» Segundo o articulista, a camisa e o colarinho lavados de que eufemisticamente o presidente falava consubstanciar-se-iam no turismo. Porque «tudo estava por aproveitar». E exemplificava: «Ainda a gente está em Lisboa e já o conselho amigo se faz ouvir: – A Vila Viçosa? Sim, mas vá ficar a Elvas ou a Estremoz, que lá não tem onde comer nem dormir.» Mas ainda por cima, a Comissão de Turismo local tinha de dar ao Estado 30% das receitas que lhe era possível obter...

Por esta altura, havia três pensões em Vila Viçosa. Ao que parece, uma era má, «apesar de [antes] ter servido bem»... A segunda era «gerida por um homem com aptidão para o negócio e indicada como provavelmente razoável no serviço de mesa e quanto a um ou outro quarto». A terceira era considerada de 1.ª classe no Guia de Hotéis do Secretariado Nacional da Informação, de 1952[23].

---

[20] De gente de Vila Viçosa ou muito ligada à vila, que nele investiu. A este propósito, ver os anexos 5 e 6.

[21] Eventual referência ao facto de o mercado ser aberto, isto é, sem paredes exteriores.

[22] *Diário Popular*, 08.08.1953, p. 10.

[23] Ainda não nos foi possível encontrar este guia e portanto descobrir a identidade dos pro-

O próprio SNI e a Câmara Municipal haviam premiado a genica do proprietário, mobilando-lhe os quartos e dotando-a «de conforto e graça característica da região (...) alindada com móveis e cortinados regionais». Só que entretanto, o proprietário morreu «e com ele a casa». O jornalista, que a visitou, falava no ar de abandono e desconforto que nesta altura se desprendia dela e chamava a atenção para a inutilidade do investimento feito. Afiançava ele que no ano anterior tinham visitado Vila Viçosa nada mais nada menos que 16.000 pessoas, nacionais e estrangeiras mas que nenhuma lá pernoitara. Citava também o exemplo de António Luís Gomes, presidente do Conselho de Administração da Fundação da Casa de Bragança que levava os seus convidados para Elvas e Estremoz. Pior que isso, era o facto de o presidente da Câmara Municipal ter muitas vezes de albergar na sua residência os convidados oficiais...

O jornalista não desarmava, continuando a insistir na criação de uma «pensão boa, confortável, airosa, bem servida, onde se [fosse] e se [estivesse] com agrado, dotada de uns 30 ou 40 quartos». E chegava a dar um alvitre para a solução: a ermida situada no Alto de São Bento[24]. Reformulada, seria a solução ideal apenas a

---

prietários e reconhecer os alojamentos que possuíam, relacionando uns com os outros. De qualquer modo, pelo nosso conhecimento e por informações do Dr. Joaquim Torrinha, a Pensão Lisboeta (situada na esquina onde confluem a Praça da República e a antiga Rua de Fidalgos, hoje do Dr. Couto Jardim (para o lado da igreja de S. João Evangelista) seria a mais antiga, pois já existia na época de 1934-40, quando ele regressava a Vila Viçosa em férias escolares e frequentava o café do dono da mesma, José Maria Lisboeta (ver anexo 2, datado de 1934). Este café ocupava o rés-do-chão do edifício. No primeiro andar estavam a sala de jantar e os quartos. A pensão do carteiro Damião Fernandes Canhão, na Rua Dr. Oliveira Salazar, fazia-lhe alguma concorrência, praticando preços ligeiramente inferiores. Um terceiro estabelecimento do género (o último a desaparecer, em tempos relativamente recentes) era a Pensão Granja, de António Joaquim Simões, dito o "Granja". Situava-se junto ao Mercado Municipal, no Largo Mouzinho de Albuquerque, n.os 35/37. Conhecemos bem esta pensão, tanto na parte de restauração como na de quartos. Servia refeições abundantes e de excelente qualidade e era escolhida por inúmeras excursões que demandavam a terra. Chegou a fornecer almoços no castelo a grupos de funcionários de empresas em festa, entre os quais se contavam os da antiga Companhia de Seguros Tagus, por exemplo. A zona de quartos era labiríntica e resultava do aproveitamento de diversas divisões de tamanho e qualidade desiguais. Para além desta e do restaurante, havia também a valência de taberna). Um neto de António Granja, também António (nosso primo), prossegue a tradição familiar com estabelecimento de aluguer de quartos na confluência da Rua Florbela Espanca com a Rua Públia Hortênsia de Castro (a oposta à igreja de Santa Cruz).

[24] A dado passo, dizia o autor do texto: «É no alto de S. Bento, onde agora, vai ser feito o restauro de uma interessante capela, a expensas de uma família recém-constituída.» Túlio Espanca precisa no INVENTÁRIO ARTÍSTICO DE PORTUGAL (Distrito de Évora), Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978, p. 603, que o templo «recebeu profunda obra de restauro e reintegração a expensas do Eng. Bento Charrua, sob orientação do arq. António de Freitas Leal, de Lisboa, período em que se apearam dos acrotérios do nártex as desgraciosas urnas e se demoliu a casa do ermitão, ligada à sacristia.» O Eng. Bento dos Santos Carreto Charrua foi presidente do município entre parte de 1958 e parte de 1972 (esta segunda data, incerta mas aproximada, requer confirmação).

300 metros da vila, numa zona de ar puro e com um panorama invejável. Mas lembrava que sem o concurso do Estado este desiderato seria de impossível concretização pois numa vila que então contava 6000 habitantes faltava o dinheiro à Câmara e só o Estado podia e devia dar ao problema a solução de que ele carecia.

Ainda acerca deste desejo de um local condigno para receber hóspedes em Vila Viçosa, convirá lembrar que numa carta de 28 de Janeiro de 1953, à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais confirmava que o Paço Acastelado tinha possibilidades de ser adaptado a pousada, conforme tinha sido inquirido pelo ministro das Obras Públicas, José Frederico Ulrich[25].

No ano de 1953, houve pelo menos duas tragédias em Vila Viçosa. Por volta de Fevereiro, em São Romão, morreu afogado o jovem de 10 anos Joaquim José Leitão. Fora buscar uns suínos junto da Ribeira da Asseca, escorregou junto ao Pego das Raparigas e morreu afogado. Foi o pai que deu com ele e o retirou das águas com o auxílio de uma fateixa[26]. Também em São Romão, em Outubro, faleceu o trabalhador José Francisco Glória, de 25 anos, por ter caído para debaixo do carro de adubos que conduzia[27]. O acidente aconteceu na Herdade dos Amados, pertencente à firma Jorge da Gama Pinheiro & Irmão[28].

É neste ano publicado o fascículo n.º 17 de "A Arte em Portugal", referente a Vila Viçosa, de Luís Cardim, com fotografias de Marques Abreu, numa edição portuense do próprio Marques de Abreu. Também se publicou neste ano, em Lisboa, por Ramos, Afonso & Moita, Fundação da Casa de Bragança, a obra "Vinte Livros de Música Polifónica do Paço Ducal de Vila Viçosa", de Manuel Joaquim.

Igualmente em 1953 teve lugar uma homenagem de Vila Viçosa ao benemérito Dr. Couto Jardim, na passagem dos 50 anos do seu exercício da medicina na terra. E o historiador autodidacta calipolense Túlio Espanca partia em viagem de seis meses para França e Itália, com bolsa do Instituto de Alta Cultura.

1954

Em finais de Fevereiro, descobre-se uma ameaça, felizmente baldada, para os bens culturais de Vila Viçosa: meliantes presos por roubo de objectos de arte em Moncorvo e Rendufe confessavam à polícia que haviam planeado assaltar o Paço Ducal com o objectivo de roubarem quadros e exemplares raros de "Os Lusíadas", para além de terem sob mira uma igreja de Borba que continha um cálice de grande valor. Os homens foram presos em Guimarães mas o chefe da quadrilha, um tal Gil de Azevedo, encontrava-se a monte[29].

---

[25] http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3927 (visto em 20.05.2012).

[26] *Diário de Notícias* de New Bedford, Mass., EUA, 28.02.1953, p. 2.

[27] *Diário de Notícias* de New Bedford, Mass., EUA, 26.10.1953, p. 2.

[28] *Diário de Notícias* de New Bedford, Mass., EUA, 10.11.1953, p. 4.

[29] *Diário de Notícias* de New Bedford, Mass., EUA, 02.03.1954, p. 2.

Leopoldo Barreiro Portas
Foto Parlamento

Em Abril, a vila preparava-se para receber a peregrinação anual a N.ª Sr.ª da Conceição. Estranhamente, o programa religioso foi elaborado na Câmara Municipal e consistia no seguinte: a 22 de Maio, haveria uma procissão de velas que sairia do Solar da Padroeira para o Panteão dos Duques de Bragança; a 23, missa campal no Terreiro do Paço; e à tarde, a imagem de N.ª Sr.ª regressaria à igreja de origem[30].

Ainda nesta altura, previa-se que o baixo-relevo com efígie da Rainha D. Leonor de Gusmão, esposa de D. João IV, encomendado pela Fundação da Casa de Bragança ao escultor Leopoldo de Almeida para figurar no interior da zona da Janela de Lisboa do Paço Ducal, seria exposto no Museu Nacional de Arte Contemporânea, em Lisboa[31].

No mesmo mês, o poeta e embaixador do Brasil, Olegário Mariano (1889-1958), visitou Vila Viçosa e os seus monumentos[32].

Entre 22 e 27 de Abril, houve grande agitação entre o povo da vila. É que constou que a imagem de N.ª Sr.ª da Conceição ia sair a 23, de madrugada, em peregrinação para Braga. Assim, numerosos populares que não concordavam com isso ocuparam o Solar da Padroeira para impedir a partida da Virgem que entretanto já fora deslocada do seu local habitual, no altar-mor. O problema obrigou à intervenção das autoridades mas o povo continuou firme no adro da igreja, para prevenir o indesejado "roubo"[33]. Afinal, tudo não passara de um mal-entendido. Dias depois, o presidente da Câmara dizia que nunca fora propósito nem das autoridades civis nem das eclesiásticas levar a imagem a Braga. Esta apenas fora retirada do seu nicho para ser fotografada à luz do dia, a fim de figurar em trabalhos de propaganda relativos à peregrinação de Maio...[34]

A 1 de Maio, na Sala de Leitura D. Manuel II, no Paço Ducal, a convite do presidente do Conselho de Administração da Fundação da Casa de Bragança,

[30] *Diário de Notícias* de New Bedford, Mass., EUA, 16.04.1954, p. 1.

[31] *Diário de Notícias* de New Bedford, Mass., EUA, 19.04.1954, p. 2. Túlio Espanca, no seu INVENTÁRIO ARTÍSTICO DE PORTUGAL (Distrito de Évora), Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978, p. 631, escreve que a escultura é do decénio de 1960. Tal desacerto se deverá certamente ao facto da a obra não estar datada ou a gralha de impressão.

[32] *Diário de Notícias* de New Bedford, Mass., EUA, 22.04.1954, p. 3.

[33] *Diário Popular*, 23.04.1954, p. 8.

[34] *Diário Popular*, 27.04.1954, p. 7.

Dr. António Luís Gomes[35], realizou-se uma conferência que teve como orador o homem de letras, médico e director do sanatório da Guarda, Dr. Ladislau Patrício. O tema era "Os Nossos Filhos" e a palestra inseria-se num ciclo que já contava como oradores figuras de grande prestígio: Reynaldo dos Santos, Rui Ulrich, Hernâni Cidade, Vitorino Nemésio, o P.e José Alegria[36], Luís de Freitas Branco, António Baião e Silva Carvalho. Seguir-se-iam a Ladislau Patrício Laranjo Coelho, Madeira Pinto e Maria Oswalde[37].

No *DP* de 20 de Maio[38], apresentava-se uma fotografia do Paço Ducal com a seguinte legenda: «No sábado e no domingo realizam-se, em Vila Viçosa, as comemorações do Ano Mariano, pelo que naquelas duas noites, o Paço Ducal e os seus anexos, Palácio do Bispo e Jardim do Bosque, assim como outros edifícios da vila, estarão iluminados.» No dia seguinte, a despeito de já haver em Vila Viçosa os dois cafés-restaurantes que vimos, passava no mesmo jornal o seguinte anúncio: «Vila Viçosa – Se for aos festejos de domingo próximo, desloque-se 17 km para tomar as suas refeições no Restaurante Carvalho, Estremoz, telefone 12»...[39]

A 6 de Junho, 800 filiadas da Mocidade Portuguesa feminina e respectivas dirigentes, foram em peregrinação a Vila Viçosa, ao santuário de N.ª Sr.ª da Conceição[40]. A 31 de Outubro seria a vez de as "Filhas de Maria" fazerem o mesmo, em cumprimento do determinado no "Ano Mariano"[41].

Nos finais de Junho, a Fundação da Casa de Bragança deu a conhecer ao público lisboeta, no Museu Nacional de Arte Contemporânea, quatro obras de arte que tinha adquirido para o Paço Ducal. Na então designada por "Sala do Românticos", puderam ver-se durante alguns dias o já falado baixo-relevo da Rainha D. Leonor, de Leopoldo de Almeida; o retrato da infanta-regente

---

[35] (Porto, 1898 – Lisboa, 1981) António Luís Gomes era licenciado em Direito. Foi professor da Faculdade de Letras do Porto e teve importantes cargos, entre os quais podemos salientar o de secretário-geral do ministério das Finanças e administrador do Banco de Portugal. Tornou-se presidente do Conselho de Administração da Fundação da Casa de Bragança em 1940, organismo onde exerceu importante acção de teor administrativo e cultural.

[36] ALEGRIA, Cónego José Augusto – [Ver a sua] *História da Capela e Colégio dos Santos Reis de Vila Viçosa*, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983. Existe um Prémio José Augusto Alegria, para jovens intérpretes de música que em 2012, após cinco anos de edição organizada pela Associação Eborae Mvsica, foi cancelado por falta de apoios.

[37] *Diário Popular*, 30.04.1954, p. 8; segundo o *DP* de 02.05.1954, p. 7, a sala esteva cheia, inclusive com pessoas que foram de Lisboa, como o director do *Diário Popular*, Francisco da Cunha Leão.

[38] P. 11.

[39] P. 15.

[40] *Diário de Notícias* de New Bedford, Mass., EUA, 09.06.1954, p. 3.

[41] *Diário de Notícias* de New Bedford, Mass., EUA, 03.11.1954, p. 5.

D. Isabel Maria, de autor desconhecido[42], da escola romântica, restaurado por Abel de Moura; a "Alegoria de D. João IV", desenho de José da Cunha Taborda que serviu de esboço para o quadro "El-Rei D. João IV"; e um medalhão em bronze do Rei D. Fernando II, da autoria do alemão Wenceslau Cifka.

A 3 de Julho morria em Vila Viçosa o sapateiro, antiquário, fotógrafo e homem de vários outros ofícios, João Maria Espanca, pai da poetisa Florbela Espanca.

Antiga Av. Eng. Duarte Pacheco – Em primeiro plano, terrenos para o Cine-Teatro e os Correios

Entretanto, a Fundação da Casa de Bragança divulgou que a prevista instalação de um museu arqueológico se faria no Paço Ducal e não no castelo como antes a instituição planeara[43]. Para o efeito, o acervo existente (paleolítico, neolítico, materiais pré-romanos, romanos e medievais) ficaria no piso térreo, nos antigos aposentos do duque D. Jaime. Para o castelo iria então o Museu da Restauração como de início se previra e o *DP* apontara no ano anterior[44]. Tendo em vista este objectivo, decorriam obras de restauro no castelo artilheiro. No paço também havia obras na Sala dos Duques cujas paredes iriam ser cobertas de novo tecido comprado em Itália. Para lá iriam armaduras e armas dos séculos XVI e XVII mas não se sabia se seria possível obter móveis da mesma época que completariam ao conjunto.

---

[42] *Diário Popular*, 29.06.1954, p. 8.

[43] *Diário Popular*, 11.07.1954, p. 11.

[44] Ver nota 8.

Também nestes meados de 1954, o presidente Leopoldo Portas tomava em ombros a iniciativa de tentar elevar o Solar da Padroeira a basílica. A ideia surgira durante uma visita do núncio apostólico Monsenhor Fernando Cento[45] a Vila Viçosa. Porém, o assunto era da competência do Governo português e das autoridades eclesiásticas e o prelado apenas podia exercer a sua influência junto destes[46].

Para se resolver o problema da habitação, estava em fase de expropriação um terreno para a construção de novo bairro residencial. Este terreno seria depois vendido em talhões. A engenhosa ideia previa que isso abriria a possibilidade de a classe média abandonar casas de menor qualidade em que vivia, para estas passarem para pessoas mais necessitadas...[47]

Em Julho, continuava a esperar-se pela feitura do edifício dos CTT. O pequeno espaço de que os Correios dispunham na Rua Dr. Oliveira Salazar estava obsoleto e respondia cada vez mais mal às necessidades da vila. Pelo contrário, a conclusão do cine-teatro estava prevista para o final do ano[48]. E divulgava-se agora que, por contrato que se projectava estabelecer, a nova casa de espectáculos viria a ser equipada e explorada por um concessionário de Lisboa[49].

Outros problemas iam afligindo os calipolenses[50]. A camioneta da carreira Lisboa-Elvas ainda não parava em Vila Viçosa e havia também constrangimentos relacionados com a electricidade e a água. No primeiro dos últimos casos, a Câmara mantinha contactos com duas entidades fornecedoras para saber qual delas era mais conveniente em termos económicos. Porque o preço da energia era muito alto e a iluminação da vila deficiente, pensava-se mesmo que o município podia vir a tomar em mãos o fornecimento logo que terminasse o contrato com a empresa que na altura o fazia. Por outro lado, estava prevista a colocação na Avenida de Duarte Pacheco[51] «mais dezoito candeeiros de iluminação pública do novo e lindo modelo adoptado». Relativamente à água, devido à falta de chuva, em meados de Julho o consumo encontrava-se limitado a algumas horas por dia. Previa-se até que pudesse faltar de todo. Era esta uma situação apelante que preocupava a edilidade, havendo já um projecto para a resolver que na altura ainda carecia de aprovação. Teria a comparticipação do Estado no valor de 250 contos e destinava-se à abertura de mais um furo de captação.

E continuava por fazer a ligação telefónica a São Romão...

---

[45] (1883-1973). Núncio apostólico em Portugal, desde 2 de Junho de 1953.

[46] *Diário Popular*, 11.07.1954, p. 11.

[47] *Diário Popular*, 15.07.1954, p. 11.

[48] *Diário Popular*, 16.07.1954, p. 5.

[49] Segundo o Dr. Joaquim Torrinha, esta empresa fazia arrendamentos na província para aplicar o material que vendia e alugava os filmes e os projectores para os mesmos.

[50] *Diário Popular*, 17.07.1954, p. 4.

[51] Hoje, de Bento de Jesus Caraça.

Antiga Av. Eng. Duarte Pacheco – Ao fundo, à direita, o Cine-Teatro em construção

Mas ainda nesse Julho, a 19, um enviado especial do *Diário Popular*, que assinava como P. A.[52], falava do novo café-restaurante que Vila Viçosa ia ter e insistia na falta de acomodação hoteleira de qualidade na terra[53]. Anunciava ele que o equipamento seria provavelmente inaugurado no fim do mês. Recordemos as suas palavras: «Abrirá ao público, na Praça da República, um novo café, dotado de modernas instalações, e dispondo de serviço de restaurante, que se espera possa satisfazer muitos dos turistas que aqui se dirigem, especialmente em visita ao Paço Ducal. O proprietário do novo café contratou, já, em Évora, um competente chefe de mesa, sendo de crer, portanto, que, pelo menos, desapareça a preocupação amedrontadora que, salvo casos excepcionais de grande afluência, constituía o procurar-se onde almoçar ou jantar quando de visita a esta ridente vila alentejana»[54]. Quanto ao alojamento, o jornalista batia mais uma vez na tecla na projectada Pousada do Alto de S. Bento que, segundo ele, seria uma situação paliativa, devido ao pouco espaço disponível, mas ainda assim muito interessante. Nas suas palavras, a coisa não andava devido à burocracia que a tudo se sobrepunha. E invocava o ministro Duarte Pacheco, lembrando-o com saudade, dizendo que a terra tardava em pagar a grande dívida de gratidão que

[52] Pelo estilo e pelas ideias que defende, este jornalista deve ser o mesmo que escreveu a maioria ou a totalidade dos textos anteriores.

[53] *Diário Popular*, 19.07.1954, p. 3.

[54] Tratava-se do Café Framar que ultimamente encerrou por algum tempo, envolto em polémica, para entretanto voltar a abrir sob nova gerência.

para com ele tinha[55]. A pressão sobre o assunto começara, aliás, pelo próprio título do artigo: "Um caso a considerar / Vila Viçosa (que vai ter um café-restaurante) continua (!) sem possibilidade de alojar os seus visitantes" – vila que no mês anterior tinha tido 10.338 visitantes, só no Paço Ducal... O continuado interesse do jornalista por este afinal inegável problema não deixa de ser estranho e faz-nos crer que ele seria voz de alguém ou de um grupo com interesse na hotelaria que dele fazia seu arauto.

Apenas sete dias depois, a 27, embora desta vez sem indicação de autoria, o jornal repetia mais uma vez o lembrete. Como exemplo da falta de qualidade das instalações hoteleiras da vila apontava um grupo de adidos militares estrangeiros que dois meses antes tinham sido obrigados a pernoitar em Estremoz, após visita ao Paço Ducal. No artigo eram desta feita referidas apenas duas pensões «... que, a despeito de toda a boa vontade, mas lutando com falta de requisitos indispensáveis, não resolvem o problema. Agora que o problema do turismo está sendo encarado com outros olhos, não será possível preencher tão importante lacuna servindo-se assim, o progresso desta vila?»[56]. E avançava com um apelo às pessoas de posses da vila: «Esperamos confiadamente que alguns calipolenses de boa vontade e de haveres, que felizmente abundam, dotem a sua terra de tão importante melhoramento – claro que com o apoio certo de entidades locais e outras comparticipações.» Relativamente aos cafés, desta vez o texto era mais preciso: «Com a transformação radical de um – o 'Restauração' – e a inauguração de outro – o 'Framar' – um dos melhores estabelecimentos do género na Província, Vila Viçosa fica com o problema dos cafés resolvido». Na mesma página, na rubrica "Breves notícias da província", o *DP* noticiava que no domingo anterior se havia realizado um concurso de ruas e janelas floridas que despertou grande interesse e ao qual se destinavam valiosos prémios, entre os quais uma placa de bronze do Secretariado Nacional da Informação[57].

A expensas da Fundação da Casa de Bragança estava a ser construída a estrada de circunvalação do castelo. Encontravam-se na altura concluídos os trabalhos de povoamento florestal dirigidos pelo Eng. Pulido Garcia[58].

Questões do património calipolense também preocuparam o vespertino lisboeta. Uma delas, prendeu-se com a deterioração que já então se verificava nas pinturas murais da igreja de N.ª Sr.ª da Esperança, «das mais belas do País e quase

---

[55] Duarte Pacheco interessou-se muito por Vila Viçosa, mandando realizar na terra obras que pretenderam oferecer-lhe uma certa modernidade mas que ainda hoje são sujeito de polémica para alguns arquitectos e historiadores da arte que as colam ao ideário historicista-monumental do regime salazarista.

[56] *Diário Popular*, 27.07.1954, p. 4.

[57] Era o segundo no género, já que o terceiro, do qual temos notícia mais detalhada, se realizou em 1955. Ver *Diário Popular* de 07.06.1955, p. 7, e 15.07.1955, p. 4.

[58] *Diário Popular*, 22.07.1954, p. 8; ver nota 9.

únicas no género»[59]. Após uma descrição da igreja e da sua história, referia o texto que alguns cartões da abóbada e do altar-mor estavam prestes a desaparecer. Tempos antes, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais havia restaurado o telhado e previa-se que o mesmo viesse a acontecer em breve à torre.

Entretanto, a Fundação da Casa de Bragança ia fazendo a demorada e cara recuperação e ampliação do acervo do Paço Ducal – à sua custa e também com contributos do Estado[60]. Por esta altura tinham dado entrada nas suas instalações três carros do século XVIII, provenientes do Museu Nacional dos Coches e uma carruagem de gala em forma de "coupé", do tempo de D. Carlos, que estivera no Palácio da Ajuda.

Antiga Av. Eng. Duarte Pacheco – À esquerda, o Cine-Teatro (inaug. em 1957), mas não ainda o edifício dos Correios

Em Setembro, queixava-se a Sociedade Filarmónica União Calipolense[61] de que o espaço em que exercia a sua actividade não oferecia um mínimo de condições consideradas necessárias para o efeito. Como a Câmara Municipal possuía numa rua central da vila uma casa onde estava instalada a Cantina Escolar e esta ia mudar para edifício próprio que estava em vias de ser concluído, a Direcção da banda ia solicitar ao município a cedência dessas instalações[62].

---

[59] *Diário Popular*, 03.08.1954, p. 7.

[60] *Diário Popular*, 17.08.1954, p. 13.

[61] A banda filarmónica foi fundada a 24 de Maio de 1870 mas a Sociedade que lhe deu origem nascera 19 anos antes.

[62] *Diário Popular*, 18.09.1954, p. 7. Segundo o Dr. Joaquim Torrinha, a Cantina Escolar foi

Perto do final do ano, aprovava-se o Plano de Actividades da Câmara Municipal. E este era bem claro no que tinha a ver com receitas e despesas. Assim rezava o texto divulgado no *DP*[63]: «As despesas a efectuar durante a gerência terão de circunscrever-se ao montante das receitas a arrecadar e estas, excluindo as consignadas e as provenientes de comparticipações ou outras também extraordinárias, não deverão ultrapassar os 960.000$00 incluindo os reembolsos a efectuar pelos Serviços Municipalizados para amortização dos seus empréstimos. O subsídio a distribuir às Juntas de Freguesia será dado, como nos anos anteriores, uma parte por aplicação directa da Câmara em melhoramentos rurais comparticipados pelo Estado e realizados directamente pela Câmara; e outra parte em entregas de numerário, pela forma seguinte: à Junta de Freguesia de Pardais, 10.000$00; e às de Bencatel e de Ciladas, 15.000$00 cada uma.» Mais dizia o documento que era desejo da Câmara levar a efeito, com a comparticipação do Estado, as seguintes obras[64]:

«**Em Vila Viçosa:** calcetamento das ruas Martim Afonso de Sousa e Sacadura Cabral; revestimento betuminoso das ruas de acesso à estação dos caminhos-de-ferro e limítrofes; arranjo urbanístico da Praça da República e Avenida de Duarte Pacheco – iluminação; erecção de um monumento ao engenheiro Duarte Pacheco[65]; revestimento da estrada municipal de Vila Viçosa a São Romão, na extensão de 3000 metros; e construção do caminho municipal das proximidades do Monte Paul ao limite do concelho (Monte Zagudo)[66].

Em Bencatel: pavimento das ruas de acesso à igreja (conclusão); e pesquisas de água para abastecimento da povoação.

Em Ciladas: construção da estrada municipal de São Romão à Lage (continuação); conclusão do pontão que se localiza ao quilómetro 5,10 e empedramento das terraplanagens já feitas; pesquisas de água para abastecimento público e construção de um marco fontenário no sítio de Fontana.

---

mudada para a "Horta dos Cornos", assim designada «por ter servido ao antigo dono de lixeira das hastes e vísceras de animais do seu rebanho, restos de carne limpa que vendia ou de cabeças de gado que morriam de qualquer doença». Trata-se do local onde hoje está situada a instalação escolar próxima do Cine-Teatro.

[63] *Diário Popular*, 04.11.1954, p. 11.

[64] Reproduz-se o texto integralmente.

[65] Que nunca se concretizou. Pelo contrário, a seguir ao 25 de Abril o nome da avenida foi mudado para Bento de Jesus Caraça, prestigiado professor universitário e político democrata calipolense que podia ter tido topónimo noutro local. Mais tarde, numa espécie de acto de contrição, deu-se o nome do ministro a uma artéria secundária da periferia da vila.

[66] Curiosamente, ainda existe este limite. No regulamento do Plano Director Municipal do Alandroal, publicado no Diário da República, I Série-B, n.º 213, de 15.09.1997, Capítulo VII, Secção I, Rede Viária, artigo 64.º , Rede Municipal de Estradas e Caminhos, se indica o CM (caminho municipal) 1046, entre o Monte Zagudo e o limite do concelho de Vila Viçosa.

A Câmara preocupar-se-á também com o estudo do problema da electrificação do concelho, entregando a concessão à Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo, visto que pelo estudo económico já efectuado por um engenheiro electrotécnico se verifica ser antieconómica a exploração pelos Serviços Municipalizados.

Destinar-se-á também um orçamento da verba para expropriação de prédios cuja demolição ou aquisição se imponha para efeitos de execução do plano de urbanização da vila; e procurar-se-á melhorar as instalações do posto da PSP e o pavilhão de venda de carnes e peixe no Mercado Municipal; construir-se-á um barracão para arrecadações e depósito de materiais em substituição do que tem de ser demolido na zona do Bairro de Casas Económicas; e insistir-se-á junto das entidades superiores competentes pela resolução dos problemas de distribuição de carnes às freguesias rurais, tomando as necessárias providências orçamentais para a aquisição do material indispensável para tal efeito.

O turismo não pode ser esquecido ou abandonado e, por isso, far-se-á o seguinte: reparação das portas dos tradicionais "Passos" que tanto embelezam certos recantos da vila; construção do caminho de acesso ao Miradouro do Alto de São Bento e arranjo do recinto que circunda a ermida do mesmo nome; continuação do arranjo do largo Serpa Pinto; a erecção de um monumento a Públia Hortênsia de Castro[67].

Os Serviços Municipalizados continuarão a preocupar-se com as obras de melhoramento das captações de abastecimento de água à vila.»

Em 9 de Novembro, São Romão estava em festa. E o caso não era para menos, pois a freguesia conseguia finalmente a muito ambicionada ligação telefónica e para além disso inaugurava-se uma escola do Plano dos Centenários, a primeira da povoação. A chegada do telefone era obra da Junta de Freguesia. Na sessão de inauguração do edifício escolar foram entregues à comissão pró-cantina escolar local, pelo director escolar de Évora, 2000$00, concedidos pela Junta de Província do Alto Alentejo, e 1000$00 dados no acto, pelo benemérito proprietário da região, Armando José Gonçalves[68].

Em finais de Novembro, com a duração de cinco dias, realizou-se uma grande caçada na Tapada Ducal de que resultou serem abatidas nada mais nada menos que 3380 peças. Ao que parece, o empreendimento venatório foi muito selectivo nos convites emitidos que se resumiram a «um reduzido número de espingardas»[69].

---

[67] O monumento só foi inaugurado em 22 de Maio de 1960. Erigido no Largo Serpa Pinto, teve grande comparticipação da Fundação da Casa de Bragança. Constituído por um busto de mármore sobre pedestal também de pedra, é da autoria do escultor açoriano Numídico Bessone (Lagoa, 1913 – Lisboa, 1985), autor de muitas obras nos Açores, no território continental português, Itália e Estados Unidos da América, entre estátuas, bustos e medalhas. No *Diário Popular* de 25.06.1955, p. 17, informa-se que o busto era oferecido pela Fundação da Casa de Bragança e que o pedestal seria feito a expensas da Câmara Municipal.

[68] *Diário Popular*, 09.11.1954, p. 6.

[69] *Diário de Notícias* de New Bedford, Mass., EUA, 26.11.1954, p. 1.

No último mês do ano, realizou-se uma merecida homenagem à memória do padre, historiador, arqueólogo e compositor musical calipolense Joaquim Espanca[70]. Promovida pelo grupo "Amigos de Vila Viçosa", a cerimónia realizou-se na Rua Martim Afonso de Sousa, em frente da casa onde o douto investigador viveu e morreu e na qual se descerrou uma lápide comemorativa[71]. Estiveram presentes o vice-presidente da Câmara, representante do seminário, o conservador do paço, Dr. João da Silva Figueiredo, representantes do grupo "Amigos de Vila Viçosa", o pároco da Igreja de S. Bartolomeu, outras individualidades locais e muito povo.

E no final de Dezembro, era condenado em Reguengos de Monsaraz a prisão maior celular um tal António Joaquim Ambrósio, o "Borracha", que em Janeiro do ano anterior assassinara António Colaço durante uma rixa, na aldeia de Caridade, onde ambos residiam. O advogado de acusação era o Dr. José Coelho Madureira, residente em Vila Viçosa e ali com escritório, de quem muitos calipolenses ainda se lembram[72].

Neste ano de 1954 realizou-se o filme-documentário "Vila Viçosa – Solar da Dinastia"; o escultor Diogo de Macedo, então retirado das lides artísticas por vontade própria e dedicado à escrita sobre arte e à direcção do Museu Nacional de Arte Contemporânea[73], dava à estampa "O Pintor D. Carlos de Bragança no Palácio Ducal de Vila Viçosa", numa edição da Fundação da Casa de Bragança; Ventura Ledesma Abrantes publica "O Património da Sereníssima Casa de Bragança em Olivença", ed. de Álvaro Pinto, Lisboa. A Fundação da Casa de Bragança fez solicitação à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para a feitura de três portas novas de acesso ao castelo e de um caminho para a porta principal, adaptação de uma zona do castelo para casa do guarda e de outra para sala de espera dos visitantes e instalações sanitárias e construção de uma ponte ligando à entrada principal que permitisse a passagem dos ramais eléctrico, de água e de esgotos.

---

[70] Joaquim José da Rocha Espanca (Vila Viçosa, 17.03.1839-26.11.1896).

[71] A lápide, em mármore branco, tem os seguintes dizeres: «17-5-1839 – Nesta casa viveu e morreu o P.e Joaquim José da Rocha Espanca, notável investigador histórico calipolense, que, infatigável e abnegadamente, esquadrinhou e escreveu a história de Vila Viçosa e seu termo. / Homenagem de gratidão e apreço dos seus conterrâneos promovida em 25 de Novembro de 1954, pelo grupo "Amigos de Vila Viçosa" – 26-11-1896». Este texto está reproduzido em ESPANCA, Túlio – INVENTÁRIO ARTÍSTICO DE PORTUGAL (Distrito de Évora), Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978, p. 736. O grupo "Amigos de Vila Viçosa" fora criado no ano anterior e tinha sede, posto de informações e de venda de artigos regionais na Rua Dr. Oliveira Salazar. Manteve durante anos ao serviço dos turistas um guia-cicerone no Terreiro do Paço.

[72] *Diário de Notícias* de New Bedford, Mass., EUA, 23.12.1954, p. 3.

[73] Actual Museu do Chiado.

1955

Em finais de Janeiro, realizou-se uma cerimónia algo anacrónica – e sobretudo desnecessária – junto ao monumento a D. João IV[74]. Consistiu no descerramento na base do pedestal de um medalhão, em bronze, com as armas do Brasil rodeadas por coroa de louros e os dizeres: "A D. João IV / O Brasil /1940". A presidir, estava o embaixador Olegário Mariano[75], acompanhado pelos adidos naval e militar da embaixada brasileira, bem como pelo governador civil substituto de Évora e presidentes das câmaras municipais dos concelhos vizinhos de Vila Viçosa, outras individualidades locais e numeroso povo. O diplomata elogiou calipolenses ligados à história do Brasil, como Martim Afonso de Sousa[76] ou Salvador de Brito Pereira[77]. Nada acrescenta o medalhão à iconografia do Rei Restaurador[78] (ainda por cima, colocado 15 anos após a data que pretendia comemorar), configurando-se acrescento tão inútil como a placa de pedra com que, em anos recentes, admiradores de Florbela Espanca "brindaram" o seu túmulo.

E a Florbela, deu o grupo "Amigos de Vila Viçosa" atenção, como lhe competia, em termos de homenagem, projectando erigir-lhe um busto[79] que acabou por se concretizar cerca de nove anos depois, em 1964[80]. Os autores es-

---

[74] *Diário Popular*, 27.01.1955, p. 11; o monumento tem estátua equestre do Rei, da autoria de Francisco Franco, e pedestal do arquitecto Pardal Monteiro. Previra-se o descerramento para 1940 (durante as comemorações do duplo centenário da nacionalidade) e depois para 1 de Dezembro de 1943 mas a cerimónia acabou por ter lugar em 8 de Dezembro deste mesmo ano. A propósito deste monumento, veja-se SAIAL, Joaquim – *Estatuária Portuguesa dos Anos 30 (1926-1940)*, Bertrand Editora, Lisboa, 1991, pp. 171-180; o artigo do mesmo autor *10 notícias sobre a estátua a D. João IV, em Vila Viçosa...* em *Callipole* n.º 17 (2009), pp. 77-82; e o de GONÇALVES, Manuela – *Francisco Franco, estátua a D. João IV*, na mesma revista, pp.83-99.

[75] Que visitara Vila Viçosa em Abril do ano anterior, como vimos.

[76] (Vila Viçosa, 1490/1500 – Lisboa, 1571) Martim Afonso de Sousa, fundador da vila de S. Vicente, a primeira do Brasil, é figura pela qual muitos brasileiros que demandam Vila Viçosa têm admiração e que nunca foi explorada localmente, como devia ser. Tem apenas nome de rua.

[77] Pai de São João de Brito.

[78] Objecto semelhante foi colocada na base do pedestal do monumento a D. Afonso Henriques, de Soares dos Reis, em Guimarães.

[79] *Diário Popular*, 31.03.1955, p. 6.;

[80] O monumento foi inaugurado em 17 de Maio de 1964, na Mata Municipal, em sítio algo escondido, de tal modo que os forasteiros que o demandavam tinham sempre dificuldade em o encontrar. A 2 de Julho de 1992 foi mudado pela Câmara Municipal para a placa situada entre o edifício dos Correios e o Cine-Teatro que ostenta o nome da poetisa (ver "Vila Viçosa, Boletim Municipal", n.º 4, Agosto.1992, p. 11). No primitivo local, foi descerrado por Túlio Espanca e na altura usaram da palavra o poeta e ensaísta José Emídio Amaro e o advogado José Coelho Madureira. Os trabalhos conducentes ao memorial re-

colhidos foram o escultor de origem macaense Raul Xavier[81] e o arquitecto João Raul David[82].

A 21 de Março, o *Diário de Notícias* de New Bedford[83] dava a notícia enviada pela Agência de Notícias e Informação (ANI) de Lisboa (com data de 19) que relatava grande nevão em Vila Viçosa. Temperaturas baixíssimas, que em Elvas desceram aos 5 graus negativos, deram origem ao raro fenómeno que cobriu a vila de neve e de que ainda hoje muitos conservam memória.

Em Maio, prosseguiam trabalhos de urbanização importantes, alguns dos quais estavam atrasados, como o do edifício dos CTT. O artigo do *DP* saído a 20 desse mês é tão claro que aqui se reproduz sem alterações: «URBANIZAÇÃO DE VILA VIÇOSA – Não é no ritmo que seria para desejar que nesta vila se erguem novos edifícios, sobretudo de iniciativa particular. Todavia, a Avenida dos Duques de Bragança, que o saudoso ministro Duarte Pacheco rasgou com a visão que lhe era peculiar, encontra-se quase completamente urbanizada. Só é pena que os CTT não acabem com o inestético morro que apresenta o terreno que adquiriram já há anos, com vista a construírem a estação local, tanto mais que se encontra num ponto central – mesmo em frente do edifício do teatro, agora em vias de conclusão, ao fundo da Avenida Duarte Pacheco, mais ou menos em frente do local onde a Câmara Municipal pensa erigir um busto àquele antigo ministro[84]. Para que esta linda avenida fique completamente urbanizada, não basta que os CTT ergam o seu edifício; é necessário também que se utilize o terreno disponível em frente do Pelourinho e que o proprietário do prédio entre o novo edifício da cantina escolar e o teatro embeleze a frontaria. Mas de todas estas obras, a que mais se impõe, por ficar no cruzamento das duas avenidas (Duques de Bragança e Eng. Duarte Pacheco), é a do edifício dos CTT. Oxalá que no plano de 1956 esteja incluído este urgente e inadiável melhoramento, quer para os CTT, quer para Vila Viçosa»[85].

---

sultaram da união de esforços entre a Câmara Municipal, presidida na altura pelo Eng. Bento dos Santos Carreto Charrua, e o grupo "Amigos de Vila Viçosa", dirigido por Filipe Cunhal de Almeida, Alexandre Torrinha, José de Castro e Bento Barreiros – nomes indicados no INVENTÁRIO ARTÍSTICO DE PORTUGAL (Distrito de Évora), Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978, p. 714. A propósito deste monumento, ver ainda SAIAL, Joaquim – *Bustos desiguais de Florbela em Évora e Vila Viçosa*, in *Diário de Notícias*, 17.06.1989.

[81] (Macau, 1894-Lisboa, 1964) Autor de muita obra estatuária de que podemos citar as alegorias à Ciência e à Arte existentes no antigo Pavilhão dos Desportos (hoje de Carlos Lopes), em Lisboa, a alegoria da Prudência no exterior do palácio da Assembleia da República ou a estátua de Pio XI, em Braga.

[82] Adjectivado no artigo do *DP* de "eboro-calipolense".

[83] P. 1.

[84] Como sabemos, esse busto nunca teve concretização; no mesmo local, está hoje o de Florbela Espanca, proveniente da Mata Municipal. Ver nota 80.

[85] *Diário Popular*, 20.05.1955, p. 17.

A 9 e 10 de Junho, realizava-se o III concurso da rua e janela mais floridas, patrocinado pelo Secretariado Nacional da Informação mas levado a efeito pelos "Amigos de Vila Viçosa"[86]. Em jogo estavam uma placa de bronze (oferta do SNI) para a rua mais florida e um 1.º prémio (da Comissão Municipal de Turismo) para a janela mais ornamentada com flores. Havia, para além desses, muitos outros prémios e menções honrosas. Segundo o *DP* de dia 15, a iniciativa «excedeu as melhores expectativas, pois teve o concurso de toda a população que transformou a vila num exuberante canteiro de flores. Da rua principal à mais modesta, da janela mais rica à mais pobre, tudo eram flores e Vila Viçosa, com o bairrismo dos seus habitantes e com a vinda de centenas, senão milhares de visitantes que aproveitaram os feriados, apresentou-se com ar festivo». Das três ruas mais competitivas, as de Três[87], Santa Cruz e Santo António, saiu vencedora a de Santa Cruz e foram atribuídos às janelas 16 prémios-vasos e menções honrosas. No dia 9, aproveitando o primeiro dia do concurso, os "Amigos" inauguraram dois nichos que antes haviam estado ao abandono, introduzindo neles imagens religiosas e iluminação, um num prédio do Largo D. Nuno Álvares Pereira[88] (dentro das muralhas do castelo) e outro numa habitação que fora da célebre família Alcoforado, na Rua Alexandre Herculano[89].

Ainda em Junho, mas a 25, o *Diário Popular* realçava a «obra de relevo no campo assistencial» de que Vila Viçosa dispunha: um hospital (adaptado de um mais antigo), um asilo de velhos e outro de crianças, uma creche, cantina escolar, sopa dos pobres, casa do povo, etc. No hospital tinham sido feitos melhoramentos recentes, tais como quartos particulares e instalações para doenças infecto-contagiosas de crianças, obras caras que só puderam ser efectuadas através de bens próprios legados por benfeitores (o hospital era da Misericórdia, com orçamento de 700.000$00), de contributos da Fundação da Casa de Bragança (120.000$00) e do Estado, através da Direcção-Geral de Assistência (54.000$00). Eram mesários, na altura, o Dr. Joaquim Saraiva Palmeiro (provedor), Joaquim António Canhoto, Francisco Dias Ramos e João António Filipe (fiscais) e o Dr. José Coelho Madureira e José Pereira Aldeagas (substitutos)[90]. A Casa do Povo de Vila Viçosa funcionava desde 1935. Do seu orçamento de 180 contos, gastava cerca de 130 em fins de previdência e assistência. Tinha delegações em São Romão (prédio próprio) e Pardais (edifício arrendado). Os dirigentes ansiavam pela construção de um edifício para a sede e para a delegação de Bencatel[91], pa-

[86] *Diário Popular*, 07.06.1955, p. 7.

[87] Hoje, de Gomes Jardim, no passado também conhecida como Rua de Trás.

[88] Pensamos que o topónimo correcto é o de Rua de Nossa Senhora, próxima do citado largo, onde há um nicho na fachada do n.º 2 ainda com imagem.

[89] Será o nicho do prédio n.º 11, hoje sem imagem.

[90] *Diário Popular*, 21.06.1955, p. 7.

[91] *Diário Popular*, 27.09.1955, p. 5.

ra cuja concretização possuíam os terrenos e a devida aprovação de projectos. Entretanto, a sede encontrava-se provisoriamente, a título gratuito, nos Paços do Concelho[92].

Num dos últimos dias de Julho, uma patrulha da Guarda Nacional Republicana, constituída pelos soldados Wilson Ferrer Fragoso e Manuel António Toucinho surpreenderam na estrada Barbacena-Vila Fernando um tal João dos Santos Marmelo conhecido como "Mato Velho" que levava num burro um carregamento de 115 litros de cevada, 40 queijos e um requeijão. Interrogado sobre a origem dos géneros, primeiro disse que os tinha comprado mas após interrogatório mais apertado acabou por confessar que eles tinham sido furtados por António João Vila Viçosa, residente na Terrugem. Este, que estava ao serviço de Guilherme Vasconcelos, na Herdade do Baldio do Conde, roubara ali os ditos bens, mais alguns queijos que ainda conservava em casa. Traduzido em dinheiro, o roubo ascendia a cerca de 2000$00. Terminadas as investigações, conduzidas pelo cabo Grifo, os dois cúmplices foram remetidos para o tribunal de Elvas. A história pouco terá a ver com Vila Viçosa, mas aqui fica, pela proximidade geográfica, graça da coisa e coincidência do apelido (ou alcunha) do meliante[93].

Em Agosto, no Monte do Gromicho, próximo de Elvas, Joaquim dos Santos Rebimbas, morador e, São Romão, era cuspido do carro de parelha em que seguia e depois colhido pelo rodado da viatura, sofrendo feridas na cabeça. Conduzido ao hospital de Elvas, ali ficou internado, em estado grave[94].

A 13 do mesmo mês, por ocasião da festa da Assunção da Virgem, a Fundação da Casa de Bragança mandou rezar missa solene em honra de N.ª Sr.ª na capela do Paço Ducal. Na missa, celebrada por três sacerdotes, pronunciou a homilia Monsenhor Avelino Gonçalves, arcediago da Sé de Lisboa e director do jornal *Novidades*. A assistir, estava D. Teodósio Clemente Gouveia, cardeal-arcebispo de Lourenço Marques[95]. Finda a cerimónia, teve lugar outra, mais prosaica mas também de interessante conteúdo: um almoço em honra do «modesto empregado» da Casa, Joaquim Botinhas, que foi promovido...[96]

No final de Agosto, no Monte da Alagoa, Bencatel, ao separar dois cavalos em luta, Inácio Coelho, empregado do lavrador Caetano Nerra, levou um coice no ventre, pelo que seguiu na ambulância dos Bombeiros Voluntários de Vila Viçosa para uma casa de saúde em Évora[97].

---

[92] A este propósito, ver o anexo 3.

[93] *Diário de Notícias* de New Bedford, Mass., EUA, 29.07.1955, p. 3.

[94] *Diário de Notícias* de New Bedford, Mass., EUA, 11.08.1955, p. 2.

[95] *Diário de Notícias* de New Bedford, Mass., EUA, 18.08.1955, p. 4. e 24.08.1955, p. 4.

[96] *Diário de Notícias* de New Bedford, Mass., EUA, 24.08.1955, p. 4.

[97] *Diário de Notícias* de New Bedford, Mass., EUA, 26.08.1955, p. 4.

Por volta do início de Outubro eram expostos no teatro do Secretariado Nacional da Informação[98] dois quadros recentemente adquiridos pela Fundação da Casa de Bragança. Tratava-se de uma paisagem alentejana pintada a pastel pelo Rei D. Carlos e um retrato do Rei pintado a óleo pelo artista Laszlö[99].

Em Dezembro, o *DP* dava conhecimento de uma iniciativa do grupo "Amigos de Vila Viçosa" que nesse mês completava três anos de existência: «a criação de um Museu Sacro, destinado a salvar e coligir a arte sacra do concelho, que é um dos mais ricos da diocese de Évora»[100]. Por detrás da ideia dos "Amigos" estivera a vontade do arcebispo de Évora, D. Manuel Mendes da Conceição Santos, que falecera recentemente. Antes de morrer, o prelado dera autorização para a cedência de uma igreja da vila para sede do museu e ordenara aos párocos locais que prestassem a sua inteira colaboração a esta tarefa. O orientador do novo espaço cultural seria o P.e João de Deus, com a colaboração da Comissão Municipal de Turismo. À altura da notícia, os trabalhos iam muito adiantados e os "Amigos" esperavam que o museu abrisse em breve. A igreja destinada ao projecto «ainda que provisoriamente» era a de Santa Cruz, onde já não se exercia culto. O espólio era constituído por alfaias provenientes das diferentes irmandades locais que até aí se encontravam dispersas: «imagens de rara beleza, vigorosa expressão e grande valor escultural como algumas 'Renascença'; paramentos riquíssimos, coroas, ceptros, relicários, cruzes, cálices, custódias, etc., de grande valor artístico e material». Pensava-se dar ao museu o nome de D. Manuel Mendes da Conceição Santos, em reconhecimento do apoio que prestara ao empreendimento. Como sempre, as dificuldades sentidas eram sobretudo de ordem financeira que se esperava fossem superadas com a ajuda das entidades oficiais e de amigos da terra...[101]

Neste ano de 1955 (ou em 56 mas referentes a 55) publicam-se várias obras de interesse para Vila Viçosa: BELLO, António Burnay e LUCENA, Armando

---

98 No palácio Foz, no Rossio, Lisboa.

99 *Diário de Notícias* de New Bedford, Mass., EUA, 05.10.1955, p. 5. Pensamos que será o quadro referido em TEIXEIRA, José, *O Paço Ducal de Vila Viçosa*, ed. FCB, Lisboa, 1983. Segundo ali se lê, é um óleo sobre tela, assinado e datado "Laszlö, Paris 1905" que esteve no Palácio das Necessidades até 1910, depois na residência londrina de D. Manuel II e por fim no palácio da rainha D. Amélia, em Versalhes. Philip de László (Budapeste, 1869 – Londres, 1937) é famoso sobretudo pelos retratos que realizou de membros da aristocracia europeia. A grafia do nome do pintor varia consoante as fontes mas a que utilizámos nesta nota é uma das mais frequentes.

100 *Diário Popular*, 13.12.1955, p. 7.

101 Inaugurado a 8 de Dezembro de 1955, o museu teve sempre altos e baixos, com longos períodos de inactividade e diversos outros constrangimentos, inclusive de segurança, mas ficou ali instalado até hoje. Em 2 de Agosto de 1980 foi encerrado, após uma tentativa de assalto. Durante algum tempo esteve episodicamente aberto ao público (apenas durante as épocas de férias) mas reabriu com mais assiduidade a 7 de Julho de 1998, por iniciativa do P.e Joaquim Cardoso Pereira. A este respeito, ver *A Defesa*, 08.08.1998, p. 3, artigo de José Carola.

de – *Os jardins do Paço Ducal de Vila Viçosa*, ed. FCB, Lisboa, 1955; CARNEIRO, Pinto – *Os Duques de Bragança, elogio fúnebre*, proferido durante as solenes exéquias promovidas pela Fundação da Casa de Bragança no Panteão dos Agostinhos, em 5 de Novembro de 1955, ed. FCB, Lisboa, 1956; FONSECA, Francisco de Assis de Menezes Belard da – *A Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*, ed. FCB, Lisboa, 1955; RENDEIRO, Fr. Francisco – *Elogio Fúnebre do arcebispo de Évora D. Manuel Mendes da Conceição Santos*, proferido durante a missa de Requiem celebrada na Capela Ducal do Paço de Vila Viçosa, em 9 de Julho de 1955, ed. FCB, Lisboa, 1956; VIANA, Abel – *Notas de arqueologia alto alentejana: materiais do Museu Arqueológico do Paço Ducal de Vila Viçosa*, Bertrand Irmãos, Lisboa, 1955.

Neste ano, o hoje conceituado pintor e escultor Espiga Pinto, natural de Vila Viçosa (1940), expôs na sua terra natal, pela primeira vez[102]. Ainda em 1955, em Maio, o actual duque de Bragança, Duarte Pio Gabriel Miguel, que nascera na delegação portuguesa em Berna (1945), veio com a família para Portugal. Durante estes primeiros três anos que tratámos, a banda da Sociedade Filarmónica União Calipolense foi regida pelo maestro Augusto Flora[103].

Agradecimentos:

Dr. Joaquim Francisco Soeiro Torrinha, colega da *Callipole*, por valiosas informações sobre o Cine-Teatro Florbela Espanca (em boa parte desconhecidas dos nossos conterrâneos) e a hotelaria de Vila Viçosa, nestes anos que tratámos – as quais requerem agradecimento maior, por provirem do seu arquivo pessoal sobre Vila Viçosa que de imediato disponibilizou, com a generosidade que lhe é peculiar, quando lhas solicitámos.

Dr. Licínio Lampreia e D. Mariana Castro, da CMVV, por informações sobre nomes e datas de início e final de mandatos de presidentes da Câmara que de outro modo seria mais difícil saber.

Dr. Tiago Salgueiro, FCB, por simpática e rápida informação sobre inexistência de data de feitura no baixo-relevo de D. Luísa de Gusmão (e fotografia do mesmo), da autoria do escultor Leopoldo de Almeida.

Aos quatro, um muito obrigado, pois a sua colaboração veio enriquecer decisivamente este artigo.

[102] http://espigapinto.blogspot.pt/2009_11_01_archive.html (visto em 16.06.2012).

[103] http://www.bandasfilarmonicas.com/bandas.php?id=90 (visto em 16.06.2012).

ANEXO 1

In Diário de Notícias, *22.02.1938, (recorte que possuímos no nosso arquivo, sem indicação de página).*

O BAIRRO DE VILA VIÇOSA REPRESENTA 66[104] LARES DE TRABALHADORES ALENTEJANOS

Entre as realidades do Estado Novo, uma se aponta pelo seu alto sentido social e pela sua importância e projecção para o futuro – os bairros de casas económicas.

Espalhados por todo o País, entregues já, em construção ou em projecto, são vários os bairros que se devem à política de realidades do Estado Novo.

Em pleno Alentejo há hoje um agrupamento de casas limpas e arejadas, construídas a expensas do Estado e onde habitam dezenas de famílias de trabalhadores. Fica em Vila Viçosa e é composto de 76 moradias, sendo 56 de cinco divisões e 20 de seis, cedidas aos seus moradores adquirentes, respectivamente, por 47$00 e 56$00, importâncias das prestações mensais, que, ao fim de 20 anos, dá direito aos habitantes de entrarem na posse plena das casas.

Da oportunidade da sua construção fala, bem eloquentemente, a circunstância de afluir à distribuição de moradias grande número de indivíduos, alguns dos quais eram obrigados, devido aos seus magros salários, a residir em casas cujas condições de higiene e de habitabilidade eram bem precárias.

Visitámos ontem o magnífico bairro.

E o que mais agradavelmente nos impressionou foi o carinho com que os habitantes das várias moradias cuidam das suas casas.

E, pormenor curioso, como muitos dos seus habitantes são operários das pedreiras de mármores de Vila Viçosa – outros são empregados de escritório, trabalhadores rurais e sargentos do regimento aquartelado na vila – trazem dos locais de trabalho pedaços de mármore de várias cores, com os quais embelezam os jardins das suas casas.

Deste modo, esta pobre gente tem os seus lares embelezados com esses materiais caros, que a maioria dos remediados não pode conseguir.

O bairro está situado num sítio da vila aprazível e agradável. As suas ruas são largas, cheias de sol e de ar. O bairro é composto por uma rua, atravessada por outras duas, que lhe dão o aspecto de uma cruz dupla, tendo na

[104] No texto, como veremos, ao contrário do indicado no título da notícia, este número é diferente. Por duas vezes se indica o número 76. A notícia vem acompanhada de uma fotografia que parece ser da Rua do Poente.

base uma pequena rotunda circundada de bancos – lugar predilecto para os brinquedos da rapaziada.

Para a sua construção foram expropriados, pela Câmara Municipal de Vila Viçosa, 22.600 metros quadrados de terreno, total da área do bairro, cuja compra importou em 169.500$00; as 76 moradias do bairro foram avaliadas em 1.065.000$04.

Todas as casas foram entregues com o devido equipamento sanitário ou seja "Sanitas", banheira e lavatório[105], quase uma casa de banho completa, tudo feito adentro das possibilidades e, sem onerar muito as rendas-prestações, para facilitar aos trabalhadores as maiores vantagens e bem-estar possíveis.

E para aumentar ainda a alegria e os benefícios do Estado com que contam estes honrados e laboriosos trabalhadores, a Casa do Povo local – outra instituição criada pelo Estado Novo – dá aos trabalhadores mais pobres ou que têm mais família um subsídio de 20$00 a 30 adquirentes das casas do bairro económico para auxílio do pagamento das casas.

Poucos são os elogios para uma obra como esta dos bairros económicos – obra eminentemente social, de que centenas e centenas de trabalhadores hoje desfrutam em todo o País[106].

[105] Não possuíam bidé.

[106] Um outro bairro do género é por exemplo o de Nossa Senhora da Conceição, na Cova da Piedade, Almada.

ANEXO 2

O anexo 2 é a transcrição de um poema escrito à máquina e emoldurado, assinado pelo poeta F. Silva Parracho, datado de 18 de Dezembro de 1934, que esteve pendurado no estabelecimento e nos foi cedido pelo Dr. Joaquim Torrinha. Fala de José Maria Lisboeta e da Pensão Lisboeta e de Damião Fernandes Canhão e da sua pensão, comparando-os com saboroso humor.

Diploma

Pode o ZÉ MARIA ter
uma casa apropriada,
vasos com plantas na escada
e sopeiras – que de as ver,
fica a gente embasbacada.

Pode orgulhar-se do BAR,
do telefone e do poço,
ter carapaus ao almoço,
perdiz, coelho, ao jantar,
que a ninguém causa alvoroço.

O que não tem, isso não,
o ZÉ MARIA da Praça[107],
é a vida, o riso, a graça
com que o danado Canhão
os comensais embaraça.

E ainda mais: não discorda
que aos pitéus se dê despacho,
pois diz ao Brito, ao Parracho,
ao Gaspar e ao Rui Taborda:
– Comam… que há mais lá em baixo.

[107] A Praça da República.

ANEXO 3

Embora de 1942 e 1946, este dois interessantíssimos documentos (anexos 3 e 4) que repescámos do nosso arquivo ajudam a compreender o texto e algumas das múltiplas mudanças que Vila Viçosa sofreu em anos subsequentes, nomeadamente no que concerne ao Cine-Teatro, Associação dos Bombeiros Voluntários e escolas. Por isso, os transcrevemos aqui.

Ministério das Finanças
Direcção Geral da Fazenda Pública

Decreto-lei n.º 32.076 de 9 de Junho de 1942, p. 1.

Atendendo a que, por carta de lei de 16 de Julho de 1889 [no anexo 4, o ano indicado é o de 1882], foi cedido à Câmara Municipal do concelho de Vila Viçosa o edifício do extinto convento de Santa Cruz, sito na mesma vila, para instalações das escolas de ensino elementar e complementar e outros estabelecimentos de utilidade municipal;

Atendendo a que este corpo administrativo representou ao Governo no sentido de ser vendida parte do edifício onde está instalado o Teatro Municipal, e bem assim os pátios anexos, a norte e nascente do mesmo edifício, para em seu lugar ser construído um teatro e cinema com as modernas condições de higiene e segurança, e de se aplicar o produto da venda, como subsídio, na construção de um edifício destinado a nova sede da Casa do Povo da mencionada vila;

Atendendo a que por esta forma é possível dar satisfação a estes dois empreendimentos de elevado interesse, sem prejuízo da utilização da parte principal do edifício para os fins a que obedeceu a cessão;

Neste termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2 do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º – É autorizada a Direcção Geral da Fazenda Pública a efectuar a venda, directamente a Manuel João Janeiro Ródão, proprietário, domiciliado em Vila Viçosa, na qualidade de representante de um grupo de pessoas associadas, e com base em avaliação por inspecção directa, da parte, destacada para esse fim, do edifício do extinto convento de Santa Cruz, sito na dita vila, onde está instalado o Teatro Municipal, e bem assim dos pátios anexos a norte e nascente do mesmo edifício, para no referido lugar ser construído um teatro e um cinema com as modernas condições de higiene e segurança.

§ único. O produto desta venda destina-se a subsidiar a construção de um edifício para sede da Casa do Povo da mencionada vila, e dará entrada em operações de tesouraria, para ser entregue à respectiva Câmara Municipal.

Art.º 2.º – É fixado o prazo de dois anos para construção do teatro e cinema e do edifico destinado a sede da Casa do Povo, com reversão para o Estado de parte do prédio, objecto de venda, no estado em que se encontrar, ou da importância entregue, conforme o caso, se aquele prazo não for respeitado.

§ único. Os projectos das duas construções ficam sujeitos à aprovação do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, ouvido o das Finanças[108].

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 9 de Junho de 1942 – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *António de Oliveira Salazar – Mário Pais de Sousa – Adriano Pais da Silva Vaz Serra – João Pinto da Costa Leite – Manuel Ortins de Bettencourt – Duarte Pacheco – Francisco José Vieira Machado – Mário de Figueiredo – Rafael da Silva Neves Duque.*

[108] Como se pode ver pela lista de ministros, nesta altura o Eng. Duarte Pacheco (ministro das Obras Públicas e Comunicações) ainda era vivo. Por isso, devido à sua importância, quem aprovava os projectos era o ministério a que ele presidia, ouvido o das Finanças. No decreto seguinte, veremos que se inverteu a importância dos dois ministérios. Em 1946, o ministro das Obras Públicas era Augusto Cancella de Abreu, engenheiro civil e administrador de empresas.

ANEXO 4

Ministério das Finanças
Direcção Geral da Fazenda Pública

Decreto-lei n.º 35.664 de 27 de Maio de 1946, p. 401.

Considerando que a Câmara Municipal do concelho de Vila Viçosa não pôde aplicar aos seus serviços o edifício do antigo convento de Santa Cruz, sito na mesma vila, que lhe foi cedido para esse fim por carta de lei de 16 de Julho de 1882 [no anexo 3, o ano indicado é o de 1889];

Considerando também que não foi possível executar o plano a que obedeceu a publicação do decreto-lei n.º 32.076, de 9 de Julho de 1942, que autorizou a venda de uma parte do aludido edifício para ser demolido e, no seu lugar, construído um teatro-cinema;

Considerando que o edifício não é preciso ao Estado para os seus serviços e interessa grandemente à Sociedade Artística Calipolense, que, por essa parte e pelo quintal anexo, oferece a quantia de 100.000$, para lhe dar aplicação às suas actividades, e a parte restante convém à Associação dos Bombeiros Voluntários daquela vila, para instalação própria e quartel da corporação;

Considerando que se trata de aplicações de muita utilidade para o meio local e que, por este motivo, justificam a intervenção do Governo no sentido de ceder esse prédio em condições muito favoráveis a essas entidades, forma de o Governo facilitar a realização dos seus objectivos;

Usando da faculdade conferida na 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º – É autorizada a Direcção Geral da Fazenda Pública a ceder a título definitivo à Sociedade Artística Calipolense, com sede em Vila Viçosa, mediante a entrega de 100.000$, como compensação, parte do antigo convento de Santa Cruz, sito na mesma vila, parte esta que ficará a constituir um prédio distinto, composto por uma morada de casas com rés-do-chão, primeiro andar e quintal, com os n.os 26 e 28 de polícia, sita na Rua Dr. Oliveira Salazar, freguesia de S. Bartolomeu, do concelho de Vila Viçosa, e que confronta pelo norte com a outra parte do mesmo edifício e quintal, e a ceder pela mesma forma e gratuitamente à Associação dos Bombeiros Voluntários com sede na referida vila, para instalação da sede e quartel da respectiva corporação, depois de convenientemente adaptada a parte restante do edifício do antigo convento, que confronta, nascente com a Rua de Santo António, para onde tem duas portas, com os n.os 19 e 21 de polícia, sul com a igreja de Santa Cruz e Rua Públia Ortência [sic] de Castro, para onde tem quatro portas, com os n.os 1, 3, 5 e 7 de polícia, e poente com a rua onde é situada.

Artigo 2.º – A importância da compensação fixada no artigo 1.º será atribuída à Câmara Municipal de Vila Viçosa, para fazer face à sua comparticipação na construção do novo edifício das escolas de ensino primário da mesma localidade. Esta importância será escriturada por operações de tesouraria, à ordem da Direcção Geral da Fazenda Pública, para ser oportunamente aplicada.

Artigo 3.º – A Sociedade Artística Calipolense sujeita-se a que o primeiro andar e quintal descritos no artigo 1.º continuem a ser utilizados, sem pagamento de renda, até à construção do novo edifício escolar, para as aulas de ensino primário do sexo masculino e igualmente não pode estorvar, durante o período de cinco anos, as dependências actualmente servindo de moradia, com aprovação das entidades competentes, para este fim.

Artigo 4.º – É fixado o prazo de dois anos, a contar da assinatura do auto de cessão, para as obras de construção e adaptação para os fins a que obedece a cessão e os respectivos projectos ficam sujeitos a aprovação do Ministério das Finanças, ouvido o das Obras Públicas e Comunicações.

Artigo 5.º – A cessão opera-se por meio de auto e é isenta do pagamento de sisa.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Maio de 1946 – ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA – *António de Oliveira Salazar – Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz – Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira – João Pinto da Costa Leite – Fernando dos Santos Costa – Américo Deus Rodrigues Thomaz – Augusto Cancella de Abreu – Marcello José das Neves Alves Caetano – José Caeiro da Matta – Clotário Luís Supico Ribeiro Pinto.*

ANEXO 5

Os dois anexos seguintes são mais dois documentos que nos foram fornecidos pelo Dr. Joaquim Torrinha. O anexo 5 é uma lista dos membros da sociedade Cine-Teatro de Vila Viçosa, Lda., com indicação das quotas realizadas, datada de 1957; o anexo 6 é a acta da Assembleia Geral Extraordinária da mesma sociedade que relata a deliberação da sua dissolução, em 1982.

Lista datada de 31 de Dezembro de 1957.

CINE-TEATRO DE VILA VIÇOSA

Quotas realizadas

Adélia da Conceição Coelho, D.	45.000$00
Adriano Domingo Galo	35.000$00
António Salvador Marques, Herdeiros	35.000$00
Augusto Artur Nogueira da Costa Simões	45.000$00
Bento dos Santos Carreto Charrua, Eng.	35.000$00
Eduardo Knopfli, Dr.	45.000$00
Francisco de Assis Cravo	35.000$00
Gaspar Rodrigues Janeiro	35.000$00
Inácio Neves Martins	35.000$00
João António Cravo	35.000$00
João Arnaldo Lobo Vilela, Dr.	45.000$00
Joaquim António Cordeiro	45.000$00
Joaquim Francisco Soeiro Torrinha, Dr.	45.000$00
Joaquim Inácio Durão	45.000$00
Joaquim Caetano Nerra	35.000$00
Joaquim Pedro Cravo	35.000$00
José António Torrinha	45.000$00
Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa	20.000$00
Leopoldo Barreiro Portas, Eng.	45.000$00
Luiz [sic] António Coelho Bulhão, Dr.	20.000$00
Manuel José Martins	45.000$00
Manuel Álvaro Carmelo Semedo[109]	90.000$00
idem	27.500$00
idem	20.000$00
Manuel Pereira Fradinho	45.000$00
Mariano Knopfli Rosa, Dr.	45.000$00
Quintino Lopes, Dr.	40.000$00
Sebastião José Cordeiro	45.000$00
Soma	**1.117.500$00**

[109] Manuel Álvaro Carmelo Semedo surge três vezes, porque comprou as três quotas que restavam.

ANEXO 6

ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DA SOCIEDADE "CINE-TEATRO DE VILA VIÇOSA, LIMITADA"

No dia 22 de Dezembro de mil novecentos e oitenta e dois, na sede da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Viçosa, sita na Avenida dos Duques de Bragança, em Vila Viçosa, perante mim, Licenciado João Fonseca Paixão, Notário do Cartório Notarial de Vila Viçosa, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Geral Extraordinária da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada "CINE-TEATRO DE VILA VIÇOSA, LIMITADA", com sede no Cine-Teatro de Vila Viçosa, sito na Avenida Bento de Jesus Caraça, em Vila Viçosa, para deliberar sobre o contido na "Ordem do Dia" mencionada na respectiva convocatória, regularmente enviada aos sócios e publicada e que é a seguinte: ----------
PONTO UM: INFORMAÇÕES; ----------
PONTO DOIS: DELIBERAÇÃO SOBRE A DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE. ----------
Presidiu à sessão o respectivo Presidente da Assembleia Geral, Senhor **Engenheiro Leopoldo Barreiro Portas**. ----------
O Senhor Presidente da Assembleia, verificando pelo livro de Presenças que estavam presentes os sócios: ----------
Adélia da Conceição Rosa Coelho Dias Duarte, casada, natural da freguesia de São Bartolomeu, concelho de Vila Viçosa, onde reside; ----------
António Augusto de Landerset Simões[110], casado, natural da freguesia de Camões, concelho de Lisboa, residente na freguesia de Bencatel, concelho de Vila Viçosa; ----------
Augusto Artur Nogueira da Costa Simões, casado, natural da freguesia de Camões, concelho de Lisboa, residente em Lisboa; ----------
Dr. Eduardo Knopfli, casado, natural da freguesia de São Bartolomeu, concelho de Vila Viçosa; ----------
João António Cravo, viúvo, natural da freguesia de São Bartolomeu, concelho de Vila Viçosa, onde reside; ----------
Dr. Joaquim Francisco Soeiro Torrinha, casado, natural da freguesia de São Bartolomeu, concelho de Vila Viçosa, onde reside; ----------
José António Torrinha, casado, natural da freguesia de Bencatel, concelho de Vila Viçosa, onde reside; ----------
Eng. Leopoldo Barreiro Portas, casado, natural da freguesia de São José, concelho de Lisboa, residente em Vila Viçosa; ----------

[110] Este sócio não aparece na lista transcrita no anexo 5.

José Rosado Ramalho[111], casado, natural da freguesia de Capelins, concelho de Alandroal, residente em Vila Viçosa; ----------
Dr. Mariano Knopfli Rosa, casado, natural da freguesia de São Bartolomeu, concelho de Vila Viçosa, residente nesta vila; ----------
Dr. Quintino Lopes, casado, natural da freguesia de Vila Chã, concelho de Pombal, residente em Vila Viçosa[112]; ----------
Eng. João Arnaldo Lobo Vilela[113], casado, natural da freguesia de São Bartolomeu, concelho de Vila Viçosa, onde reside; ----------
Delfina Nerra Marques[114], viúva, natural da freguesia de Bencatel, concelho de Vila Viçosa, residente em Vila Viçosa; ----------
Que, os sócios: ----------
Adriano Domingos Galo, **Dr. Luís António Coelho Bulhão** e **Manuel Álvaro Carmelo Semedo** se fizeram representar e delegaram os seus poderes no sócio Dr. Mariano Knopfli Rosa, acima identificado, conforme documentos arquivados; ----------
E que os sócios **Francisco de Assis Cravo**, **Joaquim Inácio Durão** e **Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa**, se fizeram representar e delegaram os seus poderes nos senhores João António Cravo, acima identificado, os dois primeiros, e António Inácio Grilo Festas, a última, conforme documentos também arquivados, sendo o referido António Inácio Grilo Festas, natural da freguesia e concelho de Redondo, casado, residente nesta vila; ----------
E ainda que os herdeiros dos sócios: ----------
Gaspar Rodrigues Janeiro, **Inácio Neves Martins**, **Joaquim Pedro Cravo**, **Manuel José Martins** e **Sebastião José Cordeiro** se fizeram representar, respectivamente, por João Rosado Janeiro, casado, natural da freguesia de Juromenha, concelho de Alandroal, residente nesta vila, Maria Joana Coelho Bulhão Neves Martins, viúva, natural da freguesia de Bencatel, concelho de Vila Viçosa, residente nesta vila, António Francisco Cravo, casado, natural da freguesia de São Bartolomeu, concelho de Vila Viçosa, residente nesta vila, Numa Pompílio Dinis de Carvalho, casado, natural da freguesia de Conceição, concelho de Vila Viçosa, residente nesta vila e António João Lobo Cordeiro, casado, natural da freguesia de São Bartolomeu, concelho de Vila Viçosa, residente nesta vila, a quem deram os necessários poderes conforme documentos arquivados; que representam oitenta e seis vírgula sessenta e seis por cento do capital social, DECLAROU ABERTA A SESSÃO. ---------
Entrando-se imediatamente no ponto número um da Ordem do Dia-Informações. ----------
O sócio Dr. Mariano Knopfli Rosa informou a Assembleia sobre a venda efectuada à Câmara Municipal de Vila Viçosa do Cine-Teatro, no uso da

[111] Idem.
[112] Rasurado e substituído por "Évora".
[113] No anexo 5, surge como "Dr.".
[114] Esta sócia não aparece na lista transcrita no anexo 5.

competência atribuída à Direcção da sociedade em Assembleia Geral realizada no dia dezanove de Setembro de mil novecentos e oitenta e um. ----------
Que o respectivo preço se encontra depositado em conta, à ordem, em nome da sociedade, na Caixa Geral de Depósitos e, uma vez pagas as despesas inerentes à dissolução e liquidação, incluindo eventuais impostos devidos, essa importância será levantada e distribuída pelos sócios. ----------
Reportando-se à dissolução da sociedade leu o artigo quarto dos Estatutos e salientou que, sendo a extinção do seu objecto causa da dissolução da sociedade e tendo-se procedido à venda do Cine-Teatro, ficou a sociedade sem a possibilidade de prosseguir os seus fins e objectos, pelo que, por esse simples facto a sociedade se dissolveria. ----------
Passou-se de seguida ao ponto número dois da Ordem do Dia referida Dissolução e Liquidação da Sociedade. ----------
O Presidente da Direcção da Sociedade, Dr. Mariano Knopfli Rosa, em nome da Direcção propôs verbalmente que a Assembleia deliberasse dissolver a sociedade. -------Discutida e posta à votação esta proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade. ------O senhor Presidente da Assembleia salientou a necessidade e conveniência de se nomear uma Comissão Liquidatária que procedesse à liquidação da sociedade. ----------O sócio Dr. Joaquim Francisco Soeiro Torrinha propôs oralmente que a Direcção ficasse com plenos poderes para efectuar a liquidação até ao dia trinta e um de Dezembro de mil novecentos e oitenta e três, isto é até ao terminus da mandato da Direcção. ----------
Discutida e posta à votação, foi esta proposta aprovada por unanimidade. ----
Também o senhor Presidente da Assembleia propôs que os membro da Direcção, senhores Dr. Mariano Knopfli Rosa, Joaquim Inácio Durão e Francisco de Assis Cravo ficassem com plenos poderes para requerem e praticarem todos os actos, incluindo a outorga da escritura, efectivação de registos necessários à concretização da dissolução e liquidação da sociedade. --------
Discutida esta proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade. ----------
Seguidamente, pela sócia Delfina Nerra Marques foi sugerido que se depositasse a importância proveniente da venda do Cine-Teatro em conta, a prazo, em nome da sociedade, porquanto se previa ainda um prazo relativamente longo para a efectivação da liquidação; sugestão esta que não foi concretizada em proposta, tendo o sócio Dr. Mariano Knopfli Rosa informado a Assembleia de que não é legalmente permitido às sociedades serem titulares de contas a prazo com vencimento de juros e que, no momento, se encontrava depositada à ordem, em nome da sociedade na Caixa Geral de Depósitos a importância de três mil e setenta contos. ----------
O senhor Presidente da Assembleia enalteceu e sobrelevou o interesse, acção, dinamismo e incentivo dado pelo sócio Dr. Joaquim Francisco Soeiro Torrinha à actividade da sociedade, na prossecução dos seus fins e execução da obra realizada que beneficiou a sociedade e de modo muito especial a Terra; em seu nome pessoal e no dos sócios expressou sentimentos de gratidão e pediu uma ovação para o Dr. Torrinha, no que imediatamente foi cor-

respondido pela Assembleia. ----------
-Manifestou também o seu apego e agradecimento à Direcção na pessoa do seu Presidente Dr. Mariano Knopfli Rosa, pela forma distinta como orientou a sociedade e resolveu todos os problemas que foram surgindo, não se furtando a dificuldades e sacrifícios, pedindo também que a Assembleia manifestasse o seu apreço à Direcção, no que foi seguido com uma ovação. -------
O sócio Dr. Joaquim Francisco Soeiro Torrinha agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas pelo Senhor Presidente da Assembleia e endereçou a todos os sócios o mérito da obra prosseguida, porquanto sem o apoio, solidariedade e incentivo que recebeu dos sócios não seria possível alcançar os fins e realizar os objectivos da sociedade. ----------
E nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada às dezanove horas pelo senhor Presidente da Assembleia e, em seguida, lavrada a presente acta que foi lida, em voz alta, na presença simultânea de todos os intervenientes e aos mesmos explicado o seu conteúdo. ----------
Foram testemunhas Mário Alberto Pereira Vaz e António Avelino Aldeagas Malta, casados, residentes habitualmente em Vila Viçosa, que assistiram ininterruptamente e que abonaram a identidade dos sócios e representantes presentes. ----------

Seguem-se a indicação das rasuras feitas e as assinaturas das duas testemunhas e do notário.

O PATRIMÓNIO HISTÓRICO DE ORIGEM PORTUGUESA NO MUNDO E A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Maria Fernanda Matias

Uma das salas no Seminário Menor de São José que acolheu a a Exposição "O Património Histórico de Origem Portuguesa no Mundo e a Fundação Calouste Gulbenkian".

Foto : António Cunha, acervo FCG

Numa iniciativa da Câmara Municipal de Vila Viçosa, esteve patente no Seminário Menor de São José, de 20 Abril a 26 de Maio de 2012, a exposição "O Património Histórico de Origem Portuguesa no Mundo e a Fundação Calouste Gulbenkian".

Trata-se de uma mostra organizada a partir dos materiais reunidos no âmbito da recuperação e salvaguarda do património histórico de origem, ou de influência, portuguesa, desenvolvidos desde 1958 pela Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) fora de Portugal.

O envolvimento da Fundação neste tipo de acções tem revestido diferentes possibilidades: prestar consultoria técnica em várias áreas de especialização (arquitetura, engenharia, historia, museologia, etc.), preparar um projeto de execução, subsidiar ou realizar a obra propriamente dita.

Durante mais de cinco décadas, vários fatores contribuíram para que se alcançassem resultados importantes neste domínio. Desde logo, um conjunto de princípios gerais definidores da atuação da instituição. A necessidade de o processo ser iniciado pelas autoridades dos países interessados, a obrigatoriedade da participação local, o que com frequência constituiu uma ocasião privilegiada na formação de técnicos, a definição da utilização posterior dos espaços em causa, assim como as garantias exigidas às respetivas tutelas quanto à futura gestão dos monumentos, foram requisitos essenciais à tomada de decisões.

Holanda, Malta, Brasil, Uruguai, Marrocos, Benim, Tanzânia, Quénia, Irão, Índia, Bangladesh, Tailândia, Malásia e Filipinas são paragens obrigatórias para o entendimento das influências culturais concretizadas no legado português ainda atualmente visível um pouco por todo lado. São também países onde houve uma intervenção da FCG em alguns monumentos.

A proteção do património edificado nas suas diferentes tipologias – militar, religiosa e civil – e dos objetos de arte ligados ao culto e às manifestações do quotidiano, a preservação de espólios documentais, são áreas concretas do trabalho levado a cabo na Europa, África, América do Sul e Ásia que implicou pesquisas e estudos associados à produção de vasto material a partir do qual a Fundação seleccionou, para esta exposição, um conjunto representativo de documentos. Notas explicativas sobre a história, sobre os objetos e sobre a intervenção técnica contemporânea completam a informação disponibilizada ao visitante.

Organização

A exposição foi concebida geograficamente de forma a sugerir uma viagem marítima em torno dos continentes, com escala nos pontos nevrálgicos do comércio e da missionação portuguesa iniciados no século XV.

Europa

A Europa está representada com os exemplos da Biblioteca *Ets Haim* da Sinagoga Portuguesa de Amesterdão, na Holanda, e do Palácio Vilhena, em Mdina, antiga capital de Malta.

A constituição da Biblioteca *Ets Haim* – que significa *Árvore da Vida* – remonta a 1616 tendo sido formada a partir de conjuntos de livros de apoio ao ensino ministrado na Sinagoga. No século XIX, David Montezinos, que dedicou grande parte da sua vida à catalogação deste acervo, doou uma parte importante do seu espólio particular à Biblioteca. A *Ets Haim* possui obras valiosas sobre a história dos judeus sefarditas.

Biblioteca *Ets Haim* antes da reinstalação do acervo após a intervenção.
Foto: Rui Ochôa, acervo FCG

O Palácio Vilhena foi construído no primeiro quartel do século XVIII pelo Grão-Mestre português da Ordem de Malta, António Manoel de Vilhena (1663--1736), e é um admirável exemplo da arquitetura do período Barroco. O monumento inscreve-se no circuito designado por *Vilhena Route*, expressão bem reveladora da ação que o aristocrata português teve no desenvolvimento cultural e urbanístico da Ilha durante os catorze anos em que dirigiu os destinos da Ordem.

Busto de D. Manoel de Vilhena à entrada do Palácio que mandou construir na antiga capital de Malta.
Foto: Rui Ochôa, acervo FCG

África

Em África, os testemunhos da atividade da Fundação Calouste Gulbenkian na área da preservação do património pode ser comprovada em Marrocos, Benim, Tanzânia e Quénia.

Em Marrocos, inserida na fortificação levantada em Arzila sob a orientação de Diogo Boytac no reinado de D. Manuel I, pela mesma época em que o mestre se ocupava dos trabalhos no Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Menagem de Arzila, também é conhecida por Torre de D. Sebastião por ter acomodado o rei português nas vésperas da batalha de Alcácer Quibir.

No início dos anos 1980, a torre gótica – o único exemplar que subsiste de uma torre medieval europeia erigida em África – encontrava-se bastante arruinada, em grande parte devido ao terramoto de 1755 que também se fez sentir no Norte de África. Nos anos 1990 subsistiam apenas os elementos até ao segundo piso. A Fundação elaborou o projeto e procedeu à reconstrução das estruturas do terceiro piso e da cobertura. Em Outubro de 2012 a Fundação concluiu uma nova intervenção ao nível da cobertura, a parte do edifício mais exposta às intempéries.

Aspeto da Torre de D. Sebastião em Arzila, Marrocos, em 2009.
Foto: Maria Fernanda Matias

Em Safim, a Catedral construída em 1519 encontra-se atualmente totalmente encoberta pelo casario labiríntico da medina. Os vestígios que ainda subsistem mostram uma impressionante arquitetura manuelina – no antigo altar-mor com abóbada com as armas de D. Manuel I, e uma capela contígua, sem cobertura, com o característico arranque de abóbada.

Trata-se da iniciativa mais recente da Fundação Gulbenkian. O projeto de execução foi entregue pelo Presidente da Fundação ao Ministro da Cultura de

Marrocos, e ao *Wali* da região de Doukkala-Abda, em 2010. A proposta de valorização abrange igualmente a reconversão da zona urbana adjacente, que se encontra muito degradada.

Duas maquetas durante uma das montagens da exposição: Torre de D. Sebastião e interior da cobertura, Arzila, Marrocos.

Foto: António Cunha, acervo FCG

No Benim, a construção do Forte de São João Baptista de Ajudá foi pela primeira vez ordenada em 1721. Ajudá era na época uma importante escala do tráfico de escravos. Os portugueses estabeleceram ali uma feitoria e, já no século XX, o edifício manteve-se como representação diplomática.

O Forte permaneceu um enclave português até 1960 data em que o território obteve a independência da França. Portugal abandonou então a sua posição e parte das instalações foi parcialmente destruída pelo fogo por ordem transmitida por Salazar ao último Residente.

Após a reabilitação, as autoridades locais instalaram no interior o Museu Histórico de Ajudá, o que atesta a preocupação pela conservação do património conferindo-lhe renovadas funcionalidades.

Na Tanzânia, o Forte Santiago, em Quíloa é um original exemplo da arquitetura militar portuguesa posteriormente adaptada e no qual são bem visíveis os elementos muçulmanos acrescentados à primitiva estrutura.

Segundo as crónicas, o forte de 1505, tomou forma em apenas em vinte e dois dias num ponto estratégico para o comércio internacional já que era um importante entreposto de exportação de ouro para a Europa e viria a revelar-se escala obrigatória da rota marítima da Índia nos anos que imediatamente se se-

guiram à primeira viagem de Vasco da Gama. Terá vindo de Quíloa o ouro utilizado na Custódia de Belém. No entanto, Quíloa rapidamente deixou de interessar e o Forte Santiago foi abandonado poucos anos mais tarde.

Forte São João Baptista de Ajudá, Benim.
Foto: Rui Ochôa, acervo FCG

No Quénia, o Forte Jesus, em Mombaça, foi o primeiro monumento a beneficiar do apoio da Fundação, em 1958, dois anos após a sua criação, quando o território ainda fazia parte da Coroa Britânica.

Projetado por Giovanni Battista Cairati, a construção teve início durante a governação filipina, nos finais do século XVI, e é uma imponente estrutura de blocos de coral desenhada segundo os princípios mais atualizados para as estruturas fortificadas de então.

Decorridos mais de quarenta anos sobre a primeira intervenção, a Fundação Gulbenkian realizou em 2001 trabalhos de limpeza das muralhas e do fosso exterior o que permitiu ter uma perspetiva integrada do conjunto.

É atualmente um dos monumentos mais visitados de toda a Africa subsariana.

Forte Jesus Mombaça, Quénia.
Foto: Rui Ochôa, acervo FCG

América do Sul

Na América do Sul, encontram-se exemplos da ação da FCG no Brasil e no Uruguai, respetivamente em São Luís do Maranhão, Costa Marques, Salvador, e em Colónia do Sacramento.

Em São Luís do Maranhão, a intervenção incidiu no restauro de uma pintura mural a têmpera de grandes dimensões (2,60 x 1,60) encontrada fortuitamente por um operário durante as obras numa casa senhorial em São Luís do Maranhão. A pintura encontrava-se escondida por uma espessa camada de cal. Representa um projeto para a remodelação do Terreiro do Paço de Lisboa, alternativo ao de Eugénio dos Santos e foi executada segundo gravura atribuída a Carlos Mardel.

As investigações, a pedido da Fundação Gulbenkian, permitiram igualmente identificar o autor e datar a obra: Joaquim Cândido Guillobel, 1819-1820, arquiteto português que supervisionou a construção de diversos edifícios no Brasil como o Paço Imperial de Petrópolis e o Hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro, entre outros.

O restauro da pintura permitiu pela primeira vez conhecer a cor primitiva dos edifícios da Praça do Comércio, confirmada por pesquisas posteriores o que viria a devolver a cor amarelo-torrada ao conjunto (depois de ter sido verde-claro e cor-de-rosa).

O projeto para a reconstrução do Real Forte do Príncipe da Beira, em Costa Marques, foi oferecido pela Fundação e entregue, em 1985, ao Presidente da República do Brasil, José Sarney.

O forte foi construído entre 1776 e 1783 por ordem do governador de Mato Grosso, D. Luís de Albuquerque, que demonstrou sempre preocupação com a exploração metódica e científica da enorme região sob a sua autoridade. Na linha da sua governação, construiu este impressionante Forte com o principal objetivo de consolidar a afirmação da soberania portuguesa no extremo ocidental do Brasil, na fronteira com a Bolívia. Desativado e abandonado, encontrava-se totalmente coberto por densa vegetação quando foi descoberto em 1914.

Em Salvador, sobressai o vasto conjunto de azulejos do século XVIII que reveste o interior da Igreja da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, trabalho executado por uma equipa mista de técnicos brasileiros e portugueses.

O complexo arquitetónico composto por hospital, convento e igreja foi construído no século XVI tendo passado ao longo do tempo por diversas campanhas de remodelação. Já no século XVIII a igreja sofreu obras de ampliação e de transformação da fachada. No interior as paredes foram cobertas por painéis de azulejos com representações alusivas ao calendário litúrgico.

Igreja da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, Salvador, Brasil.
Foto: Acervo FCG

Na margem oriental do Rio da Prata, em Colónia de Sacramento, fundada por D. Manuel Lobo em 1680, merece destaque a intervenção da Fundação Gulbenkian na reconstrução de uma casa portuguesa do século XVIII, conhecida por Casa de Nacarelo ou Casa Rosada, e a oferta de réplicas de peças de fabrico tradicional português para recriar o ambiente doméstico adaptado a funções museológicas.

Ásia

No que respeita ao continente asiático, esta Exposição apresenta materiais relativos às fortificações de Ormuz e Qehsm, no Irão, aos trabalhos concluídos em Goa, Calecute e Cochim, na Índia, à Igreja do Santo Rosário em Daca, no Bangladesh, ao Campo Português de Ayutthaya, na Tailândia, e aos projetos para Malaca, na Malásia e Cebu, nas Filipinas.

No território do atual Irão, o início da construção da Fortaleza de Ormuz na ilha homónima situada à entrada do Golfo Pérsico, ocorreu em 1507 por ordem de Afonso de Albuquerque. Forçada ao abandono poucos meses após o início da construção, a praça veio a ser recuperada em 1515 e os trabalhos na fortificação retomados.

A fortificação de Qeshm (ou Queixomé) fazia parte do dispositivo estratégico de controlo dos navios nesta região, protagonizado por Ormuz e complementado pelos fortes de Larak e de Cormoran. A importante função logística de abastecimento de água e víveres a Ormuz ficou comprovada em 1622, quando do ataque de uma coligação militar inglesa e persa o que obrigou à retirada dos portugueses de ambas as fortificações.

Estrutura no interior da Fortaleza de Ormuz, Irão.
Foto: Rui Ochôa, acervo FCG

Na Índia, destacam-se as iniciativas realizadas em Goa, Calecute e Cochim.

Em Goa, a Fundação Gulbenkian financiou a adaptação de uma ala do edifício fortificado do antigo Colégio Jesuíta, construído no século XVII, em Rachol. O colégio foi transformado em Seminário Diocesano em 1726, na sequência da extinção das ordens religiosas pelo Marquês de Pombal.

A intervenção da Fundação surgiu na sequência de um pedido do arcebispo de Damão e Goa, preocupado com o destino de um importante espólio que se encontrava em posse de vários proprietários e que corria sérios riscos de desaparecer no mercado internacional de arte.

Numa primeira fase, procedeu-se à inventariação dos objetos mais valiosos existentes em igrejas e outras instituições religiosas da arquidiocese nomeadamente em fábricas de igreja, confrarias ou cofres paroquiais. Posteriormente elaborou-se o projeto museológico com a instalação de mais de cento e quarenta objetos de arte sacra – relicários, cofres, pintura, imagens religiosas, paramentos, etc. – peças emblemáticas do relacionamento histórico entre Portugal e a Índia.

O *Museum of Christian Art* funcionou em Rachol de 1994 a 2001, quando se verificou uma alteração da política cultural em Goa, e o acervo foi transferido para a Igreja do Convento de Santa Mónica, na cidade antiga, onde atualmente se encontra aberto ao público.

Uma das peças do acervo do Museu de Arte Cristã no Convento de Santa Mónica, Goa, Índia.
Foto: António Cunha, acervo FCG

Em Calecute, atual Kozhikode, realizaram-se obras na Igreja *Matri Dei*, catedral daquela diocese. A Fundação Gulbenkian financiou as obras de beneficiação que devolveram à igreja a cor branca tradicional da arquitetura portuguesa.

Ao longo dos séculos a igreja foi sujeita a diversas vicissitudes, incluindo ações de vandalismos sobre os objetos de culto, além de modificações no próprio edifício que deixaram poucos vestígios da traça original. No entanto, são ainda visíveis elementos de nítida influência portuguesa, entre os quais um coro alto, com implicações no desenho da fachada.

A Fundação financiou as obras no exterior da igreja o que incentivou a população e outros mecenas a reunirem fundos para a realização de obras de manutenção no interior.

Catedral de Calecute.
Foto: Acervo FCG

Em Cochim, o bispo D. Joseph Kureethara, fervoroso defensor da preservação do passado comum dos dois países (Índia e Portugal), manifestou à Fundação o desejo de criar um museu de arte indo-portuguesa, onde pudessem ser preservados objetos de arte sacra e civil que, tal como em Goa, se encontravam dispersos.

A colaboração entre a Diocese e a Fundação Gulbenkian resultou na construção, no recinto do Paço Episcopal, de um edifício projetado por um arquiteto indiano. A Fundação coordenou todas as fases da obra, e em simultâneo selecionou e organizou o projeto museográfico e museológico.

O Museu Indo-Português de Cochim apresenta atualmente cerca de duzentas peças. Um das mais valiosas é um altar do século XVII que se encontra na sacristia da Igreja de Nossa Senhora da Esperança, em Vypeen, deteriorado pela

humidade e pela formiga-branca. Longas negociações entre o bispo e a Irmandade proprietária concluíram-se com a anuência desta para a realização do restauro com vista à integração no Museu.

O acervo do *Indo-Portuguese Museum* é um dos mais autênticos testemunhos da missionação portuguesa na Índia de que ainda hoje há reflexos significativos nos 19% de católicos no Estado do Kerala, segundo dados de 2004, percentagem que na Diocese de Cochim se eleva a mais de 28%.

Museu Indo-Português de Cochim, Índia, durante a instalação.
Foto: Rui Ochôa, acervo FCG

Em Daca, capital do Bangladesh, a Fundação realizou os trabalhos de reabilitação da Igreja do Santo Rosário, construída em 1677 pelos frades portugueses da Ordem de Santo Agostinho com uma surpreendente arquitetura que revela uma simbiose entre os elementos religiosos católicos e a ornamentação característica da arte muçulmana e mogol.

O projeto de intervenção contemporânea inspirou-se na decoração tradicional de outros monumentos, com a qual a estrutura original apresenta alguma similitude e expôs pormenores de uma antiga construção, muito provavelmente a primitiva capela sobre a qual terá sido construída a igreja.

São antigas as relações diplomáticas entre a Tailândia (antigo reino do Sião) e Portugal remontando ao início do século XVI o primeiro Tratado de Paz, Amizade e Comércio assinado pelos representantes dos dois reinos. O Tratado definiu os termos do estabelecimento de feitorias em vários lugares, entre os quais Ayutthaya, a antiga capital, onde o *Portuguese Settlement* chegou a contar cinco igrejas.

Maqueta da Igreja do Santo Rosário em Daca, Bengladesh.
Foto: António Cunha, acervo FCG

As autoridades tailandesas e a Fundação Gulbenkian desenvolveram em conjunto um projeto que, durante as escavações arqueológicas puseram a descoberto um impressionante cemitério com mais de duzentos e cinquenta esqueletos, facto extraordinário na região onde são raras as práticas de enterramento. A intervenção incluiu a construção de um pavilhão para abrigar os esqueletos, a consolidação das ruínas da igreja e a construção de um cais fluvial para facilitar o acesso dos visitantes provenientes de Banguecoque.

Na Malásia, em Malaca, o projeto concebido para integrar a Porta de Santiago, único vestígio da Fortaleza "A Famosa" mandada construir por Afonso de Albuquerque após a tomada em 1511, e as ruínas da Igreja de São Paulo, não chegou a ser executado por questões políticas subsequentes à assinatura do protocolo estabelecido entre a Fundação Calouste Gulbenkian e as autoridades locais.

Até 1641, data da tomada de praça pelos holandeses, Malaca foi o centro português de irradiação das ações comerciais, diplomáticas e religiosas no Extremo Oriente. São Francisco Xavier, o apóstolo das Índias, permaneceu na cidade no decurso das suas campanhas missionárias e o seu corpo esteve por alguns meses depositado na igreja, até à sua trasladação para Goa, em 1553.

O navegador português Fernão de Magalhães chegou a Cebu, nas ilhas Filipinas, em 1521. O local onde plantou uma cruz de madeira e onde se celebrou missa pela primeira vez foi originalmente assinalado por um memorial. A cruz, exposta aos danos provocados pelo fervor religioso das populações que acreditam nos seus poderes milagrosos, foi em 1834 protegida no interior de um quiosque fechado. O monumento mostra pinturas contemporâneas alusivas ao

momento histórico e ao batismo da família real Humabon. Recentemente a Fundação Gulbenkian colaborou com as autoridades locais no respetivo restauro.

Dois dos painéis da Exposição alusivos à intervenção no quiosque que guarda a Cruz de Fernão de Magalhães, em Cebu.

Foto: António Cunha, acervo FCG

*

A exposição "O Património Histórico de Origem Portuguesa no Mundo e a Fundação Calouste Gulbenkian" assume uma dupla finalidade: divulga o papel da Fundação na salvaguarda do património histórico e artístico português além-fronteiras, e proporciona uma perspetiva abrangente da história da expansão portuguesa dos séculos XVI ao século XX.

A exposição é constituída por material fotográfico, desenhos e projetos de execução distribuídos por painéis impressos, organizados em núcleos temáticos com informação explicativa. As maquetas de alguns monumentos – do edifício e da cobertura da Torre da Arzila, do Palácio Vilhena em Mdina, da Igreja do Santo Rosário em Daca, e das fortalezas de Ormuz, Qeshm e Quíloa – contribuem para fazer desta mostra um conjunto dinâmico e apelativo para um leque alargado de visitantes.

Tratando-se de uma exposição itinerante, oferece elevada versatilidade na disposição dos núcleos (tendo presente diferentes espaços de acolhimento), faci-

lidade na embalagem, transporte e montagem, o que já permitiu apresentações em territórios tão longínquos como a Tailândia, a Indonésia ou a China. Em 2010 esteve também patente em Paris, na sede da UNESCO.

A Fundação Gulbenkian é sensível às parcerias que resultem na divulgação de uma parte muito representativa do património de influência portuguesa espalhado pelo mundo. Em Vila Viçosa, como já aqui se referiu, a iniciativa partiu da Autarquia e as excelentes instalações do Seminário Menor de São José conferiram à mostra uma outra dimensão.

A Câmara Municipal de Vila Viçosa, ao proporcionar as condições para a concretização desta ação, ofereceu ao público, aos alunos e aos professores de vários níveis de ensino a possibilidade de contacto próximo com a história e incluiu a cidade na rota internacional do património de influência portuguesa intervencionado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Demonstrou também que, apesar das dificuldades que muitas vezes se apresentam, é possível realizar um programa cultural diversificado e exigente.

Emílio Rui Vilar, presidente da Fundação Gulbenkian, acompanhando o presidente da Câmara de Vila Viçosa, Luis Caldeirinha Roma, na visita inaugural da exposição no Seminário Menor de São José.

Foto: António Cunha, acervo FCG

O MUNDO NO PAÇO

O Museu-Biblioteca da Casa de Bragança e o Projeto "De Todas as Partes do Mundo – O Inventário do Duque D. Teodósio I"

Tiago Salgueiro

Resumo

O Paço Ducal de Vila Viçosa (atual Museu-Biblioteca da Casa de Bragança) , centro erudito e cosmopolita, constituía um dos mais importantes símbolos do poder senhorial brigantino. A Casa de Bragança foi, desde finais do século XIV, a grande casa senhorial do Reino, com um amplo poder territorial e alargada influência cultural e política. O Paço de Vila Viçosa era a materialização arquitetónica desse poder, quase independente, onde o Duque D. Teodósio I criou uma verdadeira corte literária e científica. A investigação desenvolvida pelo Centro de História de Além-Mar acerca do Inventário do 5.º Duque de Bragança trouxe à luz muitas informações sobre as coleções do Paço Ducal no século XVI e a proveniência desses objetos. A pesquisa multidisciplinar que tem vindo a ser efetuada permite novas leituras sobre o edifício e sobre os espaços e suas funções, o que originou a possibilidade do Museu, tendo em conta esses resultados, diversificar as interpretações sobre a sua própria realidade e a colocar novos desafios em termos museológicos.

Abstract

The Ducal Palace of Vila Viçosa (now Museum-Library of the House of Braganza), scholar and cosmopolitan center, was one of the most important symbols of the power of the Braganza family. The House of Braganza was, from the late fourteenth century, the great house of the kingdom, with a large territorial power and extended provincial influence. The Palace of Vila Viçosa was the

architectural embodiment of that power, almost independent, where the Duke Theodosius I created a real literary and scientific court. The research conducted by the Center for History of Overseas about the Inventory of the 5th Duke brought to light many information's about the collections of the Ducal Palace in the sixteenth century and the provenance of those objects. The multidisciplinary investigation allows new readings on the building and about the spaces and their functions, which led to the possibility of the Museum taking into account these results, diversify their own interpretations about reality and pose new challenges on museological terms.

A cultura contemporânea está imersa num ambiente de muitas mudanças e controvérsias, em termos de valores, propostas e objetivos. Entre as muitas instituições que nela interagem encontra-se o Museu, que também procura redefinições sobre sua função, especificidade e atuação. Percebemos, por conseguinte, que a História utiliza os "lugares de memória" como instrumentos profissionais, desvendando-lhes as possibilidades inerentes e construindo o conhecimento histórico.

Estão bastante em voga os estudos voltados para a importância da memória na sociedade contemporânea. Frequentemente, somos alertados para a importância social da memória do país e de sua identidade nacional, ressaltando a responsabilidade cívica para a salvaguarda dessa memória e, consequentemente, da história dos povos. Nesse sentido, torna-se imprescindível compreender a relação existente entre memória e história, possibilitando-nos, assim, introduzir tais perspetivas na educação formal. Os lugares de memória tornam-se, portanto, suportes para nossa identidade, são o refúgio da memória de um grupo e existem para preservá-la do esquecimento. Esquecimento esse proporcionado pelo afastamento contínuo que temos do passado e de tudo que a ele pertence. Podemos perceber, dessa maneira, que são intencionalmente construídos como lugares de memória e guardam uma memória selecionada em detrimento de uma memória vivida. Inferimos, por conseguinte, que a construção dos lugares de memória assume constantemente aspetos políticos, constituindo-se também num exercício de poder. Poder capaz de selecionar a memória a ser guardada, lembrada, esquecida. Poder capaz de constantemente ressaltar seus significados, promovendo uma ação intencional de memória e manutenção dessa intencionalidade. O museu é um espaço que relata uma história, tem uma narrativa própria, apresenta objetos, com variados significados e valores, educa, contribui para a construção do conhecimento ou, simplesmente, permite fruição. É, também, um espaço onde há uma narrativa, onde assume o papel de narrador, mantém com o visitante uma relação de narrador/ouvinte, deixa sua marca na exposição da narrativa e exige do interlocutor a adaptação do conhecimento construído.

Considerados os Museus como processos resultantes da articulação e das interações entre Património, Território e Comunidade, enquanto suas principais componentes, devem estas instituições desempenhar um papel ativo no que con-

cerne à promoção de investigações muito pormenorizadas sobre o seu acervo? Creio que esta questão não merece nenhuma retificação, nem origina discussões de caráter epistemológico. De facto, os Museus, enquanto instituições vocacionadas para o estudo e valorização do Património, devem de facto, estimular e promover condições que permitam o estudo dos seus objetos e, deste modo, facultar essas informações à comunidade em geral, e aos investigadores, em particular. É essencial, na atualidade, aprofundar questões da interdisciplinaridade no domínio da museologia, facto que contraria o saber isolado, absoluto e redutor, tradicionalmente instituído, deixando desta forma espaço para uma maior reflexão crítica. É esta nova visão de museu que se procura na atualidade: um espaço aberto a diferentes perspetivas e capaz de permitir experiências e investigações amplas, a diversos níveis.

Os museus devem estar comprometidos de forma muito intensa com a comunicação de valores e ideologias em torno do significado das suas coleções. Independentemente do seu formato, necessitam dotar-se de uma sólida política de informação e desenvolver um verdadeiro sistema de partilha de dados. Esta política deve afirmar o compromisso do museu em documentar as suas coleções de forma precisa e em toda a sua extensão, conservando e estudando todos os dados pertinentes e proporcionar ao público o acesso apropriado a tal informação.

A produção de conhecimento implica a disposição para aprender com os outros e partilhar com especialistas e comunidade em geral a forma como os objetos e as coleções contribuem para esse desiderato. Informação, criação de consciência, ação no mundo, partilha e publicação de resultados devem ser as premissas essenciais no que concerne à forma como o Museu deve assumir esse papel ativo, tantas vezes anunciado e poucas vezes aplicado na prática quotidiana. Infere-se, por conseguinte, que o museu é, também, um espaço para maior abrangência do conhecimento, local onde se expande a integração com a cultura e concomitantemente se gera um ambiente que permite a conexão com o saber educacional.

Como centro de cultura, este espaço deve procurar revitalizar a sua capacidade dialogante e creio que este aspeto é fundamental para a adequada inserção destas instituições na sociedade atual, sempre exigente quanto aos conteúdos inovadores, que devem ser apresentados. O objeto, cerne da comunicação que se procura implementar, é a mensagem, fulcro e fonte de todo o discurso museológico, através do qual se devem refletir todas as informações que o Museu veicula. Daí que o estudo de cada peça, a análise material, estética e histórica, o conhecimento tão profundo e vasto quanto possível, sejam critérios imprescindíveis para que o objeto possa ser corretamente utilizado no discurso efetuado por cada instituição museal. Em consequência do alargamento da ação e da influência dos museus nas mais diversas áreas e tipologias de património cultural, não só se conquistam novos públicos, como se desenham e rapidamente se veem evoluir novos percursos de envolvimento das pessoas e das comunidade(s) com o património, dando lugar a crescentes exigências de ordem política e também de ordem técnica, no que concerne a sua proteção e a sua valorização.

Pela grande abrangência de disciplinas que envolvem a museologia e as suas diversas vertentes, pode-se afirmar que é uma das poucas áreas onde a especialidade é a generalidade. A característica de agrupar diversos saberes sobre questões de seu interesse permite que se faça a transposição dos resultados de modo inovador e contributivo na criação da relação de novas realidades. A museologia é uma das áreas do conhecimento contemporâneo que possui o potencial de superar a simples ideia de integração, dando origem a uma integração dinâmica, a transdisciplinariedade. Penso que este projeto, que reuniu o Museu e a Universidade, é um exemplo paradigmático da forma como pode ser definida uma estratégia conjunta para aprofundar conhecimentos e lançar pistas de investigação que terão consequências positivas a médio/longo prazo. Dificilmente o Museu, tendo em conta as áreas que foram abordadas e de acordo com a qualidade e diversidade dos vários especialistas envolvidos, poderia atingir tais metas.

Este projeto permitiu efetivamente novas perspetivas, em termos de discurso museológico e no que concerne às leituras dos espaços, assim como uma diferente perceção do conteúdo artístico e da preocupação estética, literária e humanista do Duque D. Teodósio I, o que originou a possibilidade de novas abordagens de âmbito pedagógico e novas formas de investigação para o próprio museu, em termos do conteúdo das visitas temáticas, que tem vindo a ser implementadas nos últimos anos.

A experiência partilhada pelo Museu-Biblioteca da Casa de Bragança e o Centro de História de Além –Mar é um exemplo de boas práticas relativamente a esta temática, tendo em conta o facto de que, um documento do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (o Inventário de D. Teodósio I) constituiu uma referência fundamental para o desenvolvimento de um conjunto de investigações que tiveram impacto não só no contexto português, mas também relevância do ponto de vista internacional. Este projeto foi descrito como um dos mais importantes realizados em Portugal, tendo em conta a especificidade do tema e o caráter pluridisciplinar das investigações. Agregou alguns dos mais reputados especialistas em diferentes áreas do saber, com o objetivo de aprofundarem as investigações acerca deste importante documento e contribuiu para que o Museu consolidasse mais o conhecimento relativo às coleções que aqui foram reunidas no século XVI. Foi efetuada a transcrição, estudo e contextualização histórica deste inventário, por uma equipa interdisciplinar de investigadores, assim como está prevista a publicação completa do documento e dos respetivos estudos. O projeto envolveu a realização de uma série de workshops, um colóquio em Vila Viçosa e congressos de caráter nacional e internacional.

O objetivo deste conjunto de investigações procurou produzir um retrato completo do Palácio Ducal de Vila Viçosa e do seu conteúdo ao tempo de D. Teodósio, trazendo-o à atenção nacional e internacional e lançou novas pistas e enigmas, em termos de pesquisa documental, que irão ser exploradas a

Figura 1 – Fachada do Paço Ducal de Vila Viçosa
FCB © Joaquim Real

médio prazo, no que concerne aos objetos que fariam parte destas coleções e que constituem elementos fundamentais para compreender, do ponto de vista histórico, o percurso de tesouros que faziam parte das coleções do Duque. Na verdade, trata-se de um documento excecional, produto de uma série de acontecimentos que levaram à produção de uma cópia (datada de 8 março de 1665) que sobreviveu ao grande terramoto de 1755. Em 1965, o Inventário foi adquirido pela Fundação da Casa de Bragança ao Marquês de Abrantes, integrando deste modo o acervo da Museu-Biblioteca da referida Instituição.

Este documento nunca foi objeto de análise sistemática, permanecendo indisponível para a grande maioria dos académicos, dentro e fora de Portugal. De facto, só a partir do ano de 2006 é que o documento passou a ser alvo de uma observação mais atenta e que deu origem ao conjunto de investigações que se encontram em desenvolvimento. Ao longo de mais de 1300 páginas, os bens do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I, são descritos pormenorizadamente, numa extensa lista, que regista bens e itens de diferentes valores, proporcionando uma rara e surpreendente visão do mundo material de um arquétipo de príncipe do Renascimento português.

Trata-se do maior inventário do século XVI conhecido até ao momento em Portugal, que revela a importância de uma das grandes Casas cosmopolitas da Europa quinhentista, e onde está registada a diversidade e complexidade dos bens, atividades, património, organização e economia. Este estudo revelou também a especificidade da Casa de Bragança no contexto da aristocracia da época. Numa primeira leitura, o inventário revela-nos uma casa repleta de uma magnífica riqueza e opulência, incluindo vários objetos de ourivesaria, joalharia, pedras preciosas, armas e armaria, vestuário, têxteis, tapetes, livros, pintura e mo-

biliário, vindos de todas as partes do mundo: de Espanha, Itália, Alemanha, Holanda, Flandres, Inglaterra, até Guiné, Marrocos, Egito, Turquia, Irão, Índia, Sri Lanka, China, e até mesmo as Caraíbas e o Brasil. D. Teodósio é amplamente conhecido pela sua elevada erudição e pelo seu interesse pelas artes. Os anos formativos da sua vida coincidiram com a rápida ampliação da visão europeia do mundo resultante das grandes navegações ultramarinas, e a sua educação formal foi ministrada por conhecidos mestres humanistas.

Figura 2 – Páteo de D. Jaime
FCB © Tiago Salgueiro

Esta sólida preparação levou-o a adotar os valores e gostos do Renascimento e, em última análise, a planear a fundação de uma universidade em Vila Viçosa, para a qual adquiriu uma impressionante biblioteca com livros impressos, mapas e manuscritos musicais. Reunia ainda achados arqueológicos e antiguidades, bem como obras de arte dos mais importantes centros de produção euro-

peus e asiáticos do seu tempo. O Duque foi também responsável pela renovação e extensão do seu palácio, seguindo eruditos modelos italianos, numa clara demonstração da sua adesão ao que de mais avançado havia na cultura arquitetónica europeia de então. Creio que o principal contributo de dois anos de pesquisas em diversas áreas e sob diferentes abordagens, prende-se diretamente com o facto do documento em questão permitir uma leitura muito objetiva da realidade do Paço Ducal em quinhentos e do seu conteúdo decorativo.

Este tipo de descrição completa e detalhada, combinada com a avaliação dos bens, confere a este manuscrito um estatuto muito raro no contexto dos inventários quinhentistas portugueses e mesmo europeus. De acordo com as indicações facultadas no âmbito do congresso apresentado em Lisboa, nos dias 29 e 30 de setembro de 2011, podemos afirmar que o Inventário é uma boa fonte para o conhecimento da história económica em Portugal durante este período e revela, com exatidão, o consumo de bens culturais em estratos sociais de elevado rendimento. Para além de documentar as riquezas e o esplendor internacional do palácio, o manuscrito faz igualmente menção a todos os bens de valor que aí se encontravam, desde os botões das camisas do duque, aos tachos e panelas da sua cozinha (e aos escravos que o serviam). Além disso, muitos dos bens são descritos com grande pormenor (incluindo a sua origem, materiais, cores, desenho e dimensões), permitindo comparações diretas com objetos ainda existentes, nas coleções do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança ou noutras. Apesar desse facto, surgiram muitas vezes dificuldades na interpretação dos dados do Inventário, nomeadamente no que concerne à origem. Finalmente, a organização do inventário permitiu ainda a reconstituição do conteúdo de certas zonas do palácio, incluindo a capela, a casa do despacho, a mantearia, a armaria, a botica, a cozinha e os estábulos, transformando-o numa fonte preciosa para uma abordagem da história arquitetónica do atual Museu. A soma dos bens inventariados perfaz um total de 64 contos, com uma elevada percentagem de joias (que atingem os valores mais significativos), têxteis, bens de raiz, gado e armas. De facto, a presença de metais preciosos (ouro e de prata) é que atribuía a quantificação em termos de valor. Em termos de mobiliário, são descritas 600 peças, sobretudo arcas e cadeiras de espaldar. De facto, o mobiliário concorria para a criação da imagem de poder do Duque, respondendo a práticas e códigos de comportamento e ritualização do espaço.

Este conjunto tem um aspeto funcional, mas é paralelamente símbolo distintivo de nobreza e grandeza. Neste sentido e tendo em conta todos os pressupostos referidos, estamos de facto perante um projeto agregador em termos de conhecimentos históricos e museológicos, que permitirá lançar novos planos de pesquisa, tendo em conta as informações já apuradas. Creio que será necessário, também de acordo com as propostas de alguns intervenientes, proceder a um estudo comparativo no contexto europeu, de modo a reconstituir as dinâmicas culturais e espaciais dos edifícios com características semelhantes ao Paço Ducal de Vila Viçosa. É neste sentido que podemos afirmar que o Inventário só por si, não resolve todas as

dúvidas e todas as questões. O objetivo, a partir desta fase inicial, será a integração do documento numa "constelação" mais vasta, que integre outros meios e canais de interpretação (objetos, cartas, identificação de agentes, modos de aquisição) assim como a sua localização nos espaços e edifícios.

Figura 3 – Jardim da Duquesa D. Catarina
FCB © Joaquim Real

Por outro lado, o Museu beneficiou com a presença de especialistas internacionais presentes no projeto, na medida em que foi possível efetuar visitas específicas às coleções atuais e aos espaços. Neste âmbito, destaca-se a visita de Krista de Jonge, do Departamento de Arquitetura, Design Urbano e Planeamento Regional da Universidade Católica de Leuven (Bélgica), uma das mais importantes investigadoras no que concerne a temáticas relacionadas com residências senhoriais no contexto europeu na Época Moderna. Esta investigadora frisou, tendo em conta os resultados das investigações que estão a decorrer, que o "palácio" é analisado como um lugar de intercâmbio cultural, onde as interações humanas no espaço são reguladas e codificadas por um conjunto de regras, conhecidas como "cerimonial".

O próprio Museu poderá ter neste contexto um papel muito ativo, tendo em conta a realidade do seu acervo e da sua documentação, de modo a debater e orientar novas pistas de investigação que certamente trarão mais respostas às questões que tem vindo a ser colocadas, sobretudo a nível da componente arquitetónica e percurso dos objetos e coleções. Também a política de incorporações do Museu poderá beneficiar com os resultados alcançados no âmbito do projeto, tendo em conta que poderão ser direcionados novos objetivos em termos de

aquisições, de acordo com o universo diversificado de coleções deste período e que poderão eventualmente, ser identificados e adquiridos, de modo a potenciar o discurso expositivo. Por outro lado, esta iniciativa permitiu uma aproximação entre os alunos de diferentes universidades e o Museu, tendo em conta o empenho que os próprios investigadores manifestaram na apresentação dos resultados. Neste âmbito, foram efetuadas várias visitas exploratórias, cuja ênfase incidiu sobretudo nos resultados obtidos e no seu enquadramento *in loco*, com destaque para as áreas mais importantes do período quinhentista. A médio prazo, a programação do Museu irá contar com estes contributos no âmbito da preparação das visitas temáticas, organizadas anualmente, cujo conteúdo privilegia assuntos relacionados com as coleções, tendo em conta a perspetiva de investigadores externos ao Museu, que tenham tido uma participação ativa no âmbito do Projeto "**De Todas as Partes do Mundo**". Este enfoque permitirá certamente novas leituras e interpretações da história do edifício e das coleções e o percurso deste espaço com mais de quinhentos anos de existência. Paralelamente, está prevista a realização de um conjunto de conferências no decurso do ano de 2012, uma das quais realizada em Vila Viçosa, no passado mês de Junho, que permitiu que a comunidade local tivesse conhecimento da importância deste documento e do protagonismo do Paço de Vila Viçosa em termos políticos, sociais e culturais no Portugal de quinhentos…

Bibliografia

Cadornega, António de Oliveira, 1982. *Descrição de Vila Viçosa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Ed. facsimilada de 1683.

Choay, Françoise, 1999. *L'Allegorie du Patrimoine*. Paris: Editions du Seuil.

Costa, J. 1994. *Diseño, Comunicación e Cultura*. Madrid: Fundesco.

Cunha, Mafalda Soares da. 1997. *Redes clientelares da Casa de Bragança: 1560-1640*. Tese de Doutoramento, Universidade de Évora.

Espanca, Joaquim José da Rocha, 1983. *Memórias de Vila Viçosa*. Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Espanca, Túlio. 1978. *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Évora, I Vol., Lisboa.

Mench, Peter Van. 1988., *Museologia e Museus*. ICOM NEWS. Boletim do International Council of Museums. v.41, n.3. p.1.

Monge, Maria de Jesus. 2003. *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de Paço a Museu*. Dissertação de Mestrado em Museologia, Universidade de Évora.

Primo, Judite. 2002. *O Museólogo-Educador Frente aos Desafios Económicos e Sociais da Atualidade*. Santiago do Cacém: Encontro Museologia e Educação.

Teixeira, José. 1983. *O Paço Ducal de Vila Viçosa*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.

AFINAL O NAVEGADOR CABRILHO TAMBÉM PARTIU DE VILA VIÇOSA!

Martins, R.; Varela, C.; Lopes, L.
Valério, C.; Valério, M.

Resumo

Muitas são as figuras notáveis de Vila Viçosa que ao longo do tempo contribuíram para a História de Portugal. Neste trabalho reportamos acontecimentos do final do Séc. XX onde, mais uma vez um ilustre Mestre escultor calipolense, César Mário Carvalho Valério, tratou de levar o nome da vila além-fronteiras. Os factos históricos documentados oficialmente não estão totalmente de acordo com o resultado da pesquisa que agora se apresenta e neste sentido tentamos repor alguma justiça neste registo. Infelizmente o Mestre já não se encontra entre nós mas a sua maestria vive através do trabalho e empenho dos seus filhos que, por obra feita, honram com dignidade a herança de seus pais.

1. Introdução

João Rodrigues Cabrilho, de nacionalidade portuguesa, mas navegando ao serviço da Coroa Espanhola, desembarcou na Baia de San Diego em 28 de Setembro de 1542. O feito, ainda é hoje recordado pelos americanos, que possuem um monumento a Cabrilho, em Point Loma, San Diego (Fig. 1), um dos mais visitados nos Estados Unidos da América.

A actual versão da imponente escultura que ali existe foi produzida por um artista cujo nome, em parte alguma aparece associado à obra!

Serve este documento para dar a conhecer quem, na verdade, com arte, engenho e força de braços, fez aparecer de um bloco de calcário a figura do nave-

gador português, prestando-se assim homenagem a um canteiro e artista de Vila Viçosa, César Mário Carvalho Valério.

Afinal João Rodrigues Cabrilho, apesar de ter nascido em Montalegre e ter entrado na Baía de San Diego com bandeira espanhola, no Séc. XVI, em pleno Séc. XX renasce da pedra e parte de Vila Viçosa, de novo, com destino à Califórnia.

Fig. 1 – Monumento a Cabrilho em Point Loma, San Diego. Fotografia gentilmente cedida pelo National Park Service of the United States Department of the Interior.

2. História de Cabrilho

Tudo leva a crer que João Rodrigues Cabrilho nasceu em Trás-os-Montes, no distrito de Vila Real, no concelho de Montalegre, freguesia de Cabril, no lugar da Lapela.

Havendo várias localidades com o nome de Cabril, só duas reivindicaram a naturalidade de João Rodrigues baseando-se em forte tradição oral. Cabril, freguesia do concelho de Castro Daire na serra de Montemuro e a aldeia de Cabril do concelho de Montalegre. O testemunho oral que atravessou gerações toma mais consistência no lugar da Lapela de Cabril, Montalegre por várias circunstâncias que foram estudadas e comparadas ao pormenor por João Soares Tavares (1998). Em Lapela de Cabril, Montalegre existe uma casa conhecida desde

sempre como "Casa do Galego". Pressupõe-se que esta designação se deva ao facto de João Rodrigues ter emigrado, ainda novo, para a Galiza. Nesta casa tem residido por gerações uma família de apelido Rodrigues, e que hoje ostenta uma placa em honra do navegador. João Rodrigues, mais tarde, ter-se-ia deslocado da Galiza para Sevilha, cidade de onde partiam a maior parte das expedições espanholas.

Cabrilho, fazendo jus à alma aventureira do povo português e apesar de não ter pertencido à famosa Escola de Sagres, soube como poucos a arte e as técnicas de navegação, tendo-se tornado um exímio navegador. No entanto, Cabrilho não beneficiou do apoio da Coroa Portuguesa para concretizar os seus projectos, talvez por não ter pertencido à Escola de Sagres. Por isso, e provavelmente sem a aprovação régia portuguesa, partiu para Espanha, onde ofereceu os seus préstimos.

Na época, os portugueses tinham fama de serem dos marinheiros mais bem preparados e com conhecimentos avançados de marinharia, particularmente técnicas de navegação e astronomia, daí que Cabrilho tenha sido facilmente integrado na armada espanhola, para a qual viria a ser de grande valor e utilidade o seu saber, coragem e determinação.

Assim, foi ao serviço do país vizinho que rumou ao continente americano na companhia de outros marinheiros portugueses.

Foi, de facto, no Pacífico que os seus feitos o imortalizaram, na sua exploração geográfica e na descoberta da costa californiana, nos E.U.A.

Passou a ser conhecido com o nome espanhol de Juan Rodriguez Cabrillo, facto que, para além de convir a Espanha, também ao navegador seria de grande conveniência para que, no caso de ser capturado por forças portuguesas, não ficasse sujeito a severas sanções por ter transgredido as leis portuguesas que não permitiam que navegadores portugueses prestassem serviços a outras nações sem a obrigatória autorização da Coroa Portuguesa. Para além disso, já na Nova Espanha, nome dado pelos espanhóis aos territórios da América Central e México, existia uma lei que dizia que só poderiam assumir lugares de mestre ou comando, nestas rotas, pessoas que tivessem a nacionalidade espanhola. Havia também certos privilégios que só eram concedidos a pessoas com essa nacionalidade. Haveria, portanto toda a conveniência em usar o nome na versão espanhola "Juan Rodriguez Cabrillo"!

A sua nacionalidade portuguesa foi contestada por alguns historiadores, mas acabou por ser confirmada por estudos aturados feitos posteriormente. Contrapondo a tese de que o apelido Cabrilho não existiria em Portugal (mas parece que também não existia em Espanha naquela época), presume-se que, sendo o seu nome João Rodrigues e havendo vários contemporâneos seus com o mesmo nome, ele teria adoptado a alcunha de Cabrilho para se distinguir dos seus homónimos, servindo de base o nome da sua terra Cabril. Esta alcunha passou a fazer parte do seu nome como apelido. Mas sendo esta ou não a razão da adopção do apelido Cabrilho, do que parece já não haver dúvidas é que ele era por-

tuguês. Ainda, a propósito de apelido Cabrillo em Espanha, põe-se a hipótese de estar ligado à descendência do navegador.

Portugal, na época dos Descobrimentos Marítimos, dando Novos Mundos ao Mundo, ocupava-se das viagens das suas caravelas para o Brasil, África, Índia e Extremo Oriente e João Rodrigues Cabrilho foi ignorado durante largos anos. O seu nome veio ao conhecimento geral através, sobretudo, de investigação feita por estrangeiros. Na época pouco interessaria a Portugal dar destaque a feitos em nome de nações estrangeiras, neste caso, Espanha. Por outro lado, os cronistas da época não tinham mãos a medir para descrever o que se passava com os nossos navegadores. Por sua vez, Espanha não estaria interessada em divulgar os feitos dos portugueses ao seu serviço. Houve alterações de nomes portugueses para nomes correspondentes em espanhol.

João Rodrigues Cabrilho teria participado em várias conquistas ao serviço de Dom Hernando Cortez, conquistador do México.

Nestas expedições também aparece o nome de Diego Sanchez de Ortega, irmão da que viria a ser esposa de João Rodrigues Cabrilho. Entre outras expedições, Cabrilho integrou, uma expedição ao serviço de Pedro Alvarado na descoberta e conquista da Guatemala, em Dezembro de 1523 onde também estaria presente o seu companheiro de armas, Diego Sanchez de Ortega. Como recompensa da sua bravura e dedicação foram-lhe dados terrenos e o direito à jurisdição e rendimentos sobre cidades e vilas da Guatemala. Cabrilho fixou-se neste país com D.ª Beatriz Sanchez de Ortega, senhora espanhola com quem se havia casado e de quem teve dois filhos varões. Aqui viveu com considerável prosperidade, tendo obtido a designação de "fidalgo" por mérito próprio.

Posteriormente, Pedro Alvarado formou uma grande frota que tinha por destino a procura das especiarias, através da Moluca. Cabrilho teria feito parte desta frota com uma caravela sua. No entanto, o destino não seria este para o navegador português. Pedro Alvarado cedo morreu em combate com índios, o que viria a resultar no desmembramento da frota. João Cabrilho ficou com os navios "San Salvador" e "Victória". Com estas caravelas viajou João Rodrigues Cabrilho, por incumbência de Sua Majestade D. António Mendonza, vice-rei da Nova Espanha, sediado no México, que, confiando plenamente nas capacidades e lealdade de Cabrilho, ordenou que navegasse para Norte ao longo da costa ocidental e descobrisse novas terras e tomasse posse delas em seu nome e de Sua Majestade o Rei de Espanha.

Partindo do porto de Navidad, Nova Espanha, a 27 de Junho de 1542 seguiu pela costa do México até avistar a ponta da Califórnia. Tendo encontrado um porto seguro, Cabrilho e os seus homens foram a terra e em nome do Rei de Espanha e de D. António Mendonza, vice-rei da Nova Espanha, tomou posse formal do território a que deram o nome de El Puerto de la Posession, designado actualmente de San Quintin (Mendes 1980). Na continuação da viagem para Norte passaram por vários pontos da costa e ilhas aos quais foram dando nomes. Ao fim de três meses de viagem, e debaixo de grande temporal, chegaram a 28 de Setembro de

1542 a um belíssimo e seguro porto de abrigo, uma maravilhosa baía à qual deram o nome de San Miguel, a actual San Diego, uma das principais cidades do Sul da Califórnia. Foi o primeiro contacto de europeus com esta parte do Novo Mundo. João Rodrigues Cabrilho e a sua guarnição desembarcaram e aí permaneceram seis dias, tendo tomado posse formal do território. Mantiveram relações amigáveis com os índios locais, supõe-se que seriam os ameríndios Kumeyaay, tendo o intercâmbio com os índios, sido excelente, devendo-se em grande parte ao modo amistoso de Cabrilho e seus homens e às oferendas em sinal de paz.

Finalizada a sua tarefa nestas paragens, Cabrillo continuou a sua demanda para Norte, tendo avistado duas ilhas às quais deu os nomes das suas caravelas, ilha de "San Salvador" e ilha de "Victória", que posteriormente se passaram a designar por ilha de Santa Catalina e ilha de San Clemente. Mais a Norte chegaram, a 8 de Outubro, a uma grande baía, a que deu o nome de "La Baía de los Fumos", hoje baía de Santa Mónica, já próximo de Los Angeles (Mendes 1980).

A 18 de Outubro chegaram a Point Conception. Por esta altura depararam-se com um enorme temporal com ventos fortíssimos de Nordeste. Não tiveram outra alternativa senão voltar para trás e abrigarem-se na ilha de La Posession. No período em que permaneceu nesta ilha, Cabrilho deu uma grande queda que lhe originou uma fractura profunda (umas fontes mencionam um braço junto ao ombro e outras mencionam uma perna).Porém, apesar desta incapacidade e do sofrimento causado pela fractura, o bravo homem decidiu continuar a cumprir a missão que lhe tinha sido confiada. Assim, deu ordens para que se continuasse a viagem mais para Norte. Foram dar a uma ponta da costa a que deram o nome de Pinos, hoje Point Sur. Seguiu-se a baía de Monterey, perto de Santa Cruz, depois San Francisco, chegando à ponta de Arena e seguidamente ao Cabo de Mendocino (Mendes 1980).

Estavam em meados do mês de Novembro quando resolveram iniciar a viagem de regresso em direcção ao Sul, outro temporal impiedoso volta a mostrar a sua faceta violenta, pondo à prova a bravura destes homens. Viram-se assim obrigados a voltar para a ilha de San Miguel, procurando abrigo.

João Rodrigues Cabrilho encontrava-se já com a sua saúde muito debilitada e agravada pelo mau tempo a que esteve sujeito. Sendo o navegador, um homem de grande coragem e determinação, mas também de uma profunda lucidez, prevendo o seu final, nomeou como seu substituto, o primeiro piloto, Bartolomeu Ferrelo, também ele excelente marinheiro, dando-lhe ordens para prosseguir a expedição, pois esta encontrava-se perto do seu término.

João Rodrigues Cabrilho faleceu na ilha de San Miguel a 3 de Janeiro de 1543, sendo com todo o merecimento, considerado pioneiro da História da Califórnia. Graças à sua coragem e tenacidade é considerado também um herói.

Os seus feitos foram narrados, entre outros, pelo cronista D. António de Herrera y Tordesilhas que escreveu "História da Conquista", "Colonização da América" e "História General" onde reconhece a nacionalidade portuguesa de João Rodrigues Cabrilho, bem como a sua aptidão em assuntos náuticos.

3. César Valério

César Mário Carvalho Valério nasceu em Vila Viçosa em 19 de Maio de 1944, vindo a falecer a 12 de Julho de 2006. Tinha 4 anos quando o seu pai morreu, tendo necessidade de começar a trabalhar muito cedo, logo após ter terminado a instrução primária.

Aos 13 anos iniciou a actividade como aprendiz de canteiro e logo revelou a sua habilidade para trabalhar a pedra, facto que lhe permitiu trabalhar para quase todos os artesãos da época e escolher os que melhor pagassem.

Um tio, possuidor de vários negócios, nomeadamente no comércio de pedras, levou César Valério, ainda adolescente, para Pêro Pinheiro, para trabalhar como canteiro. O seu comportamento rebelde nem sempre agradava ao tio. A paixão pelas bicicletas fez com que, após ter comprado uma, tivesse passado uma noite inteira a vaguear montado na sua nova aquisição, sem que ninguém soubesse do seu paradeiro. Tal facto, parece ter esgotado a paciência do tio que o reencaminhou de novo para casa de sua mãe em Vila Viçosa, onde, no quintal montou a sua primeira oficina numa barraca e começou a fabricar pias e lava-louças, passando a ter alguma fama e sucesso.

Surge então a idade de ir para a tropa, cedendo a sua oficina a outro canteiro. Casa-se no dia 18 de Outubro de 1965, com Gracinda da Conceição Alegrias Jorge, 15 dias antes de iniciar o serviço militar obrigatório que o leva a passar três anos em S. Tomé e Príncipe, como Polícia Militar.

César Valério viria a ter três filhos com Gracinda Jorge Valério: Mário Paulo Jorge Valério, César Roberto Jorge Valério e Anabela Cristina Jorge Valério.

Quando regressa a Portugal continental retoma a actividade como canteiro em Vila Viçosa, acabando por ir trabalhar para a empresa GRAEL, em Évora, para onde ia todos os dias de motorizada.

Posteriormente emigra para a Alemanha, onde permanece durante oito anos, sempre a trabalhar como canteiro e aperfeiçoando a técnica e a destreza nessa área. É por esta altura que começa a trabalhar em escultura. As primeiras peças, muito simples e rudimentares (Fig. 2) não revelavam ainda o hábil escultor que mais tarde se viria a tornar.

Durante este período, quando vinha a Portugal, aproveitava para fazer cinzeiros e guarda-jóias que eram vendidos aos turistas, à porta da Pousada Rainha Santa Isabel, em Estremoz.

No princípio da década de oitenta do Séc. XX regressa definitivamente a Portugal, trazendo na bagagem conhecimentos técnicos e o dinheiro suficiente que lhe permite montar nos Capuchos, uma oficina com um *charriot* e uma máquina de polir, passando também a ter um empregado.

É por esta altura que começam os primeiros contactos com o escultor Charters de Almeida, para quem viria a executar uma grande quantidade de obras.

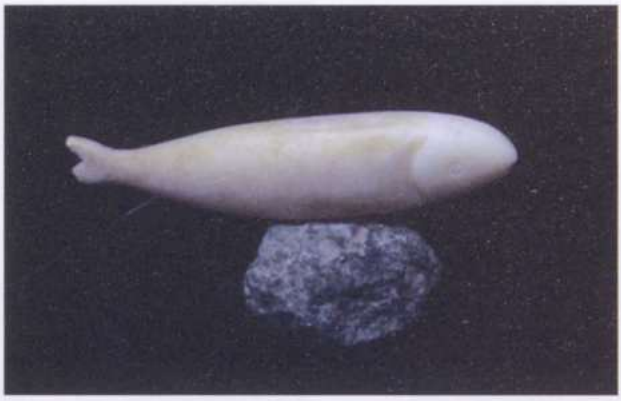


Fig. 2 – Peixinho, 1979 – Uma das primeiras esculturas de César Mário Valério.

Em 1985, monta uma outra oficina, no Alto da Portela, Vila Viçosa, que ainda hoje se mantém, agora gerida pelos seus filhos.

Charters de Almeida passava temporadas em Vila Viçosa, trazia ideias novas, esboços e maquetas que apresentava a César Valério, escolhiam em conjunto a pedra e este executava-as. Charters de Almeida acompanhava o evoluir das obras, examinava-as e ia dando as suas indicações. Nasceu assim uma parceria, onde Charters de Almeida concebia as peças que César Valério produzia, nomeadamente para *stands* de feiras e exposições.

Pouco tempo depois de ter inaugurado a sua nova oficina, surge a encomenda feita por Charters de Almeida, da réplica da escultura de Cabrilho que existia em San Diego, Califórnia. Tratava-se de uma peça imponente que serviria para substituir uma outra (Fig. 3) realizada por Álvaro de Bree e doada pelo Estado Português aos Estados Unidos da América em 1939. Esta peça apresentava-se em estado ruinoso, revelando alteração acentuada, devido à exposição aos agentes atmosféricos. Para além disso exibia algumas tentativas de restauro e consolidação, nomeadamente em fracturas, porém, nem sempre da forma mais correcta e bem sucedida (Fig. 3). Por deliberação do "United States Department of the Interior" a estátua original deveria ser removida e substituída por outra que fosse igual.

4. A Construção da Estátua de Cabrilho

Para a elaboração da estátua de Cabrilho, Charters de Almeida trouxe de San Diego um molde feito em gesso, à escala natural, para servir de base à escultura em calcário. Esse molde (Fig. 4), ainda hoje pode ser visto na oficina de cantarias do Alto da Portela, agora sob o comando dos dois irmãos, em boa hora preservado, sendo actualmente umas das peças de maior interesse que podem ser observadas naquele local.

Fig. 3 – Fotografias da estátua original de Cabrilho, revelando profunda alteração da pedra. As setas indicam as zonas onde é mais visível a deterioração da pedra e algumas tentativas de restauro.

Fig. 4 – Molde em gesso existente na oficina.

Depois de ter seleccionado o calcário Moca Creme como o tipo de pedra a usar na obra e de ter submetido esta escolha à apreciação das autoridades do National Park, Charters de Almeida recebeu a carta de aprovação da pedra, onde diz que as propriedades físicas do calcário, são aceitáveis para a escultura, referindo ainda que a peça não deverá ter rachadelas nem fracturas, carta essa que entrega mais tarde a César Mário Valério.

Devido às suas dimensões a escultura teve de ser dividida em duas partes: a secção do corpo e a secção da parte superior da coluna. O bloco que serviu de base para a escultura do corpo do navegador pesava cerca de 17 toneladas.

César Mário Valério utilizou um pantógrafo para transferir do molde em gesso os pontos de referência para o bloco de pedra que posteriormente desbastava e trabalhava com o auxílio de rebarbadoras, ponteiros, macetas, badames e escopros.

A estátua foi terminada em 1987, tendo César Mário Valério precisado de apenas um ano para realizar toda a obra.

A importância que os americanos dão a este monumento nacional está bem patente nos festejos anuais que se realizam em Point Loma, tendo sido enviada a Portugal a Miss Cabrillo, no ano em que foi terminada a obra, para uma visita à oficina onde foi realizada a estátua e ao seu escultor (Fig. 5).

Fig. 5 – Duas fotografias tiradas durante a visita a César Valério, de Miss Cabrillo e de Charters de Almeida à oficina no Alto da Portela. Em cima, César Valério mostra algumas ferramentas que utilizou. Em baixo, revela a técnica que utilizou para a construção da obra, podendo-se visualizar o pantógrafo assente em cima da estátua.

Terminada a fase de produção da grande escultura (Fig. 6) que ficou com as dimensões de 4,27 m x 0,92 m x 1,02 m, quando completa, procedeu-se à sua embalagem, processo esse que teve de ser minuciosamente estudado, atendendo à dimensão da peça e à longa viagem que iria percorrer desde Vila Viçosa até San Diego. A secção maior da estátua foi colocada em cima de um estrado e o caixote foi sendo montado a partir daí, envolvendo gradualmente toda a peça.

Os honorários de César Mário Valério, pela construção da estátua de Cabrilho foram de novecentos mil escudos, sensivelmente o equivalente a quatro mil e quinhentos euros actuais mas que na altura seriam o equivalente ao vencimento anual de um docente universitário em início de carreira.

Fig. 6 – Escultura terminada, ainda na oficina do Alto da Portela, Vila Viçosa.

5. A Viagem e a Inauguração

Chegado o dia do início da viagem, a valiosa carga foi içada com o auxílio de um camião grua, colocada num outro camião e finalmente transportada para a base da Marinha, em Lisboa.

No dia 28 de Janeiro de 1988, esta obra de arte, a nova estátua do navegador português João Rodrigues Cabrilho, embarcou na corveta "João Coutinho" (Fig. 7), comandada pelo Capitão – Tenente Mário Manuel da Fonseca Alvarenga Rua.

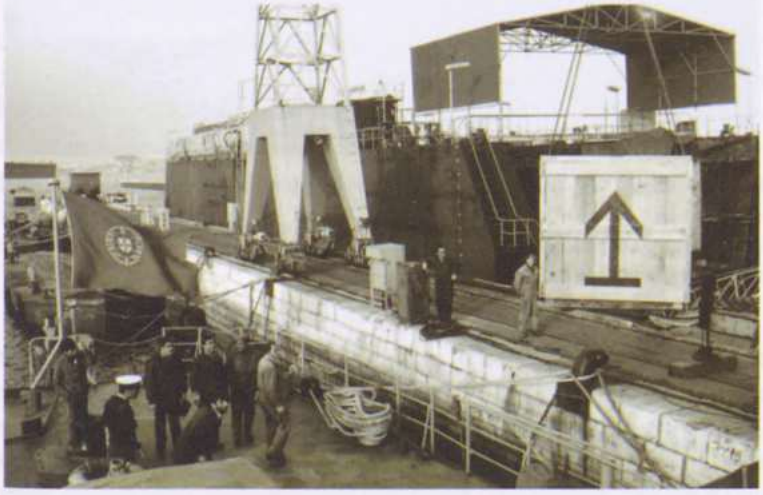


Fig. 7 – Embarque da estátua de Cabrilho na corveta "João Coutinho". Fotografia de autoria do Cabo Fernando Mendes e gentilmente cedida pelo Director da Revista da Armada, Almirante Roque Martins.

A Administração do "Cabrillo National Monument", bem como a comunidade portuguesa de San Diego mostraram vontade de que a estátua, que inclui o padrão, tal como acontecera com a primeira escultura, fosse transportada pela Armada Portuguesa. Assim, este vaso de guerra zarpou do Alfeite no dia 29, em direcção a San Diego e em finais de Fevereiro a estátua de Cabrilho foi erigida em Point Loma, sobranceira à baía onde o descobridor desembarcou em 28 de Setembro de 1542.

As cerimónias da inauguração do monumento, a que a tripulação da corveta "João Coutinho" participou (Fig. 8), constituíram um importante evento do qual fizeram parte várias personalidades portuguesas e americanas. Entre elas, William Mott Jr., Director do National Park Service, Washington, DC. e Gary Cummins, Superintendente do Cabrillo National Monument.

Fig. 8 – Placa de homenagem ao navegador, realizada pela Marinha Portuguesa.
Fotografia gentilmente cedida pelo National Park Service of the United States Department of the Interior.

O descerramento da estátua acabou por ser um episódio caricato, visto que o véu que a cobria, por estar muito bem preso com fios, custou a ser removido, o que não deixou de ser uma nota engraçada no meio da solenidade da cerimónia.

Além da inauguração do monumento, houve um Simpósio e outras celebrações. No Domingo, dia 28 de Fevereiro, celebrou-se uma missa solene onde também estiveram presentes o Embaixador português Pereira Bastos, a Marinha portuguesa representada pelo Comandante Dias Souto, Adido Naval junto da Embaixada portuguesa nos Estados Unidos da América, o Almirante Andrade Silva, chefe do Estado Maior das Forças Armadas Portuguesas, e o Comandante Alvarenga Rua.

Foi pois, reconhecido por todos, o alto significado deste monumento e a sua imponência em memória do navegador português João Rodrigues Cabrilho.

Esta estátua faz parte do Monumento Nacional em honra de Cabrilho.

A estátua é o orgulho não só dos luso-descendentes e de outros americanos da Califórnia, especialmente de San Diego, como dos Estados Unidos da América em geral. É de facto, um dos monumentos mais visitados naquele país, por nacionais e estrangeiros.

6. A Herança

César Mário Carvalho Valério, de facto, por razões que a razão desconhece, nunca teve o seu nome associado à estátua de Cabrilho e a muitas outras

obras que fez por encomenda, contudo, o seu talento foi geneticamente transferido para o seu filho César Roberto Jorge Valério que, juntamente com o seu irmão Mário Paulo Jorge Valério gerem a pequena oficina de cantaria.

Os dois irmãos cresceram na oficina e foram aprendendo com o pai a conhecer o mármore da região e as técnicas para o trabalhar. O mármore de Estremoz, Borba e Vila Viçosa é uma pedra caprichosa com variadíssimas nuances texturais e cromáticas e só um mestre e um profundo conhecedor das suas características consegue trabalhá-lo com sucesso.

César Roberto Valério (Fig. 9), cedo começou a conhecer a pedra, a entender as suas "manias", as suas irregularidades e heterogeneidades e aprendeu a tirar partido da nobreza e espectacularidade do mármore alentejano. Ao mesmo tempo que trabalhava na oficina, nas horas vagas começou, também ele, a esculpir a pedra da região. Actualmente produz obras de uma beleza singular e possui o dom de dar vida à pedra. As suas esculturas sejam abstractas ou realistas, reflectem um sentido de estética apurada, com linhas equilibradas e de grande requinte.

A sua obra é certamente a melhor homenagem que se poderá prestar a César Mário Carvalho Valério.

Fig. 9 – César Roberto Jorge Valério trabalhando a sua mais recente obra de arte.

7. Bibliografia

A "João Coutinho" chegará à área da Baia no dia 6: inauguração da nova Estátua de Cabrilho e Simpósio. *Jornal Português = Portuguese Journal*. San Pablo (Ca), (March 3, 1988).

AZEVEDO, Alves de – Cabrilho e a sua viagem: um grande navegador português ao serviço de Espanha. *Rev. da Marinha*. Ano 44; II Série; n.º 96 (Dez 1960).

CASTELO BRANCO, Fernando – *Cabrilho: descobridor da Califórnia era português*. Lisboa: Academia da Marinha, 1944.

ESTADOS UNIDOS. Department of Interior. National Park Service – *Cabrillo national monument*. [Washington: Government Printing Office, 1954].

João Rodrigues Cabrilho. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, [19-?]. Vol. V, p. 321-322.

LAGOA, 4.º Visconde de – *João Rodrigues Cabrilho: achegas para a sua biografia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1958.

MARQUES, Alfredo Pinheiro – *New light on the problem of Cabrillo's origin*. Proceedings of the International Colloquium on the Portuguese and Pacific, Santa Barbara, 1995.

MENDES, José Agostinho de Sousa – João Rodrigues Cabrilho. Lisboa. *Revista da Armada*. Ano 10, n.º 108, (Setembro 1980).

MORIARTY III, James R. – *Explorers of the Baja and California Coast*. San Diego: Cabrillo Historical Association, 1978. (Sep. de Fifth Annual Cabrillo Festival Historical Seminar, vol.1, n.º 5).

MOURA, José António Carvalho de (coord.) – *Comemorações de homenagem a João Rodrigues Cabrilho na Vila de Montalegre e em Lapela de Cabril*. Montalegre: Câmara Municipal, 1980.

Nova estátua a Cabrilho. *Revista da Armada*. Ano XVII, n.º 197, (Março 1988).

REUPSCH, Carl F. – *Cabrillo and his Era*. San Diego: Cabrillo Historical Society, 1978. (Sep. de Sixth Annual Cabrillo Festival Historical Seminar. vol.1, n.º 6).

RODRIGUES, M. M. Sarmento – *João Rodrigues Cabrilho: descobridor da Califórnia*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1969. (Sep. de Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras, T. XII).

TAVARES, João Soares – *João Rodrigues Cabrilho: Um homem do Barroso?* Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre, 1998.

O DIÁLOGO ENTRE A GESTÃO PATRIMONIAL E A MUSEOLÓGICA: SIGNIFICADO, PERCEPÇÃO E VISÃO DE FUTURO PARA O MUSEU DO MÁRMORE DE VILA VIÇOSA

Licínio Rocha Cardoso Lampreia*

Resumo

O presente trabalho, longe de apresentar uma pretensão museológica e historiográfica, ambiciona, acima de tudo, apresentar uma breve reminiscência e uma síntese retrospectiva relacionada com o património industrial e geológico local, reforçar a luminosidade de uma viagem pelo passado, rememorar os sinais e os vestígios materiais das várias actividades de extracção e transformação do mármore, estender o olhar a diversos territórios e a linguagens da nova museologia e perspectivar uma visão de futuro para o Museu do Mármore de Vila Viçosa.

1. Um singular conjunto de património geológico e industrial

Naturalmente que não é possível abarcar no âmbito deste artigo um elenco pormenorizado de aspectos, temas e problemáticas que estão subjacentes aos recursos naturais e geológicos. Por isso, do vasto leque de temas limitar-nos-emos a analisar o enquadramento histórico, patrimonial e museológico, assim como alguns aspectos mais representativos, mas necessariamente breves e limitados.

* Historiador

Estamos absolutamente convictos de que se pretendermos desenvolver um projecto que ajude a estimular o desenvolvimento sustentado e equilibrado de Vila Viçosa, que mergulhe nas vivacidades das memórias locais, que contrarie a falta de identidade histórica e cultural, o tema do património geológico ocupa, inequivocamente, um lugar privilegiado. Trata-se, sem dúvida, de um grande valor da *"vila ducal"* e constitui, porventura, a vertente mais representativa, senão a mais importante, e a suprema expressão do imaginário colectivo calipolense, sem esquecer, naturalmente, os seus valores humanos que constituem a sua mais-valia e o vector fundamental da sua dinâmica.

Na verdade, é axiomático que Vila Viçosa, situada na principal zona marmórea do país, é detentora de um notável património geológico e industrial que engloba os recursos naturais, os equipamentos, as técnicas, as práticas e as vivências relacionadas com o trabalho do mármore, que emergem em luminosa evidência, conferindo a esta vila alentejana uma expressiva autenticidade e singularidade e uma feição peculiar, laboriosamente conservada ao longo dos tempos, que alcança um carácter excepcional no contexto nacional.

A exploração desta rocha ornamental tem constituído, desde épocas muito remotas, uma importante actividade económica que marcou de forma indelével o quotidiano de muitas gerações de calipolenses, cuja memória visual se reflecte não só nos objectos de uso quotidiano, mas também nas inúmeras obras de arquitectura civil, religiosa e militar, sem esquecer, obviamente, o urbanismo e a escultura, onde a pureza das linhas dos conjuntos arquitectónicos e a singularidade dos sistemas construtivos e decorativos, são extraordinariamente sublinhados pelo revestimento marmóreo que se transforma numa experiência artística e cultural ímpar.

Não é demais sublinhar que a profunda marca deixada pela notável continuidade histórica da actividade extractiva de rochas ornamentais, que presumivelmente representa a diferença mais saliente relativamente a outros casos similares, é hoje bem visível no ambiente urbano de Vila Viçosa e constitui a força motora da sua organização económica, espacial, artística e social, tratando-se, pois, de uma importante realidade sócio-económica geradora de uma matriz civilizacional que se encontra perfeitamente evidenciada pela toponímia local.

Todas estas razões tornam particularmente verdadeira a feliz síntese metafórica que considera esta localidade alentejana a *"capital do mármore"*, numa aliança que se manteria ao longo dos séculos e que contribuiu notavelmente para criar uma imagem de Vila Viçosa. Sobraram motivos que o decorrer dos tempos veio a confirmar. Em termos resumidos, uma *"vila de mármore"*, onde domina o tom branco e onde *"tudo nos surge construído em pedra, num mármore luminoso, que aparece translúcido e quase uma pele acetinada"*[1], numa espécie de revestimento lançado sobre toda esta vila alentejana.

[1] FERNANDES, José Manuel, in *Callipole* N.º 12 – 2004, p. 205.

Ou não fosse considerada a *"vila brigantina"* do século XVI *Uma "Cidade Ideal" em Mármore e a primeira Corte Ducal do Renascimento Português*[2], da qual proliferam inúmeros testemunhos nos nossos dias.

Se atentarmos na componente arquitectónica e artística, fácil é encontar nos cronistas locais e na densa bibliografia sobre Vila Viçosa referências para as inúmeras obras empreendidas nesse sentido, reconhecendo, quase todos, a excepcional tradição, o volume e a versatilidade de aplicações do mármore.

É, pois, notória a perduração e a omnipresença da utilização do mármore em Vila Viçosa, que se encontra associada à secular tradição da arte e do engenho de trabalhar esta pedra natural, à renovação das técnicas tradicionais de cantaria e ao facto de se utilizar sistematicamente um processo de alta qualidade na construção do património pétreo, que justifica, só por si, a existência de importantes escultores, mestres, oficinas, fábricas e pedreiras em Vila Viçosa, assim como a sua difusão e ressonância nacional e internacional.

Importa, contudo, frisar que o labor de reduzir a umas breves linhas o que merecia uma dilatada abordagem, obriga a uma rígida esquematização, correndo o risco de se converter em superficial e redutora. Esperemos que, pelo menos, permaneça como resíduo de tanta simplificação e eliminação, consciente ou inadvertida, a demonstração da importância vital do mármore para Vila Viçosa, quer como produto natural único, quer como matéria-prima de grande qualidade, quer, ainda, como uma das principais alavancas do seu desenvolvimento social e económico. Pena é que fora deste artigo tenha ficado outras observações relevantes para a compreensão desta problemática. Trata-se, pois, de uma pálida imagem que uma síntese sumaríssima consente, mas que resulta eloquente, e seria, por si só, o bastante para demonstrar o reconhecimento da importância das marcas do ambiente que caracteriza o trabalho da pedra e a necessidade da sua valorização, conservação e divulgação.

2. Breves apontamentos sobre a criação do actual Museu do Mármore

Apresentados, ainda que de modo resumido, os princípios enquadradores do património geológico, passemos a analisar sucintamente como se processou o projecto de criação do Museu do Mármore de Vila Viçosa e em que medida o itinerário percorrido respeitou as finalidades e as nascentes tendências museológicas.

Na sequência do enorme potencial do património geológico e industrial, há pouco apontado, a Câmara Municipal de Vila Viçosa decidiu criar o Museu do Mármore, cuja inauguração ocorreu em Outubro de 2000, encontrando-se sedeado na antiga estação dos caminhos-de-ferro.

---

[2] MOREIRA, Rafael, in Revista *MONUMENTOS* N.º 6, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997, p. 48.

Não cabe aqui ponderar os antecedentes, o enquadramento e os aspectos que estão subjacentes à sua instalação. Importa, tão-somente, frisar que o actual edifício que alberga o Museu do Mármore apresenta bastantes problemas relacionados, sobretudo, com a adaptação das instalações para fins museológicos. Com efeito, o Museu, apesar do seu acervo ser considerado de grande valor, não apresenta umas instalações adequadas à tutela e ao discurso expositivo dos bens, o que obstaculiza consideravelmente o desenvolvimento da sua acção museológica.

"Crapaud" manual, exposto no Museu do Mármore
© Câmara Municipal de Vila Viçosa

Como é sobejamente conhecido, o principal problema do actual Museu do Mármore é a exiguidade dos espaços e a sobrelotação das salas que constitui um constrangimento à exposição de peças e à realização de actividades orientadas para a captação de novos públicos. Outra das grandes lacunas consiste no facto dos objectos não se encontrarem contextualizados. Cada peça, para além da identificação e do período de utilização, deveria ser acompanhada de um pequeno texto explicativo sobre a mesma, de forma a melhorar a eficácia da comunicação e a sua correcta visualização.

Nesta óptica, o Museu do Mármore acabou por ficar petrificado numa museologia tradicional, pouco didáctica, sem uma direcção especializada e desprovida de actividades de investigação e educativas. Em suma, a ideia que importa reter é que, frente ao preconizado pelas novas correntes, este espaço museológico mantém um evidente rasgo estático, pelo que necessita um programa mais vasto e uma nova solução museológica.

Aspecto de uma sala do Museu do Mármore
© Câmara Municipal de Vila Viçosa

Aspecto exterior do Museu do Mármore
© Câmara Municipal de Vila Viçosa

Uma referência valiosa, que consta do Relatório das II Jornadas do Património (Vila Viçosa, 2004)[3], onde o debate museológico esteve na ordem

[3] Para uma visão de conjunto sobre esta problemática, vide o tema *"Museologia para o*

do dia, atesta de modo inquestionável que os vários especialistas presentes convergiram na necessidade urgente de se conceber um projecto de recuperação para este espaço.

No entanto, resulta incontornável salientar vários aspectos positivos relacionados com este projecto, ainda que seja somente por ter propiciado uma maior consciencialização da comunidade em relação ao seu património industrial e geológico, por ter constituído uma referência local de salvaguarda desse património e por ter permitido reunir bens que poderiam ter ficado dispersos ou irremediavelmente perdidos.

3. As novas correntes museológicas e patrimoniais

O património incorpora a todos e a cada um dos cidadãos e é concebido como um esforço social, uma prática participativa, um recurso e um valor, em detrimento de uma mera transmissão académica de uma série de conhecimentos. No campo que explora a museologia, tem um lugar cada vez mais importante as práticas diversificadas, especializadas e desprovidas de qualquer tipo de nostalgia. Hoje, os grandes reptos da gestão museológica convocam a profissionais do presente.

No período que mediou o início da instalação do actual Museu do Mármore e a presente data, muito mudou na concepção e na gestão museológica. Uma das novas tendências consiste em privilegiar uma visão interactiva, em abordar uma leitura integrada e dinâmica do património e em procurar o seu sentido como um todo (o importante já não é só o objecto, mas tudo o que o conforma nas suas componentes ambientais, ideológicas, económicas, sociais, artísticas, técnicas, etc.), em desfavor de abordagens parciais que conduzem a uma percepção desfocada e distorcida das dinâmicas históricas, culturais e patrimoniais. Neste modelo, pretende-se potenciar uma perspectiva integradora do património, numa relação dialéctica e indissociável em que as várias vertentes se constroem e estruturam mutuamente, tendo em conta a pluralidade de tempos e de culturas.

Nesta linha de argumentação, as novas correntes museológicas têm dedicado atenção redobrada ao património industrial, alargando paulatinamente o seu conhecimento à medida que a arqueologia industrial vai desenvolvendo o estudo da evolução técnica, dos materiais, dos instrumentos de trabalho e dos equipamentos relativos à industrialização. Sobreleva que o conceito de património industrial abarca todo o género de unidades produtivas, nas quais se incluem, naturalmente, as unidades extractivas e transformadoras.

Futuro – A Importância dos Museus em Vila Viçosa", onde perpassa o fundamento deste facto, pp. 6-9.

Uma das novas tendências da museologia contemporânea consiste em abandonar uma concepção rígida e restritiva, para abrir caminho a uma nova orientação que tenha em linha de conta o contexto e as múltiplas relações do património com o seu meio físico, a abertura dos museus à sociedade, o desenvolvimento de aspectos didácticos e pedagógicos (ancorados nos princípios de interpretação do património), a procura de rendibilidade social (os museus como motores de desenvolvimento) e o primado da museologia como ciência que planifica, com base em pressupostos teóricos e numa lógica de perspectiva global dos problemas de um museu (científicos, económicos, administrativos e sociais).

No que tange à visão ampla e interactiva do património, que devem possuir os museus, a interdisciplinariedade no seu tratamento, o carácter territorial do património e a sua inclusão em políticas de desenvolvimento sustentado, constituem, entre outras, importantes vertentes propulsoras preconizadas pela museologia contemporânea.

Uma análise advertida desta temática serviria para compreender que as soluções museológicas, concebidas à luz do pensamento hodierno, permitem explorar a diversidade e as densidades temáticas, directamente relacionadas com a dinâmica da sociedade. Nesta óptica, uma componente a considerar é o estudo e a contextualização dos espaços, bens ou testemunhos culturais, potenciando a selecção de recursos patrimoniais, através dos quais os museus, juntamente com outros agentes de desenvolvimento local, e em interacção com a comunidade, possam vivenciar o território e dinamizar a sua abertura ao exterior.[4] Enfim, uma proposta museológica alicerçada numa tríade necessária, onde o **território**, a **comunidade** e o **património** se encontram em plena interactividade, alcançando uma dimensão histórica, social e inclusiva. Não se trata apenas de colocar numa balança fenómenos interdependentes, mas, acima de tudo, que se reconhecem organicamente unidos. O seu vínculo constitui o andaime conceptual do verdadeiro espírito que enforma qualquer projecto museológico, funcionando como um desafio permanente.

Estes, e outros pressupostos, configuram um conceito de património cultural que coloca especial ênfase na diversidade social e no usufruto da memória colectiva, no qual o Museu assume um papel fundamental.

Importa também enfatizar que as novas soluções museológicas não pretendem apenas prevenir a degradação do património, superar a atitude de mera conservação física dos bens, evitar a dispersão da memória colectiva e exaltar o património geológico e industrial, mas ambicionam também redescobrir os ensinamentos de muitos séculos de história e torná-los acessíveis aos

[4] Registe-se aqui, na sequência desta problemática, a comunicação de Maria da Graça Filipe, *"A Gestão do Património, os Museus e o Território – Processo integrado e de interacção com a Comunidade"*, apresentada nas II Jornadas do Património (Vila Viçosa, 2004).

cidadãos, com vista à sua plena fruição. O verdadeiro sentido do património cultural reside, sobretudo, nas pessoas que o fazem e que o vivem e o principal valor que o caracteriza não é tanto o seu produto final, mas sim o processo.

O mundo da gestão patrimonial, em geral, e o dos museus, em particular, deve perspectivar a necessidade de construir no presente, e com as ferramentas dos nossos dias, os caminhos que permitam que o património cultural de "ontem" e de "hoje" possam conviver e enriquecer-se, potenciando, acima de tudo, uma continuidade histórica baseada no respeito pela diversidade e pela razão de ser de todas as formas de "*patrimónios*" que deixaram de ser menores e que é cada vez mais necessário conferir as mesmas formas de respeito.

4. O Novo Museu do Mármore de Vila Viçosa

Consciente desta realidade, a Câmara Municipal de Vila Viçosa dedica actualmente particular atenção ao processo de valorização do património geológico e industrial e, sobretudo, à necessidade de desenvolver um programa de intervenção mais global que contemple uma outra solução e uma nova estrutura museológica, que permita desenhar novos modelos de gestão e de organização.

A salientada necessidade de renovação museológica, é uma constatação insofismável que se vem acentuando nos últimos anos. Atentos aos progressos e às novas tendências a que nos acabamos de referir, onde adquire particular acuidade o conceito de património cultural contemporâneo e as suas implicações no que concerne a esse lugar chamado "*Museu*", parece-nos agora preferível analisar de forma mais detalhada a transferência do actual espaço museológico para a Pedreira do Olival da Gradinha.

Chego, talvez, com demasiadas delongas, a outro objectivo nuclear deste trabalho: falar do novo projecto museológico para Vila Viçosa. Reafirmo de forma empenhada que deposito bastante interesse nesta empresa museológica, inovadora e ambiciosa, que reputo de grande importância estratégica para o futuro de Vila Viçosa. Mas, talvez fosse preferível perceber o enquadramento e as motivações que estão subjacentes à sua realização.

Não será de mais sublinhar que o propósito que se encontra subjacente às minhas palavras não é outro que utilizar um momento de inflexão no panorama museológico local, explorar o seu amplo horizonte de possibilidades e exercer, com humildade, o direito irrenunciável de participar neste processo colectivo de mudança de paradigma na concepção e desenvolvimento do novo modelo museológico.

Por isso, é de reforçar que neste processo é fundamental renovar e adequar os esforços aos progressos, às investigações mais recentes, às nascentes tendências e às propostas e exigências da nova museologia, com especial incidência no que concerne às formas de gestão e de organização.

No dia 16 de Julho de 2011 foi lançada a primeira pedra do novo Museu do Mármore de Vila Viçosa, um momento que assinalou o arranque da fase inicial

de um projecto museológico que pretende transferir o actual Museu para a desactivada Pedreira do Olival da Gradinha, situada a escassos metros do centro de Vila Viçosa e praticamente inserida no espaço urbano.

Certamente que ninguém pretende abordar este projecto apenas com base num plano.

De acordo com o novo projecto museológico, em fases sucessivas, pretende-se ampliar a área de exposição, recuperar ou adaptar as construções anexas e tratar todo o espaço exterior. Não será, de facto, apenas esta vertente que quero aqui lustrar, mas também a localização estratégica, que permite retirar partido da memória e da cenografia que este espaço encerra. Com efeito, resulta altamente vantajoso articular metodologias e nascentes soluções museológicas num novo modelo de gestão integral, que garanta a protecção e a divulgação do nosso património geológico que reflecte as identidades e os interesses de muitas gerações de calipolenses, contribuindo, deste modo, para se fixar ao território e para atrair outros recursos exteriores.

Num breve olhar sobre o projecto do novo Museu do Mármore, é necessário dirigir a nossa atenção em direcção à sua futura evolução, às razões e ao sentido das necessidades mais prementes e, em última instância, a uma solução actualizada, sustentada e contextualizada do entendimento da actividade de exploração de uma pedreira de mármore, na sua relação com o espaço envolvente, tendo em linha de conta, naturalmente, a recuperação ou adaptação das construções anexas, que são parte integrante do complexo extractivo, potenciando a interacção dialéctica entre este espaço e os visitantes.

O programa de desenvolvimento do novo projecto museológico inclui, ainda, a ampliação da área expositiva, a criação de um conjunto de novos espaços museológicos com vista a permitir um novo funcionamento, sem descurar a redefinição e o reforço do papel do Museu do Mármore na dinamização da acção científica e cultural.

A par da referida ampliação e apetrechamento, o projecto prevê a criação de um conjunto de núcleos museológicos, assim como a redefinição e o reforço do seu papel na acção educativa, aspecto que deve merecer uma atenção redobrada.

Em síntese, uma nova estrutura que apresenta soluções práticas e formais, que articula a teoria à prática e que conjuga de forma ordenada e coordenada a museologia e a museografia. É, pois, à luz dos princípios atrás mencionados, que devemos perspectivar esta etapa de renovação museológica, que ambiciona encontrar um adequado enquadramento científico e espacial e um contexto capaz de garantir a sustentabilidade, a valorização, a conservação e a divulgação dos recursos naturais, dos equipamentos, das técnicas, das práticas e das vivências relacionadas com o trabalho do mármore, tendo como principais objectivos valorizar, estudar e divulgar o património natural e tecnológico que o mármore representa nesta região, bem como dar a conhecer diferentes aspectos relacionados com o mármore nas suas vertentes científica, produtiva, histórico-cultural e de expressão artística.

Esta nova solução, além de facilitar a apreensão de conceitos geológicos, industriais, históricos e sócio-económicos, por vezes demasiados abstractos e afastados da realidade, constitui uma área favorável ao desenvolvimento de uma abordagem global passível de compreender a evolução das estruturas e das inovações tecnológicas. Os instrumentos industriais e as técnicas de trabalho associadas ao labor de extracção e de transformação do mármore adquirem um maior significado quando integrados na unidade produtiva a que pertencem, numa lógica de caracterização das formas de utilização e de interdependência com o conjunto que os torna significativos, em detrimento de objectos isolados e descontextualizados, cujas funções nem sempre são suficientemente conhecidas.

Possuindo valor próprio enquanto elemento do património industrial e geológico, o acervo do novo Museu do Mármore de Vila Viçosa adquire um significado pleno, visto que se encontra integrado no quadro produtivo em que ocorre a sua utilização, permitindo, deste modo, aproximar o património industrial ao contexto histórico e ao território que o gerou e que fora do qual perde todo o significado.

Não custa muito entender que esta fase de renovação museológica deverá, vantajosamente, ser acompanhada de outras acções e intervenções complementares e subsidiárias, com particular destaque para o processo de incorporação de espólio para enriquecimento do respectivo acervo, a criação de novos espaços museológicos e a reorganização de salas de exposições, assim como várias actividades de dinamização e de investigação.

A atenção que tenho concedido aos novos paradigmas da gestão museológica, que tem explorado os modelos propostos pelas nóveis interpretações, leva-me agora a uma interpelante abordagem do percurso que hoje, mais do que nunca, permite formular as bases de uma gestão museológica contemporânea. Com o propósito de encarar situações de especial relevância em termos científicos e metodológicos, procuraremos definir um modelo que apresenta, entre outras, algumas ideias-força que importa reter.

Desse percurso merece consideração, o reforço da educação patrimonial, através do desenvolvimento de programas interdisciplinares directamente relacionados com este território do património calipolense, com a finalidade de fomentar uma sensibilidade e um entendimento profundo e consciente da realidade patrimonial contemporânea e da cultura do presente, já que para se proceder convenientemente à mudança que este conceito de património pressupõe, as melhores armas são a informação e a educação. A prática tem mostrado que os aspectos didácticos e educativos deverão ser uma das mais importantes prioridades de forma a permitir desenhar uma ampla gama de percursos, conteúdos e visões que proporcionem uma adequada adaptação aos diferentes grupos etários, com o objectivo de introduzir uma mensagem de conservação.

Uma gestão museológica ainda mais prudente, adverte que a conservação e o restauro deverão constituir importantes áreas de intervenção no âmbito da acção museal, a implementar com base na elaboração de um diagnóstico do

estado das peças, identificando-se as causas para a sua deterioração e apresentando-se, posteriormente, um quadro de possíveis soluções. Não se trata apenas de acumular um rico e diversificado acervo. O que importa não é só preservar, mas fazê-lo nas melhores condições. Na verdade, de pouco vale guardar e acumular, se não se procede à devida organização documental e se não se facilita o acesso através da descrição informatizada.

Outra perspectiva que alcança clara evidência nesta problemática, tem a ver com a criação de estruturas e métodos de trabalho específicos para a aplicação da noção contemporânea de património cultural, tendo em conta não apenas a sua diversidade, mas também o seu carácter vivo e dinâmico e, sobretudo, a necessidade de um labor de estudo, de inventário, de valorização e de promoção a longo prazo. Está já estabelecido e muito bem divulgado que o inventário, constitui um dos pilares fundamentais da prática da cultura patrimonial no contexto da museologia contemporânea. O conceito de inventário que aqui propomos constitui uma boa oportunidade de reformulação de muitos projectos museológicos que desenvolvem, ainda, um conceito de cultura silenciosa e restritiva. Desde esta óptica, o inventário representa um dos mecanismos cruciais na concretização de uma política museológica que promova o lugar dos saberes e dos actores sociais que os cultivam a nível local.

De entre os pressupostos da gestão museológica, merece, também, relevo uma atenção sobre o papel que desempenham as novas tecnologias da informação e da comunicação. Num mundo cada vez mais próximo de cada um e que se instala em todos os lugares, existem outros elementos de diferente natureza, mas que não podem ser esquecidos, dado que encerram uma estreita ligação com esta questão. Referimo-nos concretamente à situação actual e ao papel que ocupam as novas tecnologias e os meios digitais aplicados ao conteúdo museológico e às novas formas de difusão participativa do património, sobretudo, no que se refere à interactividade com o receptor e à capacidade de facilitar a comunicação. A informação não pode permanecer estática, mas deve mudar incessantemente para outras aplicações e desenhos adequados, o que deverá passar pela aplicação das principais tipologias tecnológicas de acordo com uma lógica de apoio e de complementariedade na difusão do património e do valor acrescentado. As novas tendências a este respeito defendem que o uso de novas tecnologias da informação e da comunicação se inclua no discurso expositivo de forma bastante discreta, de molde a permitir uma comunicação com o receptor desprovida de elementos que o desviem da mensagem principal.

Face à variedade e à complexidade dos problemas patrimoniais e sócio-económicos que caracterizam a gestão museológica, a mesma deverá incorporar a afectação de pessoal devidamente qualificado que, além de formação especializada, possua experiência e espírito de trabalho em equipa.

De igual modo, é importante contar com um Plano Museológico, eminentemente prático que apresente instrumentos, métodos e processos de planificação do espaço museológico, condição essencial para levar a bom porto os objectivos definidos para este projecto.

5. Alguns aspectos de síntese

Vila Viçosa, sede da corte ducal renascentista e solar da Padroeira e Rainha de Portugal. Vila Viçosa, cidade erudita e berço de personalidades ilustres. Vila Viçosa, a bela e formosa princesa do Alentejo. Vila Viçosa, vila-museu e capital do mármore. Mas, Vila Viçosa, à procura do seu próprio caminho, do seu sentido estratégico de futuro e a preparar um novo projecto museológico que sintetize a sua identidade, a sua idiossincrasia e que potencie os seus valores e recursos de forma a imprimir-lhe uma pujante visibilidade e fortaleza competitiva.

Almejar a transformação do actual Museu do Mármore como um novo projecto museológico, com todos os ingredientes que fomos definindo ao longo deste texto, significa, acima de tudo, um desejo de transformação de um novo espaço físico e de valorização do património natural e geológico. Mas, significa, também, uma inabalável determinação na mudança de mentalidades e de atitudes. Esta transformação será, certamente, sentida por todos aqueles que a vivem quotidianamente e por aqueles que, mesmo estando fora, sentem este património geológico como um legado comum.

Tudo ajuíza, portanto, do acerto deste novo projecto museológico, podendo Vila Viçosa beneficiar de uma promoção nacional e internacional sem precedentes. Acresce que este programa constituirá um reconhecimento nacional e internacional do valor excepcional de um dos símbolos mais representativos do património calipolense e de uma imagem de marca, o que significará um motivo de orgulho e uma mais-valia para Vila Viçosa, assim como um aumento exponencial das nossas possibilidades turísticas. É convicção generalizada que a imagem de marca de uma vila, de uma cidade, de uma região ou de um país, que responda à realidade social, económica e cultural, constitui uma poderosa ferramenta que permite expressar um conceito representativo e consistente do conjunto, susceptível de permitir um melhor entendimento com as suas diversas audiências.

Em estreita conexão com os pressupostos acima enunciados, a simbiose entre o turismo e o património industrial adquire também uma importância capital, que poderá marcar novos caminhos no desenvolvimento de Vila Viçosa e definir o paradigma do seu desenvolvimento futuro.

É, pois, neste entrelaçado de motivações, onde as questões do estudo e da conservação do património, a assunção de um novo paradigma museológico local, a participação e a dinâmica da comunidade local e a sintonia com as recomendações dos vários especialistas estão presentes, que devo situar o impulso para a criação do novo Museu do Mármore de Vila Viçosa.

Bibliografia

FERNANDES, José Manuel, *A Cidade de Mármore*, in *Callipole* N.º 12, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2004.

MANIQUE, António Pedro, PROENÇA, Maria Cândida, *Didáctica da História – Património e História Local,* Lisboa, Texto Editora, 1994.

MOREIRA, Rafael, *"Uma Cidade Ideal" em Mármore"* in MONUMENTOS N.º 6, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997.

RELATÓRIO DAS II JORNADAS DO PATRIMÓNIO DE VILA VIÇOSA, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2004.

SANCHO, Querol Lorena, *Inventariando patrimonios culturales: ocho entrevistas en Museos de Lisboa,* in Revista Electronica de Património N.º 5, 2009.

A PAIXÃO PELA CAÇA A PROPÓSITO DA SINGULAR REPRESENTAÇÃO DE UM GRIFO (*GYPS FULVUS*), NUM ORNAMENTO MEDIEVAL

João Mário Palla Lizardo
Joaquim Miguel Palla Lizardo

Introdução

Na Idade Média europeia a caça vai progressivamente perder a sua importância como atividade económica diretamente ligada à sobrevivência humana, transformando-se então num símbolo do poder feudal que gera à sua volta toda uma panóplia de regras sociais e correspondentes instrumentos que são dotados de ornamentação adequada a essa importância.

Ilustração 1 – O medalhão que inspirou o presente artigo.

Porém, tal não lhe retirou um fascínio que vinha dos primórdios da humanidade e foi isso que esteve na origem do presente texto. Sem os velhos artigos da revista "Diana" ("revista de caça e pesca") e sem a proximidade e o incentivo que resultam das coleções de troféus de caça de Vila Viçosa, não teria sido sequer pensável a deteção do pormenor que está na base deste artigo.

Quando um, por enquanto ignorado senhor feudal, adotou como elemento decorativo o grifo tipicamente peninsular, que nada tinha a ver com o animal mitológico com o mesmo nome e que, portanto, não gozava do estatuto simbólico associado a este último, traduzia com essa escolha uma vivência que apenas pode resultar do fascínio que antes se referiu.

Uma peça decorativa do quotidiano senhorial da Idade Média.

Ao tomar-se conhecimento da peça que esteve na origem do presente texto ainda havia muito para descobrir e, à partida, pouco mais se poderia adiantar para alem de que se tratava de um medalhão de cobre, dotado de forma tendencialmente circular, com 7,5 cm de diâmetro e 7 cm no sentido do largura, no qual se insere uma estrela de seis pontas, cujo centro está ocupado por um busto, provavelmente feminino, estando os triângulos que são formados pela intersecção dos "braços" da estrela decorados com aves de rapina. Os relevos foram objeto de douradura e os espaços vazios provavelmente estavam preenchidos com esmaltes coloridos, tal como sucede com peças análogas.

Um exemplar idêntico está exposto no Museu Episcopal de Vic, na Catalunha, o qual apresenta um notável conjunto deste tipo de medalhas, encontrando-se, por exemplo, uma outra relevante coleção no Museu Lazaro Galdiano de Madrid.

Para além do estado de conservação desta peça, que lhe é mais favorável, existem escassas diferenças relativamente ao exemplar que se encontra no Museu, diferenças essas que se limitam ao desenho do busto humano central, e, talvez, quanto à caracterização das aves de rapina.

No caso do Museu atrás referido, a sua peça está datada de finais do séc. XIV e início do séc. XV, e será, portanto nesse período cronológico que se deve colocar aquela que aqui se analisa, existindo um certo grau de "arcaísmo" no seu desenho que aconselha a que a situemos no séc. XIV.

Este tipo de ornamentos teve grande voga nos reinos de Castela e Aragão nos séculos XIII/XIV, e, apesar do seu requinte, destinavam-se a enfeitar os arreios dos cavalos ou mesmo alguns especiais cães de caça.

Neste aspeto, está documentada, por exemplo, a encomenda de chapas esmaltadas de "latão" a "Pedro Mestre de Barcelona" destinadas às coleiras dos "lebréus da Bretanha" as quais seriam dotadas com as armas do encomendante, ou seja, o príncipe João I de Aragão.

O refinamento destas peças é claramente demonstrativo do papel social de prestígio que desempenhavam os cavalos de raça e os cães de caça, que ficavam assim ricamente ornados, como forma de demonstrar o poder social dos seus proprietários e, neste sentido, faziam parte do dia-a-dia do aparato senhorial.

Embora não seja possível determinar a origem desta medalha, sabe-se que foi adquirida a um vendedor de "ferro-velho" de Santarém nos meados da década de sessenta do século passado, o qual informou que seria proveniente de um achado ocasional em campos agrícolas da zona.

Ilustração 2 – Vértice inferior direito do hexágono (aquele que se encontra em melhor estado de conservação), e que permitiu fazer a identificação da ave representada e que é a mesma em cada um dos seis vértices do hexágono.

Se nos recordarmos que, após o fracasso de Aljubarrota, o rei de Castela veio dormir a Santarém, que constituía então uma base para as forças invasoras que liderava, não é de descartar a hipótese de ter sido perdida nesse período por um fidalgo castelhano.

Uma peça algo semelhante, mas, em prata, foi exibida no núcleo da Torre de Belém da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, em 1983, estando nesse caso a sua decoração centrada na letra Y, o que, em associação com a zona da batalha de Aljubarrota, foi visto como podendo tratar-se de um símbolo de D. João, Mestre de Avis, mas tal opinião esqueceu que o nome do rei de Castela também começava pela mesma letra. Aliás, no catálogo do Museu de Vic, são abundantes as peças decoradas com a letra Y e que são associadas ao Rei João II de Aragão.

Sobressai na peça um dourado que demarcava os seus altos relevos de modo a realçar a volumetria do desenho. Segundo o catálogo acima citado era habitual o uso de esmalte branco ou verde nos interstícios, embora, neste caso, seja difícil uma opinião devido ao seu desaparecimento, mas, com observação mais cuidada, deteta-se junto às extremidades dos relevos uma tonalidade mais clara que poderá corresponder a vestígios de esmalte branco, muito afetado pela oxidação.

Identificação do Grifo

O medalhão em causa tem 145 por 160mm de diâmetro, de pouca espessura, com nervuras ou reticulado em forma de hexalfa regular com prolongamento em curva de ligação exterior aos ângulos. Á volta, seis lóbulos, em combinação com as nervuras, de remate exterior arredondado, combinado com as mesmas. No hexágono central inscreve-se o busto de uma figura humana. Em cada lóbulo inscreve-se uma ave, que se repete com a mesma morfologia.

Um destes lóbulos encontra-se num estado de conservação que se pode considerar bastante aceitável, foi a partir deste que se realizou a identificação.

A identificação do grifo (*Gyps fulvus*), como sendo a ave representada no medalhão acima referenciado, baseia-se nos seguintes factos:

a) – A ave representada apresenta uma coleira bem marcada – o grifo possui uma coleira de penas brancas ou branco-amareladas;

b) – As rémiges primárias estão perfeitamente diferenciadas no medalhão, o que também se verifica na realidade em que estas penas são pretas enquanto as outras penas são de tom cinzento acastanhado;

c) – As retrizes (penas da cauda), notam-se bem, estas também são pretas;

d) – O arqueamento do pescoço numa posição de ataque, só possível numa ave com um pescoço muito comprido numa cabeça pequena comparativamente ao resto do corpo;

e) – As patas (das quais uma está levantada), com três dedos de grande comprimento, semelhantes às da Ordem dos Ciconiformes.

Ilustração 3 – Imagem de um grifo em cativeiro (repare-se na semelhança do bico com o da ave representada no medalhão).

Mas afinal, o que carateriza o grifo?

Grifo (Gyps fulvus de Gmlin), é um abutre de cerca de 1,10 m de comprimento e 2,70 m de envergadura (de ponta a ponta das asas). O peso dos adultos varia entre 5 a 7 kg. Trigueiro arruivado, mais escuro no ventre, com as rémiges primárias e as penas da cauda pretas. Penas da coleira brancas ou branco-amareladas; cêra cor de chumbo escuro, bico pardo e pés pardo-escuros. Cabeça lanosa (que se pode observar na ilustração n.º 3).

Ilustração 4 – Grifos no campo a prepararem-se para devorar um vitelo morto (Foto captada no Concelho de Serpa em 10/6/12).

Alimenta-se, como quase todos os abutres, de carne corrompida, sendo raro atacar animais vivos. No entanto, salienta-se o artigo do jornal o "Sol" do dia 2011-05-20, que refere ataques de abutres (neste caso grifos), a rebanhos na zona da Beira Interior. Neste artigo é solicitado à DGV (Direção Geral de Veterinária), a autorização para a criação de "alimentadores de abutres" com carcaças de animais mortos, por parte do ICNB (Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade).

O que são?

Os alimentadores de aves necrófagas são locais com acesso condicionado onde são depositadas carcaças de animais com o objetivo de disponibilizar alimento para as aves necrófagas ameaçadas.

Os alimentadores estão regulamentadas pelo Regulamento (CE) n.o 1774/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Outubro de 2002 que estabelece regras sanitárias relativas aos subprodutos animais não destinados ao consumo humano reforçado pela decisão da comissão 2003/322/CE de 12 de Maio relativa à alimentação de aves necrófagas e ainda pelo dec. lei n.º 204/90 de 20/06 que estabelece as normas de instalação destas infraestruturas no nosso País.

No caso de Portugal o regulamento permite a criação de alimentadores para aves necrófagas das seguintes espécies: Grifo comum (Gyps fulvus), Abutre-preto (Aegypius monachus), Abutre-do-egipto (Neophron percnopterus) e Águia real (Aquila chrysaetos), devidamente enquadrados em programas de conservação para as espécies alvo.

Habita os rochedos, principalmente na vizinhança das montanhas, fazendo ninho com ramos de árvores nas fendas das rochas.

Espécie necrófaga que se alimenta de carcaças de gado e de animais selvagens. Logo que uma ave localiza uma presa, o seu comportamento chama a atenção dos outros abutres da colónia.

Raro, está no Anexo 1 da Diretiva Aves. Em Portugal ocorre sobretudo nos vales do Tejo e Douro superiores e respetivos afluentes, junto à fronteira. Os seus maiores problemas são as perseguições e a falta de alimento.

Os juvenis possuem as coberteiras alares inferiores mais claras do que as dos adultos, mas sem marcas brancas. **Colar bege-escuro**. Só atingem a plumagem adulta aos 5/6 anos.

Nidifica em colónias. Postura: 1 ovo, em meados de fevereiro ou princípios de março. Incubação: 48 a 54 dias, feita por ambos os adultos. As crias atingem a capacidade de voo ao fim de 110 a 115 dias. A emancipação dá-se dois a três meses mais tarde. A maturidade sexual é adquirida aos 4-5 anos de idade. **Longevidade: pode chegar aos 37 anos**.

As aves imaturas são nómadas e podem efetuar deslocações bastante grandes, indo invernar a Sul do Saara.

Ilustração 5 – Salienta-se o tamanho da composição da colónia (podem identificar-se 32 grifos).

Normalmente eleva-se com as asas em "V", a pequena cabeça branca enfiada no dorso e a cauda curta completamente aberta. O efeito geral que produz pode descrever-se como um par enorme de asas com um corpo pequeno.

Situação atual da espécie – Tem sofrido um grave declínio na Europa Central devido à invasão dos campos e às mudanças climáticas; atualmente está confinado ao Sudoeste e Sudeste da Europa.

No dia 2012-02-10, a Assembleia da República resolveu nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa instituir o sobreiro como árvore nacional de Portugal. O montado de sobro ocupa 737 mil hectares, ou seja 21% da área florestal nacional e é considerado o único sistema agro-silvo-pastoril sustentável. A referida sustentabilidade só é possível com um bom sistema sanitário e é aí que o grifo desempenha um papel fundamental.

Se todas as espécies necrófagas desempenham um importante papel nos ecossistemas naturais, ao grifo cabe a honra de ser o melhor sanitário do ecossistema do montado. A ignorância popular atribui-lhe a responsabilidade de muitas doenças contagiosas (veja-se o caso do Carbuncúlo hemático provocado pelo *Bacillus anthracis*, e a sua difusão na década de quarenta do século passado). Dizia-se que o grifo depois de ter participado da ingestão de um cadáver empreendia um voo para os picos mais altos e que transportava restos de carne putrefata nas suas garras, contaminando assim terras e cursos de água. Este fato é falso, pois o grifo é bastante limpo na hora da refeição e jamais empreende um voo com restos de comida nas garras. Para além disso é a ave que tem sucos gástricos com maior acidez (têm um valor de ph inferior a 2), este valor é capaz de eliminar qualquer fonte de contaminação o (*Bacillus anthracis* acima referido tem um valor ótimo de ph de 7,2) que tivesse a rés morta no momento de ser devorada.

No Alentejo é provável encontrá-lo na Serra de S. Mamede, nos concelhos de Mourão, Moura, Barrancos, Serpa e Mértola (praticamente a bacia do Guadiana).

Legislação portuguesa e comunitária sobre o grifo – Em Portugal é considerado como uma espécie **vulnerável.**

Na Europa é considerado **Raro.**

Para a SPEC está no nível 3 **(estatuto de conservação desfavorável na Europa)**.

Segundo a convenção de Berna está no nível II **(espécies de fauna estritamente protegidas).**

A representação de abutres da Idade Média

Apesar de tal poder causar alguma estranheza aos nossos olhos, tudo indica que sejam muito raras as representações de abutres, seja qual for a sua espécie, nas figurações medievais, situação que, aliás, se prolongou pelos séculos seguintes.

O facto deste tipo de aves ter uma distribuição exclusiva do Sul da Europa explica, em parte, esta ausência, mas, além disso, é indiscutível que a sua existência foi menorizada durante séculos, bastando recordar que, no Antigo Testamento, a ave que sai da Arca de Noé para se alimentar com os corpos das vítimas do dilúvio é o corvo e não o abutre.

Ilustração 6 – Representação de um abutre (em luta com corvos). Iluminura Italiana, séc. XIV.

Num detalhado estudo dedicado às imagens de aves nas iluminuras medievais[1], apenas se refere a representação de um abutre, neste caso o "Gypaetus barbatus", devendo dizer-se que se trata de uma pintura italiana, o que vem con-

[1] "Birds in medieval manuscript", Brundson Yapp, ed. British Library, 1981.

firmar aquilo que atrás se referiu quanto à importância da origem geográfica do abutre[2]. Aliás, nesse livro reproduzem-se várias iluminuras apresentando a cena apocalíptica do "chamamento dos pássaros", na qual os mortos são comidos por aves e as espécies que aí surgem são corvos, gralhas, gaivotas ou pegas, não estando figurado nenhum abutre, ao contrário do que seria expectável.

Em obras como o "Livro das Aves", de Hugo de Foilly, que, em Portugal, conta com 3 versões do séc. XII[3] o desenho do animal designado como "vultur" é meramente fantasioso, ou para usar as palavras da comentadora, "é difícil de aceitar como imagem de um abutre"[4], e, no mesmo sentido, no livro anteriormente mencionado afirma-se que, nos "Bestiários" medievais a imagem do abutre apenas pode apresentar divergência relativamente à da águia por apresentar um bico "ligeiramente menos em gancho"[5].

Deve dizer-se que estes "Livro das Aves", tal como outros bestiários, nada tinham a ver com as ciências naturais e limitavam-se a propalar princípios religiosos cristãos utilizando as aves como motivo simbólico, embora, no caso do abutre, adiantem um comentário que traduz um real comportamento dos membros desta espécie que a distingue das demais aves de rapina, pois sublinham que, "o abutre também gosta de caminhar com os pés"[6], caraterística que se repercute na configuração das suas patas, como, noutro ponto, se referiu.

Ilustração 7 – Friso de aves representadas numa iluminura do século XII.

[2] Ob. Cit. pág. 168, informação de que em tempos nidificou em Itália.

[3] Compilação e comentários de Maria Isabel Rebelo Gonçalves, ed. Colibri, 1999.

[4] Ob. Cit. pág. 47.

[5] "Birds..." pág. 164.

[6] "Livro das Aves", pág. 127.

A respeito destas obras diga-se ainda que o abutre tanto é tratado pela positiva, como símbolo de comportamentos cristãos, como surge pela negativa, como imagem do pecador, sendo impossível retirar uma conclusão definitiva quanto ao significado que possam assumir as suas representações.

Na medida em que seja admissível o formular de afirmações negativas, pode dizer-se, com alguma segurança, que não foi utilizado qualquer abutre em brasões e demais heráldica medieval e pouco mais se detetou para além da sua provável figuração num friso de aves que decoram uma faixa da famosa "Tapeçaria de Bayeux", sendo deveras singular a utilização que encontramos nesta medalha.

A publicação do Museu de Vic que inicialmente se referiu nada informa quanto a uma possível identificação do possuidor desta insígnia e também nada esclarece quanto à interpretação da figura central e, infelizmente, nada se pode acrescentar a este respeito, com exceção da menção a uma figura central semelhante, embora no centro de uma estrela de oito pontas, que se encontra esculpida num bloco de pedra que é observável na Igreja de Santa Maria em Óbidos. Neste caso, é razoável atribuir a esta figura uma datação equivalente à da medalha, embora, obviamente, mais dilatada no tempo, ou seja por volta do séc. XIV, com mais ou menos prolongamentos para os séculos imediatamente anterior ou posterior, mas também não foi possível obter quaisquer dados a respeito desta escultura, que se encontra inserida numa construção muito posterior.

Ilustração 8 – Igreja de Santa Maria de Óbidos (repare-se que o formato é igual ao do medalhão).

Além das interrogações que se suscitam relativamente à imagem central, também a utilização da figura do abutre é algo intrigante.

Pondo de lado os conceitos atuais e considerando que, na Idade Média, não existia qualquer meio que possibilitasse uma rigorosa identificação dos animais, poder-se-ia dar o caso de se tratar de uma "águia" para a qual o gravador tivesse utilizado o modelo que, naquele momento, se encontraria "mais à mão", sendo extremamente frequentes nessa época as figurações de animais com caraterísticas híbridas ou traços meramente convencionais, como sucedia com o exemplo dos "vultures" que surgem nos "Bestiários", como atrás se citou.

Porém, alguns aspetos do desenho, v.g. a forma das patas, demonstram um bom conhecimento das caraterísticas de alguns abutres, sendo também de relevar que não nos encontramos perante uma imagem genérica, que "jogue" com algumas caraterísticas mais conhecidas, como é o caso do pescoço comprido e pelado, mas sim face à figuração de uma espécie bem concreta dessa família animal.

Precisando mais esta afirmação, recorde-se que, na Idade Média, ou, mesmo nos nossos tempos, a imagem tradicional de uma ave de rapina inclui sempre um bico bem aguçado, em vez do aspeto "quadrado" que se observa neste caso, ou, patas em forma de garra, de unhas salientes e retorcidas, em vez do comprido e direito "dedo" que aqui temos, e, por isso tudo indica que existiu uma clara opção pela figura de um grifo.

Ora, como inicialmente se referiu, este tipo de ornatos estava frequentemente ligado à atividade cinegética e quem se dedicasse à caça saberia identificar um grifo, que constituía presença habitual em certas zonas da Península, sendo lógico supor que esta ligação explica, de alguma forma, a sua inclusão como elemento decorativo.

Segundo a obra que tomámos como base para este texto, ou seja, o catálogo do Museu de Vic, era usual que os animais de caça mais valiosos usassem ornamentos com as insígnias familiares do seu proprietário e, por outro lado, as espécies ligadas à atividade venatória entravam frequentemente nos brasões dos nobres peninsulares, embora, a esse respeito, apenas sejam referidos a águia, o cisne, o leão, a que se podiam adicionar o cão e os animais fantásticos como o dragão e a quimera, mas, apesar do grifo não figurar neste rol, é forçoso ter em consideração a importância da caça neste contexto.

Poder-se-ia aventar que, tratando-se de um animal de enorme corpulência e aterrorizador aos olhos do vulgo, a sua representação quadraria bem com um espírito senhorial assente no domínio dos "seus" servos, aí se incluindo o aspeto psicológico, mas receia-se bem que esta visão, que parece ter surgido diretamente da literatura romântica, seja demasiado negra quanto à realidade da Idade Média.

Porém, uma afirmação do "Poder" e uma manifestação do gosto cinegético, ele próprio um destacado veículo para a assunção do poder feudal, podem seguramente ser associados a esta medalha, que se apresenta com uma decoração algo insólita relativamente às normais peças deste tipo.

Agradecimentos:

À Fundação da Casa de Bragança por toda a colaboração prestada e ao Sr. Eng.º Luís Hilário Barros Ramos pela foto-reportagem recentemente efetuada no dia 2012/06/10.

Bibliografia/Webgrafia:

Base de consulta: *"Catàleg de les medalhes i els aplics de guarniment medievals del Museu Episcopal de Vic"*, CASANOVAS I RÒMEU, Àngels e ROVIRA I PORT, Jordi, ed. Museu I Biblioteca Episcopals de Vic, Vic, 1955.

GALVÃO, Henrique, CRUZ, Freitas e MONTÊS, António. *A Caça no Império Português,* ed. *O Primeiro de Janeiro,* Porto, 1949.

GOODERS, John. *Guia de Campo das Aves de Portugal e da Europa,* ed. Temas e Debates-Atividades Editoriais, Ld.ª , Lisboa, 2003.

HUERTA, Alberto y RODRIGUEZ, José Luís. *SOS Por la fauna española – 100 Espécies en peligro de extinción,* ed. Fondo Natural, Madrid,1988.

PAIS, Miguel Caldeira e CANGARATO, Rogério. *Roteiros com as aves do Alentejo,* ed. CEAI – Centro de Estudos da Avifauna Ibérica, Évora.

Criação Literária

SONHOS

António José Barradas Barroso

Sonhei!... Sim, porque quando se deixa a fantasia vaguear, em liberdade, o sonho toma asas e percorre os espaços.

Foi assim que, num dos meus sonhos, me deparei com Florbela, numa encruzilhada da Via Láctea e, quando, com euforia, me apresentei como conterrâneo, encetámos um agradável, mas informal diálogo, após um longo abraço de confraternização. Comecei, então, por lhe dizer:

Florbela, que prazer minha alma tem
Por saber que te encontras sempre bela,
Que vagueias, agora, como estrela,
Neste céu que é de todos, de ninguém.

Tomara eu ser um mago que contém
Poder p'ra te fazer a Cinderela,
Serias mais formosa, ainda, que ela,
Voltarias à terra, para alguém.

E essa tua tristeza acabaria,
Porque o amor buscarias, dia a dia,
E sempre, sempre de cabeça erguida.

E sonhei que isso vai acontecer
Para que nunca mais possas dizer:
– Eu sou a que no mundo anda perdida.

Callipole – Revista de Cultura n.º 20 – 2012, pp. 395-399

Florbela, meditou, um pouco, contemplativa, e respondeu, sorridente:

– Poeta, pegaste no meu verso e conseguiste transformá-lo numa promessa de esperança.

– Que, assim tu o queiras, se poderá concretizar...

– ... não, não, o amor, se for esperança, é sempre triste e, raramente, tem um epílogo feliz. Permite-me, no entanto, que me defina, que te fale um pouco mais de mim... não só para que me conheças melhor, mas para te dizer, realmente, que

Eu sou a que, no mundo, anda perdida,
Eu sou a que, na vida, não tem norte
Sou a irmã do Sonho e, desta sorte,
Sou a crucificada... a dolorida...

Sombra de névoa ténue e esvaída,
E que o destino amargo, triste e forte,
Impele brutalmente para a morte!
Alma de luto sempre incompreendida!...

Sou aquela que passa e ninguém vê...
Sou a que chamam triste, sem o ser...
Sou a que chora sem saber por quê...

Sou talvez a visão que alguém sonhou.
Alguém que veio ao mundo p'ra me ver
E que nunca, na vida me encontrou.

– "Sou a que chamam triste, sem o ser...", eis uma afirmação que não corresponde inteiramente à verdade, já que, ao longo de toda a tua poesia, a tristeza é sempre uma constante.

– Talvez... talvez, mas porque o amor sempre me fugia e nunca deixou de ser apenas uma mera esperança.

– Porque corrias atrás dele e... não o sabias conservar. Se tomarmos o teu último verso, até te poderia afirmar:

E que nunca, na vida, me encontrou,
Dizes tu com mágoa e com tristeza.
Porque nunca quiseste, com firmeza,
Ir ao encontro de quem não te achou.

A sombra, na tua alma, se alojou,
E ali, ficou retida, ficou presa,
Sem resquícios de amor e de beleza,
E a lágrima, no rosto, então, brotou.

Dizes que choras sem saber por quê,
É sofrimento atroz que ninguém vê,
Que corre a noite até que o sol desponte.

As horas que curvada, em noite escura,
Passadas, de joelhos, numa jura...
Horas mortas... curvada aos pés do monte.

– Poeta, tomaste o início dum soneto que dedico ao meu Alentejo...
– ... ao nosso...
– Pois, seja... ao nosso.
– O que é bem raro na tua escrita. Segundo os teus biógrafos, a tua poesia está totalmente impregnada duma tristeza interior, talvez reflexo duma infância conturbada, e que te leva a empregar a palavra "morte" em grande número dos teus sonetos.
– Não tanto como julgas... mas mudemos de tema e... para te provar que o Alentejo nunca deixou de estar no meu pernsamento...

Horas mortas... curvada aos pés do monte
A planície é um brasido e, torturadas,
As árvores sangrentas, revoltadas,
Gritam a Deus a bênção duma fonte.

E quando, manhã alta, o sol posponte
A oiro a giesta, a arder pelas estradas,
Esfingicas, recortam, desgrenhadas,
Os trágicos perfis no horizonte.

Árvores! Corações, almas que choram,
Almas iguais à minha, almas que imploram
Em vão, remédio para tanta mágoa!

Árvores! Não choreis! Olhai e vede
– Também ando a gritar, morta de sede,
Pedindo a Deus a minha gota de água!

– Como, habitualmente, é triste o teu soneto. Nele se espalha a melacolia dum entardecer alentejano. Tem porém, o condão de, na verdade, referires um Alentejo a que ambos pertencemos.
– Isto é apenas para te confirmar o que dizia. O amor tanto se pode sentir por quem se almeja, como pela terra onde se nasceu, como pela árvore que se destaca na charneca.
– E não só a árvore, minha amiga, toda a planície...

Pedindo a Deus a minha gota de água,
Também dizia meu sobreiro amigo
Quando, sedento, falava comigo,
E nem pinga corria duma frágua.

Meu Alentejo seco, a minha mágoa
É não saber se é norma, ou se é castigo
Andar sempre à procura dum abrigo
Numa busca constante, eterna e árdua.

Alentejo, apesar dessa secura,
Que queima esses trigais onde perdura
A languidez e a calma tão plangente,

Amar-te, até mais não, tudo mereces
Quando o calor aperta e tu aqueces.
Meio-dia. O sol a prumo cai ardente.

– Eu poderia responder-te, mas o tempo... não me permite... vou seguir para outra galáxia...

– Espera... espera... só um pouco mais, que o que temos para contar, não se compadece com o avanço dos ponteitos do relógio...

– ... só um pouco mais, mas recordar-te-ás que...

Meio-dia. O sol a prumo cai ardente,
Dourando tudo... ondeiam nos trigais
D'ouro fulvo, de leve... docemente...
As papoulas sangrentas, sensuais...

Andam asas no ar, e raparigas
Flores desabrochadas em canteiros,
Mostram por entre o ouro das espigas
Os perfis delicados e trigueiros...

Tudo é tranquilo, e casto, e sonhador...
Olhando esta paisagem que é uma tela
De Deus, eu penso então: onde há pintor,

Onde há artista de saber fecundo,
Que possa imaginar coisa mais bela,
Mais delicada e linda neste mundo?

– É lindo, Florbela. Dá-me a tua mão antes de seguires...

– Amigo, não é uma despedida. Se continuares a sonhar, mais tarde nos encontraremos...

– ... mas, antes, Florbela, escuta apenas esta lembrança que te deixo, com muito carinho.

Mais delicada e linda neste mundo?
A terra onde nascemos, tão formosa,
Que tem por seu nome Vila Viçosa
De igreja ao alto e com castelo, ao fundo.

Quando se chega e se pára um segundo,
Se contemplam as casas majestosas
Nas ruas perfumadas pelas rosas,
Há um prazer enorme e bem fecundo.

Por todo o lado, há paz, amenidade,
Há sossego, há amor, felicidade,
E ternura tão simples, tão singela,

Que, nunca mais, alguém pode esquecer
A glória desta terra, por saber
Que em Vila Viçosa nasceu Florbela.

– Adeus poeta... de quem não sei o nome... adeus... adeus...

– ... mas o teu porém, jamais se esquecerá, Florbela Espanca.

Recensões

Recensões

DO JAPÃO PARA O ALENTEJO
A EMBAIXADA JAPONESA TENSHÖ
EM VILA VIÇOSA NO ANO DE 1584

António Rosa

Do Japão para o Alentejo – A Embaixada Japonesa Tenshö em Vila Viçosa no ano de 1584, da autoria de Tiago Salgueiro, editado pela Chiado Editora em Setembro de 2012, é uma obra que vem complementar o conjunto de escritos que atestam a grandiosidade e o esplendor que a Casa de Bragança ostentava à época em que o seu poderio mais necessitava de ser evidenciado, durante a ocupação filipina.

Com uma introdução de doze páginas, o autor dá-nos uma ideia das pistas seguidas para analisar os motivos e as razões da embaixada japonesa a Roma para prestar obediência cristã ao Papa e particularmente das razões da sua passagem por Vila Viçosa, pela "corte" dos Braganças. Refere os aspetos religiosos, os económicos, os sociais e os antropológicos. Refere, ainda, as implicações que a visita a Vila Viçosa teve para ambas as partes, a visitante e a visitada, como processo de aculturação ainda não visto no séc. XVI, e como tal facto determinou o conhecimento do "Outro" exótico.

Tiago Salgueiro nesta obra extraordinária, que nos transporta para o séc. XVI, após a derrota sofrida na batalha de Alcácer Quibir, em pleno período pós-sebastianista de incertezas políticas, com um cardeal-rei de saúde debilitada e em que a sucessão ao trono luso estava posta em causa (fase em que a embaixada fora planeada) e pouco mais tarde já no início do reinado de Filipe II de Espanha (fase em que a viagem se iniciou), mostra de uma maneira bem clara o modo como a primeira casa senhorial do país se impõe e se afirma perante as suas concorrentes diretas, tentando ombrear em luxo com a casa real espanhola.

Callipole – Revista de Cultura n.º 20 – 2012, pp. 403-409

O autor divide a sua obra em cinco partes distintas, fazendo na primeira parte a contextualização do relacionamento entre o reino de Portugal, potência em plena expansão pelos quatro cantos de mundo, e o Japão, fechado sobre si mesmo, onde São Francisco Xavier encetara em 1549 a evangelização e que se consolidou com a ida dos padres da Companhia de Jesus. Aqui refere a simbiose sempre existente entre a religião e o comércio, vislumbrando até interesses económicos nestas paragens, extravasando o ideal da expansão da fé em Cristo. Assim, o aspeto comercial nunca esteve dissociado do aspeto religioso. Os comerciantes portugueses necessitavam dos missionários que, instalados no terreno e conhecedores da língua e dos hábitos dos nativos japoneses, lhes serviam de intérpretes e, inclusivamente, devido à influência social e política que já detinham, lhes facilitavam a abertura comercial. Também os missionários necessitavam dos comerciantes, pois era através do movimento das suas frotas que as suas viagens e a comunicação com os centros religiosos da europa eram feitas.

Ainda nesta primeira fase da sua obra e para que o leitor se integre dentro de todos os parâmetros que conduziram ao envio de uma embaixada de novos cristãos do oriente a prestar obediência ao Papa, o autor faz um historial das condições em que consistiu o processo de evangelização do Japão pela missão jesuíta, referindo o sucesso alegadamente conseguido e o êxito alcançado, com cerca de 150 000 novos conversos à época, conforme relatavam as cartas que os missionários enviavam à Santa Sé. A realidade é que tal sucesso e expansão estava a dever-se ao estado de desagregação política em que o Japão se encontrava, sem um poder central unificador e com vários "daymios" (senhores feudais japoneses, com administração própria dos seus territórios e pouca ligação ao poder central)guerreando-se entre si na tentativa de alargamento dos seus territórios e que aceitavam de bom agrado a entrada de portugueses (comerciantes que chegavam com os missionários), que traziam nova tecnologia bélica, a espingarda, que lhe daria supremacia sobre os seus rivais.

Mostra-nos ainda o autor a argúcia do mentor deste projecto do envio de uma embaixada, projeto arrojadíssimo para o seu tempo, o padre Alessandro Valegnano, Visitador da Companhia de Jesus para as Índias Orientais, que, ao visitar o território, em 1579, constatou que a forma como a comunicação estava a chegar à Europa, empolada de grandes façanhas para continuar a granjear os favores da Santa Sé, não correspondia à realidade. Na verdade, a área de implantação da missão estava restringida a apenas algumas zonas da parte ocidental do arquipélago e à cidade de Nagasaki (que chegou a ser doada aos Jesuítas) e tinha convertido essencialmente os extratos sociais mais desfavorecidos da população, que tinham a beneficiar com as ações misericordiosas da Companhia, tendo os novos cristãos assumido tanto a peito o monoteísmo desta nova religião que começavam a destruir imagens e templos budistas, gerando, pela sua intolerância, tensões sociais graves.

Tiago Salgueiro demonstra, com excecional clareza, os princípios onde assentava o ponto de vista (vanguardista para a época) do visitador dos Jesuítas, o

respeito e a compreensão pelos valores culturais locais, que só deviam ser alterados pelos missionários da Companhia nos pontos em que colidissem com os preceitos da doutrina cristã. Assim, deveriam ser os missionários a adaptar-se aos princípios da civilização nipónica, não fazendo imposições e respeitando sempre a cultura japonesa. Sentiu então o padre Alessandro a necessidade de fazer uma viragem na forma como estava a ser feita a evangelização naquele território, de alterar o *modus operandi* dos seus missionários e fazer a refundação da missão no Japão, deixando instruções precisas para os seus procedimentos futuros: «*Por muy contrarias que sean las costumbres, ceremonias y sentidos de los japones a las nuestras de Europa, no se diga mal de ellas ni muestren los nuestros extrañarlas (...).*» Valignano 1583.

A iniciativa da embaixada a Roma parte então do Visitador da Companhia de Jesus no Oriente, com o duplo objetivo de mostrar ao Papa os efeitos positivos diretos da missionação naquelas terras longínquas e assim assegurar a exclusividade do Padroado Português do Oriente na tarefa de evangelização, sem a necessidade de envio de outras ordens religiosas para esse efeito e também para mostrar ao povo japonês a grandiosidade dos valores humanísticos e civilizacionais que a europa cristã encerrava, fazendo-o da forma mais indubitável, através da observação direta dos seus próprios embaixadores japoneses e não pela descrição dos missionários no terreno, da qual se poderia suspeitar de falaciosa.

Havia então que dar, de parte a parte, a melhor imagem para que esta iniciativa surtisse o efeito desejado. Assim, o padre Alessandro Valegnano põe o maior cuidado na preparação desta embaixada, escolhendo quatro embaixadores da aristocracia japonesa convertida, representantes da mais alta classe social, familiares diretos dos "daymios" mais influentes da ilha de Kyushu, dos clãs de Bungo, de Arima e de Omura, e que estudavam no Seminário de Arima. Mais ainda, teve o cuidado de não escolher homens maduros mas jovens adolescentes, a pretexto de que a estes seria mais fácil resistir a uma viagem tão longa e costumadamente atribulada, mas no íntimo sabendo que seriam mais facilmente impressionáveis e até iludíveis a respeito da pretensa harmonia dos países europeus em torno da fé de Cristo. Assim, toda a logística da viagem, até aos mais ínfimos pormenores foram estudados ao detalhe, desde o itinerário a percorrer, os locais a visitar, com passagem pelos grandes centros europeus de poder onde não houvessem dissidências políticas ou religiosas (daí ter sido excluída a França onde os católicos lutavam contra os huguenotes), as cartas credencias e de apresentação de cumprimentos às entidades visitadas, até ao modo de acomodação e tipo de presentes a levar para os agraciar, tudo foi contemplado pelo padre Valegnano. E tudo isto ele transmitiu por escrito *(Instrução do que hadi fazir o Padre Nuno Rois que vay por Procurador à Roma, 1583)* ao seu sucessor no acompanhamento da embaixada, padre Nuno Rodríguez, quando na escala feita em Cochim teve de abandonar a viagem por ter sido nomeado Provincial Superior da Índia.

Mas quem foram então os embaixadores japoneses escolhidos para prestar obediência cristã ao Papa? Ito Sukemasu (Dom Mâncio, 12 anos de idade) que

era sobrinho do "daymio" de Bungo; Chijia Naokazu (D. Miguel, 14 anos de idade) que era primo do senhor de Arima e sobrinho do senhor de Omura; Hara Nakatsukasa (D. Martinho, 13 anos de idade) e Nakaura Jingoro (D. Julião, 12 anos de idade) que eram ambos fidalgos da Casa de Omura. Acompanhavam também os embaixadores o próprio padre Alessandro Valegnano, o padre Diogo de Mesquita, tutor dos jovens e professor do seminário, com profundos conhecimentos da língua e cultura japonesas, o irmão Jorge de Loyola e o catequista Constantino Dourado, ambos japoneses e que foram mais tarde os introdutores da tipografia na missão jesuíta no Japão. Eram ainda acompanhantes o irmão Oliverio Toscanelli e um servo de nome Agostinho.

Partiram do porto de Nagasaki a 20 de Fevereiro de 1582 a bordo de um navio mercante comandado por Inácio de Lima, e com tripulação essencialmente portuguesa, tendo aportado em Lisboa a 11 de Agosto de 1584.

Na segunda parte da obra, Tiago Salgueiro faz a descrição da viagem propriamente dita. E fá-lo de uma maneira extremamente curiosa e muito agradável de acompanhar, com todas as suas delongas nos portos de escala habituais como Macau, Malaca e Cochim, causadas pela necessidade de aguardar ventos favoráveis, entre outras. O autor também refere o modo majestoso como os embaixadores foram recebidos em todos os locais de passagem, particularmente no percurso europeu, recebendo a sua visita honras de estado, o que contrariava as intenções do padre Valegnano, que pretendia que esta fosse discreta e que os embaixadores fossem recebidos como seminaristas japoneses do seminário de Arima, levando um só pajem para cada um, sem quaisquer honras de estado nem grande aparato, de modo que entendessem a superioridade da Europa e quão grandes eram os seus reis e senhores. Até «*porque Taycosama não trata aos outros Reis e os Senhores do Japão, com tanto respeito e aparato como fazem os nossos reis da Europa com os demais soberanos cristãos e seus embaixadores, também desejava que fossem tratados da parte de SuaMagestade e de Sua Santidade, da maneira que Taycosama costuma tratar os demaisReis e os Senhores do Japão.*«(...).» Valignano 1598.

É no entanto na narração do período de quatro dias da primeira passagem por Vila Viçosa (já que o percurso de regresso ao Japão foi precisamente o inverso do da ida a Roma) que o autor se detém com maior detalhe, fazendo a descrição ao pormenor do modo como os embaixadores foram recebidos pelo jovem duque D. Teodósio II e pela duquesa D.ª Catarina, sua mãe. Aqui são mencionados todos os detalhes da magnífica receção, das cerimónias religiosas, dos lautos jantares, dos tempos de entretenimento no paço com os jogos das canas e a execução de música e também na tapada com a caçada aos javalis. A qualidade do recheio decorativo das salas do paço, a excelência dos compartimentos onde ficaram alojados, a riqueza da baixela usada no serviço das refeições e inclusivamente as dimensões e quantidade de utensílios utilizados na cozinha, que tanto impressionaram os embaixadores japoneses e os seus acompanhantes, estão aqui exaustivamente retratadas, como convém numa obra que tem por título "Do Japão para o Alentejo – A Embaixada Japonesa Tenshō

em Vila Viçosa no ano 1584" e em que se demonstra, pela enumeração e descrição dos bens materiais, a riqueza e a opulência da primeira casa senhorial de então, a Sereníssima Casa de Bragança.

Na continuação da viagem, refere o autor a magnífica receção feita em Madrid por Filipe II aos embaixadores, a sua passagem por Maiorca, com três dias de estadia, e a sua chegada a Livorno. Seguem-se as passagens por Pisa e Florença com as receções e banquetes feitos em sua honra, até que em 22 de Março de 1584 chegaram a Roma. Aí foram recebidos com grande pompa e tiveram várias audiências com o idoso papa Gregório XIII, que entretanto faleceu durante a sua estadia. Assistiram ainda à consagração do novo papa Sisto V, que muito os agraciou, tendo sido nomeados Cavaleiros de São Pedro e recebido vários subsídios para a implantação de novos seminários no Japão.

A 3 de Junho de 1584 deixaram Roma para regressar ao Japão pelo percurso inverso e continuaram a ter caloroso acolhimento nas cidades por onde passavam. Veneza, por exemplo, adiou em três dias as festividades do seu padroeiro São Marcos para que os embaixadores japoneses pudessem assistir. Chegaram a ser retratados pelo grande pintor Tintoretto.

Partiram de Lisboa, a 8 de Abril de 1586, para um Japão que entretanto se tinha substancialmente modificado. Ainda em 1582, após a partida da embaixada, o daymio de Azuchi, Oda Nobunaga, na sua tentativa de reunificação do país foi traído e assassinado por um dos seus dois generais de confiança, tendo o outro, Toyotomi Hideyoshi, derrotado o primeiro e submetido as províncias do norte, bem como as famílias mais poderosas, até à reunificação do Japão. Mas Hideyoshi, que considerava os missionários cristãos como um foco de desagregação social, emitiu uma lei (1587) em que os expulsava do país. Assim, quando no regresso a embaixada aportou em Macau e tomou conhecimento deste edital, encetou de imediato negociações o padre Valegnano (que já então os acompanhava desde Goa) para que a sua entrada fosse permitida, o que só aconteceu após dois anos.

Em 21 de Julho de 1590 entraram em Nagasaki, passados oito anos e meio sobre a sua partida. Os seus familiares não os reconheceram, pois partiram como meninos e regressaram como homens feitos. Em 3 de Março de 1591 foram recebidos no palácio de Kyoto pelo próprio Hideyoshi em cerimónia solene, onde trocou com eles impressões sobre a viagem e assistiu maravilhado a um espetáculo musical improvisado pelos embaixadores, que formaram um quarteto de cordas, com instrumentos do ocidente e presentearam os nobres espetadores com temas de música ocidental.

Depois de terminadas as cerimónias regressaram humildemente ao seminário, tendo ingressado três deles na Companhia de Jesus e seguindo, a partir daí, destinos diversos.

Entretanto o cristianismo veio gradualmente a desprestigiar-se, pois apesar das tentativas da Companhia de Jesus de manter a exclusividade da missionação do Japão, outras ordens religiosas se foram gradualmente instalando no territó-

rio nos finais do séc. XVI, bem como outros agentes económicos além dos portugueses. Assim, no limiar do séc. XVII, já os interesses dos espanhóis, holandeses e ingleses estavam instalados, competindo entre si e demonstrando à comunidade nativa que a paz e a harmonia que os jesuítas publicitavam de uma Europa unida pelos valores do Evangelho não era uma realidade. Além disto, os jesuítas vinham obtendo consideráveis rendimentos do comércio dos portugueses com os japoneses, o que a nível local era muito mal visto, tendo conduzido a que Tokugawa (1635) terminasse definitivamente os contactos e contratos comerciais com o nosso país. Ainda uma tentativa portuguesa de reconciliação, em 1640, conduziu à chacina de uma embaixada enviada para o efeito.

Na terceira parte da obra, o autor descreve Vila Viçosa, com as extraordinárias transformações que sofreu quando o assento do ducado de Bragança aqui se deu, com a construção do paço novo, já nos mais modernos modelos arquitetónicos do renascimento, com um amplo terreiro à frente de um edifício majestoso com o todo alçado frontal chapeado de mármore. Isto era coisa até então não vista, e muito menos numa vila do interior do país.

A escolha de Vila Viçosa por parte dos duques de Bragança para sua residência permanente alterou substancialmente toda a estrutura da vila antiga e, principalmente, a composição social da sua população. Não nos devemos esquecer que os duques tinham ao seu serviço permanente centenas de pessoas.

Já mais tarde, à época do duque D. Teodósio II, quando se dá a visita dos embaixadores japões de passagem para Roma, com toda a sua "corte" já instalada, o seu séquito de homens de cultura, nos vários campos do saber e das artes, desde músicos, pintores, artistas de vários âmbitos, além de toda a fidalguia que sempre o acompanhava, Vila Viçosa brilhava no auge do seu esplendor. Não nos devemos esquecer que o duque de Bragança possuía a prerrogativa de poder conceder nobreza, caso único no nosso país, e que até então só era detido pelo rei e pelos infantes. Ora tal facto, só por si, atraía muita gente para o seu serviço e alterou completamente a estrutura social da população calipolense, tornando Vila Viçosa num grande centro de cultura.

Tiago Salgueiro, nesta sua obra, demonstra até à exaustão a magnificência da Casa Ducal de Bragança neste período áureo da sua existência, intercalando nesta fase alguns pormenores interessantes da visita da embaixada Tenshō que tanto maravilharam os visitantes ao ponto de estes os terem deixado coligidos em apontamento de viagem que serviu de base e inspiração ao livro do padre Alessandro Valegnano "*De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam Curiam... Dialogus*", traduzido para latim pelo padre Duarte de Sande para que, na forma de diálogo entre os jovens embaixadores, fosse transmitida aos seminaristas do Japão a grandeza da Corte Romana e a nobreza dos Reis e Senhores cristãos da Europa.

É também nesta terceira parte da obra que o autor traça a biografia do jovem duque D. Teodósio II, com os seus requintados gostos musicais, a sua grande religiosidade e o seu imenso apego a todas formas de arte e à cultura em

geral, que faziam da sua "corte" um marco de referência no panorama europeu e que, só por si, poderiam justificar os desígnios desta visita.

Na quarta parte da obra, o autor, intercalando também apontamentos e curiosidades ocorridas durante as duas estadias em Vila Viçosa, começa a tirar conclusões sobre as repercussões que este acontecimento, inédito na época, teve quer para a parte visitada, com o conhecimento de uma outra nobreza de hábitos e cultura diferentes, quer especialmente para os visitantes, com a extraordinária impressão que registaram da opulência e do excelente acolhimento que receberam na primeira casa senhorial portuguesa, a Casa de Bragança.

Conclui Tiago Salgueiro, na quinta e última parte do seu livro, onde faz um balanço do cumprimento dos objetivos desta embaixada japonesa a prestar obediência cristã ao Papa que, apesar de ter sido positiva para a afirmação do poderio da Casa de Bragança e dos seus interesses naquelas longínquas paragens, o foi mais ainda para a missão jesuíta no Japão, que viu cumprido um dos seus grandes anseios: a criação da diocese do Japão e a nomeação do seu primeiro bispo.

O autor termina a obra deixando no ar as questões com que a iniciou: o que teria levado a que tal embaixada tivesse passado por Vila Viçosa? Mas, deixando no ar muitas pistas para que os investigadores interessados cheguem a uma justificação cabal.

"Do Japão para o Alentejo – A Embaixada Japonesa Tenshō em Vila Viçosa no ano de 1584 ", da autoria de Tiago Passão Salgueiro, é um livro interessantíssimo, extraordinariamente bem escrito, que sem qualquer dúvida vale a pena ler.

CRÓNICAS DO AVÔ CHICO
NOSTALGIA DA MINHA INFÂNCIA NO ALENTEJO

José Alberto Parraça

Crónicas do Avô Chico – Nostalgia da minha Infância no Alentejo, da autoria de Pedro Jardim, editado pela Chiado Editora em Julho de 2011, é uma obra literária que retrata a infância e a juventude do autor bem como as histórias que vivenciou na "*Princesa do Alentejo*" (Vila Viçosa).

O Autor dedica este livro por inteiro ao seu avô Francisco da Silva Jardim, retratado no livro por *"Chico das Maravilhas"*, alcunha adquirida pelo facto de cometer a loucura de fazer o pino nas ameias do Castelo de Vila Viçosa, como relata o autor na Cena II da Obra. Chefe de família, pessoa carismática, sábio poeta popular e educador, detentor dos saberes populares que se estão cada vez mais a perder no tempo, é este o "Chico das Maravilhas" que rege a vida desta criança, influenciando a sua educação, dando-lhe os valores para a vida, valores esses que "*não se compram em livros ou montras*". Parece haver uma espécie de hipnose, uma sintonia perfeita, um amor extremo, pode-se dizer até *platónico* por parte da criança relativamente à vida e ao avô, uma simbiose perfeita.

O autor com as suas histórias tenta enaltecer constantemente o milagre da vida e nunca esconde a felicidade de poder ter sempre a seu lado o avô *"Chico das Maravilhas"*, a avó Idalina, os primos, os irmãos, os vizinhos, os pais e os amigos, narrando episódios de situações, atos e brincadeiras da época, possivelmente impensáveis e que roçariam inclusive o ridículo nos tempos que correm, mas que, naquele tempo semearam sorrisos e felicidade nos rostos de quem as fazia e de quem as via fazer.

É extremamente interessante e atraente nesta obra a forma como o Pedro relata as suas crónicas até à exaustão dos pormenores, utilizando palavras tais

como: *aonde, alevanta, anexim, coida, rodilha, semalha,* uma linguagem pouco usual, mas imensamente comum das gentes do Alentejo. O autor descreve de forma excelente cada palavra num Glossário final, de modo a que o leitor se possa enquadrar no contexto aquando da sua utilização.

Desta obra consta um prefácio soberbamente elaborado pela Professora Noémia Serrano, onde em poucas palavras consegue fazer um resumo da obra, estabelecendo à partida uma relação entre as sensações do autor com o meio envolvente, traduzido na *"insistente presença do EU"* durante a narração das suas vivências de infância. Considerando a professora Noémia que a *"poesia lírica é por excelência a poesia do eu"* descreve esta obra como *"Poesia Pura"*, ideia da qual partilho integralmente. Ao ler este prefácio entra no leitor uma vontade de *"mergulhar"* no tempo e reviver tempos passados, que todos de uma forma ou outra vivemos, mas que atendendo ao desenvolvimento sócio – cultural das civilizações dificilmente se poderão voltar a vivenciar.

Existe uma espécie de introdução onde o autor começa por fazer uma analogia entre a forma como o avô escrevia (e que o inspirou agora a escrever) descrevendo com nostalgia as recordações que tem de uma *"caneta de aparo feita à mão ou uma simples pena"* à luz das velas ou da candeia, nos dedos sábios do avô, e o contraste da atualidade com o *"dedilhar constante e fervoroso de um teclado incipiente e inanimado"*. Posteriormente fala para o avô, traduzindo para o leitor aquilo que o livro é, nada mais nada menos que uma excelente, humilde e sincera dedicatória a um Homem que influenciou a sua forma de ser e de estar.

Notória e comovente é a forma como o autor "dá início" às Crónicas propriamente ditas:

> *"Que grande homem foste,*
> *Grande homem pretendo ser.*
> *Obrigado avô que em teu monte,*
> *Me ensinaste a crescer."*

Esta quadra que retrata de forma subtil a importância do Avô Chico para o autor é sem sombra de dúvida um glorioso agradecimento.

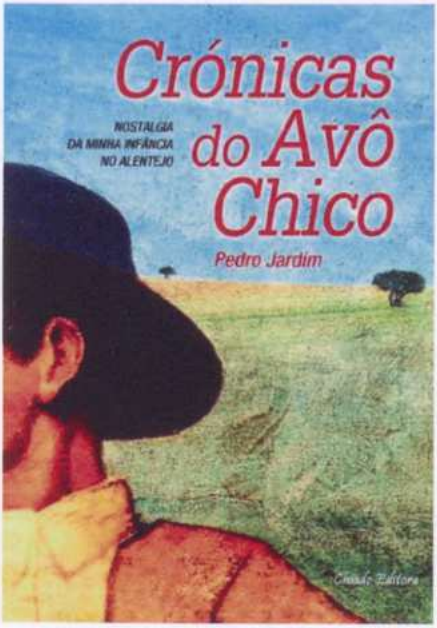
A obra possui XIV Cenas sendo de realçar que todas elas começam com um desenho da artista Cíntia Almeida, desenho esse que tem uma intensa relação com o título de cada cena, a conjugação de cada desenho com o respectivo título é de extrema felicidade em todas as cenas que compõem a obra. A sua visualização por parte do autor cria uma pré-disposição para a leitura da cena, e existe um determinado momento em que somos levados pelas palavras a recordar plenamente a imagem antes vista identificando-a com uma clareza impressionante no contexto da cena onde se insere.

O início das cenas vem igualmente acompanhado por 2 quadras, quase todas originais de Francisco Jardim (Chico das Maravilhas) outras retiradas da

Antologia de Poesia Popular Tradicional Alentejana, a selecção de quadras originais do Avô Chico é ao mesmo tempo uma dádiva do autor ao leitor no sentido do conhecimento popular do *"Chico das Maravilhas"* e, acima de tudo um presente para o seu mais ente querido que nunca pôde ver publicados os resultados do *"borrar de um papel escuro"*.

Esta pura obra literária termina com um epílogo que considero ser mais uma cena, onde o autor revela um segredo bem guardado pela avó Idalina dentro de uma gaveta nunca antes aberta desde que o *"Chico das Maravilhas"* partira, ele também tal como o Pedro escrevia as suas crónicas, os seus momentos, as suas vivências e afazeres. O autor deixa-nos 3 excertos dessas Crónicas que, tal como ele, já o seu avô fazia como descreve a Prof. Noémia no prefácio, Pura Poesia insistindo na presença do EU. Estes 3 excertos de vida, deixam o leitor com uma vontade imensa de continuar a saborear a vida tão peculiar do *"Chico das Maravilhas"*.

Os relatos narrados nostalgicamente pelo Pedro nesta obra, fazem o leitor perder-se no espaço e no tempo, imaginando as ruas, os cheiros, os ruídos, os costumes ou os trajes de outrora, navegando para um passado tão longe mas ao mesmo tempo tão perto.



Notícias Culturais

DIÁRIO DE TRÊS DIAS, TRINTA ANOS DEPOIS

Carlos Aurélio

1. A primeira vez que o vi, todo vestido de branco e de solidéu na cabeça, passou rápido, acenando no seu papamóvel e acabado de descer a Avenida da Liberdade em Lisboa. Foi há trinta anos a 12 de Maio, a multidão aplaudia sorrindo, gritava saudando João Paulo II, alguns corriam até, ziguezagueando sobre a calçada gasta à volta do obelisco dos Restauradores.

À época eu cumpria o estágio profissional de professor no Seixal, ainda agarrado à ilusão do mundo que corria depressa, mais depressa que a salutar sabedoria de um Papa simpático, todavia velho para a verdura dos meus vinte cinco anos. Mas a minha pressa ainda me deixava aberto e disponível, mais do que curioso, para ir ver descer um Papa pela Avenida da Liberdade. Fui aos Restauradores (no obelisco está inscrita a minha terra: *Vila Viçosa, 14 de Junho de 1665*), fui até lá porque previ ser bom sítio para fotografar a presa, assim como um caçador, agarrado a um candeeiro como se fora árvore e com largo campo aberto para disparar. Nunca tinha visto um Papa e sempre era um pontífice, que eu pressentia ser muito mais que ele próprio a carregar dois mil anos de cristianismo, uma ponte forte e dúctil entre a humanidade dividida. Eu nunca tinha visto um Papa e, sem ir a Roma, agora era um que vinha ter connosco. Só ali, nos Restauradores e depois de ele passar, é que decidi: vou para Vila Viçosa, quero vê-lo mais de perto, sem pressas a descer avenidas.

2. No dia seguinte fui. Faltei à escola para não faltar ao Papa.

Naqueles anos eu havia deixado o meu catolicismo arrecadado no frenesim da adolescência, ficando apenas com uma casca algo ressequida de cristianismo cultural, à espera que o mundo das ideias me dissesse o que faltava. Todavia,

mal vi o Papa desaparecer frente à estação do Rossio, senti que estaria em risco de confundir algo: aquele homem não era, de facto, propriamente uma estrela mediática que o sistema vendia. Ao vivo e entre o pulsar das pessoas perpassara uma força serena que me urgia apurar. Para mais, ele iria à minha terra, Vila Viçosa, e perante aquele vislumbre nos Restauradores, eu não poderia assobiar para o lado. Por isso vim.

No dia seguinte, 13 de Maio, à noite e pela TV um País meio anestesiado viu algo que pareceu leve e poderia ter sido pesadíssimo, insuportável até: um padre espanhol, Juan Krohn, em plenas escadarias do santuário de Fátima e de baioneta em punho cometeu o gesto de assassínio ao Papa, isto, um ano preciso após os dois tiros com que na Praça de São Pedro do Vaticano o turco Ali Agca deixara João Paulo a esvair-se em sangue. Aliás, nesta viagem a Portugal, o Papa vinha oferecer à coroa da Virgem de Fátima a bala propiciatória de sacrifício e milagre. Desde 13 de Maio de 1981 que a relação devocional de João Paulo II com Fátima subira vários tons na escala da harmonia da redenção universal, até culminar na consagração do mundo ao Coração Imaculado de Maria em 1984 e em comunhão com todos os bispos católicos, num atraso incompreensível à mensagem da Virgem a esse propósito, comunicada 55 anos antes à Irmã Lúcia (Tuy, 13 de Junho de 1929). A partir daí e algo inesperadamente caiu o muro de Berlim, o regime ateu e soviético soçobrou, sem que no entanto a anestesia moderna e consumista aliviasse.

Em casa e pela TV aquela baioneta falhada, um ano depois da pistola, fez-me sentir que talvez a loucura nuclear, o fogo terrível da Guerra Fria, pudesse afinal ser travada pela aparente fragilidade de um homem vestido de branco que, antes de mais, só falava, sorria e, acima de tudo, rezava. Saí de casa noite adentro e algo fria, um pouco aturdido mas confiante. Fui fotografar as vésperas da visita de um Papa à minha terra natal: afinal, cismava enquanto fotografava, como é que uma pequena vila de casario branco, exilada do mundo no Alentejo, merecia que em dois mil anos de História o sinal vivo da "pedra" que era Pedro agora aqui viesse? O Vigário de Cristo! E ia fotografando.

Percorri as ruas da Vila já festiva e com as melhores colchas à janela, lampadários e dísticos de boas vindas. Desde a Lapa ao Cine-Teatro dei pela expectativa sagrada e pela profana: pequenos grupos de locais e forasteiros dormitando em sacos cama numa noitada de relento, rezando e cantando, outros, convivendo à volta de fogueiras e de petiscos, e também gente, demasiada, à espera do negócio das suas vidas, confundindo Papa com papas.

Volteei fotografando até às duas da noite e regressei a casa. Amanhã é que era.

3. Sexta-feira, 14 de Maio de 1982, João Paulo II chegou a meio da manhã num dos quatro poderosos helicópteros *allouette* da Força Aérea que pousaram no Terreiro do Paço. Por instantes, um torvelinho louco de papéis e terra levantou-se do chão envolvendo o ruído mecânico, obscurecendo levemente o dia que tinha madrugado soalheiro com céu azul e nuvens esparsas. Até o espesso cordão humano das fardas cinzentas da polícia deu as costas ao reboliço atmosférico. João

Paulo II desceu do último *allouette*, destacando-se na sua silhueta alva, batida pelo sol contra o verde militar do aparelho. Acenou de mão erguida, desceu as escadas até ficar rodeado de cumprimentos e batinas negras apertadas em cintas escarlates, as do alto clero que drapejavam e coloriam. Só D. Maurílio de Gouveia, anfitrião e arcebispo de Évora, o acompanhou no papamóvel Avenida acima, enquanto João Paulo II saudava feliz a festa popular que o ladeava, agora tudo mais devagar que nos Restauradores em Lisboa, tão devagar que até o perfume das laranjeiras em flor fazia jus a Vila Viçosa, a Maio e à Imaculada Conceição. Tudo batia perfeito. Talvez até os sinos da Vila repicassem contentes mas não o recordo claramente, pois eu estava ali para me concentrar nas fotografias. Lembro, isso sim, que corri e fotografei o que pude, sôfrego e lesto por entre a multidão, ainda vislumbrando o olhar azul de um Papa polaco que viera de longe ter connosco.

Cheguei à Praça, torneei o Cine-Teatro e voltei à caça, precisamente atrás do grande pinheiro manso, à direita, de quem sobe a encosta do Castelo. A uma vintena de metros estava o altar da missa solene. Cerca de quinze mil pessoas, talvez, enchiam o comprido losango da Praça, mas não de forma compacta pois o movimento permitia-se solto. Havia bandeiras nacionais, as vaticanas em branco e amarelo e as espanholas; levantavam-se saudações e vivas ao Papa e também dísticos enormes com a legenda pela qual viveu: *Totus Tuus Maria*, a entrega total à Virgem. Depois de Fátima, altar do mundo, ele vinha a Vila Viçosa juntar-se ao povo no altar da pátria portuguesa que, em 1646, entregara Portugal na coroa da Imaculada Conceição. Ele deu a bala e o seu sacrifício; nós, o País e o nosso destino.

Não sei a hora exacta, talvez perto do meio-dia, começaria a missa em directo pela TV. Foi então que me senti tocado pela postura séria de João Paulo II: desde o "meu" pinheiro de caçador vi-o chegar ao altar ainda antes do directo televisivo ou de qualquer registo jornalístico e, pleno de discrição, ajoelhou rezando frente à imagem de Nossa Senhora, ali trazida fora do seu solar. Para mim, aquele momento preciso deu-me o essencial: era tal a convicção e a verdade naquele homem que fiquei certo de não haver a menor exibição ou proselitismo vulgar. Ele rezava, absorto, como se de repente estivesse na sua Polónia natal ou, sozinho, no seu quarto papal do Vaticano. Em toda a Praça só ele rezava. A presença daquela silhueta branca dobrada aos pés da Virgem da minha terra, só e firme, varou o meu ser. Não tirei uma única fotografia daqueles momentos, porque tirar seria mesmo roubar. Talvez tivesse achado que aquela sã intimidade deveria ficar na câmara escura da minha alma para a revelar muito mais tarde. Tudo como se houvesse uma inscrição: *Interdito Caçar*.

Depois, a visita seguiu como se esperava que seguisse: a liturgia eucarística, a homília e o ensino à volta do salário justo através da *Rerum Novarum* de Leão XIII, o ofertório com primícias alentejanas, a alegria e os vivas, a descida da Avenida e o helicóptero de novo a perder-se no azul do céu e da distância. Só agora, trinta anos depois, estas fotos captadas num rolo a P/B de experiência quase falhada e em diapositivos, permitem esta confissão saudosa.

Como testemunho desta visita fica o carinho e a alegria das gentes que receberam João Paulo II numa pequena Vila do Alentejo. Por mim, é com gosto que deixo aos meus conterrâneos o diário fotográfico do que então me foi dado ver. Fica o que tenho, menos a tal fotografia que não tirei à figura sóbria e magnífica de um certo homem vestido de branco a rezar sozinho na encosta do Castelo da minha terra. Essa imagem não a posso dar, pois ainda a trago nos olhos*.

*Texto do catálogo da Exposição Fotográfica "João Paulo II em Vila Viçosa, Trinta Anos Depois": de 12/Maio a 3/Junho/2012 no Cine-Teatro Florbela Espanca.

FLORBELA ESPANCA
A VIVÊNCIA DE UM COLÓQUIO

Manuel Talhinhas[1]

Pequenos e grandes dias constituem o passado de qualquer povoação. Também para Vila Viçosa assim acontece. Palco da História de Portugal pelo protagonismo exercido por muitos dos seus autóctones e/ou residentes, Vila Viçosa, minha terra natal, fixou o dia 8 de Dezembro como um dos seus grandes dias.

Dia da Padroeira de Portugal e, curiosamente, data de nascimento de um dos seus mais ilustres filhos – *Florbela Espanca*.

Nos longínquos anos 70 aprendi, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a apreciar a obra da grande poetisa portuguesa. Passados quarenta anos tomei conhecimento, através do *site* do município calipolense (http://www.cm-vilavicosa.pt), da realização de um colóquio internacional a ocorrer em Vila Viçosa de 6 a 8 de Dezembro de 2011. Um colóquio é, segundo o *site* (http://www. infopedia.pt), uma palestra íntima entre duas ou mais pessoas, uma conversa, uma conferência.

Decidi participar neste importante evento que, entre outros e segundo Ana Luísa Vilela (em comunicação pessoal), teve como objectivo analisar a obra de Florbela Espanca à luz de novas propostas académicas e de contribuir para a preservação e enriquecimento do património cultural da região alentejana.

Este relato, escrito em Janeiro de 2012, um mês após a sua realização, apenas quer dar testemunho público das múltiplas aprendizagens que, dele, julgo ter retirado enquanto cidadão calipolense e com a preocupação de saber as novidades que os académicos apresentam nestes momentos de partilha. O meu

[1] Licenciado em Geografia pela Faculdade Letras da Universidade de Lisboa.

propósito é, pois, que o leitor tenha uma visão geral do que aconteceu no evento. Para elaboração do artigo baseei-me no esquema gizado por QUIVY, R; CAMPENHOULD, L. (1992).

O colóquio, de acesso livre a toda a população, teve, como qualquer outro, duas cerimónias formais: a de abertura e a de encerramento para as quais foram convidadas as diferentes entidades locais e regionais. Esta última cerimónia, a de encerramento, ocorreu no dia 8 de Dezembro. Foi precedida de homenagem pública da iniciativa do Município Calipolense com a deposição de um ramo floral junto do busto da Poeta. Foram realizados, nas noites de 6 e 7 de Dezembro, eventos de índole cultural, abertos à população local.

Ao questionar a Coordenadora científica do colóquio, Ana Luísa Vilela, docente da Universidade de Évora, Centro de Estudos em Letras, sobre como terá surgido a ideia do colóquio e por quem, obtive a resposta de que o mesmo estava previsto desde o início do Projecto homónimo, destinado à recuperação dos documentos integrantes do espólio de Florbela, propriedade do Grupo Amigos de Vila Viçosa.

Continuando a citar a mesma professora, a divulgação do colóquio foi feita por diferentes vias: através do *site* do Projecto (http://www.florbelaespanca.uevora.pt); através dos Centros de Investigação (CLEPUL, da Universidade Lisboa e CEL, da Universidade de Évora); através de *E-mail* dirigido a várias Universidades nacionais e estrangeiras: através do *site* da Câmara Municipal de Vila Viçosa (http://cm-vilavicosa.pt).

A conferência de abertura foi proferida por Maria Lúcia Dal Farra, docente da Universidade Federal de Sergipe/ Centro Nacional de Pesquisa Brasileira (CNPq), intitulada *Inefável Florbela.* O grupo de investigadores liderados por esta professora efectuou uma mesa redonda – *Figurações do feminino: Florbela Espanca et alii.*

A epistolografia (cartas) que Florbela manteve com A. Guimarães (e citando Dal Farra, 2011) reflecte um mundo de Espanca ainda por desvendar, revelando uma Florbela imprevista; uma Florbela estrategista e diplomata, com um senso de humor notável e destemida. Conclui Dal Farra (2011) afirmando que nestas cartas Florbela revela bom humor, o que contrasta com a nostalgia dos sonetos.

Apesar do gélido frio que se fez sentir no Cineteatro Florbela Espanca, em Vila Viçosa, o calor das comunicações animava os presentes a continuarem com muito gosto a sua participação no colóquio. Novidade trouxe da Universidade de Coimbra o Prof. Seabra Pereira ao afirmar a imagem que a correspondência que Florbela dirigiu ao marido (A. Guimarães) nos dá uma nova temática do desejo. Não é só o desejo do corpo, mas antes de mais, o desejo de ser.

A emérita catedrática Concha Delgado, do Instituto Francisco Aguiar, Betanzos, Galiza, Espanha proferiu interessante palestra. Referiu-se à actividade de Florbela reflectindo sobre o texto literário.

Distribuído pelos participantes, o programa do colóquio revelou-se muito rico. As conferências proferidas por oradores principais foram mostrando aspectos até então desconhecidos de Florbela como, por exemplo, a da sua actividade de tradução. As mesas redondas estiveram a cargo sobretudo dos mais jovens investigadores. Do Brasil estiveram representadas universidades do Nordeste, do Centro e até a prestigiada Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Sudeste brasileiro esteve representada. Da vizinha Espanha esteve representado um Instituto da Galiza. De Portugal apresentaram trabalhos as Universidades de Évora, Coimbra, Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Lisboa e Nova de Lisboa (Faculdade de Letras e Faculdade Ciências Sociais e Humanas), Instituto Politécnico da Guarda e de Hamburgo na Alemanha. Igualmente se fez representar a Associação Portuguesa de Escritores.

Gostei do que vi e ouvi. Segundo Vilela, o colóquio permitiu a revalorização crítica da obra de Florbela; a internacionalização da pesquisa; o desenvolvimento e aprofundamento dos estudos florbelianos. Conclui a citada autora afirmando considerar que o colóquio representou um passo decisivo para a consagração académica dos estudos florbelianos.

Por que motivo é Florbela tão estudada no Brasil? Aqui devo partilhar uma história curiosa: Renata Bomfim confidenciou-me ter descoberto Florbela Espanca quando leu o poema "Eu", enquanto esperava a sua vez num consultório de dentista no Brasil. Apesar da circunstância pouco poética, Renata ficou de tal modo fascinada que, desde então, não deixou mais de estudar Florbela Espanca. Levou quatro anos a conseguir que a sua universidade, a Federal do Espírito Santo, em Vitória, reconhecesse o mestrado nos estudos florbelianos. Florbela Espanca é, na verdade, muito estudada no Brasil – veja-se o *site* (http://www.:// dgp.cnpq.br).

Vila Viçosa foi palco, nestes primeiros dias enevoados de Dezembro de 2011, de um verdadeiro encontro e tertúlia de poesia portuguesa. Construiu-se, assim, mais um marco no desenvolvimento do património que nos une – a lusofonia. Florbela é, pois, uma poeta lida e apreciada nos países ibero-americanos.

Os dias6, 7 e 8 de Dezembro de 2011 voltaram a ser outros grandes dias para Vila Viçosa.

Este colóquio, ponto de encontro físico para muitos dos investigadores, que até à data, só se conheciam via *net*, foi um acontecimento ímpar na actividade cultural da nossa terra.

Os calipolenses, as autoridades locais e regionais, a Academia mais próxima a Universidade de Évora, souberam e saberão, certamente, continuar a homenagear a grande poeta, património da humanidade e que dá pelo nome de *FLORBELA ESPANCA*.

Conferência de abertura proferida por Maria Lúcia dal Farra.
Fotografia gentilmente cedida pelo Gabinete de Imprensa da CMVV.

Referências bibliográficas:

COLÓQUIO INTERNACIONAL FLORBELA ESPANCA, O ESPÓLIO DE UM MITO – Programa. Évora. Universidade de Évora, Dezembro 2011.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOULDT, Luc van – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva. 1992. ISBN 972-662-275-1.;

http://www.cm-vilavicosa.pt

Acedido em 20011/11/10

http:/www./dgp.cnpq.br

Acedido em 2012/01/04

http://www.florbelaespanca.uevora.pt;

Acedido em 2011/11/04

http://www.infopedia.pt

Acedido em 2012/01/11

http://www.letraefel.com

Colibri – Artes Gráficas

Apartado 42 001
1601-801 Lisboa

Tel: 21 931 74 99

www.edi-colibri.pt
colibri@edi-colibri.pt

Comemorações dos 500 Anos da Outorga do
Foral Manuelino de Vila Viçosa (1512-2012)

Câmara Municipal
Vila Viçosa
a razão que renasce...